



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1605

Sexta-feira - 31 de Outubro de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Antônio Carlos .....	2
Arroio Trinta .....	7
Ascurra .....	8
Balneário Rincão .....	8
Barra Velha .....	10
Biguaçu .....	12
Blumenau .....	16
Bom Retiro .....	35
Braço do Trombudo .....	36
Brusque .....	62
Caçador .....	63
Campo Alegre .....	86
Campos Novos .....	101
Canelinha .....	102
Canoinhas .....	103
Capinzal .....	113
Catanduvas .....	113
Celso Ramos .....	114
Chapadão do Lageado .....	114
Cocal do Sul .....	170
Concórdia .....	172
Coronel Martins .....	176
Correia Pinto .....	183
Corupá .....	184
Curitibanos .....	184
Doutor Pedrinho .....	188
Ermo .....	199
Forquilha .....	199
Fraiburgo .....	200
Galvão .....	214
Garopaba .....	218
Garuva .....	225
Gaspar .....	225
Governador Celso Ramos .....	227
Grão Pará .....	228
Guarujá do Sul .....	365
Herval d'Oeste .....	365
Ibiam .....	367
Ilhota .....	368
Imbituba .....	369
Indaial .....	383
Iomerê .....	383
Ipumirim .....	384
Irineópolis .....	384
Itá .....	386
Itapiranga .....	387
Itapoá .....	389
Joaçaba .....	390
Lages .....	401

Lebon Regis .....	402
Leoberto Leal .....	409
Luzerna .....	410
Macieira .....	413
Mafrá .....	416
Massaranduba .....	424
Meleiro .....	428
Modelo .....	430
Navegantes .....	431
Nova Trento .....	550
Novo Horizonte .....	552
Paial .....	553
Palhoça .....	553
Palmitos .....	555
Papanduva .....	555
Passo de Torres .....	563
Paulo Lopes .....	566
Penha .....	567
Peritiba .....	576
Pomerode .....	572
Porto Belo .....	577
Rio do Sul .....	578
Santa Rosa do Sul .....	615
Santa Terezinha do Progresso .....	619
Santiago do Sul .....	622
São Bento do Sul .....	623

São Carlos .....	626
São Domingos .....	628
São João do Sul .....	631
São José .....	633
São Lourenço do Oeste .....	641
São Miguel do Oeste .....	644
Schroeder .....	645
Serra Alta .....	665
Sombrio .....	668
Timbé do Sul .....	669
Timbó .....	669
Três Barras .....	686
Treze Tílias .....	689
Tunápolis .....	689
Turvo .....	690
Vargem Bonita .....	691
Videira .....	692
Xavantina .....	701
Xaxim .....	701

### Consórcios

CIGA .....	702
CIMCATORINA .....	702
CIMVI .....	703
CIS/AMARP .....	703
CIS/AMMVI .....	704



CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 032/2014

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 032/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 01/2014 - Pregão Presencial 01/2014. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: Sul Card Administradora de Cartões S.A; Objeto: Aditivar quantitativamente o presente contrato, que consiste na "prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de crédito/auxílio alimentação (cartão alimentação) aos empregados da contratante, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios "in natura" através de redes de estabelecimentos credenciados", conforme pedido e parecer constante em anexo no Processo Licitatório nº 001/2014 - Pregão Presencial nº 001/2014; Quantidade Aditivada: 5 (cinco) unidades de cartões alimentação.

Antônio Carlos, 15 de outubro de 2014.  
Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N 477/2014

PORTARIA Nº 477/2014.

Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a MARLISE SONNTAG MAYER, ocupante do cargo comissionado de SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, a partir de 01 de dezembro de 2014, referente ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de outubro de 2014.

### PORTARIA N 478/2014

PORTARIA Nº 478/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, ANGELO ALVES DA SILVA, para o cargo efetivo de MOTORISTA, a partir de 03 de novembro de 2014, para atuar na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, passando a fazer parte do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de outubro de 2014.

### PORTARIA N 479/2014

PORTARIA Nº 479/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, VANESSA KOCH MANNES, para o cargo efetivo de TECNICO EM CONTABILIDADE, a partir de 03 de novembro de 2014, para atuar na Secretaria de Administração e Finanças, passando a fazer parte do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de outubro de 2014.

### PORTARIA N 480/2014

PORTARIA Nº 480/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, BRUNA NAU, para o cargo efetivo de TECNICO EM EDUCAÇÃO, a partir de 03 de novembro de 2014, para atuar na Secretaria de Educação e Cultura, passando a fazer parte do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de outubro de 2014.

### PORTARIA N 481/2014

PORTARIA Nº 481/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, KALINA TRIVELATO DE LIMA, para o cargo efetivo de NUTRICIONISTA, a partir de 03 de novembro de 2014, para atuar na Secretaria de Educação e Cultura, passando a fazer parte do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de outubro de 2014.

#### **PORTARIA N 482/2014**

PORTARIA Nº 482/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, VALMIR LIBERATO DUARTE, para o cargo efetivo de MOTORISTA, a partir de 03 de novembro de 2014, para atuar na Secretaria de Saude e Assistencia Social, passando a fazer parte do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de outubro de 2014.

#### **PORTARIA N 483/2014**

PORTARIA Nº 483/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, SABRINA DA COSTA, para o cargo efetivo de FARMACEUTICO, a partir de 03 de novembro de 2014, para atuar na Secretaria de Saude e Assistencia Social, passando a fazer parte do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de outubro de 2014.

#### **PORTARIA N 484/2014**

PORTARIA Nº 484/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, JOCILENE IRENE GUESSER, para o cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 03 de novembro de 2014, para atuar na Secretaria de Saude e Assistencia Social, passando a fazer parte do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de outubro de 2014.

#### **PORTARIA N 485/2014**

PORTARIA Nº 485/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, HELOISA REGIS VAZ, para o cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 03 de novembro de 2014, para atuar na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, passando a fazer parte do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de outubro de 2014.

#### **PORTARIA N 487/2014**

PORTARIA Nº 487/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, MARILEIA JUCELIA VIDAL, para o cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 03 de novembro de 2014, para atuar na Secretaria de Saude e Assistencia Social, passando a fazer parte do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de outubro de 2014.

#### **PORTARIA N 486/2014**

PORTARIA Nº 486/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, RAFAELA ROSELI KAMMER, para o cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 03 de novembro de 2014, para atuar na Secretaria de Saude e Assistencia Social, passando a fazer parte do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de outubro de 2014.

#### **PORTARIA N 488/2014**

PORTARIA Nº 488/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, REGIANE CUSTODIO, para o cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 03 de novembro de 2014, para atuar na Secretaria de Saude e Assistencia Social, passando a fazer parte do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de outubro de 2014.

#### **PORTARIA N 489/2014**

PORTARIA Nº 489/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, MARIANA BORBA, para o cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 03 de novembro de 2014, para atuar na Secretaria de Saude e Assistencia Social, passando a fazer parte do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de outubro de 2014.

#### **PORTARIA N 490/2014**

PORTARIA Nº 490/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, JOSIANE MULLER, para o cargo efetivo de ENFERMEIRO - 20H, a partir de 03 de novembro de 2014, para atuar na Secretaria de Saude e Assistencia Social, passando a fazer parte do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de outubro de 2014.

#### **PORTARIA N 491/2014**

PORTARIA Nº 491/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,



no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, LINETE RITA VIEIRA NIEHUES DE FARIAS, para o cargo efetivo de MEDICO PEDIATRA - 20H, a partir de 03 de novembro de 2014, para atuar na Secretaria de Saude e Assistencia Social, passando a fazer parte do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de outubro de 2014.

### **PORTARIA N 492/2014**

PORTARIA Nº 492/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, ANA KAROLLINY TESTONI, para o cargo efetivo de ENFERMEIRO, a partir de 03 de novembro de 2014, para atuar na Secretaria de Saude e Assistencia Social, passando a fazer parte do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de outubro de 2014.

### **2º EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PUBLICO 001/2014**

2º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 31/10/2014 a 28/11/2014 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Anchieta, n.º 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munidos dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 30 de outubro de 2014.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: Auxiliar de manutenção e conservação

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
04	Marcia Regina Silva	0665
05	Nasareno José Antunes	0932

Cargo: MEDICO - 40H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
05	Mariana A. Cypriano de Castro Hoffmann	0612

Cargo: auxiliar administrativo i

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
05	Regiane Custodio	1688
06	Francielly Kelm	1772
07	Jessica Weber	1314
08	Joziane Soares da Silva	1852

Cargo: médico 20 horas

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
04	Jorge Edmundo Calderon Chavez	1901

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO II

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01	Ana Carla Marilda Costa	0429
02	Ana Paula Richartz	1163

### **PORTARIA N 493/2014**

PORTARIA Nº 493/2014.

Concede Licença Maternidade.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1225/2009,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA MATERNIDADE, por 180 dias a servidora ACT, JANAINA PAULI CLASEN, ocupante do cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - 30H, a partir de 28 de outubro de 2014 a 29 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de outubro de 2014.

### **PORTARIA N 495/2014**

PORTARIA Nº 495/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, ROSANGELA TEREZINHA WEBER, para o cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 03 de novembro de 2014, para atuar na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos, passando a fazer parte do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 31 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de novembro de 2014.

### DECRETO Nº 110/2014

DECRETO Nº 110/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 24.225,90 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0005.2.013-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 10.000,00

05 -SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 -FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.244.0008.2.014-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 12.000,00

07 -SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 -SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01.20.606.0009.2.022-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 2.225,90

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0005.2.013-3.3.50.00.00.00.00.00 -Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu 5.000,00

04.01.13.392.0005.2.013-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 5.000,00

05 -SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 -FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.244.0008.2.014-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 10.000,00

05.03.08.244.0008.2.014-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 2.000,00

07 -SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 -SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01.20.606.0009.2.022-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 2.225,90

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 30 de Outubro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### PORTARIA N 494/2014

PORTARIA Nº 494/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, FERNANDO HENRIQUE MOMM, para o cargo efetivo de MEDICO 40H - PSF, a partir de 04 de novembro de 2014, para atuar na Secretaria de Saude e Assistencia Social, passando a fazer parte do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 31 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de novembro de 2014.

### PORTARIA N 496/2014

PORTARIA Nº 496/2014.

Dispensa servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, ROSANGELA TEREZINHA WEBER, do cargo temporario de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 31 de outubro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.  
Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 31 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de novembro de 2014.

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1647

DECRETO Nº 1647, de 31 de outubro de 2014.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público da servidora JOVILDE MARIA SERIGHELLI PIROLI, a partir de 01/11/2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

#### DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 a servidora JOVILDE MARIA SERIGHELLI PIROLI, detentora da matrícula funcional nº 017, portadora do CPF nº 518.036.749-20, inscrita no RG nº 1.680.632, PIS/PASEP nº 1701820372-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I (Pós-Graduado) - 20 horas, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 1.851,64 (um mil, oitocentos e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos), que será pago mensalmente pelo IPREARROIO.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 70, IV, da Lei Complementar Municipal nº 1.043/2004 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de 01/11/2014, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de outubro de 2014.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1648

DECRETO Nº 1648, de 31 de outubro de 2014.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público da servidora LIRES ANCILIERO, a partir de 01/11/2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

#### DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 a servidora LIRES ANCILIERO, detentora da matrícula funcional nº 007, portadora do CPF nº 551.998.369-00, inscrita no RG nº 1.688.804, PIS/PASEP nº 17025250536, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I (Pós-Graduado) - 40 horas, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a

100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 3.519,46 (três mil, quinhentos e dezenove reais e quarenta e seis centavos), que será pago mensalmente pelo IPREARROIO.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 70, IV, da Lei Complementar Municipal nº 1.043/2004 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de 01/11/2014, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de outubro de 2014.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1649

DECRETO Nº 1649, de 31 de outubro de 2014.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, e declara a vacância do cargo público da servidora MARIA INÊS NEZI, a partir de 01/11/2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

#### DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora MARIA INÊS NEZI, portadora do CPF nº 296.567.379-20 e do PASEP nº 1009673911-5, detentora da matrícula funcional nº 016, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Biblioteca, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o montante de R\$ 1.776,11 (um mil, setecentos e setenta e seis reais e onze centavos), que será pago mensalmente pelo IPREARROIO.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 70, IV, da Lei Complementar Municipal nº 1.043/2004 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos iniciam-se a partir de 01/11/2014, e revogam-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de outubro de 2014.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

**Ascurra****PREFEITURA****EDITAL DE PREGÃO 42/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
EDITAL DE PREGÃO Nº42/2014

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 13/11/2014 às 10 horas, PREGÃO PRESENCIAL, para SERVIÇOS DE MÁQUINAS, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br)

Ascurra, 31 de outubro de 2014.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

**Balneário Rincão****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 082/PMBR/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 082/PMBR/2014.  
Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.  
Data e horário da sessão de abertura: 12/11/2014 às 14h00min.  
Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.  
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de uma Mini Serra Sabre com material de desgaste, Uniformes, Materiais de EPI's para serem utilizados pelas equipes de manutenções da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos do Município de Balneário Rincão - SC., durante o ano de 2014.  
Fone/Fax: (48) 3468-5176/ e-mail: [licitacao.rincao@hotmail.com](mailto:licitacao.rincao@hotmail.com)

Balneário Rincão - SC, 30 de Outubro de 2014.  
Pregoeira  
Gisele Ferreira.

**EXTRATO DE ADITIVO - BETHA**

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 063/PMBR/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, a INCLUSÃO DO ITEM 3.9., NA CLAUSULA TERCEIRA do Contrato Nº. 063/PMBR/2013 e o REAJUSTE DE PREÇOS, do referido Contrato, de acordo com o Memorando Nº. 041/DCMP/2014 e o Parecer Jurídico Nº. 47 de 20/10/2014. ASSINATURA: 20/10/2014, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo empresa o Sr. Ernesto Muniz De Souza Jr

**EXTRATO DE ADITIVO - BETHA**

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 010/FMS/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, a INCLUSÃO DO ITEM 3.9., NA CLAUSULA TERCEIRA do Contrato Nº. 010/FMS/2013 e o REAJUSTE DE PREÇOS, do referido Contrato, de acordo com o Memorando Nº. 041/DCMP/2014 e o Parecer Jurídico Nº. 47 de 20/10/2014. ASSINATURA: 20/10/2014, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo empresa o Sr. Ernesto Muniz De Souza Jr

**EXTRATO DE CONTRATO - PMBR**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº. 129/PMBR/2014; VOLGELSANGER PAVIMENTAÇÃO LTDA. OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, a execução das Obras de Revitalização com Pavimento Asfáltico da Rua Antônio Pagani, localizada na Zona Sul do Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 01/10/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Norberto Alfredo Kruger  
CONTRATO Nº. 130/PMBR/2014; R.S.A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME. OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de equipamentos musicais, eletrônicos, informática, móveis, materiais de expediente para a execução do Projeto



Técnico Social (PTTS) a ser realizado com as famílias beneficiadas no Programa Minha Casa Minha Vida (Condomínio Residencial Prefeito Deobaldo Donato Pacheco) e para uso da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/ SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 08/10/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Valmir Costa dos Santos CONTRATO Nº. 131/PMBR/2014; ATEKY INFORMATICA LTDA EPP. OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de equipamentos musicais, eletrônicos, informática, móveis, materiais de expediente para a execução do Projeto Técnico Social (PTTS) a ser realizado com as famílias beneficiadas no Programa Minha Casa Minha Vida (Condomínio Residencial Prefeito Deobaldo Donato Pacheco) e para uso da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/ SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 08/10/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Tito Hobold

CONTRATO Nº. 132/PMBR/2014; GOLD COMPUTADORES LTDA - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de equipamentos musicais, eletrônicos, informática, móveis, materiais de expediente para a execução do Projeto Técnico Social (PTTS) a ser realizado com as famílias beneficiadas no Programa Minha Casa Minha Vida (Condomínio Residencial Prefeito Deobaldo Donato Pacheco) e para uso da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/ SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 08/10/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Sandro Pietsch

CONTRATO Nº. 133/PMBR/2014; ORLEANS INFORMÁTICA LTDA - EPP. OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de equipamentos musicais, eletrônicos, informática, móveis, materiais de expediente para a execução do Projeto Técnico Social (PTTS) a ser realizado com as famílias beneficiadas no Programa Minha Casa Minha Vida (Condomínio Residencial Prefeito Deobaldo Donato Pacheco) e para uso da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/ SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 08/10/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Vaguinho Rosseti

CONTRATO Nº. 134/PMBR/2014; PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA - EPP. OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de equipamentos musicais, eletrônicos, informática, móveis, materiais de expediente para a execução do Projeto Técnico Social (PTTS) a ser realizado com as famílias beneficiadas no Programa Minha Casa Minha Vida (Condomínio Residencial Prefeito Deobaldo Donato Pacheco) e para uso da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/ SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 08/10/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Sra. Carina Ascari Alberton Gesser

CONTRATO Nº. 135/PMBR/2014; STATION TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME. OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de equipamentos musicais, eletrônicos, informática, móveis, materiais de expediente para a execução do Projeto Técnico Social (PTTS) a ser realizado com as famílias beneficiadas no Programa Minha Casa Minha Vida (Condomínio Residencial Prefeito Deobaldo Donato Pacheco) e para uso da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/ SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 08/10/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Fernando Germano Selinger

CONTRATO Nº. 136/PMBR/2014; EMPRESA ARTISTICO CULTURAL MARQUES JOAQUIM LTDA - ME. OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, a contratação do espetáculo teatral com a

peça "JULIA" do "Cirquinho do Revirado", como abertura do Projeto Técnico Social (PTTS) a ser realizado com as famílias beneficiadas no Programa Minha Casa Minha Vida (Condomínio Residencial Prefeito Deobaldo Donato Pacheco), no Município de Balneário Rincão - SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 08/10/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Reveraldo Joaquim

CONTRATO Nº. 137/PMBR/2014; ECOSFERA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA ME. OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, a contratação de empresa de engenharia para Implantação de um Sistema de Geoprocessamento e Recadastramento Imobiliário dos imóveis da área urbana do Município de Balneário Rincão-SC. VIGENCIA: 10 meses; ASSINATURA: 13/10/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Joi Cletison Alves Junior

CONTRATO Nº. 138/PMBR/2014; FRANCIELE MANGILI TRAMONTIN ME. OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de lajotas hexagonais de concreto, meios-fios de concreto simples e areia para assentamento de lajotas, a serem utilizadas na repavimentação de diversas ruas do Município de Balneário Rincão/ (SC). VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 16/10/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Adilton Ricardo Tramontin

CONTRATO Nº. 139/PMBR/2014; RIMOL TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA ME. OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de lajotas hexagonais de concreto, meios-fios de concreto simples e areia para assentamento de lajotas, a serem utilizadas na repavimentação de diversas ruas do Município de Balneário Rincão/ (SC). VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 16/10/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Valdir Ferreira

CONTRATO Nº. 140/PMBR/2014; RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELI. OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de lajotas hexagonais de concreto, meios-fios de concreto simples e areia para assentamento de lajotas, a serem utilizadas na repavimentação de diversas ruas do Município de Balneário Rincão/ (SC). VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 16/10/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Marcos Ferreira Bortolon

CONTRATO Nº. 141/PMBR/2014; ARMUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME. OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de, Uniformes, Materiais de EPI's para serem utilizados pelas equipes de manutenções e pelas equipes da Iluminação Pública do Município de Balneário Rincão - SC, durante o ano de 2014. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 17/10/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Sra. Sirlene Berto Da Silva Zanette

CONTRATO Nº. 142/PMBR/2014; DICRIL PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA E HIGIENE LTDA. OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de, Uniformes, Materiais de EPI's para serem utilizados pelas equipes de manutenções e pelas equipes da Iluminação Pública do Município de Balneário Rincão - SC, durante o ano de 2014. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 17/10/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Juliano Custodio da Rosa

CONTRATO Nº. 143/PMBR/2014; DISTRIMEL - MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP. OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de, Uniformes, Materiais de EPI's para serem utilizados pelas equipes de manutenções e pelas equipes da Iluminação Pública do Município de Balneário Rincão - SC,

durante o ano de 2014. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 17/10/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr Felipe Fragnani D'agostin

CONTRATO Nº. 144/PMBR/2014; JAIME JOSÉ LIMA. OBJETO: Contratação do Sr. Jaime Jose Lima para execução dos serviços de corte de árvores exóticas (Casuarina equisetifolia) localizadas na Av. Leoberto Leal, Centro no Município de Balneário Rincão/SC.. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 29/10/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr Jaime José Lima

### EXTRATO DE CONTRATO - SAMAE

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 032/SAMAE/2014; NB FALCE & CIA LTDA; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de um conjunto de motobomba, uma bomba dosadora de diafragma e materiais para automação da motobomba, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 01/10/2014; VIGENCIA: 31/12/2014. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Antonio Carlos Ghisi- Presidente Interino e pela empresa o Sr. Theo Kichner Falce

CONTRATO Nº. 033/SAMAE/2014; SANDRINI & BOTEGA LTDA; OBJETO: Contrato de prestação de serviços técnicos especializados em "operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e do sistema comercial", com fornecimento de equipamentos e mão- de obra, para o SAMAE. ASSINATURA: 08/10/2014; VIGENCIA: 12 meses. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Antonio Carlos Ghisi - Presidente Interino e pela empresa o Sr. Anderson Sandrini Botega

CONTRATO Nº. 034/SAMAE/2014; SANETRAN SANEAMENTO AMBIENTAL S/A; OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente, para locação de três caminhões com compactador de lixo, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 20/10/2014; VIGENCIA: 31/03/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Antonio Carlos Ghisi - Presidente Interino e pela empresa o Sr. Luiz Carlos Poli

CONTRATO Nº. 035/SAMAE/2014; CONTRATADA: LIBRELATO S.A IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS. OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente, para a aquisição dois coletores compactadores de lixo para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão. ASSINATURA: 29/10/2014; VIGENCIA: 31/12/2014 SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente e pela empresa a Sr. José Carlos Sprício

CONTRATO Nº. 036/SAMAE/2014; CONTRATADA: FORAUTO VEÍCULOS LTDA. OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente, para a aquisição de dois caminhões zero quilômetro adaptado para coleta de lixo, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão. ASSINATURA: 29/10/2014; VIGENCIA: 31/12/2014 SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente e pela empresa a Sr. Renato Angeloni Costa

## Barra Velha

### PREFEITURA

#### PORTARIA Nº 828, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº 828, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato Priscila Ridsen Baleche para o cargo efetivo de PSICÓLOGO, Nível II-1, do Anexo III, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com exercício no EBM Manoel Antônio de Freitas e carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 30 de outubro de 2014.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

#### PORTARIA Nº 829, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº 829, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato VIVIANI VALDRICH BARKEMEYER para o cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível II-1, do Anexo V, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com exercício no EBM Manoel Ant e carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 30 de outubro de 2014.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

#### **PORTARIA Nº 830, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 830, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014  
"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear o candidato PETERSON XAVIER VOIGTLANDER para o cargo efetivo de MOTORISTA DE ÔNIBUS, Nível I-1, do Anexo VI, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com exercício na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 30 de outubro de 2014.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

#### **TP 002/2014 FMS**

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Processo Administrativo nº 032/2014 - FMS  
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2014 - FMS

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para construção de Unidades Básicas de Saúde para o Município de Barra Velha/SC, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Cadastro na Prefeitura: até 13/11/2014. Data/horário recebimento envelopes: 17/11/2014 até 08:30 horas. Data/horário abertura envelopes: 17/11/2014 às 08:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 30 de outubro de 2014.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2014**

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA

Resultado de Licitação

Pregão Presencial nº006/2014.

Processo Administrativo nº 006/2014.

OBJETO: aquisição/fornecimento e instalação de computadores, no-breaks, impressoras, transformadores, projetor de imagem e microfone sem fio, constantes do Anexo I - Termo de Referência para a Câmara de Vereadores de Barra Velha.

Empresas Participantes: WEIKAN TECNOLOGIA LTDA, INFOPLAN LTDA -ME, GISELE MATILDE VIEIRA - ME, MARCELO WEINRICH - ME, M. H. PERELLES - ME.

Empresa Vencedora: LOTE 02: WEIKAN TECNOLOGIA LTDA

Valor da Proposta: LOTE 02; R\$ 5.170,00 ( cinco mil cento e setenta reais).

Barra Velha, 30 de outubro de 2014.

Nivaldo José Ramos - Presidente.

Rui José Machado Junior - Procurador Geral.

Amanda Elisangela Provesi de Aguiar - Pregoeira

# Biguaçu

## PREFEITURA

### REPUBLICAÇÃO PP 224/2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO DO PP 224/2014 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 224/2014 PMB, que tem como objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E A INSTALAÇÃO DE PORTAS E JANELAS DE VIDRO, PARA ATENDER A CASA LAR", fica republicada a mesma para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 14/11/2014, até 13:45 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 14/11/2014, às 14:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 31 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 159/2014

DECRETO Nº 159 /2014 DE: 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei Municipal nº 3510/2014,

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar no montante de R\$ 1.687.117,21 (Um milhão seiscentos e oitenta e sete mil cento e dezessete reais e vinte e um centavos) utilizando como fonte de recurso a anulação de dotação, conforme abaixo especificado:

#### SUPLEMENTAÇÕES

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	1.687.117,21
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.687.117,21
3.1.90.00	Aplicações Diretas	1.687.117,21
0.1.02.000000		1.687.117,21
	SOMA	1.687.117,21

#### ANULAÇÕES

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1800	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
1801.10.301.0004.1009	Implantação e Man. de Pólos de Academia de Saúde	10.000,00
4.4.00.00	Investimentos	10.000,00

4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.02.000000	Recursos Ordinários	10.000,00
1801.10.301.0004.1010	Construção ou Ampliação de Unidade de Saúde	14.000,00
4.4.00.00	Investimentos	14.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	14.000,00
0.1.02.000000	Recursos Ordinários	14.000,00
1801.10.301.0004.1011	Aquisição de Veículos	38.000,00
4.4.00.00	Investimentos	38.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	38.000,00
0.1.02.000000	Recursos Ordinários	38.000,00
1801.10.301.0004.2038	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	200.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	200.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	200.000,00
0.1.02.000000	Recursos Ordinários	200.000,00
1801.10.302.0004.2041	Serviços de Atendimento às Urgências MAC/SAMU	129.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	129.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	129.000,00
0.1.02.000000	Recursos Ordinários	129.000,00
1801.10.302.0004.2042	Manut. das Ações de Média e Alta Complexidade	1.229.994,21
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	768.924,39
3.1.91.00	Aplicação Direta Intra	768.924,39
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	391.414,82
3.3.90.00	Aplicações Diretas	391.414,82
4.4.00.00	Investimentos	69.655,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	69.655,00
0.1.02.000000	Recursos Ordinários	1.229.994,21
1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	66.123,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	66.123,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	66.123,00
0.1.02.000000	Recursos Ordinários	66.123,00
	TOTAL	1.687.117,21

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária



**DECRETO Nº 158/2014**

DECRETO Nº 158 /2014 DE: 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3417/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3457/2013 - Lei Orçamentária para 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 3457/2013:

**03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

0301.04.122.0002.2011	Manutenção da Secretaria de Administração	6.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	6.000,00

**11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**

1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	20.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	20.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00

1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	7.300,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	6.300,00
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	1.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	7.300,00

1101.08.244.0006.2060	Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação	10.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	10.000,00
1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	5.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	5.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00

**18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica – PABF	11.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.2.28.000057	Outras Despesas Correntes	11.000,00

	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.2.28.000057	Investimentos	11.0000,0

1801.10.301.0004.2035	Ações de Saúde da Família – PABV/PSF	18.334,73
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	8.334,73
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	18.334,73

1801.10.302.0004.2044	Manutenção da UPA	400.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	400.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	400.0000,0

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 21 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.084/2014- PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.084/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: CIRURGICA CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA. - ME

Valor: R\$ 13.425,00 (treze mil quatrocentos e vinte e cinco reais).

Vigência: 14/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.099/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.099/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: RENASCER IND. COM. DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 41.940,00 (QUARENTA E UM MIL NOVECIENTOS E QUARENTA REAIS).

Vigência: 14/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.009/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 129/2013 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.009/2014  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 129/2013 - FMS

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REFERENTE A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NO HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME

Valor: Acréscimo de R\$ 90,00 (noventa reais).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.079/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 33/2014 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.079/2014  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 33/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME

Valor: R\$ 290,25 (DUZENTOS E NOVENTA REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).

Vigência: 03/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 59/2014-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 59/2014-FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONserto DE CENTRÍFUGA DE ROUPAS DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HORAS DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, COM FULCRO NO ARTIGO 24, II, LEI Nº 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: W&Z - COMÉRCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA - EPP.

VALOR: R\$ 1.920,00 (mil novecentos e vinte reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93. É dispensável a licitação:

(...)II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

JUSTIFICATIVA: Considerando que a lavanderia situada na Policlínica Municipal é a mesma que atende a Unidade de Pronto Atendimento 24 horas, não podendo ficar sem funcionamento, eis que prejudicaria o atendimento dos pacientes; Considerando que o valor total desta aquisição não ultrapassará o valor mencionado no inciso supracitado, opta-se pela dispensa de licitação.

Biguaçu, 24 de setembro de 2014.  
Leandro Adriano de Barros  
Secretário de Saúde

**RESOLUÇÃO 23/2014**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 23/2014.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, provenientes dos repasses do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, exercício de 2013.

O Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- A deliberação na Plenária da Reunião Ordinária de 17 de outubro de 2014.
- A ATA nº 14/2014.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, exercício 2013, proveniente dos repasses do FNAS para o FMAS, conforme os saldos de cada piso relacionados abaixo:

PBV II - Piso Básico Variável II - R\$ 2.963,98 (dois mil novecentos

e sessenta e três reais e noventa e oito centavos);  
PBV - SCFV Piso Básico Variável - R\$ 24.300,00(vinte e quatro mil e trezentos reais);  
PBF - Piso Básico Fixo - R\$ 26.661,28 (vinte e seis mil seiscentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos);  
ACESSUAS - R\$ 165.804,76 (cento e sessenta e cinco mil oitocentos e quatro reais e setenta e seis centavos);  
PVMC - Piso Variável de Média Complexidade - R\$ 269,62 (duzentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos);  
PAC I - Piso de Alta Complexidade I - R\$ 17.985,55 (dezessete mil novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos);  
PAC II - Piso de Alta complexidade II - R\$ 61.194,07 (sessenta e um mil cento e noventa e quatro reais e sete centavos);  
PTMC - Piso de Transição de Média Complexidade - R\$ 14.250,39 (quatorze mil, duzentos e cinquenta reais e trinta e nove centavos);  
PFMC - Piso Fixo de Média Complexidade - R\$ 208.870,93(duzentos e oito mil oitocentos e setenta reais e noventa e três centavos);  
IGD/PBF - Incentivo a Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - R\$ 107.312,85(cento e sete mil trezentos e doze reais e oitenta e cinco centavos);  
IGD/SUAS - Incentivo a Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - R\$ 7.857,69 (sete mil oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e nove centavos);

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 24 de outubro de 2014.  
Silvana Cesconetto da Silva Garcia  
Presidente do CMAS/ Biguaçu

#### **PORTARIA Nº 2496/2014**

PORTARIA nº 2496 de 30 de outubro de 2014

Torna sem efeito a portaria nº 258/2013, que nomeava a servidora Elisa Maria Hoffmann Loeff, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Tributos Mobiliário, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a portaria nº 258 de 18 de janeiro de 2013, que nomeava a servidora Elisa Maria Hoffmann Loeff, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Tributos Mobiliário, na Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 01/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2014.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.  
José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2497/2014**

PORTARIA nº 2497 de 30 de outubro de 2014

Torna sem efeito a portaria nº 261/2013, que nomeava a servidora Zenilde Maria Ferreira, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Administração da Dívida Ativa, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a portaria nº 261 de 18 de janeiro de 2013, que nomeava a servidora Zenilde Maria Ferreira, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Administração da Dívida Ativa, na Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 01/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2014.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2498/2014**

PORTARIA nº 2498 de 30 de outubro de 2014

Nomeia a servidora Valéria Cristina da Silva, detentora do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos Municipais I, inscrita na matrícula funcional nº 9825, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Administração da Dívida Ativa, nos termos do artigo 64 da Lei Complementar nº 33/2010, e do art. 217, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e fixa para o exercício o valor indicado no Anexo X da Lei Complementar nº 47/2011 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora Valéria Cristina da Silva, detentora do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos Municipais I, inscrita na matrícula funcional nº 9825, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Administração da Dívida Ativa, nos termos do artigo 64 da Lei Complementar nº 33/2010, e do art. 217, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Função de Confiança concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a R\$ 600,00 (seiscentos reais), observada a aplicação do art. 217, caput e do Anexo X da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2014.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.

Jose Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2499/2014**

PORTARIA nº 2498 de 30 de outubro de 2014

Nomeia a servidora Valéria Cristina da Silva, detentora do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos Municipais I, inscrita na matrícula funcional nº 9825, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Administração da Dívida Ativa, nos termos do artigo 64 da Lei Complementar nº 33/2010, e do art. 217, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e fixa para o exercício o valor indicado no Anexo X da Lei Complementar nº 47/2011 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora Valéria Cristina da Silva, detentora do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos Municipais I,

inscrita na matrícula funcional nº 9825, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Administração da Dívida Ativa, nos termos do artigo 64 da Lei Complementar nº 33/2010, e do art. 217, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Função de Confiança concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a R\$ 600,00 (seiscentos reais), observada a aplicação do art. 217, caput e do Anexo X da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2014.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.

Jose Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

### **ERRATA DA 84ª CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO – SESAU – EDITAL 001/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU

SECRETARIA DA SAÚDE

Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras - Biguaçu / CEP: 88.160-000

FONE/FAX: (48) 3039 8500

ERRATA da 84ª Convocação para o Processo Seletivo - SESAU - edital 001/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, INFORMA que fica anulada a convocação efetuada para o Cargo - Lotação 3126 - Agente Comunitário de Saúde - Saveiro na 84ª Convocação para o Processo Seletivo - SESAU - edital 001/2012.

A anulação se fundamenta no fato de o prazo final de comparecimento para a 83ª Convocação ter sido equivocadamente estipulado para 27 de outubro de 2014, apesar de nesta data não ter ocorrido expediente em virtude da antecipação do ponto facultativo referente ao dia do servidor público. Pesando sobre isso o comparecimento da 5ª colocada em 28 de outubro de 2014.

Biguaçu, 31 de outubro de 2014.

Leandro Adriano de Barros

Secretário da Saúde

## **Blumenau**

### **PREFEITURA**

#### **LEI Nº 8.041/14**

LEI 8.041, EM 23 DE OUTUBRO DE 2014.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS NO PERÍODO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014 A 02 DE JANEIRO DE 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder férias coletivas aos servidores públicos do Município, suas Autarquias e Fundações, no período de 22 de dezembro de 2014 a 02 de janeiro de 2015, ressalvados os ocupantes dos cargos de Professor e de Educador dos Quadros do Magistério Público Municipal, cujas férias serão concedidas na forma do disposto no art. 40, I, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, e os que atuam em serviços essenciais.

§1º O período de férias dos servidores ocupantes dos cargos de Professor e de Educador será fixado no Calendário Escolar Oficial divulgado pela Secretaria Municipal de Educação.

§2º Compete ao Chefe do Poder Executivo e aos Dirigentes Superiores de Autarquias e Fundações estabelecer os serviços essenciais, observados os critérios de conveniência e oportunidade da Administração, cujos servidores ficam excepcionados, integral ou parcialmente, de usufruírem as férias no período de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º Os servidores em gozo de férias coletivas terão 8 (oito) dias deduzidos do respectivo período aquisitivo.

Parágrafo único. Fica autorizada a concessão de férias coletivas aos servidores públicos da Câmara Municipal de Blumenau, no período de 22 de dezembro de 2014 a 09 de janeiro de 2015, com dedução de 13 (treze) dias do respectivo período aquisitivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

#### **DECRETO Nº 10.430/2014**

DECRETO Nº 10.430, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 7.941, de 16 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta



mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

**31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

3101 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0009.2178 - Imp. de Ações e Serviços de Saúde

Modalidade 3.3.90 (101) Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0370.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da dotação orçamentária abaixo discriminada:

**31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

3101 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0009.2178 - Imp. de Ações e Serviços de Saúde

Modalidade 4.4.90 (102) Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0370.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de setembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 10.435/2014**

DECRETO Nº 10.435, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 7.941, de 16 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

**31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

3101 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0009.2177 - Qualificação/Educação na Saúde

Modalidade 3.3.90 (99) Aplicações Diretas

R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0370.00000

Atividade 31.01.10.301.0009.2229 - Prog. Inv. Rede de Serv. de Saúde Fundo/Fundo

Modalidade 4.4.90 (109) Aplicações Diretas

R\$ 70.000,00

Fonte de Recursos 0370.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de setembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 10.466/2014**

DECRETO Nº 10.466, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAEMA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 7.941, de 16 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no valor de R\$ 361.000,00 (trezentos e sessenta e um mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

**25 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

2501 - Fundação Municipal do Meio Ambiente

Atividade 25.01.18.542.0009.2137 - Manut. das Ativ. da Faema

Modalidade 3.3.90 (10) Aplicações Diretas

R\$ 101.000,00

Modalidade 3.3.91 (12) Aplicações Diretas

R\$ 260.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

**25 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

2501 - Fundação Municipal do Meio Ambiente

Atividade 25.01.18.542.0009.2137 - Manut. das Ativ. da Faema

Modalidade 3.1.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 260.000,00

Modalidade 4.4.90 (13) Aplicações Diretas

R\$ 100.000,00

Modalidade 4.6.90 (15) Aplicações Diretas

R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 10.468/2014**

DECRETO Nº 10.468, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 1º, III, DO DECRETO Nº 9.543, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE "DELIMITA IMÓVEIS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, COMO ZONA DE URBANIZAÇÃO ESPECIAL PARA FINS DE APLICAÇÃO DO PROJETO "MORE LEGAL".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º o artigo 1º, III, do Decreto nº 9.543, de 01 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Ficam delimitados como Zona de Urbanização Especial, para fins de aplicação do Projeto "More Legal", Lei Complementar

nº 295, de 08 de novembro de 2000, os seguintes imóveis:

...

III - DE LUIS CARLOS KLITZKE E SANDRA REGINA DA SILVA KLITZKE:

Uma área de terras situada nesta cidade, no Bairro Progresso, na Rua Minas da Prata, contendo 4.000,00m<sup>2</sup>, fazendo frente em 20,39m com o lado ímpar da Rua Minas da Prata, fundos em 20,10m com terras remanescentes de Luis Carlos Klitzke e Sandra Regina da Silva Klitzke; estremando pelo lado direito em 198,84m com terras remanescentes de Luis Carlos Klitzke e Sandra Regina da Silva Klitzke, e pelo lado esquerdo em 200,00m com terras de Werner Rodolfo Passold, sem benfeitorias, distando cerca de 700,00m até a Rua Santa Maria, área essa que faz parte do todo matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob 15.532;

..."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.166/2014**

PORTARIA Nº 18.166, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPENSA MICHELE STEINHEUSER ANGEESKI DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando SEDEAD nº 793/2014, resolve:

DISPENSAR

a servidora pública municipal MICHELE STEINHEUSER ANGEESKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, da função gratificada de confiança de Coordenador do Serviço de Segurança do Trabalho - FGC 70%, concedida pela Portaria nº 16.869, de 12/04/2013, a contar de 01 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.167/2014**

PORTARIA Nº 18.167, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPENSA RODRIGO STACHOVIK PALERMO DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com

a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme o Processo Administrativo nº 2014/09/006587, resolve:

DISPENSAR

o servidor público municipal RODRIGO STACHOVIK PALERMO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotado na Procuradoria-Geral do Município - PROGEM, da função gratificada de confiança de Chefe do Setor de Contratos e Convênios - FGC 100%, concedida pela Portaria nº 16.883, de 12/04/2013, a contar de 01 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.168/2014**

PORTARIA Nº 18.168, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LIGIA MARCELO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 4º, da Lei nº 4.432/94, e alterações posteriores, e conforme Memorando SEDEAD nº 781/2014, resolve:

CONCEDER a gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, à servidora pública municipal LIGIA MARCELO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, na função de Técnico em Enfermagem da ESF, a contar de 01 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.169/2014**

PORTARIA Nº 18.169, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DISPENSAR

os servidores públicos municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, das seguintes funções gratificadas de confiança:

EDISON MOBBS, Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, do exercício da função

gratificada de confiança de Coordenador do Centro de Testagem e Aconselhamento - CTA, FGC-60%, designado pela Portaria nº 16.874, de 12/04/2013, a contar de 14 de outubro de 2014;

FABIANO ZANELLA, Fiscal de Serviços em Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Informações da Vigilância Epidemiológica, FGC-50%, designado pela Portaria nº 16.874, de 12/04/2013, a contar de 14 de outubro de 2014;

ELAINE JUNGES KRUTZSCH, Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Projetos Institucionais, FGC-30%, designada pela Portaria nº 17.325, de 16/10/2013, a contar de 14 de outubro de 2014;

MAILDO FERREIRA, Motorista, lotado na Procuradoria Geral do Município - PROGEM, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor do Serviço de Protocolo, FGC-40%, designado pela Portaria nº 16.883, de 12/04/2013, a contar de 10 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de outubro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.170/2014**

PORTARIA Nº 18.170, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.  
CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

MAILDO FERREIRA, do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Procuradoria Geral do Município - PROGEM, a contar de 10 de outubro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 7359/10/2014;

MIRELA LOTERO, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR, a contar de 08 de outubro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 7270/10/2014;

NEUZA APARECIDA NEPOMUCEDO, do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 15 de outubro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 7689/10/2014;

MARCOS LUCIANO GOMES NATO, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 14 de outubro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 7686/10/2014;

JOYCE CAROLINA DE FREITAS, do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 30 de outubro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 7688/10/2014;

FRANCIELE SANTOS DA ROSA, do cargo de provimento efetivo de

Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 24 de outubro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 7233/10/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de outubro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.171/2014**

PORTARIA Nº 18.171, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.  
ALTERA O PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO DOS SEGUINTE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, resolve:

ALTERAR, o percentual de gratificação de condução dos seguintes servidores públicos municipais, a contar de 01 de outubro de 2014:

CRISTIANO REICHERT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, concedida pela Portaria nº 18.122/2014, para GC de 30% (trinta por cento);

JOSÉ GERALDO FELIZZETI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, concedida pela Portaria nº 12.230/2008, para GC de 10% (dez por cento);

LUIZ CESAR TAVARES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, concedida pela Portaria nº 12.230/2008, para GC de 10% (dez por cento);

SERGIO LUIZ ROMUALDO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, concedida pela Portaria nº 12.230/2008, para GC de 10% (dez por cento);

VILSON RAISER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, concedida pela Portaria nº 12.230/2008, para GC de 10% (dez por cento);

JOSÉ MACARIE RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, concedida pela Portaria nº 12.230/2008, para GC de 10% (dez por cento);

RICHARD ZWICKER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, concedida pela Portaria nº 15.765/2012, para GC de 10% (dez por cento);

ADEMIR DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, concedida pela Portaria nº 16.706/2013, para GC de 10% (dez por cento);

EDÉZIO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Serviços

Urbanos - SESUR, concedida pela Portaria nº 12.230/2008, para GC de 10% (dez por cento);

ERIVALDO MAFFEZZOLLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, concedida pela Portaria nº 12.230/2008, para GC de 10% (dez por cento).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.172/2014**

PORTARIA Nº 18.172, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

DESIGNA LUIS ADMILSON AMARAL PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

#### **DESIGNAR**

o servidor público municipal LUIS ADMILSON AMARAL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras Públicas, lotado na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor Financeiro, FGC-50%, a contar de 21 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.174/2014**

PORTARIA Nº 18.174, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

DETERMINA O ARQUIVAMENTO DA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA - SAD Nº 002/2013, QUE TRAMITOU PERANTE A 3ª CPASD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o Julgamento prolatado nos autos da SAD nº 002/2013, resolve:

#### **DETERMINAR**

o arquivamento da Sindicância Administrativa - SAD nº 002/2013, instaurada por meio da Portaria nº 16.756, de 11/03/2013, para apurar supostas irregularidades ocorridas na Unidade Estratégia de Saúde da Família - ESF Jovino Inácio Cardoso III, que tramitou perante a 3ª Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, de acordo com a decisão proferida nos autos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de outubro 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.175/2014**

PORTARIA Nº 18.175, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPENSA RAFAEL GROSSELLI DAMO DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando SEPLAN/GAD nº 113/2014, resolve:

#### **DISPENSAR**

o servidor público municipal RAFAEL GROSSELLI DAMO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteto, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, da função gratificada de confiança de Coordenador de Estudo de Impacto de Vizinhança - FGC 70%, concedida pela Portaria nº 17.553, de 14/02/2013, a contar de 21 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.176/2014**

PORTARIA Nº 18.176, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

JAMES PEIXER, do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, a contar de 22 de outubro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 8062/10/2014;

KATYUSIA KELLY DE SOUZA, do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 24 de outubro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 8100/10/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 18.177/2014**

PORTARIA Nº 18.177, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

DESIGNA VANESSA TAMARA VIANA QUADROS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

**DESIGNAR**

a servidora pública municipal VANESSA TAMARA VIANA QUADROS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Projetos Institucionais, FGC-30%, a contar de 14 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.178/2014**

PORTARIA Nº 18.178, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIELA MARIA MONDINI BRAUN DOS SANTOS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO a servidora pública municipal MARIELA MARIA MONDINI BRAUN DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, a contar de 04 de outubro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 7831/10/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.179/2014**

PORTARIA Nº 18.179, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À LONI LIESENBERG.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e nos termos do § 7º, do art. 40, da Constituição Federal de 1988, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998, e de acordo com o art.16 e seguintes da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA à LONI LIESENBERG, viúva e dependente beneficiária do servidor público municipal aposentado KONRAD LIESENBERG, falecido em 19 de setembro de 2014, no valor de R\$ 4.837,40(Quatro mil oitocentos e trinta e sete reais e quarenta centavos), por mês, com efeitos retroativos a 19 de

setembro de 2014, conforme consta do Processo Administrativo nº 2014/10/06871.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de Outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.180/2014**

PORTARIA Nº 18.180, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

NOMEIA REPRESENTANTES PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 4º da Lei Complementar nº 865, de 28 de setembro de 2012, resolve:

**NOMEAR**

sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 865, de 28 de setembro de 2012, para comporem o Conselho Municipal de Educação - CME, conforme Memorando SEMED nº 320/2014:

TERESINHA GIOVANELLA e ANA SWAAB SCHERER, representantes titular e suplente, respectivamente, da Rede Estadual de Ensino, em substituição a CLAUDIA RENATE FERREIRA e AVAILTON ANTÔNIO ROCHA, nomeados pela Portaria nº 17.009, de 24 de maio de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.181/2014**

PORTARIA Nº 18.181, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, "II", "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com suporte no art. 13 da Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013, resolve:

**NOMEAR,**

sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 906, 12 de setembro de 2013, para comporem o Conselho Municipal do Idoso - CMI, juntamente com os demais:

WALDEMAR MEYER e VANESSA MEGUTI HAMAGUTI SOARES, representantes titular e suplente, respectivamente, da Pastoral da Pessoa Idosa, em substituição a ELENIL DE OLIVEIRA e PAULO MACHOTA, nomeados pela Portaria nº 17.413, de 27 de novembro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.183/2014**

PORTARIA Nº 18.183, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

NOMEIA RAEI BELLi PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - COPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 5º, da Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, e em atendimento ao Memorando SEPLAN/COPLAN nº 119/2014, de 16/10/2014, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, para compor o Conselho Municipal de Planejamento Urbano - COPLAN, juntamente com os demais membros:

RAEL BELLi, representante suplente do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB, em substituição a EDUARDO SILVEIRA DUTRA, nomeado pela Portaria nº 15.563, de 02 de abril de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.184/2014**

PORTARIA Nº 18.184, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 170/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, a nomeação dos seguintes cidadãos:

FERNANDA HERINGER DOS SANTOS, nomeada através da Portaria nº 18.067, de 04 de setembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Administrador, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

FABRÍCIA REGINA DA SILVA, nomeada através da Portaria nº 18.086, de 12 de setembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

REINALDO DE JESUS MOREIRA BRANCO, nomeado através da Portaria nº 18.087, de 12 de setembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista (CNH - Categoria C), aprovado pelo Concurso Público nº 001/2011;

FABIANO FERREIRA, nomeado através da Portaria nº 18.087, de 12 de setembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista (CNH - Categoria C), aprovado pelo Concurso Público nº 001/2011;

SABRINA KRETZER, nomeada através da Portaria nº 18.035, de 18 de agosto de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

JACY SOARES BORGES, nomeado através da Portaria nº 18.123, de 01 de outubro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2011;

AUREA TONN, nomeada através da Portaria nº 18.124, de 01 de outubro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.185/2014**

PORTARIA Nº 18.185, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 174/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo concurso público nº 001/2011, a contar de 07 de novembro de 2014:

MARCIA ZAKALUK DA SILVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Administrador, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LUCAS LIMA DE QUADROS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Administrador, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

DENISE APARECIDA RIBEIRO SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JANETE ARAUJO CEZAROTTO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

KARIN CRISTIANE FREITAG, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JULIANA DA SILVA SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

RAFAEL KMILIAUSKIS SANTOS GOMES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Reumatologista, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A;

JONAS JOSÉ SCHUCH, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Motorista (CNH - Categoria C), do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FABIO JULIO SPERBER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Motorista (CNH - Categoria C), do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

DANIELA CRISTINA NOFRE GRAFF, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CINTHYA MAIATO DE SOUZA ROSA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PROCESSOS INEXIGIBILIDADE E DISPENSA 2014**

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-146/14 - CONTRATAÇÃO DE INTÉRPRETE - SEMED  
CONTRATADA: GISELE RUCK.  
VALOR TOTAL: R\$ 1.280,00  
BASE LEGAL: ART. 25, CAPUT DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-142/14 - MANUTENÇÃO CAMINHÃO MUNCK - SESUR  
CONTRATADA: MADALMAQ EQUIPAMENTOS LTDA EPP.  
VALOR TOTAL: R\$ 1.407,35  
BASE LEGAL: ART. 25, INCISO I DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-147/14 - MANUTENÇÃO DE 1 PONTO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE EVENTOS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS.  
CONTRATADA: DTCOM DIRECT COMPANY S.A.  
VALOR TOTAL: R\$ 9.500,64  
BASE LEGAL: ART. 25, CAPUT DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-139/14 - PROCEDIMENTOS LABORATORIAIS - SEMUS  
CONTRATADA: UNISON CLINICA DE ULTRA-SONOGRAFIA S/S LTDA - ME.  
VALOR TOTAL: R\$ 123.972,00  
BASE LEGAL: ART. 25, CAPUT DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-144/14 - SERVIÇO DE PALESTRANTE - SEMUS  
CONTRATADA: HELDER BOSKA DE MORAES.  
VALOR TOTAL: R\$ 750,00  
BASE LEGAL: ART. 25, CAPUT DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-150/14 - CONTRATAÇÃO DO BRINQUEDO PLANETAPÉIA - PROEB.  
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DESPORTIVA E CULTURAL PLANETAPÉIA.  
VALOR TOTAL: R\$ 40.000,00  
BASE LEGAL: ART. 25, CAPUT DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-209/14 - LOCAÇÃO DE IMÓVEL - SEMUS.  
CONTRATADA: THD ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME.  
VALOR TOTAL: R\$ 321.000,00  
BASE LEGAL: ART. 24, X DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-211/14 - LOCAÇÃO DE IMÓVEL - SEMUS.  
CONTRATADA: PATRICIA STOLFI  
VALOR TOTAL: R\$ 69.960,00  
BASE LEGAL: ART. 24, X DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-219/14 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - SEDEC.  
CONTRATADA: INSTITUTO GENE BLUMENAU.  
VALOR TOTAL: R\$ 300.000,00  
BASE LEGAL: ART. 24, XIII DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

#### **PROCESSOS INEXIGIBILIDADE E DISPENSA 2014**

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-145/14 - CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE - SEMED  
CONTRATADA: LUCIA SEVEGNANI  
VALOR TOTAL: R\$ 2.500,00  
BASE LEGAL: ART. 25, CAPUT DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-122/14 - MANUTENÇÃO ADAPTATIVA DE SOFTWARE- SEMUDES  
CONTRATADA: FUNDAÇÃO DO ENSINO E ENG. DE SANTA CATARINA - FEESC  
VALOR TOTAL: R\$ 54.740,00  
BASE LEGAL: ART. 25, CAPUT DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-157/14 - CURSO DE CAPACITAÇÃO - PROGEM.  
CONTRATADA: FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DE DIREITO MUNICIPAL.  
VALOR TOTAL: R\$ 1.200,00  
BASE LEGAL: ART. 25, CAPUT DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-131/14 - CURSO CAPACITAÇÃO - SEMUS  
CONTRATADA: CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV.  
VALOR TOTAL: R\$ 600,00  
BASE LEGAL: ART. 25, CAPUT DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-148/14 - SERVIÇOS DE CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARE. - SEDEAD  
CONTRATADA: SENIOR SISTEMAS S.A.  
VALOR TOTAL: R\$ 17.880,00  
BASE LEGAL: ART. 25, CAPUT DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-149/14 - CONTRATAÇÃO DE BANDAS FOLCLÓRICAS- PROEB.  
CONTRATADAS: CLUBE MUSICAL SÃO PEDRO - ASSOC. DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - ASSOC. DOS GRUPOS FOLCLÓRICOS GERMÂNICOS DO MÉDIO VALE DO ÍTAJAÍ - CHOPPMOTORRADVERREIN - CENTRO CULTURAL 25 DE JULHO BLUMENAU - UHUL PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA ME.  
VALOR TOTAL: R\$ 975.524,11

BASE LEGAL: ART. 25, CAPUT DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-212/14 - LOCAÇÃO DE IMÓVEL - SEMUS.

CONTRATADA: BERMO EMPREENDIMENTOS LTDA ME.

VALOR TOTAL: R\$ 43.776,00

BASE LEGAL: ART. 24, X DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-213/14 - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA - SEDEAD

CONTRATADA: MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA ME.

VALOR TOTAL: R\$ 13.804,00

BASE LEGAL: ART. 24, IV DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

### **HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 03-1004/13 - SEDEAD**

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03 - 1004/2013 - SDP - 002/2013 - Elaboração dos projetos executivos de engenharia do Terminal Integrado Norte e do Terminal Integrado Oeste do sistema integrado de transporte coletivo urbano de Blumenau (SIB) - (Elaboração dos projetos executivos de engenharia, inclusive Estudo de Viabilidade técnico-econômica e estudos ambientais complementares p/ obtenção de Licença ambiental de instalação (LAI), do Terminal Integrado Norte - SEPLAN.

Contratada: CONSÓRCIO COBA S.A. - LOGITRANS - COBA BR  
Valor Total: R\$ 1.230.182,30 (um milhão, duzentos e trinta mil, cento e oitenta e dois reais e trinta centavos).

### **3º TERMO ADITIVO CONTRATO 004/13**

EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 004/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA AGR ENGENHARIA E AGREMENSURA LTDA.

OBJETO: Serviço de elaboração de projetos de regularização fundiária do Loteamento Vereador Romário Da Conceição Badia.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 037, de 06 de dezembro de 2012.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual para sua execução até o dia 14 de março de 2015.

DATA: 15 de agosto de 2014.

### **6º TERMO ADITIVO CONTRATO 012/13**

EXTRATO - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 012/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: Engenharia consultiva para elaboração de projetos executivos para obras de contenção de encostas.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-032/12.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 120(cento e vinte) dias, ou seja, de 13 de agosto até o dia 10 de dezembro de 2014.

DATA: 25 de agosto de 2014.

### **6º TERMO ADITIVO CONTRATO 020/13**

EXTRATO - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 020/09

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

PULMOCLÍNICA - CLÍNICA DO PULMÃO GABRIELA MENEZES LOPES S/S.

OBJETO: Prestação de serviços especializados em pneumologia para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06-006/2009, de 02 de fevereiro de 2009.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 4.414,58 (quatro mil, quatrocentos e quatorze reais e cinquenta e oito centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 26.487,48 (vinte e seis mil quatrocentos e oitenta e sete reais e quarenta e oito centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 03 de setembro de 2014 até 02 de março de 2015.

DATA: 25 de agosto de 2014.

### **CONTRATO Nº 025/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº 025/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

CONSÓRCIO IGUATEMI - SOTEPA.

OBJETO: Elaboração do Projeto de Engenharia do Binário Rua Chile - Rua República Argentina, com extensão prevista de projeto de 4,2 km, na cidade de Blumenau.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 1008/13 - SPD nº. 006/2013.

PREÇO: Em Moeda nacional: Valor dos Serviços: R\$ 369.307,74 (trezentos e sessenta e nove mil, trezentos e sete reais e setenta e quatro centavos). Valor dos Impostos: R\$ 26.294,71 (vinte e seis mil, duzentos e noventa e quatro reais e setenta e um centavos). Valor Total em Reais: R\$ 395.602,45 (trezentos e noventa e cinco mil, seiscentos e dois reais e quarenta e cinco centavos).

PRAZO: O prazo de vigência contratual é de 360 (trezentos e sessenta) dias.

DATA: 30 de janeiro de 2014.



**CONTRATO Nº 028/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº 028/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

TERRA ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA.

OBJETO: Elaboração de projetos arquitetônicos e executivo, incluindo memoriais, cronogramas e orçamentos referentes a 1ª Etapa do Estudo Urbanístico Global do Parque das Itoupavas, a ser localizado na Rua 1º de Janeiro com BR-470.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº. 01-025, de 11 de dezembro de 2013.

PREÇO: O valor dos serviços é de R\$ 116.800,00 (cento e dezesseis mil e oitocentos reais).

PRAZO: O presente contrato terá vigência pelo período de 150 (cento e cinquenta) dias a contar de sua assinatura.

DATA: 03 de fevereiro de 2014.

**2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 032/14**

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 032/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA TERRAPLANAGEM ÁGUA VERDE LTDA.

OBJETO: Execução de terraplanagem, drenagem e pavimentação com lajotas sextavadas da Rua Pedro José Koch - Bairro Badenfurt.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-022, 14 de novembro de 2013.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 9.052,74 (nove mil, cinquenta e dois reais e setenta e quatro centavos) e suprime a quantia de R\$ 11.336,71 (onze mil, trezentos e trinta e seis reais e setenta e um centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 31 de dezembro de 2014.

DATA: 09 de setembro de 2014.

**2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 032/13**

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 032/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ADRO ADMINISTRAÇÃO S.A.

OBJETO: Locação de uma casa de alvenaria destinada ao funcionamento do centro de atenção psicossocial para álcool e drogas - CAPS.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-152, de 30 de outubro de 2012.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 10.572,52 (dez mil, quinhentos e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) mensais, a contar de 1º de abril de 2014, totalizando o valor do contrato em R\$ 126.870,24 (cento e vinte e seis mil, oitocentos e setenta reais e vinte e quatro centavos).

DATA: 25 de agosto de 2014.

**CONTRATO Nº 037/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 037/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

FRANCISCO GONZAGA GOMES ME.

OBJETO: Serviços de gestão dos recursos financeiros decorrentes da SOMMERFEST 2014, a ser realizada entre os dias 09 de janeiro a 13 de fevereiro de 2014.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-021/13.

PRAZO: A vigência do contrato decorrente desta licitação corresponderá ao período de realização da edição da SOMMERFEST de 2014, terá início do dia 01/01/2014 até o dia 28/02/2014.

PREÇO: O preço total do serviço ora contratado é de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

DATA: 18 de fevereiro de 2014.

**2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 038/13**

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 038/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. BERTRAM BARTH.

OBJETO: Locação de uma casa de alvenaria destinada ao funcionamento da Unidade de Estratégia de Saúde da Família - E.S.F Hasso Muller II.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-041, de 25 de abril de 2013.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 693,01 (seiscentos e noventa e três reais e um centavo) mensais, a contar de 03 de março de 2014, totalizando o valor do contrato em R\$ 8.316,12 (oito mil, trezentos e dezesseis reais e doze centavos).

DATA: 11 de agosto de 2014.

**2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 045/13**

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 45/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SETERB)

E O

CORREIOS/ CIASC.

OBJETO: Prestação de serviços e venda de produtos.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 24/2013.

PREÇO: Altera o valor do controle para R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais).

DATA: 22 de janeiro de 2014.

**1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 052/13**

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 052/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

SC ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA.

OBJETO: Elaboração de estudo de Concepção, Projeto Básico e Executivo do Parque Linear Foz do Ribeirão da Velha, reservatório de amortecimento de enxurradas e enchentes, restauração de margens, recomposição de vegetação ciliar e área de infiltração de águas pluviais do Município de Blumenau.

Retifica-se a cláusula primeira do contrato primitivo, passando esta a ser lida conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO: Elaboração de Estudo de concepção de drenagem urbana sustentável nas áreas de influência do Ribeirão Velha, com vistas a indicar as soluções adequadas para a urbanização do parque linear ribeirinho; restauração de margens; e recomposição de vegetação ciliar.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-004, de 07 de maio de 2013.

DATA: 18 de junho de 2013.

**2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 076/13**

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 076/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA REUNIDAS TURISMO S.A.

OBJETO: Fornecimento de passagens intermunicipais e interestaduais, para deslocamento de usuários do fundo Municipal de Assistência de Blumenau.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06-031, de 20 de junho de 2013.

PREÇO: Reajusta o valor total do contrato para R\$ 49.085,14 (quarenta e nove mil, oitenta e cinco reais e quatorze centavos), a contar de 09 de julho de 2014.

DATA: 19 de agosto de 2014.

**1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 078/13**

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 078/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

DKM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: Locação de uma sala comercial destinada ao funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS (Unidade Velha).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-059, de 17 de junho de 2013.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 3.668,28 (três mil, seiscentos e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos) mensais, a contar de 1º de janeiro de 2014 totalizando o valor do contrato em R\$ 44.019,36 (quarenta e quatro mil, dezenove reais e trinta e seis centavos).

DATA: 31 de janeiro de 2014.

**15º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 81/10**

EXTRATO - 15º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 081/10

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.

OBJETO: Prestação de serviços de seguros patrimonial e de veículos de Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB e da Administração Direta do Município de Blumenau.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 020/2010.

PREÇO: Totaliza o valor do contrato em R\$ 306.071,65 (trezentos e seis mil, setenta e um reais e sessenta e cinco centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 07 de maio de 2014 até 06 de maio de 2015.

DATA: 05 de junho de 2014.

**1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 084/13**

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

CENTRO CATARINENSE DE MEDICINA NUCLEAR S/S LTDA.

OBJETO: Realização de exames.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-051/2013.

PREÇO: Renova o valor estimado que se mantém em R\$ 21.145,97 mensais.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, do dia 1º de julho de 2014 até 30 de junho de 2015.

DATA: 15 de maio de 2014.

**CONTRATO Nº 085/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº 085/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELLI-EPP.

OBJETO: Serviço especializado no atendimento a usuários portadores de patologias que causam total dependência.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-063, de 12 de maio de 2014.

PREÇO: Totaliza o valor contratual em R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

PRAZO: O presente termo terá vigência por 12 (doze) meses, a contar de 10 de março de 2014.

DATA: 21 de maio de 2014.

**2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 87/13**

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 087/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. HEINZ SCHWEDER

OBJETO: Locação de uma sala comercial destinado ao funcionamento da Unidade Estratégia Saúde da Família - ESF Jackson Roberto Karl.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-062, de 18 de junho de 2013.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 2.435,21 (dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e um centavos), a contar de 24 de abril de 2014, totalizando o valor do contrato em R\$ 29.222,52 (vinte e nove mil, duzentos e vinte e dois reais e cinquenta e dois centavos).

DATA: 09 de setembro de 2014.

**5º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 91/10**

EXTRATO - 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 091/2010

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA.

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de publicidade e propaganda.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-028/09, de 30 de novembro de 2009.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 180 (cento e oitenta) dias, ou seja, de 19 de maio até 14 de novembro de 2013.

PREÇO: Renova o valor da prestação de serviços que mantém-se orçado em R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) pelo período prorrogado, com os mesmos descontos descritos na Cláusula Segunda do contrato primitivo.

DATA: 03 de junho de 2013.

**TERMO RESCISÃO UNILATERAL CONTRATO 114/13**

EXTRATO - TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO Nº. 114/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIO CIN.

OBJETO: Contratação de agente de integração para recrutar, selecionar, administrar o programa de estágio da administração Municipal de Blumenau, suas Fundações e Autarquias.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 080/2013.

DATA: 28 de agosto de 2014.

Fica rescendido o contrato a partir do dia 27 de agosto de 2014.

**6º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 118/11**

EXTRATO - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 118/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. ALMIR PEREIRA.

OBJETO: Locação de uma casa destinada ao funcionamento de uma nova unidade de estratégia de saúde de Família - E.S.F. Nair Neves Pereira.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-077, de 06 de junho de 2011.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 2.380,94 (dois mil, trezentos e oitenta reais e noventa e quatro centavos) mensais, a contar de 16 de maio de 2014, totalizando o valor do contrato em R\$ 28.571,28 (vinte e oito mil, quinhentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DATA: 22 de agosto de 2014.

**4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 122/11**

EXTRATO - 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 122/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. ELISE STODIECK.

OBJETO: Locação de uma casa de alvenaria destinada ao funcionamento do C.E.I. Prof. Tereza Raquel Sabel de Araújo.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-086, de 29 de maio de 2011.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 1.524,00 (mil, quinhentos e vinte e quatro reais) mensais, a contar de 1º de junho de 2014, totalizando o valor do contrato em R\$ 18.288,00 (dezoito mil duzentos e oitenta e oito reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de junho de 2014 até 31 de maio de 2015.

DATA: 18 de agosto de 2014.

**5º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 133/11**

EXTRATO - 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 133/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

COMUNHÃO MARTIM LUTERO.

OBJETO: Locação de um galpão de alvenaria destinado ao funcionamento do CEI Irmgard Zoschke.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-098, de 15 de julho de 2011.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 2.383,06 (dois mil, trezentos e oitenta e três reais e seis centavos) mensais, a contar de 1º de julho de 2014, totalizando o valor do contrato em R\$ 28.596,72 (vinte e oito mil quinhentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos).

DATA: 26 de agosto de 2014.

**CONTRATO Nº 125/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº 125/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. LEONARDO ALBA PARISOTTO.

OBJETO: Locação de um terreno edificado com uma casa de alvenaria, localizado na Rua Alberto Felício Adriano nº 150, Bairro Fortaleza destinado às atividades do Centro de Referência de Assistência Social.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-108, de 03 de junho de 2014.

PREÇO: O valor da locação é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

PRAZO: O prazo da presente locação é de 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 15 de abril de 2014.

DATA: 06 de junho de 2014.

**2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 142/13**

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 142/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. ALUISIO DEPINÉ.

OBJETO: Locação de uma casa destinada ao funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS II.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-173, de 23 de outubro de 2013.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 5.119,11 (cinco mil cento e dezenove reais e onze centavos) totalizando o valor da locação em R\$ 61.429,32 (sessenta e um mil, quatrocentos e vinte e nove reais e trinta e dois centavos).

DATA: 13 de agosto de 2014.

**3º TERMO ADITIVO CONTRATO 151/12**

EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 151/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA UNESUL DE TRANSPORTES LTDA.

OBJETO: Permissão de uso de área situada no piso térreo do Terminal Rodoviário de Passageiros Prefeito Hercílio Deeke - TRPPHD, para instalação de passagens e transbordo de cargas rodoviárias.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-091, de 17 de julho de 2012.

PREÇO: Reajusta o valor pago ao Município para R\$ 924,90 (novecentos e vinte e quatro reais e noventa centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 11.098,80 (onze noventa e oito reais e oitenta centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 12 de agosto de 2014 até 11 de agosto de 2015.

DATA: 19 de agosto de 2014.

**2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 162/12**

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 162xzd/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA FACE CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO.

OBJETO: Prestação de serviços de fisioterapia.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-093, de 20 de julho de 2012.

PREÇO: Renova o valor dos serviços prestados que se mantém em R\$ 13.043,00 (treze mil, quarenta e três reais) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 156.516,00 (cento e cinquenta e seis mil, quinhentos e dezesseis reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de junho de 2014 até 31 de maio de 2015.

DATA: 1º de julho de 2014.

**3º TERMO ADITIVO CONTRATO 152/12**

EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 151/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA UNESUL DE TRANSPORTES LTDA.

OBJETO: Permissão de uso de área situada no piso térreo do Terminal Rodoviário de Passageiros Prefeito Hercílio Deeke - TRPPHD, para instalação de passagens e transbordo de cargas rodoviárias.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-091, de 17 de julho de 2012.

PREÇO: Reajusta o valor pago ao Município para R\$ 924,90 (novecentos e vinte e quatro reais e noventa centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 11.098,80 (onze noventa e oito reais e oitenta centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 12 de agosto de 2014 até 11 de agosto de 2015.

DATA: 19 de agosto de 2014.

**1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 162/14**

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 162/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE MISERICÓRDIA DE VILA ITROUPAVA.

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de assistência à Saúde para atendimento ambulatorial (Urgência/Emergência, Diagnóstico e Tratamento) para internações hospitalares.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-110/2014.

PREÇO: Acrescenta a quantia mensal de R\$ 1.788,63 (mil, setecentos e oitenta e oito reais e sessenta e três reais), com efeitos financeiros a contar de janeiro/2014, totalizando em R\$ 21.463,56 (vinte e um mil, quatrocentos e sessenta e três reais e cinquenta e seis centavos).

DATA: 27 de agosto de 2014.



**1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 163/14**

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 163/2014  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
SOCIEDADE DIVINA PROVIDÊNCIA/HOSPITAL SANTA ISABEL.

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial (urgência/emergência, diagnóstico e tratamento), para internações hospitalares.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-111/2014.

PREÇO: Acrescenta a quantia mensal de R\$ 41.973,61 (quarenta e um mil, novecentos e setenta e três reais e sessenta e um centavos), com efeitos financeiros a contar de janeiro/2014, totalizando em R\$ 503.683,32 (quinhentos e três mil, seiscentos e oitenta e três reais trinta e dois centavos).

DATA: 27 de agosto de 2014.

**7º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 170/2009**

EXTRATO - 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 170/2009  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA SÊNIOR SISTEMAS S/A.

OBJETO: Utilização de software e suporte técnico dos módulos Ronda Win, Rubi Win, Benefícios Win e Tarefeiros.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-050/09, de 22 de junho de 2009.

PREÇO: Mantém o valor da prestação de serviços em R\$ 5.484,53 (cinco mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e três centavos) mensais.

PRAZO: Prorroga de 1º de junho de 2013 até 31 de maio de 2014.

DATA: 22 de maio de 2013.

**3º TERMO ADITIVO CONTRATO 172/11**

EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 172/2011  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O  
CLUBE CAÇA E TIRO CONCÓRDIA.

OBJETO: Locação de terreno, na Rua Euclides da Cunha, para implantação de um booster.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Dispensa nº 08-129, 12 de setembro de 2011.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$198,46 (cento e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos) mensais, totalizando o valor da locação em R\$2.381,52 (dois mil trezentos e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, do dia 1º de maio de 2014 até 30 de abril de 2015.

DATA: 14 de maio de 2014.

**1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 172/13**

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 172/2013  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
EMPRESA ONEWG MULTICOMUNICAÇÃO LTDA.

OBJETO: Serviços de publicidade e propaganda (Lote IV).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-008/2013.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 247.500,00 (duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais).

DATA: 26 de agosto de 2014.

**2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 176/12**

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 176/2012  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

OBJETO: Prestação de serviços.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 080/2012.

PREÇO: Valor estimado em R\$ 122.955,84 (cento e vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 15 de setembro de 2014 até 14 de setembro de 2015.

DATA: 20 de agosto de 2014.

**CONTRATO Nº 198/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº 198/2014  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O  
CONSÓRCIO COBA S.A. - LOGITRANS - COBA BR.

OBJETO: Elaboração de projetos de engenharia (projeto executivo) do Terminal Integrado Norte (Itoupavas) e do Terminal Integrado Osete (Água Verde), na cidade de Blumenau, incluindo os Estudos de Viabilidade técnico-econômica e Estudos Ambientais Complementares para obtenção de Licenças Ambientais de Instalação (LAI).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 1004/2013 - SPD nº. 002/2013.

PREÇO: Em Moeda estrangeira: Valor dos serviços: € 191.761,10 (cento e noventa e um mil, setecentos e sessenta e um euros e dez centavos); Valor dos impostos: € 42.093,90 (quarenta e dois mil, noventa e três euros e noventa centavos); Valor Total: € 233.855,00 (duzentos e trinta e três mil e oitocentos e cinquenta e cinco euros). Em Moeda nacional: Valor dos serviços: R\$ 417.832,19 (quatrocentos e dezessete mil, oitocentos e trinta e dois reais e dezenove centavos); Valor dos impostos: R\$ 32.345,47 (trinta e dois mil, trezentos e quarenta e cinco reais e quarenta e sete centavos); Valor Total: R\$ 450.177,66 (quatrocentos e cinquenta mil cento e setenta e sete reais e sessenta e seis centavos).

PRAZO: O prazo de vigência contratual é de 210 (duzentos e dez)

dias.  
DATA: 27 de agosto de 2014.

**2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 190/12**

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 190/2012

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

(SETERB)

E A

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

OBJETO: Prestação de serviços.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 084/2012.

PREÇO: Valor estimado em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

PRAZO: Prorroga o prazo por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 19 de setembro de 2014 até 18 de setembro de 2015.

DATA: 27 de agosto de 2014.

**1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 192/13**

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 192/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A ASSOCIAÇÃO

DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BLUMENAU - APAE.

OBJETO: Credenciamento para realização de serviços de atendimento a pessoas portadoras de deficiência mental e autismo.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-160, de 04 de dezembro de 2013.

PREÇO: Renova-se, também o valor estimado pago à que se mantém em R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de novembro de 2014 até 31 de outubro de 2015.

DATA: 09 de setembro de 2014.

**2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 198/14**

EXTRATO - CONTRATO Nº 198/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

CONSÓRCIO COBA S.A. - LOGITRANS - COBA BR.

OBJETO: Elaboração de projetos de engenharia (projeto executivo) do Terminal Integrado Norte (Itoupavas) e do Terminal Integrado Osete (Água Verde), na cidade de Blumenau, incluindo os Estudos de Viabilidade técnico-econômica e Estudos Ambientais Complementares para obtenção de Licenças Ambientais de Instalação (LAI).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 1004/2013 - SPD nº. 002/2013.

PREÇO: Em Moeda estrangeira: Valor dos serviços: € 191.761,10 (cento e noventa e um mil, setecentos e sessenta e um euros e dez centavos); Valor dos impostos: € 42.093,90 (quarenta e

dois mil, noventa e três euros e noventa centavos); Valor Total: € 233.855,00 (duzentos e trinta e três mil e oitocentos e cinquenta e cinco euros). Em Moeda nacional: Valor dos serviços: R\$ 417.832,19 (quatrocentos e dezessete mil, oitocentos e trinta e dois reais e dezenove centavos); Valor dos impostos: R\$ 32.345,47 (trinta e dois mil, trezentos e quarenta e cinco reais e quarenta e sete centavos); Valor Total: R\$ 450.177,66 (quatrocentos e cinquenta mil cento e setenta e sete reais e sessenta e seis centavos).

PRAZO: O prazo de vigência contratual é de 210 (duzentos e dez) dias.

DATA: 27 de agosto de 2014.

**2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 199/13**

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 199/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Execução de pavimentação com lajotas sextavadas na Rua Oswaldo Meuche.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-021, 28 de novembro de 2013.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 16.881,92 (dezesseis mil, oitocentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 31 de dezembro de 2014.

DATA: 09 de setembro de 2014.

**20º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 228/2009**

EXTRATO - 20º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 228/09

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

LOCASIM LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: Locação de veículos (diária e mensal) sem motorista.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06-119/2009, de 25 de setembro de 2009.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 1.903,42 (mil, novecentos e três reais e quarenta e dois centavos).

DATA: 09 de setembro de 2014.

**18º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 228/2009**

EXTRATO - 18º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 228/2009

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

LOCASIM LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: Locação de veículos.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06-119/2009.

PREÇO: Acrescenta R\$ 18.496,68.

DATA: 11 de dezembro de 2013

#### **2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 236/12**

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 236/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA - FEESC.

OBJETO: Aquisição do desenvolvimento de módulos do Sistema Integrado de Arrecadação Tributária e Urbana - SIATU.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-154, de 22 de outubro de 2012.

PREÇO: Renova-se também o valor pago pelos serviços que passa a ser de R\$ 736.368,00 (setecentos e trinta e seis mil trezentos e oito reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de setembro de 2014 até 31 de agosto de 2015.

DATA: 19 de agosto de 2014.

#### **4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 243/10**

EXTRATO - 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 243/10

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA.

OBJETO: Cessão de uso de software, incluso com atualizações, da contratada à contratante.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-290, de 13 de março de 2010.

PREÇO: Reajusta o valor pago à contratada para R\$ 942,58 (novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e oito centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 11.310,96 (onze mil, trezentos e dez reais e noventa e seis centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de setembro de 2014 até 31 de agosto de 2015.

DATA: 19 de agosto de 2014.

#### **4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 244/12**

EXTRATO - 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 244/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES SC LTDA.

OBJETO: Serviços de elaboração do projeto de estabilização de encostas em 29 áreas, divididas em 3 lotes.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-028, de 21 de setembro de 2012.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, ou seja, de 1º de setembro de 2014 até 31 de agosto de 2015.

DATA: 15 de agosto de 2014.

#### **7º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 245/10**

EXTRATO - 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 245/10

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. NEDJELKA ZIBERT.

OBJETO: Locação do imóvel destinado ao funcionamento do Centro de Educação Infantil Evelina Elisabeth Eichstaedt.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-186/10.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 2.550,09 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais e nove centavos) mensais, a contar do dia 1º de agosto de 2014, totalizando o valor do contrato em R\$ 30.601,09 (trinta mil, seiscentos e um reais e nove centavos).

DATA: 19 de agosto de 2014.

#### **9º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 256/10**

EXTRATO - 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 256/10

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

CONSÓRCIO STEIN PACOPEDRA.

OBJETO: Execução de complexo viário compreendendo a ligação viária entre a Rua Bahia e a BR- 470/SC, ligando os Bairros Salto Weissbach e Badenfurt, com transposição sobre o Rio Itajaí Açu e Ribeirão do Teste.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-015, de 27 de outubro de 2010.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 23 de outubro.

DATA: 04 de setembro de 2014.

#### **CONTRATO Nº 0410520-66-13**

EXTATO - CONTRATO Nº 0410520-66/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

OBJETO: Financiamento destinado a melhoria e ampliação do sistema de transporte urbano, no Município de Blumenau/SC, para atender à população estimada de 120.000,00 habitantes.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 9º-Y-II da Resolução nº 2.827 de 30 de março de 2011.

PREÇO: O valor do financiamento é de R\$ 61.788.000,00 (sessenta e um milhões, setecentos e oitenta e oito mil reais). O valor da contrapartida é de R\$ 3.252.000,00 (três milhões, duzentos e cinquenta e dois reais). Totaliza-se o valor do investimento em R\$ 65.040.000,00 (sessenta e cinco milhões e quarenta mil reais).

PRAZO: Da assinatura do contrato até o dia 30 de abril de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 08 de maio de 2014.

**CONTRATO Nº 114/2013**

EXTRATO - TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO Nº 114/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIO CIN.

OBJETO: Contratação de agente de integração para recrutar, selecionar, administrar o programa de estágio da administração Municipal de Blumenau, suas Fundações e Autarquias.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 080/2013.

DATA: 28 de agosto de 2014.

Fica rescendido o contrato a partir do dia 27 de agosto de 2014.

**CONTRATO Nº 168/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 168/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A

EMPRESA SUPRIMÓVEIS EIRELI EPP.

OBJETO: Execução de serviços para a confecção de móveis sob medida, em MDF, com fornecimento de material.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 049/2014.

PREÇO: O valor do serviço contratado é de R\$ 1.737,64 (mil setecentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

PRAZO: O prazo para a realização dos serviços é de até 06 (seis) meses, a contar da data de assinatura do contrato.

DATA: 04 de agosto de 2014.

**CONTRATO Nº 177/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 177/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A

EMPRESA QUELI FLACH ANSCHAU ME.

OBJETO: Capacitação para conselheiros municipais de assistência social, profissionais que atuam em entidades e organizações de Assistência Social do Município de Blumenau, gestores e trabalhadores das suas, sobre os novos parâmetros nacionais para inscrição de entidades e organização de assistência social.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 046/2014.

PREÇO: O valor dos serviços é de R\$ 10.118,00 (dez mil e cento e dezoito reais).

PRAZO: O prazo da vigência contratual será de 04 (quatro) meses, a contar de 31 de julho de 2014.

DATA: 07 de agosto de 2014.

**CONTRATO Nº 183/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 183/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A

EMPRESA SENIOR SISTEMAS S/A.

OBJETO: Desenvolver, implantar, e ajustar novas regras de geração de propostas salariais no produto Gestão de Pessoas dos cálculos da avaliação de desempenho de 2001, bem como desenvolver regras para geração de valores do montante a ser pago, providenciar emissão de relatório do extrato, preparar rotina de vales e documentação geral contendo todo o processamento das informações e cálculos dos servidores públicos do Município de Blumenau/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-083, de 03 de julho de 2014.

PREÇO: O valor total dos serviços contratados é de R\$ 26.071,00 (vinte e seis mil e setenta e um reais).

PRAZO: O prazo do presente contrato é de 16 de junho de 2014 até 29 de agosto 2014.

DATA: 08 de agosto de 2014.

**CONTRATO Nº 189/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 189/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A

EMPRESA RENAULT DO BRASIL S.A.

OBJETO: Aquisição 4 veículos Duster Dinamique 1.6, bi-combustível, modelo do ano.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06-094/2014.

PREÇO: O preço unitário de cada veículo é de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais).

PRAZO: O presente contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses.

DATA: 14 de agosto de 2014.

**CONTRATO Nº 191/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 191/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (PROEB)  
E A

BT MEDIAÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA.

OBJETO: A prestação de serviços, em caráter exclusivo, de gestão e venda ingressos para a edição 2014 da Oktoberfest.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa 181/2014.

PREÇO: A remuneração dos serviços prestados pela BLUETICKET se dará através da cobrança de " taxa de conveniência, ou seja, não envolve desembolso financeiro da PROEB.

PRAZO: O presente contrato entra em vigor a partir da data de sua assinatura, com prazo indeterminado, renovando-se automaticamente a cada inclusão de evento para venda por comércio e/ou pontos de venda próprios da BLUETICKET.



DATA: 18 de agosto de 2014.

**CONTRATO Nº 194/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 194/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A.

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 02 (dois) elevadores marca Thyssenkrupp.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 048/2014.

PREÇO: O valor mensal da prestação dos serviços é de R\$ 500,00 (quinhentos reais), totalizando ao final do contrato o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

PRAZO: O prazo do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ter a sua duração prorrogada pelo mesmo período, limitada a 60 (sessenta) meses.

DATA: 21 de agosto de 2014.

**CONTRATO Nº 195/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 195/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

CONSÓRCIO SIGA.

OBJETO: Aquisição de 141.592 (cento e quarenta um mil e quinhentos e noventa e dois) créditos estudantis, destinados a educandos em situação de vulnerabilidade econômica.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-114, de 05 de agosto de 2014.

PREÇO: O valor unitário de cada vale transporte urbano estudantil é de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 212.388,00 (duzentos e doze mil e trezentos e oitenta e oito reais).

PRAZO: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses.

DATA: 21 de agosto de 2014.

**CONTRATO Nº 196/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 196/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA JV PARTICIPAÇÕES LTDA.

OBJETO: Locação de 4 (quatro) salas comerciais, localizadas na Rua Amadeu da Luz, nº 132 - 1º andar, Centro, Blumenau/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-173, de 12 de agosto de 2014.

PREÇO: O valor da locação é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 12.000,00 (cento e vinte mil reais).

PRAZO: O prazo da presente locação é de 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 1º de setembro de 2014 até 31 de agosto de 2015.

DATA: 21 de agosto de 2014.

**CONTRATO Nº 200/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 200/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ROGÉRIO LUIZ CAVICHIOLO ME.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de retirada e colocação de carpete de auto tráfego, com fornecimento de material.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 053, de 21 de julho de 2014.

PREÇO: O valor dos serviços é de R\$ 36.250,00 (trinta e cinco mil e duzentos e cinquenta reais).

PRAZO: O período de execução dos serviços será acordado com o órgão, conforme horários de funcionamento dos setores, visto que, permanecerão no local.

DATA: 27 de agosto de 2014.

**CONTRATO Nº 205/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 205/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA PH ADMINISTRADORA DE BENS E PARTICIPAÇÕES EIRELI.

OBJETO: Locação do imóvel localizado na Rua 2 de setembro, nº 1.212, Bairro Itoupava Norte, Blumenau/SC, destinado ao funcionamento do Centro de Saúde Rosania Machado Pereira.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-120/14.

PREÇO: O valor da locação é de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais).

PRAZO: O prazo da presente locação é de 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 27 de dezembro de 2013.

DATA: 09 de setembro de 2014.

**CONTRATO Nº 207/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 207/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ROBERTO & FILHOS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP.

OBJETO: Serviços de conservação e instalações elétricas do Parque Vila Germânica, setor 1,2 e 3 e área externa.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-018/14.

PREÇO: O preço total do serviço ora contratado é de R\$ 291.401,88

(duzentos e noventa e um mil quatrocentos e um reais e oitenta e oito centavos).

PRAZO: A vigência do presente contrato será de 12(doze) meses.  
DATA: 10 de setembro de 2014.

## CÂMARA MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 40-01/2014

Câmara Municipal de Blumenau  
Estado de Santa Catarina

#### AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 40-01/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA A CÂMARA DE VEREADORES DE BLUMENAU, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I DO EDITAL.

DATA DE ABERTURA: 1º/12/2014

HORÁRIO DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 10h HORÁRIO DA ABERTURA: 10h15

LOCAL: Câmara de Vereadores de Blumenau. ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 55 - centro - Blumenau (SC).

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br> ou no endereço acima.

Blumenau, 30 de outubro de 2014.

Ver. Vanderlei Paulo de Oliveira

Presidente da Câmara de Vereadores

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2014.

Reunião Ordinária do dia 28 de outubro de 2014.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Alexandre Caminha
Antônio João Veneza de Souza	Célio Dias
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Marcelo Lanzarin
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais do Projeto de Lei Complementar nº 1.379 e do Projeto de Lei nº 6.695. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovadas, em 2ª discussão e votação, as Emendas nºs 01 a 05 ao Substitutivo Global ao Projeto de Lei nº 6.566. Destino: incorporadas ao projeto.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o ao Substitutivo Global ao Projeto de Lei nº 6.566 e o Projeto de Lei nº 6.617. Destino: à Comissão de Redação Final.

Retirado da Ordem do Dia, para vistas, o Projeto de Lei nº 6.554.

Retirado o Requerimento nº 1348/2014.

Despachados para a próxima Sessão os Requerimentos nºs 1325, 1326 e 1329/2014.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1351, 1359, 1360, 1361, 1362, 1363, 1364 e 1365/2014 e da Moção nº 173/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2156, 2157 e 2158. Destino: comunique-se e publique-se.

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Reunião Ordinária do dia 30 de outubro de 2014.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Alexandre Caminha
Antônio João Veneza de Souza	Célio Dias
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Marcelo Lanzarin
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 6.566 e 6.617. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovadas, em 2ª discussão e votação, as Emendas nºs 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 6.691. Destino: incorporadas ao projeto.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 6.691 e 6.713; os Projetos de Lei Complementar nºs 1.392 e 1.394; e o Substitutivo Global ao Projeto de Lei nº 6.597. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2159 e 2160. Destino: comunique-se e publique-se.

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Reunião Extraordinária do dia 30 de outubro de 2014.

Quinta-Feira - 19:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário

Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário
Adriano Pereira	Alexandre Caminha
Antônio João Veneza de Souza	Célio Dias
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Marcelo Lanzarin
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

**ORDEM DO DIA**

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 6.691 e 6.713; dos Projetos de Lei Complementar nºs 1.392 e 1.394; e do Projeto de Lei nº 6.597. Destino: à sanção do Executivo.

**Bom Retiro****PREFEITURA****924.10.14 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE LEILA G. P. CRUZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 924/14 de 30.10.14

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 15 de novembro de 2014, a funcionária Leila Gorete Pereira da Cruz, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola de Campo Cambará.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

30 de outubro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### PORTARIA 0163/2014

PORTARIA 0163/2014

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado nas Leis 0504/2005 de 23.12.05 e na Lei 0512/2006 de 05.04.06, etc.

#### RESOLVE:

Art. 1º Determinar o 7º sorteio do concurso "Pague para Ver, Braço do Trombudo Crescer", que será realizado no dia 03.11.2014.

Art. 2º O sorteio será realizado às 16hs, na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 29 de outubro de 2014.

Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal





ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 01/08/2014      Válido até: 01/08/2015							
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IG/D/BF							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	PILOT	0	3,8182	3
7	Caneta para retroprojektor 1.0mm, cor preta, ponta poliacetal. (855)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	CIS	0	2,5185	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CIS	0	2,6250	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	CIS	0	3,6273	3
8	Cartolina 48x66 branca. (660)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ALLCART	0	0,4262	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ALL CART	0	0,4537	2
9	Cartolina 48x66 colorida. (659)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ALLCART	0	0,4359	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ALL CART	0	0,4635	2
10	Clips niquelado 2/0 (caixa com 500 gramas). (661)	CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	NEW	0	7,2500	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	NEW	0	7,4634	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	RAFA	0	9,8400	3
11	Clips niquelado 6/0 (caixa com 500 gramas). (662)	CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	NEW	0	7,2500	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	NEW	0	7,5366	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014**

Página: 3/25

Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 01/08/2014      Válido até: 01/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IG/D/BF									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
12	Cola branca extra adesivo PVA, 500g. (439)		DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	RAFA	0	9,9500	3		
		UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	APLICOLA EX	0	5,8640	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CASCOLA	0	6,0767	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	BRASCOLA	0	8,6580	3		
13	Copo descartável, capacidade de 180ml, pct com 100und, conforme norma ABNT NBR 14865 (856)	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MINASPLAST	0	2,3718	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ZANATTA	0	2,4307	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	COPOBRÁS	0	3,4637	3		
		UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ELGIN	0	1,5020	1		
14	DVD/RW Virgem 120min, 4.7GB (857)		ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ELGIN	0	1,5970	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ELGIN	0	2,2358	3		
		UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	JOCAR	0	1,9191	1		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ADECK	0	1,9880	2		
15	Estilete Grande, Tamanho 15,5cm (858)		ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	JOCAR	0	2,0114	3		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014**

Página: 4/25

Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 01/08/2014      Válido até: 01/08/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGDI/BF						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
16	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - com diversas estampas. (859)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	16,3200
17	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - com motivo floral (860)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANAT FÉ	0	16,3200
18	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor amarelo claro (861)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400
19	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor amarelo ouro (862)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400
20	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor azul médio (863)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400
21	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor azul royal (864)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400
22	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor azul turquesa (865)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400
23	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor bege (866)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400
24	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor branco (867)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400
25	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor caramelo (868)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400
26	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor cinza claro (869)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400
27	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor cinza escuro (870)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014**

Página: 5/25

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGDI/BF							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor ferrugem (871)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
29	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor laranja (872)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
30	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor lilás (873)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
31	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor marrom (874)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
32	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor pele (875)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
33	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor pink (876)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
34	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor preto (877)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
35	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor rosa claro (878)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
36	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor rosa escuro (879)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
37	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor roxo (880)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
38	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor verde abacate (881)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
39	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor verde bandeira (882)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014**

Página: 6/25

Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 01/08/2014      Válido até: 01/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IG/D/BF									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
40	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor verde limão (883)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1		
41	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor verde musgo (884)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1		
42	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor verde musgo claro (885)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1		
43	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor vermelho (886)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1		
44	Fita adesiva de papel marrom 48 mm x 50m. (666)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	EUROCEL	0	9,2378	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ADELBRAS	0	9,6012	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ADELBRÁS	0	13,6817	3		
45	Fita adesiva polipropileno transparente 48mmx50m (887)	RL	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	T.TAPE	0	2,6880	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ADELBRAS	0	2,7953	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	3M	0	3,9833	3		
46	Fita Corretiva com tampa protetora. Medidas 5mmx5,5m (888)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	CIS	0	6,2518	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	JOCAR	0	6,5021	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	CIS	0	9,2655	3		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014**

Página: 7/25

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/BF							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	Folha de E.V.A feipudo plush. (espuma vinilica acetinada) folha emborrachada modelo plush, tipo feipudo, folha emborrachada, lavável, atóxico, anatômico com 60 x 40 x 2 mm. produto devidamente aprovado pelo INMETRO na cor branca. (889)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	4,5000	1
48	Folha de E.V.A feipudo plush. (espuma vinilica acetinada) folha emborrachada modelo plush, tipo feipudo, folha emborrachada, lavável, atóxico, anatômico com 60 x 40 x 2 mm. produto devidamente aprovado pelo INMETRO na cor vermelha (890)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	4,5000	1
49	Folha de E.V.A feipudo plush. (espuma vinilica acetinada) folha emborrachada modelo plush, tipo feipudo, folha emborrachada, lavável, atóxico, anatômico com 60 x 40 x 2 mm. produto devidamente aprovado pelo INMETRO na cor verde maçã. (891)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	4,5000	1
50	Folha de E.V.A feipudo plush. (espuma vinilica acetinada) folha emborrachada modelo plush, tipo feipudo, folha emborrachada, lavável, atóxico, anatômico com 60 x 40 x 2 mm. produto devidamente aprovado pelo INMETRO na cor laranja. (892)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	4,5000	1
51	Folha de E.V.A feipudo plush. (espuma vinilica acetinada) folha emborrachada modelo plush, tipo feipudo, folha emborrachada, lavável, atóxico, anatômico com 60 x 40 x 2 mm. produto devidamente aprovado pelo INMETRO na cor azul claro. (893)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	4,5000	1
52	Folha de E.V.A feipudo plush. (espuma vinilica acetinada) folha emborrachada modelo plush, tipo feipudo, folha emborrachada, lavável, atóxico, anatômico com 60 x 40 x 2 mm. produto devidamente aprovado pelo INMETRO na cor marrom. (894)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	4,5000	1
53	Folha de E.V.A feipudo plush. (espuma vinilica acetinada) folha emborrachada modelo plush, tipo feipudo, folha emborrachada, lavável, atóxico, anatômico com 60 x 40 x 2 mm. produto devidamente aprovado pelo INMETRO na cor lilas. (895)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	4,5000	1
54	Folha de E.V.A feipudo plush. (espuma vinilica acetinada) folha emborrachada modelo plush, tipo feipudo, folha emborrachada, lavável, atóxico, anatômico com 60 x 40 x 2 mm. produto devidamente aprovado pelo INMETRO na cor amarela (896)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	4,5000	1
55	Folha de E.V.A feipudo plush. (espuma vinilica acetinada) folha emborrachada modelo plush, tipo feipudo, folha emborrachada, lavável, atóxico, anatômico com 60 x 40 x 2 mm. produto devidamente aprovado pelo INMETRO na cor verde escura (897)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	4,5000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014**

Página: 8/25

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/BF							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
56	Folha de E.V.A feipudo plush, (espuma vinilica acetinada) folha emborrachada modelo plush, tipo feipudo, folha emborrachada, lavável, atóxico, anatômico com 60 x 40 x 2 mm. produto devidamente aprovado pelo INMETRO na cor azul escuro (898)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	4,5000	1
57	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor amarelo (450)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
58	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor azul claro. (451)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
59	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor azul com bolinha branca (452)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	3,3000	1
60	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor azul escuro. (453)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
61	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor branco (454)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
62	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor cinza (455)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
63	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor laranja (456)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
64	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor lilás (457)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
65	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor pele (458)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
66	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor preto (459)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
67	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor preto com bolinha branca. (460)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	3,3000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014**

Página: 9/25

Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 01/08/2014      Válido até: 01/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGDI/BF									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
68	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor rosa (461)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1		
69	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor rosa com bolinhas marrons (462)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	3,3000	1		
70	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor verde claro. (463)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1		
71	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor verde escuro. (464)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1		
72	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm na cor vermelho (465)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1		
73	Folha de EVA, medindo 40x60cm espessura 2mm na cor vermelho com bolinha branca. (466)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	3,3000	1		
74	Furador Jumbo Para E.V.A com Alavanca / Borboleta. Tamanho do desenho 2,5 cm (899)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9400	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	TOKE CRIE	0	22,2400	2		
75	Furador Jumbo Para E.V.A com Alavanca / Urso. Tamanho do desenho 2,5 cm (900)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9444	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	TOKE CRIE	0	22,2222	2		
76	Furador Jumbo Para E.V.A com Alavanca/ Anjo. Tamanho do desenho 2,5 cm (901)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9444	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	TOKE CRIE	0	22,2222	2		
77	Furador Jumbo Para E.V.A com Alavanca/ coração. Tamanho do desenho 2,5 cm (902)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9444	1		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014**

Página: 10/25

Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 01/08/2014      Válido até: 01/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGDI/BF									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
78	Furador Jumbo Para E.V.A com Alavanca/ estrela. Tamanho do desenho 2,5 cm (903)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	TOKE CRIE	0	22,2222	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9444	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	TOKE CRIE	0	22,2222	2		
79	Furador Jumbo Para E.V.A com Alavanca/Fior. Tamanho do desenho 2,5 cm (904)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9444	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	TOKE CRIE	0	22,2222	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9444	1		
80	Furador Jumbo Para E.V.A com Alavanca/Folha. Tamanho do desenho 2,5 cm (905)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9444	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	TOKE CRIE	0	22,2222	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9444	1		
81	Furador Jumbo Para E.V.A com Alavanca/peixe. Tamanho do desenho 2,5 cm (906)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9444	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	TOKE CRIE	0	22,2222	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9444	1		
82	Furador Jumbo Para E.V.A com Alavanca/trevo. Tamanho do desenho 2,5 cm (907)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9444	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	TOKE CRIE	0	22,2222	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9444	1		
83	Grampeador de metal, na cor preta, com capacidade de 25 folhas (908)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	JOCAR	0	14,7052	1		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	CAVIA	0	15,3086	2		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014**

Página: 11/25

Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 01/08/2014      Válido até: 01/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IG/D/BF									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
87	Ímã em metro (pacote com 1 metro) (467)		ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	JOCAR	0	15,7044	3		
		UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	LOLITA	0	1,6180	1		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	KIT	0	1,6074	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ASLAN	0	1,6401	3		
88	Lápis de Cor sextavado com 24 cores, sendo com cores vivas e contendo ao menos uma cor metálica, produzido com madeira 100% reflorestada. Aprovado pelo INMETRO (912)	CX	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	LABRA	0	18,2475	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	MAPED	0	19,0227	2		
90	Massa, pronta, para modelar biscuit, embalagem com aproximadamente 1 kg, cor : amarelo claro (914)		IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	MULTICOLOR	0	26,7273	3		
		KG	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	FOX	0	15,0000	1		
91	Massa, pronta, para modelar biscuit, embalagem com aproximadamente 1 kg, cor : amarelo ouro (915)	KG	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	FOX	0	15,0000	1		
92	Massa, pronta, para modelar biscuit, embalagem com aproximadamente 1 kg, cor : azul celeste (916)	KG	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	FOX	0	15,0000	1		
93	Massa, pronta, para modelar biscuit, embalagem com aproximadamente 1 kg, cor : laranja (917)	KG	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	FOX	0	15,0000	1		
94	Massa, pronta, para modelar biscuit, embalagem com aproximadamente 1 kg, cor : preta (918)	KG	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	FOX	0	15,0000	1		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014**

Página: 12/25

Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 01/08/2014      Válido até: 01/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IG/D/BF									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
95	Massa, pronta, para modelar biscoit, embalagem com aproximadamente 1 kg, cor : vermelho morango (919)	KG	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	FOX	0	15.0000	1		
96	Massa, pronta, para modelar biscoit, embalagem com aproximadamente 1 kg, cor : verde folha (920)	KG	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	FOX	0	15.0000	1		
97	Massa, pronta, para modelar biscoit, embalagem com aproximadamente 1 kg, cor : verde limão (921)	KG	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	FOX	0	15.0000	1		
98	Olhos móveis para artesanato tamanho grande, pacote com 50 pares ( nr 12) (922)	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	BRAS	0	2.7920	1		
99	Olhos móveis para artesanato tamanho médio, pacote com 50 pares ( nr 05) (923)	PCT	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	SABANO	0	2.8321	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ASLAN	0	2.8624	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	BRAS	0	2.5587	1		
100	Palito de picolé com pontas arredondadas pct c/ 100 unidade (uso artesanal) (454)	PCT	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	SABANO	0	2.5642	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ASLAN	0	2.6303	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	GABOARDI	0	2.5452	1		
101	Papel A4 (resma com 500 fls), (679)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	THEOTO	0	2.6118	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SOLCOPY	0	11.5000	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	BOREAL	0	15.3000	2		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014**

Página: 13/25

**Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 01/08/2014      Válido até: 01/08/2015**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGDI/BF

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	CHAMEX	0	15.3000	3
102	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor amarelo (690)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0.7200	1
103	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor azul. (692)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0.7200	1
104	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor cinza. (697)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0.7200	1
105	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor laranja. (694)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0.7200	1
106	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor marrom. (696)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0.7200	1
107	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor rosa. (695)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0.7200	1
108	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor verde. (691)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0.7200	1
109	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor vermelho. (693)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0.7200	1
110	Papel dobradura brilhante, folha com 50x60cm. Cor vermelho (924)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0.3400	1
111	Papel dobradura brilhante, folha com 50x60cm. Cor azul escuro (925)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0.3400	1
112	Papel dobradura brilhante, folha com 50x60cm. Cor azul claro (926)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0.3400	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014**

Página: 14/25

Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 01/08/2014      Válido até: 01/08/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGDI/BF						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
113	Papel dobradura brilhante, folha com 50x60cm. Cor amarelo (927)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,3400
114	Papel dobradura brilhante, folha com 50x60cm. Cor laranja (928)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,3400
115	Papel dobradura brilhante, folha com 50x60cm. Cor verde escuro (929)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,3400
116	Papel dobradura brilhante, folha com 50x60cm. Cor verde claro (930)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,3400
117	Papel dobradura brilhante, folha com 50x60cm. Cor rosa (931)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,3400
118	Papel dobradura brilhante, folha com 50x60cm. Cor lilás (932)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,3400
119	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor amarelo. (681)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,6700
120	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor azul. (683)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,6700
121	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor laranja. (685)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,6700
122	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor lilás (689)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,6700
123	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor marrom. (687)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,6700
124	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor preto. (688)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,6700

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014**

Página: 15/25

Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 01/08/2014      Válido até: 01/08/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGDI/BF						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
125	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor rosa. (686)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,6700
126	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor verde. (682)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,6700
127	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor vermelho. (684)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,6700
128	Papel microondulado, tamanho 50x80cm. Cor azul (933)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	1,3200
129	Papel microondulado, tamanho 50x80cm. Cor branco (934)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	1,3200
130	Papel microondulado, tamanho 50x80cm. Cor rosa (935)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	1,3200
131	Papel microondulado, tamanho 50x80cm. Cor verde (936)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	1,3200
132	Papel microondulado, tamanho 50x80cm. Cor vermelho (937)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	1,3200
133	Papel microondulado, tamanho 50x80cm. Estampado (938)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	1,3200
134	Papel paraná espessura de 1,9mm folha com 80x100cm (939)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	VMP	0	2,6900
135	Papel paraná espessura de 2,2mm folha com 80x100cm (940)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	VMP	0	2,9100
136	Pasta registradora AZ, lombo largo, tamanho ofício (941)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	FRAMA	0	4,3365
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	FRAMA	0	4,3540

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 16/25

Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 01/08/2014      Válido até: 01/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IG/D/BF									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
137	Pasta suspensa (cx com 50 unidades) marmorizada. (698)	CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	FRAMA	0	6,9820	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ICL	0	41,4129	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	TIMPEL	0	41,7086	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	FRAMA	0	66,6928	3		
138	Pen drive 16GB (942)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANDISK	0	28,9649	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	SANDISK	0	30,9091	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	SANDISK	0	43,2727	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANDISK	0	18,0124	1		
139	Pen drive 8GB (943)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	SANDISK	0	19,0606	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	SANDISK	0	26,6848	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ELGIN	0	1,2041	1		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ELGIN	0	1,2247	2		
140	Pilha Alcalina AA, capacidade 1,5V, não recarregável (944)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ELGIN	0	1,2765	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	BACCHI	0	1,5394	1		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)						
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)						
141	Prancheta com prendedor dimensões 33x23cm (945)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)						



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014**

Página: 17/25

Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 01/08/2014      Válido até: 01/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IG/D/BF									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
142	Prato descartável, cor branca, em plástico, tamanho grande, aproximadamente 21 cm, pacote com 10 unidades (946)	PCT	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	DELFTEC	0	1,5476	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	SOUZA	0	2,5029	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TOTALPLAST	0	1,4855	1		
143	Prato descartável, cor branca, em plástico, tamanho pequeno, aproximadamente 15 cm, pacote com 10 unidades. (947)	PCT	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ZANATTA	0	1,5230	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ZANATA	0	0,8897	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ZANATTA	0	0,9138	2		
144	Prendedor de roupa de madeira fina, embalagem com 12 unidades - comprimento mínimo de 7,5cm (948)	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	DINDA	0	0,8897	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	PARANÁ	0	0,8757	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	JOCAR	0	6,7205	1		
145	Tesoura grande em aço inox, uso geral, cabo em polipropileno 20 cm. Produto de primeira qualidade. (536)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	WESTERN	0	7,1185	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	JOCAR	0	7,1946	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1450	1		
146	Tinta relevo dimensional 3D com glitter, frasco com 35ml, na cor cristal (949)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1550	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 18/25

Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 01/08/2014      Válido até: 01/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IG/D/BF									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
147	Tinta relevo dimensional 3D com glitter, frasco com 35ml, na cor prata (950)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8900	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3		
148	Tinta relevo dimensional 3D com glitter, frasco com 35ml, na cor ouro (951)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1		
149	Tinta relevo dimensional 3D com glitter, frasco com 35ml, na cor vermelho (952)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1		
150	Tinta relevo dimensional 3D com glitter, frasco com 35ml, na cor verde (953)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1		
151	Tinta relevo dimensional 3D metálica, frasco com 35ml, na cor azul (954)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	2,4362	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	2,4362	1		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014**

Página: 19/25

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IG/D/BF							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
152	Tinta relevo dimensional 3D metálica, frasco com 35ml, na cor branco (955)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	2,4532	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	2,9406	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	2,4362	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	2,4532	2
153	Tinta relevo dimensional 3D metálica, frasco com 35ml, na cor caramelo (956)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	2,9406	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	2,4362	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	2,4532	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	2,9406	3
154	Tinta relevo dimensional 3D metálica, frasco com 35ml, na cor laranja (957)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	2,4362	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	2,4532	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	2,9406	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	2,4362	1
155	Tinta relevo dimensional 3D metálica, frasco com 35ml, na cor ouro (958)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	2,4532	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	2,9406	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	2,4362	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	2,4532	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 20/25

Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 01/08/2014      Válido até: 01/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IG/D/BF									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
156	Tinta relevo dimensional 3D metálica, frasco com 35ml, na cor rosa (959)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	2,4362	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	2,4532	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	2,9406	3		
157	Tinta relevo dimensional 3D metálica, frasco com 35ml, na cor verde kiwi (960)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	2,4362	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	2,4532	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	2,9406	3		
158	Tinta relevo dimensional 3D, frasco com 35ml, na cor amarelo ouro (961)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3		
159	Tinta relevo dimensional 3D, frasco com 35ml, na cor azul turquesa (962)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3		
160	Tinta relevo dimensional 3D, frasco com 35ml, na cor branco (963)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014**

Página: 21/25

Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 01/08/2014      Válido até: 01/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IG/D/BF									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3		
161	Tinta relevo dimensional 3D, frasco com 35ml, na cor laranja (964)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3		
162	Tinta relevo dimensional 3D, frasco com 35ml, na cor lilás (965)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3		
163	Tinta relevo dimensional 3D, frasco com 35ml, na cor marrom (966)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3		
164	Tinta relevo dimensional 3D, frasco com 35ml, na cor preto (967)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3		
165	Tinta relevo dimensional 3D, frasco com 35ml, na cor rosa chá (968)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014**

Página: 22/25

Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 01/08/2014      Válido até: 01/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IG/D/BF									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
166	Tinta relevo dimensional 3D, frasco com 35ml, na cor verde musgo (969)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3		
167	Tinta relevo dimensional 3D, frasco com 35ml, na cor vermelho (970)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2		
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3		
168	Tinta Spray, De uso geral e externo, 200ml. Cor dourado (971)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	CHEMICOLOR	0	14,0200	1		
169	Tinta Spray, De uso geral e externo, 200ml. Cor prata (972)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	CHEMICOLOR	0	10,4400	1		
170	Tinta Spray, De uso geral e externo, 200ml. Cor verde (973)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	CHEMICOLOR	0	10,4200	1		
171	Tinta Spray, De uso geral e externo, 200ml. Cor vermelho (974)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	CHEMICOLOR	0	10,4200	1		
172	TNT, Largura 1,40m, Gramatura 50, 100% polipropileno, na cor branca (975)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	1,3400	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 23/25

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IG/D/BF							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
173	Toner compatível 100% novo, lacrado CE 285A (preto) (976)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	MASTERPRIN	0	37,6000	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	PREMIUM	0	38,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 24/25

Número do Registro de Preços: 6/2014							Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015		
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGDI/BF											
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
					DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	D&A	0	41,0000	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 25/25

Número do Registro de Preços: 6/2014						Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015		
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IG/D/BF										
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2014

PROCESSO Nº 6/2014

- (6162) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP
- (6184) - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME
- (6186) - IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME

Braço do Trombudo, 1 de Agosto de 2014.

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

Decreto Legislativo Nº 11, de 29 de outubro de 2014.

Aprova as Contas do Prefeito referente ao exercício de 2012 da Prefeitura Municipal de Brusque.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

#### RESOLVE:

ART. 1º Ficam aprovadas as contas do Prefeito referente ao exercício financeiro de 2012 da Prefeitura Municipal de Brusque, na forma do Parecer nº 0193/2013 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 2014.

Guilherme Marchewsky
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Rogério Gamba Diretor Geral

### PORTARIA Nº 2335/2014

PORTARIA Nº 2335/2014, de 29 de outubro de 2014.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar pelo Rito Sumário, nomeia Comissão processante e dá outras providências

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13

#### RESOLVE

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar pelo rito sumário com base no art. 194 da Lei Complementar 147/2009, em desfavor do servidor VALDIR DOS ANJOS ANTÔNIO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 170.364.808-07, RG nº 4.912.067-0, ocupante do cargo de Agente Serviços Especiais, mat. 67220.3-01, lotado na secretária de Obras, para apurar os fatos constantes da Denúncia/ Despacho datado de 09 de setembro de 2014, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, onde em tese o indiciado: a) não exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função; b) é inassiduo e não cumpre com o horário; c) Não observa as normas legais e regulamentares; d) Não cumpre as ordens superiores; e) Não comunica à chefia imediata do motivo de seu não comparecimento ao serviço; f) ausenta-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato; g) Insubordinação grave em serviço. Ensejando, a aplicação do disposto nos artigos 174, incisos I, II, III, VI, VII, X, art. 175, incisos I, bem como art. 188, II, III, todos da Lei complementar 147/2009.

Art. 2º. Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, sendo: Fabio Caetano Pereira (mat. 14753), Edenilson José dos Santos ( mat. 72279.0),

Antônio Martins de Macedo ( mat. 12254 - rep. Sindical).

Art. 3º. A Comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes.

Parágrafo Primeiro: O indiciado poderá ser representado por procurador constituído e ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações.

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado/intimado, não apresentar defesa no prazo legal .

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quanto as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5.º, CF/88).

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de outubro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

### PORTARIA Nº 2362/2014

PORTARIA Nº 2362/2014, de 03 de novembro de 2014.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar pelo Rito Sumário, nomeia Comissão processante e dá outras providências

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13

#### RESOLVE

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar pelo rito sumário com base no art. 194 da Lei Complementar 147/2009, em desfavor da servidora BERNADETE FELÍCIO, brasileira, portadora do CPF nº 495.246.409.10, RG nº 1.408.103-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada na Secretária Municipal de Saúde e trabalhando atualmente na Unidade Básica de Ponta Russa como enfermeira coordenadora, mat. 1668.3-02, nomeada pela portaria nº 1562/2014, para apurar os fatos constantes da Denúncia/ Despacho - datado de 17 de outubro de 2014, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, bem como através do memorando nº 026/2014 encaminhado pelo Gabinete do Prefeito de 13/10/2014, onde em tese a indiciada em horário de expediente foi flagrada deitada sobre duas cadeiras deixando de atender os que procuravam o serviço público na unidade de saúde. Ensejando, a aplicação do disposto nos artigos 174, incisos I, VI, , VI e art. 175, incisos XII, XIX, bem como art. 188, V, todos da Lei complementar 147/2009.

Art. 2º. Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, sendo: Silvia Maria Ferreira ( mat. 4140), João Leonir Montovani ( mat. 467170) e Ana Vani Giral di ( Rep. Sindical - mat. 313335).

Art. 3º. A Comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes.

Parágrafo Primeiro: A indiciada poderá ser representado por procurador constituído e ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações.

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel a indiciada que, regularmente citado/intimado, não apresentar defesa no prazo legal .



Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quanto as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5.º, CF/88).

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de novembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

## Caçador

### PREFEITURA

#### PORTARIA Nº 24.334

PORTARIA Nº 24.334, de 12 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 113, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal DIOGO BORGES BARBOSA, ocupante do cargo de Agente Municipal de Segurança e Trânsito, carga horária de 40 horas semanais, lotada junto a Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, 90 (trinta) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme atestado médico apresentado, com efeitos retroativos a contar de 31 de Julho de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 12 de Agosto de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### PORTARIA Nº 24.467

PORTARIA Nº 24.467, de 01 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §3º e §4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal RUTTE KLAVA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, a sexta parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de Serviço Público Municipal, com efeitos retroativos a contar de 01 de Agosto de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 01 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### DECRETO Nº 6.178/2014

DECRETO nº 6.178, de 24 de outubro de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 47.171,05 (quarenta e sete mil, centos e setenta e um reais e cinco centavos):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.185 - Bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.3.90.00.0365 - Aplicações Diretas ..... R\$ 47.171,05

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 47.171,05 (quarenta e sete mil, centos e setenta e um reais e cinco centavos):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.185 - Bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.3.71.00.0365 - Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$ 47.171,05

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 24 de outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**DECRETO Nº 6.182/2014**

DECRETO nº 6.182, de 27 de outubro de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 24.200,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.185 - Bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.3.90.00.0365 - Aplicações Diretas ..... R\$ 24.200,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 24.200,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.185 - Bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.3.71.00.0365 - Transferência a Consórcios Públicos ..... R\$ 24.200,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**PORTARIA Nº 24.468**

PORTARIA Nº 24.468, de 01 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, 01 (um) vencimento mínimo do serviço público como auxílio-natalidade, em virtude do nascimento de seu filho, especificado: código, nome, cargo, secretária e data de nascimento do filho, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	Data Nasc.
12997	Tathiana dos Santos	Professora	005	30/07/2014

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 01 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 6.183/2014**

DECRETO Nº 6.183, de 27 de outubro de 2014.

Nomeia membros para comporem a Comissão de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Apoio ao Transporte Escolar - PNATEM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das atribuições legais nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para comporem a Comissão de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Apoio ao Transporte Escolar - PNATEM, conforme segue:

I. Angela Maria Stavis;  
II. Luciana Maria da Costa;  
III. Vilson Meireles da Silva;  
IV. Marinez Stefan de Mello;  
V. Dioclécia Alves de Moura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 27 de outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 24.478**

PORTARIA Nº 24.478, de 02 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
584	Regina Margarete Olienik	Auxiliar de Secretário	023	05/09/2008 a 05/09/2013	01/09/2014 a 29/11/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 02 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**DECRETO Nº 6.181/2014**

DECRETO Nº 6.181, de 27 de outubro de 2014.

Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 5.660, de 09 de agosto de 2013, para compor o Comitê de Investimentos no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica substituída a servidora KAREN FERNANDA RIBEIRO, designada pelo Decreto nº 5.660, de 09 de agosto de 2013, para compor o Comitê de Investimentos no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Caçador - IPASC, pela servidora DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI - Advogada do IPASC, a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.479**

PORTARIA Nº 24.479, de 02 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
1164	Sebastião Ribeiro dos Santos	Operador de Máquinas Pesadas	007	16/02/2003 a 16/02/2008	01/09/2014 a 29/11/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 02 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.481**

PORTARIA Nº 24.481, de 02 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
411	Wilson Schwantes	Motorista Caminhão	003	01/01/2007 a 01/01/2012	01/09/2014 a 29/11/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 02 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.509**

PORTARIA Nº 24.509, de 09 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
1382	Eurico Wagner	Guarda Patrimonial Municipal	002	08/11/2002 a 08/11/2007	05/09/2014 a 03/12/2014
1382	Eurico Wagner	Guarda Patrimonial Municipal	002	08/11/2007 a 08/11/2012	04/12/2014 a 03/03/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de Setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 24.510

PORTARIA Nº 24.510, de 09 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

#### RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário da Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, especificando: código, nome dos servidores, cargo, secretaria e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	A contar de:
13290	Larissa Rafaela Fernandes	Professora Monitora	008	09/09/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de Setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 24.518

PORTARIA Nº 24.518, de 11 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
627	Valdir Me-deiros de Oliveira	Motorista de Caminhão	003	05/10/2008 a 05/10/2013	12/09/2014 a 10/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de Setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 24.537

PORTARIA Nº 24.537, de 16 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
963	Luiz Ronaldo Tortato	Técnico Agrícola	007	02/03/2007 a 02/03/2012	15/09/2014 a 14/10/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de Setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 24.553

PORTARIA Nº 24.553, de 19 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

#### RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal GLECI DO CARMO NURILLES PIALA, lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, no cargo de Assistente Social, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, a contar de 19 de Setembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 19 de Setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.563**

PORTARIA Nº 24.563, de 22 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
584	Regina Margarete Olienik	Auxiliar de Secretário	023	1/3	05/09/2003 a 05/09/2008

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
22 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.564**

PORTARIA Nº 24.564, de 22 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 15/08/2014 a 14/09/2014, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
12763	Gecione Correa Garcia	Fiscal Tributarista	37	023	1.000
12872	Gustavo Spuldaro Tanno	Fiscal Tributarista	37	002	1.000
6814	Jaqueline Carneiro Pinzegher	Fiscal Tributarista	37	023	1.000
13315	Louise Pereira Ruppel	Fiscal de Postura	22	002	1.000
12577	Mara do Amaral e Silva	Fiscal de Postura	22	023	1.000
801	Nedival Rodrigues Cruz	Fiscal de Postura	22	023	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 24.565**

PORTARIA Nº 24.565, de 22 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, gratificação por produtividade, referente ao período de 15/08/2014 a 14/09/2014, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
13312	Ana Claudia Serra Carpes Biela	Fiscal de Postura	22	006	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 24.566**

PORTARIA Nº 24.566, de 22 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 15/08/2014 a 14/09/2014, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
11775	Ariel Bleichuehl Dallazem	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000
3277	Gizele Aparecida Mandelli	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000
11776	Maicon Faccioni de Mello	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000
154	Silvio José Ferrareze Godinho	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL



**PORTARIA Nº 24.579**

PORTARIA Nº 24.579, de 24 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestado no período de 15/08/2014 a 14/09/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
674	Joventino Rodrigues dos Passos	144
1242	José Aldo Moraes da Silva	144

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 24 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski  
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

**PORTARIA Nº 24.580**

PORTARIA nº 24.580, de 24 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, realizado no período de 01/08/2014 a 31/08/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
1964	Adelar Geraldo Piran	10h e 40min.
13369	Adilso da Silva	39h e 21min.
1836	Aldecir Barp	44h e 51min.
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	16h e 05min.
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	07h
1453	Alvaro Santos de Castro	27h e 49 min.
13368	Antonio Rogério Nhaia	14h e 59 min.
8413	Claudete Maria Bento Corrente	14h
831	Clarice Abraão	75h
2027	Edézio Recalcatti	45h e 11min.
13319	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	02h e 16min.
13367	Gean Carlos Camargo	22h e 23min.
7707	Ivanir Weber	21h
12454	Jair de Azeredo	12h e 10min.
11890	Jorge Jair de Moura Borges	91h
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	00:27min.
645	Klayton Strey	17h e 41min.

12858	Leandro Medeiro	37h e 51min.
967	Leila Alves Speggorin	10h e 49min.
11851	Leticia Maria Rostirolla	07h
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	07h
11032	Luiz Antônio Wanciw	77h
12844	Marcos Antonio Pires de Moraes	40h e 42min.
9385	Maria Eva Martins	14h e 04min.
12893	Marlene Aparecida dos Anjos	06h e 14min.
731	Odete Crivelatti	21h
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	07h
10961	Renata Cristina da Silva Favarão	16h
10102	Rosa Meri Coluzzi	00:40 min.
10764	Sandra Aparecida Correa	96h
1720	Sandro José Neres da Rocha	35 horas
3437	Sayonara Gallina	02h
10785	Vagner Gonçalves	91h
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	27h e 58min.
749	Valdecir José Pereira da Silva	49h e 44min.
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	07h e 47min.
1535	Vilmar Miguel Dobner	46h e 01min.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 24 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 24.581**

PORTARIA nº 24.581, de 24 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/08/2014 a 31/08/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
11810	Ana Paula Simioni	16 h e 00 min.
1771	Auréliu Luiz Arrabar	48 h e 00 min.
11949	Bernadete Bridi Otto	04 h e 00 min.
12027	Denise Bernadete Scolaro Batalhon	08 h e 00 min.
11937	Dirce Teresinha Mantovani	03 h e 33 min.
12738	Edilaine Casaletti	02 h e 04 min.

10766	Édina Ferreira Lopes	02 h e 34 min.
395	Elisabeth Mary Kinceler	08 h e 43 min.
837	Fátima Aparecida de Castro Michielin	07 h e 00 min.
12055	Franciele Carneiro	03 h e 53 min.
3278	Frenezi de Oliveira	01 h e 14 min.
4116	Graziella De Barba	01 h e 13 min.
12589	Iara Aparecida Speggorin	02 h e 13 min.
11002	Ivanir Lurdes Heckler Andrade	05 h e 34 min.
11853	Jane Terezinha Souza Didone	00 h e 56 min.
11946	Jucinei Pires do Prado	08 h e 00 min.
1307	Laura Henrique de Andrade	08 h e 00 min.
5635	Luciano Caregnato	10 h e 23 min.
10620	Luciano Fernandes Valota	03 h e 23 min.
11967	Lucimar dos Santos	03 h e 46 min.
11812	Marcia de Oliveira Guedes	01 h e 01 min.
1214	Marcio Bassani	17 h e 36 min.
9393	Maria Helena Moreira Magalhães	08 h e 00 min.
03	Mauricio Zini	08 h e 07 min.
11730	Mauro de Mello	11 h e 13 min.
10461	Mirian Ficagna	24 h e 48 min.
12032	Mirian Germano de Goes	02 h e 35 min.
11876	Miriane Aparecida Galvão Kunzel	13 h e 49 min.
11944	Neiva da Aparecida Carlin do Prado	06 h e 57 min.
7674	Patricia Kirschner	01 h e 13 min.
12059	Rodolfo Lorenzo da Rosa	00 h e 52 min.
10102	Rosa Meri Coluzzi	40 h e 20 min.
3266	Roselaine Aparecida Roesener	01 h e 32 min.
11942	Sarita de Oliveira Zanotto	08 h e 00 min.
3272	Silmara Baseggio Radaeli	30 dias
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes	15 h e 39 min.
11951	Silvana Maria Cristaldo	16 h e 00 min.
11871	Tatiana Moraes	03 h e 53 min.
847	Tereza Dias dos Santos	16 h e 00 min.
11347	Thiago Augusto Duarte	15 h e 57 min.
3265	Valdicléia Aparecida Ferreira	19 h e 43 min.
12034	Valéria Gonçalves Pereira	05 h e 40 min.
10455	Willian Castilho Pinto	01 h e 00 min.
11814	Wania Aline Figura	02 h e 33 min.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 24 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

## PORTARIA Nº 24.610

PORTARIA Nº 24.610, de 30 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, o pagamento do serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, referente ao período de 15/08/2014 a 14/09/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
51	Adair Ferreira da Luz	40 horas
76	Adriano de Oliveira Lourenço	08 horas
10179	Carlos Alberto Machado	32 horas
88	Edino Ferreira da Luz	05 horas
1311	Joel Monteiro	27 horas
2501	José Adelir Soares	29 horas
56	Loreli Aparecida Varella	40 horas
90	Luiz Carlos Nica	18 horas
11140	Maria Aparecida Matos de Oliveira	38 horas
82	Nilson Roberto Goes	26 horas
11138	Noeli Gonçalves de Queiroz	38 horas
60	Roseli Aparecida Gribinski	40 horas
61	Solange Vieira da Silva	40 horas
3416	Valcir Nedival Vasconcelos	18 horas
10484	Vinicius Alexandre Soares	12 horas
3418	Zenita Aparecida Antunes de Moraes	12 horas

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski  
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

## PORTARIA Nº 24.614

PORTARIA nº 24.614, de 30 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

### RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/09/2014 a 30/09/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de dias, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Faltas
12706	Gabriel Nagel	30 dias
13471	Walter Syrrillo das Neves	30 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de Setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

### PORTARIA Nº 24.615

PORTARIA nº 24.615, de 30 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS/PLANTÕES, realizado no período de 01/09/2014 a 30/09/2014, junto ao Pronto Atendimento Municipal, especificando: código, nome dos servidores, quantidade de horas e porcentagem, conforme segue:

Código	Nome	Nº Horas
Horas Extras 50%		
12682	Anderson Braun	78 h 07 min.
13474	Dilson Luiz Correia	64 h 20 min.
12885	Lenise Heinzmann	19 h 10 min.
13520	Luiz Fernando Gomes Escudero	64 h 16 min.
12586	Matheus Moro	62 h 07 min.
13491	Rodrigo Renno Martins Toledo	10 h 30 min.
13320	Youssef Elias Ammar	81 h 53 min.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de Setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

### PORTARIA Nº 24.617

PORTARIA nº 24.617, de 30 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 01/08/2014 a 31/08/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
1964	Adelar Geraldo Piran	60 horas
13369	Adilso da Silva	60 horas
7982	Adriana Bento Grobe	18 horas
1836	Aldecir Barp	60 horas
95	Alessandro Luis Ribeiro	40 horas
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	46 horas
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	28 horas
1453	Alvaro Santos de Castro	60 horas
11810	Ana Paula Simioni	18 horas
13453	Antonio Amarildo de Mello	58:21 horas
13368	Antonio Rogério Nhaia	60 horas
4953	Camilo Paganini	60 horas
10775	Cândice Valeida Goltz	35 horas
10940	Carla Andressa Vierzbicki	32 horas
12599	Cibele Urió	03:30 horas
11813	Cintia Aparecida Carvalho Araújo	11:30 horas
831	Clarice Abraão	40 horas
8413	Claudete Maria Bento Corrente	40 horas
9384	Dinamar Aparecida Gomes	13:49 horas
12794	Doraci de Jesus Soares	23 horas
2027	Edezio Recalcatti	60 horas
10766	Édina Ferreira Lopes	08 horas
11217	Edinéia Aparecida da Silva Batista	20:37 horas
13451	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	40 horas
11057	Elisa Regina Kruger Possenti	37 horas
7744	Elizandra Driedrich	32 horas
830	Eloir do Carmo Antunes	40 horas
3745	Erenilda Americano	36 horas
3278	Frenezi de Oliveira	40 horas
13367	Gean Carlos Camargo	60 horas
10485	Hélio Luiz Wirschum	40 horas
7707	Ivanir Weber	40 horas
12454	Jair de Azeredo	60 horas
11890	Jorge Jair de Moura Borges	40 horas
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	22 horas
10831	Katia Possamai	40 horas
645	Klayton Strey	60 horas
11850	Larissa Strapasson Binder	09 horas
7981	Laurita Aparecida Faustino Aimi	40 horas
12858	Leandro Medeiro	60 horas
967	Leila Alves Speggorin	40 horas
11851	Leticia Maria Rostirolla	40 horas
12590	Loraine Borghetti Rotta	30 horas
10786	Lorete Aparecida Braun	20 horas
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	12 horas
11032	Luiz Antônio Wanciw	40 horas

12844	Marcos Antonio Pires de Moraes	60 horas
9385	Maria Eva Martins	40 horas
9393	Maria Helena Moreira Magalhães	40 horas
10816	Marjuri Paula Sgarbossa	50 horas
12893	Marlene Aparecida dos Anjos	37 horas
8331	Mônica Michele Witiuk	57 horas
731	Odete Crivilatti	40 horas
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	40 horas
13364	Raysa Yumi Tonegawa Moro	04 horas
10961	Renata Cristina da Silva Favarão	36 horas
10102	Rosa Meri Coluzzi	40 horas
10764	Sandra Aparecida Correa	34 horas
1720	Sandro José Neres da Rocha	60 horas
3437	Sayonara Galina	40 horas
12887	Simone Angela Sclaro	05 horas
135	Sueli Terezinha Bueno	40 horas
10785	Vagner Gonçalves	40 horas
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	60 horas
749	Valdecir José Pereira da Silva	60 horas
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	34 horas
1535	Vilmar Miguel Dobner	60 horas
11814	Wania Aline Figura	01 hora
10790	Willian Cardoso Ribeiro	25 horas

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de Setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

#### PORTARIA Nº 24.619

PORTARIA Nº 24.619, de 30 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Caçador,

#### RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, em razão de faltas injustificadas no período de 15/08/2014 a 14/09/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de faltas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
3521	Airton Rogério Bick	08h
3382	Anderson José de Oliveira	08h
10484	Vinicius Alexandre Soares	04h
94	Cecília Aparecida dos Santos	04h
10483	Eliane Yuki Uehara	04h
9497	Elisiane Cardoso da Piedade	04h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de Setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Luiz Gustavo Pavelski  
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

#### PORTARIA Nº 24.620

PORTARIA Nº 24.620, de 30 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, o pagamento do serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, referente ao período de 15/08/2014 a 14/09/2014, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
3282	Angelo Edair Fantin	24 horas
10345	Cleusa Aparecida Ferreira da Luz	18 horas
72	Davi Rodrigues da Rocha	24 horas
2504	Ezio Ferreira dos Santos	18 horas
78	Gilberto de Oliveira	10 horas
1026	Ilário Back	10 horas
73	Izaltino Fernandes	12 horas
10050	João Antonio dos Santos	38 horas
93	Jocelim Gonçalves de Freitas	28 horas
3417	Jorge Luiz Maia de Lima	18 horas
1451	José Vândir Mroz	12 horas
13356	Madionir Bassani	18 horas
70	Marcio Silveira Pinto	24 horas
87	Marcos Antonio dos Santos	18 horas
74	Maria Aparecida de Lima	06 horas
83	Mauri Bueno	25 horas
413	Paulo da Silva	20 horas
9493	Salete Adamio	20 horas
609	Valcir Gribinski	06 horas
2515	Valdir dos Santos	12 horas
786	Vilmar Moreira dos Santos	36 horas

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de Setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.



Luiz Gustavo Pavelski  
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

### PORTARIA Nº 24.625

PORTARIA Nº 24.625, de 30 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto ao Gabinete do Prefeito, prestado no período de 15/08/2014 a 14/09/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
12735	Carlos Rogério Leme Navarro	40h
103	Eltes Francisco Sinhorin	40h
10488	Gilmar Antonio Gonçalves	40h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de Setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 24.628

PORTARIA nº 24.628, de 30 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados em diversas Secretarias Municipais, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código, nome dos servidores e nível ascendido no período de 01/09/2014 a 30/09/2014, conforme segue:

Código	Nome	Nível Ascendido
3282	Angelo Edair Fantin	Nível IV – Nível V
3396	Domingos Spader	Nível X – Nível XI
3268	Hermes Olindo Agusti	Nível V – Nível VI
784	Janete Aparecida de Azeredo Both	Nível VIII – Nível IX
10129	Marli Aparecida de Lima	Nível 0 – Nível I
11164	Sandra Agusti	Nível 0 – Nível I
10764	Sandra Aparecida Correa	Nível 0 – Nível I
9464	Solange Vieira da Silva	Nível I – Nível II

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de Setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 24.711

PORTARIA Nº 24.711, de 17 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
7673	Valéria da Silva	Auxiliar de Consultório Dentário	006	16/07/2007 a 16/07/2012	22/10/2014 a 20/11/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 17 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 24.712

PORTARIA Nº 24.712, de 17 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
916	José Odelir Telles de Oliveira	Agente de Serviços e Obras Públicas	003	01/01/2007 a 01/01/2012	30/10/2014 a 27/01/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 17 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.713**

PORTARIA Nº 24.713, de 17 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
4953	Camilo Paganini	Operador de Manutenção de Edificações Públicas	006	02/08/2009 a 02/08/2014	31/10/2014 a 28/01/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 17 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**DECRETO Nº 6.187/2014**

DECRETO nº 6.187, de 30 de outubro de 2014.

Nomeia Comissão de Processo Seletivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**DECRETA :**

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Processo Seletivo para emprego público de Agente Comunitário de Saúde, composta pelas seguintes pessoas, sob a presidência da primeira, conforme segue:

- I. Dila Marchi Gonçalves Bridi;
- II. Joice Luiza Flores de Matias Wagner;
- III. Marjuri Sgarbossa;
- IV. Erci Bohrer;
- V. Josiane Burger da Silva Criminácio.

Parágrafo único. A Comissão realizará seus trabalhos em estrita obediência a Lei Complementar nº 222, de 17 de agosto de 2011, Regulamento e Edital específico do certame.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de outubro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto,  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco,  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 24.766**

PORTARIA Nº 24.766, de 30 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

Art. 1º - REABRE o Processo Administrativo Disciplinar nº. 01/2014, instaurado a fim de apurar a reprovação de estágio probatório, com possibilidade de falta de capacidade e aptidão e dificuldade de relacionamento humano, entre outros, da Servidora Pública Municipal LAISA TATIANA MARTINS, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, atuando junto à CMEI Sonho Encantado, que havia sido temporariamente suspenso em virtude da urgente necessidade de instauração de procedimento para investigar denúncias de possíveis irregularidades ocorridas junto à Secretaria Municipal de Saúde, e considerando o grande fluxo de informações a serem investigadas e documentos auditados pela Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares.

Art. 2º. A Comissão tem o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos a contar da publicação da referida portaria no órgão oficial de publicação, podendo o citado prazo ser automaticamente prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, sem prejuízo dos trabalhos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de outubro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

**AVISO DE LICITAÇÃO TP 07-2014 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2014

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DO MURO DE CONTENÇÃO NA CRECHE DO LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA - BAIRRO MARTELO- CAÇADOR-SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 18/11/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 18/11/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 30 de outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,  
Prefeito Municipal



**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO NºS 1888 A 1895**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1916/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAJ9547	55697255D	5010/0	21/09/2014	162 * I
ABC3920	55697252D	5010/0	20/09/2014	162 * I
AFA0793	55135322E	6670/0	12/10/2014	230 * XIII
AJO9644	55697008D	6610/2	19/09/2014	230 * VII
BWB7170	55703113D	5061/0	31/08/2014	163 c/c 162 * I
BZW2555	55135282E	6599/2	22/09/2014	230 * V
CXA1416	55697301D	7340/0	16/09/2014	252 * IV
KAX4619	55696008D	5045/0	09/10/2014	162 * V
LXC7067	55697206D	6599/2	11/10/2014	230 * V
LXC7067	55697208D	5282/0	11/10/2014	176 * I
LZE5847	55135323E	6670/0	13/10/2014	230 * XIII
MAG3237	55702745D	5045/0	19/09/2014	162 * V
MBM1346	55701347D	6610/2	21/09/2014	230 * VII
MBU9049	55701197D	6610/2	12/09/2014	230 * VII
MDZ9773	55695977D	5169/1	14/09/2014	165
MFI7841	55697656D	6599/2	08/10/2014	230 * V
MGE8473	55693565D	5010/0	12/10/2014	162 * I
MGT6365	55703234D	6599/2	23/09/2014	230 * V
MHO1176	55697212D	5274/1	14/10/2014	175
MHR0786	55133363E	6599/2	07/10/2014	230 * V
MHW3989	55697308D	7340/0	02/10/2014	252 * IV
MJB7833	55702058D	5010/0	11/09/2014	162 * I
MJB7833	55702059D	6912/0	11/09/2014	232
MTK0547	55703012D	6610/2	29/08/2014	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 29 DE OUTUBRO DE 2014

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1917/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMF6190	55133369E	7366/2	07/10/2014	252 * VI
AOU4121	55702593D	5207/0	17/09/2014	169
ASH0004	55702499D	5185/1	15/10/2014	167
ASP5754	54959491E	5550/0	03/10/2014	181 * XVIII
ASZ7770	55703239D	5541/1	24/09/2014	181 * XVII
BKV9665	55135353E	7366/2	23/09/2014	252 * VI
LXC3464	54959446E	6041/2	08/10/2014	207
LZD8291	55703246D	5541/1	24/09/2014	181 * XVII
LZO5258	55698527D	5185/1	11/09/2014	167
MBH7112	54959480E	5509/0	15/09/2014	181 * XIII
MBL9913	55696677D	5185/1	08/10/2014	167
MBM1346	55701346D	5185/2	21/09/2014	167
MBZ4673	55696070D	5193/0	12/10/2014	168
MBZ4673	55696071D	5185/1	12/10/2014	167
MBZ4673	55696072D	5185/2	12/10/2014	167
MBZ4673	55696073D	5843/4	12/10/2014	196
MCA2187	55697415D	6122/0	01/10/2014	214 * I
MCA4808	55697428D	6122/0	08/10/2014	214 * I
MDT4178	55700361D	7366/2	10/10/2014	252 * VI
MDX7022	55697568D	5185/1	01/10/2014	167
MEN7963	55703152D	5460/0	06/09/2014	181 * IX
MEX5886	55702495D	5185/1	08/10/2014	167
MGI3373	55697351D	5185/1	19/09/2014	167
MGI3373	55697352D	5207/0	19/09/2014	169
MHO1176	55697211D	7056/1	14/10/2014	244 * III
MHO1176	55697213D	5215/1	14/10/2014	170

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHO1176	55697214D	5835/0	14/10/2014	195
MIO1834	55703247D	5460/0	24/09/2014	181 * IX
MJW0117	55135002E	5452/6	09/10/2014	181 * VIII
MKK6025	55700355D	5460/0	05/09/2014	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 29 DE OUTUBRO DE 2014

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1918/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAC2014	55703355D	6599/2	20/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
AAM0962	55702801D	5010/0	07/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
ACI5711	55702542D	5045/0	03/09/2014	R\$ 191,53	162 * V
ALH8697	55695973D	5010/0	18/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
ALH8697	55695974D	6912/0	18/08/2014	R\$ 53,20	232
ARR2315	55698470D	6599/2	14/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
BIO7062	55703766D	6599/2	12/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
BIO7062	55703767D	5045/0	12/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
BIO7062	55703768D	5169/1	12/06/2014	R\$ 1.915,38	165
BSS4434	55698975D	6599/2	12/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
BUL3533	55695960D	6599/2	24/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
CAP4819	54959845E	6599/2	20/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
HZG4868	55478883C	5274/1	10/08/2014	R\$ 191,53	175
HZG4868	55478884C	5274/1	10/08/2014	R\$ 191,53	175
IDD0484	55702789D	6610/2	17/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
IEX6841	55703096D	7340/0	02/09/2014	R\$ 85,12	252 * IV
IFT7948	55696058D	5010/0	09/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
IFT7948	55696059D	5061/0	09/08/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
JYA3704	55701187D	6599/2	18/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
JYA3704	55701188D	5010/0	18/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
KNA4307	55696641D	6726/1	09/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LJX4052	55701183D	5045/0	18/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
LXH6327	55702051D	6599/2	20/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXM0485	55702530D	6599/2	19/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYI1113	55698964D	5169/1	23/05/2014	R\$ 1.915,38	165
LZA2603	55702686D	6912/0	06/08/2014	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZF7358	55702611D	6599/2	03/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZL5423	55699032D	6599/2	16/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZL5423	55699033D	6637/2	16/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LZV4788	55702754D	6700/0	12/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
LZV4788	55702756D	6726/1	12/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAI6647	55696619D	5037/1	06/06/2014	R\$ 574,61	162 * III
MAI6647	55696620D	5134/1	06/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * III
MBA0661	55133180E	6599/2	20/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCE9803	55692668D	6599/2	13/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCE9803	55692669D	5045/0	13/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MCE9803	55692670D	5169/1	13/06/2014	R\$ 1.915,38	165
MDD1663	55702264D	6599/2	15/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDD1663	55702265D	6912/0	15/08/2014	R\$ 53,20	232
MDD1663	55702266D	5045/0	15/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MDM2290	55702760D	6599/2	13/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDU0286	55703261D	6769/1	15/06/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MEF0382	55700955D	5010/0	08/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEF0382	55700956D	6599/2	08/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEF0382	55700957D	5118/0	08/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEP1051	55700891D	5010/0	19/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEW6679	55695899D	5010/0	02/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFO9261	55702806D	6700/0	13/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MGD0928	55696007D	5010/0	30/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGL6667	55701147D	5045/0	08/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MGU4011	55696277D	6580/0	17/06/2014	R\$ 191,53	230 * IV
MHS6392	55704150D	6599/2	11/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHT0360	55135680E	5045/0	20/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MHW1023	55695839D	6920/0	04/06/2014	R\$ 127,69	233
MHY9213	55699131D	6599/2	07/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIS7140	55703736D	5010/0	03/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIS7140	55703737D	5169/1	03/06/2014	R\$ 1.915,38	165
MJH9088	54959998E	6670/0	26/08/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MJH9088	54959999E	6610/2	26/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MJI6094	55696470D	6432/1	17/07/2014	R\$ 127,69	223
MKG7534	55703773D	5169/1	05/08/2014	R\$ 1.915,38	165
MKJ0544	55698270D	6599/2	15/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKJ0544	55698271D	5010/0	15/06/2014	R\$ 574,61	162 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKL8903	55696905D	6599/2	06/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MMD2172	55696281D	5010/0	30/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MMD2172	55696282D	5118/0	30/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MMJ3173	55697151D	5045/0	02/09/2014	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 29 DE OUTUBRO DE 2014

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1919/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFC8271	55106219C	5185/1	17/06/2014	R\$ 127,69	167
AHB0917	55695909D	6564/0	22/06/2014	R\$ 191,53	230 * II
AHO1983	55133082E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AHZ9322	55135648E	6041/2	14/08/2014	R\$ 127,69	207
AIJ7149	55698464D	5185/1	06/08/2014	R\$ 127,69	167
AIM5376	55701066D	5185/1	14/07/2014	R\$ 127,69	167
ALC2604	55702908D	5185/1	14/08/2014	R\$ 127,69	167
ANN5584	55696530D	5207/0	13/07/2014	R\$ 53,20	169
APP3615	55696914D	7366/2	07/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
CAG5814	55702527D	6122/0	18/08/2014	R\$ 191,53	214 * I
CAP4819	54959846E	5193/0	20/06/2014	R\$ 191,53	168
CHB7187	55701007D	5185/1	05/08/2014	R\$ 127,69	167
CQW4964	55702382D	5185/1	05/08/2014	R\$ 127,69	167
CRI2489	55701094D	7366/2	08/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
DDJ3258	55702380D	5185/1	05/08/2014	R\$ 127,69	167
DPS3083	55696941D	5185/1	13/08/2014	R\$ 127,69	167
HRU8417	55133027E	5509/0	09/06/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
IFA8528	55135521E	6041/2	14/08/2014	R\$ 127,69	207
IKS4208	55702457D	7366/2	07/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
JNK5710	55703328D	5185/1	04/08/2014	R\$ 127,69	167
KNA4307	55696640D	5347/0	09/08/2014	R\$ 85,12	178
LXD7642	55696206D	5185/1	08/07/2014	R\$ 127,69	167
LYX2727	55702227D	5185/1	07/08/2014	R\$ 127,69	167
LZB3988	55701116D	5185/1	11/07/2014	R\$ 127,69	167
LZL5423	55699034D	5347/0	16/08/2014	R\$ 85,12	178
LZM0935	55700869D	5541/1	07/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZN4582	55698422D	5762/0	06/08/2014	R\$ 85,12	188
LZO3513	55702910D	5185/1	14/08/2014	R\$ 127,69	167
MAN0835	55135577E	5452/2	14/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MAY8871	55696974D	5541/1	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBG3399	55702234D	5185/1	13/08/2014	R\$ 127,69	167
MBI7311	55702411D	5185/1	22/07/2014	R\$ 127,69	167
MBS4554	55700867D	5185/1	07/08/2014	R\$ 127,69	167
MBV9172	55135638E	5541/6	09/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBZ6790	55700884D	5541/1	15/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCA0146	55700921D	5185/1	04/08/2014	R\$ 127,69	167
MCA2187	55701060D	5207/0	13/07/2014	R\$ 53,20	169
MCT9177	55133653E	6041/2	21/08/2014	R\$ 127,69	207
MCZ3529	55135649E	6041/2	14/08/2014	R\$ 127,69	207
MDE9902	55696499D	5185/1	25/07/2014	R\$ 127,69	167
MDE9902	55700850D	5207/0	30/07/2014	R\$ 53,20	169
MDE9902	55700851D	6122/0	25/07/2014	R\$ 191,53	214 * I
MDF9950	55702906D	6122/0	13/08/2014	R\$ 191,53	214 * I
MDO0718	55700915D	5185/1	04/08/2014	R\$ 127,69	167
MDP5427	55133046E	5541/2	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEA8371	55135525E	6041/2	14/08/2014	R\$ 127,69	207
MEJ2312	55696054D	6858/0	22/06/2014	R\$ 85,12	231 * VII
MEJ2312	55698650D	5193/0	22/06/2014	R\$ 191,53	168
MEK5180	55701059D	5185/1	13/07/2014	R\$ 127,69	167
MEK5180	55701267D	5207/0	13/07/2014	R\$ 53,20	169
MEP1051	55702247D	6122/0	19/08/2014	R\$ 191,53	214 * I
MEP6875	55700870D	5541/1	07/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFA5397	55133332E	5541/2	07/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFC0794	55135515E	6041/2	14/08/2014	R\$ 127,69	207
MFI0412	55701130D	5185/1	14/07/2014	R\$ 127,69	167
MFJ5730	55135609E	7366/2	09/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFV0557	55700936D	6122/0	04/08/2014	R\$ 191,53	214 * I
MFY6528	55698463D	5185/1	06/08/2014	R\$ 127,69	167
MFY9618	55701292D	5185/1	01/08/2014	R\$ 127,69	167
MFZ7708	54959281E	5541/2	12/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGE8565	55133454E	5541/2	26/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGH8293	55702237D	5185/1	14/08/2014	R\$ 127,69	167
MGI1031	55135517E	6041/2	14/08/2014	R\$ 127,69	207

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGM1784	55702769D	5185/1	13/08/2014	R\$ 127,69	167
MGN0742	55700758D	5185/1	02/08/2014	R\$ 127,69	167
MGR4074	55704242D	5185/1	17/06/2014	R\$ 127,69	167
MGY4203	55696595D	5185/1	02/08/2014	R\$ 127,69	167
MHX2952	54148992D	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIN6144	55696543D	5185/1	15/07/2014	R\$ 127,69	167
MIN6884	55702376D	5185/1	05/08/2014	R\$ 127,69	167
MIR6133	55702433D	5185/1	30/07/2014	R\$ 127,69	167
MJD3738	55702813D	7366/2	13/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJF6994	55696504D	5207/0	07/07/2014	R\$ 53,20	169
MJN0744	55133037E	5541/1	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJT1047	55700852D	6122/0	26/07/2014	R\$ 191,53	214 * I
MJW9758	55135597E	5452/2	07/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MKE8010	55135678E	7366/2	20/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKG6997	55702379D	5185/1	05/08/2014	R\$ 127,69	167
MKJ8606	55132808E	5720/0	04/06/2014	R\$ 127,69	186 * I
MKS2561	55702505D	5185/1	14/07/2014	R\$ 127,69	167
MKX5782	55135700E	5541/1	05/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKY7822	55135669E	5452/6	16/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MLA6366	55133045E	5509/0	27/06/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MLJ9757	55701021D	5207/0	06/08/2014	R\$ 53,20	169
MLK3275	55135573E	7030/4	06/07/2014	R\$ 191,53	244 * I
MLO3541	55701251D	7030/2	09/07/2014	R\$ 191,53	244 * I
MMB9850	55702536D	7366/2	27/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MMD3953	55133501E	6068/1	11/08/2014	R\$ 127,69	209
MMH9253	55696594D	5185/1	02/08/2014	R\$ 127,69	167
MMK8853	55135513E	6041/2	14/08/2014	R\$ 127,69	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 29 DE OUTUBRO DE 2014

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO

**IPASC****PORTARIA N.º 758, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA n.º 758, de 15 de outubro de 2014.

Contrata NELI DAS GRASSAS PEREIRA.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010,

**RESOLVEM:**

Art. 1.º Contratar por prazo determinado, NELI DAS GRASSAS PEREIRA, Matrícula 3339, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do IPASC, com a carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, pelo período de 15 de outubro de 2014 a 22 de outubro de 2014, com as atribuições inerentes ao cargo do Grupo Ocupacional Serviços Gerais, Anexo I da Lei Complementar nº 093, de 29/12/06, suas alterações e regimento interno do IPASC, em substituição à titular, Ivete Pereira de Agostinho, que se encontra em gozo de férias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 15 de outubro de 2014.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

**PORTARIA Nº 759, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA nº 759, de 27 de outubro de 2014.

Designa Servidora para auxiliar nos serviços seccionais da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno Municipal.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06, e tendo em vista o disposto no art. 3º do Decreto nº 3.035, de 13 de agosto de 2013,

**RESOLVEM:**

Art. 1º Designar a Servidora Pública Municipal, ELIZETE REGINA BLEICHUEHL, ocupante do cargo de Chefe do Serviço de Desenvolvimento da Comunidade, colocada à disposição sem ônus para o IPASC, Portaria nº 24.719, de 20 de outubro 2014, para auxiliar nos serviços seccionais da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno Municipal, ficando responsável pela coleta e repasse de informações, verificação e emissão de pareceres referentes aos atos de pessoal, de aposentadorias e pensões do IPASC, sem prejuízo de suas funções, podendo solicitar auxílio de Servidores efetivos e à disposição do IPASC, com efeitos a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 27 de outubro de 2014.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

**PORTARIA N.º 760, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA n.º 760, de 27 de outubro de 2014.

Aposenta Servidora CELIA DE PAULA.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, em conformidade à Constituição Federal/1988, com a redação do art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, mais o previsto no art. 2º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, e ainda, no art. 48, incisos I, II, III e IV e Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 93/2006,

**RESOLVEM:**

Art. 1º. Conceder aposentadoria à Servidora CELIA DE PAULA, a contar de 01 de outubro de 2014, Matrícula 1.052 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, Referência 14, carga horária de 35 hs, lotada na Secretaria de Saúde, passando à Matrícula nº 3340, no IPASC.

Art. 2º. Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de setembro de 2014, na espécie com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 2.130,17 (dois mil, cento e trinta reais e dezessete centavos), adicional de triênio de R\$ 575,14 (quinhentos e setenta e cinco reais e quatorze centavos), adicional 25 anos 6ª parte de R\$ 477,99 (quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e nove centavos) e Complementação Reg. Jur. CF/88 de 162,08 (cento e sessenta e dois reais e oito centavos), totalizando o benefício de aposentadoria em R\$ 3.345,38 (três mil, trezentos e quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 01 de outubro de 2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 27 de outubro de 2014.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

**PORTARIA N.º 761, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA n.º 761, de 27 de outubro de 2014.

Aposenta Servidor ADENIR ZOTTO.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006, nos termos do inciso I, § 1º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, c/c o art. 6º-A da EC nº 41/2003, introduzido pela Emenda Constitucional nº 70, de 29/03/2012, e, ainda o previsto nos §§ 1º, 2º, 3º, incisos I e IV, alínea "c" do art. 34, da Lei Complementar nº 93/2006,

**RESOLVEM:**

Art. 1º Conceder aposentadoria por invalidez decorrente de

acidente em serviço, ao Servidor ADENIR ZOTTO, a partir de 07 de outubro de 2014, Matrícula 1.857 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Motorista Utilitário, Referência 06, carga horária de 44 hs, lotado na Secretaria da Saúde, passando à Matrícula nº 3341, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez permanente, na espécie com paridade, com proventos integrais, do vencimento de horas auxílio doença de R\$ 1.338,75 (hum mil, trezentos e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos), mais o adicional de triênio de R\$ 200,81 (duzentos reais e oitenta e um centavos), totalizando o valor do benefício de aposentadoria em R\$ 1.539,56 (hum, quinhentos trinta e nove reais e trinta e seis centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 07 de outubro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 27 de outubro de 2014.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

#### **PORTARIA N.º 762, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA n.º 762, de 27 de outubro de 2014.

Altera dispositivo da Portaria nº 704, de 28/04/2014, que concedeu Pensão a BERNARDETE MARIA DA SILVA.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e de acordo com o inciso I, § 7º, do art. 40 da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/03, c/c Artigo 6º-A, introduzido pela Emenda Constitucional nº 70, de 29/03/2012, mais o previsto no inciso I, §3º, do art. 38 e Parágrafo único do art. 39 da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006,

RESOLVEM:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º, da Portaria nº 704, de 28 de abril de 2014, que concedeu pensão por morte a BERNARDETE MARIA DA SILVA, Matrícula 5954, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Conceder pensão por morte a BERNARDETE MARIA DA SILVA, Matrícula 5954, na condição de companheira do Servidor Público Municipal inativo VILMAR LEZAN, Matrícula 3.320, falecido em 16/03/2014, na espécie com paridade, com benefício integral, cujo valor do benefício de aposentadoria era correspondente, no mês de março de 2014, a R\$ 1.589,83 (hum mil, quinhentos e oitenta e nove reais e oitenta e três centavos), a serem pagos pelo IPASC, com efeitos a contar de 17 de março de 2014." (NR)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 27 de outubro de 2014.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **PORTARIA Nº 046, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA nº 046, de 30 de outubro de 2014.

Concede 20 dias de férias e a conversão de 1/3 em pecúnia à servidora Rosane Pirolí.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004 RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 02/06/2013 a 01/06/2014 a serem gozadas no período de 03 a 22/11/2014 à servidora ROSANE APARECIDA CASSOL PIROLI, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, do quadro efetivo da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados, em 31/10/2014.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referentes ao período aquisitivo de 02/06/2013 a 01/06/2014, com pagamento juntamente com o primeiro período de férias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 30 de outubro de 2014.

Wilson Luiz Binotto,  
PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,  
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos  
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur  
2ª SECRETÁRIA.

### **AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 19/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 19/2014

A Comissão Especial de Licitação, da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 44/2014, de 08/10/2014, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 14/11/2014, às 13:30 horas, no endereço, RUA FERNANDO MACHADO, Nº 139, Caçador-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 23/2014 - na modalidade de Tomada de Preços p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 01/2014-TP. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado, ou pelo e-mail: juridico@camaracacador.sc.gov.br.

Objeto da Licitação:

Contratação de empresa de engenharia especializada para execução, mediante o regime de empreitada por preço global, de obra referente à reforma do prédio onde está instalada a sede da Câmara Municipal, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico/Executivo e demais Anexos deste Edital.

Caçador, 31 de Outubro de 2014.

Wilson Luiz Binotto.

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.669 DE 02 DE MAIO DE 1994

DECRETO Nº 1669

DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE TRABALHO DAS ODONTÓLOGAS, FISIOTERAPEUTA E TÉCNICO DE AGRIMENSURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE - SC.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1.668 DE 02 DE MAIO DE 1994

DECRETO Nº 1668

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA NA FUNÇÃO DE MÉDICA II - MARILUCI PAIVA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1.667 DE 02 DE MAIO DE 1994

DECRETO Nº 1667

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA NA FUNÇÃO DE MÉDICA - CHRISTIANE SODRÉ FORTES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1.666 DE 02 DE MAIO DE 1994

DECRETO Nº 1666

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA NA FUNÇÃO DE FISIOTERAPEUTA - EDITHE MARICLER VIRMOND.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1.665 DE 02 DE MAIO DE 1994

DECRETO Nº 1665

CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A SERVIDORA VIVIANE IZABEL SCHWARZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1.664 DE 02 DE MAIO DE 1994

DECRETO Nº 1664

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO MÉDICO - ERWIN FRANZ GATTRINGER FILHO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1.663 DE 02 DE MAIO DE 1994

DECRETO Nº 1663

ATUALIZA VALORES DE DIÁRIAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos

dois dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.662 DE 02 DE MAIO DE 1994**

DECRETO Nº 1662  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IARA MARASCIÚLO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1994.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.661 DE 19 DE ABRIL DE 1994**

DECRETO Nº 1661  
DECLARA PONTO FACULTATIVO NO DIA 22 DE ABRIL DO CORRENTE ANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de abril de 1994.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.660 DE 19 DE ABRIL DE 1994**

DECRETO Nº 1660  
DISPÕE SOBRE O EMPENHO E O PAGAMENTO DAS DESPESAS EEXPRESSIONAS EM URV DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELO MUNICÍPIO ATÉ A EMISSÃO DO REAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de abril de 1994.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.659 DE 15 DE ABRIL DE 1994**

DECRETO Nº 1659  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de abril de 1994.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.658 DE 15 DE ABRIL DE 1994**

DECRETO Nº 1658  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO - ROBERTO COLLET.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de abril de 1994.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.657 DE 15 DE ABRIL DE 1994**

DECRETO Nº 1657  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E INSUMOS - ROBERTO COLLET.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de abril de 1994.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.656 DE 14 DE ABRIL DE 1994**

DECRETO Nº 1656  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO - ROBERTO COLLET.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de abril de 1994.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.655 DE 14 DE ABRIL DE 1994**

DECRETO Nº 1655  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO - ROBERTO COLLET.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de abril de 1994.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1654  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR NA FUNÇÃO DE MÉDICO - IVAL LUIZ AMARAL DE SOUZA LIMA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de abril de 1994.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.654 DE 05 DE ABRIL DE 1994**

DECRETO Nº 1654  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR NA FUNÇÃO DE MÉDICO - IVAL LUIZ AMARAL DE SOUZA LIMA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de abril de 1994.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.653 DE 05 DE ABRIL DE 1994**

DECRETO Nº 1653  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA NA FUNÇÃO DE PROFESSORA I - PATRÍCIA ENGLER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de abril de 1994.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.652 DE 05 DE ABRIL DE 1994**

DECRETO Nº 1652  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - SILMARA MALINOWSKI.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de abril de 1994.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.651 DE 05 DE ABRIL DE 1994**

DECRETO Nº 1651  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - GISELE SCHMIDT.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de abril de 1994.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.650 DE 05 DE ABRIL DE 1994**

DECRETO Nº 1650  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIO - ALEANDRO LEMOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de abril de 1994.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.649 DE 05 DE ABRIL DE 1994**

DECRETO Nº 1649

DISPÕE SOBRE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de abril de 1994.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.648 DE 01 DE ABRIL DE 1994**

DECRETO Nº 1648

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ESTAGIÁRIA A PEDIDO - DIRLENE SCHWARZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de abril de 1994.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.647 DE 01 DE ABRIL DE 1994**

DECRETO Nº 1647

ATUALIZA VALORES DE DIÁRIAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de abril de 1994.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.646 DE 31 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1646

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO ESTAGIÁRIO - ALLAN CRISTYAN FOITTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de março de 1994.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.645 DE 31 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1645

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO ESTAGIÁRIA - KLEBIANE MARCIA CARVALHO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de março de 1994.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.644 DE 29 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1644

CANCELA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/1994.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de março de 1994.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.643 DE 23 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1643

DISPÕE SOBRE TRANSFORMAÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM "URV".

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de março de 1994.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.642 DE 22 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1642

DECLARA PONTO FACULTATIVO NOS DIAS 31 DE MARÇO E 04 DE ABRIL DE 1994.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.641 DE 22 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1641

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NA FUNÇÃO DE PSICÓLOGA - ANDRÉIA DE ARARIPE LOPES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.640 DE 17 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1640

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NA FUNÇÃO DE ODONTÓLOGA - SIBELE SCHROEDER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.639 DE 17 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1.639 DE 17 DE MARÇO DE 1994

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

VERA LUCIA BARCOS OLIVER, para exercer função de Odontóloga, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 17 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.638 DE 17 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1638

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO EM SUBSTITUIÇÃO - JOSÉ LUIS SILVA - CHEFE DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.637 DE 17 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1637

DÁ PODERES AO SR. GERALDO CARLOS GROSSKOPF PARA ASSINAR ATOS ADMINISTRATIVOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.636 DE 10 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1636

DISPÕE SOBRE COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE ACORDO COM O QUE DISPÕE O ARTIGO 51 DA LEI Nº 8.666/93.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.635 DE 10 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1635

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - JOSÉ SILDONIR DE MEIRA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.634 DE 10 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1634

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIO - HIDALGO FERNANDO MARTIN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.633 DE 10 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1633

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIO - HIDALGO FERNANDO MARTIN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.632 DE 09 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1632

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - CARLA MARION DETROZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.631 DE 09 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1631

DECLARA EM ESTADO DE EMERGÊNCIA AS LOCALIDADES DE LA-GEADO, CUBATÃO, SALTO, AVENCA DO RIO NEGRO, AVENQUINHHA, SANTANA, RODEIO DE SANTA CRUZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.630 DE 02 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1630

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NA FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IARA MARASCIÚLO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.629 DE 02 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1629

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA - GILSON OMAR BRUNNQUELL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete



**DECRETO Nº 1.628 DE 01 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1.628 DE 01 DE MARÇO DE 1994

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

GILSON OMAR BRUNNQUELL, para exercer função de Engenheiro  
Agrônomo, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secre-  
taria ao primeiro dia do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.627 DE 01 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1627

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NA FUNÇÃO DE ASSESSOR ESPECIAL  
- CARLOS EURIDES NASCIMENTO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao  
primeiro dia do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.626 DE 01 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1626

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO CARGO DE ASSES-  
SOR CARGO EM PROVIMENTO EM COMISSÃO - GILSON OMAR  
BRUNNQUELL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao  
primeiro dia do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.625 DE 01 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1625

ABRE CRÉDITO ESPECIAL

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao  
primeiro dia do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.624 DE 01 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1624

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NA FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINIS-  
TRATIVO - RELINDES BECKER DE LIMA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao  
primeiro dia do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.623 DE 01 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1623

ATUALIZA OS VALORES DE DIÁRIAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao  
primeiro dia do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.622 DE 01 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1622

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE LICENÇA SEM  
VENCIMENTOS - TEODORO MILCHEWSKY.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao  
primeiro dia do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.621 DE 01 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1.621 DE 01 DE MARÇO DE 1994  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

JAQUE RICARDO SCHWENDNER, para exercer função de Profes-  
sor de Música I, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secre-  
taria ao primeiro dia do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.620 DE 01 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1.620 DE 01 DE MARÇO DE 1994  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

PATRÍCIA SCHWENDNER, para exercer função de Professora de  
Música I, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secre-  
taria ao primeiro dia do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.619 DE 01 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1619  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NO CARGO DE VIGIA - ITACIR RO-  
DRIGUES DE OLIVEIRA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao  
primeiro dia do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.618 DE 01 DE MARÇO DE 1994**

DECRETO Nº 1618  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NO CARGO DE AUXILIAR ADMINIS-  
TRATIVO I - PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao  
primeiro dia do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.617 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1617  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO ESTAGIÁRIO - PEDRO  
FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e oito dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.616 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1616  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO ESTAGIÁRIO - ALAOR  
HANSEN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e oito dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.615 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1615

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO SERVIDORA AUXILIAR DE BERÇÁRIO - ROSELI DE FÁTIMA RIBEIRO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.614 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1614

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO SERVIDOR VIGIA - GABRIEL LADER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.613 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1613

PRORROGA O PRAZO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO - HELENA CRISTINY MAY.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.612 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1612

CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A SERVIDORA - LUCIA APARECIDA SWENCOSKI.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.611 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1.611 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1994

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

JANETE DRANCKA, para exercer função de Professor I, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 21 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.610 DE 20 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1610

CONCEDE AUMENTO SALARIAL AOS SERVIDORES, ATIVOS E INATIVOS E EM CARGO DE COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.609 DE 16 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1609

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO DE PROFESSORA II - LÉAMAR BERTAMONI PARTCHELI, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.608 DE 16 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1608

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO EM SUBSTITUIÇÃO DE TESOUREIRA - ROSE MARI CUBAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.607 DE 16 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1607

PRORROGA PRAZO DA NOMEAÇÃO DO CARGO EM SUBSTITUIÇÃO DO DIRETOR DE FINANÇAS - JOSÉ LUIS SILVA, ATÉ 04 DE MARÇO DE 1994.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.606 DE 16 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1606

PRORROGA PRAZO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO JEOVANA TABBERT LINCKE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.605 DE 16 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1605

DISPÕE SOBRE COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE ACORDO COM O QUE DISPÕE O ARTIGO 51 DA LEI Nº 8.666/93.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.604 DE 09 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1.604 DE 09 DE FEVEREIRO DE 1994

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

ARLETE JORGENSEN, para exercer função de Professor I, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 09 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.603 DE 09 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1.603 DE 09 DE FEVEREIRO DE 1994

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

KATIA ELIZABETE OLIVEIRA RODRIGUES, para exercer função de Professor II, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 09 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.602 DE 09 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1.602 DE 09 DE FEVEREIRO DE 1994

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

BERTINA BAHR, para exercer função de Professor I, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 09 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1.601 DE 09 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1601

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE PROFESSORA I - MARINÊS WOYESKOVSKY.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1.600 DE 09 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1.600 DE 09 DE FEVEREIRO DE 1994

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

MÁRCIA REGINA FELICIANO DAMAZIO FRANCO, para exercer função de Professor I, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 09 de fevereiro de 1994.

Leopoldo GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1.599 DE 09 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1599

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE PROFESSORA I - ALESSANDRA CARVALHO DE ALMEIDA COELHO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1.598 DE 09 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1.598 DE 09 DE FEVEREIRO DE 1994

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

SILVANIRA TELMA HRUSCHKA, para exercer função de Professor II, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 09 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1.597 DE 09 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1597

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE PROFESSORA II - ANA MARIA CORDEIRO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1.596 DE 08 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1596

REVOGA LICITAÇÃO

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.595 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1595

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR NO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - SELMA ROSELINDA PEREIRA DA SILVA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete**DECRETO Nº 1.594 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1.594 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1994

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

MARIA OLÍVIA DOS SANTOS, para exercer função de Auxiliar Administrativo, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 03 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete**DECRETO Nº 1.593 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1.593 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1994

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

EDELA FUECKNER, para exercer função de Auxiliar Administrativo, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 03 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.592 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1592

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR NO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - JANETE SIMÕES DE FARIAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete**DECRETO Nº 1.591 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1591

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR NO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - OLÍVIA ENGLER KOTOVICZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete**DECRETO Nº 1.590 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1590

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR NO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - ERLI APARECIDA DOMINGUES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete**DECRETO Nº 1.589 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1.589 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1994

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que



lhes são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

NADIR BUENO TELMA, para exercer função de Auxiliar Administrativo, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 03 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1.588 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1.588 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1994

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

MARIA IDENACI GROSSKOPF, para exercer função de Auxiliar Administrativo, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 03 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1.587 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1587

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR NO CARGO DE TÉCNICO EM AGRIMENSURA - OLDEMAR DUVOISIN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1.586 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1586

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - IVONE MOREIRA DA SILVA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1.585 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1585

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - IVONE MOREIRA DA SILVA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1.584 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1584

ALTERA JORNADA DE TRABALHO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1.583 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1583

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - ROSECLÉIA SCHUTZLER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.582 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1582

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - MARLI OLINDA DA CRUZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.581 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1581

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - LUIZA DA CRUZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.580 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1580

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - FABÍOLA SCHEFFER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.579 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1579

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - CARLA PATRÍCIA ENGLER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao

primeiro dia do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.578 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1578

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - ANDRÉA LISANDRA DUMS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.577 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1577

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR NA FUNÇÃO DE VIGIA - ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.576 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1576

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR NA FUNÇÃO DE VIGIA - GABRIEL LADER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.575 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1575

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR NA FUNÇÃO DE VIGIA - GILBERTO BUENO FRANCO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.574 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1574

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR NA FUNÇÃO DE PROFESSORA II - MARIA INÊS PEREIRA DE MELO FRANCO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.573 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1573

ATUALIZA VALORES DE DIÁRIAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.571 DE 31 DE JANEIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1571

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO O ESTAGIÁRIO - ORLANDO BALTAZAR CUBAS JUNIOR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de janeiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.570 DE 31 DE JANEIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1570

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO A PROFESSORA - ELI MATILDE GROSSKOPF.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de janeiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.569 DE 31 DE JANEIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1569

CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A SERVIDORA - LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de janeiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**PREGÃO 05/2014 FMAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 05/2014 FMAS

A licitação tem como objeto o Registro de Preços, para eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços de limpeza e conservação, para atender as necessidades do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social de Campo Alegre Dolores Walter, no regime de empreitada por preço unitário, conforme tabela abaixo:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Qtde de profissional para cada Unidade de Saúde	Preço Unitário R\$ (por serviço/mês)
1	12	meses	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO – CRAS DOLORES WALTER	01	3.000,00

Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE.

Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 12/11/2014, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 09 horas e 45 minutos, do dia 12/11/2014, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2014 e 2015, na seguinte classificação:

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo. Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 05/2014 FMAS".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 31 de outubro de 2014.  
Carolina da Costa Telma  
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

## Campos Novos

### PREFEITURA

#### AVISO DE PP Nº07/2014.FUNREBOM

##### AVISO DE LICITAÇÃO

Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Campos Novos

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 12 de Novembro de 2014 às 14 horas e 30 minutos, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ALIMENTAÇÃO DA GUARNIÇÕES DE SERVIÇO DO CORPO DE BOMBEIROS E LIMPEZA DO QUARTEL. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h e 30 minutos, diariamente.

Campos Novos, 30 de Novembro de 2014.

Nelson cruz  
Prefeito Municipal

### CÂMARA MUNICIPAL

#### RESOLUÇÃO Nº 5/2014

RESOLUÇÃO Nº 5/2014

ALTERA A REDAÇÃO DOS INCISOS II E III DO ART. 8 DA RESOLUÇÃO Nº. 4/2014.

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente em exercício, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos IV e V do art. 58, e Art. 75 da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Os incisos II e III do Art. 8º da Resolução nº. 4/2014 passarão a ter a seguinte redação:

II - o veículo particular a ser utilizado nestas condições seja de propriedade do servidor ou do vereador, devidamente cadastrado junto a Câmara de Vereadores;

III - para o cadastro o vereador/servidor deverá apresentar o Documento do Veículo de sua propriedade em que comprove a quitação de débitos de Licenciamento, DPVAT no ano em vigor, e Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Art. 2º. As demais disposições da Resolução nº. 4/2014 de 02/07/2014 permanecem inalteradas.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC,  
em 23 de outubro de 2014.

Maurílio Castro Campagnoni (Cássio)
-------------------------------------

Presidente da Mesa e.e.
-------------------------

## MOÇÃO Nº 76/2014

MOÇÃO Nº 76/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

### "MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais, a pedido do Vereador Adavilson Telles "Mancha", manifesta integral e irrestrita parabenização ao evento ...

### "MACARRONADA DA CAPELA SANTA RITA "

Parabenizamos os membros e colaboradores da III Macarronada na Capela Santa Rita, localizada no Distrito do Ibicuí, que se realizou do dia 18 de outubro de 2014. O Evento foi um a ótima opção lazer e gastronomia, mostrando os valores da cultura italiana. Assim sendo, reiteramos nossas congratulações a todos os integrantes da Macarronada e organizadores do evento e desejando-lhes sucesso na continuidade de seus trabalhos.

Sala das Sessões, em 20/10/2014.

Adavilson Telles
------------------

Vereador
----------

Maurílio Castro Campagnoni (Cássio)  
Presidente da Mesa e.e.

# Canelinha

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL 98/2014 - TP 15/2014 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 98/2014  
MODALIDADE: Tomada de Preço nº 15/2014

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de prestação de serviços de Leiloeiro Público Oficial, exclusivamente pessoas físicas e que estejam Registradas na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, para executar leilão de alienação de bens de propriedade do Município de Canelinha. DATA DE ABERTURA: 17 de novembro de 2014, às 09:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br).

Canelinha/SC, 30 de outubro de 2014.  
ANTONIO DA SILVA  
Prefeito do Município

### EXTRATO RESULTADO JULGAMENTO TP 11/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
RESULTADO JULGAMENTO  
TOMADA DE PREÇO Nº 11/2014

O MUNICÍPIO DE CANELINHA - SC inscrita sob o CNPJ nº 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Bairro: Centro, Canelinha - SC, de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por determinação do Senhor Antônio da Silva, Prefeito do Município, torna público que foi julgada a proposta da empresa habilitada na Tomada de Preço nº 11/2014, a contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para terraplenagem, drenagem, pavimentação e sinalização do 4º trecho da Rua Professor Tomaz Geraldo, da estaca 0=PP à 24, em lajotas sextavadas de concreto fck 35 Mpa, com 25x25x08 cm de espessura, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, BDI, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. Classificando vencedora, no valor de R\$ 300.000,48 (Trezentos mil reais e quarenta e oito centavos), a proposta da empresa Andrade & Amorim Pavimentação e Drenagem Ltda ME. Canelinha,

30 de outubro de 2014.  
Antônio da Silva  
Prefeito do Município



# Canoinhas

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 745/2014

PORTARIA Nº. 745/2014

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

#### NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Professor de História, 20 horas semanais, período matutino, 15% de regência, junto à Secretaria Municipal de Educação, o profissional JOSMAR KASCHUK, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrito sob nº. 1008, conforme convocação do dia 16/10/2014 da Secretaria Municipal de Educação, iniciando as suas atividades a partir de 03/11/2014.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, MAG II, período vespertino, 25% de regência, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ROSA APARECIDA MASSANEIRO PEREIRA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 2166, conforme convocação do dia 30/09/2014 da Secretaria Municipal de Educação, iniciando as suas atividades a partir de 03/11/2014.

Art. 3º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de outubro de 2014.

WILSON PEREIRA  
Prefeito em Exercício

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### PORTARIA Nº 746/2014

PORTARIA Nº. 746/2014

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e da Lei Municipal nº 3.869/2005;  
CONSIDERANDO, a necessidade da prorrogação; Resolve:

#### PRORROGAR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional

ROZÁRIA BRANDENBURG MAIA, contratada no cargo de Educador Social, no período de 07/10/2014 até a realização de concurso público para substituição, conforme comunicação interna nº181/2014/SMAFO e comunicação interna nº 192/2014/Departamento Jurídico.

Art. 2º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional ROSILENE NOGATH, contratada no cargo de Monitor, no período de 15/10/2014 até a realização de concurso público para substituição, conforme comunicação interna nº181/2014/SMAFO e comunicação interna nº 192/2014/Departamento Jurídico.

Art. 3º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional SIOMARA DO ROCIO MARCONDES SAFANELLI, contratada no cargo de Monitor, no período de 17/10/2014 até a realização de concurso público para substituição, conforme comunicação interna nº181/2014/SMAFO e comunicação interna nº 192/2014/Departamento Jurídico.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de outubro de 2014.

WILSON PEREIRA  
Prefeito em Exercício

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### PORTARIA Nº 752/2014

PORTARIA Nº. 752/2014

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

#### NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, período matutino e vespertino, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional JURACY DE FÁTIMA BARBOSA DA SILVA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 2102, conforme convocação do dia 20/10/2014 da Secretaria Municipal de Educação e do Edital nº 039/2014, iniciando as suas atividades a partir de 22/10/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de outubro de 2014.

WILSON PEREIRA  
Prefeito em Exercício

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação



Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº 761/2014**

PORTARIA Nº 761/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO: O Despacho nos autos 015.13.000244-0, do Cumprimento de Liminar, determinando o pagamento de complementação de aposentadoria; resolve:

#### **DETERMINAR**

Art. 1º - Fica determinado o pagamento da complementação salarial de aposentadoria do servidor público municipal aposentado Sr. JUCELINO PEREIRA, a partir de 01/10/2014, conforme comunicação interna.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº 764/2014**

PORTARIA Nº. 764/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 5.139/2013 e da Lei Municipal nº 4.132/2007; resolve:

#### **NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Médico Oftalmologista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, o profissional FERNANDO ENDLER CARVALHO, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrito sob nº. 0888, e convocado conforme Edital nº 045 de 09 de setembro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 03/11/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº 769/2014**

PORTARIA Nº. 769/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, da Lei Municipal Nº 4.485/2010; resolve:

#### **NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**

Art. 1º - Fica nomeada ADRIANA FILOMENA PETRY, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador, para atuar na Casa Lar Stellita Pacheco Costa no Projeto Lar do Idoso, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 24/10/2014, conforme comunicação interna Nº 249/SMAS/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº 770/2014**

PORTARIA Nº. 770/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

#### **NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, período matutino e vespertino, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ROSÂNGELA RODRIGUES DUARTE, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 0507, conforme convocação do dia 23/10/2014 da Secretaria Municipal de Educação e conforme Edital nº 039/2014, iniciando as suas atividades a partir de 03/11/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº 771/2014**

PORTARIA Nº. 771/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e DO Capítulo IV, art. 23, Parágrafo Único da Lei Municipal nº. 2.307/1.990; resolve:

#### **CONCEDER ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA**

Art. 1º - Fica concedida Alteração de Carga Horária para 40 horas semanais com a proporcional alteração da remuneração, a partir 27/10/2014, nos termos da Lei nº 2.307/1990 à servidora ANA MARIA ROHRBACHER SAKR, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme comunicação interna.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº 777/2014**

PORTARIA Nº. 777/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme prevê a Lei Municipal nº. 4.132/2007 e da Lei Municipal nº. 4.508/2010, resolve:

#### **CONTRATAR APROVADO EM PROCESSO SELETIVO**

Art. 1º - Fica contratada para exercer a função de Médico Ginecologista, para atuar na Clínica da Mulher e da Criança, junto

a Secretaria Municipal de Saúde, a profissional CELIZE MARIA WEINERT, aprovada no processo seletivo nº. 001/SMS/2014, para contratação temporária e convocada através do Edital nº. 053/2014 de 30 de setembro de 2014, inicia suas atividades no dia 03/11/2014 até 02/11/2015, conforme comunicação interna.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **DECRETO Nº 266/2014**

DECRETO Nº. 266/2014

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### **RETIFICAR O DECRETO Nº. 185/2014**

Art. 1º - Fica retificado o Preâmbulo do Decreto nº 185/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:"

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de outubro de 2014.

WILSON PEREIRA  
Prefeito em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 267/2014**

DECRETO Nº. 267/2014

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RETIFICAR O DECRETO Nº 013/2014

Art. 1º - Fica retificado inteiro teor do Decreto nº 013/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 332,10 m² (Trezentos e trinta e dois metros e dez décimos quadrados), procedido por TANIA MARIA WOICH-KOSKY, situado na Rua Clemente Procopiak, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 35.924, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 05 com área de 256,95 m² e lote nº 14 com área de 75,15 m² (este só pode ser vendido ao confrontante), todos pertencentes à quadra nº 1172, conforme requerimento protocolado sob nº. 12/2013."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de outubro de 2014.

WILSON PEREIRA

Prefeito em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 268/2014**

DECRETO Nº. 268/2014

"CRIA HORÁRIO EXCEPCIONAL E ALTERA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL"

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento aos ditames insculpidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas precisamente ao equilíbrio entre receitas e despesas;

CONSIDERANDO a necessidade de redução de custos de manutenção da estrutura do ente público municipal;

CONSIDERANDO que a desaceleração econômica que o país vem vivenciando nos últimos meses impacta negativamente na arrecadação do Município;

CONSIDERANDO que a manutenção dos serviços prestados à população não sofrerão quaisquer modificações em sua normalidade, já que serão mantidos os serviços essenciais; resolve:

DECRETAR

Art. 1º - O expediente dos serviços públicos municipais ficam reduzidos para turno único de trabalho de forma excepcional, compreendido entre às 8:00 e 14:00 horas, a partir do dia 03 de novembro de 2014.

§ 1º O horário de trabalho dos servidores públicos municipais obedecerá o estabelecido no "caput" deste artigo, sem a alteração de suas respectivas remunerações.

§ 2º Os serviços de natureza essencial conforme dispõe a Lei 7.783/89 e os serviços de educação manterão o horário integral exercido até a presente data, com a observância das condições necessárias de revezamento de servidores correspondentes, se for o caso, obedecendo a redução da carga horária sem alteração de suas remunerações, em igualdade aos demais servidores, sem prejuízo dos serviços públicos prestados à população.

§ 3º Da mesma forma, como previsto no parágrafo anterior, os serviços excepcionais e emergenciais que se apresentarem por necessidade momentânea, estado de emergência ou calamidade pública, deverão atender as regras estabelecidas no presente Decreto.

§ 4º O uso de bens públicos e veículos de propriedade do município fica restringido ao horário estabelecido no "caput" deste artigo, com exceção dos veículos utilizados na forma dos §§ 2º e 3º.

§ 5º Sem autorização do Chefe do Poder Executivo, fica expressamente proibido a utilização de materiais de expediente, equipamentos de informática e das dependências do Paço Municipal, da Garagem Municipal e das sedes das Fundações Municipais além do horário estabelecido no "caput" deste artigo.

Art. 2º - Para os fins de total atendimento à população este Decreto deverá ser amplamente divulgado.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de outubro de 2014.

WILSON PEREIRA

Prefeito em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 269/2014**

DECRETO Nº. 269/2014

APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aprovado o remembramento de terreno urbano com área de 34.701,63m² (Trinta e quatro mil, setecentos e um metros e sessenta e três décimos quadrados), procedido por CIA CANOINHAS DE PAPEL, situado na Rua Jacob Scheuer, no Bairro Industrial Nº 02, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 12.083; 17.796; 12.051 e 36.865, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 02 com área de 34.701,63 m², pertencente à quadra nº 1.616, conforme requerimento protocolado sob nº. 5767/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da

Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de outubro de 2014.

WILSON PEREIRA  
Prefeito em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº 270/2014**

DECRETO Nº. 270/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

WILSON PEREIRA, Prefeito em exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.404 de 17/10/2014, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.404 de 17/10/2014, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 2.038 - Ações atinentes ao Convênio Rádio Patrulha

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 10.000,00

Recurso 130 - Recursos ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 2.038 - Ações atinentes ao Convênio Rádio Patrulha

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 10.000,00

Recurso 130 - Recursos ordinários

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de outubro de 2014.

WILSON PEREIRA  
Prefeito em exercício

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº 271/2014**

DECRETO Nº. 271/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.104,00 m² (Um mil, cento e quatro metros quadrados), procedido por JAIMES WIESE, situado na Rua Otto Friedrich, no Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 4.181, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 10 com área de 774,00 m² e lote nº 11 com área de 330,00 m² (este lote só pode ser vendido ao confrontante), ambos pertencentes à quadra nº 0204, conforme requerimento protocolado sob nº. 5892/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de outubro de 2014.

WILSON PEREIRA  
Prefeito em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento



**DECRETO Nº 272/2014**

DECRETO Nº. 272/2014

FÉRIAS COLETIVAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS nas repartições públicas municipais, no período de 22/12/2014 a 20/01/2015.

Art. 2º - As férias coletivas abrangerão todos os servidores municipais, exceto os trabalhos considerados essenciais, em razão da impossibilidade da paralisação das atividades.

§1º - Deverá cada secretário remeter ao Departamento de Pessoal, até o dia 14/11/2014, relação dos servidores que entrarão em gozo de férias, contendo o nome, o código, bem como, assinatura do servidor que entrará em férias e a assinatura do responsável pela secretaria.

§2º - Os servidores que permanecerem com suas atividades normais, deverão gozar suas férias, tão logo ocorrer o fim do período das férias coletivas, concedida pelo presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 11/2014**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/14

HOMOLOGAÇÃO: 30/10/14

CONTRATADO: A&amp;C DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS, REFERENTE AOS TEMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-SUAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTE EDITAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

DATA: 30/10/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

**PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 14/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 28/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º 14/2014

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Pregão Presencial n.º 28/2014, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS, NO VEÍCULO AMBULÂNCIA DUCATO PLACA MAP 5204. Motivo: Rescisão contratual. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 08/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMAS 11/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 08/2014

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação Pregão Presencial n.º FMAS 08/2014, que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE 76 (SETENTA E SEIS) CAIXAS PLÁSTICAS VAZADAS, 19 (DEZENOVE) ESTRADOS DE PLÁSTICO E 11.000 (ONZE MIL) SACOLAS PLÁSTICAS RECICLADAS DESTINADOS AO CRAS, CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA E PETI. Motivo Licitação Fracassada. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito / Presidente do Fundo

**DECRETO Nº 278/2014**

DECRETO Nº. 278/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RETIFICAR O DECRETO Nº. 268/2014

Art. 1º - Fica retificado o Artigo 1º do Decreto nº 268/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - O expediente dos serviços públicos municipais ficam reduzidos para turno único de trabalho de forma excepcional, compreendido entre às 7:30 e 13:30 horas no Paço Municipal e das 07:00 às 13:00 horas na Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir do dia 03 de novembro de 2014."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 15/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 136/2014  
TOMADA DE PREÇOS N.º 15/2014  
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Tomada de Preços n.º 15/2014, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LOCALIDADE DE CAMPO DOS BUENOS PARA LOCALIDADE DE TAQUARIZAL, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO. Motivo: Licitação Deserta. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº PMC 126/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 189/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 126/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 12/11/2014, às 09h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA AS FESTIVIDADES NATALINAS, NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2014 E DIAS 10, 14, 18, 19 E 20 DE DEZEMBRO DE 2014, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA AO TRANSPORTE, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 12/11/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº PMC 128/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 191/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 128/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13/11/2014, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁTICA CBUQ - FAIXA C SEM APLICAÇÃO PARA OPERAÇÃO TAPA BURACOS E CONFECÇÃO DE LOMBADAS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 13/11/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito



PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 11/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Total dos Itens Vencedores: 4.000,00

Processo / Ano: 14/2014  
Licitação.....: 11/2014 - PR  
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS, REFERENTE AOS TEMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-SUAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTA EDITAL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	311042335 - CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS - Unidade: UN						
16349	A&C DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL LTDA		1,000	0,0000	4.000,0000	4.000,00	Venceu	1 *****
16362	PRÁTICAS ASSESSORIA LTDA-ME		1,000	0,0000	4.090,0000	4.090,00	Perdeu	2
16363	CONSULT SERVIÇOS E TREINAMENTO EIRELI		1,000	0,0000	6.500,0000	6.500,00	Perdeu	3

Canoinhas, Em .....	
PAULO CESAR SAFANELLI - .....	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA - .....	EQUIPE DE APOIO
PAULO CESAR SAFANELLI - .....	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - .....	SUPLENTE PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - .....	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - .....	28.754/SC
TAYNÁ MACHADO - .....	CRC/SC 037083/P-8

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 09/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano: 12/2014      Processo Administrativo:      Total dos Itens Vencedores:      4.530,00

Licitação.....: 9/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 300 CAMISETAS EM MALHA, NA COR BRANCA, DESTINADAS AO CREAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 1	-	31394	- CAMISETAS EM MALHA NA COR BRANCA - Unidade: UN					
10788	ALVO CONFECÇÕES LTDA	ALVO	300,000	0,0000	15,1000	4.530,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em .....	
PAULO CESAR SAFANELLI - .....	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA - .....	EQUIPE DE APOIO
PAULO CESAR SAFANELLI - .....	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - .....	SUPLENTE PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - .....	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - .....	28.754/SC
TAYNÁ MACHADO - .....	CRC/SC 037083/P-8

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 109/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano: 159/2014  
Licitação.....: 109/2014 - PR  
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO PÚBLICO DA POLÍCIA MILITAR COMPOSTO POR 10 (DEZ) CÂMERAS NA CIDADE DE CANOINHAS-SC E DEMAIS EQUIPAMENTOS QUE CONCORREM PARA O SEU FUNCIONAMENTO, SEM EXCLUSIVIDADE NO FORNECIMENTO DE PEÇAS, MEDIANTE APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO PRÉVIA DO ORÇAMENTO DAS PEÇAS.

Processo Administrativo: 5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Total dos Itens Vencedores: 8.880,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 1	- 16683	- SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE	Unidade: hrs					
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA		120.000	0,0000	74,0000	8.880,00	Venceu	1 *****

Canoinhas,	Em	...../...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -		Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -		SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -		PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -		EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -		EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -		28.754/SC
VANESSA LANGER -		CRC/SC 028524/O-0

**Capinzal****SIMAE****EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/38/2014****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº CAO/38/2014      CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONTRATADO: AUTOMATIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA  
CNPJ DO CONTRATADO: 76.576.198/0001-18  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) PAINEL DE COMANDO PARA ACIONAMENTO DE 03 (TRÊS) CONJUNTOS MOTO-BOMBA DE 250 CV DE POTÊNCIA, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E START-UP DO EQUIPAMENTO, COM FORNECIMENTO DE ART'S. A SER INSTALADO NA NOVA CASA DE BOMBAS CB-09.  
VALOR: R\$ 191.935,00 (CENTO E NOVENTA E UM MIL, NOVECEN-TOS E TRINTA E CINCO REAIS).  
DATA DA ASSINATURA: 30/10/2014  
VIGÊNCIA: 31/10/2014 A 29/01/2015

**EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/39/2014****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº CAO/39/2014      CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONTRATADO: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA - EPP.  
CNPJ DO CONTRATADO: 01.627.484/0001-66  
OBJETO: EXECUÇÃO DA MUDANÇA ELÉTRICA DA CASA DE BOMBAS (CB-09), LOCALIZADA NA RUA JOSÉ CADORIN, CENTRO EM CAPINZAL/SC, COMPREENDENDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, (COM FORNECIMENTO DE ART DE EXECUÇÃO).  
VALOR: R\$ 123.000,00 (CENTO E VINTE E TRÊS MIL REAIS).  
DATA DA ASSINATURA: 30/10/2014  
VIGÊNCIA: 31/10/2014 A 15/12/2014

**Catanduvas****PREFEITURA****TERMO DE CONVÊNIO PMC Nº 0002/2014****TERMO DE CONVÊNIO PMC Nº 0002/2014**

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃOQUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS E A APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CATANDUVAS (SC), VISANDO A CESSÃO DE VEÍCULO PARA O TRANSPORTE EVENTUAL DE ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CATANDUVAS/SC.

PRIMEIRO CONVENIENTE: Município de Catanduvas  
SEGUNDO CONVENIENTE: APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CATANDUVAS(SC)

OBJETO: Efetuar a cessão de veículo VW/Kombi de propriedade da SEGUNDA CONVENIENTE ao PRIMEIRO CONVENIENTE e o repasse de verbas para o abastecimento do referido veículo.  
PRAZO: O presente Convênio tem vigência até a data de 31/12/2014.  
DATA DE ASSINATURA: 09 de outubro de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
Gisa Aparecida Giacomini

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº PL/61/2014 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº PL/61/2014 de 29 de outubro de 2014.  
ADMITE SERVIDORA NA FORMA QUE ESPECIFICA

ODAIR JOSE GABRIELLI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa, RESOLVE:

Art. 1º. ADMITIR no Quadro de Pessoal do Poder Legislativo de Catanduvas/SC, SCHEILA MARA CORSO GIORDANI, para exercício do Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar, com os vencimentos previstos em lei.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Catanduvas/SC, 29 de outubro de 2014.  
ODAIR JOSÉ GABRIELLI  
Presidente da Câmara

Registrado e Publicado em Secretaria em 29.10.2014.

Odair José Gabrielli Salete Ribeiro Chiarello  
Presidente 1ª Secretária

**Celso Ramos****PREFEITURA****CANCELAMENTO 06/2014**

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 76/2014  
TOMADA DE PREÇO Nº 06/2014

Ines Terezinha Pegoraro Schons, Prefeita Municipal de Celso Ramos - SC, nos termos do Art. 49 "caput" da Lei 8.666/93, resolve revogar o PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 76/2014 - TOMADA DE PREÇO Nº 06/2014, o qual tem como objeto a CONSTRUÇÃO DE SANITÁRIOS EM ALVENARIA, COM ÁREA DE 44.04 M2, PARA O PARQUE DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS MEMORIAIS, PLANILHAS E PROJETOS, ATENDENDO SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE E MEIO AMBIENTE, por motivos de interesse público devidamente justificados e anexados ao processo licitatório.

**Chapadão do Lageado****PREFEITURA****DECRETO Nº 099, DE 29.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 099, DE 29.10.2014

Abre credito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º,§, I, da Lei nº 0598, de 20.12.2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 113 (transferências do FUNDEB - 60%), no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
06 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
113 - Transferência do FUNDEB - 60%  
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 70.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
29 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

**DECRETO Nº 100, DE 29.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 100, DE 29.10.2014

Abre credito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º,§, I, da Lei nº 0598, de 20.12.2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 90 (recursos ordinários - orçamentos municipais), no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

07 - Secretaria da Agricultura  
01 - Divisão de Agricultura  
20 - Agricultura  
14 - Agricultura Sustentável  
606 - Extensão Rural  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
2063 - Manut/Pessoal Secretaria Veículos Assistência Técnica ...  
R\$ 50.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
03 - Divisão de Obras  
15 - Urbanismo  
13 - Urbanismo

452 - Serviços Urbanos  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
2092 - Manutenção/Pessoal da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos R\$ 70.000,00

12 - Gabinete do Prefeito e Vice  
02 - Gabinete do Prefeito e Vice  
04 - Administração  
03 - Gestão Administrativa Superior  
122 - Administração Geral  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice R\$ 50.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
29 de outubro de 2014.  
ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em Exercício

### **ERRATA DA PORTARIA Nº 406/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ERRATA

Na Edição nº 1594 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 16.10.2014, Portaria nº 406,

Onde se lê:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 2013/2014, a SEBASTIÃO MACHADO, Matriculado sob o nº 6303, Diretor de Transportes, Obras e Serviços Humanos, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Leia-se:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 2014/2015, a SEBASTIÃO MACHADO, Matriculado sob o nº 6303, Diretor de Transportes, Obras e Serviços Humanos, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 30 DE OUTUBRO DE 2014.

ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em exercício

### **PORTARIA Nº421 DE 30.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIANº 421/2014

- CONSIDERANDO, a apresentação do Requerimento de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família instruído com a solicitação da Médica da Paciente, ratificada pela Junta Médica Oficial do Município, nomeada através da Portaria nº 064/2014;

- CONSIDERANDO, a Prorrogação do Processo Administrativo SAP/DRH n. 001/2014, que caracterizou a exigência de assistência direta da Servidora Requerente.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa

Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, e §§ 7º, 9º e 10, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar a Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família em favor da Servidora Pública LIDIA TEREZINHA PALHANO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professora 40 horas, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, matriculada sob o nº 231/05, no período de 31.10.14 a 19.10.2014 (50 dias), com remuneração integral de acordo com o §10, I, do art. 64 da LC n. 008/99.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
30 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em exercício

### **PORTARIA Nº 422 DE 30.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 422/2014

- CONSIDERANDO, os efeitos das Portarias nº 079, de 14.02.2014, nº 178, de 30.04.2014, nº 298, de 04.08.2014 e nº 421, de 30.10.2014 que concede e prorroga Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à Servidora Pública Lídia Terezinha Palhano;

- CONSIDERANDO, os efeitos da Portaria nº 179, de 30.04.2014;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº. 085 de 30.06.99, Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº. 005/2013;

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 097, de 20.02.2014, que admitiu em caráter temporário a Servidora Pública RITA DE CÁSSIA PEREIRA, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 20 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na Turma do 3º Ano Séries Iniciais, no Centro Educacional e Esportivo Valdomiro Manoel Chiquio, pelo período de 31.10.2014 a 19.12.2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 30 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em exercccio



**PORTARIA Nº 423 DE 30.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 423/2014

- CONSIDERANDO, os efeitos das Portarias nº 079, de 14.02.2014, nº 178, de 30.04.2014, nº 298, de 04.08.2014 e nº 421, de 30.10.2014 que concede e prorroga Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à Servidora Pública Lídia Terezinha Palhano;

- CONSIDERANDO, os efeitos da Portaria nº 180, de 30.04.2014;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº. 085 de 30.06.99, Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº. 005/2013;

**RESOLVE:**

Art.1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 098, de 20.02.2014, que admitiu em caráter temporário a Servidora Pública RITA DE CASSIA PEREIRA, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 20 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na Turma do 5º Ano Séries Iniciais, no Centro Educacional DE Ensino Fundamental, pelo período de 31.10.2014 a 19.12.2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 10 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

**PORTARIA Nº 424 DE 30.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 420/2014

CONSIDERANDO, os efeitos da portaria nº 419 de 24.10.2014 da servidora publica RAFAELA GUIMARÃES;

CONSIDERANDO, o disposto no Termo de Aceitação de Vaga Excedente anexo;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº. 0085, de 30.06.99, Lei Complementar nº. 006, de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008, de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº. 005/2013;

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir em caráter temporário NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA, para exercer as funções do cargo de Professora de Series Iniciais ACT - 20 horas, na turma do 5º ano, Nível II, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar no Centro Educacional de Ensino Fundamental, pelo período de 28/10/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO,  
24 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 82/2014 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 82/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 82/2014.

Vigência: 29/10/2014 à 31/12/2014

Processo Licitatório nº 85/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA

Valor/Remuneração: R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil quinhentos reais);

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Contratação de Empresa ou Entidade Especializada à realização de Processo Seletivo no Município de Chapadão do Lageado/SC, para a contratação de pessoal em caráter temporário, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo II.

DATA DA ASSINATURA: 29 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

**ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 13 E 14/2014**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2014**

Número do Registro de Preços: 13/2014		Data do Registro: 07/08/2014	Válido até: 07/08/2015
Objeto da Compra: 2.1 A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição Óleo Diesel S 50 destinados ao abastecimento dos veículos da frota do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Re			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor

ERROR: undefined  
OFFENDING COMMAND: G2UBegin

STACK:

/Font  
/TT61t00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014**

Página: 1/26

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Super sid- O bobo cão-salsicha; Livro com 32 paginas de aproximadamente 21x 14cm; autor Sam Lloyd; Editora Ciranda Cultural (412679)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur	0	16,5000	1
2	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Os grandes Ursos Consequent; Livro com 32 paginas de aproximadamente 26,5x 23cm; Autor David Bedford - Gaby Hansen; Editora Ciranda Cultural (412680)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur	0	16,5000	1
3	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Esconde-Esconde no aniversário do Leopardo; Livro com 32 paginas de aproximadamente 27,5x 25cm; Autor Linda Jennings - Joanne Partis; Editora Ciranda Cultural (412681)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur	0	16,5000	1
4	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Preste atenção, cãozinho; Livro com 24 paginas de aproximadamente 27,5x 25cm; Autor Steve Smallman e Gill McLean; Editora Ciranda Cultural (412682)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur	0	16,5000	1
5	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Corra, Ratinho! Livro com 32 paginas de aproximadamente 26x 26cm; Autor Shirley Isherwood - Simon Mendez; Editora Ciranda Cultural (412683)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur	0	16,5000	1
6	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Eu sou um Artista; Livro com 32 paginas de aproximadamente 27,6x 22,3cm; Autor Maria Altés; Editora Ciranda Cultural (412684)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur	0	16,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 2/26

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	17,1000	2
7	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Durma bem, Galinho; Livro com 32 paginas; Autor Àdele Geras - Catherine Walters; Editora Ciranda Cultural (412685)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur;	0	16,5000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	17,1000	2
8	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Cachinhos Dourados e os três Ursinhos de Pelúcia; Livro de aproximadamente 25x 23cm; Autor Gemma Cary - Kelly Caswell; Editora Ciranda Cultural (412686)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur;	0	16,5000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	17,1000	2
9	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O piratinho e o Segredo do Sono; Livro com 24 páginas de aproximadamente 27,5x 25cm; Autor Malachy Dyle e Gill McLean; Editora Ciranda Cultural (412687)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur;	0	16,5000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	17,1000	2
10	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Uma tromba Atrapalhada; Livro com 24 paginas de aproximadamente 24x 25cm; Autor Felicity Carter; Editora Ciranda Cultural (412688)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur;	0	16,5000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	17,1000	2
11	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Uma Noite de Inverno; Livro com 32 paginas de aproximadamente 24x 24cm; Autor Claire Freedman - Simon Mendez; Editora Ciranda Cultural (412689)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur;	0	16,5000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	17,1000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014**

Página: 3/26

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Muito Pequeno para Minha Grande Cama; Autor Amber Stewart; Editora Ciranda Cultural (412690)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur;	0	16,5000	1
13	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Camila a Fada dos Doces; Livro com 16 paginas de aproximadamente 26x 26cm; Autor Tim Bugbird - Lara Ede; Editora Ciranda Cultural (412691)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	17,1000	2
14	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Um Dia Especial; Autor M Cristina Burlter - Macnaughton; Editora Ciranda Cultural (412692)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur;	0	16,5000	1
15	Livro de Literatura Infanto Juvenil: George e Silva - Uma História de amor verdadeiro; Livro com 32 paginas de aproximadamente 26x 23cm; Autor Michael Coleman - TI Warnes; Editora Ciranda Cultural (412693)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	17,1000	2
16	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Lola, a Coruja que perdeu PLOI; Livro com 32 paginas de aproximadamente 26x 26,5cm; Autor Tim Bugbird - Cläre Fennell; Editora Ciranda Cultural (412694)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur;	0	16,5000	1
17	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Quem está aí?; Livro com 26 paginas de aproximadamente 26x 26cm; Autor Ssobel Gamble - Tim Warnes; Editora Ciranda Cultural (412695)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	17,1000	2
			NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur;	0	16,5000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	17,1000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 4/26

Número do Registro de Preços: 14/2014			Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Sissi e o Pássaro; Livro com 24 páginas de aproximadamente 27,5x 22,5cm; Autor Catherine Rayner; Editora Ciranda Cultural (412696)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur;	0	16,5000	1
19	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Hora de Dormir, Fredi; Livro de aproximadamente 26x 21cm; Autor Catherine Walters; Editora Ciranda Cultural (412697)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	17,1000	2
20	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Não tenha medo do Escuro, Pequeno Ursol; Livro com 24 páginas de aproximadamente 26x 24cm; Autor Norbert Landa - Kirsteen harris - Jones; Editora Ciranda Cultural (412698)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur;	0	16,5000	1
21	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Sob a Luz da Lua; Livro com 32 páginas de aproximadamente 27,5x 22,5cm; Autor Sheridan Cain; Editora Ciranda Cultural (412699)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	17,1000	2
22	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Meu Papai! Livro com 32 páginas de aproximadamente 26x 28cm; Autor Steve Smallman - Dean Julian; Editora Ciranda Cultural (412700)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur;	0	16,5000	1
23	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Meu amigo, o Monstro do Tempo; Livro com 24 páginas de aproximadamente 25x 27,5cm; Autor Steve Smallman e Bruno Merz; Editora Ciranda Cultural (412701)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	17,1000	2
		Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur;	0	16,5000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	17,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 5/26

Número do Registro de Preços: 14/2014			Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Newton; Livro com 32 páginas de aproximadamente 24x 24cm; Autor Rory Tyger; Editora Ciranda Cultural (412702)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur;	0	16,5000	1
25	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O corajoso Pinguim; Livro com 32 páginas de aproximadamente 26x 24cm; Autor Tracey Corderoy - Gavin Scott; Editora Ciranda Cultural (412703)		CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	17,1000	2
		Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur;	0	16,5000	1
26	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O grande Lobo Mau; Livro com 128 páginas ; Autor Nick Ward; Editora Ciranda Cultural (412704)		CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	17,1000	2
		Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur;	0	16,5000	1
27	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Rosa. Não seja Tão Curioso!; Livro com 32 páginas de aproximadamente 26x 23cm; Autor Nicola Grant; Editora Ciranda Cultural (412705)		CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	17,1000	2
		Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur;	0	16,5000	1
28	Livro de Literatura Infanto Juvenil: A Gansa Bobinha; Livro com 32 páginas de aproximadamente 26x 23cm; Autor Marni Mc Gee - Allison Edgson; Editora Ciranda Cultural (412706)		CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	17,1000	2
		Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Ciranda Cultur;	0	16,5000	1
29	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Bibi brinca com os Meninos - Coleção Primeiras Decisões; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor Alejandro Rosas; Editora Scipione; (412707)		CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	17,1000	2
		Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Scipione	0	30,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 6/26

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Bibi come de Tudo - Coleção Primeiras Decisões; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor Alejandro Rosas; Editora Scipione; (412708)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	30,9000	2
			NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Scipione	0	30,8000	1
31	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Bibi compartilha suas coisas - Coleção Primeiras Decisões; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor Alejandro Rosas; Editora Scipione; (412709)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	30,9000	2
			NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Scipione	0	30,8000	1
32	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Bibi corta Cabelo - Coleção Primeiras Decisões; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor Alejandro Rosas; Editora Scipione; (412710)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	30,9000	2
			NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Scipione	0	30,8000	1
33	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Bibi fala em público - Coleção Primeiras Decisões; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor Alejandro Rosas; Editora Scipione; (412711)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	30,9000	2
			NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Scipione	0	30,8000	1
34	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Bibi não chupa mais o dedo - Coleção Primeiras Decisões; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor Alejandro Rosas; Editora Scipione; (412712)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	30,9000	2
			NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Scipione	0	30,8000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	30,9000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014**

Página: 7/26

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
35	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Bibi toma banho - Coleção Primeiras Decisões; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor Alejandro Rosas; Editora Scipione; (412713)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Scipione	0	30,8000	1
36	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Bibi vai para a escola - Coleção Primeiras Decisões; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor Alejandro Rosas; Editora Scipione; (412714)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Scipione	0	30,8000	1
37	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Bibi vai para a sua cama - Coleção primeiras Decisões; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor Alejandro Rosas; Editora Scipione; (412715)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Scipione	0	30,8000	1
38	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Pretinha Eu?; Livro com 72 páginas de aproximadamente 15,5x 22cm; Autor(a) Julio Emilio Braz; Editora Scipione; (412716)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Scipione	0	31,4000	1
39	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Cabra das Rocas; Livro com 96 páginas de aproximadamente 13,5x 20,5cm; Autor(a) Homero Homem; Editora Vaga-Lume; (412717)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Alica	0	34,4000	1
40	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Tonico; Livro com 96 páginas de aproximadamente 13,5x 20,5cm; Autor(a) José Rezende Filho; Editora Vaga-Lume; (412718)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Alica	0	34,4000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014**

Página: 8/26

**Número do Registro de Preços: 14/2014      Data do Registro: 07/10/2014      Válido até: 07/10/2015**  
**Objeto da Compra:** A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	34,5000	2
41	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Um inimigo em cada Esquina. Livro com 96 páginas de aproximadamente 13,5x 20,5cm; Autor(a) Raul Drewnick; Editora Vaga-Lume; (412719)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Alíca	0	34,4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	34,5000	2
42	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Cronica 5 Volume 5; Livro com 112 páginas de aproximadamente 14x 20,7cm; Autor(a) Carlos Drummond de Andrade - Fernando Sabino - Paulo Mendes Campos - Rubem Braga; Editora Alíca; (412720)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Alíca	0	34,4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	34,5000	2
43	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Um país Chamado Infância Volume 18; Livro com 96 páginas de aproximadamente 13,5x 20,5cm; Autor(a) Moacir Soliar; Editora Alíca; (412721)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Alíca	0	34,4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	34,5000	2
44	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Este amor veio pra ficar; Livro com 184 páginas de aproximadamente 13,5x 20,5cm; Autor(a) Alvaro Cardoso Gomes; Editora Alíca; (412722)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Alíca	0	33,4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	33,5000	2
45	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Cbeça de garota; Livro com 160 páginas de aproximadamente 13,5x 20,5cm; Autor(a) Maria José Silveira; Editora Alíca; (412723)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Alíca	0	33,4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	33,5000	2
46	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O livro do Adolescente - Discutindo idéias e altitudes com o jovem de hoje; Livro com 144 páginas de aproximadamente 17x 24cm; Autor(a) Liliana e Michele Lacocca; Editora Alíca; (412724)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Alíca	0	33,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 9/26

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	33.5000	2
47	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Sexo: A Hora é agora? O que você precisa saber para tomar essa decisão; Livro com 120 páginas de aproximadamente 15x 22cm; Autor(a) Fernanda Wendel; Editora Atica; (412725)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	33.4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	33.5000	2
48	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Convivendo com as diferenças; Livro com 56 páginas de aproximadamente 15,5x 19cm; Autor(a) Laura Jaffé e Laure Saint-Marc; Editora Atica; (412726)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	27.4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	27.5000	2
49	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Convivendo com a família; Livro com 56 páginas de aproximadamente 15,5x 19cm; Autor(a) Laura Jaffé e Laure Saint - Marc; Editora Atica; (412727)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	27.4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	27.5000	2
50	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Convivendo com a escola; Livro com 56 páginas de aproximadamente 15,5x 19cm; Autor(a) Laura Jaffé e Laure Saint-Marc; Editora Atica; (412728)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	27.4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	27.5000	2
51	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Convivendo com o dinheiro; Livro com 56 páginas de aproximadamente 15,5x 19cm; Autor(a) Laura Jaffé e Laure Saint-Marc; Editora Atica; (412729)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	27.4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	27.5000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014**

Página: 10/26

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
52	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Convivendo com a violência; Livro com 56 páginas de aproximadamente 15,5x 19cm; Autor(a) Laura Jaffé e Laure Saint-Marc; Editora Atica; (412730)	Un	NIL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	27,4000	1
53	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Convivendo com a ecologia; Livro com 56 páginas de aproximadamente 15,5x 19cm; Autor(a) Laura Jaffé e Laure Saint-Marc; Editora Atica; (412731)	Un	NIL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	27,4000	1
54	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Convivendo com meninas e meninos; Livro com 56 páginas de aproximadamente 15,5 x 19cm; Autor(a) Laura Jaffé e Laure Saint-Marc; Editora Atica; (412732)	Un	NIL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	27,4000	1
55	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O livro das emergências - o que toda criança esperta precisa saber sobre segurança; Livro com 32 páginas de aproximadamente 23,5x 23cm; Autor(a) Alinde Angeli; Editora Atica; (412733)	Un	NIL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	31,4000	1
56	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Sai, sujeiral! Cuidados com o corpo; Livro com 32 páginas de aproximadamente 28,2x 20,5cm; Autor(a) Mick Manning; Editora Atica; (412734)	Un	NIL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	27,4000	1
57	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Reciclagem - A aventura de uma garrafa; Livro com 32 páginas de aproximadamente 28,2x 20,5cm; Autor(a) Mick Manning; Editora Atica; (412735)	Un	NIL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	27,4000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014**

Página: 11/26

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	27,5000	2
58	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Clarice Bean, não olhe agora!; Livro com 286 páginas de aproximadamente 13,7x 18,5cm; Autor(a) Lauren Child; Editora Atica; (412736)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	36,8000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	36,9000	2
59	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Me deixe em paz!; Livro com 184 páginas de aproximadamente 14,5x 21cm; Autor(a) Jaqueline Wilson; Editora Atica; (412737)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	31,8000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	31,9000	2
60	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O ladrão de sorrisos; Livro com 104 páginas de aproximadamente 17x 24cm; Autor(a) Marcelo Duarte; Editora Atica; (412738)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	33,4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	33,5000	2
61	Livro de Literatura Infanto Juvenil: A hora da decisão; Livro com 104 páginas de aproximadamente 20,2x 27,5cm; Autor(a) Raul Drewnick; Editora Atica; (412739)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	33,4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	33,5000	2
62	Livro de Literatura Infanto Juvenil: A escolinha da Serafina; Livro com 64 páginas de aproximadamente 20,2x 27,5cm; Autor(a) Cristina Porto; Editora Atica; (412740)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	34,4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	34,5000	2
63	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Serafina e o casamento do seu Nonô; Livro com 40 páginas de aproximadamente 20,2x 27,5cm; Autor(a) Cristina Porto; Editora Atica; (412741)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	34,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 12/26

Número do Registro de Preços: 14/2014			Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	34,5000	2
64	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Molecagens de vovô; Livro com 24 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor(a) Marcio Trigo; Editora Alíca; (412742)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Alíca	0	27,4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	27,5000	2
65	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O louco do meu bairro; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor(a) Ana Flora; Editora Alíca; (412743)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Alíca	0	27,4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	27,5000	2
66	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Amor inteiro para meio; Livro com 112 páginas de aproximadamente 14x 20,7cm; Autor(a) Carlos Drummond de Andrade - Fernando Sabino - Paulo Mendes Campos - Rubem Braga; Editora Alíca; (412744)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Alíca	0	29,4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	29,5000	2
67	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Uma família parecida com a gente; Livro com 24 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor(a) Rosa Amanda Strausz; Editora Alíca; (412745)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Alíca	0	27,4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	27,5000	2
68	Livro de Literatura Infanto Juvenil: A panela da paz - Uma história de amizade baseada em fatos reais; Livro com 64 páginas de aproximadamente 18,5x 23cm; Autor(a) Heloísa Prieto; Editora Alíca; (412746)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Alíca	0	35,4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	35,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 13/26

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
69	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O cachorro que sabia dar risada - e outras histórias de crianças e cachorros; Livro com 64 páginas de aproximadamente 18,5x 23cm; Autor(a) Heloisa Prieto; Editora Atica; (412747)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	35,4000	1
70	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O rei maluco e rainha mais ainda; Livro com 128 páginas de aproximadamente 20,2x 27,5cm; Autor(a) Fernanda Lopes de Almeida; Editora Atica; (412748)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	35,5000	2
71	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Soprinho - o segredo do bosque encantado; Livro com 128 páginas de aproximadamente 21,5x31cm; Autor(a) Fernanda Lopes de Almeida; Editora Atica; (412749)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	39,4000	1
72	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Belinha, a bailarina; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19x 25,4cm; Autor(a) Amy Young; Editora Atica; (412750)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	39,5000	2
73	Livro de Literatura Infanto Juvenil: A palavra feita do alfabeto; Livro com 32 páginas de aproximadamente 21,4x 23,9cm; Autor(a) Audrey e Don Wood; Editora Atica; (412751)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	32,4000	1
74	Livro de Literatura Infanto Juvenil: o rei bigodeira e sua banheira; Livro com 32 páginas de aproximadamente 22,5x 26,5cm; Autor(a) Audrey e Don Wood; Editora Atica; (412752)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	32,5000	2
			NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	32,4000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014**

Página: 14/26

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	32,5000	2
75	Livro de Literatura Infanto Juvenil: A casa sonolenta; Livro com 32 páginas de aproximadamente 23x 25,5cm; Autor(a) Audrey e Don Wood; Editora Atica; (412753)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	32,4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	32,5000	2
76	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O artista; Livro com 16 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor(a) Mary França; Editora Atica; (412754)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	13,5000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	13,9000	2
77	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Que bicho será?; Livro com 16 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor(a) Mary França; Editora Atica; (412755)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	13,5000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	13,9000	2
78	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Dia de Sol; Livro com 16 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor(a) Mary Fraça; Editora Atica; (412756)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	13,5000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	13,9000	2
79	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O Risco e o Fio; Livro com 32 páginas de aproximadamente 25x 25cm; Autor(a) Margaret Darezzo; Editora Atica; (412757)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	29,4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	29,5000	2
80	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O rio pode ser quente?; Livro com 32 páginas de aproximadamente 19 x22cm; Autor(a) Jandira Mansur; Editora Atica; (412758)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Atica	0	27,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 15/26

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	27,5000	2
81	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Porquês; Livro com 24 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor(a) Jandira Mansur; Editora Alíca; (412759)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Alíca	0	27,4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	27,5000	2
82	Livro de Literatura Infanto Juvenil: O jogo do contrário; Livro com 40 páginas de aproximadamente 19x 22cm; Autor(a) Jandira Mansur; Editora Alíca; (412760)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Alíca	0	27,4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	27,5000	2
83	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Eu sou extremamente, absolutamente fervendo; Livro com 24 páginas de aproximadamente 20,3x 20,3cm; Autor(a) Lauren Child; Editora Alíca; (412761)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Alíca	0	25,8000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	25,9000	2
84	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Socorro! Eu estou falando sério!; Livro com 24 páginas de aproximadamente 20,3x 20,3cm; Autor(a) Lauren Child; Editora Alíca; (412762)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Alíca	0	24,8000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	25,9000	2
85	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Você pode ser meu amigo; Livro com 24 páginas de aproximadamente 20,3x 20,3cm; Autor(a) Lauren Child; Editora Alíca; (412763)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Alíca	0	25,9000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	25,9000	2
86	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Eu absolutamente preciso muito usar óculos; Livro com 24 páginas de aproximadamente 20,3x 20,3cm; Autor(a) Lauren Child; Editora Alíca; (412764)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Alíca	0	25,8000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 16/26

Número do Registro de Preços: 14/2014			Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	25,9000	2
87	Livro de Literatura Infanto Juvenil: Vira-lata, sim senhor! Livro com 80 páginas de aproximadamente 15,5x 22cm; Autor(a) V.J.Palacio; Editora Diálogo; (412765)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Scipione	0	31,4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	31,5000	2
88	Livro: Uma criança gentil: Livro para orientação Familiar: Livro com 32 páginas de aproximadamente 205mm x 205mm; Autor(a) Michaelene Mundy; Editora Paulus; (412766)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Paulous	0	19,8000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	20,0000	2
89	Livro: E agora, o que eu respondo?; Livro para orientação Familiar: Livro com 127 páginas de aproximadamente 18,5 x 13,5cm; Autor(a) Clarice Dall Agnol Casado; Editora Panda Books; (412767)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Panda Book	0	21,5000	1
90	Livro: Os pais que Queremos Ser; Livro para orientação Familiar: Livro com 280 páginas de aproximadamente 20,8 x 13,8cm; Autor(a) Richard Weissbourd; Editora WMF; (412768)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	46,6000	1
91	Livro: O que fazer quando seus filhos tomam decisões Erradas ou Arriscadas: Livro para orientação Familiar: Livro com 168 páginas de aproximadamente 23 x 15,5cm; Autor(a) Brenda Garrison; Editora Thomas Nelson; (412769)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Thomas	0	24,6000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	24,9000	2
92	Livro: Seja Feliz, Meu Filho; Livro para orientação Familiar: Livro com 200 páginas de aproximadamente 21 x 14cm; Autor(a) Içami Tiba; Editora Integreare; (412770)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Integreare	0	39,6000	1
93	Livro: Quem Ama Educa!; Livro para orientação Familiar: Livro com 320 páginas de aproximadamente 23 x 16cm; Autor(a) Içami Tiba; Editora Integreare; (412771)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Integreare	0	39,6000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014**

Página: 17/26

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	39,9000	2
94	Livro: Quem Ama Educa - Adolescentes; Livro para orientação Familiar; Livro com 272 páginas de aproximadamente 23 x 16cm; Autor(a) Içami Tiba; Editora Integrate; (412772)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Integrate	0	39,6000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	39,9000	2
95	Livro: Domando sua Feirinha Meninas; Livro para orientação Familiar; Livro com 120 páginas de aproximadamente 230 x 158mm; Autor(a) Christopher Green; Editora Fundamentos; (412773)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Fundamentos	0	29,2000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	29,5000	2
96	Livro: Domando sua Feirinha Meninos; Livro para orientação Familiar; Livro com 120 páginas de aproximadamente 230 x 158mm; Autor(a) Christopher Green; Editora Fundamentos; (412774)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Fundamentos	0	29,2000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	29,5000	2
97	Livro: Domando sua Feirinha 2; Livro para orientação Familiar; Livro com 120 páginas de aproximadamente 230 x 158mm; Autor(a) Christopher Green; Editora Fundamentos; (412775)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Fundamentos	0	29,2000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	bicho esperto	0	29,5000	2
98	Jogo da velha com 08 peças; confeccionado em madeira; com aproximadamente 26x26x4cm; (412776)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Jott Play	0	26,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)		0	28,0000	2
99	Domino Gigante em bagum com 28 peças; confeccionado em Bagum e Espuma; de aproximadamente 15x8x4cm; (412777)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Jott Play	0	200,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014**

Página: 18/26

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
100	Poliminós com 90 peças e um dado; confeccionado em madeira; de aproximadamente 24x 16cm; (412778)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Jott Play	0	99,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	101,9000	2
101	Jogo quatro em um: Dama, Trilha, Ludo e Dominó; confeccionado em madeira; de aproximadamente 26x26x4cm; (412779)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Jott Play	0	35,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	36,9000	2
102	Xadrez em estojo com fecho contendo 32 figuras de até 5cm de altura; aproximadamente 26x26cm (412780)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Jott Play	0	36,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	37,9000	2
103	Fantoches de Animais domésticos com 07 personagens; com aproximadamente 25cm; (412781)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Jott Play	0	128,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	132,9000	2
104	Fantoches da família (Família Branca) com 07 personagens; de aproximadamente 25cm (412782)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Jott Play	0	128,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	132,9000	2
105	Fantoches da Família ( Família Negra) com 07 personagens; de aproximadamente 25cm (412783)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Jott Play	0	128,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	132,9000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014**

Página: 19/26

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
106	Jogo da memória com 24 peças em mochila plástica; (412784)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Jott Play	0	17,0000	1
107	Linha Movimento nº 01 com 62 peças; (412785)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Jott Play	0	375,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	379,5000	2
108	Linha do Movimento nº 02 com 64 peças; (412786)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Jott Play	0	305,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	310,0000	2
109	Tacos de betes com bola e casinhas; de aproximadamente 70 cm de comprimento; (412787)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	32,0000	1
			NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Jott Play	0	35,0000	2
110	Bola de vôleibol sintética com 08 gomos; confeccionado em EVA (412788)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	malu	0	23,8000	1
			NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Jott Play	0	24,0000	2
111	Bola de Futebol de campo costurada a mão; confeccionado em couro; (412789)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	penalty	0	94,5000	1
			NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Jott Play	0	95,0000	2
112	Pernas de Pau, de aproximadamente 160cm; altura do suporte de 30cm (412790)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Jott Play	0	40,0000	1
113	Sequencia Lógica: Inclusão Social ilustra situações com cadeirante, mendigo, cego e etnias diversas; caixa com aproximadamente 17x09x4,5cm (412791)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Jott Play	0	30,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 20/26

Número do Registro de Preços: 14/2014      Data do Registro: 07/10/2014      Válido até: 07/10/2015									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	31,9000	2		
114	Jogo Um dia Cuidando do Meio Ambiente; Tabuleiro composto por 04 peças, medida do tabuleiro montado: 40x40cm, confeccionado em MDF; (412792)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Carlu	0	90,0000	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	93,9000	2		
115	Macakids - Jogo da Memória: Jogo com 40 peças de 5x5cm, embalada em caixa de madeira de MDF (412793)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Carlu	0	22,0000	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	24,9000	2		
116	Macakids - Macacroquet; Jogo 29 peças em MDF e Madeira (412794)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Carlu	0	375,0000	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	379,0000	2		
117	Pega varetas Gigante com 31 varetas em Madeira; Caixa de aproximadamente 60x11x06cm (412795)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Carlu	0	115,0000	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	118,9000	2		
118	Alinhavos bola - 2 bola alinhavos coloridas e 02 cadarços de poliéster confeccionado em MDF (412796)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Carlu	0	147,0000	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	172,0000	2		
119	Arvore para dinamica em maleta de MDF de 85x80x15cm; Especificação: 07 peças estrutura da árvore; 16 peças copa; 35 folhas; 45 flores; 10 cavilhas; 20 cadarços; (412797)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Carlu	0	600,0000	1		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014**

Página: 21/26

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
120	kit educação física composto por 20 itens: Batalha de Fortaleza; jogo do Ônibus; dominó de 0 a 09 anos; Jogo argola Cruz; 02 Pula corda 02 metros; Pega vareta gigante; Resta um; Raquete de fôscobol; Raquete de tênis de mesa; Jogo de damas e trilha 30x30cm; Jogo de xadrez 20x20cm; Tapete amarelinha grande; jogo para onde vai o nosso lixo; Jogo um dia cuidando do Meio Ambiente; Dama chinesa/resta um na base 24x24cm; Jogo da velha/ludo na base 24x24cm e jogo da força; Embalagem de madeira e MDF, com duas rodinhas e alça de sisal medindo 92x39x23cm; (412798)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	639.0000	2
			NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Carlu	0	1.325.0000	1
121	kit quebra cabeça - elementos da natureza composto por oito jogos; confeccionado em MDF oito bases com 42 peças cada; (412799)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	242.0000	1
			NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Carlu	0	245.0000	2
122	kit quebra cabeça - casal composto por dez jogos; confeccionado em MDF (412800)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Carlu	0	172.0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	178.0000	2
123	Kit jogo da memória - com 10 jogos sortidos em MDF e madeira (412801)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	175.0000	1
			NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Carlu	0	180.0000	2
124	Alinhavos formas geométrica - 12 formas coloridas e 12 cadarços; confeccionado em MDF; (412802)	Un	NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA (4117)	Carlu	0	123.0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	128.0000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014**

Página: 22/26

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
125	TATAME DE EVA 40mm x 2x1m; Composição:E.V.A. copolímero elileno acetato de vinila especialmente desenvolvido para absorção de impactos com ótima memória de retorno, com corte de encaixe nos 4 lados; Base: Dupla Face de duas cores; Cobertura: Película siliconizada com textura especial para prática desportiva; (412803)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	mdb	0	169,0000	1
126	KIMONO INFANTIL TRANÇADINHO TAMANHO PP; CONFECCIONADO EM ALGODÃO E POLIESTER TRANÇADINHOS; GOLA ESPESSA CONFECCIONADO COM TECIDO DE BRIM; CALÇA COM REFORÇOS NAS PERNAS; COR BRANCO; (412804)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	nk	0	81,5000	1
127	KIMONO INFANTIL TRANÇADINHO TAMANHO P; CONFECCIONADO EM ALGODÃO E POLIESTER TRANÇADINHOS; GOLA ESPESSA CONFECCIONADO COM TECIDO DE BRIM; CALÇA COM REFORÇOS NAS PERNAS; COR BRANCO; (412805)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	nk	0	81,5000	1
128	KIMONO INFANTIL TRANÇADINHO TAMANHO M; CONFECCIONADO EM ALGODÃO E POLIESTER TRANÇADINHOS; GOLA ESPESSA CONFECCIONADO COM TECIDO DE BRIM; CALÇA COM REFORÇOS NAS PERNAS; COR BRANCO; (412806)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	nk	0	81,5000	1
129	KIMONO INFANTIL TRANÇADINHO TAMANHO G; CONFECCIONADO EM ALGODÃO E POLIESTER TRANÇADINHOS; GOLA ESPESSA CONFECCIONADO COM TECIDO DE BRIM; CALÇA COM REFORÇOS NAS PERNAS; COR BRANCO; (412807)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	nk	0	81,5000	1
130	KIMONO INFANTIL TRANÇADINHO TAMANHO 1; CONFECCIONADO EM ALGODÃO E POLIESTER TRANÇADINHOS; GOLA ESPESSA CONFECCIONADO COM TECIDO DE BRIM; CALÇA COM REFORÇOS NAS PERNAS; COR BRANCO; (412808)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	nk	0	81,5000	1
131	KIMONO ADULTO TRANÇADINHO TAMANHO 2; CONFECCIONADO EM ALGODÃO E POLIESTER TRANÇADINHOS; GOLA ESPESSA CONFECCIONADO COM TECIDO DE BRIM; CALÇA COM REFORÇOS NAS PERNAS; COR BRANCO; (412809)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	nk	0	99,5000	1
132	KIMONO ADULTO TRANÇADINHO TAMANHO 3; CONFECCIONADO EM ALGODÃO E POLIESTER TRANÇADINHOS; GOLA ESPESSA CONFECCIONADO COM TECIDO DE BRIM; CALÇA COM REFORÇOS NAS PERNAS; COR BRANCO; (412810)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	nk	0	99,5000	1
133	KIMONO ADULTO TRANÇADINHO TAMANHO 4; CONFECCIONADO EM ALGODÃO E POLIESTER TRANÇADINHOS; GOLA ESPESSA CONFECCIONADO COM TECIDO DE BRIM; CALÇA COM REFORÇOS NAS PERNAS; COR BRANCO; (412811)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	nk	0	99,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
134	KIMONO ADULTO TRANÇADINHO TAMANHO 5; CONFECCIONADO EM ALGODÃO E POLIESTER TRANÇADINHOS; GOLA ESPESSA CONFECCIONADO COM TECIDO DE BRIM; CALÇA COM REFORÇOS NAS PERNAS; COR BRANCO; (412812)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	nk	0	99.5000	1
135	KIMONO ADULTO TRANÇADINHO TAMANHO 6; CONFECCIONADO EM ALGODÃO E POLIESTER TRANÇADINHOS; GOLA ESPESSA CONFECCIONADO COM TECIDO DE BRIM; CALÇA COM REFORÇOS NAS PERNAS; COR BRANCO; (412813)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	nk	0	99.5000	1
136	BRINQUEDO: Lego com peças grandes, colorido, confeccionado em material plástico ABS, contendo 40 peças de 12,00 cm de altura, 19,00 cm de largura, 35 cm de profundidade aproximadamente (412876)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	xalingo	0	83.5000	1
137	Brinquedo: Bola infantil de E.V.A, cores variadas, medindo de 66/68 cm de circunferência, pesando de 130/150 gramas (412877)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	malu	0	9.9000	1
138	Brinquedo: Casinha plástica didática e colorida para crianças partir de 18 meses. contém blocos coloridos de diferentes formas e tamanhos; A portinha abre e fecha com chave para que a criança possa pegar os blocos de volta; contém bolinhas que colocadas no chaminé desce pelo tobogã que percorre em volta da casinha. O brinquedo ainda vem com um martelinho que impulsiona a bolinha e afina a coordenação motora da criança. Dimensões aproximadas: 30 x 22 x 35 cm. Peso aproximado: 800gr (412878)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	malu	0	48.0000	1
140	Brinquedo: Kit Box na Areia, contém carro caixa com rodas, tampa e puxador; o kit contém -1 Pazinha Grande; -1 Ancinho Grande; -1 Pazinha Pequena; -1 Pazinha Furada Pequena; -1 Baldinho; -1 Peneirinha; -4 Forminhas diferentes; confeccionado em plástico resistente e colorido, dimensões aproximadas: 0,50m de comprimento, 0,33m de largura, 0,36m de altura; (412880)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	toys	0	97.0000	1
143	Brinquedo: Barraca infantil personagens diversos, capacidade para duas crianças, com abertura frontal, confeccionada em tecido lavável (contém tecido, tubos de pvc para armação e conectores), dimensões aproximadas: 120x92x92cm (AxLxP), Peso aproximado: 1,1KG (412883)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	loja maisa	0	120.5000	1
144	Brinquedo: Baldinho de areia com 08 peças (peneira, colher, garfos e formas); colorido, confeccionado em plástico polipropileno atóxico; dimensões aproximadas: 20cm de comprimento, 31 cm de largura e 26 cm de altura; (412884)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	malu	0	23.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 24/26

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
145	Brinquedo: Caminhão caçamba enluto infantil, colorido; confeccionado em material plástico resistente e atóxico; contém uma pazinha e um rastelo; dimensões aproximadas: 38cm de comprimento. (412885)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	tricae	0	35,5000	1
146	Brinquedo: Maquiagem infantil, contendo 1 estojo com formato de coração duplo com tampa, contendo baton, rouge e pincel aplicador; Dimensões aproximadas da embalagem: 2 x 20 x 18cm (A x L x P); (412886)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	toys	0	23,0000	1
147	Brinquedo: carrinho de mão infantil colorido, com braços articulados, pá e rastelo; confeccionado em material plástico polipropileno; Dimensões aproximadas: (L x A x P): 32 x 28 x 73 cm (412887)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	malu	0	67,5000	1
148	Brinquedo: Máquina Carregadeira Amarela grande possui alavancas de comando para operar sua máquina, com a alavanca direita, faz o braço de elevação levantar e com a alavanca esquerda faz a caçamba bascular. Confeccionado em material polietileno e polipropileno; Medidas aproximadas Altura 26 cm, Largura: 49 cm, Comprimento: 16 cm (412888)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	toys	0	28,5000	1
149	Brinquedo: Kit Alfabeto móvel em E.V.A colorido 6mm com 48 peças; contém 1 jogo alfabeto completo Malusculo, 2 jogos de vogais e números de 0 a 9; (412889)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	37,0000	1
150	Brinquedo: Kit Números móvel em E.V.A colorido 6mm com 40 peças; contém 4 jogo de números de 0 a 9; (412890)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	37,0000	1
151	Brinquedo: Dominó animais com 28 peças de madeira; Dimensões aproximadas da embalagem: 47x15,5x20,4cm (A x L x P); (412891)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	22,0000	1
153	Brinquedo: Kit tabuleiro de encaixe de formas geométricas; confeccionado em madeira, contém 01 tabuleiro medindo aproximadamente 340mmx260mmx9mm, com 09 peças geométricas coloridas que se encaixam perfeitamente sobre o tabuleiro. (412893)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	carlu	0	51,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 25/26

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
155	Brinquedo: Boneca Tikinha Fashion Nova Toys; Dimensões aproximadas da embalagem: 20x30x17cm(AxCL) (412895)	Un	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (2423)	toys	0	9,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 26/26

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 07/10/2014		Válido até: 07/10/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais diversos (didático, pedagógico, esportivo, brinquedos) para atender à demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2014

PROCESSO Nº 73/2014

(2423) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME  
(4117) - NL PAPELARIA E LIVRARIA LTDA

Chapadão do Lageado, 7 de Outubro de 2014.

ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 15 E 16/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2014

Página: 1/10

Número do Registro de Preços: 15/2014			Data do Registro: 16/10/2014		Válido até: 16/10/2015		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais de Construção Diversos para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ABRAÇADEIRA 3/4 (4718)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	INCA	0	0,8900	1
2	ABRAÇADEIRA 5/8 X 3/4 (412560)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	INCA	0	0,8500	1
3	ALVENARIT (410408)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	VEDACIT	0	9,9000	1
4	ARAME RECOZIDO (879)	Kg	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	ILOZHY	0	6,3500	1
6	AREIA FINA. (409733)	m³	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	FANTONI	0	90,0000	1
7	AREIA MÉDIA. (409731)	m³	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	VIERIRA	0	70,0000	1
8	Areia grossa. (7610)	m³	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	VIERIRA	0	74,9000	1
9	BARRA DE AÇO 4,2 (410302)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	BELGO	0	5,4500	1
10	BARRA DE AÇO 5/16 (412303)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	BELGO	0	17,0000	1
11	BARRA DE AÇO 3/8 (412568)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	BELGO	0	26,3000	1
12	BARRA ROSCADA 3/8 (413007)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	UNIÃO	0	4,9000	1
13	BOTAS DE BORRACHA (3061)	Pares	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	ATLANTIS	0	28,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2014

Página: 2/10

Número do Registro de Preços: 15/2014			Data do Registro: 16/10/2014		Válido até: 16/10/2015		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais de Construção Diversos para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	BRITA . (409737)	m³	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	RIO DO OURC	0	67,0000	1
15	BROCA DE VIDEA 10MM (411209)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	IRWIN	0	11,9000	1
16	BROCA DE VIDEA 8MM (411211)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	IRWIN	0	8,3500	1
17	CABO DE PÁ (1903)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)		0	6,0000	1
18	CADEADO 25MM (410678)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	ISTAN	0	8,4000	1
19	CADEADO 35 MM (411041)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	ISTAN	0	12,4500	1
20	CANALETA DE COLA (409701)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	ALUMBRA	0	4,9000	1
21	CARRO DE MÃO EM AÇO (413008)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	MAESTRO	0	72,0000	1
22	CIMENTO (895)	Sc	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	VOTATORN	0	25,2000	1
23	COLHER (PEDRIRO) 10" (413009)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	MISTER	0	9,4000	1
24	DISCO CORTE FERRO4.1/2 X 1/4 X 7/8 (412569)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	JOMARCA	0	3,9000	1
25	CABO PP 2x2,5 mm² (3335)	Mt	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	PREMIUM	0	2,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2014

Página: 3/10

Número do Registro de Preços: 15/2014			Data do Registro: 16/10/2014		Válido até: 16/10/2015		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais de Construção Diversos para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	FITA ISOLANTE 5 MT (410535)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	CRONA	0	1,3900	1
27	FITA ISOLANTE 20MT (412275)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	CRONA	0	4,4000	1
28	LIMA CHATA (411162)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	GLOBO	0	10,6000	1
29	LONA PRETA. (413010)	m²	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	BMLONAS	0	0,9000	1
30	LUVA DE MALHA EMBORRACHADA (413011)	Pares	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	DANNY	0	4,9000	1
31	LUVA DE MÃO TRICOTADA (412570)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	YELING	0	4,0000	1
32	MANGUEIRA 1/2 (2070)	Mt	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	CARPES&CAF	0	0,5900	1
33	MAGUEIRA 3/4 ROLO COM 100MT (413012)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	CARPES&CAF	0	69,0000	1
34	PÁ TORTA DO TIPO QUE AJUNTA (410089)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	METISA	0	13,5000	1
35	PÁ CORTADEIRA (412096)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	METISA	0	14,5000	1
36	PARAFUSO TELHEIRO (413013)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	EMBRAFIX	0	0,4000	1
37	PAU DE 3 MT (6 X 12) (409880)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)		0	10,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2014**

Página: 4/10

Número do Registro de Preços: 15/2014			Data do Registro: 16/10/2014		Válido até: 16/10/2015		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais de Construção Diversos para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	PEDRA DE FUNDAMENTO 7.5CM (413014)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	SALVADOR	0	1,3500	1
39	PINCEL 1.1/2 (412494)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	ROMA	0	2,2000	1
40	PINO MACHO 2P (413015)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	MEC-TRONIC	0	2,5000	1
41	PINO FEMEA 2P (413016)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	PERLEX	0	2,9000	1
42	PÓ DE BRITA . (409732)	m³	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	MINERAÇÃO I	0	75,0000	1
43	PORCA 3/8 (408855)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	UNIÃO	0	0,2500	1
44	PREGO 16x24 (1322)	Kg	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	BENORTE	0	7,0000	1
45	Prego 17 x 27 (7606)	Kg	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	BENORTE	0	6,8500	1
46	PREGO 20 X 48 (408888)	Kg	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	BENORTE	0	6,8500	1
47	PREGO 25x72 (1356)	Kg	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	BENORTE	0	8,5000	1
48	PREGO 26X84 (881)	Kg	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	BENORTE	0	9,5000	1
49	RIPA 5 CM X 3MT (412564)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)		0	2,0200	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2014**

Página: 5/10

Número do Registro de Preços: 15/2014			Data do Registro: 16/10/2014		Válido até: 16/10/2015		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais de Construção Diversos para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
50	RIPA 8CM X 3 MT (412565)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)		0	3,0200	1
51	ARRUELA 3/8 (411188)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	UNIÃO	0	0,1000	1
52	ROLO DE ESPUMA 09 CM (410458)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	ROMA	0	2,9000	1
53	SERRA COPO 2" (413017)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	DISMA	0	19,9000	1
54	SERRINHA DE CORTAR FERRO (410093)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	NICHOLSON	0	3,2000	1
55	SILICONE 50GR (412228)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	UNIFIX	0	3,2000	1
56	SILICONE ALTA TEMPERATURA 50 GR (412567)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	TEKVED	0	5,0000	1
57	SILICONE ALTA TEMPERATURA 280 GR (412566)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	MUNDIAL	0	16,0000	1
58	TABUA 25CM /3MT (413018)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)		0	8,9000	1
59	TABUA 20CM /3MT (413019)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)		0	7,5000	1
60	TEE TRIPLO 1/2 (4910)	Pç	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	PLASBOHN	0	1,0000	1
61	TELHA FIBRE CIMENTO 1,10X2,44X5MM (411431)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	IMBRALIT	0	32,4000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2014**

Página: 6/10

Número do Registro de Preços: 15/2014			Data do Registro: 16/10/2014		Válido até: 16/10/2015		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais de Construção Diversos para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	Tijolos 9 x 14 x 24 (7602)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	AUTO VALE	0	0,4800	1
63	TINTA ACRÍLICA BRANCO SEMI BRILHO GL 18 (412571)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	INKOR	0	222,0000	1
64	TINTA SELADOR ACRÍLICO 3,6 L (412572)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	INKOR	0	18,5000	1
65	TORQUÊS 8" (412573)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	SÃO ROMÃO	0	14,0000	1
66	TORQUÊS 10" (412574)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	SÃO ROMÃO	0	14,9000	1
67	TRENA DE 5 METROS (410095)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	MISTER	0	8,5000	1
69	TUBO GALVANIZADO 3/4 DE 6MT (413020)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	DIN	0	69,0000	1
70	VEDA -ROSCA (1700)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	CRONA	0	2,0000	1
71	TELHAS PORTUGUESA ESMALTADA COR NATURAL (SAARA) DE 1º QUALIDADE (412341)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	HOBUS	0	1,8500	1
72	TELHÃO COMPATIVEL COM TELHA PORTUGUESA ESMALTADA COR NATURAL (SAARA) 1ª QUALIDADE (412342)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	HOBUS	0	6,4000	1
73	TERMINAL COMPATIVEL COM A TELHA PORTUGUESA ESMALTADA COR NATURAL (SAARA) DE 1ª QUALIDADE (412343)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	HOBUS	0	26,0000	1
74	ACABAMENTO EM TRÊS VIAS COMPATIVEL COM TELHA PORTUGUESA ESMALTA COR NATURAL (SAARA) DE 1ª QAULIDADE; (412344)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	HOBUS	0	44,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2014**

Página: 7/10

Número do Registro de Preços: 15/2014			Data do Registro: 16/10/2014		Válido até: 16/10/2015		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais de Construção Diversos para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
75	ACABAMENTO DE CUMEEIRA (412345)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	HOBUS	0	2,2500	1
76	EMENDA PARA MANGUEIRA 3/4 (411261)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	PLASBOHN	0	0,9000	1
77	EMENDA PARA MANGUEIRA 1/2 (411262)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	PLASBOHN	0	0,5000	1
78	LAMPADA FLORESCENTE 20W (2464)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	SYLVANIA	0	4,5000	1
79	LAMPADA FLORESCENTE 40W (2458)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	SYLVANIA	0	4,5000	1
80	LAMPADAS INCANDESCENTES (412083)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	PHILIPS	0	1,9000	1
81	TUOLO MACIÇO (5247)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	CANELINHA	0	0,4500	1
82	BUCHA 08 (412308)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	IVPLAST	0	0,0900	1
83	BUCHA 10MM (411214)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	IVPLAST	0	0,1000	1
84	BUCHA 6ML (4812)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	IVPLAST	0	0,0500	1
85	TOMADA SOBREPOR (411761)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	PERLEX	0	4,0000	1
87	ASSENTO SANITÁRIO (408863)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	ALUMASA	0	12,5000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2014

Página: 8/10

Número do Registro de Preços: 15/2014			Data do Registro: 16/10/2014		Válido até: 16/10/2015		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais de Construção Diversos para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
88	BROCA DE AÇO 8MM (410670)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	ATC	0	9,0000	1
89	BROCA DE AÇO 10MM (410671)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	ATC	0	15,8000	1
90	CABO DE ENCHADA (412612)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)		0	5,2000	1
91	FIO FLEXIVEL 2x1,5 (412312)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	PREMIUM	0	1,1000	1
92	FIO FLEXIVEL 2 X 2,5MM (412662)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	PREMIUM	0	1,7000	1
93	CANO DE PVC 50MM (411222)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	PREDIAL	0	23,0000	1
94	CANO PVC 100MM (412663)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	LZ	0	29,0000	1
95	CANO PVC 40MM (412664)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	TUBOVALE	0	14,0000	1
96	CANO SOLDÁVEL 25MM (412665)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	CRONA	0	10,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2014

Página: 9/10

Número do Registro de Preços: 15/2014		Data do Registro: 16/10/2014		Válido até: 16/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais de Construção Diversos para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
97	DESENGRIPANTE (412392)	Un	JOAO PEDRO MACHADO= ME (3066)	MUNDIAL	0	5,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2014

Página: 10/10

Número do Registro de Preços: 15/2014		Data do Registro: 16/10/2014		Válido até: 16/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais de Construção Diversos para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2014  
PROCESSO Nº 81/2014

(3066) - JOAO PEDRO MACHADO= ME

Chapadão do Lageado, 16 de Outubro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2014

Página: 1/6

Número do Registro de Preços: 16/2014      Data do Registro: 28/10/2014      Válido até: 28/10/2015									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição (ões) servida (s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Lagead									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
5	ACHOCOLATADO EM PÓ, EMBALAGEM DE 400 GRAMAS (411489)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	NEILAR	0	3.9900	1		
6	AÇUCAR BAUNILHA EMBALAGEM DE 250 GRAMAS (409116)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	APTI	0	2.8900	1		
16	Amido de milho embalagem de 1 KG (408162)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	NEILAR	0	4.2000	1		
18	ARROZ PARBORIZADO TIPO 1 PACOTE DE 5 KG. EMBALAGEM INTEGRA (408124)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	KIKA	0	10.9000	1		
25	BATATA PALHA EMBALAGEM DE 380 GR (413026)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	KI FRITAS	0	10.0000	1		
29	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA AMANTEIGADOS, EMBALAGEM DE 370 GR (413027)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	PARATI	0	2.9000	1		
30	BISCOITO SALGADO EMBALAGEM DE 370 GR (408700)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	PRODASA	0	3.0000	1		
32	CAFÉ EM PÓ TIPO TRADICIONAL EMBALAGEM DE 500 GR, EMBALADO A VACUO (410127)	Cx	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	OURO	0	7.0000	1		
35	CALDO CONCENTRADO DE CARNE BOVINA CUBOS PEQUENOS, EMBALAGEM 126 GRAMAS (408704)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	APTI	0	2.2000	1		
36	CALDO CONCENTRADO DE CARNE DE FRANGO CUBOS PEQUENOS EMBALAGEM DE 126 GRAMAS (408709)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	APTI	0	2.2000	1		
37	CANELA EM PÓ EMBALAGEM DE 30 G (2357)	Lta	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	NEILAR	0	2.0000	1		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2014**

Página: 2/6

Número do Registro de Preços: 16/2014      Data do Registro: 28/10/2014      Válido até: 28/10/2015									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição (ões) servida (s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Lageado									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
44	CHOCOLATE GRANULADO EMBALAGEM DE 100 GRAMAS (408712)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	NELAR	0	1,8500	1		
46	COCO RALADO EM FLOCOS EMBALAGEM DE 100 GRAMAS (409495)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	MENINA	0	3,3400	1		
47	Colorau embalagem de 100 GRAMAS (408143)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	SINHA	0	1,1000	1		
48	COMINHO SECO EMBALAGEM DE 30GR (413028)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	APTI	0	2,7000	1		
51	CRAVO MOIDO EMBALAGEM DE 30GR (413030)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	NELAR	0	3,3000	1		
55	ERVILHAS EMBALAGEM DE 200GR (413033)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	GOIAS VERDE	0	1,3500	1		
58	EXTRATO DE TOMATE EMBALAGEM DE 850GR (413035)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	DAJUDA	0	6,3500	1		
60	FARINHA DE ARROZ (413037)	Kg	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	NUTRIBOM	0	3,6500	1		
61	FARINHA DE AVEIA EM FLOCOS FINOS EMBALAGEM DE 200 Gr (410898)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	NUTRIBOM	0	2,5000	1		
62	FARINHA DE MILHO FINO EMBALAGEM DE 1 KG (409280)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	SINHA	0	1,3500	1		
68	FERMENTO BIOLÓGICO DE PÃO 100 GR (5444)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	ELITE	0	3,0000	1		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2014**

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 16/2014		Data do Registro: 28/10/2014		Válido até: 28/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição (ões) servida (s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Lagead							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
69	FERMENTO QUIMICO DE BOLO EMBALAGEM 250 GRAMAS (409099)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	ROYAL	0	4,3000	1
72	GOIABADA EMBALAGEM DE 500 GRAMAS (409121)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	PREDILECTA	0	5,3000	1
77	Leite em Pó embalagem de 400 Gr (408170)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	AURORA	0	9,2000	1
78	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT (409283)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	LACTOPLAS	0	24,6000	1
82	Louro em folha seca embalagem 5 GRAMAS (408173)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	NEILAR	0	1,2000	1
84	MACARRÃO TIPO PARAFUSO EMBALAGEM DE 3KG (413044)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	PRODASA	0	9,9900	1
87	MARGARINA EM POTES DE 500 GR (6220)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	PRIME	0	1,9900	1
91	MILHO CONSERVA EMBALAGEM 200 GRAMAS (408823)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	GOIAS VERDE	0	1,4000	1
92	MOLHO INGLÊS EMBALAGEM DE 150ML (413045)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	TELL	0	2,3500	1
100	ÓLEO DE SOJA TIPO 1 - EMBALAGEM PLÁSTICA COM 900 ML (4411)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	COAMO	0	2,7500	1
101	OREGANO, EMBALAGEM DE 100 GRAMAS (409102)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	NEILAR	0	4,3500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2014

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 16/2014      Data do Registro: 28/10/2014      Válido até: 28/10/2015									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição (ões) servida (s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Lagead									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
120	SAL REFINADO EMBALAGEM DE 01 KG (98)	Kg	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	ZIZO	0	1,1000	1		
125	SUCO EM PÓ DIVERSOS SABORES (413052)	Kg	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	NEILAR	0	5,5000	1		
128	TEMPERO COMPLETO EMBALAGEM DE 300 GRAMAS (411490)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	NEILAR	0	2,7000	1		



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2014

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 16/2014		Data do Registro: 28/10/2014		Válido até: 28/10/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição (ões) servida (s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Lagead							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
130	VINAGRE BRANCO EMBALAGEM DE 900 ML (408830)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)	CHEMIM	0	1,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2014

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 16/2014		Data do Registro: 28/10/2014		Válido até: 28/10/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição (ões) servida (s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Lagead							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2014  
PROCESSO Nº 84/2014  
(4379) - SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

Chapadão do Lageado, 28 de Outubro de 2014.

RELAÇÃO DAS COMPRAS DO MÊS DE SETEMBRO PM E FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:   **Setembro/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/8

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	CHUCHU	3295	5,000	1,4000	7,00
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	Chuchu - 1ª qualidade, firme, seco, limpo de terra, sem ruptura na casca, sem partes amolecidas, em perfeita condição de apresentação (cultivo agroecológico)	3413	4,000	1,4000	5,60
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	COSTELA BOVINA	3436	81,400	8,7000	708,18
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	LINGUIÇA CALABRESA	3265	3,000	8,7000	26,10
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	QUEIJO PARMESÃO RALADO PCT 50 GR	3265	10,000	2,9900	29,90
AFUBRA - Agro Comercial Afubra Ltda	BALANÇA	3325	3,000	55,9000	167,70
ART'S TROFEUS COMERCIO E INDUSTRIA	TROFÉU ARTILHEIRO	3415	3,000	57,0000	171,00
ART'S TROFEUS COMERCIO E INDUSTRIA	TROFÉUS ASSIS C/ 20 CM	3415	3,000	43,0000	129,00
ART'S TROFEUS COMERCIO E INDUSTRIA	TROFÉUS ASSIS C/ 22 CM	3415	3,000	46,0000	138,00
ART'S TROFEUS COMERCIO E INDUSTRIA	TROFÉUS ASSIS C/ 25 CM	3415	3,000	51,0000	153,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	BOBINA	3434	1,000	33,0000	33,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	CHAVE DE LUZ	3434	1,000	15,0000	15,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	CORREIA 8PK1500	3201	1,000	47,0000	47,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	FAIXA REFLETIVA	3266	22,000	5,0000	110,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	INTERRUPTOR	3434	1,000	16,0000	16,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	INTERRUPTOR FREIO	3434	1,000	55,0000	55,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	LAMPADA	3434	2,000	3,0000	6,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	LAMPADA 69	3266	3,000	3,0000	9,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	LAMPADA H4	3266	1,000	18,0000	18,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	LAMPADA H7	3434	2,000	25,0000	50,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	LENTE	3434	2,000	10,0000	20,00
AUTO ELETRICA BELA VISTA LTDA - ME	MÃO DE OBRA	3435	1,000	60,0000	60,00
CASA DAS CHAVES	CONCERTO, JATEAMENTO E PINTURA DE FOGÃO	3190	1,000	330,0000	330,00
CASTORINO SCHMIDT - ME	TECIDO OXFORD	3402	4,000	5,0000	20,00
CELI TEREZINHA WOLFF	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL À REALIZAÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES, NOS DIAS 28/07/2014, 29/07/2014, 30/07/2014, 31/07/2014 e 01/08/2014	3219	1,000	6.731,0000	6.731,00
CHEGA MAIS DE ELIS ROSSI MACHADO	COPOS GRADUADO	3324	6,000	1,9900	11,94
CHEGA MAIS DE ELIS ROSSI MACHADO	FITA MÉTRICA	3324	15,000	1,0000	15,00
CHEGA MAIS DE ELIS ROSSI MACHADO	JARRA DE 02 LT	3324	6,000	6,9900	41,94
CHEGA MAIS DE ELIS ROSSI MACHADO	JARRA DE 1 LT	3324	6,000	5,4900	32,94
COMERCIO DE COMBUSTIVEIS T.A. LTDA	AROMATIZADOR VEÍCULO	3247	5,000	10,0000	50,00
COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA	COLA	3417	2,000	12,0000	24,00
COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA	COLA JUNTA	3417	2,000	3,5000	7,00
COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA	ESFREGÃO 380.2	3420	1,000	32,5000	32,50
COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA	FILTRO BT 344S	3420	4,000	61,8000	247,20
COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA	FILTRO OFD 9000	3420	2,000	98,5000	197,00
COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA	FILTRO PSL 340	3417	2,000	59,0000	118,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:   **Setembro/2014**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/8

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA	FILTRO R28-30M	3417	2,000	45,0000	90,00
COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA	FILTRO XL 2110	3420	2,000	69,5000	139,00
COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA	LIMPA CONTATO	3417	2,000	9,6000	19,20
COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA	LUB-2027 BALDE GRADUADO	3417	1,000	25,7000	25,70
COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA	SELANTE ALTA TEMPERATURA CINZA	3417	4,000	5,5000	22,00
COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA	SELANTE ALTA TEMPERATURA PRETO	3417	4,000	5,5000	22,00
COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA	TAMPA TC 3097	3417	1,000	21,8600	21,86
COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA	TRAVA ROSCA	3417	4,000	8,7000	34,80
COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA	VASELINA SPRAY	3417	1,000	9,2000	9,20
COREMA AUTO PECAS E PARAFUSOS LTDA	KIT COROA E PIÃO	3430	1,000	332,0000	332,00
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	PÃO DE QUEIJO	3147	30,000	0,5000	15,00
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	PÃO DE QUEIJO	3188	70,000	0,5000	35,00
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	PÃO DE QUEIJO	3281	30,000	0,5000	15,00
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	SALGADINHOS	3147	30,000	0,6000	18,00
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	SALGADINHOS	3188	200,000	0,6000	120,00
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	SALGADINHOS	3281	30,000	0,6000	18,00
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	SALGADINHOS	3432	30,000	0,6000	18,00
EDIO DA SILVA ME	BIELETA SUSPENSÃO	3191	2,000	33,0000	66,00
EDIO DA SILVA ME	MÃO DE OBRA	3178	1,000	40,0000	40,00
EDIO DA SILVA ME	MÃO DE OBRA	3192	1,000	40,0000	40,00
EDIO DA SILVA ME	SILENCIOSO FINAL	3191	1,000	193,0000	193,00
EJC VEICULOS LTDA.	BORRACHA DE PORTA	3242	1,000	107,3200	107,32
EJC VEICULOS LTDA.	BOTÃO FORRO PORTA	3242	12,000	4,4200	53,04
EJC VEICULOS LTDA.	BRAC MANGUEIRA COMBUSTIVEL	3222	2,000	5,9400	11,88
EJC VEICULOS LTDA.	CORREIA	3222	1,000	73,0600	73,06
EJC VEICULOS LTDA.	CORREIA DENTADA	3222	1,000	107,9400	107,94
EJC VEICULOS LTDA.	COXIM	3222	1,000	25,5600	25,56
EJC VEICULOS LTDA.	DESCARBONIZADOR	3222	1,000	12,5900	12,59
EJC VEICULOS LTDA.	FILTRO COMBUSTIVEL	3222	1,000	15,5900	15,59
EJC VEICULOS LTDA.	FILTRO DE AR	3222	1,000	19,8800	19,88
EJC VEICULOS LTDA.	FILTRO ÓLEO	3267	1,000	22,0800	22,08
EJC VEICULOS LTDA.	FITA ISOLANTE	3242	1,000	5,5000	5,50
EJC VEICULOS LTDA.	HIGIENIZADOR DE AR	3222	1,000	110,0000	110,00
EJC VEICULOS LTDA.	JOGO DE PASTILHAS	3222	1,000	133,9700	133,97
EJC VEICULOS LTDA.	LIMPA INJETORES	3222	1,000	85,0000	85,00
EJC VEICULOS LTDA.	MÃO DE OBRA	3223	1,000	495,0000	495,00
EJC VEICULOS LTDA.	MÃO DE OBRA	3243	1,000	143,0000	143,00
EJC VEICULOS LTDA.	OLEO DE FREIO.	3222	3,000	8,5000	25,50
EJC VEICULOS LTDA.	OLEO SEL K PURE ENERGY 5W-30FE	3267	3,000	36,1600	108,48

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:   **Setembro/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/8

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
EJC VEICULOS LTDA.	PALHETA PARA BRISA	3282	1,000	45,3900	45,39
EJC VEICULOS LTDA.	TENSOR	3222	1,000	220,5700	220,57
EJC VEICULOS LTDA.	VELAS	3222	4,000	15,7200	62,88
ELETROMOTORES ANS LTDA ME	ROTOR E BORRACHA DE VEDAÇÃO	3428	1,000	90,0000	90,00
ELETRONICA J. K. DE Joao Aloisio Kammer-	CABOS DE SOM (P2+2RCA) 1,80M	3323	5,000	6,0000	30,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ABRAÇADEIRA	3275	2,000	1,5000	3,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	ADUBO 5-20-10	3437	3,000	52,0000	156,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	APLICADOR DE SILICONE	3275	1,000	12,5000	12,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BROCA CHATA 3/4	3189	1,000	4,9000	4,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BROCA DE VIDEA 10MM	3275	1,000	12,0000	12,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BROCA VIDEA 12MM	3189	1,000	13,0000	13,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BROCA VIDEA 12MM	3275	1,000	13,0000	13,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BROCA VIEDEA 6MM	3189	1,000	6,2000	6,20
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BROCA VIEDEA 6MM	3437	1,000	6,2000	6,20
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BUCHA	3175	6,000	0,1000	0,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BUCHA	3189	34,000	0,1000	3,40
JOAO PEDRO MACHADO= ME	BUCHA 08	3437	30,000	0,1000	3,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CANTONEIRA 10x12	3175	2,000	3,0000	6,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CAPA DE CHUVA	3275	6,000	4,0000	24,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CARRO-DE-MÃO	3275	1,000	72,0000	72,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CHAVE COMBINADA	3275	1,000	6,9000	6,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CHAVE DE FENDA 4 POLEGADA	3259	1,000	2,9000	2,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CHAVE DE FENDA 5 POLEGADA	3259	1,000	4,0000	4,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CHAVE DE TESTE	3189	1,000	3,0000	3,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	CIMENTO	3275	10,000	24,5000	245,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FIO DE TELEFONE	3175	30,000	0,5000	15,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	FITA ISOLANTE	3175	1,000	1,7500	1,75
JOAO PEDRO MACHADO= ME	JOELHO SOLDÁVEL 25 X 1/2"	3189	4,000	0,5000	2,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LAMPADA 1x40 FLORESCENTE	3220	2,000	4,9000	9,80
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LAMPADA 30WTS	3220	8,000	13,9000	111,20
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LAMPADA 55 WTS	3220	1,000	49,9000	49,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LAMPADA FORESCENTE 40W	3275	5,000	4,9000	24,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LIMA DE MOTOR SERRA	3275	1,000	5,0000	5,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LUMINARIA 2x40W	3189	1,000	49,9000	49,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LUA DE COURO	3275	1,000	9,7500	9,75
JOAO PEDRO MACHADO= ME	LUA TRICOTADA	3275	2,000	5,0000	10,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	Madeira de pinus	3437	1,000	470,0000	470,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	MADEIRA DE PINUS LINHAS DE 6 X 10	3275	1,000	470,0000	470,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	MASCARA DESCARTAVEL	3275	2,000	2,5000	5,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:   **Setembro/2014**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/8

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PARAFUSO	3175	6,000	0,1000	0,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PARAFUSO	3189	34,000	0,6940	23,60
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PARAFUSO 3,5 X 25	3437	10,000	0,1000	1,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PARAFUSO 4,0x25	3259	32,000	0,1000	3,20
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PARAFUSO 4,2x55	3275	3,000	0,1500	0,45
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PARAFUSO 6,0x70	3437	20,000	0,2000	4,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PC DOBRADIÇA	3259	3,000	1,7500	5,25
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PINO FEMEA	3175	2,000	3,5000	7,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PORTA EXTERNA	3437	1,000	175,0000	175,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PREGO 12 X 12	3437	1,000	8,4000	8,40
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PREGO 15 X 21	3437	1,000	7,7500	7,75
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PREGO 26X84	3275	19,000	8,8000	167,20
JOAO PEDRO MACHADO= ME	PREGO AÇO 12 X 12	3275	1,000	5,0000	5,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SEMENTE DE ABOBORA	3174	1,000	2,9000	2,90
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SEMENTE DE FLORES	3174	6,000	1,5000	9,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	SPRAY	3275	1,000	7,5000	7,50
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TEE 25x1/2	3259	1,000	1,7500	1,75
JOAO PEDRO MACHADO= ME	TUBO SOLDAVEL 25 MM	3189	2,000	10,0000	20,00
JOAO PEDRO MACHADO= ME	URÉIA	3174	1,000	61,0000	61,00
JULIANE DIVISÓRIAS E FORROS DE PVC	DIVISÓRIA DE EUCATEX COM PORTA	3414	1,000	1,470,0000	1,470,00
KG COMERCIO DE PEÇAS PARA VEICULOS LTDA	VIDROS	3416	1,000	130,0000	130,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	DESLOCAMENTO TÉCNICO	3246	1,000	490,0000	490,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	DESLOCAMENTO TÉCNICO	3363	1,000	490,0000	490,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ELEMENTO DO FILTRO TRANSMISSÃO 3C	3245	1,000	54,0000	54,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ELEMENTO FILTRANTE	3363	1,000	99,0000	99,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ELEMENTO FILTRANTE DE AR PRIMARIO	3245	1,000	159,0000	159,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ELEMENTO FILTRANTE DE OLEO DO MOTOR	3245	1,000	65,0000	65,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ELEMENTO FILTRANTE DP240 CUMINS	3363	1,000	99,0000	99,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ELEMENTO FILTRANTE SEDIMENTAR	3245	1,000	118,0000	118,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ELEMENTO FILTRANTE TRANSMISSÃO	3363	1,000	208,0000	208,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ELEMENTO FILTRO 70 MICRONS	3363	1,000	317,0000	317,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ELEMENTO FILTRO COMBUSTIVEL	3363	1,000	110,0000	110,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	FILTRO COMBUSTIVEL	3245	1,000	128,0000	128,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	MÃO DE OBRA	3246	1,000	250,0000	250,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	OLEO MOTOR (LB 1209)	3363	1,000	248,0000	248,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	OLEO MOTOR BALDE 20 LITROS BD	3245	1,000	268,0000	268,00
MARCIA HINTEWMANN KUSTER - COMIL KUSTER	ABRAÇADEIRA	3318	4,000	1,0000	4,00
MARCIA HINTEWMANN KUSTER - COMIL KUSTER	BOTA PVC BRANCA, FORRADA, CANO MEDIO	3429	1,000	53,0000	53,00
MARCIA HINTEWMANN KUSTER - COMIL KUSTER	CABO P/MARRETA	3403	5,000	19,0000	95,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:   **Setembro/2014**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/8

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARCIA HINTEWMANN KUSTER - COML KUSTER	CHAVE COMBINADA 10MM	3318	1,000	6,0000	6,00
MARCIA HINTEWMANN KUSTER - COML KUSTER	CHAVE COMBINADA 11M	3318	1,000	6,8000	6,80
MARCIA HINTEWMANN KUSTER - COML KUSTER	DESCARGA	3318	1,000	18,0000	18,00
MARCIA HINTEWMANN KUSTER - COML KUSTER	ENGRAXADEIRA	3403	1,000	38,0000	38,00
MARCIA HINTEWMANN KUSTER - COML KUSTER	FECHADURA EXTERNA	3318	1,000	25,5000	25,50
MARCIA HINTEWMANN KUSTER - COML KUSTER	FITA ISOLANTE 20MT	3318	1,000	6,0000	6,00
MARCIA HINTEWMANN KUSTER - COML KUSTER	JARRA DE 02 LT	3317	1,000	11,0000	11,00
MARCIA HINTEWMANN KUSTER - COML KUSTER	KIT ELETRONICA LÂMPADA 20W	3318	8,000	9,0000	72,00
MARCIA HINTEWMANN KUSTER - COML KUSTER	LAMPADA FORESCENTE 40W	3318	17,000	4,9000	83,30
MARCIA HINTEWMANN KUSTER - COML KUSTER	LUMINÁRIA ALETADO 1x40	3318	3,000	37,5000	112,50
MARCIA HINTEWMANN KUSTER - COML KUSTER	MANGUEIRA P/ GÁS	3318	2,000	5,0000	10,00
MARCIA HINTEWMANN KUSTER - COML KUSTER	PREGO	3403	7,000	8,6000	60,20
MARCIA HINTEWMANN KUSTER - COML KUSTER	REATOR ELETRONICO 2x40	3318	2,000	19,0000	38,00
MARCIA HINTEWMANN KUSTER - COML KUSTER	REGISTRO	3318	1,000	9,9000	9,90
MARCIA HINTEWMANN KUSTER - COML KUSTER	SIFÃO SANFONADO	3318	1,000	7,5000	7,50
MARCIA HINTEWMANN KUSTER - COML KUSTER	TOMADA SOBREPOR	3318	1,000	3,8000	3,80
MECANICA ITU LTDA EPP	COXIM	3269	4,000	38,0000	152,00
MECANICA ITU LTDA EPP	CRUZETA CARDAN	3269	3,000	270,0000	810,00
MECANICA ITU LTDA EPP	PARAFUSO DA RODA	3146	12,000	17,0000	204,00
MECANICA ITU LTDA EPP	PARAFUSO DA RODA	3200	8,000	22,0000	176,00
MECANICA ITU LTDA EPP	PASTILHAS DE FREIO DIANT	3270	1,000	148,0000	148,00
MECANICA ITU LTDA EPP	PASTILHAS DE FREIO TRAZ	3270	1,000	228,0000	228,00
MECANICA ITU LTDA EPP	SEMI EIXO TOYOTA BANDEIRANTE	3268	1,000	460,0000	460,00
METALURGICA TORSOL LTDA	ANEL TRONO	3364	2,000	2,5000	5,00
METALURGICA TORSOL LTDA	BUCHA	3364	4,000	51,0000	204,00
METALURGICA TORSOL LTDA	BUCHA BRONZE 85805969	3320	2,000	38,0000	76,00
METALURGICA TORSOL LTDA	BUCHA BRONZE 85805988	3320	2,000	38,0000	76,00
METALURGICA TORSOL LTDA	BUCHA DA CONCHA	3202	2,000	96,0000	192,00
METALURGICA TORSOL LTDA	ENGRENAGEM 85806014	3320	3,000	98,0000	294,00
METALURGICA TORSOL LTDA	GUIA PINO FREIO	3322	1,000	40,0000	40,00
METALURGICA TORSOL LTDA	HASTE CILINDRO	3202	1,000	295,0000	295,00
METALURGICA TORSOL LTDA	MANGUEIRA	3322	2,000	130,0000	260,00
METALURGICA TORSOL LTDA	MOLA DO PRATO	3364	4,000	17,0000	68,00
METALURGICA TORSOL LTDA	PARAFUSO SEXTAVADO DO CILINDRO	3202	1,000	94,0000	94,00
METALURGICA TORSOL LTDA	PARAFUSO SLLN	3202	2,000	4,0000	8,00
METALURGICA TORSOL LTDA	PINO DA CONCHA	3202	1,000	130,0000	130,00
METALURGICA TORSOL LTDA	PINO TRAVA	3202	1,000	15,0000	15,00
METALURGICA TORSOL LTDA	PINO VÁLVULA CILINDRO	3202	1,000	68,0000	68,00
METALURGICA TORSOL LTDA	PINOS	3320	2,000	91,2000	182,40



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:   **Setembro/2014**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 6/8

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
METALURGICA TORSOL LTDA	REPARO DO CILINDRO DO GIRO	3202	2,000	147,0000	294,00
METALURGICA TORSOL LTDA	RETENTOR CUBO DIANTEIRO 85824343	3320	2,000	34,0000	68,00
METALURGICA TORSOL LTDA	RETENTOR CUBO DIANTEIRO 85824345	3320	2,000	45,0000	90,00
METALURGICA TORSOL LTDA	RETENTOR DIANTEIRO 85806001	3320	2,000	85,0000	170,00
METALURGICA TORSOL LTDA	ROLAMENTO 85806015	3320	54,000	3,5000	189,00
METALURGICA TORSOL LTDA	ROLAMENTO CAPA E CONE 8586002	3320	2,000	210,0000	420,00
METALURGICA TORSOL LTDA	SERVIÇOS DE SOLDA	3203	1,000	80,0000	80,00
MINERACAO RIO DO OURO	BRITA Nº 1	3389	10,000	38,0000	380,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA KM	CUCA	3421	3,000	5,0000	15,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA KM	PÃO DE QUELJO	3421	20,000	0,5000	10,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA KM	REFRIGERENTE EMBALAGEM DE 2 LT	3421	1,000	5,0000	5,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA KM	SALGADINHOS	3421	55,000	0,6500	35,75
PR/CASA CIVIL/IMPRESNA NACIONAL	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (IMPRESNA NACIONAL)	3391	1,000	151,8500	151,85
RBS-ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A.	PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL	3400	1,000	513,2100	513,21
RENOVADORA DE PNEUS ZANELLA LTDA	MONTAGEM	3388	1,000	1,0000	1,00
RENOVADORA DE PNEUS ZANELLA LTDA	VULGANIZO	3388	1,000	1,0000	1,00
RETRO TRATORES	CRUZETA	3204	3,000	165,0000	495,00
RETRO TRATORES	DISCO DE EMBREAGEM	3427	1,000	693,0000	693,00
RETRO TRATORES	KIT FREIO DA EMBREAGEM	3427	1,000	270,2000	270,20
RETRO TRATORES	PARAFUSO SEXTAVADO	3204	4,000	18,0000	72,00
RETRO TRATORES	PLATOR DE EMBREAGEM	3427	1,000	728,0000	728,00
RETRO TRATORES	PORCAS	3204	8,000	2,5000	20,00
RETRO TRATORES	ROLAMENTO	3427	1,000	49,0000	49,00
RETRO TRATORES	ROLAMENTO DA PRIZE	3427	1,000	21,0000	21,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	ADAPTADOR	3278	2,000	57,5000	115,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	ALAVANCA LONGA	3278	1,000	150,0000	150,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	BATERIA 105A	3276	1,000	350,0000	350,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	BATERIA 170 A	3276	1,000	450,0000	450,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	BATERIA 60 A	3272	1,000	195,0000	195,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	BICO DE GRAXA COMUM	3278	5,000	12,0000	60,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CAMARA DE AR	3274	1,000	28,0000	28,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CAMARA DE AR	3276	1,000	28,0000	28,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CAMARA DE AR PNEU CAÇAMBA	3278	2,000	85,0000	170,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CAMARA DE AR RETRO ESCAVADEIRA LB 90	3278	1,000	160,0000	160,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CAMARA DE PNEU MICRO ONIBUS	3276	3,000	55,0000	165,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CAMARA DE PNEUS ONIBUS	3276	2,000	85,0000	170,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CHAVE AJUSTAVEL 10"	3278	1,000	100,0000	100,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CHAVE DE FENDA	3278	2,000	8,0000	16,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CHAVE DE RODA	3278	1,000	80,0000	80,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Setembro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/8

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CONSERTO PNEU	3273	1,000	10,0000	10,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CONSERTO PNEU CAÇAMBA	3279	11,000	25,0000	275,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CONSERTO PNEU CARRO	3277	3,000	10,0000	30,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CONSERTO PNEU MICRO ONIBUS	3277	1,000	10,0000	10,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CONSERTO PNEU MICRO ONIBUS	3277	8,000	20,0000	160,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CONSERTO PNEU PÁ CARREGADEIRA	3279	3,000	30,0000	90,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CONSERTO PNEU PATROLA	3279	2,000	30,0000	60,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CONSERTO PNEU RETRO ESCAVADEIRA	3271	2,000	15,0000	30,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CONSERTO PNEU RETRO ESCAVADEIRA	3279	1,000	30,0000	30,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CONSERTO VEÍCULO SAVEIRO PLACA CIB 4037	3271	3,000	10,0000	30,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	ENGATE RAPIDO	3278	3,000	12,0000	36,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	MACARRÃO DE PNEU	3278	13,000	11,0000	143,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	MANGUEIRA 3/4.	3278	20,000	17,5000	350,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	PINO DE AR	3278	3,000	5,0000	15,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	TERMINAL DE BATERIA	3278	10,000	5,0000	50,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	TROCA DE PNEUS	3277	8,000	17,0000	136,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	TROCA DE PNEUS CAÇAMBA	3279	1,000	22,0000	22,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	VENTIL	3276	1,000	10,0000	10,00
SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTI	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E A CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA CONTENÇÃO DE TALUDE COM MURO EM GABIÃO a ser construído na Rua Ermete de Souza Machado, Centro, Município de Chapadão do Lageado-SC, de conformidade com os projetos, quadro de quantidades e cronograma físico-financeiros anexos.			169.666,6600	169.666,66
SANTA PAULINA STRASBOURG VEICULOS LTDA	MÃO DE OBRA	3390	1,000	1,0000	1,00
SEBOLD-COM. DE ALIMENTOS LTDA	AÇUCAR CRISTAL	3125	1,000	3,4800	3,48
SEBOLD-COM. DE ALIMENTOS LTDA	ARARUTA DE 500 GR	3125	12,000	3,1000	37,20
SEBOLD-COM. DE ALIMENTOS LTDA	BALA DE GOMA	3125	2,400	14,2666	34,24
SEBOLD-COM. DE ALIMENTOS LTDA	COUVE FOLHA	3125	3,000	0,9800	2,94
SEBOLD-COM. DE ALIMENTOS LTDA	ESSÊNCIA DE BAUNILHA	3125	6,000	5,1800	31,08
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (DOE)	3373	1,000	325,5800	325,58
SEMEX DO BRASIL COM. IMP. E EXP. LTDA	ABERDEEN ANGUS	3221	10,000	14,0000	140,00
SEMEX DO BRASIL COM. IMP. E EXP. LTDA	BRAHMAN	3221	10,000	13,0000	130,00
SEMEX DO BRASIL COM. IMP. E EXP. LTDA	GIR	3221	20,000	12,0000	240,00
SEMEX DO BRASIL COM. IMP. E EXP. LTDA	HOLANDES	3221	10,000	13,0000	130,00
SEMEX DO BRASIL COM. IMP. E EXP. LTDA	JERSEY	3221	40,000	13,0000	520,00
SEMEX DO BRASIL COM. IMP. E EXP. LTDA	NELORE	3221	20,000	12,0000	240,00
SEMEX DO BRASIL COM. IMP. E EXP. LTDA	RED ANGUS	3221	10,000	13,0000	130,00
SEMEX DO BRASIL COM. IMP. E EXP. LTDA	SENEPOL	3221	20,000	13,0000	260,00
SEMEX DO BRASIL COM. IMP. E EXP. LTDA	SINDI	3221	10,000	13,0000	130,00
SEMEX DO BRASIL COM. IMP. E EXP. LTDA	TABAPUÁ	3221	10,000	14,0000	140,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:   **Setembro/2014**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 8/8

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SERGIO DOS SANTOS MOVEIS	SENSOR (IVo0504245257)	3431	1,000	65,0000	65,00
SERVIÇOS TÉCNICOS H G DIESEL LTDA	BICO INJETOR COD 0433171945	3426	4,000	272,4200	1,089,68
SERVIÇOS TÉCNICOS H G DIESEL LTDA	CONJUNTO DE VALVULA COD. F00VC01338	3426	4,000	247,3800	989,52
SERVIÇOS TÉCNICOS H G DIESEL LTDA	ESFERA COD F00VC05001	3426	4,000	8,5800	34,32
SERVIÇOS TÉCNICOS H G DIESEL LTDA	GRUPO MAGNETICO F00RJ02697	3426	1,000	282,0400	282,04
SERVIÇOS TÉCNICOS H G DIESEL LTDA	JOGO REPARO F00VC99002	3426	4,000	32,7200	130,88
SERVIÇOS TÉCNICOS H G DIESEL LTDA	MÃO DE OBRA E TESTE DE CAMMOM RAIL	3426	4,000	80,8900	323,56
STAROSKY CONFECOES LTDA	SAIAS FANFARRA	3176	2,000	55,0000	110,00
TAIS DA ROSA E CIA LTDA ME	FAIXA 2 M x 0.80	3171	1,000	140,0000	140,00
TAIS DA ROSA E CIA LTDA ME	FAIXA PERSONALIZADA MEDIDAS: 2x0,80 M COM SUPORTE DE MADEIRAS NAS LATERAIS.	3148	1,000	140,0000	140,00
VANDERLEI GRIGOLLO ME	SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO	3280	1,000	450,0000	450,00
VERA LÚCIA BITTENCOURT .	CAIXA DE MADEIRA	3177	1,000	27,7000	27,70
Total Geral do Mês ---->					209,462,78

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

Relação das Compras Efetuadas no Mês de:   **Setembro/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA	BALAO	839	2,000	4,5000	9,00
CAMARGO ADESIVOS LTDA ME	ADESIVOS PERSONALIZADOS	813	1,000	2,100,0000	2,100,00
COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A	BALANCEAMENTO	792	4,000	18,0000	72,00
COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A	GEOMETRIA	792	1,000	90,0000	90,00
EDIO DA SILVA ME	LAMPADA H4	809	2,000	18,2500	36,50
EJC VEICULOS LTDA.	FILTRO COMBUSTIVEL	810	1,000	16,5700	16,57
EJC VEICULOS LTDA.	FILTRO DE AR	810	1,000	46,2100	46,21
EJC VEICULOS LTDA.	FILTRO OLEO E-TORQ	810	1,000	31,8000	31,80
EJC VEICULOS LTDA.	MÃO DE OBRA	811	1,000	49,5000	49,50
EJC VEICULOS LTDA.	OLEO SEL K PURE ENERGY 5W-30FE	810	4,000	36,1600	144,64
EJC VEICULOS LTDA.	OLEO SELENIA K 5W30 SINTETICO 500 ML	810	1,000	19,5700	19,57
FABIANO LENZ ME	FRALDA GERIÁTRICA TAM. M	771	18,000	9,9500	179,10
FABIANO LENZ ME	FRALDA GERIÁTRICA TAM. XG	771	6,000	9,9500	59,70
FABIANO LENZ ME	FRALDA GERIÁTRICA TAM.G	771	18,000	9,9500	179,10
FABIANO LENZ ME	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO P	771	12,000	9,9500	119,40
GLOBALPED MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓG	CAMISETAS	836	50,000	18,3000	915,00
GLOBALPED MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓG	FOLDERS PERSONALIZADO FRENTE E VERSO 15x21 CAMPANHA DE SAUDE DO IDOSO.	812	1,000,000	1,2000	1,200,00
IMPREGRAF IND. COM.DE MAT.GRAFICOS LTDA	CARTÃO HIPERTENSO	766	1,000,000	0,5400	540,00
IMPREGRAF IND. COM.DE MAT.GRAFICOS LTDA	TABELA SNELLEN	837	1,000	60,0000	60,00
MONIQUE DA SILVEIRA SARDA	contratação de um profissional médico à realização de consultas médicas mensais, de acordo com especificações	833	150,000	30,0000	4,500,00
MONIQUE DA SILVEIRA SARDA	contratação de um profissional médico à realização de consultas médicas mensais, de acordo com especificações	904	60,000	30,0000	1,800,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CAMARA DE AR DOBLO MJS 0498	807	1,000	35,0000	35,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CONCERTO PNEU CARRO	808	2,000	10,0000	20,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	CONCERTO PNEU DOBLO	808	1,000	10,0000	10,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	MACARRÃO DE PNEU	807	1,000	5,0000	5,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	SOLDA PORTA PRINCIPAL UNIDADE DE SAUDE	808	1,000	100,0000	100,00
ROMAQUE-MECANICA DE MICRO TRATORES LTI	TROCA DE PNEUS	808	2,000	7,0000	14,00

Total Geral do Mês ---->

12.352,09

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO SAF/N. 400.14

DECRETO SAF/Nº. 400/14, de 21 de outubro de 2014.  
REVERTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, O IMÓVEL QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº. 1.219, de 18 de setembro de 2014, em seu art. 10., resolve,

#### REVOGAR:

Art. 1º. O inciso II, do art. 1º., da Lei nº 854, de 19 de novembro de 2007, que trata da doação dos lotes 03 e 04 da quadra "E", matrículas nº. 23.630 e 23.631, respectivamente, totalizando a área de 7.280 m² (sete mil duzentos e oitenta metros quadrados), ambos na Área Industrial II - Zeferino Zanatta, à empresa MADEIRAS ECOLÓGICAS TOMELIN LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.117.018/0001-42, REVERTENDO os imóveis ao Patrimônio Público Municipal, sem qualquer ônus para o Município.

§ 1º. A revogação é motivada pelo não cumprimento das exigências contidas na Lei n. 1.219, de 18 de setembro de 2014, conforme parecer prévio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio-Econômico.

§ 2º. As benfeitorias realizadas e não removíveis seguirão a sorte do principal.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de outubro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 401.14

DECRETO SAF/Nº. 401/14, de 21 de outubro de 2014.  
REVERTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, O IMÓVEL QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº. 1.219, de 18 de setembro de 2014, em seu art. 10., resolve,

#### REVOGAR:

Art. 1º. O inciso I, do art. 1º., da Lei nº 1.188, de 20 de fevereiro de 2014, que trata da doação dos lotes 12 e 13 da quadra "D", matrículas nº. 23.623 e 23.624, respectivamente, totalizando a área de 6.000 m² (seis mil metros quadrados), ambos na Área Industrial II - Zeferino Zanatta, à empresa METALÚRGICA ESSIL LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.532.621/0001-30, REVERTENDO os imóveis ao Patrimônio Público Municipal, sem qualquer ônus para o Município.

§ 1º. A revogação é motivada pela solicitação administrativa, efetuada pelo representante legal da empresa, conforme cópia do Ofício em anexo, e conforme parecer prévio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio-Econômico.

§ 2º. As benfeitorias realizadas e não removíveis seguirão a sorte do principal.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de outubro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 402.14

DECRETO SAF/Nº. 402/14, de 21 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:  
GRASIELA MARTINELLO DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 023.257.459-61, Conselheiro Tutelar, para atuar no Conselho Tutelar desta municipalidade, a partir de 22 de outubro de 2014.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de outubro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 404.14

DECRETO SAF/Nº. 404/14, de 21 de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 71, da Lei Complementar nº. 06, de 14 de outubro de 2003, resolve

#### PRORROGAR a

Licença sem Vencimentos de JOÃO OLÍMPIO AMADO DUTRA, Médico Clínico Geral, concedida pelo Decreto SAF/N. 474/13, de 13 de setembro de 2013, para mais 01(um) ano, a partir de 31 de outubro de 2014.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de outubro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 406.14**

DECRETO SAF/Nº. 406/14, de 28 de outubro de 2014.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 10., da Lei nº. 1.153, de 04 de julho de 2013, resolve

DECRETAR:

Art. 1º O Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tem a seguinte composição:

I - Jéssica Mafioletti - titular e Bruna Beatriz Rosso - suplente, representantes da Coordenação do PROCON;

II - Cléidio Fachin - titular e Laércio de Costa - suplente, representantes do Secretário Municipal do qual o PROCON está vinculado;

III - Juarez Fogaça - titular e Nelson Rosso - suplente, representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente, Turismo e Comunicações;

IV - Rafael Uggioni Colombo - titular e Vanessa Mussoi Garcia - suplente - representantes da Assessoria Jurídica do Município.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 28 de outubro de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**LEI 1.228**

LEI N. 1.228, de 29 de outubro de 2014.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.032, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E O CONSELHO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica alterado o inciso VI e o Parágrafo único, do Art. 18, da Lei n. 1.032, de 15 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. ....

VI - assinar, em conjunto com o Secretário de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas, toda a movimentação bancária.

Parágrafo único. O Gestor do FIA será o Chefe do Poder Executivo Municipal. ”

Art. 2º. Os demais artigos da Lei nº 1.032, de 15 de dezembro de 2010, permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de outubro de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**EXTRATO DE CONTRATO 142.14**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 102/PMCS/2014. Modalidade: Tomada de Preço n. 10/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: JAILSON PEDRO RODRIGUES & CIA LTDA - ME. ASSINATURA: 30/10/2014. VIGÊNCIA: 215 dias corridos, contados a partir da data de assinatura. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 0701.1018.4490(30); (178).OBJETO: prestação de serviços para execução dos pisos das quadras de esportes das Escolas Demétrio Bettiol e Cristo Rei. VALOR: R\$ 17.833,36(dezessete mil oitocentos e trinta e três reais e trinta e seis centavos).

# Concórdia

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/2014 -FUNDEMA

Contrato Nº : 2/2014

Contratante : FUNDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Contratada : PROMIDIA COMUNICAÇÃO LTDA

Licitação : Inexigibilidade 1/2014

Objeto : Contratação de empresa do ramo gráfico para confecção e impressão e fornecimento de revistas educativas, com o tema Protegendo a Água, para campanha em escolas

Vigência : Início: 13/10/2014 Término: 13/01/2015

Assinatura : 13/10/2014

Valor R\$: 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

Dotação : 296 - 18.001.2503.333903014000000.01000001

### EXTRATO CONTRATO Nº 12/2014 -FMC

Contrato Nº : 12/2014

Contratante : FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : IRMA CAVALIERI 94923922915

Licitação : Pregão Presencial 4/2014

Objeto : Contratação de empresa para serviços de sonorização e iluminação, visando a realização da 6ª Edição do FESTIVAL CONCÓRDIA EM DANÇA 2014, nos dias 06 e 07 de novembro de 2014, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 24/10/2014 Término: 23/12/2014

Assinatura : 24/10/2014

Valor R\$: 4.700,00 (Quatro Mil e Setecentos Reais)

Dotação : 267 - 16.001.2403.333903999000000.01000001

### EXTRATO ° TA CONTRATO Nº 16/2014 -FMC

Contrato Nº : 16/2013

Aditivo Nº : 6 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : JP CULTURAL LTDA

Licitação : Tomada Preços para Compras Serviços 1/2013

Objeto : contratação de empresa especializada para elaboração de projeto museográfico referente à concepção expográfica e à dos espaços integrantes do Museu Histórico Hermano Zanoni e demais áreas destinadas a exposição em sua nova sede, no Centro Cultural Concórdia, conforme Memorial Descritivo, constante no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 27/10/2014 Término: 21/12/2014

Assinatura : 27/10/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

### EXTRATO CONTRATO Nº 16/2014 -FMEC

Contrato Nº : 16/2014

Contratante : FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : IMPERCORDIA - EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME

Licitação :

Objeto : CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM ARQUIBANCADAS DO ESTÁDIO MUNICIPAL DOMINGOS MACHADO DE LIMA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA E A EMPRESA IMPERCÓRDIA - EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. - ME.

Vigência : Início: 06/10/2014 Término: 05/11/2016

Assinatura : 06/10/2014

Valor R\$: 4.000,00 (Quatro Mil Reais)

Dotação : 275 - 333903024000000

### EXTRATO CONTRATO Nº 17/2014 -FMEC

Contrato Nº : 17/2014

Contratante : FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : NOVA MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 8/2014

Objeto : Contratação de empresa para a aquisição de colchões para atender as necessidades da delegação de atletas e dirigentes da FMEC, quando em viagens de participação em eventos esportivos, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 09/10/2014 Término: 08/06/2015

Assinatura : 09/10/2014

Valor R\$: 4.797,00 (Quatro Mil e Setecentos e Noventa e Sete Reais)

Dotação : 379 - 17.001.2452.333903020000000.03000001

### EXTRATO CONTRATO Nº 17/2014 -FMAS

Contrato Nº : 17/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : JAKSON KIRSTEN EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 5/2014

Objeto : Aquisição de livros em atendimento às necessidades dos Centros de Convivência, CRAS, CREAS, Abrigo Provisório Anjo Gabriel e Conselho Tutelar, com recursos do FEAS, conforme descrições constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 13/10/2014 Término: 12/12/2014

Assinatura : 13/10/2014

Valor R\$: 842,00 (Oitocentos e Quarenta e Dois Reais)

Dotação : 242 - 15.001.2202.333903046000000.01530000

Dotação : 253 - 15.001.2203.333903046000000.01530000

Dotação : 256 - 15.001.2204.333903046000000.01530000



**EXTRATO CONTRATO Nº 18/2014 -FMAS**

Contrato Nº : 18/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 10/2014

Objeto : Contratação de empresa em regime de empreitada por preço máximo unitário (material, mão de obra) para a compra de móveis sob medida para a Sala de Coordenação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS do Bairro Dos Industriários, situada à Rua Otto Tramontini, no Bairro dos Industriários, neste município, com recursos estaduais oriundos do FEA/Creas Investimento, conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital

Vigência : Início: 17/10/2014 Término: 16/11/2014

Assinatura : 17/10/2014

Valor R\$: 6.628,00 (Seis Mil e Seiscentos e Vinte e Oito Reais)

Dotação : 255 - 15.001.2203.344905242000000.01530000

**EXTRATO CONTRATO Nº 19/2014 -FMAS**

Contrato Nº : 19/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : FINALIZZARE DECORACOES LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 12/2014

Objeto : Contratação de empresa para aquisição e instalação de cortinas do tipo blackout em atendimento às necessidades do Abrigo Provisório Anjo Gabriel, com recursos oriundos do abrigo custeio, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital

Vigência : Início: 22/10/2014 Término: 21/11/2014

Assinatura : 22/10/2014

Valor R\$: 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

Dotação : 256 - 15.001.2204.333903024000000.01530000

**EXTRATO CONTRATO Nº 20/2014 -FMAS**

Contrato Nº : 20/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : PRO COPIA TECNOLOGIA EM IMPRESSÃO LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 11/2014

Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços outsourcing de impressão e fotocópias, com aluguel de equipamentos multifuncionais e impressoras p&b, incluindo o fornecimento total de suprimentos e peças, exceto papel, na modalidade de atendimento "on site" e instalação, com recursos oriundos do repasse fundo a fundo IGD/SUAS/FNAS, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 27/10/2014 Término: 26/10/2015

Assinatura : 27/10/2014

Valor R\$: 4.800,00 (Quatro Mil e Oitocentos Reais)

Dotação : 237 - 15.001.2201.333903912000000.01520000

**EXTRATO CONTRATO Nº 21/2014 -FMAS**

Contrato Nº : 21/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : FINALIZZARE DECORACOES LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 13/2014

Objeto : Contratação de empresa para aquisição e instalação de papel de parede e tapetes em atendimento às necessidades do CREAS, com recursos oriundos do repasse fundo a fundo, CREAS Custeio e CREAS Investimento, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 27/10/2014 Término: 11/12/2014

Assinatura : 27/10/2014

Valor R\$: 11.410,00 (Onze Mil e Quatrocentos e Dez Reais)

Dotação : 253 - 15.001.2203.333903024000000.01530000

Dotação : 253 - 15.001.2203.333903099000000.01530000

Dotação : 255 - 15.001.2203.344905251000000.01530000

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 23/2014 – PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 23/2014- PMC

Objeto: Aquisição de pastas para uso do Arquivo Público Municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 17/11/2014 no endereço Eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Abertura: dia 17/11/2014 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 30 de outubro de 2014.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**EXTRATO CONTRATO Nº 22/2014 -FMAS**

Contrato Nº : 22/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : TOP 10 MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 13/2014

Objeto : Contratação de empresa para aquisição e instalação de papel de parede e tapetes em atendimento às necessidades do CREAS, com recursos oriundos do repasse fundo a fundo, CREAS Custeio e CREAS Investimento, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 27/10/2014 Término: 11/12/2014

Assinatura : 27/10/2014

Valor R\$: 15.705,00 (Quinze Mil e Setecentos e Cinco Reais)

Dotação : 253 - 15.001.2203.333903024000000.01530000

Dotação : 253 - 15.001.2203.333903099000000.01530000

Dotação : 255 - 15.001.2203.344905251000000.01530000

**EXTRATO CONTRATO Nº 15/2014 -FMAS**

Contrato Nº : 15/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : DOOF PARQUE DE DIVERSÕES LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 2/2014

Objeto : Aquisição de 570(quinhentos e setenta) passaportes para crianças que participam das atividades do Centro de Convivência, CREAS e CRAS em comemoração ao dia das Crianças, junto ao parque de diversões, no Município de Concórdia.

Vigência : Início: 08/10/2014 Término: 07/11/2014

Assinatura : 08/10/2014

Valor R\$: 8.550,00 (Oito Mil e Quinhentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 240 - 15.001.2202.333903999000000.01000001

Dotação : 241 - 15.001.2202.333903999000000.01520000

Dotação : 253 - 15.001.2203.333903999000000.01530000

**EXTRATO CONTRATO Nº 16/2014 -FMAS**

Contrato Nº : 16/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : LG SUPRIMENTOS PARA INFORMATICALTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 5/2014

Objeto : Aquisição de livros em atendimento às necessidades dos Centros de Convivência, CRAS, CREAS, Abrigo Provisório Anjo Gabriel e Conselho Tutelar, com recursos do FEAS, conforme descrições constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 13/10/2014 Término: 12/12/2014

Assinatura : 13/10/2014

Valor R\$ : 913,77 (Novecentos e Treze Reais e Setenta e Sete Centavos)

Dotação : 242 - 15.001.2202.333903046000000.01530000

Dotação : 253 - 15.001.2203.333903046000000.01530000

Dotação : 256 - 15.001.2204.333903046000000.01530000

**EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 2/2014 -FIA**

Contrato Nº : 2/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA

Contratada : LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME

Licitação : Pregão Presencial 2/2014

Objeto : Contratação de serviços de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão-de-obra), para reforma no CEBES Frei Samuel Both, localizado no Loteamento Frei Lency, Município de Concórdia ? SC, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? do edital.

Vigência : Início: 24/10/2014 Término: 13/12/2014

Assinatura : 24/10/2014

Valor R\$ : 0,00 (Zero)

Dotação : 235 - 14.001.2152.344905107000000.01000001

Dotação : 332 - 14.001.2152.344905107000000.06000000

Dotação : 336 - 14.001.2152.344905107000000.03000001

Dotação : 337 - 14.001.2152.344905107000000.03890000

**EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TOMADA DE PREÇOS - Nº 1/2014 - FMS**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TOMADA DE PREÇOS - Nº 1/2014 - FMS

Objeto: Contratação de serviços de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra), para construção de edificação destinada a abrigar a Estratégia da Saúde da Família Novo Horizonte, localizada na Rua Guilherme Munaretto, Loteamento Novo Horizonte, Bairro da Gruta, neste Município, a serem executados com recursos oriundos do convênio com Governo Federal - Programa de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde e contrapartida municipal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

**EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação e classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: as licitantes LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME, ENGASTE PROJETOS, CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI -EPP, ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP e KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, atenderam plenamente todos os requisitos de habilitação constantes no instrumento convocatório e foram julgadas HABILITADAS. Por conseguinte foi apurada a seguinte classificação: A licitante BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI -EPP, sagrou-se vencedora com o menor valor Global de R\$ 641.102,79 (seiscentos e quarenta e um mil, cento e dois reais e setenta e nove centavos, ficando a licitante LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME, na segunda colocação com o valor Global de R\$ 645.149,73 (seiscentos e quarenta e cinco mil, cento e quarenta e nove reais e setenta e três centavos); a licitante ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, na terceira colocação com o valor Global de R\$ 695.076,42 (seiscentos e noventa e cinco mil, setenta e seis reais e quarenta e dois centavos); a licitante KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, na quarta colocação com o valor Global de R\$ 710.415,66 (setecentos e dez mil, quatrocentos e quinze reais e sessenta e seis centavos) e a licitante ENGASTE PROJETOS, CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, na quinta colocação com o valor Global de R\$ 740.339,54 (setecentos e quarenta mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e quatro centavos). De ressaltar que o preço cotado neste certame é inferior ao preço máximo estipulado no subitem 9.1 do Edital. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 30 de outubro de 2014.

JACIELE TOCHETTO

Presidente da CPL

**AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 24/2014- PMC

Objeto: Aquisição de materiais diversos para uso das ALAS que desfilarão na Parada Natalina no dia 06 de dezembro de 2014. Conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 18/11/2014 no endereço Eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Abertura: dia 18/11/2014 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 27 de Outubro de 2014.

MARNIO ALBERTO CADORE

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**RESOLUÇÃO 400/2014**

RESOLUÇÃO Nº 400, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

Constitui comissão julgadora do Concurso de Redação, para avaliação das redações pré-selecionadas pelas escolas.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto Legislativo nº 2.598, de 22 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Constituir a comissão julgadora para avaliação das redações pré-selecionadas pelas escolas, conforme estabelecido no item V do Regulamento do Concurso de Redação, Anexo Único do Decreto Legislativo nº 2.598, de 22 de maio de 2014.

Art. 2º Nomear as professoras Inezia Demartini Zanardi, Raquel Paula Poletto, Valciria Licks e a servidora Edila Gracieli Souza - Assessor de Comunicação, para comporem a comissão julgadora.

Parágrafo único. As professoras integrantes da comissão julgadora serão remuneradas pela prestação do serviço.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta das dotações do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 17 de outubro de 2014.

Rogério Luciano Pacheco

Presidente

**CONTRATO 7/2014**

CONVITE Nº 07/2014

PROCESSO Nº 15/2014

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente e processamento de dados, para as atividades da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

TIPO: Menor Preço Por Lote

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 11 horas do dia 10.11.2014

INICIO DA SESSÃO: dia 10.11.2014, às 14 horas

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site: [WWW.cvc.sc.gov.br](http://WWW.cvc.sc.gov.br) Quaisquer informações poderão ser obtidas na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, situado à Rua Leonel Mosele, 96 - Centro, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, ou pelo fone (49) 3441 2500.

Concórdia SC, 29 de outubro de 2014.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Presidente

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### **ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 41 DE CONTRATO DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 41 DE CONTRATO DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

MÊS/ANO: JUNHO/2014. NÚMERO CONTRATO: 047/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25 DE JUNHO DE 2014.

As partes acima qualificadas, na melhor forma de Direito, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. 047, de 25/06/2014, conforme as cláusulas e condições adiante estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo de vigência do Contrato nº. 047, firmado entre as partes em 25/06/2014, cujo objeto consiste na pavimentação com pedras irregulares e drenagem pluvial em parte da Rua Aires, fica prorrogado até o dia 28 de novembro de 2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato-mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 04.260.696/0001-46  
CONTRATADO: BRITADOR SÃO DOMINGOS LTDA- ME

### **ANEXO TC-07/94 – DADOS E TEXTO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 045 DE 25 DE NOVEMBRO 2013.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 045 DE 25 DE NOVEMBRO 2013.

MÊS/ANO: NOVEMBRO DE 2013. NÚMERO CONTRATO: 045/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/11/2013

#### DESCRIÇÃO:

Celebram o presente Termo de Rescisão ao Contrato nº 045/2013, de 25 de novembro de 2013, cujo objeto é a contratação de empresa Especializada à EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA DE 01 (UMA) QUADRA POLIESPORTIVA COM VESTIÁRIOS- PADRÃO FNDE, MEDINDO 25,80x38 METROS, ÁREA TOTAL DE 980,40m²., A SER EDIFICADO JUNTO AO CENTRO EDUCACIONAL DE CORONEL MARTINS, com recursos advindos do Convênio com o Ministério da Educação/FNDE/PAC 2- Termo de Compromisso PAC 2 204527/2013, em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme Projetos Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma físico-financeiro PADRÃO FNDE, descritos nos Anexos III - VII e demais Anexos parte integrante do Processo Licitatório Nº 033/2013.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Rescisão é o completo e total desfazimento do liame jurídico decorrente do Contrato nº 045/2013, firmado entre as partes em 25 de novembro de 2013.

Parágrafo único. As partes resolvem, nesta data, em comum acordo, dissolver todos e quaisquer direitos e obrigações oriundas do Contrato de prestação de serviço objeto do presente Termo de Rescisão, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro ou obrigacional relativos ao mesmo, dando-se ampla, geral e irrestrita quitação mútua, não havendo mais quaisquer pendências recíprocas, exceto o pagamento à medições realizadas e ainda não pagas.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 05.581.992/0001-01

DISTRATADO: CONSTRUTORA DECA LTDA.

RESCISÃO DO CONTRATO: 22 de outubro de 2014.

### **ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO A TÍTULO PRECÁRIO DE BEM IMÓVEL Nº 048 DE 08 DE AGOSTO DE 2014.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO A TÍTULO PRECÁRIO DE BEM IMÓVEL Nº 048 DE 08 DE AGOSTO DE 2014.

MÊS/ANO: AGOSTO/2014. NÚMERO CONTRATO: 048/2014

VALOR TOTAL CONTRATO: A presente autorização de uso opera-se de forma gratuita.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 08/08/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO: O objeto do presente contrato é a Concessão de Direito Real de Uso a título precário de Bem Imóvel, abaixo relacionado, de propriedade do Município de Coronel Martins - SC, para utilização exclusiva da Mitra Diocesana de Chapecó, com a finalidade de beneficiar toda a Comunidade da Linha Progresso, de Coronel Martins-SC, em conformidade com a Lei Municipal nº 629 de 30 de julho de 2014.

#### Descrição do Bem:

Área de utilidade pública com 2.000m², matrícula nº 7.441, em parte de lote rural nº. 07, localizada na Linha Progresso, interior do Município de Coronel Martins/SC.

Controle Patrimonial: 30076

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dra. Milena Comachio OAB/SC n. 32.804

TIPO PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 83.314.930/0032-43

CONCESSIONÁRIA: Mitra Diocesana de Chapecó- Paróquia de São Domingos.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 20 (vinte) anos a partir da data da assinatura do contrato.



**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 057/2014**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 057/2014

MÊS/ANO: outubro de 2014 NÚMERO CONTRATO: 057/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 08/10/2014

DESCRIÇÃO: Prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, orientação e assessoramento na recuperação de créditos tributários originários de pagamento a maior de SAT/RAT sobre a folha de pagamento, incluindo-se a repetição do indébito ou compensação de valores não atingidos pela prescrição.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 18.449.438/0001-17  
CONTRATADO: Grossi e Pilati Boita Advogados Associados

DATA VENCIMENTO CONTRATO: (12 meses após a assinatura do contrato) 07 de outubro de 2014.

**LEI Nº. 635 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014**

LEI Nº. 635 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DIRCEU FAVRETTO, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2015, as diretrizes gerais de que tratam esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - das metas fiscais;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII - das disposições gerais.

**CAPÍTULO I****DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000 são as identificadas nos anexos desta Lei.

**CAPÍTULO II****DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2015**

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas e demonstradas

nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

**CAPÍTULO III****DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - Projeto; um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O Orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, na forma dos seguintes Anexos:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias

Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº. 08/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

V - Programa de Trabalho (adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº. 08/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF nº. 08/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº. 08/85);

X - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria Econômica conforme disposto no Art. 22 da Lei 4.320/64;

XII - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF);

XIII - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 5º, I da LRF).

§ 1º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portaria Conjunta nº. 2 de 08 de agosto de 2007 e outras legislações pertinentes.

§ 2º - Os Quadros Demonstrativos da Despesa fixarão a mesma ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, admitido o remanejamento por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

§ 3º - As fontes de recursos, identificadas na despesa do orçamento fiscal e da seguridade social, deverão estar correlacionadas com as receitas orçamentárias que ingressarem no orçamento do Município.

§ 4º - Entende-se por Recursos do Tesouro para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles geridos de forma centralizada pelo Tesouro do Município, que detém a responsabilidade e controle sobre as disponibilidades financeiras.

§ 5º - Entende-se por Recursos de Outras Fontes para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles arrecadados de forma descentralizada, originários do esforço próprio das Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, seja por fornecimento de bens, prestação de serviços, exploração econômica do patrimônio próprio ou oriundos de transferências voluntárias de outros entes.

Art. 8º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poderes Legislativo, Executivo e dos Fundos Municipais, abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde;

- Fundo Municipal de Assistência Social;
- Fundo Municipal da Infância e da Adolescência;
- Fundo Municipal de Habitação.

Parágrafo Único - Os Fundos Municipais de Assistência Social, da Infância e Adolescência e Habitação para fins de contabilização de seus atos e fatos serão incorporados à contabilidade da Prefeitura como um Órgão e Unidade Orçamentária.

Art. 9º - A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2012, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2012 a 2013 e fixada para 2014 e 2015;

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2011 a 2013;

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde;

Art. 10 - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e será de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11 - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2015 e as suas execuções, obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos.

Art. 12 - Os Fundos Municipais Terão suas Receitas especificadas no Orçamento de cada uma das Unidades, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta Lei.

Parágrafo Único - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal serem delegados a servidor municipal.

Art. 13 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para o exercício de 2015, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior.

Art. 14 - Se a receita estimada para o exercício de 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento

da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas abaixo:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;  
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;  
IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

§ 1º - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

§ 2º - Para fins de apuração do resultado do cumprimento das metas bimestrais, será considerada ainda a receita efetivamente arrecadada e a despesa liquidada até o período e não somente a meta de arrecadação nos termos do desdobramento aprovado no início do exercício.

Art. 16 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº. 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista na presente, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes nos anexos desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e do excesso de arrecadação do exercício de 2015 e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18 - O Orçamento para o exercício de 2015 poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 2% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 19 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 20 - O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015, com dotações vinculadas à destinação de recursos

oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa, identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2015 não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

§ 1º. As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade do município.

§ 2º. Não se aplica o disposto deste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 24 - Para habilitar-se ao recebimento de contribuições, auxílios financeiros ou subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular, por autoridade local, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 25 - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que não acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício de 2015, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do art. 24 da Lei nº. 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 28 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2015 a preços correntes.

Art. 29 - O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:  
I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;  
II - superávit financeiro do exercício anterior.



Art. 30 - Durante a execução orçamentária de 2015 o Executivo Municipal autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício corrente e constante desta Lei.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 - A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000.

Art. 32 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 33 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Art. 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 10 desta lei.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101/2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 35 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido aos limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 36 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 37 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101/2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 38 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de

materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 40 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 41 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

#### CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 31/12/2014.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2014, o Excesso ou provável Excesso de Arrecadação, a Anulação de Saldos de Dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos

últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Art. 46 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 47 - Revogam-se as disposições em contrário.

Coronel Martins SC, 29 de outubro de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

### **LEI Nº 636, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.**

LEI Nº 636, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

RATIFICA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO E DO ESTATUTO SOCIAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ratificadas e autorizadas pelo Município de Coronel Martins, as alterações do Contrato de Consórcio e do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS -, devidamente aprovadas em Assembleia Geral, realizadas em 11 de agosto de 2014, e publicadas, integralmente, no site [www.conims.com.br/site](http://www.conims.com.br/site), conforme autorizado pelos art. 5º, §8º, e art. 8º, § 4º, ambos do Decreto Federal nº 6.017/07.

Art. 2º Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins em  
29 de outubro de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

### **LEI Nº 637, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.**

LEI Nº 637, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU FAVRETTO, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante avaliação prévia por comissão constituída e nomeada por Decreto do Prefeito Municipal e processo licitatório na modalidade de leilão, presencial, via internet ou sistema misto, os bens móveis de propriedade do Município considerados inservíveis e/ou obsoletos para o serviço a que se destinam.

LOTE 01: 01 Automóvel FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX, ano 2005, modelo 2006, Placas MCO 2344, RENAVAL 856741426, Álcool/Gasolina, cor branca.

LOTE 02- 01 Automóvel VW/PARATI 1.6, ano/modelo 2006, Placas MGA 5102, RENAVAL 879339373, Álcool/ Gasolina, cor prata.

LOTE 03: 01 Automóvel GM/VECTRA SEDAN ELEGANCE, ano/modelo 2011, Placas MIY 8056, RENAVAL 345679750, Álcool/Gasolina, cor branca.

LOTE 04: 01 Automóvel GM/CELTA 4P SPIRIT, ano 2009, modelo 2010, Placas MFX 4987, RENAVAL 173460399, Álcool/Gasolina, cor branca.

LOTE 05: 01 Automóvel FORD/FIESTA STREET, ano 2004, modelo 2005, Placas MDI 3708, RENAVAL 838286488, Gasolina, cor vermelha.

LOTE 06: 01 MICRO-ÔNIBUS I/M. BENZ/311 CDI SPRINTER M, ano/modelo 2004, Placas ALV 2894, RENAVAL 827884842, Diesel, cor branca, 16 Lugares.

LOTE 07: 01 CAMINHÃO BASCULANTE FORD/F 12.000 L, ano/modelo 1997, placas LYX 5306, RENAVAL 681494026, Diesel, cor branca.

LOTE 08: 01 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 90 4 x 4, ano 2006, cor amarela, motor Cummins, chassi N6AH12677.

LOTE 09: 01 TRATOR DE PNEUS FORD 5630, ano 1993, traçado, cor azul, chassi E9NN501AA.

LOTE 10: 02 ENSILADEIRAS NOGUEIRA PECUS 9004, desmontadas.

LOTE 11: 01 DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO BERTANHA, com pneu e eixo duplo, 01 Ensiladeira, 01 Concha.

LOTE 12: 01 SUBSOLADOR JAM, 5 hastes, com rolo destoroador (pé de pato).

LOTE 13: 01 CONCHA TRASEIRA PARA TRATOR.

LOTE 14: MATERIAIS DIVERSOS E ELETROPORTÁTEIS, contendo: Freezer 530 litros, Liquidificadores industriais, Aquecedor portátil, Fogões, Relógio Ponto, Ventilador de teto e de parede, Autotransformador, Bomba Propulsora Eco Bozza, Sovadeiras elétricas, Balcão frigorífico com 3 tampas, entre outros.

LOTE 15: LOTE DE CADEIRAS E CARTEIRAS ESCOLARES, Mesas e Armários, Balcões em Madeira, Mesas de Ping Pong, entre outros.

LOTE 16: SUCATA DE INFORMÁTICA, contendo: Microcomputadores, Impressoras, Monitores, Nobreak's, Notebooks, mouses, teclados, caixas de som, Estabilizadores, Projetor, entre outros.

LOTE 17: SUCATAS HOSPITALARES, contendo: Detector fetal, Fotopolimerizador, Tripés para exame ginecológico, Amalgamador Odontomix, Aparelho Nebulizador, Equipoodonto Gnatus, entre outros.

LOTE 18: LOTE DE 03 MÁQUINAS DE COSTURA, 01 RETA LANÇADEIRA, 01 FACILITA PLUS SINGER E 01 DE COSTURA RETA TRANSPORTES MODELO LANNAX.

LOTE 19: LOTE 05 SUCATAS DE RESFRIADORES DE LEITE.

Art. 2º Os preços mínimos de venda de cada lote relacionado no Art. 1º, foram fixados pela Comissão de Avaliação, designada pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º Concretizada a alienação dos bens descritos no artigo anterior, fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à respectiva baixa do patrimônio público municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins em,  
29 de outubro de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº. 241 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 241 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e art. 7º, I c/c com o art. 9, da Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

03.01- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 – Manutenção das Atividades Administrativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	07	01.0000	5.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo primeiro, serão anulados recursos da mesma ordem, das seguintes dotações e programações de despesas, da Prefeitura Municipal de Coronel Martins:

03.01- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 – Manutenção das Atividades Administrativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	04	01.0000	3.466,25

03.01- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 – Manutenção das Atividades Administrativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	08	01.0000	1.533,75

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 23 de outubro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

## Correia Pinto

### PREFEITURA

#### **2ª ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 12/2014 FMS-FHMCP**

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 12/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDAÇÃO

HOSPITALAR MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital de Pregão Presencial - Processo n.º 12/2014 FMS, REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, PARA O ANO DE 2014 E 2015 alterando-se a data da licitação, onde se lê: 06/11/2014, passa a ser lido: 12/11/2014 mantendo-se o mesmo horário de abertura da licitação, às 09:00 horas.

Correia Pinto, 31 de outubro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Presidente da Comissão de Licitação

#### **TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO 65/2014 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO 65/2014 - PMCP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NO BAIRRO PRÓ-FLOR, EM CORREIA PINTO, CONFORME DESCRITIVO NOS ANEXOS DO EDITAL. Tipo: Menor preço GLOBAL. Abertura dos envelopes: 18/11/2014 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 31 de outubro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Presidente da Comissão de Licitação

## Corupá

### PREFEITURA

#### PORTARIA Nº 3062/14

PORTARIA Nº 3062/14

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 4, A SERVIDORA IZABEL CRISTINA OLIARI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a Função Gratificada, com denominação de FG - 4, a servidora IZABEL CRISTINA OLIARI, para responder pelo sistema informatizado- Intranet (consultas, exames e cirurgias), junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de outubro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
23 de outubro de 2014.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## Curitibanos

### PREFEITURA

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2014

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS ADMINISTRADO PELO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS (SC) POR MEIO DA SEGREGAÇÃO DA MASSA DE SEGURADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

#### CAPÍTULO I

##### DA APLICAÇÃO E DEFINIÇÕES

Art. 1º O equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios previdenciários administrado pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Curitibanos - IPESMUC, instituído pela Lei Complementar nº 015 de 24 de outubro de 2000, dar-se-á por intermédio da segregação de massa de seus segurados ativos e inativos e os pensionistas, na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - Regime Próprio de Previdência Social (RPPS): sistema próprio de previdência social que assegura o pagamento de benefícios previdenciários aos servidores públicos detentores de cargo de provimento efetivo do Município de Curitibanos (SC), incluídas suas autarquias e fundações;

II - Beneficiários: os segurados, ativos ou inativos, ou os seus dependentes, em gozo dos benefícios especificados na Lei Complementar nº 015 de 24 de outubro de 2000;

III - Segurados Ativos: servidores detentores de cargo de provimento efetivo, participantes do regime, em plena atividade profissional;

IV - Segurados inativos (aposentados): segurados, participantes do regime, em gozo de algum dos benefícios oferecidos;

V - Dependentes: pessoas com vínculo direto com os segurados, ativos ou inativos, passíveis de habilitação para percepção de benefícios decorrentes desta relação;

VI - Pensionistas: dependentes habilitados, na forma da Lei, para percepção de benefícios;

VII - Data de Corte: data estabelecida para segregar a população segurada e/ou beneficiária em novos planos, observando-se a data de ingresso do segurado, ativo ou inativo, no ente federativo, na condição de servidor titular de cargo efetivo vinculado ao RPPS, e por reflexo seus dependentes;

VIII - Data de Publicação: data da publicação da presente Lei Complementar;

IX - Idade de Corte: idade estabelecida para segregar a população segurada e/ou beneficiária em novos planos, observando-se a idade do segurado, ativo ou inativo, na Data de Corte estipulada;

X - Plano Previdenciário: Plano de Benefícios, estruturado em Regime de Capitalização, que possui como beneficiários os servidores efetivos do Município com idade inferior à Idade de Corte avaliada na Data de Corte e aqueles que ingressarem após a Data de Corte da segregação de massas, e por reflexo seus dependentes;

XI - Plano Financeiro: Plano de Benefícios, estruturado em Regime de Repartição simples, que possui como beneficiários os servidores efetivos com idade igual e/ou superior à Idade de Corte avaliada na Data de Corte com ingresso até a Data de Corte da segregação de massas, bem como os segurados inativos (aposentados)



e os seus dependentes e os pensionistas existentes na data da implementação da segregação.

XII - Regime Financeiro de Repartição Simples: regime em que as contribuições estabelecidas no Plano de Custeio em um determinado exercício são suficientes para o pagamento dos benefícios pagos no mesmo exercício, sem o propósito de formação de provisões matemáticas, admitindo-se, porém, a constituição de reserva previdenciária com o superávit financeiro apurado ao longo dos exercícios;

XIII - Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura: regime em que as contribuições estabelecidas no Plano de Custeio, em determinado exercício, são suficientes para a constituição das provisões matemáticas dos benefícios iniciados por eventos que ocorram nesse mesmo exercício, admitindo-se a constituição de fundo de reserva previdenciária para oscilação de risco;

XIV - Regime Financeiro de Capitalização: regime em que as contribuições estabelecidas no Plano de Custeio, acrescidas ao patrimônio existente, às receitas por ele geradas e a outras espécies de aportes, sejam suficientes para a formação dos recursos garantidores à cobertura dos compromissos atuais e futuros do Plano de Benefícios;

XV - Plano de Custeio: Nível contributivo determinado atuarialmente e respectiva definição das fontes de recursos necessárias para o financiamento dos benefícios previdenciários e da taxa de administração, representadas pela alíquota de contribuição previdenciária a ser paga pelo Município, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas Autarquias e Fundações públicas, e das contribuições obrigatórias dos segurados ativos, inativos e pensionistas, além de outras receitas que forem atribuídas ao RPPS, e aportes necessários ao equilíbrio financeiro e atuarial, com detalhamento do custo normal e suplementar;

XVI - Equilíbrio Atuarial: garantia de equivalência, a valor presente atuarial, entre o fluxo das receitas estimadas e as obrigações projetadas no curto, médio e longo prazo do RPPS, considerado o patrimônio já acumulado;

XVII - Equilíbrio Financeiro: garantia de equivalência entre as receitas auferidas em determinado período e as despesas com pagamento de benefícios pelo RPPS no mesmo período;

XVIII - Recursos Previdenciários: contribuições e quaisquer outros valores, bens, direitos e ativos vinculados ao RPPS e seus rendimentos;

XIX - Atuário: profissional técnico com formação acadêmica em ciências atuariais, legalmente habilitado para o exercício da profissão com registro no Instituto Brasileiro de Atuária;

XX - Avaliação Atuarial: estudo técnico desenvolvido pelo Atuário, baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previdenciários e demais despesas decorrentes;

XXI - Provisão Matemática: montante calculado atuarialmente, em determinada data, que expressa em valor presente atuarial o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo considerando-se as arrecadações futuras do RPPS mediante as contribuições patronais e dos beneficiários;

XXII - Taxa de Administração: percentual destinado ao custeio das despesas necessárias à organização e gestão do RPPS e ao funcionamento de sua unidade gestora;

XXIII - Unidade gestora: entidade, instituída por Lei, que tenha por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários;

XXIV - Segregação da Massa: separação dos beneficiários vinculados ao RPPS em grupos distintos que integrarão o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, objetivando o equilíbrio financeiro e atuarial dos mesmos;

XXV - Déficit Técnico ou Atuarial: situação caracterizada quando

há insuficiência de patrimônio para total cobertura das provisões matemáticas calculadas atuarialmente;

XXVI - Déficit Financeiro: situação caracterizada quando há insuficiência de receitas, sejam contributivas ou de rentabilidade do patrimônio, para total cobertura das despesas do Plano de Benefícios em um determinado período;

XXVII - Custeio Normal: nível contributivo determinado atuarialmente visando o equilíbrio atuarial do Plano de Benefícios, observando-se o método de financiamento atuarial adotado;

XXVIII - Contribuições Extraordinárias: são as oriundas de acordos de parcelamento de dívidas relativas ao Plano Financeiro;

XXIX - Contribuições Complementares: contribuições patronais mensais em níveis necessários para cobertura dos benefícios pagos pelo Plano Financeiro em regime de caixa;

XXX - Remuneração de Contribuição: corresponde a remuneração dos segurados ativos, composta pelas parcelas que na forma da Lei, devam incidir contribuição previdenciária, considerando ainda como tal a parcela dos proventos de aposentados e pensionistas que ultrapassem o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) de que trata o artigo 201 da Constituição Federal;

Parágrafo único. Quando o segurado inativo ou o pensionista, na forma da Lei, for portador de doença incapacitante, a contribuição previdenciária incidirá apenas sobre a parcela que supere o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

## CAPÍTULO II

### DA SEGREGAÇÃO DE MASSAS

Art. 3º Ficam criados no âmbito da autarquia previdenciária IPESMUC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Curitiba - SC os seguintes Planos de Benefícios Previdenciários, considerando-se a Idade de Corte como 32 (trinta e dois) anos e a Data de Corte como a Data de Publicação desta Lei Complementar.

I - Plano Financeiro: Plano destinado ao pagamento dos benefícios previdenciários dos segurados, e seus dependentes, que se encontrem em usufruição de benefícios de aposentadoria e pensão iniciados até a Data de Publicação desta Lei Complementar e pelos segurados, e seus dependentes, na condição de servidores ativos que tenham ingressado na municipalidade até a Data de Corte, desde que possuam idade igual ou superior à Idade de Corte.

II - Plano Previdenciário: Plano destinado ao pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores titulares de cargo efetivo, em atividade, e seus dependentes, cuja data de admissão no serviço público do Município de Curitiba, seja anterior à Data de Corte desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes, desde que referidos servidores tenham idade inferior Idade de Corte.

§1º Institui-se a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes aos Planos Financeiro e Previdenciário, observando-se as disposições constantes desta Lei.

§2º Fica vedada qualquer espécie de transferência de beneficiários, recursos ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, não se admitindo, sob qualquer hipótese, a previsão da destinação de contribuições de um Plano para o financiamento dos benefícios do outro.

§3º A cargo do Comitê de Investimentos do IPESMUC, fica facultada a aprovação de Políticas de Investimentos distintas para os recursos garantidores das obrigações previdenciárias do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário, observando-se seus respectivos objetivos previdenciários de curto, médio e longo prazo e ainda a avaliação do Comitê de Investimentos, na forma da lei específica de sua criação.

Art. 4º O Plano Financeiro fica estruturado em regime financeiro de Repartição Simples, tendo seu custeio normal definido por meio de avaliação atuarial, observando-se as determinações dispostas no art. 6º desta Lei.

Art. 5º O Plano Previdenciário fica estruturado prioritariamente em regime financeiro de Capitalização, admitindo-se para os benefícios de risco o regime de Repartição de Capitais de Cobertura,

tendo seu custeio normal e suplementar e método definido por meio de avaliação atuarial, observando-se o contido no art. 7º desta Lei.

### CAPÍTULO III

#### DO PLANO DE CUSTEIO DO PLANO FINANCEIRO

Art. 6º A receita do Plano Financeiro, estruturado em Repartição Simples, constituir-se-á de:

I - Contribuição obrigatória do Município de Curitiba, de suas Autarquias e Fundações, com alíquota patronal de 22,00% (vinte e dois por cento), como Custeio Normal Patronal, a incidir sobre a remuneração-de-contribuição dos segurados ativos, vinculados ao Plano Financeiro que será paga até o décimo dia útil do mês subsequente;

II - Contribuição obrigatória dos segurados ativos do Plano Financeiro com alíquota de 11,00% (onze por cento) a incidir sobre a respectiva remuneração-de-contribuição, a título de Custeio Normal do Segurado que será paga até o décimo dia útil do mês subsequente;

III - Contribuição obrigatória dos segurados inativos e pensionistas do Plano Financeiro com alíquota de 11,00% (onze por cento) a incidir sobre o valor dos proventos que superarem o limite máximo estabelecido para os benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social, a título de Custeio Normal do Segurado;

IV - Contribuições Complementares do Município de Curitiba, de suas Autarquias e Fundações, no montante exato das insuficiências mensais do Plano Financeiro para garantia dos benefícios pagos pelo referido Plano, sendo realizadas por prazo indeterminado a partir do mês em que houver a necessidade para cobertura dos benefícios em percepção por parte dos segurados e pensionistas.

V - Contribuições extraordinárias oriundas de acordos de parcelamento de dívidas relativas ao Plano Financeiro;

VI - pela renda resultante da aplicação de reservas;

VII - por doações, legados e rendas eventuais.

§1º As contribuições previdenciárias de que tratam os incisos I, II e III do caput incidem sobre a Gratificação Natalina.

§2º A Taxa de Administração observará o limite de 2% (dois por cento) do valor total das remunerações, proventos e pensões dos beneficiários vinculados ao Plano Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social administrado pelo IPESMUC, com base no exercício financeiro anterior.

§3º Fica estabelecida como Taxa de Administração o percentual de 2% (dois por cento) a incidir sobre a remuneração-de-contribuição dos segurados ativos, vinculados ao Plano Financeiro, observando-se o limite de que trata o §2º deste artigo e que:

I - será destinada exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social;

II - na verificação do limite definido no §2º, não serão computadas as despesas decorrentes das aplicações de recursos em ativos financeiros conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional;

III - fica o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Curitiba autorizado a constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a Taxa de Administração.

### CAPÍTULO IV

#### DO PLANO DE CUSTEIO DO PLANO PREVIDENCIÁRIO

Art. 7º A receita do Plano Previdenciário, estruturado em regime de Capitalização, constituir-se-á de:

I - Contribuição obrigatória do Município de Curitiba, de suas Autarquias e Fundações, com alíquota patronal de 22,00% (vinte e dois por cento), como Custeio Normal Patronal, a incidir sobre a remuneração-de-contribuição dos segurados ativos vinculados ao Plano Previdenciário que será paga até o décimo dia útil do mês subsequente;

II - Contribuição obrigatória dos segurados ativos do Plano Previdenciário com alíquota de 11,00% (onze por cento) a incidir sobre

a respectiva remuneração-de-contribuição, a título de Custeio Normal do Segurado que será paga o décimo dia útil do mês subsequente;

III - Contribuição obrigatória dos segurados inativos e pensionistas do Plano Previdenciário com alíquota de 11,00% (onze por cento) a incidir sobre o valor dos proventos que superarem o limite máximo estabelecido para os benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social, a título de Custeio Normal do Segurado;

IV - Aportes patronais para financiamento ou amortização de déficit técnico apurado atuarialmente, mediante aprovação de lei específica;

V - Contribuições extraordinárias oriundas de acordos de parcelamento de dívidas relativas ao Plano Previdenciário;

VI - pela renda resultante da aplicação de reservas;

VII - por doações, legados e rendas eventuais.

§1º As contribuições previdenciárias de que tratam os incisos I, II e III do caput incidem sobre a Gratificação Natalina.

§2º A Taxa de Administração observará o limite de 2% (dois por cento) do valor total das remunerações, proventos e pensões dos beneficiários vinculados ao Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social administrado pelo IPESMUC, com base no exercício financeiro anterior.

§3º Fica estabelecida como Taxa de Administração o percentual de 2% (dois por cento) a incidir sobre a remuneração-de-contribuição dos segurados ativos, vinculados ao Plano Previdenciário, observando-se o limite de que trata o §2º deste artigo e que:

I - será destinada exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social;

II - na verificação do limite definido no §2º, não serão computadas as despesas decorrentes das aplicações de recursos em ativos financeiros conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional;

III - fica o IPESMUC Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Curitiba-SC autorizado a constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a Taxa de Administração.

§4º Qualquer alteração nos percentuais definidos nos incisos I, II e III do caput deste artigo deverá ser objeto de nova Lei Municipal, sendo determinada a necessidade por força da realização de Avaliação Atuarial.

### CAPÍTULO V

#### DA SEGREGAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DOS FUNDOS

Art. 8º Fica criado o Fundo Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Curitiba-SC - IPESMUC composto pelos recursos garantidores do Plano Financeiro, onde será contabilizado:

I - Contribuições mensais dos servidores ativos, inativos e pensionistas vinculados ao Plano Financeiro, conforme dispõe o art. 6º desta Lei;

II - Contribuições Patronais relativas aos beneficiários vinculados ao Plano Financeiro, conforme dispõe o art. 6º desta Lei;

III - Receitas oriundas da compensação previdenciária obtidas pela transferência de entidades públicas de previdência federal, estadual ou municipal e do Regime Geral de Previdência Social em relação aos beneficiários vinculados ao Plano Financeiro, conforme determina o art. 3º desta Lei;

IV - Juros, atualização monetária e multas por mora no pagamento de quantias devidas ao RPPS, em relação aos beneficiários vinculados ao Plano Financeiro, determina o art. 3º desta Lei;

V - Doações, subvenções, legados e rendas eventuais, bens, direitos e ativos transferidos pelo Município de Curitiba, suas Autarquias e Fundações, ou por terceiros, devidamente incorporados;

VI - Recursos vincendos oriundos do pagamento dos seguintes acordos de parcelamento de dívidas em vigor, conforme celebrado por meio do Termo de Confissão de Dívida de Débito Celebrado entre o Município de CURITIBANOS e o IPESMUC;

VII - Produto de aplicações e de investimentos realizados com os



respectivos recursos.

Parágrafo Único. Por meio do patrimônio do Fundo Financeiro serão pagas as obrigações previdenciárias devidas aos beneficiários do Plano Financeiro.

Art. 9º. Fica criado o Fundo Previdenciário do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Curitiba -SC composto pelos recursos garantidores do Plano Previdenciário, onde será contabilizado:

I - O aporte inicial equivalente a 100% (cem por cento) do patrimônio acumulado pelo RPPS em 31/12/2014;

II - As contribuições mensais dos servidores ativos, inativos e pensionistas vinculados ao Plano Previdenciário, conforme dispõe o art. 7º desta Lei;

III - As contribuições Patronais relativas aos beneficiários vinculados ao Plano Previdenciário, conforme dispõe o art. 7º desta Lei;

IV - As receitas oriundas da compensação previdenciária obtidas pela transferência de entidades públicas de previdência federal, estadual ou municipal e do Regime Geral de Previdência Social em relação aos beneficiários vinculados ao Plano Previdenciário, conforme determina o art. 3º desta Lei;

V - Os juros, atualização monetária e multas por mora no pagamento de quantias devidas à previdência municipal, em relação aos beneficiários vinculados ao Plano Previdenciário, conforme determina o art. 3º desta Lei;

VI - Os aportes para financiamento ou amortização do déficit técnico apurado atuarialmente;

VII - As doações, subvenções, legados e rendas eventuais, bens, direitos e ativos transferidos pelo Município de Curitiba, suas Autarquias e Fundações ou por terceiros, devidamente incorporados;

VIII - O produto de aplicações e de investimentos realizados com os respectivos recursos.

Parágrafo Único. Por meio do patrimônio do Fundo Previdenciário serão pagas as obrigações previdenciárias devidas aos beneficiários do Plano Previdenciário.

#### CAPÍTULO VI

##### DO CONTROLE FINANCEIRO E CONTÁBIL

Art. 10. A autarquia previdenciária IPESMUC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Curitiba -SC é a unidade responsável pela gestão administrativa dos Fundos Previdenciário e Financeiro, onde serão contabilizados:

I - o montante arrecadado pela Taxa de Administração de que trata o §3º do artigo 6º e o §3º do artigo 7º, ambos desta Lei;

II - o produto de aplicações e de investimentos realizados com os respectivos recursos.

Parágrafo Único. As despesas vinculadas a taxa de administração e as obrigações administrativas do IPESMUC serão administradas, liquidadas e contabilizadas pelo IPESMUC.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 O Tesouro do Município é responsável por eventual insuficiência financeira dos Planos criados pela presente Lei.

§1º Na hipótese de ser apurado déficit atuarial para o Plano Previdenciário o Tesouro do Município poderá optar pela amortização do valor em até 35 (trinta e cinco) anos, observando-se o fluxo projetado de receitas e despesas, garantindo a instauração do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, ou na forma disposta na Lei.

§2º Na ausência de patrimônio, o déficit financeiro apurado no Plano Financeiro deverá ser imediatamente e integralmente coberto pelo Tesouro do Município de forma à cobertura dos benefícios em percepção pelos segurados e pensionistas, haja vista o regime financeiro em que o plano está estruturado.

Art. 12. A falta de recolhimento das contribuições previdenciárias ou do repasse da insuficiência financeira conforme estabelecido nesta Lei municipal implicarão em responsabilidade funcional, devendo o RPPS do Município de Curitiba comunicar ao Conselho Administrativo, Conselho Fiscal e, quando for o caso, representar ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, incluindo as

providências cabíveis previstas na Lei Federal n. 9.983 de 14 de julho de 2000.

Parágrafo Único. As disposições contidas no caput estendem-se ao RPPS do Município de Curitiba no caso de não pagamento dos benefícios previdenciários previstos, ressalvada a hipótese de ausência de repasse das contribuições previdenciárias e da insuficiência financeira.

Art. 13. O pagamento de valores decorrentes de eventuais decisões judiciais serão suportados pelo Fundo ao qual estiver vinculado o beneficiário.

Parágrafo único. Caso não haja recursos suficientes no Fundo ao qual estiver vinculado o beneficiário, o valor será integralmente suportado pelo Tesouro Municipal.

Art. 14 O IPESMUC é a unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais, como tal lhe cabendo a gestão e operacionalização dos Planos Financeiro e Previdenciário, bem como a gestão dos Fundos Financeiro, Previdenciário e Taxas de administração.

Art. 15. A contribuição do segurado-ativo filiado a mais de um cargo de provimento efetivo, nos casos de acumulação permitida pela Constituição da República, corresponderá ao produto da alíquota fixada no inciso I deste artigo sobre o somatório das respectivas remunerações-de-contribuição;

§ 1º - As alíquotas de contribuição dos segurados-inativos e dos dependentes em gozo de benefício não serão superiores às aplicadas aos segurados-ativos;

§ 2º - Não incidirá contribuição sobre as parcelas recebidas a título de ajuda de custo em razão de mudança de sede, diárias para viagens, indenização de transporte, dos auxílios pecuniários e do abono de permanência de que tratam os §§ 2º e 3º do art. 17 da Lei Complementar n. 015/2000.

§ 3º - Não se permitirá a antecipação do pagamento das contribuições para fim de percepção de qualquer benefício;

§ 4º - A incidência da contribuição sobre a remuneração correspondente às férias ocorrerá no mês em que elas se referirem, mesmo quando pagas antecipadamente

Art. 16. O Plano de Custeio dos Planos de Benefícios serão revistos anualmente, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção de seus respectivos equilíbrio financeiro e atuarial.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os artigos 64 e 65 da Lei Complementar n. 015/2000, e seus efeitos passam a ser operados a partir de 01/01/2015.

Curitiba, 29 de outubro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Marisa Lemos Guetten Maciel  
Diretora IPESMUC

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 261/2014**  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 261/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE CAMISAS POLO COMPLETA PADRÃO PMSC COM BORDADO PARA USO DOS POLICIAIS MILITARES DE CURITIBANOS, CONFORME, MODELO, NUMERAÇÃO E ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 13/11/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 29 de Outubro de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

**Doutor Pedrinho****PREFEITURA****LEI Nº 841/2014**

LEI nº 841 de 22 de outubro de 2014.

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2014, da Administração Direta e Indireta, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 418.000,00 (quatrocentos e dezoito mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013).

02.001.04.122.0011.2002	GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0011.2002	GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0011.2002	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA E GABINETE DO PREFEITO	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
TOTAL		10.000,00
03.001.04.122.0015.2020	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2020	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2020	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	30.000,00
TOTAL		40.000,00
03.001.22.661.0015.2009	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.22.661.0015.2009	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.22.661.0015.2009	INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	15.000,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000,00
TOTAL		20.000,00
03.001.28.843.0015.0001	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.28.843.0015.0001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.28.843.0015.0001	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA FUNDADA E ENCARGOS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	50.000,00
TOTAL		50.000,00
04.001.15.451.0020.1016	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.451.0020.1016	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.451.0020.1016	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	50.000,00

TOTAL		50.000,00
04.001.15.452.0020.1010	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.1010	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.1010	AQUISIÇÃO DE VEICULOS E MÁQUINAS	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	20.000,00
TOTAL		20.000,00
05.001.12.361.0050.1018	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.1018	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.1018	CONS. AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	REC. DE IMPOSTOS E TRANSF DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO	50.000,00
TOTAL		50.000,00
06.003.08.243.0140.2023	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.003.08.243.0140.2023	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
06.003.08.243.0140.2023	MANUTENÇÃO FUNDO MUNIC. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000	TRANSF A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	15.000,00
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	8.000,00
TOTAL		23.000,00
07.001.20.606.0110.1030	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.20.606.0110.1030	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.20.606.0110.1030	MELHORAMENTO PATRULHA AGRICOLA	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	105.000,00
TOTAL		105.000,00
07.001.23.695.0110.1033	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.23.695.0110.1033	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.23.695.0110.1033	CONST. DE PRAÇAS, MIRANTES E ACESSO A PONTO TURISTICOS	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
TOTAL		10.000,00

08.001.13.392.0050.2004	SEC. MUNICIPAL DESPORTO E CULTURA	
08.001.13.392.0050.2004	CULTURA	
08.001.13.392.0050.2004	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000	TRANSF A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	40.000,00
TOTAL		40.000,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		418.000,00

Art. 2º - O Prefeito Municipal fica autorizado à suplementação no valor de até R\$ 418.000,00 (quatrocentos e dezoito mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	115.000,00
TOTAL		115.000,00
04.001.15.452.0020.2013	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2013	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2013	MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	7.000,00
TOTAL		7.000,00
04.001.15.452.0020.2006	SECRETARIA MUN. DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	SECRETARIA MUN. DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	27.000,00
TOTAL		27.000,00
05.001.12.306.0050.2010	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.306.0050.2010	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.306.0050.2010	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	12.000,00
TOTAL		12.000,00
05.001.12.361.0050.2008	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.2008	DIVISÃO EDUCAÇÃO	

05.001.12.361.0050.2008	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	REC. DE IMPOSTOS E TRANSF DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO	130.000,00
TOTAL		130.000,00
05.001.12.361.0050.2009	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.2009	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.2009	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	REC. DE IMPOSTOS E TRANSF DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO	30.000,00
TOTAL		30.000,00
05.001.12.364.0050.2015	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.364.0050.2015	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.364.0050.2015	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	12.000,00
TOTAL		12.000,00
05.001.12.365.0050.2030	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.365.0050.2030	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.365.0050.2030	MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	REC. DE IMPOSTOS E TRANSF DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO	30.000,00
TOTAL		30.000,00
06.002.08.244.0140.2022	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.08.244.0140.2022	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.08.244.0140.2022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	15.000,00
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
TOTAL		25.000,00
07.001.20.606.0110.2026	SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.20.606.0110.2026	SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.20.606.0110.2026	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	

330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	30.000,00
TOTAL		30.000,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		418.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 22 de outubro de 2014; 26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 22 dias do mês de outubro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

### DECRETO 076/2014

DECRETO Nº 076, de 17 de outubro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 8.000,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), do Excesso de Arrecadação, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

06.001.10.301.0150.2024	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		
300000	DESPESAS CORRENTES		
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
319000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1641300	NASF FEDERAL	8.000,00	
TOTAL		8.000,00	
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		8.000,00	

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Excesso de Arrecadação-----R\$ 8.000,00

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 17 de outubro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 17 de outubro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.



**DECRETO 077/2014**

DECRETO Nº 077, de 22 de outubro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 418.000,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

**DECRETA:**

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 418.000,00 (Quatrocentos e dezoito mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013).

02.001.04.122.0011.2002	GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0011.2002	GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0011.2002	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA E GABINETE DO PREFEITO	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
TOTAL		10.000,00
03.001.04.122.0015.2020	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2020	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2020	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	30.000,00
TOTAL		40.000,00
03.001.22.661.0015.2029	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.22.661.0015.2029	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.22.661.0015.2029	INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	15.000,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000,00
TOTAL		20.000,00
03.001.28.843.0015.0001	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.28.843.0015.0001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.28.843.0015.0001	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA FUNDADA E ENCARGOS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
320000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	
329000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	50.000,00
TOTAL		50.000,00

04.001.15.451.0020.1016	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.451.0020.1016	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.451.0020.1016	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	50.000,00
TOTAL		50.000,00
04.001.15.452.0020.1010	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.1010	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.1010	AQUISIÇÃO DE VEICULOS E MÁQUINAS	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	20.000,00
TOTAL		20.000,00
05.001.12.361.0050.1018	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.1018	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.1018	CONS. AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	REC. DE IMPOSTOS E TRANSF DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO	50.000,00
TOTAL		50.000,00
06.003.08.243.0140.2023	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.003.08.243.0140.2023	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
06.003.08.243.0140.2023	MANUTENÇÃO FUNDO MUNIC. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000	TRANSF A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	15.000,00
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	8.000,00
TOTAL		23.000,00
07.001.20.606.0110.1030	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.20.606.0110.1030	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.20.606.0110.1030	MELHORAMENTO PATRULHA AGRICOLA	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	105.000,00
TOTAL		105.000,00
07.001.23.695.0110.1033	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	

07.001.23.695.0110.1033	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.23.695.0110.1033	CONST. DE PRAÇAS, MIRANTES E ACESSO A PONTO TURISTICOS	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
TOTAL		10.000,00
08.001.13.392.0050.2004	SEC. MUNICIPAL DESPORTO E CULTURA	
08.001.13.392.0050.2004	CULTURA	
08.001.13.392.0050.2004	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000	TRANSF A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	40.000,00
TOTAL		40.000,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		418.000,00

Art. 2º - O Prefeito Municipal fica autorizado à suplementação no valor de até R\$ 418.000,00 (Quatrocentos e dezoito mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	115.000,00
TOTAL		115.000,00
04.001.15.452.0020.2013	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2013	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2013	MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	7.000,00
TOTAL		7.000,00
04.001.15.452.0020.2006	SECRETARIA MUN. DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	SECRETARIA MUN. DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	27.000,00
TOTAL		27.000,00
05.001.12.306.0050.2010	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.306.0050.2010	DIVISÃO EDUCAÇÃO	

05.001.12.306.0050.2010	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	12.000,00
TOTAL		12.000,00
05.001.12.361.0050.2008	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.2008	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.2008	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	REC. DE IMPOSTOS E TRANSF DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO	130.000,00
TOTAL		130.000,00
05.001.12.361.0050.2009	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.2009	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.2009	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	REC. DE IMPOSTOS E TRANSF DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO	30.000,00
TOTAL		30.000,00
05.001.12.364.0050.2015	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.364.0050.2015	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.364.0050.2015	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	12.000,00
TOTAL		12.000,00
05.001.12.365.0050.2030	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.365.0050.2030	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.365.0050.2030	MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	REC. DE IMPOSTOS E TRANSF DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO	30.000,00
TOTAL		30.000,00
06.002.08.244.0140.2022	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.08.244.0140.2022	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.08.244.0140.2022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	15.000,00
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
TOTAL		25.000,00
07.001.20.606.0110.2026	SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	

07.001.20.606.0110.2026	SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.20.606.0110.2026	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	30.000,00
TOTAL		30.000,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		418.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 22 de outubro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 22 de outubro de 2014.  
EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Técnica em Contabilidade.

### DECRETO 078/2014

DECRETO Nº 078, de 22 de outubro de 2014.  
Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.000,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), do Excesso de Arrecadação, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

05.001.012.365.0050.2030	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.012.365.0050.2030	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.012.365.0050.2030	MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
118000	FUNDEB	20.000,00
TOTAL		20.000,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		20.000,00

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Excesso de Arrecadação-----R\$ 20.000,00

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 22 de outubro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho, SC, 22 de outubro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Técnica em Contabilidade.

**Ermo****PREFEITURA****DECRETO N.º 084, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO N.º 084, de 28 de outubro de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 333, de 26/11/2013 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 30.000,00 ( trinta mil reais), a saber:

05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

12.361.0035.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.0058 (30) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da fonte 0058.0 (Salário Educação).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de outubro de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

**Forquilha****PREFEITURA****CONTRATO 072014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2014

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

CONTRATADO: TELEFONICA BRASIL S.A.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE DETÉM A AUTORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL, PARA EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LISTADOS (ANEXO I), NA MODALIDADE PÓS PAGO.

VALOR GLOBAL - ESTIMADO: R\$ 16.316,40

VIGÊNCIA: ATÉ 16.10.2015, OU ADITIVOS LEGAIS.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21.06.1993 E ALTERAÇÕES, LICITAÇÃO/PREGÃO 05/2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 2014 - 3.3.90.39.47

DATA DA ASSINATURA: 17.10.2014

DIMAS KAMMER

Presidente da CMF

**ADITIVO 012014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº. 01/2014 - CONTRATO Nº 03/2014

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CONTRATADO: VOLTA GRANDE COMUNICAÇÕES LTDA ME

OBJETO: Serviços de Publicidade Legal e Institucional em Jornal de Circulação Local e Regional e Inserções em Rádio de Abrangência no Município de Forquilha durante o Exercício de 2013, de acordo com a descrição constante que integra o Edital especificado e quantificado na forma descrita no Edital - CC 02/2014.

VIGÊNCIA: 31.12.2014.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21.06.1993 E ALTERAÇÕES, LICITAÇÃO 02/2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 2014 - 3.3.90.00.00

DATA DA ASSINATURA: 04.09.2014

DIMAS KAMMER

Presidente da CMF

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### EDITAL 004 - 2014 MUNICÍPIO CONVOCANDO LINDEIROS

EDITAL Nº 004/2014

PROCESSO Nº 5118/2014

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, nos termos dos Artigos 81 e 82 da Lei Federal 5.172/66, do disposto no Decreto-Lei 195/67, do disposto na Lei Municipal Complementar nº 053/2003 (Código Tributário Municipal) e Lei Municipal nº 2234/2014, visando a viabilização de obras públicas, que beneficiarão os imóveis localizados nas Avs. Michele Simonetti, Guilherme Pinz, Paulo Shirmer e Ruas Antenor Dias de Andrade, Leopoldo Dias Leite, Herzelino Del Ré, Pedro de Paula Rocha, Sebastião Silveira, José Slongo, Batista Rui, Albino Secchi, Angelin Grigolo, Alcides Antonio Sella, Rose Mari C. Rocha, (Bairro São Miguel), NOTIFICA e CONVOCA os interessados e beneficiários, para examinarem o memorial descritivo do projeto, o orçamento do custo do melhoramento, a delimitação da zona beneficiada, o fator de absorção do benefício da valorização, a parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição, o plano de rateio e os valores correspondentes, cujos documentos encontram-se fixados e publicados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, situada na Av. Rio das Antas nº 185, ficando, nos termos da legislação em vigor, facultado aos interessados, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, procederem às impugnações. O valor da contribuição terá por base a valorização dos imóveis, os quais serão avaliados previamente e após a realização da obra pela Comissão Especial designada pela Portaria nº 1988/2014.

IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL 004-2014 COMISSÃO COMUNICANDO DIA AVALIAÇÃO COMUNICADO / CONVOCAÇÃO

A Comissão Mista de Avaliação nomeada pela Portaria nº 1988 de 30 de outubro de 2014, composta pelos membros Idair Bonetti, Wigand Leonhardt, Elvito Coldebella, Aldair Moraes e Flávio André de Oliveira, CONVOCA os lindeiros das Avs. Michele Simonetti, Guilherme Pinz, Paulo Shirmer e Ruas Antenor Dias de Andrade, Leopoldo Dias Leite, Herzelino Del Ré, Pedro de Paula Rocha, Sebastião Silveira, José Slongo, Batista Rui, Albino Secchi, Angelin Grigolo, Alcides Antonio Sella, Rose Mari C. Rocha (Bairro São Miguel), beneficiados pela realização de obra pública, constante do Edital nº 004/2014, cujos documentos encontram-se afixados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para que tomem conhecimento dos critérios de avaliação dos imóveis, os quais estão afixados no referido mural, bem como COMUNICA que no dia 10/11/2014 a partir das 08:30 horas estará procedendo à avaliação dos imóveis in loco, podendo ser acompanhada pelos proprietários dos imóveis beneficiados, cujos valores serão publicados no mural público a partir do dia 17/11/2014. A Comissão, através de seus membros, coloca-se à disposição dos proprietários lindeiros para esclarecimentos, bem como para agendamento das avaliações.

A COMISSÃO

### EXTRATO PROF. DE ARTES E ED. FÍSICA

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0048 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, para as funções públicas de PROFESSOR de - Artes (Teatro) e Educação Física (dança), do quadro geral e especial de inscrições. O preenchimento de vagas será para o ano de 2015, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 03 a 14 de novembro de 2014, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 1984/2014

PORTARIA Nº 1.984, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021, de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01257/2014 da Secretaria Municipal de educação, Cultura e Esportes;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FRANCILIANE APARECIDA PEDROSO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 060.135.829-55, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de novembro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 1985/2014**

PORTARIA Nº 1.985, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003, de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 077/2014 do Departamento de Cultura;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário VITOR VALENTIN SOARES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 058.323.879-37, na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1986/2014**

PORTARIA Nº 1.986, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0028, de 09 de junho de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PRISCILA LUCIANO FRANÇA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 075.805.899-31, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1987/2014**

PORTARIA Nº 1.987, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0006, de 01 de julho de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 069/2014 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário EVERTON GOMES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 050.204.889-17, na função de AGENTE OPERACIONAL, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1988/2014**

PORTARIA Nº 1.988, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.  
NOMEIA COMISSÃO MISTA DE AVALIAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido no Decreto Municipal nº 100, de 1º de Agosto de 2005;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, para integrarem a Comissão Mista de Avaliação de Contribuição de Melhorias do Município de Fraiburgo, as pessoas abaixo relacionadas:

- I - IDAIR BONETTI - Representante do Município de Fraiburgo;
- II - WIGAND LEONHARDT - Representante do Município de Fraiburgo;
- III - ELVITO COLDEBELLA - Representante do Município de Fraiburgo;
- IV - ALDAIR MORAIS - Representante das Corretoras Imobiliárias;
- V - FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA - Representante dos Engenheiros Civis;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1.754, de 01 de setembro de 2014

Fraiburgo, 30 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1989/2014**

PORTARIA Nº 1.989, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.  
Nomeia Comissão do Plano Diretor Físico Territorial.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com o disposto no artigo 23, parágrafo 3º, inciso II da Lei Complementar n.º 097/2008;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para fazerem parte efetiva da Comissão do Plano Diretor Físico Territorial do Município de Fraiburgo:

- I - WIGAND LEONHARDT;
- II - FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA;
- III - IDAIR BONETTI;
- IV - GEORGES DOS REIS SANTOS;
- V - ANDRESSA REZADORI BARBOSA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial as Portarias n.º 0765, de 13 de fevereiro de 2013 e nº 1.096, de 11 de março de 2013.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1990/2014**

PORTARIA Nº 1.990, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021, de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUCIANA SILVEIRA PALHANO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 031.472.349-83, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1991/2014**

PORTARIA Nº 1.991, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021, de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01258/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CELIA MARIA PIRES DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 039.110.969-33, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de novembro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 0278/2014**

DECRETO Nº 0278, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei Nº 2210, de 05 de dezembro de 2013 e o disposto no item 4,2 da Nota Técnica Nº 509/2006-GEACC/CCONTSTN de 27 de março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional;

**DECRETA:**

Art.1º Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2014, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
26.782.0018.2.041 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	25.000,00
0.1.9269 (316)		
Total	R\$	25.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta do Convênio TR 3286, celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Fraiburgo, tendo como objeto, Recuperação e Abertura de Estradas Vicinais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 30 DE OUTUBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 0279/2014**

DECRETO Nº 0279, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013;

**DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo - FMS, para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de saúde		
10.301.0009.2.023 – Manutenção da Atenção Básica		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0403 (16)	R\$	104.000,00
10.301.0009.2.024 – Estratégia da Saúde da Família - ESF		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0405 (28)	R\$	240.000,00
10.301.0009.2.025 – Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde - EACS		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0406 (32)	R\$	96.000,00
Total	R\$	440.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417213301 – Transferência de Recursos do SUS - PAB	R\$	104.000,00
417213303 – Transferência de Recursos do SUS - PSF	R\$	240.000,00
417213304 – Transferência de Recursos do SUS - PACS	R\$	96.000,00
TOTAL	R\$	440.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 30 DE OUTUBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 0280/2014**

**DECRETO Nº 0280, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.**

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA  
CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0038, DE 02  
DE OUTUBRO DE 2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0038 de 02 de outubro de 2014, conforme listas anexas.

**Art. 2º.** O código 3 deixou de ser divulgado por não haver inscritos.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 30 DE OUTUBRO DE 2014.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0038 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Artes - Teatro** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Artes - Teatro**

***Critérios de Desempate***

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	3	LUCENIR APARECIDA DA SILVA SANTOS CAMPOS	7	0	5	0	NÃO	07/06/1968

quinta-feira, 30 de outubro de 2014

Página 1 de 1



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0038 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Educação Física - Danç Quadro: II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO

Código: 4 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Educação Física - Dança

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	4	JORGE LUÍZ RIVA	17	0	4	2	NÃO	23/10/1990
2	6	VIVIANE CAREGNATO	12	0	5	0	NÃO	09/02/1989
3	5	GERSON DOS SANTOS	8	0	2	0	NÃO	08/04/1988
4	2	DANIEL LIMA DE ALBUQUERQUE	2	0	1	0	NÃO	13/03/1996



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0038 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Educação Física - Dança	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO				
Código:	2	Área de Atuação:	Geral				
Disciplina:	Educação Física - Dança						

Critérios de Desempate						
	1º	2º	3º	4º	5º	
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço
1	1	GLADIMIR PADILHA	13	4	3	6
						Portador Defic.
						NÃO
						Data Nascimento
						12/09/1972

quinta-feira, 30 de outubro de 2014

Página 1 de 1



**DECRETO Nº 0281/2014****DECRETO Nº. 0281, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.****CONVOCA PARA PROVA PRÁTICA NOS TERMOS DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0037, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Ficam convocados os candidatos classificados até a 10ª posição, para realização da prova prática, de acordo com o estabelecido neste Decreto.

**Art. 2º.** Ficam convocados os candidatos classificados para realização do sorteio dos temas e prova prática, nos termos do Edital n. 0037/2014, nos seguintes dias, horários e local:

**I – CÓDIGO 1 – INSTRUTOR DE TRABALHOS CULTURAIS:**

a) Os candidatos por ordem de classificação, do 1º ao 2º lugar deverão comparecer na data e local mencionado para o sorteio dos temas das provas práticas:

Data: 3 de novembro (segunda-feira).

Horário: 9:00 hs, devendo o candidato chegar ao local com 15 minutos de antecedência

Local:– Departamento de Cultura - Rua Rene Frey 411, Centro, Fraiburgo, SC.

**II – CÓDIGO 2 – INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS:**

b) Os candidatos por ordem de classificação, do 1º ao 7º lugar deverão comparecer na data e local mencionado para o sorteio dos temas das provas práticas:

Data: 3 de novembro (segunda-feira).

Horário: 9:30 hs, devendo o candidato chegar ao local com 15 minutos de antecedência

Local:– Departamento de Cultura - Rua Rene Frey 411, Centro, Fraiburgo, SC.

**Art. 3º.** Após o sorteio dos temas, ficam os candidatos convocados para realizarem a prova prática, nas datas, horários e local a seguir determinados, devendo ser observadas todas as disposições do Edital:

**I – CÓDIGO 1 – INSTRUTOR DE TRABALHOS CULTURAIS:**

PROVA PRÁTICA INSTRUTOR DE TRABALHOS CULTURAIS		
Data: <u>04 de novembro (terça-feira)</u> .		
Local:– Departamento de Cultura - Rua Rene Frey 411, Centro, Fraiburgo, SC.		
Inscrição	Nome	Horário
11	CLEITON ROBERTO RIBEIRO	10:30
09	ARNALDO DOS SANTOS	11:00

**II – CÓDIGO 2 - INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS:**

PROVA PRÁTICA INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS		
Data: <u>04 de novembro (terça-feira)</u> .		
Local:– Departamento de Cultura - Rua Rene Frey 411, Centro, Fraiburgo, SC.		
Inscrição	Nome	Horário
1	VANESSA APARECIDA DE FRANÇA GARCIA	14:00
10	JOSIELE DE FATIMA GOIS RODRIGUES	14:30
4	ESTEFANI GOETTEN	15:00
8	FRANCILIANE APARECIDA PEDROSO	15:30
2	TATIANE DOMINGUES DOS SANTOS	16:00
6	MARLI TERESINHA SOUZA	16:30
7	MARCIA SOARES DOS SANTOS PEREIRA	17:00

**Art. 4º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 30 DE OUTUBRO DE 2014.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0037 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: **Instrutor de Trabalhos** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Instrutor de Trabalhos Manuais**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
5	NATALIA ALVES DE CARVALHO		Não preenche qualificação exigida no Edital



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0037 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Instrutor de Trabalhos Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 1 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Instrutor de Trabalhos Culturais

*Critérios de Desempate*

	1º	2º	3º	4º	5º
	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	0	0	0	NÃO	29/11/1984
2	0	0	0	NÃO	28/12/1993

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	11	CLEITON ROBERTO RIBEIRO	4	0
2	9	ARNALDO DOS SANTOS	0	0

quinta-feira, 30 de outubro de 2014

Página 1 de 1



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0037 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Instrutor de Trabalhos Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 2 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Instrutor de Trabalhos Manuais

Critérios de Desempate

	1º	2º	3º	4º	5º
	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
	10	0	1	NÃO	02/03/1989
	2	0	2	NÃO	20/08/1982
	0	1	0	NÃO	15/08/1984
	0	0	1	NÃO	08/10/1987
	0	0	2	NÃO	10/11/1988
	2	0	1	NÃO	17/08/1966
	0	0	3	NÃO	11/01/1987

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	1	VANESSA APARECIDA DE FRANÇA GARCIA	19	0
2	10	JOSIELE DE FATIMA GOIS RODRIGUES	11	0
3	4	ESTEFANI GOETEN	6	0
4	8	FRANCILIANE APARECIDA PEDROSO	5	0
5	2	TATIANE DOMINGUES DOS SANTOS	4	0
6	6	MARLI TERESINHA SOUSA	2	0
7	7	MÁRCIA SOARES DOS SANTOS PEREIRA	0	0

quinta-feira, 30 de outubro de 2014

Página 1 de 1



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0037 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Técnico em Música Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 3 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Técnico em Música

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	12	JOAO LENON RODRIGUES	14	0	10	0	0	NÃO	05/09/1991
2	3	SÉRGIO DOMINGUES	8	0	2	1	0	NÃO	27/12/1984

# Galvão

## PREFEITURA

### DECRETOS 2014 - 200 A 209

DECRETO Nº 200/2014

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 519/2005 e nº 520/2005;

Considerando que nenhum dos candidatos aprovados e nomeados para o cargo de agente de vigilância sanitária tomaram posse do referido cargo, relativamente ao edital de Concurso Público nº 001/2014;

Considerando que o senhor em questão foi o primeiro colocado entre os desclassificados/eliminados, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o senhor Mario Ernesto de Quadros, contratado por tempo determinado, por excepcional interesse público, até a realização de novo concurso público, para ocupar o cargo de Agente de Vigilância Sanitária, regime jurídico estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos a partir do dia 01 de outubro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 01 de outubro de 2014.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 201/2014

DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA QUALIFAR-SUS DO MUNICÍPIO DE GALVÃO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o servidor público municipal senhor Ronie Marcelo Toigo, ocupante do cargo de provimento efetivo de auxiliar de contabilidade, designado responsável pelo Programa de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR/SUS, respondendo pelos sistemas HORUS e GMUS, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 01 de outubro de 2014.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 202/2014

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 519/2005 e nº 520/2005;

Considerando que nenhum dos candidatos aprovados e nomeados para o cargo de agente de vigilância sanitária tomaram posse do referido cargo, relativamente ao edital de Concurso Público nº 001/2014;

Considerando que a senhora em questão foi a segunda colocada entre os desclassificados/eliminados, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Greice Wosnes, contratada por tempo determinado, por excepcional interesse público, até a realização de novo concurso público, para ocupar o cargo de Agente de Vigilância Sanitária, regime jurídico estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos a partir do dia 01 de outubro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 01 de outubro de 2014.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 203/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 769/2013 de 28/10/2013, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:



## 03.01 / SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
04.123.0403	2.020	Manut Ativ Financeiras	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	01.0000	31.000,00
TOTAL		31.000,00	

## 07.01 / SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
26.782.2601	2.043	Manut Ativ Infra Estrutura	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	01.0000	20.000,00
TOTAL		20.000,00	

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

## 03.01 / SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
04.123.0403	2.020	Manut Ativ Financeiras	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3350000000	Transf Inst Priv	01.0000	31.000,00
TOTAL		31.000,00	

## 08.01 / RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
99.999.999	2.045	*Reserva de Contingência	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
9999000000	Res Contingência	01.0000	20.000,00
TOTAL		20.000,00	

\*Conforme Decreto Municipal nº 199/2014, LDO 2014 - Anexo IX, LOA 2014 - Lei 769/2013 Artigo 4º Parágrafo 1º.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 01 de outubro de 2014.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 204/2014  
DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

Considerando o dia do funcionário público comemorado em 28 de outubro de 2014 (terça-feira), resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e Municipalizadas no dia 27 de outubro de 2014 (segunda-feira), em comemoração ao dia do funcionário público.

Art. 2º. Fica determinado que durante a realização do presente ponto, a Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar escala de plantões entre os funcionários para o atendimento de eventuais emergências, sendo que para estes servidores não se aplicará o presente ponto facultativo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 06 de outubro de 2014.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 205/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 769/2013 de 28/10/2013, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

10.01 / FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2.031	Manut Bloco Assist Farmaceutica	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3190000000	Aplicações Diretas	03.0067	9.500,00
TOTAL		9.500,00	

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

10.01 / FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2.031	Manut Bloco Assist Farmaceutica	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	03.0067	9.500,00
TOTAL		9.500,00	

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 06 de outubro de 2014.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração  
DECRETO Nº 206/2014

INCLUÍ NOVOS MEMBROS NA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, DEPRECIAÇÃO E BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam incluídos na comissão municipal nomeada pelo Decreto nº 179/2014 de 01/09/2014, com vistas a proceder a Avaliação, Depreciação e Baixa dos Bens Patrimoniais do Município de Galvão-SC, o senhor Nédio Cler Cazarin e a senhora Renata Raphaela Palauro, passando a nova comissão a ser composta conforme segue:

- Alessandra Paula Q. Bernardo;
- Célio Luiz Pozzan;
- Roberval Dalla Cort;
- Nédio Cler Cazarin;
- Raphaela Renata Palauro.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 06 de outubro de 2014.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 207/2014  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA - PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o pedido formulado pela servidora, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência - proporcional, a servidora Marivone Marcanssoni, ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 30 (trinta) dias, com efeitos a partir do dia 20 de outubro de 2014 e término previsto para o dia 19 de novembro de 2014, relativo ao período aquisitivo compreendido entre 27/07/2009 até 26/07/2014, sendo este os primeiros trinta dias de licença relativo ao respectivo período aquisitivo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 16 de outubro de 2014.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 208/2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 769/2013 de 28/10/2013, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 80.600,00 (oitenta mil e seiscentos reais), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07.01 / SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
10.605.1003	1.005	Sistema de Água Potável	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	03.0000	12.000,00

07.01 / SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
26.782.2601	1.016	Oras de Infraestrutura Rural	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	03.0000	18.600,00

07.01 / SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
28.846.0000	0.000	Amortização da Dívida e Encargos	

Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
4690000000	Aplicações Diretas	03.0000	50.000,00

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2013, Fonte de Recursos 03.0000, no valor de R\$ 80.600,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 16 de outubro de 2014.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 209/2014  
NOMEIA GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 072/93, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o servidor Neri Pederssetti, ocupante do cargo de Prefeito Municipal, nomeado Gestor do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, ficando o mesmo responsável para assinar a contabilidade do referido Fundo, com efeitos a partir do dia 16 de outubro de 2014.

Art. 2º. Fica ainda, designado para juntamente com o Tesoureiro Municipal, ser responsável pelas movimentações bancárias do Fundo Municipal Infância e Adolescência - FIA, conforme segue:

- Emitir cheques;
- Abrir conta de depósito;
- Solicitar saldos, extratos e talonários de cheques;
- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- Autorizar débito/saque em conta relativo a operações;
- Retirar cheques devolvidos;
- Endossar cheques;
- Requisitar cartão eletrônico;
- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 16 de outubro de 2014.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

# Garopaba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO Nº82/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 82/2014  
PMG

Ata nº. 82/2014; Processo nº. 151/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: PAULINO DA SILVA AMORIM ME; SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA; Objeto: Registro de preço para aquisição de gêneros alimentícios para utilização na merenda das escolas e creches da rede municipal de ensino de Garopaba. Valor: R\$ 129.395,00; Data da Assinatura: 31/10/2014.

### RESOLUÇÃO Nº 008/2014 - CMS

Resolução nº 08 de 10 de outubro de 2014.  
Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde - 2º quadrimestre de 2014.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba/SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião ordinária do dia 10 de outubro de 2014, no uso de suas atribuições:  
Resolve aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde - 2º quadrimestre de 2014.

ELSITA THORSTENBERG DE ANDRADE  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 017/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 017/2014  
Considerando o déficit no quadro de pessoal, bem como ausência de Cadastro de Reserva para reposição de vagas;

Considerando a necessidade de suprir as demandas crescentes de conservação e manutenção de vias e espaços públicos;

Considerando a temporada de verão em que o município trabalha com seus serviços públicos em aproveitamento máximo para atender a demanda de visitantes e moradores sazonais;

Considerando a necessidade de contratação para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde entre outros tipos de afastamentos;

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população;

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005.

## 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.
- 1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.
- 1.3. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.
- 1.4. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

## 2. DA INSCRIÇÃO

- 2.1. As inscrições serão recebidas de 31/10/2014 à 14/11/2014, das 13:00h às 18:00h, na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, situado na Praça Governador Ivo Silveira, 296, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8127, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação do formulário de inscrição Anexo II.

### 2.2. Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de que é alfabetizado Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência.
--------------------------------------	--

## 3. DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS:

- 3.1. Os cargos, os requisitos mínimos exigidos, atribuições, a carga horária semanal, remuneração e as vagas a serem preenchidas, estão indicados no quadro que se apresenta a seguir:

CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS/ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO R\$	VAGAS
AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	Habilitação profissional: Alfabetizado Atribuições: Executar serviços manuais ou braçais, tais como: conservação de estradas, ruas, parques, jardins, coleta de lixo, auxiliar nos serviços de calceteiro, pedreiro, carpinteiro, bem como outros.	40 horas	R\$ 786,18	10

#### 4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

##### 4.1. O PROCESSO DE SELEÇÃO TERÁ AS SEGUINTE ETAPAS:

4.1.1. Análise dos documentos apresentados;

4.1.2. A qualquer tempo os candidatos poderão ser convocados para entrevista estruturada visando dirimir dúvidas da comissão de avaliação.

4.1.3. Avaliação, conforme regras constantes do Anexo I.

#### 5. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

5.1. Consiste na observância da entrega dos documentos, da experiência profissional e do perfil para desempenho da função.

#### 6. DO DESEMPATE:

6.1. Em caso de empate, será classificado(a) e posteriormente contratado(a) o(a) candidato(a) conforme os seguintes critérios hierárquicos de desempate:

a. mais idoso.

#### 7. DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA:

7.1. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, com amparo na Lei Municipal n. 1.000/2005, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

7.2. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

a. Classificação no processo seletivo simplificado;

b. Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;

c. Cédula de Identidade;

d. Inscrição no Cadastro Pessoa Física - CPF;

e. Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;

f. Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar (masculino);

g. Carteira de Trabalho;

h. Prova de inscrição no PIS/PASEP;

i. Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;

j. Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;

k. Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;

l. Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", na validade (para Motorista);

m. Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);

n. Comprovante de residência;

o. Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;

p. Uma foto 3X4, de frente e recente;

q. Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;

r. Declaração de bens;

s. Outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

#### 8. DO DESLIGAMENTO DO(A) CONTRATADO(A):

8.1. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

a. pelo término do prazo contratual;

b. por iniciativa do contratado;

c. por conveniência e oportunidade do serviço público;

d. pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

#### 9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

##### 9.1. DOS RECURSOS

9.1.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

9.1.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a. Nº do Processo Seletivo;
- b. Cargo a que concorre;
- c. Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- d. Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);
- e. Identificação do candidato.

9.1.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

9.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

9.3. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

9.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

9.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 30 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada o presente Edital no DOM/SC em 31/10/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

#### ANEXO I

##### AVALIAÇÃO

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	10 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

#### ANEXO II

##### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE GAROPABA  
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
EDITAL N. 017/2014

Formulário de inscrição nº:	
Cargo:	
Nome do Candidato:	
Endereço:	
Telefone para contato:	
E-mail:	



Documentos necessários para a inscrição originais e cópias conforme item 2. do Edital de Processo Seletivo.

Garopaba - SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

## **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 018/2014**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 018/2014

Considerando, que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando que existem serviços especializados e provenientes de programas que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando a temporada de verão em que o município trabalha com seus serviços públicos em aproveitamento máximo para atender a demanda de visitantes e moradores sazonais;

Considerando a importância da área de Urgência e Emergência enquanto componente da assistência à saúde;

Considerando, que conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005 e alterações, "artigo 207. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...) IX - Executar serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderir, propostos pela União, Estados ou Municípios."

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005.

### **1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

1.3. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.4. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

### **2. DA INSCRIÇÃO**

2.1. As inscrições serão recebidas de 31/10/2014 à 14/11/2014, das 13:00h às 18:00h, na Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba,

situada na Rua Antonio José Botelho - Prédio do ESF, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8100, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação do formulário de inscrição Anexo II.

2.2. Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

MÉDICO EMERGENCISTA - 30 HORAS	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de classe. Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência.
MÉDICO VETERINÁRIO - NASF	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de classe; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência.



TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de classe Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência.
-----------------------	---

### 3. DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS:

3.1. Os cargos, os requisitos mínimos exigidos, atribuições, a carga horária semanal, remuneração e as vagas a serem preenchidas, estão indicados no quadro que se apresenta a seguir:

CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS/ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO R\$	VAGAS
MÉDICO EMERGENCISTA	Habilitação profissional: Portar diploma médico, com registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina; desejável tempo mínimo de exercício profissional comprovado de 2 (dois) anos; experiência comprovada em Serviços de Atendimentos de Emergência Atribuições: Realizar avaliação de todos os pacientes encaminhados para atendimento médico, atender os pacientes clínicos e vítimas de trauma no setor de emergência, priorizar o atendimento em função da gravidade/risco, estabilizar e encaminhar os pacientes para outras especialidades, prestar atendimento quando solicitado por outras especialidades diante de situações avaliadas como emergência, ser responsável pelo acompanhamento e prescrição dos pacientes adultos deixados em observação pela equipe, atender, avaliar, encaminhar e/ou liberar pacientes, prestar informações a familiares quando pertinente, responsabilizar-se pela transferência de pacientes, procedendo ao contato com o médico receptor e relatório de transferência, participar da coleta de dados que orientem a gestão assistencial (escores, indicadores de qualidade e complexidade), conhecer e cumprir as normas constantes do Estatuto dos Funcionários do Município de Garopaba, e outras tarefas afins e correlatas.	30 horas	R\$ 10.642,46	01
MÉDICO VETERINÁRIO – NASF,	Habilitação profissional: Portar diploma médico veterinário, com registro no Conselho Regional de Medicina veterinária de Santa Catarina; Atribuições: desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada envolvendo atividades no campo da prática da Medicina Veterinária realizando visitas domiciliares para diagnóstico de risco à saúde na interação entre seres humanos, animais e meio-ambiente; prevenção, controle, diagnóstico situacional de riscos de doenças transmissíveis por animais e outros fatores determinantes do processo saúde/doença; desenvolver ações de educação em saúde com foco na prevenção e controle de doenças com caráter zoonótico e demais riscos ambientais, incluindo desastres naturais e provocados pelo ser humano; desenvolver ações educativas e de mobilização contínua da comunidade visando ao controle das doenças/agravs na área de abrangência, no uso e manejo adequado do território com vistas à relação saúde/meio-ambiente participar, colaborar em estudos e pesquisas em saúde pública como integrante da equipe multidisciplinar que favoreçam a territorialidade e a qualificação da atenção básica; orientar sobre cuidados com manejo de resíduos; prevenir e controlar doenças transmissíveis por alimentos, vetores, animais, entre outras; responder às emergências de saúde pública e a eventos de potencial risco sanitário de forma articulada com os setores responsáveis, integrando o Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF.	40 horas	1.682,10	01
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Habilitação profissional: Curso Técnico em Enfermagem; Registro no Conselho da Classe Profissional. Atribuições: Realizar procedimentos de enfermagem dentro das suas competências técnicas e legais; realizar procedimentos de enfermagem nos diferentes ambientes, USF e nos domicílios, dentro do planejamento de ações traçado pela equipe; preparar o usuário para consultas médicas e de enfermagem, exames e tratamentos na USF; zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamento e de dependências da USF, garantindo o controle de infecção; realizar busca ativa de casos, como tuberculose, hanseníase e demais doenças de cunho epidemiológico; no nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária; realizar ações de educação em saúde aos grupos de patologias específicas e às famílias de risco, conforme planejamento da USF; executar outras atividades correlatas à função e a critério do superior imediato.	40 horas	R\$ 947,62	01

**4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO****4.1. O PROCESSO DE SELEÇÃO TERÁ AS SEGUINTE ETAPAS:**

4.1.1. Análise dos documentos apresentados;

4.1.2. Entrevista.

4.1.3. Avaliação, conforme regras constantes do Anexo I.

**5. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS**

5.1. Consiste na observância da entrega dos documentos, dos títulos acadêmicos, da experiência profissional e do perfil para desempenho na atenção aos serviços de saúde.

**6. DA ENTREVISTA**

6.1. A entrevista será realizada com os(as) candidatos (as) selecionados (as) no exame de currículos, através de Comissão de Avaliação, nomeada por Portaria, composta por profissionais da Secretaria Municipal de Saúde.

6.2. Essa etapa consiste na aplicação de entrevista visando a identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do (a) candidato (a);

6.3. A data, local e horário da entrevista serão divulgados, após finalizadas as inscrições na página oficial da Prefeitura Municipal de Garopaba ([www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)).

**7. DO DESEMPATE:**

7.1. Em caso de empate, será classificado(a) e posteriormente contratado(a) o(a) candidato(a) conforme os seguintes critérios hierárquicos de desempate:

a. mais idoso.

**8. DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA:**

8.1. Os(as) candidatos(as) classificados(as) no Processo Seletivo, dada a necessidade de serviço, deverão assumir sua função no prazo imediato, após sua convocação devidamente comprovada por

correio eletrônico ou carta registrada com Aviso de Recebimento - (ECT-AR).

8.2. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, com amparo na Lei Municipal n. 1.000/2005, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.3. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

a. Classificação no processo seletivo simplificado;

b. Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;

c. Cédula de Identidade;

d. Inscrição no Cadastro Pessoa Física - CPF;

e. Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;

f. Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar (masculino);

g. Carteira de Trabalho;

h. Prova de inscrição no PIS/PASEP;

i. Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;

j. Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;

k. Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;

l. Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", na validade (para Motorista);

m. Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);

n. Comprovante de residência;

o. Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;

p. Uma foto 3X4, de frente e recente;

q. Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade;

r. Declaração de bens;

s. Outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

**9. DO DESLIGAMENTO DO(A) CONTRATADO(A):**

9.1. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

a. pelo término do prazo contratual;

b. por iniciativa do contratado;

c. por conveniência e oportunidade do serviço público;

d. pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

9.2. Os candidatos(as) aprovados(as) que virem a ser contratados(as) pela Secretaria Municipal de Saúde em face do presente Processo Seletivo Simplificado, pelo princípio Constitucional da eficiência, bem como pelo interesse público, só poderá deixar suas atribuições

mediante notificação prévia por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, à Diretoria competente, sob pena de abandono de emprego, sem prejuízo das sanções disciplinares cabíveis pelo respectivo Conselho de Classe.

**10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS****10.1. DOS RECURSOS**

10.1.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

10.1.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

a. Nº do Processo Seletivo;

b. Cargo a que concorre;

c. Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;

d. Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);

e. Identificação do candidato.

10.1.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

10.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

10.3. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

10.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

10.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 30 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 31/10/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**ANEXO I****AValiação CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR**

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto

Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	0,5 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

**AVALIAÇÃO CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	0,5 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

**ANEXO II****FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO****PREFEITURA DE GAROPABA  
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
EDITAL N. 018/2014**

Formulário de inscrição nº:	
Cargo:	
Nome do Candidato:	
Endereço:	
Telefone para contato:	
E-mail:	

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias conforme item 2. do Edital de Processo Seletivo.

Garopaba - SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

**Garuva****PREFEITURA****AVISO DE RELANÇAMENTO DE LICITAÇÃO PMG Nº 074/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

**AVISO DE RELANÇAMENTO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório PMG nº 074/2014  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de preços para a contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem nas modalidades esportivas futebol de campo, voleibol, voleibol de areia, basquete, futsal, futebol society, futebol suíço e futebol de areia, para atender as necessidades da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 12/11/2014 as 08:30h horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 30 de outubro de 2014.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Gaspar****PREFEITURA****CONCORRÊNCIA Nº 221/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Concorrência Nº 221/2014

OBJETO: melhorias no pátio do CDI Dorvalina Fachini. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 20/11/2014. ABERTURA: dia 20/11/2014 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435 - Centro, Gaspar/SC, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 29 de outubro de 2014.  
MARLENE ALMEIDA  
Secretária Municipal de Educação

**CONCORRÊNCIA Nº 217/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Fundação Municipal de Esportes  
Concorrência Nº 217/2014

OBJETO: concessão administrativa a título remunerado do uso de espaço público com destinação exclusiva para exploração das atividades de restaurante e lanchonete, no Centro Integrado de Eventos Prefeito João dos Santos. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 05/12/2014. ABERTURA: dia 05/12/2014 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br) Gaspar(SC), 30 de outubro de 2014.

RENATO CESAR ZIMMERMANN  
Diretor Presidente da FME

**AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 229/2014**

MUNICIPIO DE GASPAR/SC  
Aviso de Pregão Presencial Nº 229/2014

OBJETO: Contratação de empresa para confecção e fornecimento de carnês de IPTU, de TLLF, e Nota Fiscal. ENVELOPES: até às 9h do dia 14/11/2014. ABERTURA: às 9h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 03 de novembro de 2014.  
MICHAEL ZIMMERMANN  
Sec. Mun. Adm. Finanças

**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 219/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 219/2014

OBJETO: Registro de Preços para a contratação de empresa prestadora de serviços de limpeza e vigilância para eventos. ENVELOPES até às 9h do dia 13/11/2014, no Depto. de Compras, Rua Cel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 9h30min, Íntegra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 29/10/2014.

PATRÍCIA SCHEIDT

Secretária Mun. de Turismo, Ind. e Com.

---

**SAMAE - GASPAR**

---

**PORTARIA N. 69 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 69 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA POR IDADE DO SERVIDOR JAIME DE SOUZA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

## RESOLVE:

Art. 1º - Fica declarada a partir do dia 31 de outubro de 2014, a vacância do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, do servidor JAIME DE SOUZA, portador do CPF nº. 746.469.239-04 e da CI nº. 1.293.807, pertencente ao quadro do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE, em decorrência de sua Aposentadoria por Idade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), em 29 de outubro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### NOVO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 62/2014

#### NOVO AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 062/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TELECOMUNICAÇÕES, TENDO POR FINALIDADE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL, COM FORNECIMENTO DE APARELHOS TELEFÔNICOS CELULARES E EQUIPAMENTOS PARA TRANSMISSÃO DE DADOS E ACESSO À INTERNET EM REGIME DE COMODATO, A SER REGIDA PELA LEI N.º 8.666/93, LEI N.º 9.472/97 E NORMAS REGULAMENTARES EXPEDIDAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 17/11/2014 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 17/11/2014 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 29 de Outubro de 2014.  
Mariana de Souza Fernandes  
PREGOEIRA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 67/2014

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 067/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS ARTESANATO PARA OS CURSOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO - SCFV ATIVIDADE INERENTE AO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA ATENDIMENTO DOS GRUPOS COMPOSTOS POR CRIANÇAS, ADOLESCENTES, TERCEIRA IDADE E MULHERES DE MEIA IDADE CADASTRADOS NO SISC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 13/11/2014 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 13/11/2014 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 28 de outubro de 2014.  
Mariana de Souza Fernandes  
PREGOEIRA

# Grão Pará

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N 02-2014 CIACA** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ABRIGO PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CIACA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 03/2014

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 02/2014-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS PARA HIGIENE E LIMPEZA PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ABRIGO PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CIACA. Data e Horário de Abertura: 18/11/2014, às 08h00min. Local: Sede do Consórcio Intermunicipal de Abrigo para Criança e Adolescente - CIACA, situada na Rua Augusta Aguiar Danielski, n. 739, bairro São Januário, Braço do Norte-SC. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Consórcio. Demais informações podem ser obtidas na sede do Consórcio ou pelo telefone (48) 3658-1173, com a Pregoeira.

Braço do Norte/SC, 17 de outubro de 2014.

AMÍLTON ASCARI

Presidente do CIACA



**DECRETO DF 74/2014 - ORÇAMENTO****PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 000074/14 de 30 de Outubro de 2014**

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001937/13 de 11 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA****06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

(065)3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0019 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(075)3.1.90.00.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas	15.000,00
(084)3.1.90.00.00.00.00.00.2.015-0019 - Aplicacoes Diretas	5.000,00

<b>Total Suplementação:</b>	<b>25.000,00</b>
-----------------------------	------------------

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA****06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

(064)3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0018 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(074)3.1.90.00.00.00.00.00.2.014-0018 - Aplicacoes Diretas	15.000,00
(083)3.1.90.00.00.00.00.00.2.015-0018 - Aplicacoes Diretas	5.000,00

<b>Total Anulação:</b>	<b>25.000,00</b>
------------------------	------------------

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de Outubro de 2014.****AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 30 de Outubro de 2014.

**DIONE HEINZEN**

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**LEI MUNICIPAL N 1974-2014 - LDO PARA 2015 - COM ANEXOS***Prefeitura Municipal de Grão Pará**ESTADO DE SANTA CATARINA***LEI MUNICIPAL Nº 1.974/2014  
(De 29 de outubro de 2014)****“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A  
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
PARA 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**AMILTON ASCARI**, Prefeito Municipal de Grão-Pará em Exercício, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** O Orçamento do Município de Grão-Pará, para o exercício de 2015, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I** – as metas fiscais;
- II** – as prioridades e metas da Administração Municipal, extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III** – a estrutura dos Orçamentos;
- IV** – as diretrizes para a elaboração e a execução dos Orçamentos do Município e suas alterações;
- V** – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI** – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII** – as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VIII** – as disposições gerais.

**I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
MUNICIPAL**

**Art. 2º.** As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, de que trata o art. 4º, da Lei Complementar n. 101/2000, são as identificadas no **ANEXO I**, desta Lei, que conterà ainda:

- I** – Anexo I.3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;
- II** – Anexo I.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa;



## *Prefeitura Municipal de Grão Pará*

ESTADO DE SANTA CATARINA

III – Anexo I.4.1 – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

### II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2015

**Art. 3º.** As prioridades e metas da Administração Municipal, para o exercício financeiro de 2015, são aquelas definidas e demonstradas nos **ANEXOS** de que trata o artigo 2º, desta Lei.

**Art. 4º.** Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas, estabelecidas nesta Lei e identificadas no **Anexo II**, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

### III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

**Art. 5º.** Para efeito desta Lei, entende-se por:

**I – programa**, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

**II – ação**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

**III – atividade**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

**IV – projeto**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

**V – operação especial**, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

**VI – unidade orçamentária**, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

**VII – receita ordinária**, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

**VIII – execução física**, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;



## *Prefeitura Municipal de Grão Pará*

*ESTADO DE SANTA CATARINA*

**IX – execução orçamentária**, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

**X – execução financeira**, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

**§ 1º.** Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, na forma da Portaria STN n. 340/2006.

**§ 2º.** A categoria de programação de trata o artigo 167, VI, da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

**Art. 6º.** O Orçamento para o Exercício Financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

**Art. 7º.** A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscais (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto à sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG n. 42/1999, Interministerial n. 163/2001, STN n. 340/2006 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

**I – Demonstrativo da Receita e Despesa**, segundo as Categorias Econômicas; (Anexo I, da Lei 4.320/64, e Adendo II, da Portaria SOF n. 8/85)

**II – Demonstrativo da Receita**, segundo as Categorias Econômicas; (Anexo II, da Lei 4.320/64, e Adendo III, da Portaria SOF n. 8/85)

**III – Resumo Geral da Despesa**, segundo as Categorias Econômicas; (Anexo III, da Lei 4.320/64, e Adendo III, da Portaria SOF/SEPLAN n. 8/85)

**IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica**, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária; (Anexo III, da Lei 4.320/64, e Adendo III, da Portaria SOF n. 8/85)

**V – Programa de Trabalho**; (Adendo V, da Portaria SOF/SEPLAN n. 8/85)

**VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções**, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais; (Anexo VI, da Lei 4.320/64, e Adendo V, da Portaria SOF/SEPLAN n. 8/85)



## *Prefeitura Municipal de Grão Pará*

*ESTADO DE SANTA CATARINA*

**VII** – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais; (Anexo 7, da Lei 4.320/64, e Adendo VI, da Portaria SOF/SEPLAN n. 8/85)

**VIII** – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos; (Anexo 8, da Lei 4.320/64, e Adendo VII, da Portaria SOF/SEPLAN n. 8/85)

**IX** – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções; (Anexo 9, da Lei 4.320/64, e Adendo VIII, da Portaria SOF/SEPLAN n. 8/85)

**X** – Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

**XI** – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

**XII** – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14, da LRF; (art. 5º, II, da LRF)

**XIII** – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; (art. 5º, II, da LRF)

**XIV** – Demonstrativo da Evolução da Despesa, no mínimo, por Categoria Econômica, conforme disposto no Artigo 22, da Lei 4.320/64;

**XV** – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (art. 165, § 5º, da CF)

**XVI** – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (art. 5º, I, da LRF)

**XVII** – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2015; (art. 5º, III)

**XVIII** – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público; (art. 44, da LRF)

**XIX** – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal, previstos para o exercício de 2015; (art. 4º, § 1º e 9º, da LRF)

**XX** – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2015; (art. 8º e 50, I, da LRF)

**§ 1º.** O Orçamento da Autarquia, que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas, conforme disposto no *caput* deste Artigo.



## *Prefeitura Municipal de Grão Pará*

*ESTADO DE SANTA CATARINA*

**§ 2º.** Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade Própria.

**§ 3º.** O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X, deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN n. 163/2001, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta Lei como categoria de programação.

**Art. 8º.** A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

**I** – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48, da LRF)

**II** – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2013, identificando o estoque da Dívida Ativa;

**III** – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2008 a 2011 e fixada para 2012 e 2013;

**IV** – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

**V** – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2014 a 2015;

**VI** – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

**VII** – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde;

**VIII** – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/12/2013;

**IX** – Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2011, 2012 e 2013.

**Art. 9º.** A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central e Unidade Gestora SAMAE será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “00” – Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

### **IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**



## *Prefeitura Municipal de Grão Pará*

*ESTADO DE SANTA CATARINA*

**Art. 10.** Os Orçamentos para o exercício de 2015 e as suas execuções obedecerão, dentre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas **em cada destinação**, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos.

**Art. 11.** Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X, desta lei.

**§ 1º.** Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

**§ 2º.** A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

**Art. 12.** Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

**Parágrafo Único.** Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

**Art. 13.** Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

**Art. 14.** Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observada a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;





## *Prefeitura Municipal de Grão Pará*

*ESTADO DE SANTA CATARINA*

- II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

**Parágrafo Único.** Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

**Art. 15.** A compensação de que trata o artigo 17, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 16.** Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do **ANEXO III**, desta Lei.

**§ 1º.** Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

**§ 2º.** Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

**Art. 17.** Os orçamentos para o exercício de 2015 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício.

**§ 1º.** Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos e, também, para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO n. 42/99, art. 5º, Portaria STN n. 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais, no **ANEXO III**.

**§ 2º.** Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2015, poderão,



## *Prefeitura Municipal de Grão Pará*

*ESTADO DE SANTA CATARINA*

excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

**Art. 18.** Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão na Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

**Art. 19.** O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

**Art. 20.** Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015, com dotações vinculadas à destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

**§ 1º.** A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º, da Lei 4.320/64, será realizada em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC n. 101/2000.

**§ 2º.** Na Lei Orçamentária Anual, os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no *caput* deste artigo.

**Art. 21.** A renúncia de receita estimada, para o exercício financeiro de 2015, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

**Art. 22.** A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente àquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

**Parágrafo Único.** As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.



## *Prefeitura Municipal de Grão Pará*

*ESTADO DE SANTA CATARINA*

**Art. 23.** Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II, da Lei Complementar n. 101/2000, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

**Parágrafo Único.** Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I, do Art. 24, da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

**Art. 24.** As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

**Parágrafo único.** As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídos do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar – **ANEXO V**, de que trata o artigo 3º, da IN TCE n. 02/2001, estão demonstrados no **ANEXO IV**, desta Lei.

**Art. 25.** Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

**Art. 26.** A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

**Art. 27.** A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, à dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN n. 163/2001.

**Parágrafo Único.** A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal.

**Art. 28.** Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no



## *Prefeitura Municipal de Grão Pará*

*ESTADO DE SANTA CATARINA*

orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta lei.

**Art. 29.** O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m<sup>2</sup> das construções, do m<sup>2</sup> das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde entre outros.

**Parágrafo Único.** Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

**Art. 30.** Os programas priorizados por esta Lei, extraídos do Plano Plurianual, conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – **ANEXO VI**, e contemplados na Lei Orçamentária para 2015, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

**Art. 31.** Para fins do disposto no artigo 165, § 8º, da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

### **V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 32.** A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000.

**Art. 33.** A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.



## *Prefeitura Municipal de Grão Pará*

*ESTADO DE SANTA CATARINA*

**Art. 34.** Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31, desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 13, desta Lei.

### **VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

**Art. 35.** O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei Autorizativa, poderão, em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir e/ ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, abonos, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Parágrafo único.** Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

**Art. 36.** Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 37.** O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

**Art. 38.** Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Grão-Pará ou, ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

**Parágrafo Único.** Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será



## *Prefeitura Municipal de Grão Pará*

*ESTADO DE SANTA CATARINA*

classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

### **VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 39.** O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

**Art. 40.** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 41.** O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

### **VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 42.** O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o final do exercício.

**§ 1º.** A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no *caput* deste artigo.

**§ 2º.** Se a Lei Orçamentária Anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/13 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

**Art. 43.** Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência



## *Prefeitura Municipal de Grão Pará*

*ESTADO DE SANTA CATARINA*

de tesouraria, conforme disposto no artigo 117, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

**Art. 44.** Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 45.** O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

**Art. 46.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Grão-Pará / SC, 29 de outubro de 2014.

**AMILTON ASCARI**  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 29 de outubro de 2014.

**DIONE HEINZEN**  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Página: 1/6  
 Data: 30/10/2014

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	31.304.559,00	24.396.286,97	25.458.551,36
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	20.584.559,00	21.596.286,97	22.658.551,36
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	2.075.277,75	2.179.041,64	2.287.993,72
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00 IMPOSTOS	1.644.357,75	1.726.575,63	1.812.904,42
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	490.402,50	514.922,62	540.668,76
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	262.500,00	275.625,00	289.406,25
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	161.280,00	169.344,00	177.811,20
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	159.862,50	167.855,62	176.248,41
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00 IRRF s/ Outros Rendimentos	1.417,50	1.488,38	1.562,79
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Moveis e Dir	66.622,50	69.953,62	73.451,31
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Produção e a Circulação	1.153.955,25	1.211.653,01	1.272.235,66
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.153.955,25	1.211.653,01	1.272.235,66
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.153.955,25	1.211.653,01	1.272.235,66
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS	218.295,00	229.209,76	240.670,24
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	97.807,50	102.697,88	107.832,77
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	7.087,50	7.441,88	7.813,97
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	85.050,00	89.302,50	93.767,62
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	5.670,00	5.953,50	6.251,18
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	120.487,50	126.511,88	132.837,47
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	120.487,50	126.511,88	132.837,47
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	212.625,00	223.256,25	234.419,06
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00 Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	212.625,00	223.256,25	234.419,06
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	83.000,00	84.000,00	85.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECO	83.000,00	84.000,00	85.000,00
4.1.2.0.2.09.00.00.00.00 Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Pública	83.000,00	84.000,00	85.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	8.770,00	9.158,50	9.566,43
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	8.770,00	9.158,50	9.566,43
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	8.770,00	9.158,50	9.566,43
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	3.100,00	3.205,00	3.315,25
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB	2.100,00	2.205,00	2.315,25
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FUNDEB 60%	1.155,00	1.212,75	1.273,39
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FUNDEB 40%	945,00	992,25	1.041,86
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Sal. Educação	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. -PDDE	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. -PNAE	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. -PNATE	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00 Rec. de Remun. ep. Banc. Rec. Vinc. T.E. Estado	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.06.00.00 Remun. Rec. Transf. Convênios Educação - União	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.11.00.00 Remun. Rec. Transf. Convênios Educação - Estado	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00 Rec de Remun.Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00 Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.10.01.00.00 Remuneração Rec. Apoio a Pessoa Idosa (API)	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.02.00.00 Remuneração Rec. Programa Pessoa Portadora Defic	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.03.00.00 Remuneração Rec. Prog Errad Trabalho Infantil PETI	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.04.00.00 Remuneração Rec Piso Básico Fixo (PAIF- PBF)	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.10.05.00.00 Remuneração Rec. IGD-SUAS	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.06.00.00 Remuneração Rec. Bolsa Família	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.07.00.00 Remuneração Rec. Conv. União - Assistencia Social	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.08.00.00 Remuneração Rec. Conv. Estado - Assistencia Social	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.09.00.00 Remuneração Rec. SCFV	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Convênio SSP - P.Militar	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Convênio SSP - P. Civil	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.03.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Convênio SSP -Prefeitur	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 2/6

Data: 30/10/2014

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ				
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. COSIP	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.05.00.00	Rec. de Remun.de Dep. Banc. Rec. Vinc. - FEP	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc.Rec. - Convênio-Estado	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.00	Rec. de Remun.Dep. Banc.Rec.- Convênio-União	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. - Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	5.670,00	5.953,50	6.251,18
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança	2.835,00	2.976,75	3.125,59
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	2.835,00	2.976,75	3.125,59
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propr Particular	0,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.188.585,00	19.083.714,27	20.023.600,01
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	17.594.835,00	18.465.276,77	19.379.240,61
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	8.778.422,50	9.208.043,64	9.659.145,83
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	7.803.337,50	8.193.504,38	8.603.179,59
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.796.250,00	8.186.062,50	8.595.365,62
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	7.087,50	7.441,88	7.813,97
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	114.000,00	114.000,00	114.000,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	30.000,00	30.000,00	30.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	84.000,00	84.000,00	84.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	196.150,00	202.357,50	208.875,38
4.1.7.2.1.34.00.01.00.00	Transferencias do FNAS - Apoio a Pessoa Idosa	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.00.02.00.00	Transf. do FNAS -Prog. Pessoa Port. de Deficiência	3.150,00	3.307,50	3.472,88
4.1.7.2.1.34.00.03.00.00	Transferências do FNAS - PETI	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.00.04.00.00	Transferência do FNAS - Bolsa Família	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.7.2.1.34.00.05.00.00	Transferências do FNAS - Piso Básico Fixo - PAIF	72.000,00	72.000,00	72.000,00
4.1.7.2.1.34.00.06.00.00	Transferências do FNAS - IGD-SUAS	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.7.2.1.34.00.07.00.00	Transferências do FNAS - SCFV	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	463.650,00	486.832,51	511.174,15
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	231.000,00	242.550,00	254.677,50
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	1.050,00	1.102,51	1.157,63
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	118.650,00	124.582,50	130.811,64
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transferências do FNDE - PNAE Creche	27.300,00	28.665,00	30.098,25
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transferências do FNDE - PNAE Pré Escola	32.550,00	34.177,50	35.886,38
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transferências do FNDE - PNAE Fundamental	11.550,00	12.127,50	12.733,88
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transferências do FNDE - PNAE - EJA	12.600,00	13.230,00	13.891,50
4.1.7.2.1.35.03.05.00.00	Transferências do FNDE - PNAE AEE	1.050,00	1.102,50	1.157,63
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transferências do FNDE - PNAE Médio	33.600,00	35.280,00	37.044,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	82.950,00	87.097,50	91.452,38
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transferências do FNDE - PNATE Infantil	9.450,00	9.922,50	10.418,63
4.1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transferências do FNDE - PNATE Fundamental	52.500,00	55.125,00	57.881,25
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transferências do FNDE - PNATE Médio	21.000,00	22.050,00	23.152,50
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.7.2.1.35.99.01.00.00	Outras Transf. do FNDE	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Outras Transf. do FNDE - Apoio a Creches	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	31.185,00	32.744,25	34.381,46
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	170.100,00	178.605,00	187.535,25
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Auxílio Financeiro aos Municípios.	170.100,00	178.605,00	187.535,25
4.1.7.2.1.99.03.00.00.00	Auxílio ao Fomento das Exportações - FEX	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	6.842.412,50	7.184.533,13	7.543.759,78
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	6.807.412,50	7.147.783,13	7.505.172,28
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	5.953.500,00	6.251.175,00	6.563.733,75
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	751.275,00	788.838,75	828.280,69
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	92.137,50	96.744,38	101.581,59

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Página: 3/6  
 Data: 30/10/2014

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ				
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	35.000,00	36.750,00	38.587,50
4.1.7.2.2.99.51.00.00.00	Transferências do Estado para Assistência Social	35.000,00	36.750,00	38.587,50
4.1.7.2.2.99.51.01.00.00	Transf. Estado - SCFV - Serviço de Convivência e For	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.7.2.2.99.51.02.00.00	Transf. Estado - Benefícios Eventuais	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.974.000,00	2.072.700,00	2.176.335,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.974.000,00	2.072.700,00	2.176.335,00
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.3.0.51.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas ao FIA	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.3.0.51.01.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas ao FIA - Imposto de Re	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.7.3.0.51.02.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas ao FIA - Demais Recur:	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.5.0.51.00.00.00.00	Transf. de Pessoas ao FIA	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.5.0.51.01.00.00.00	Transf. de Pessoas ao FIA - Imposto de Renda	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.7.5.0.51.02.00.00.00	Transf. de Pessoas ao FIA - Demais Recursos	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	573.750,00	597.437,50	622.309,40
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	573.750,00	597.437,50	622.309,40
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	237.500,00	249.375,00	261.843,75
4.1.7.6.2.02.01.00.00.00	Transf. Conv. Estados - Transporte Escolar Fundam.	157.500,00	165.375,00	173.643,75
4.1.7.6.2.02.02.00.00.00	Transf. Conv. Estados -Transporte Escolar En Médio	80.000,00	84.000,00	88.200,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	336.250,00	348.062,50	360.465,65
4.1.7.6.2.99.04.00.00.00	Convênio SSP - Parte policia Militar	6.300,00	6.615,00	6.945,76
4.1.7.6.2.99.05.00.00.00	Convênio SSP - Parte Polícia Civil	6.300,00	6.615,00	6.945,76
4.1.7.6.2.99.06.00.00.00	Convênio SSP - Parte Município	8.400,00	8.820,00	9.261,00
4.1.7.6.2.99.07.00.00.00	Convênio Secretaria de Estado da Infra-Estrutura	210.000,00	220.500,00	231.525,00
4.1.7.6.2.99.99.00.00.00	Outros Convênios com Estado	105.250,00	105.512,50	105.788,13
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	228.926,25	240.372,56	252.391,20
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	118.361,25	124.279,31	130.493,29
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	4.252,50	4.465,13	4.688,38
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	1.417,50	1.488,38	1.562,79
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	2.835,00	2.976,75	3.125,59
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	70.875,00	74.418,75	78.139,69
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	14.175,00	14.883,75	15.627,94
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	56.700,00	59.535,00	62.511,75
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	42.525,00	44.651,24	46.883,82
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	42.525,00	44.651,24	46.883,82
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	21.262,50	22.325,62	23.441,91
4.1.9.1.5.99.02.00.00.00	Parc - Out. M/J de Mora da Div At de Out. Receitas	21.262,50	22.325,62	23.441,91
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	708,75	744,19	781,40
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	708,75	744,19	781,40
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.417,50	1.488,38	1.562,79
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	1.417,50	1.488,38	1.562,79
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	1.417,50	1.488,38	1.562,79
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	52.447,50	55.069,87	57.823,37
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	42.525,00	44.651,25	46.883,81
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	42.525,00	44.651,25	46.883,81
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	9.922,50	10.418,62	10.939,56
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	9.922,50	10.418,62	10.939,56
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	9.922,50	10.418,62	10.939,56
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	56.700,00	59.535,00	62.511,75
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	56.700,00	59.535,00	62.511,75
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	10.720.000,00	2.800.000,00	2.800.000,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.700.000,00	700.000,00	700.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Página: 4/6  
 Data: 30/10/2014

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ				
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.700.000,00	700.000,00	700.000,00
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	1.700.000,00	700.000,00	700.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	350.000,00	0,00	0,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	350.000,00	0,00	0,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	350.000,00	0,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.670.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.670.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	6.360.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	3.400.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	1.000.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.05.00.00.00.00	Transf. Conv. União Dest.Prog. Infra-Estrut.Transp	900.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	1.060.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.01.00.00	Outras Transferências da União	1.060.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.02.00.00	Transf. de Convênio da União - Assistência Social	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	2.310.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00
4.2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.05.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados Dest.Infra-Estrutura Tra	1.200.000,00	400.000,00	400.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	1.110.000,00	700.000,00	700.000,00
4.2.4.7.2.99.00.01.00.00	Outras Transferências de Convênios com Estados	760.000,00	700.000,00	700.000,00
4.2.4.7.2.99.00.02.00.00	Transf. Convênio dos Estados - Assistência Social	350.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.99.00.03.00.00	Transf. Conv. Estados - Segurança Pública	0,00	0,00	0,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(3.058.167,00)	(3.211.075,36)	(3.371.629,11)
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(3.058.167,00)	(3.211.075,36)	(3.371.629,11)
9.1.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	(52.500,00)	(55.125,00)	(57.881,25)
9.1.1.1.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE IMPOSTOS	(52.500,00)	(55.125,00)	(57.881,25)
9.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	(52.500,00)	(55.125,00)	(57.881,25)
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU	(52.500,00)	(55.125,00)	(57.881,25)
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(2.926.287,00)	(3.072.601,36)	(3.226.231,41)
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	(2.926.287,00)	(3.072.601,36)	(3.226.231,41)
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(1.566.904,50)	(1.645.249,73)	(1.727.512,20)
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(1.560.667,50)	(1.638.700,88)	(1.720.635,91)
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(1.559.250,00)	(1.637.212,50)	(1.719.073,12)
9.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	(1.559.250,00)	(1.637.212,50)	(1.719.073,12)
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ITR	(1.417,50)	(1.488,38)	(1.562,79)
9.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ITR	(1.417,50)	(1.488,38)	(1.562,79)
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(6.237,00)	(6.548,85)	(6.876,29)
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/9	(6.237,00)	(6.548,85)	(6.876,29)
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(1.359.382,50)	(1.427.351,63)	(1.498.719,21)
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(1.359.382,50)	(1.427.351,63)	(1.498.719,21)
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	(1.190.700,00)	(1.250.235,00)	(1.312.746,75)
9.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	(1.190.700,00)	(1.250.235,00)	(1.312.746,75)
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPVA	(150.255,00)	(157.767,75)	(165.656,14)
9.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPVA	(150.255,00)	(157.767,75)	(165.656,14)
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp	(18.427,50)	(19.348,88)	(20.316,32)
9.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Ex	(18.427,50)	(19.348,88)	(20.316,32)
9.1.9.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO OUTRAS RECEITAS CORRENTES	(79.380,00)	(83.349,00)	(87.516,45)
9.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Renuncia Multas e Juros de Mora	(79.380,00)	(83.349,00)	(87.516,45)
9.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Renuncia Multas/Juros Divida Ativa de Tributos	(51.030,00)	(53.581,50)	(56.260,57)
9.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Renuncia de Multas/Juros de Mora Divi.Ativ. s/IPTU	(11.340,00)	(11.907,00)	(12.502,35)
9.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Renuncia Multas/Juros Div.Ativ Outros Tributos	(39.690,00)	(41.674,50)	(43.758,22)
9.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Renuncia Multa/Juros Mora D.A. Outras Receitas	(28.350,00)	(29.767,50)	(31.255,88)
9.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Renuncia Multa/Juros Mora D.A. Outras Receitas	(28.350,00)	(29.767,50)	(31.255,88)
9.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Ded Outras M/J Mora Div Ativ Outras Rec -Principal	(14.175,00)	(14.883,75)	(15.627,94)

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Página: 5/6  
 Data: 30/10/2014

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>			
9.1.9.1.5.99.02.00.00.00 Ded Parc - Out. M/J de Mora da Dív At de Out. Rec.	(14.175,00)	(14.883,75)	(15.627,94)
Total entidade:	28.246.392,00	21.185.211,61	22.086.922,25
<b>4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA</b>			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	1.511.112,00	1.520.667,60	1.593.701,01
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	1.398.612,00	1.465.542,60	1.535.819,76
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. - At. Básica - Pab Fixo	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. - ACS	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. - At. Media Alta Complex	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Vig. Saúde	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.05.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Farmácia Bá	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. - Farm. Básica Estado	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.08.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Alienação	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.09.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. - Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. - PMAQ	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.11.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. - PSF	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.12.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. - PSE	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.13.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. - NASF União	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.14.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. - Co-Financiamento Estar	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.15.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. - NASF Estado	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.16.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. - Conv. União	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.17.00.00 Rec. Rem. Dep. Banc. - Conv. Estado	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.18.00.00 Rec. Rem. Dep. Banc. Vig. Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00 Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.01.03.00.00 Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança - Rec. Or	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.99.03.00.00 Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.- Rec.	0,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.398.612,00	1.465.542,60	1.535.819,76
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.398.612,00	1.465.542,60	1.535.819,76
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Transferências da União	1.251.612,00	1.311.192,60	1.373.752,26
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.251.612,00	1.311.192,60	1.373.752,26
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00 Programa Atenção de Média e Alta Complexidade	60.000,00	60.000,00	60.000,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00 Programa Vigilância em Saúde	31.500,00	33.075,00	34.728,76
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00 Programa Assistência Farmacêutica Básica União	36.750,00	38.587,50	40.516,88
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00 Programa Teto Financ.Epidemiol. e Controle de Doen	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00 Atenção Básica	1.112.862,00	1.168.505,10	1.226.930,37
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00 Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	178.500,00	187.425,00	196.796,25
4.1.7.2.1.33.11.30.00.00 Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	934.362,00	981.080,10	1.030.134,12
4.1.7.2.1.33.11.30.01.00 Saúde da Família	278.250,00	292.162,50	306.770,63
4.1.7.2.1.33.11.30.02.00 Agentes Comunitários de Saúde	210.912,00	221.457,60	232.530,48
4.1.7.2.1.33.11.30.03.00 Saúde Bucal	88.200,00	92.610,00	97.240,50
4.1.7.2.1.33.11.30.05.00 Programa Saúde na Escola (PSE)	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.7.2.1.33.11.30.06.00 Núcleo de Apoio a Família (NASF) - União	152.250,00	159.862,50	167.855,63
4.1.7.2.1.33.11.30.07.00 Atenção Básica - PMAQ	194.250,00	203.962,50	214.160,63
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados	147.000,00	154.350,00	162.067,50
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	147.000,00	154.350,00	162.067,50
4.1.7.2.2.33.00.01.00.00 Transf. Estado - Nasf - Nucleo Apoio Saúde Família	31.500,00	33.075,00	34.728,75
4.1.7.2.2.33.00.02.00.00 Transf. Estado - Farmácia Básica	31.500,00	33.075,00	34.728,75
4.1.7.2.2.33.00.03.00.00 Transf. Estado - Co-Financiamento Atenção Básica	84.000,00	88.200,00	92.610,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Página: 6/6  
 Data: 30/10/2014

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
<b>4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA</b>			
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00 RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00 Outras Restituicoes	0,00	0,00	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	112.500,00	55.125,00	57.881,25
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS	52.500,00	55.125,00	57.881,25
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	52.500,00	55.125,00	57.881,25
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00 Alienação de Veículos	52.500,00	55.125,00	57.881,25
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	60.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	60.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00 Transf. Convênios da União e de suas Entidades	60.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00 Transf. de Convênio p/ SUS	60.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00 Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.01.00.00.00.00 Transf. de Convênio p/ SUS	0,00	0,00	0,00
Total entidade:	1.511.112,00	1.520.667,60	1.593.701,01
<b>6 - SAMAE DE GRAO PARA</b>			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	950.000,00	1.090.000,00	1.255.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	950.000,00	1.090.000,00	1.255.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	12.650,00	14.547,50	16.729,63
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	12.650,00	14.547,50	16.729,63
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	12.650,00	14.547,50	16.729,63
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	12.650,00	14.547,50	16.729,63
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00 Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança	12.650,00	14.547,50	16.729,63
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	906.200,00	1.042.130,00	1.199.949,51
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00 Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	904.475,00	1.040.146,25	1.196.168,20
4.1.6.0.0.41.01.00.00.00 Tarifa de Água Residencial	701.500,00	806.725,00	927.733,75
4.1.6.0.0.41.02.00.00.00 Tarifa de Água Industrial	28.750,00	33.062,50	38.021,88
4.1.6.0.0.41.03.00.00.00 Tarifa de Água Poderes Públicos/ Comercial	143.750,00	165.312,50	190.109,38
4.1.6.0.0.41.04.00.00.00 Ligação de Água	11.500,00	13.225,00	15.208,75
4.1.6.0.0.41.05.00.00.00 Expediente	1.725,00	1.983,75	2.281,31
4.1.6.0.0.41.09.00.00.00 Outras Receitas	17.250,00	19.837,50	22.813,13
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00 Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	0,00	0,00	1.500,00
4.1.6.0.0.42.01.00.00.00 Tarifa de Esgoto Residencial	0,00	0,00	1.500,00
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00 Serviços de Religamento de Água	1.725,00	1.983,75	2.281,31
4.1.6.0.0.48.01.00.00.00 Tarifa de Religação de Água	1.725,00	1.983,75	2.281,31
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.150,00	33.322,50	38.320,86
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora	11.500,00	13.225,00	15.208,75
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	11.500,00	13.225,00	15.208,75
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00 Outras Multas e Juros de Mora	11.500,00	13.225,00	15.208,75
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	19.650,00	20.097,50	23.112,11
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00 Receita da Dívida Ativa não tributária	19.650,00	20.097,50	23.112,11
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00 Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	19.650,00	20.097,50	23.112,11
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00 Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	19.650,00	20.097,50	23.112,11
Total entidade:	950.000,00	1.090.000,00	1.255.000,00
Total geral:	30.707.504,00	23.795.879,21	24.935.623,26

AMILTON ASCARI  
 Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
 Contador

DIONE HEINZEN  
 Secretário da Adm e Fazenda



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Página: 1/1  
 Data: 30/10/2014

**Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

**As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:**

Programa	R\$ 1,00		
	2015	2016	2017
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>			
0 OPERAÇÕES ESPECIAIS	1.476.745,00	1.302.025,25	1.328.569,51
2 ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ	1.829.175,00	1.867.706,75	1.960.665,10
3 RESGATE E MANUTENÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA	66.900,00	69.475,00	72.178,76
4 EDUCAÇÃO PARA TODOS	8.669.417,73	5.062.675,24	5.297.805,68
5 ESPORTE É VIDA	523.250,00	365.912,50	379.208,13
7 ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.214.534,00	830.250,00	868.313,51
8 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	1.312.500,00	1.004.975,00	1.049.523,78
9 PREVENÇÃO DE DOENÇAS	1.047.000,00	48.050,00	49.152,50
10 ESTRADAS VICINAIS	3.273.255,00	3.679.024,75	3.905.725,45
11 CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO	155.550,00	163.327,50	171.493,89
12 URBANIZAÇÃO DE VIAS	2.610.315,27	2.165.587,12	2.186.164,53
13 PEQUENO PRODUTOR RURAL	1.484.250,00	524.212,50	545.173,13
14 GRÃO-PARÁ TURISMO	271.300,00	91.615,00	91.945,76
15 INCENTIVO À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO	550.500,00	191.025,00	191.576,26
16 HABITAÇÃO PARA TODOS	130.000,00	0,00	0,00
18 RESERVA DE CONTIGÊNCIA - GRÃO-PARÁ	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Total da entidade:	24.714.692,00	17.465.861,61	18.197.495,99
<b>4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ</b>			
6 SAÚDE PARA TODOS	4.349.812,00	4.512.367,60	4.719.094,77
Total da entidade:	4.349.812,00	4.512.367,60	4.719.094,77
<b>6 - SAMAE DE GRÃO PARÁ</b>			
17 ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS	950.000,00	1.090.000,00	1.255.000,00
Total da entidade:	950.000,00	1.090.000,00	1.255.000,00
<b>7 - CÂMARA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>			
1 PROCESSO LEGISLATIVO	693.000,00	727.650,00	764.032,50
Total da entidade:	693.000,00	727.650,00	764.032,50
Total geral:	30.707.504,00	23.795.879,21	24.935.623,26

AMILTON ASCARI  
 Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
 Contador

DIONE HEINZEN  
 Secretário da Adm e Fazenda



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 1/10  
Data: 30/10/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
<b>0000</b>	<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>								
0.001	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA FUNDADA	ANO (1)							
	Meta física		4.000	0,000	4.000	0,000	4.000	0,000	0,000
	Meta financeira		3.110.000,00	0,00	800.000,00	2.310.000,00	770.000,00	0,00	2.310.000,00
0.002	CONTRIBUIÇÕES AO PASEP	ANO (1)							
	Meta física		4.000	0,000	4.000	0,000	4.000	0,000	0,000
	Meta financeira		651.069,76	0,00	150.800,00	500.269,76	158.745,00	0,00	500.269,76
0.003	INATIVOS A CARGO DO TESOURO MUNICIPAL	ANO (1)							
	Meta física		4.000	0,000	4.000	0,000	4.000	0,000	0,000
	Meta financeira		1.417.070,00	0,00	320.000,00	1.097.070,00	348.000,00	0,00	1.097.070,00
0.004	AMORTIZAÇÃO DE PRECATÓRIOS	ANO (1)							
	Meta física		4.000	0,000	4.000	0,000	4.000	0,000	0,000
	Meta financeira		570.000,00	0,00	370.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	200.000,00
<b>0001</b>	<b>PROCESSO LEGISLATIVO</b>								
1.024	AQUISIÇÃO DE ÁREA DE TERRA E CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DO PODER LEGISLATIVO	ANO (1)							
	Meta física		4.000	0,000	1.000	3.000	4.000	0,000	3.000
	Meta financeira		415.450,00	0,00	90.000,00	325.450,00	99.000,00	0,00	325.450,00
2.001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	ANO (1)							
	Meta física		4.000	0,000	1.000	3.000	4.000	0,000	3.000
	Meta financeira		2.429.232,50	0,00	570.000,00	1.859.232,50	594.000,00	0,00	1.859.232,50
<b>0002</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ</b>								
2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	ANO (1)							
	Meta física		4.000	0,000	4.000	0,000	4.000	0,000	0,000
	Meta financeira		1.673.712,50	0,00	445.000,00	1.228.712,50	390.000,00	0,00	1.228.712,50
2.003	EXECUÇÃO DO PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO GERAL	ANO (1)							
	Meta física		4.000	0,000	4.000	0,000	4.000	0,000	0,000
	Meta financeira		3.520.481,22	0,00	813.700,00	2.706.781,22	892.925,00	0,00	2.706.781,22

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Anexo IV - Demonstrativo das Metas Fisicas e Fiscais por Ações**  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 2/10  
Data: 30/10/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
0002	ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ								
	2.005	EXECUÇÃO DO PROGRAMA PLANEJAMENTO	ANO (1)						
		Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000
		Meta financeira		399.021,88	0,00	135.000,00	264.021,88	83.750,00	0,00
									264.021,88
									0,000
0003	2.006	EXECUÇÃO DO PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	ANO (1)						
		Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000
		Meta financeira		1.808.031,25	0,00	350.000,00	1.458.031,25	462.500,00	0,00
									1.458.031,25
									0,000
									0,000
0004	RESGATE E MANUTENÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA								
	1.006	RESGATE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL	ANO (1)						
		Meta física		1,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira		141.600,00	0,00	110.400,00	31.200,00	10.400,00	0,00
									31.200,00
									0,000
0004	2.020	MANUTENÇÃO DAS REPETIDORAS DE SINAIS DE TELEVISÃO	ANO (1)						
		Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000
		Meta financeira		86.202,51	0,00	20.000,00	66.202,51	21.000,00	0,00
									66.202,51
									0,000
									0,000
0004	2.024	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA CULTURA DO MUNICÍPIO	ANO (1)						
		Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000
		Meta financeira		181.151,25	0,00	70.000,00	111.151,25	35.500,00	0,00
									111.151,25
									0,000
									0,000
0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS								
	1.004	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO INFANTIL	ANO (1)						
		Meta física		1,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira		1.400.000,00	0,00	1.820.000,00	-420.000,00	1.350.000,00	0,00
									-420.000,00
									0,000
0004	1.005	AQUISIÇÃO, CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES PIENSINO FUNDAMENTAL	ANO (1)						
		Meta física		1,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira		2.110.000,00	0,00	1.120.000,00	990.000,00	2.050.000,00	0,00
									990.000,00
									0,000
									0,000
0004	1.013	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR	ANO (1)						
		Meta física		1,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira		760.000,00	0,00	320.000,00	440.000,00	500.000,00	0,00
									440.000,00
									0,000
									440.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 3/10  
Data: 30/10/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
<b>0004</b>	<b>EDUCAÇÃO PARA TODOS</b>								
2013	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFÂNTIL - CRECHE	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		3.740.710,49	0,00	957.250,00	2.783.460,49	882.937,50	0,00	2.783.460,49
2014	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFÂNTIL - PRÉ-ESCOLA	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		5.905.646,23	0,00	1.016.550,00	4.889.096,23	1.543.352,50	0,00	4.889.096,23
2015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		2.730.060,05	0,00	804.200,00	1.925.860,05	618.410,00	0,00	1.925.860,05
2016	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO INFANTIL	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		778.117,22	0,00	180.000,00	598.117,22	189.867,73	0,00	598.117,22
2017	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		3.106.485,26	0,00	622.000,00	2.484.485,26	788.100,00	0,00	2.484.485,26
2018	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		439.953,13	0,00	105.000,00	334.953,13	106.250,00	0,00	334.953,13
2019	TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		186.100,00	0,00	60.000,00	126.100,00	40.000,00	0,00	126.100,00
2021	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTÉCA PÚBLICA	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		223.904,38	0,00	45.000,00	178.904,38	56.750,00	0,00	178.904,38
2022	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO - FUNDAMENTAL	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		1.190.553,51	0,00	253.000,00	937.553,51	297.400,00	0,00	937.553,51

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 4/10  
Data: 30/10/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
<b>0004</b>	<b>EDUCAÇÃO PARA TODOS</b>								
2.023	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO - MÉDIO	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		309.091,50	0,00	55.000,00	254.091,50	80.600,00	0,00	254.091,50
2.025	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE INCLUSÃO DIGITAL	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		258.276,88	0,00	51.000,00	207.276,88	65.750,00	0,00	207.276,88
2.026	MANUTENÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO MUNICÍPIO	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		450.000,00	0,00	150.000,00	300.000,00	100.000,00	0,00	300.000,00
<b>0005</b>	<b>ESPORTE É VIDA</b>								
1.007	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE COMPLEXOS ESPORTIVOS	ANO (1)							
	Meta física		1,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		1.020.000,00	0,00	560.000,00	460.000,00	260.000,00	0,00	460.000,00
2.027	APOIO AO ESPORTE AMADOR	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		1.108.370,63	0,00	300.000,00	808.370,63	263.250,00	0,00	808.370,63
<b>0006</b>	<b>SAÚDE PARA TODOS</b>								
1.009	CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS	ANO (1)							
	Meta física		1,000	0,000	1,000	0,000	1,000	0,000	0,000
	Meta financeira		140.000,00	0,00	80.000,00	60.000,00	80.000,00	0,00	60.000,00
1.019	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UBS E EQUIPAMENTOS PARA SUS MUNICIPAL	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
	Meta financeira		615.506,25	0,00	320.000,00	295.506,25	102.500,00	0,00	295.506,25
2.034	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		7.724.118,13	0,00	1.710.000,00	6.014.118,13	1.874.750,00	0,00	6.014.118,13

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 5/10

Data: 30/10/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
<b>0006</b>	<b>SAÚDE PARA TODOS</b>								
2.035	MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - SF	ANO (1)							
	Meta física		4.000	0,000	4.000	0,000	4.000	0,000	0,000
	Meta financeira		3.404.635,63	0,00	885.000,00	2.519.635,63	799.250,00	0,00	2.519.635,63
2.036	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	ANO (1)							
	Meta física		4.000	0,000	4.000	0,000	4.000	0,000	0,000
	Meta financeira		1.182.337,58	0,00	215.000,00	967.337,58	307.912,00	0,00	967.337,58
2.037	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL - SB	ANO (1)							
	Meta física		4.000	0,000	4.000	0,000	4.000	0,000	0,000
	Meta financeira		637.215,51	0,00	134.000,00	503.215,51	159.900,00	0,00	503.215,51
2.038	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NÚCLEO APOIO SAÚDE FAMÍLIA - NASF	ANO (1)							
	Meta física		4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
	Meta financeira		948.999,38	0,00	260.000,00	688.999,38	226.750,00	0,00	688.999,38
2.039	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR	ANO (1)							
	Meta física		4.000	0,000	4.000	0,000	4.000	0,000	0,000
	Meta financeira		1.202.625,00	0,00	190.000,00	1.012.625,00	335.000,00	0,00	1.012.625,00
2.040	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	ANO (1)							
	Meta física		4.000	0,000	4.000	0,000	4.000	0,000	0,000
	Meta financeira		273.793,76	0,00	55.000,00	218.793,76	69.500,00	0,00	218.793,76
2.041	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	ANO (1)							
	Meta física		4.000	0,000	4.000	0,000	4.000	0,000	0,000
	Meta financeira		1.357.689,38	0,00	315.000,00	1.042.689,38	330.750,00	0,00	1.042.689,38
2.042	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	ANO (1)							
	Meta física		4.000	0,000	4.000	0,000	4.000	0,000	0,000
	Meta financeira		278.353,75	0,00	110.000,00	168.353,75	53.500,00	0,00	168.353,75
2.049	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	ANO (1)							
	Meta física		3.000	0,000	0,000	3.000	3.000	0,000	3.000
	Meta financeira		30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	10.000,00	0,00	30.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 6/10  
Data: 30/10/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
<b>0007</b>	<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>								
1.010	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTROS DE MULTIPLO USO E CRAS		1,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta física								
	Meta financeira		640.000,00	0,00	420.000,00	220.000,00	220.000,00	0,00	220.000,00
2.010	MANUTENÇÃO DO FORTALECIMENTO DE VINCULOS AO IDOSO		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta física								
	Meta financeira		324.445,63	0,00	62.000,00	262.445,63	83.250,00	0,00	262.445,63
2.031	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - ANO (1) CRAS		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta física								
	Meta financeira		918.283,75	0,00	310.000,00	608.283,75	196.500,00	0,00	608.283,75
2.032	MANUTENÇÃO DO FORTALECIMENTO DE VINCULOS A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - PETI		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta física								
	Meta financeira		1.119.852,50	0,00	234.000,00	885.852,50	281.000,00	0,00	885.852,50
2.043	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta física								
	Meta financeira		132.880,38	0,00	48.000,00	84.880,38	27.150,00	0,00	84.880,38
2.044	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL E CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS		3,000	0,000	0,000	3,000	3,000	0,000	3,000
	Meta física								
	Meta financeira		414.553,75	0,00	0,00	414.553,75	131.500,00	0,00	414.553,75
2.045	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - CIACA		3,000	0,000	0,000	3,000	3,000	0,000	3,000
	Meta física								
	Meta financeira		207.081,50	0,00	0,00	207.081,50	65.134,00	0,00	207.081,50
2.046	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTROS DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO		1,000	0,000	0,000	1,000	1,000	0,000	1,000
	Meta física								
	Meta financeira		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00	200.000,00
2.047	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROT. SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS		3,000	0,000	0,000	3,000	1,000	0,000	3,000
	Meta física								
	Meta financeira		99.999,99	9,99	9,99	99.999,99	49.999,99	9,99	99.999,99

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 7/10  
Data: 30/10/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
<b>0008</b>	<b>SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA</b>								
1.008	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS	ANO (1)							
	Meta física		1,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		370.000,00	0,00	210.000,00	160.000,00	120.000,00	0,00	160.000,00
1.015	AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	ANO (1)							
	Meta física		1,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		630.000,00	0,00	320.000,00	310.000,00	270.000,00	0,00	310.000,00
1.023	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEO MONITORAMENTO	ANO (1)							
	Meta física		1,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		180.000,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.008	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		3.195.043,13	0,00	477.000,00	2.718.043,13	865.250,00	0,00	2.718.043,13
2.009	SEGURANÇA DE TRÂNSITO	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		223.955,65	0,00	45.000,00	178.955,65	57.250,00	0,00	178.955,65
<b>0009</b>	<b>PREVENÇÃO DE DOENÇAS</b>								
1.014	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE REDE DE ESGOTOS	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		86.202,50	0,00	20.000,00	66.202,50	21.000,00	0,00	66.202,50
1.017	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	ANO (1)							
	Meta física		1,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		2.080.000,00	0,00	1.020.000,00	1.060.000,00	1.020.000,00	0,00	1.060.000,00
2.048	MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE SANTA CATARINA - CONSÓRCIO CATARINA	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	0,000	4,000	4,000	0,000	4,000
	Meta financeira		45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	5.000,00	0,00	45.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 8/10  
Data: 30/10/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
<b>0010</b>	<b>ESTRADAS VICINAIS</b>								
1.011	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS PONTES E BUEIROS	ANO (1)							
	Meta física		4,000		1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
	Meta financeira		4.350.000,00	0,00	1.100.000,00	3.250.000,00	1.050.000,00	0,00	3.250.000,00
1.012	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA SECR. DOS TRANSPORTES E OBRAS.	ANO (1)							
	Meta física		1,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		1.150.000,00	0,00	650.000,00	500.000,00	300.000,00	0,00	500.000,00
2.029	ABERTURA E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		9.287.205,20	0,00	2.179.200,00	7.108.005,20	1.923.255,00	0,00	7.108.005,20
<b>0011</b>	<b>CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO</b>								
2.030	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO TUTELAR	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		552.460,63	0,00	145.000,00	407.460,63	129.250,00	0,00	407.460,63
2.033	MANUTENÇÃO DO FUNDO PARA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		155.850,76	0,00	72.940,00	82.910,76	26.300,00	0,00	82.910,76
<b>0012</b>	<b>URBANIZAÇÃO DE VIAS</b>								
1.002	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS, PASSEIOS E OBRAS DE ARTE	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
	Meta financeira		8.962.066,92	0,00	3.000.000,00	5.962.066,92	2.610.315,27	0,00	5.962.066,92
<b>0013</b>	<b>PEQUENO PRODUTOR RURAL</b>								
1.003	CONSTRUÇÃO, AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA	ANO (1)							
	Meta física		1,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		2.380.000,00	0,00	1.100.000,00	1.280.000,00	1.080.000,00	0,00	1.280.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 9/10  
Data: 30/10/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
0013	PEQUENO PRODUTOR RURAL								
	2.011	ASSISTÊNCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL	ANO (1)						
		Meta física	4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
		Meta financeira	1.635.882,50	0,00	460.000,00	1.175.882,50	373.000,00	0,00	1.175.882,50
0014	2.012	MANUTENÇÃO DA INTEGRAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL	ANO (1)						
		Meta física	4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
		Meta financeira	152.753,13	0,00	55.000,00	97.753,13	31.250,00	0,00	97.753,13
	GRÃO-PARÁ TURISMO								
0015	1.016	CONSTRUÇÃO DO PÓRTICO	ANO (1)						
		Meta física	1,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira	650.000,00	0,00	230.000,00	420.000,00	260.000,00	0,00	420.000,00
	2.028	APOIO A EXPLORAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO	ANO (1)						
0016		Meta física	4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
		Meta financeira	70.860,76	0,00	36.000,00	34.860,76	11.300,00	0,00	34.860,76
	INCENTIVO À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO								
	1.018	IMPLANTAÇÃO DE PARQUE INDUSTRIAL	ANO (1)						
0017		Meta física	1,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira	560.000,00	0,00	50.000,00	510.000,00	410.000,00	0,00	510.000,00
	2.007	INCENTIVO A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	ANO (1)						
		Meta física	4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
0018		Meta financeira	438.101,26	0,00	15.000,00	423.101,26	140.500,00	0,00	423.101,26
	HABITAÇÃO PARA TODOS								
	1.001	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA CASAS POPULARES COHAB	ANO (1)						
		Meta física	1,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000
0019		Meta financeira	750.000,00	0,00	620.000,00	130.000,00	130.000,00	0,00	130.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (A)

Página: 10/10  
Data: 30/10/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
<b>0017</b>	<b>ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS</b>								
1.020	SAMAE - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		259.833,81	0,00	60.000,00	199.833,81	30.000,00	0,00	199.833,81
1.021	SAMAE - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		145.301,25	0,00	30.000,00	115.301,25	30.000,00	0,00	115.301,25
1.022	SAMAE - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		72.650,63	0,00	15.000,00	57.650,63	15.000,00	0,00	57.650,63
1.025	AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE DO SAMAE	ANO (1)							
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	1,000	0,000	1,000
	Meta financeira		30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00
2.004	MANUTENÇÃO DO SAMAE	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		3.529.814,31	0,00	703.500,00	2.826.314,31	826.000,00	0,00	2.826.314,31
9.002	RESERVA DE CONTINGÊNCIA - SAMAE	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		82.400,00	0,00	16.500,00	65.900,00	19.000,00	0,00	65.900,00
<b>0018</b>	<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA - GRÃO-PARÁ</b>								
9.001	RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREFEITURA	ANO (1)							
	Meta física		4,000	0,000	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000
	Meta financeira		400.000,00	0,00	100.000,00	300.000,00	100.000,00	0,00	300.000,00
Total geral:				106.301.046,47	30.922.040,00	75.379.006,47	30.707.504,00	0,00	75.379.006,47

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Contador

DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 1/9  
Data: 30/10/2014

ORIGEM		DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Programa	Valor
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade I	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0 - OPERAÇÕES ESPECIAIS	157.500,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 - IRRF s/os Rendimentos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1 - PROCESSO LEGISLATIVO	95.917,50
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00 - IRRF s/ Outros Rendime	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10 - ESTRADAS VICINAIS	850,50
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter \	00.01.0000 - Recursos Ordinários	11 - CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO	39.973,50
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0000 - Recursos Ordinários	12 - URBANIZAÇÃO DE VIAS	692.373,15
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00 - Taxa de Fiscalização de	00.01.0000 - Recursos Ordinários	13 - PEQUENO PRODUTOR RURAL	7.087,50
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 - Tx de Funcionamento E:	00.01.0000 - Recursos Ordinários	14 - GRÃO-PARÁ TURISMO	85.050,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Taxas pelo Exerc	00.01.0000 - Recursos Ordinários	15 - INCENTIVO À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO	5.670,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 - Outras Taxas pela Presti	00.01.0000 - Recursos Ordinários	16 - HABITAÇÃO PARA TODOS	120.487,50
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00 - Contrib p/ Pavimentaçã	00.01.0000 - Recursos Ordinários	18 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA - GRÃO-PARÁ	212.625,00
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00 - Rec. de Remun. de Dep	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2 - ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ	2.835,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 - Remun. de Outros Depó	00.01.0000 - Recursos Ordinários	3 - RESGATE E MANUTENÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA	2.835,00
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00 - Serv. de Preparação da	00.01.0000 - Recursos Ordinários	4 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	0,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5 - ESPORTE É VIDA	4.677.750,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a I	00.01.0000 - Recursos Ordinários	7 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.252,50
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - C	00.01.0000 - Recursos Ordinários	8 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	18.711,00
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00 - Auxílio Financeiro aos M	00.01.0000 - Recursos Ordinários	9 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS	170.100,00
4.1.7.2.1.99.03.00.00.00 - Auxílio ao Fomento das	00.01.0000 - Recursos Ordinários		0,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	00.01.0000 - Recursos Ordinários		3.572.100,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	00.01.0000 - Recursos Ordinários		450.765,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00 - Cota-Parte do IPI sobre	00.01.0000 - Recursos Ordinários		55.282,50
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	00.01.0000 - Recursos Ordinários		1.417,50
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora i	00.01.0000 - Recursos Ordinários		2.835,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Di	00.01.0000 - Recursos Ordinários		14.175,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Di	00.01.0000 - Recursos Ordinários		56.700,00
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00 - Outras M/J Mora Div Ativ	00.01.0000 - Recursos Ordinários		21.262,50
4.1.9.1.5.99.02.00.00.00 - Parc - Out. M/J de Mora	00.01.0000 - Recursos Ordinários		21.262,50
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00 - Outras Multas e Juros dt	00.01.0000 - Recursos Ordinários		708,75
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00 - Outras Restituições	00.01.0000 - Recursos Ordinários		1.417,50
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.01.0000 - Recursos Ordinários		25.515,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa i	00.01.0000 - Recursos Ordinários		0,00
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00 - Rec Div Ativ Não-Tribut	00.01.0000 - Recursos Ordinários		9.922,50
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 - Outras Receitas	00.01.0000 - Recursos Ordinários		56.700,00
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Deduções de Receita de	00.01.0000 - Recursos Ordinários		-31.500,00
9.1.9.1.3.11.00.00.00.00 - Renúncia de Multas/Jurc	00.01.0000 - Recursos Ordinários		-11.340,00
9.1.9.1.3.99.00.00.00.00 - Renuncia Multas/Juros i	00.01.0000 - Recursos Ordinários		-39.690,00
Subtotal:			9.162.124,27

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 2/9

Data: 30/10/2014

ORIGEM		Valor	Programa	DESTINAÇÃO	Valor
Conta	Fonte de Recursos				
9.1.9.1.5.99.01.00.00.00 - Ded Outras M/J Mora Di	00.01.0000 - Recursos Ordinários	-14.175,00			
9.1.9.1.5.99.02.00.00.00 - Ded Parc - Out. M/J de N	00.01.0000 - Recursos Ordinários	-14.175,00			
	<b>Subtotal:</b>	<b>10.473.201,90</b>			
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade I	00.01.0001 - Receitas de Impostos e Transf. di	65.625,00	4 - EDUCAÇÃO PARA TODOS		2.052.417,73
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 - IRRF s/ os Rendimentos	00.01.0001 - Receitas de Impostos e Transf. di	39.965,63			
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00 - IRRF s/ Outros Rendime	00.01.0001 - Receitas de Impostos e Transf. di	354,38			
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter \	00.01.0001 - Receitas de Impostos e Transf. di	16.655,63			
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0001 - Receitas de Impostos e Transf. di	288.488,81			
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0001 - Receitas de Impostos e Transf. di	1.949.062,50			
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a I	00.01.0001 - Receitas de Impostos e Transf. di	1.771,88			
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - C	00.01.0001 - Receitas de Impostos e Transf. di	7.796,25			
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	00.01.0001 - Receitas de Impostos e Transf. di	1.488.375,00			
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	00.01.0001 - Receitas de Impostos e Transf. di	187.818,75			
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00 - Cota-Parte do IPI sobre	00.01.0001 - Receitas de Impostos e Transf. di	23.034,38			
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.01.0001 - Receitas de Impostos e Transf. di	10.631,25			
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Deduções de Receita dc	00.01.0001 - Receitas de Impostos e Transf. di	-13.125,00			
9.1.7.2.1.01.02.02.00.00 - Dedução de Receita p/ f	00.01.0001 - Receitas de Impostos e Transf. di	-1.559.250,00			
9.1.7.2.1.01.05.02.00.00 - Dedução de Receita p/F	00.01.0001 - Receitas de Impostos e Transf. di	-1.417,50			
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00 - Ded Rec p/ Form do FUI	00.01.0001 - Receitas de Impostos e Transf. di	-6.237,00			
9.1.7.2.2.01.01.02.00.00 - Dedução de Receita p/F	00.01.0001 - Receitas de Impostos e Transf. di	-1.190.700,00			
9.1.7.2.2.01.02.02.00.00 - Dedução de Receita p/F	00.01.0001 - Receitas de Impostos e Transf. di	-150.255,00			
9.1.7.2.2.01.04.02.00.00 - Dedução de Receita p/F	00.01.0001 - Receitas de Impostos e Transf. di	-18.427,50			
	<b>Subtotal:</b>	<b>1.140.167,46</b>			
				<b>Subtotal:</b>	<b>2.052.417,73</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 3/9  
Data: 30/10/2014

ORIGEM		DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Programa	Valor
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade I	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transl	6 - SAÚDE PARA TODOS	39.375,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 - IRRF s/os Rendimentos	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transl		23.979,37
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00 - IRRF s/ Outros Rendime	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transl		212,62
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter \	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transl		9.993,37
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transl		173.093,29
4.1.3.2.5.02.01.03.00.00 - Rec. de Remun. de Dep	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transl		0,00
4.1.3.2.5.02.99.03.00.00 - Remun. de Outros Depó	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transl		0,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transl		1.169.437,50
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a I	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transl		1.063,12
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - C	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transl		4.677,75
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transl		893.025,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transl		112.691,25
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00 - Cota-Parte do IPI sobre	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transl		13.820,62
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00 - Outras Restituições	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transl		0,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transl		6.378,75
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Deduções de Receita dc	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transl		-7.875,00
<b>Subtotal:</b>			<b>2.439.872,64</b>
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00 - Rec de Remun.Dep. Bar	00.01.0016 - Contribuição de Intervenção do D	0 - OPERAÇÕES ESPECIAIS	0,00
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00 - Cota-Parte da Contrib. d	00.01.0016 - Contribuição de Intervenção do D	10 - ESTRADAS VICINAIS	0,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00 - Cota-Parte da Contrib.In	00.01.0016 - Contribuição de Intervenção do D		10.500,00
<b>Subtotal:</b>			<b>10.500,00</b>
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00 - Contrib p/ Custeio do Se	00.01.0017 - Contribuição para Custeio dos Se	8 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	83.000,00
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00 - Rec. de Remun. Dep. Bi	00.01.0017 - Contribuição para Custeio dos Se		0,00
<b>Subtotal:</b>			<b>83.000,00</b>
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00 - Rec. de Remun. Dep. Bi	00.01.0018 - Transferências do Fundef - 60%	4 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1.155,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do I	00.01.0018 - Transferências do Fundef - 60%		1.480.500,00
<b>Subtotal:</b>			<b>1.481.655,00</b>
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00 - Rec. de Remun. Dep. Bi	00.01.0019 - Transferências do Fundef - 40%	4 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	945,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do I	00.01.0019 - Transferências do Fundef - 40%		493.500,00
<b>Subtotal:</b>			<b>494.445,00</b>
4.1.3.2.5.01.05.06.00.00 - Remun. Rec. Transf. Co	00.01.0022 - Transferência de Convênios - Edi	4 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	0,00
4.1.7.2.1.35.99.01.00.00 - Outras Transf. do FNDE	00.01.0022 - Transferência de Convênios - Edi		0,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00 - Transf. Convênios da Ur	00.01.0022 - Transferência de Convênios - Edi		3.400.000,00
<b>Subtotal:</b>			<b>3.400.000,00</b>

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 4/9

Data: 30/10/2014

ORIGEM		DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Programa	Valor
4.1.3.2.5.01.03.16.00.00 - Rec. de Remun. Dep. Br.	00.01.0023 - Transferências de Convênios - Sz	6 - SAÚDE PARA TODOS	60.000,00
4.2.4.7.1.01.00.00.00 - Transf. de Convênio p/ 5	00.01.0023 - Transferências de Convênios - Sz		60.000,00
	<b>Subtotal:</b>		<b>60.000,00</b>
4.1.3.2.5.01.99.07.00.00 - Rec. de Remun. Dep. Ba	00.01.0024 - Transferência de Convênios - Uni	10 - ESTRADAS VICINAIS	600.000,00
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00 - Outras Transferências d	00.01.0024 - Transferência de Convênios - Uni	12 - URBANIZAÇÃO DE VIAS	300.000,00
4.2.4.7.1.03.00.00.00 - Transf. Convênios da Ur	00.01.0024 - Transferência de Convênios - Uni	13 - PEQUENO PRODUTOR RURAL	450.000,00
4.2.4.7.1.05.00.00.00 - Transf. Conv. União Des	00.01.0024 - Transferência de Convênios - Uni	14 - GRÃO-PARÁ TURISMO	110.000,00
4.2.4.7.1.99.00.01.00.00 - Outras Transferências d	00.01.0024 - Transferência de Convênios - Uni	5 - ESPORTE É VIDA	250.000,00
	<b>Subtotal:</b>	8 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	250.000,00
		9 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS	1.000.000,00
			<b>2.960.000,00</b>
4.1.3.2.5.01.99.06.00.00 - Rec. de Remun. Dep. Br	00.01.0025 - Transferência de Convênios - Est	10 - ESTRADAS VICINAIS	910.000,00
4.1.7.6.2.99.07.00.00.00 - Convênio Secretaria de	00.01.0025 - Transferência de Convênios - Est	12 - URBANIZAÇÃO DE VIAS	500.000,00
4.1.7.6.2.99.99.00.00.00 - Outros Convênios com E	00.01.0025 - Transferência de Convênios - Est	13 - PEQUENO PRODUTOR RURAL	300.000,00
4.2.4.7.2.05.00.00.00.00 - Transf. Conv. dos Estad	00.01.0025 - Transferência de Convênios - Est	14 - GRÃO-PARÁ TURISMO	60.000,00
4.2.4.7.2.99.00.01.00.00 - Outras Transferências d	00.01.0025 - Transferência de Convênios - Est	15 - INCENTIVO À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO	305.250,00
4.2.4.7.2.99.00.03.00.00 - Transf. Conv. Estados -	00.01.0025 - Transferência de Convênios - Est	16 - HABITAÇÃO PARA TODOS	100.000,00
	<b>Subtotal:</b>	8 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	100.000,00
			<b>2.275.250,00</b>
4.1.3.2.5.01.99.05.00.00 - Rec. de Remun. de Dep.	00.01.0044 - Fundo Especial do Petróleo	0 - OPERAÇÕES ESPECIAIS	840,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo Es	00.01.0044 - Fundo Especial do Petróleo	10 - ESTRADAS VICINAIS	83.160,00
	<b>Subtotal:</b>		<b>84.000,00</b>
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00 - Cota-Parte da Compen.	00.01.0045 - Outras Transf. Decor. de Comp. F	0 - OPERAÇÕES ESPECIAIS	300,00
	<b>Subtotal:</b>	10 - ESTRADAS VICINAIS	29.700,00
			<b>30.000,00</b>
4.1.3.2.5.01.10.01.00.00 - Remuneração Rec. Apoi	00.01.0047 - Apoio a Pessoa Idosa - API		
4.1.7.2.1.34.00.01.00.00 - Transferências do FNAS	00.01.0047 - Apoio a Pessoa Idosa - API		
	<b>Subtotal:</b>		<b>0,00</b>
4.1.3.2.5.01.10.02.00.00 - Remuneração Rec. Proç	00.01.0049 - Programa Pessoa Portadora de L	7 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.150,00
4.1.7.2.1.34.00.02.00.00 - Transf. do FNAS -Prog. I	00.01.0049 - Programa Pessoa Portadora de L		3.150,00
	<b>Subtotal:</b>		<b>3.150,00</b>
4.1.3.2.5.01.10.03.00.00 - Remuneração Rec. Proç	00.01.0050 - Programa de Erradicação do Trat		0,00
4.1.7.2.1.34.00.03.00.00 - Transferências do FNAS	00.01.0050 - Programa de Erradicação do Trat		0,00
	<b>Subtotal:</b>		<b>0,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 5/9

Data: 30/10/2014

ORIGEM		DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Programa	Valor
4.1.3.2.5.01.10.07.00.00 - Remuneração Rec. Con	00.01.0053 - Transferências de Convênios - Ur		0,00
4.2.4.7.1.99.00.02.00.00 - Transf. de Convênio da I	00.01.0053 - Transferências de Convênios - Ur		0,00
	<b>Subtotal:</b>		<b>0,00</b>
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B:	00.01.0054 - Convênio Trânsito - Militar	8 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	6.300,00
4.1.7.6.2.99.04.00.00.00 - Convênio SSP - Parte p	00.01.0054 - Convênio Trânsito - Militar		<b>6.300,00</b>
	<b>Subtotal:</b>		<b>6.300,00</b>
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B:	00.01.0055 - Convênio Trânsito - Civil	8 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	6.300,00
4.1.7.6.2.99.05.00.00.00 - Convênio SSP - Parte P	00.01.0055 - Convênio Trânsito - Civil		<b>6.300,00</b>
	<b>Subtotal:</b>		<b>6.300,00</b>
4.1.3.2.5.01.99.03.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B:	00.01.0056 - Convênio Trânsito - Prefeitura	8 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	8.400,00
4.1.7.6.2.99.06.00.00.00 - Convênio SSP - Parte M	00.01.0056 - Convênio Trânsito - Prefeitura		<b>8.400,00</b>
	<b>Subtotal:</b>		<b>8.400,00</b>
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B:	00.01.0058 - Salário Educação	4 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	231.000,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 - Transferências do Salári	00.01.0058 - Salário Educação		<b>231.000,00</b>
	<b>Subtotal:</b>		<b>231.000,00</b>
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B:	00.01.0059 - Programa Dinheiro Direto na Eso	4 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1.050,00
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00 - Transferências Diretas d	00.01.0059 - Programa Dinheiro Direto na Eso		<b>1.050,00</b>
	<b>Subtotal:</b>		<b>1.050,00</b>
4.1.3.2.5.01.10.06.00.00 - Remuneração Rec. Bols	00.01.0063 - Bolsa Família	7 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.500,00
4.1.7.2.1.34.00.04.00.00 - Transferência do FNAS	00.01.0063 - Bolsa Família		<b>10.500,00</b>
	<b>Subtotal:</b>		<b>10.500,00</b>
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B:	00.01.0065 - Atenção de Média e Alta Comple	6 - SAÚDE PARA TODOS	60.000,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00 - Programa Atenção de M	00.01.0065 - Atenção de Média e Alta Comple		<b>60.000,00</b>
	<b>Subtotal:</b>		<b>60.000,00</b>
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B:	00.01.0066 - Vigilância em Saúde	6 - SAÚDE PARA TODOS	31.500,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00 - Programa Vigilância em	00.01.0066 - Vigilância em Saúde		<b>31.500,00</b>
	<b>Subtotal:</b>		<b>31.500,00</b>
4.1.3.2.5.01.03.05.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B:	00.01.0067 - Assistência Farmacêutica Básica	6 - SAÚDE PARA TODOS	36.750,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00 - Programa Assistência Fai	00.01.0067 - Assistência Farmacêutica Básica		<b>36.750,00</b>
	<b>Subtotal:</b>		<b>36.750,00</b>
4.1.7.3.0.51.01.00.00.00 - Transf. de Instituições P	00.01.0077 - FIA Imposto de Renda	11 - CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO	10.000,00
4.1.7.5.0.51.01.00.00.00 - Transf. de Pessoas ao F	00.01.0077 - FIA Imposto de Renda		<b>10.000,00</b>
	<b>Subtotal:</b>		<b>10.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 6/9

Data: 30/10/2014

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.7.3.0.51.02.00.00.00 - Transf. de Instituições Pj	00.01.0078 - FIA Demais Recursos	5.000,00	11 - CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO	10.000,00
4.1.7.5.0.51.02.00.00.00 - Transf. de Pessoas ao F	00.01.0078 - FIA Demais Recursos	5.000,00		
	<b>Subtotal:</b>	<b>10.000,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>10.000,00</b>
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00 - Outras Operações de Cr	00.01.0083 - Operações de Créditos Internas -	1.700.000,00	12 - URBANIZAÇÃO DE VIAS	1.700.000,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>1.700.000,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>1.700.000,00</b>
4.1.3.2.5.01.03.08.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B;	00.01.0088 - Alienações de Bens destinados a	0,00	6 - SAÚDE PARA TODOS	52.500,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00 - Alienação de Veículos	00.01.0088 - Alienações de Bens destinados a	52.500,00		
	<b>Subtotal:</b>	<b>52.500,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>52.500,00</b>
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B;	00.01.0089 - Alienações de Bens destinados a	0,00	13 - PEQUENO PRODUTOR RURAL	150.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 - Alienação de Outros Ber	00.01.0089 - Alienações de Bens destinados a	350.000,00	15 - INCENTIVO À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO	200.000,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>350.000,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>350.000,00</b>
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00 - Transferências do FNDE	00.01.0109 - Programa Nacional de Alimentaçã	27.300,00	4 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	27.300,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>27.300,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>27.300,00</b>
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00 - Transferências do FNDE	00.01.0110 - Programa Nacional de Alimentaçã	32.550,00	4 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	32.550,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>32.550,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>32.550,00</b>
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B;	00.01.0111 - Programa Nacional de Alimentaçã	0,00	4 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	11.550,00
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00 - Transferências do FNDE	00.01.0111 - Programa Nacional de Alimentaçã	11.550,00		
	<b>Subtotal:</b>	<b>11.550,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>11.550,00</b>
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00 - Transferências do FNDE	00.01.0112 - Programa Nacional de Alimentaçã	12.600,00	4 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	12.600,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>12.600,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>12.600,00</b>
4.1.7.2.1.35.03.05.00.00 - Transferências do FNDE	00.01.0113 - Programa Nacional de Alimentaçã	1.050,00	4 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1.050,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>1.050,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>1.050,00</b>
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00 - Transferências do FNDE	00.01.0114 - Programa Nac. de Apoio ao Trans	9.450,00	4 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	9.450,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>9.450,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>9.450,00</b>
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B;	00.01.0115 - Programa Nac. de Apoio ao Trans	0,00	4 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	52.500,00
4.1.7.2.1.35.04.02.00.00 - Transferências do FNDE	00.01.0115 - Programa Nac. de Apoio ao Trans	52.500,00		
	<b>Subtotal:</b>	<b>52.500,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>52.500,00</b>
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00 - Transferências do FNDE	00.01.0116 - Programa Nac. de Apoio ao Trans	21.000,00	4 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	21.000,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>21.000,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>21.000,00</b>
4.1.3.2.5.01.05.11.00.00 - Remun. Rec. Transf. Coi	00.01.0122 - Transferências de Convênios - Ec	0,00		
4.2.4.7.2.02.00.00.00.00 - Transf. de Convênio Des	00.01.0122 - Transferências de Convênios - Ec	0,00		
	<b>Subtotal:</b>	<b>0,00</b>		

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 7/9

Data: 30/10/2014

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.3.2.5.01.03.17.00.00 - Rec. Rem. Dep. Banc. -	00.01.0123 - Transferências de Convênios - S	0,00		
4.2.4.7.2.01.00.00.00 - Transf. de Convênio p/ S	00.01.0123 - Transferências de Convênios - S	0,00		
	<b>Subtotal:</b>	<b>0,00</b>		
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00 - Rec. de Remun. ep. Bar	00.01.0145 - Transf. de Convênios - Educação	0,00	4 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	157.500,00
4.1.7.6.2.02.01.00.00.00 - Transf. Conv. Estados -	00.01.0145 - Transf. de Convênios - Educação	157.500,00		<b>Subtotal:</b> <b>157.500,00</b>
	<b>Subtotal:</b>	<b>157.500,00</b>		
4.1.7.6.2.02.02.00.00.00 - Transf. Conv. Estados -T	00.01.0146 - Transf. de Convênios - Educação	80.000,00	4 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	80.000,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>80.000,00</b>		<b>Subtotal:</b> <b>80.000,00</b>
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B:	00.01.0151 - Atenção Básica - Pab Fixo	0,00	6 - SAÚDE PARA TODOS	178.500,00
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00 - Piso de Atenção Básica	00.01.0151 - Atenção Básica - Pab Fixo	178.500,00		<b>Subtotal:</b> <b>178.500,00</b>
	<b>Subtotal:</b>	<b>178.500,00</b>		
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B:	00.01.0152 - Atenção Básica - Agentes Comun	0,00	6 - SAÚDE PARA TODOS	210.912,00
4.1.7.2.1.33.11.30.02.00 - Agentes Comunitários d	00.01.0152 - Atenção Básica - Agentes Comun	210.912,00		<b>Subtotal:</b> <b>210.912,00</b>
	<b>Subtotal:</b>	<b>210.912,00</b>		
4.1.3.2.5.01.10.08.00.00 - Remuneração Rec. Con	00.01.0153 - Transferências de Convênios - Es	0,00	7 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	350.000,00
4.2.4.7.2.99.00.02.00.00 - Transf. Convênio dos Es	00.01.0153 - Transferências de Convênios - Es	350.000,00		<b>Subtotal:</b> <b>350.000,00</b>
	<b>Subtotal:</b>	<b>350.000,00</b>		
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B:	00.01.0154 - Atenção Básica - PMAQ	0,00	6 - SAÚDE PARA TODOS	194.250,00
4.1.7.2.1.33.11.30.07.00 - Atenção Básica - PMAQ	00.01.0154 - Atenção Básica - PMAQ	194.250,00		<b>Subtotal:</b> <b>194.250,00</b>
	<b>Subtotal:</b>	<b>194.250,00</b>		
4.1.3.2.5.01.03.11.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B:	00.01.0155 - Atenção Básica - ESF - Estratégia	0,00	6 - SAÚDE PARA TODOS	278.250,00
4.1.7.2.1.33.11.30.01.00 - Saúde da Família	00.01.0155 - Atenção Básica - ESF - Estratégia	278.250,00		<b>Subtotal:</b> <b>278.250,00</b>
	<b>Subtotal:</b>	<b>278.250,00</b>		
4.1.3.2.5.01.03.12.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B:	00.01.0156 - Atenção Básica - Programa Saúd	0,00	6 - SAÚDE PARA TODOS	10.500,00
4.1.7.2.1.33.11.30.05.00 - Programa Saúde na Esc	00.01.0156 - Atenção Básica - Programa Saúd	10.500,00		<b>Subtotal:</b> <b>10.500,00</b>
	<b>Subtotal:</b>	<b>10.500,00</b>		
4.1.3.2.5.01.03.09.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B:	00.01.0157 - Atenção Básica - Saúde Bucal - S	0,00	6 - SAÚDE PARA TODOS	88.200,00
4.1.7.2.1.33.11.30.03.00 - Saúde Bucal	00.01.0157 - Atenção Básica - Saúde Bucal - S	88.200,00		<b>Subtotal:</b> <b>88.200,00</b>
	<b>Subtotal:</b>	<b>88.200,00</b>		
4.1.3.2.5.01.03.13.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B:	00.01.0158 - Atenção Básica - Núcleo Apoio d	0,00	6 - SAÚDE PARA TODOS	152.250,00
4.1.7.2.1.33.11.30.06.00 - Núcleo de Apoio a Famí	00.01.0158 - Atenção Básica - Núcleo Apoio d	152.250,00		<b>Subtotal:</b> <b>152.250,00</b>
	<b>Subtotal:</b>	<b>152.250,00</b>		

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015****Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 8/9

Data: 30/10/2014

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.3.2.5.01.03.15.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B:	00.01.0159 - Transf. de Convênios - Saúde - E	0,00	6 - SAÚDE PARA TODOS	31.500,00
4.1.7.2.2.33.00.01.00.00 - Transf. Estado - Nasf - N	00.01.0159 - Transf. de Convênios - Saúde - E	31.500,00		<b>Subtotal:</b>
	<b>Subtotal:</b>	<b>31.500,00</b>		<b>31.500,00</b>
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B:	00.01.0160 - Transf. de Convênios - Saúde - E	0,00	6 - SAÚDE PARA TODOS	31.500,00
4.1.7.2.2.33.00.02.00.00 - Transf. Estado - Farmác	00.01.0160 - Transf. de Convênios - Saúde - E	31.500,00		<b>Subtotal:</b>
	<b>Subtotal:</b>	<b>31.500,00</b>		<b>31.500,00</b>
4.1.3.2.5.01.03.14.00.00 - Rec. de Remun. Dep. B:	00.01.0161 - Transf. de Convênios - Saúde - E	0,00	6 - SAÚDE PARA TODOS	84.000,00
4.1.7.2.2.33.00.03.00.00 - Transf. Estado - Co-Fina	00.01.0161 - Transf. de Convênios - Saúde - E	84.000,00		<b>Subtotal:</b>
	<b>Subtotal:</b>	<b>84.000,00</b>		<b>84.000,00</b>
4.1.3.2.5.01.03.18.00.00 - Rec. Rem. Dep. Banc. V	00.01.0166 - Vigilância Epidemiológica (em Sa	0,00	6 - SAÚDE PARA TODOS	10.500,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00 - Programa Teto Financ.E	00.01.0166 - Vigilância Epidemiológica (em Sa	10.500,00		<b>Subtotal:</b>
	<b>Subtotal:</b>	<b>10.500,00</b>		<b>10.500,00</b>
4.1.3.2.5.01.10.04.00.00 - Remuneração Rec Piso	00.01.0201 - Programa de Atenção Integral a F	1.000,00	7 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	73.000,00
4.1.7.2.1.34.00.05.00.00 - Transferências do FNAS	00.01.0201 - Programa de Atenção Integral a F	72.000,00		<b>Subtotal:</b>
	<b>Subtotal:</b>	<b>73.000,00</b>		<b>73.000,00</b>
4.1.3.2.5.01.10.05.00.00 - Remuneração Rec. IGD	00.01.0202 - Índice de Gestão Descentralizad	0,00	7 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.500,00
4.1.7.2.1.34.00.06.00.00 - Transferências do FNAS	00.01.0202 - Índice de Gestão Descentralizad	10.500,00		<b>Subtotal:</b>
	<b>Subtotal:</b>	<b>10.500,00</b>		<b>10.500,00</b>
4.1.3.2.5.01.10.09.00.00 - Remuneração Rec. SCF	00.01.0203 - SCFV - Serviço de Convivência e	0,00	7 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	100.000,00
4.1.7.2.1.34.00.07.00.00 - Transferências do FNAS	00.01.0203 - SCFV - Serviço de Convivência e	100.000,00		<b>Subtotal:</b>
	<b>Subtotal:</b>	<b>100.000,00</b>		<b>100.000,00</b>
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00 - Transferências do FNDE	00.01.0204 - Programa Nacional de Alimentaç	33.600,00	4 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	33.600,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>33.600,00</b>		<b>33.600,00</b>
4.1.7.2.2.99.51.01.00.00 - Transf. Estado - SCFV -	00.01.0205 - Transferências de Convênios - E	30.000,00	7 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	30.000,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>30.000,00</b>		<b>30.000,00</b>
4.1.7.2.2.99.51.02.00.00 - Transf. Estado - Benefíc	00.01.0206 - Transferências de Convênios - E	5.000,00	7 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.000,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>5.000,00</b>		<b>5.000,00</b>
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00 - Outras Transf. do FNDE	00.01.0207 - Transferência de Convênios - Apx	30.000,00	4 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	30.000,00
	<b>Subtotal:</b>	<b>30.000,00</b>		<b>30.000,00</b>

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 9/9  
Data: 30/10/2014

ORIGEM		DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00 - Rec. de Remun. de Dep	00.02.0000 - Recursos Ordinários	12.650,00	17 - ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS
4.1.6.0.0.41.01.00.00.00 - Tarifa de Água Residenc	00.02.0000 - Recursos Ordinários	701.500,00	
4.1.6.0.0.41.02.00.00.00 - Tarifa de Água Industrial	00.02.0000 - Recursos Ordinários	28.750,00	
4.1.6.0.0.41.03.00.00.00 - Tarifa de Água Poderes	00.02.0000 - Recursos Ordinários	143.750,00	
4.1.6.0.0.41.04.00.00.00 - Ligação de Água	00.02.0000 - Recursos Ordinários	11.500,00	
4.1.6.0.0.41.05.00.00.00 - Expediente	00.02.0000 - Recursos Ordinários	1.725,00	
4.1.6.0.0.41.09.00.00.00 - Outras Receitas	00.02.0000 - Recursos Ordinários	17.250,00	
4.1.6.0.0.42.01.00.00.00 - Tarifa de Esgoto Residei	00.02.0000 - Recursos Ordinários	0,00	
4.1.6.0.0.48.01.00.00.00 - Tarifa de Religação de Á	00.02.0000 - Recursos Ordinários	1.725,00	
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00 - Outras Multas e Juros de	00.02.0000 - Recursos Ordinários	11.500,00	
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00 - Rec Div Ativ Não-Tribut	00.02.0000 - Recursos Ordinários	19.650,00	
Subtotal:		950.000,00	
Total geral:		30.707.504,00	
			Subtotal: 950.000,00
			30.707.504,00

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Contador

DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

**Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2015 (Art. 45 da LRF)**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014; Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/6

Data: 30/10/2014

Identificação dos Projetos	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2014	Orçamento em 2014			
<b>Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>	<b>28.219.869,42</b>	<b>0,00</b>	<b>12.850.400,00</b>	<b>15.369.469,42</b>	<b>11.661.715,27</b>	<b>3.707.754,15</b>
<b>Órgão: 04.00 SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO</b>	<b>10.702.066,92</b>	<b>0,00</b>	<b>3.760.000,00</b>	<b>6.942.066,92</b>	<b>3.410.315,27</b>	<b>3.531.751,65</b>
<b>Unidade: 04.02 DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMÉRCIO</b>	<b>560.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>510.000,00</b>	<b>410.000,00</b>	<b>100.000,00</b>
<b>15 - INCENTIVO À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO</b>						
1.018 - IMPLANTAÇÃO DE PARQUE INDUSTRIAL	ANO (1)	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Meta física						
Meta financeira				510.000,00	410.000,00	100.000,00
<b>Unidade: 04.03 DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO</b>	<b>10.142.066,92</b>	<b>0,00</b>	<b>3.710.000,00</b>	<b>6.432.066,92</b>	<b>3.000.315,27</b>	<b>3.431.751,65</b>
<b>12 - URBANIZAÇÃO DE VIAS</b>						
1.002 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS, PASSEIOS E OBRAS DE ARTE	ANO (1)	4,00	1,00	3,00	1,00	2,00
Meta física						
Meta financeira				5.962.066,92	2.610.315,27	3.351.751,65
<b>8 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA</b>						
1.008 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS	ANO (1)	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Meta física						
Meta financeira				160.000,00	120.000,00	40.000,00
1.015 - AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	ANO (1)	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Meta física						
Meta financeira				310.000,00	270.000,00	40.000,00
1.023 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEO MONITORAMENTO	ANO (1)	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Meta física						
Meta financeira				0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2015 (Art. 45 da LRF)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014; Realização da despesa por: Empenho

Página: 2/6

Data: 30/10/2014

Identificação dos Projetos	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2014	Orçamento em 2014			
<b>Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>	<b>28.219.869,42</b>	<b>0,00</b>	<b>12.850.400,00</b>	<b>15.369.469,42</b>	<b>11.661.715,27</b>	<b>3.707.754,15</b>
<b>Órgão: 05.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL</b>	<b>2.380.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.100.000,00</b>	<b>1.280.000,00</b>	<b>1.080.000,00</b>	<b>200.000,00</b>
<b>Unidade: 05.01 DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E DESENVOL. RURAL</b>	<b>2.380.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.100.000,00</b>	<b>1.280.000,00</b>	<b>1.080.000,00</b>	<b>200.000,00</b>
<b>13 - PEQUENO PRODUTOR RURAL</b>						
<b>1.003 - CONSTRUÇÃO, AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ANO (1)</b>						
Meta física	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Meta financeira	2.380.000,00	0,00	1.100.000,00	1.280.000,00	1.080.000,00	200.000,00
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA</b>						
<b>Unidade: 06.01 DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA</b>						
	<b>4.411.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.370.400,00</b>	<b>1.041.200,00</b>	<b>3.910.400,00</b>	<b>-2.869.200,00</b>
	<b>4.411.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.370.400,00</b>	<b>1.041.200,00</b>	<b>3.910.400,00</b>	<b>-2.869.200,00</b>
<b>3 - RESGATE E MANUTENÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA</b>						
<b>1.006 - RESGATE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL</b>						
Meta física	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Meta financeira	141.600,00	0,00	110.400,00	31.200,00	10.400,00	20.800,00
<b>4 - EDUCAÇÃO PARA TODOS</b>						
<b>1.004 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO INFANTIL</b>						
Meta física	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Meta financeira	1.400.000,00	0,00	1.820.000,00	-420.000,00	1.350.000,00	-1.770.000,00
<b>1.005 - AQUISIÇÃO, CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES: ANO (1)</b>						
Meta física	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Meta financeira	2.110.000,00	0,00	1.120.000,00	990.000,00	2.050.000,00	-1.060.000,00
<b>1.013 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR</b>						
Meta física	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Meta financeira	760.000,00	0,00	320.000,00	440.000,00	500.000,00	-60.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

**Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2015 (Art. 45 da LRF)**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014; Realização da despesa por: Empenho

Página: 3/6

Data: 30/10/2014

Identificação dos Projetos	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2014	Orçamento em 2014			
<b>Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>	<b>28.219.869,42</b>	<b>0,00</b>	<b>12.850.400,00</b>	<b>15.369.469,42</b>	<b>11.661.715,27</b>	<b>3.707.754,15</b>
<b>Órgão: 07.00 SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO</b>	<b>1.670.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>790.000,00</b>	<b>880.000,00</b>	<b>520.000,00</b>	<b>360.000,00</b>
<b>Unidade: 07.01 DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO</b>	<b>1.670.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>790.000,00</b>	<b>880.000,00</b>	<b>520.000,00</b>	<b>360.000,00</b>
<b>14 - GRÃO-PARÁ TURISMO</b>						
<b>1.016 - CONSTRUÇÃO DO PÓRTICO</b>						
Meta física	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Meta financeira	650.000,00	0,00	230.000,00	420.000,00	260.000,00	160.000,00
<b>5 - ESPORTE É VIDA</b>						
<b>1.007 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE COMPLEXOS ESPORTIVOS</b>						
Meta física	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Meta financeira	1.020.000,00	0,00	560.000,00	460.000,00	260.000,00	200.000,00
<b>Órgão: 08.00 SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO</b>						
<b>Unidade: 08.02 DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO</b>						
	<b>2.166.202,50</b>	<b>0,00</b>	<b>1.040.000,00</b>	<b>1.126.202,50</b>	<b>1.041.000,00</b>	<b>85.202,50</b>
	<b>2.166.202,50</b>	<b>0,00</b>	<b>1.040.000,00</b>	<b>1.126.202,50</b>	<b>1.041.000,00</b>	<b>85.202,50</b>
<b>9 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS</b>						
<b>1.014 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE REDE DE ESGOTOS</b>						
Meta física	4,00	0,00	4,00	0,00	4,00	-4,00
Meta financeira	86.202,50	0,00	20.000,00	66.202,50	21.000,00	45.202,50
<b>1.017 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>						
Meta física	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Meta financeira	2.080.000,00	0,00	1.020.000,00	1.060.000,00	1.020.000,00	40.000,00
<b>Órgão: 10.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS</b>						
<b>Unidade: 10.01 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS</b>						
	<b>5.500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.750.000,00</b>	<b>3.750.000,00</b>	<b>1.350.000,00</b>	<b>2.400.000,00</b>
	<b>5.500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.750.000,00</b>	<b>3.750.000,00</b>	<b>1.350.000,00</b>	<b>2.400.000,00</b>
<b>10 - ESTRADAS VICINAIS</b>						
<b>1.011 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS PONTES E BUEIROS</b>						
Meta física	4,00	0,00	1,00	3,00	1,00	2,00
Meta financeira	4.350.000,00	0,00	1.100.000,00	3.250.000,00	1.050.000,00	2.200.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2015 (Art. 45 da LRF)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014; Realização da despesa por: Empenho

Página: 4/6

Data: 30/10/2014

Identificação dos Projetos	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2014	Orçamento em 2014			
<b>Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>	<b>28.219.869,42</b>	<b>0,00</b>	<b>12.850.400,00</b>	<b>15.369.469,42</b>	<b>11.661.715,27</b>	<b>3.707.754,15</b>
<b>Órgão: 10.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS</b>	<b>5.500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.750.000,00</b>	<b>3.750.000,00</b>	<b>1.350.000,00</b>	<b>2.400.000,00</b>
<b>Unidade: 10.01 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS</b>	<b>5.500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.750.000,00</b>	<b>3.750.000,00</b>	<b>1.350.000,00</b>	<b>2.400.000,00</b>
<b>10 - ESTRADAS VICINAIS</b>						
1.012 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA SECR. DOS TRAI ANO (1)	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Meta física						
Meta financeira	1.150.000,00	0,00	650.000,00	500.000,00	300.000,00	200.000,00
<b>Órgão: 15.00 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS</b>	<b>640.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>420.000,00</b>	<b>220.000,00</b>	<b>220.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Unidade: 15.02 DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</b>	<b>640.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>420.000,00</b>	<b>220.000,00</b>	<b>220.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>7 - ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>						
1.010 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTROS DE MULTIPLO USO E CR/ ANO (1)	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta física						
Meta financeira	640.000,00	0,00	420.000,00	220.000,00	220.000,00	0,00
<b>Órgão: 17.00 FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO</b>	<b>750.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>620.000,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Unidade: 17.01 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO</b>	<b>750.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>620.000,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>16 - HABITAÇÃO PARA TODOS</b>						
1.001 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA CASAS POPULARES COHAB ANO (1)	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Meta física						
Meta financeira	750.000,00	0,00	620.000,00	130.000,00	130.000,00	0,00
<b>Entidade: 4 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA</b>	<b>755.506,25</b>	<b>0,00</b>	<b>400.000,00</b>	<b>355.506,25</b>	<b>182.500,00</b>	<b>173.006,25</b>
<b>Órgão: 14.00 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS</b>	<b>755.506,25</b>	<b>0,00</b>	<b>400.000,00</b>	<b>355.506,25</b>	<b>182.500,00</b>	<b>173.006,25</b>
<b>Unidade: 14.01 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS</b>	<b>755.506,25</b>	<b>0,00</b>	<b>400.000,00</b>	<b>355.506,25</b>	<b>182.500,00</b>	<b>173.006,25</b>
<b>6 - SAÚDE PARA TODOS</b>						
1.009 - CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS ANO (1)	1,00	0,00	1,00	0,00	1,00	-1,00
Meta física						
Meta financeira	140.000,00	0,00	80.000,00	60.000,00	80.000,00	-20.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2015 (Art. 45 da LRF)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014; Realização da despesa por: Empenho

Página: 5/6

Data: 30/10/2014

Identificação dos Projetos	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2014	Orçamento em 2014			
<b>Entidade: 4 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAO PARA</b>	<b>755.506,25</b>	<b>0,00</b>	<b>400.000,00</b>	<b>355.506,25</b>	<b>182.500,00</b>	<b>173.006,25</b>
<b>Órgão: 14.00 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS</b>	<b>755.506,25</b>	<b>0,00</b>	<b>400.000,00</b>	<b>355.506,25</b>	<b>182.500,00</b>	<b>173.006,25</b>
<b>Unidade: 14.01 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS</b>	<b>755.506,25</b>	<b>0,00</b>	<b>400.000,00</b>	<b>355.506,25</b>	<b>182.500,00</b>	<b>173.006,25</b>
<b>6 - SAÚDE PARA TODOS</b>						
1.019 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UBS E EQUIPAMENTOS PARA SUS M ANO (1)	4,00	0,00	1,00	3,00	1,00	2,00
Meta física						
Meta financeira	615.506,25	0,00	320.000,00	295.506,25	102.500,00	193.006,25
<b>Entidade: 6 SAMAE DE GRAO PARA</b>	<b>507.785,69</b>	<b>0,00</b>	<b>105.000,00</b>	<b>402.785,69</b>	<b>105.000,00</b>	<b>297.785,69</b>
<b>Órgão: 13.00 SAMAE GRAO PARA</b>	<b>507.785,69</b>	<b>0,00</b>	<b>105.000,00</b>	<b>402.785,69</b>	<b>105.000,00</b>	<b>297.785,69</b>
<b>Unidade: 13.01 SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO</b>	<b>507.785,69</b>	<b>0,00</b>	<b>105.000,00</b>	<b>402.785,69</b>	<b>105.000,00</b>	<b>297.785,69</b>
<b>17 - ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS</b>						
1.020 - SAMAE - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA ANO (1)	4,00	0,00	4,00	0,00	4,00	-4,00
Meta física						
Meta financeira	259.833,81	0,00	60.000,00	199.833,81	30.000,00	169.833,81
1.021 - SAMAE - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO ANO (1)	4,00	0,00	4,00	0,00	4,00	-4,00
Meta física						
Meta financeira	145.301,25	0,00	30.000,00	115.301,25	30.000,00	85.301,25
1.022 - SAMAE - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS ANO (1)	4,00	0,00	4,00	0,00	4,00	-4,00
Meta física						
Meta financeira	72.650,63	0,00	15.000,00	57.650,63	15.000,00	42.650,63
1.025 - AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE DO SAMAE ANO (1)	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00
Meta física						
Meta financeira	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

**Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2015 (Art. 45 da LRF)**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014; Realização da despesa por: Empenho

Página: 6/6

Data: 30/10/2014

Identificação dos Projetos	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2014	Orçamento em 2014			
Entidade: 7 CAMARA MUNICIPAL DE GRAO PARA	415.450,00	0,00	90.000,00	325.450,00	99.000,00	226.450,00
Órgão: 01.00 Órgão 01	415.450,00	0,00	90.000,00	325.450,00	99.000,00	226.450,00
Unidade: 01.01 CÂMARA MUNICIPAL	415.450,00	0,00	90.000,00	325.450,00	99.000,00	226.450,00
1 - PROCESSO LEGISLATIVO						
1.024 - AQUISIÇÃO DE ÁREA DE TERRA E CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA ANO (1)						
Meta física	4,00	0,00	1,00	3,00	4,00	-1,00
Meta financeira	415.450,00	0,00	90.000,00	325.450,00	99.000,00	226.450,00
Total geral:	29.898.611,36	0,00	13.445.400,00	16.453.211,36	12.048.215,27	4.404.996,09

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Contador

DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2015**

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 1/4

RECEITAS DO ENSINO	PREVISÃO		
	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS			
1- RECEITA DE IMPOSTOS	1.638.635,25	1.720.567,01	1.806.595,36
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	256.777,50	269.616,38	283.097,19
Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	262.500,00	275.625,00	289.406,25
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.417,50	1.488,38	1.562,79
Dívida Ativa do IPTU	42.525,00	44.651,25	46.883,81
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos de Dívida Ativa do IPTU	14.175,00	14.883,75	15.627,94
(-) Deduções da Receita do IPTU	(63.840,00)	(67.032,00)	(70.383,60)
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	66.622,50	69.953,62	73.451,31
Imposto sobre Transmissão Inter vivos - ITBI	66.622,50	69.953,62	73.451,31
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.153.955,25	1.211.653,01	1.272.235,66
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.153.955,25	1.211.653,01	1.272.235,66
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	161.280,00	169.344,00	177.811,20
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	161.280,00	169.344,00	177.811,20
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.631.435,00	15.363.006,76	16.131.157,08
2.1- Cota-Parte FPM	7.796.250,00	8.186.062,50	8.595.365,62
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.796.250,00	8.186.062,50	8.595.365,62
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.953.500,00	6.251.175,00	6.563.733,75
2.3- ICMS-Desoneração - L.C.º87/1996	31.185,00	32.744,25	34.381,46
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	92.137,50	96.744,38	101.581,59

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2015**

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 2/4

RECEITAS DO ENSINO			
RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	PREVISÃO		
	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
2.5- Cota-Parte ITR	7.087,50	7.441,88	7.813,97
2.6- Cota-Parte IPVA	751.275,00	788.838,75	828.280,69
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	16.270.070,25	17.083.573,77	17.937.752,44
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO		
	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00
5- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	482.600,00	485.730,00	510.016,52
5.1- Transferências do Salário-Educação	231.000,00	242.550,00	254.677,50
5.2- Outras Transferências do FNDE	231.600,00	243.180,00	255.339,02
5.3- Aplicação Financeira dos recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00
6- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.637.500,00	249.375,00	261.843,75
6.1- Transferências de Convênios	3.637.500,00	249.375,00	261.843,75
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.977.150,00	2.076.007,51	2.179.807,88
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	6.077.250,00	2.811.112,51	2.951.668,15
FUNDEB			
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO		
	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.926.287,00	3.072.601,35	3.226.231,42
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB -(20% de 2.1.1)	1.559.250,00	1.637.212,50	1.719.073,12
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB -(20% de 2.2)	1.190.700,00	1.250.235,00	1.312.746,75
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB -(20% de 2.3)	6.237,00	6.548,85	6.876,29
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB -(20% de 2.4)	18.427,50	19.348,88	20.316,32
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.417,50	1.488,38	1.562,79
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB -(20% de 2.6)	150.255,00	157.767,75	165.656,14
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.100,00	2.205,00	2.315,25
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.100,00	2.205,00	2.315,25

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2015**

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 3/4

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO	
	LDO 2015	Projeção 2016
	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-2.926.287,00	-3.072.601,35
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB		-3.226.231,42

**PRIORIDADES DAS DESPESAS DO FUNDEB**

	PREVISÃO	
	LDO 2015	Projeção 2016
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.481.655,00	1.555.737,75
13.1- Com Educação Infantil	986.650,00	1.035.982,50
13.2- Com Ensino Fundamental	495.005,00	519.755,25
14- OUTRAS PRIORIDADES DAS DESPESAS	494.445,00	519.167,25
14.1- Com Educação Infantil	337.150,00	365.557,50
14.2- Com Ensino Fundamental	157.295,00	153.609,75
15- TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.976.100,00	2.074.905,00

**DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO**

	PREVISÃO	
	LDO 2015	Projeção 2016
16- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00	0,00
17- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16)	0,00	0,00
18- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ((13 - 17) / (11) x 100) %	70.555,00	70.555,00

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO	
	LDO 2015	Projeção 2016
19- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE - (25% de 3)¹	4.067.517,56	4.270.893,44
4.484.438,11		
PRIORIDADES DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO	
	LDO 2015	Projeção 2016
20- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.394.967,73	2.493.552,73
20.1- Prioridades das Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.323.800,00	1.401.540,00
20.2- Prioridades das Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.071.167,73	1.092.012,73
21- ENSINO FUNDAMENTAL	1.580.550,00	1.215.527,50
21.1- Prioridades das Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	652.300,00	673.365,00
21.2- Prioridades das Despesas Custeadas com Recursos de Impostos	928.250,00	542.162,50
22- ENSINO MÉDIO	5.250,00	5.512,50
23- ENSINO SUPERIOR	40.000,00	42.000,00
24- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	100.000,00	100.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2015**

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 4/4

PRIORIDADES DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		PREVISÃO	
		LDO 2015	Projeção 2017
25- OUTRAS		100.000,00	110.250,00
26- TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (20 + 21 + 22 + 23 + 24 + 25)		4.220.767,73	4.141.689,02
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL		PREVISÃO	
		LDO 2015	Projeção 2017
27- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)		-2.926.287,00	-3.072.601,35
28- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		0,00	0,00
29- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (11.3)		2.100,00	2.205,00
30- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		0,00	0,00
31- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS		0,00	0,00
32- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (27 + 28 + 29 + 30 + 31)		-2.924.187,00	-3.223.916,17
33- TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((20 + 21) - (32))		6.899.704,73	7.105.447,06
34- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS DE (33/((3) x 100)%		42,41	39,61
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE			
OUTRAS PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		PREVISÃO	
		LDO 2015	Projeção 2017
35- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		0,00	0,00
36- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		231.000,00	254.677,50
37- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
38- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		0,00	0,00
39- TOTAL DAS OUTRAS PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (35 + 36 + 37 + 38)		231.000,00	254.677,50
40- TOTAL GERAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM MDE (26 + 39)		4.451.767,73	4.396.346,52

FONTE:

<sup>1</sup> Caput do artigo 212 da CF/1988

<sup>2</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Contador

DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2015

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 1/3

RECEITAS	PREVISÃO	
	LDO 2015	Projeção 2016 Projeção 2017
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	16.287.080,25	17.101.434,27 17.956.505,97
Impostos	1.591.857,75	1.671.450,63 1.755.023,17
Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	210.000,00	220.500,00 231.525,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.153.955,25	1.211.653,01 1.272.235,66
Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens e Direitos sobre Imóveis - ITBI	66.622,50	69.953,62 73.451,31
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	161.280,00	169.344,00 177.811,20
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.417,50	1.488,38 1.562,79
Dívida Ativa dos Impostos	42.525,00	44.651,25 46.883,81
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos Dívida Ativa de Impostos	19.845,00	20.837,25 21.879,12
Receitas de Transferências Constitucionais Legais	14.631.435,00	15.363.006,76 16.131.157,08
Da União	7.834.522,50	8.226.248,63 8.637.561,05
Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios - FPM	7.796.250,00	8.186.062,50 8.595.365,62
Cota-Parte do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR	7.087,50	7.441,88 7.813,97
Transferência Financeira aos Estados, DF e Municípios - Lei Complementar nº 87/1996	31.185,00	32.744,25 34.381,46
Do Estado	6.796.912,50	7.136.758,13 7.493.596,03
Cota-Parte do ICMS	5.953.500,00	6.251.175,00 6.563.733,75
Cota-Parte do IPI-Exportação	92.137,50	96.744,38 101.581,59
Cota-Parte do IPVA	751.275,00	788.838,75 828.280,69
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	325.500,00	341.775,00 358.863,75
Da União para o Município	178.500,00	187.425,00 196.796,25
Do Estado para o Município	147.000,00	154.350,00 162.067,50
Demais Municípios para o Município	0,00	0,00 0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00 0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)	17.021.210,75	9.425.271,30 9.846.484,95
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	-2.926.287,00	-3.072.601,36 -3.226.231,41
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEF		
TOTAL	30.707.504,00	23.795.879,21 24.935.623,26

PRIORIDADES DAS DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	PRIORIDADES	
	LDO 2015	Projeção 2016 Projeção 2017
DESPESAS CORRENTES	4.086.312,00	4.324.842,60 4.525.243,51
Pessoal e Encargos Sociais	2.368.662,00	2.487.245,10 2.611.757,36
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00 0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2015

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 2/3

PRIORIDADES DAS DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	PRIORIDADES		
	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
Outras Despesas Correntes	1.717.650,00	1.837.597,50	1.913.486,15
DESPESAS DE CAPITAL	263.500,00	187.525,00	193.851,26
Investimentos	263.500,00	187.525,00	193.851,26
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)	4.349.812,00	4.512.367,60	4.719.094,77

PRIORIDADES DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PRIORIDADES		
	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
PRIORIDADES DAS DESPESAS COM SAÚDE	4.349.812,00	4.512.367,60	4.719.094,77
(-) PRIORIDADES DAS DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00
(-) PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	-1.511.112,00	-1.520.667,60	-1.593.701,01
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	-1.458.612,00	-1.465.542,60	-1.535.819,76
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	-52.500,00	-55.125,00	-57.881,25
TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	2.838.700,00	2.991.700,00	3.125.393,76

PERCENTUAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (V / I)	17,43%	17,49%	17,41%
--	--------	--------	--------

PRIORIDADES DAS DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	PRIORIDADES		
	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	335.000,00	337.500,00	340.125,00
Atenção Básica	3.481.062,00	3.678.630,10	3.859.120,38
Saneamento Básico Rural	80.000,00	20.000,00	20.000,00
Suporte Profilático e Terapêutico	330.750,00	347.287,50	364.651,88
Vigilância Epidemiológica	53.500,00	56.075,00	58.778,75
Vigilância Sanitária	69.500,00	72.875,00	76.418,76

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2015

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 3/3

	PRIORIDADES		
	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
Vigilância Sanitária	69.500,00	72.875,00	76.418,76
TOTAL	4.349.812,00	4.512.367,60	4.719.094,77

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Contador

DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2015

DEMONSTRATIVO DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM PESSOAL (PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 1/1  
Data: 30/10/2014

PREVISÃO DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM PESSOAL	PRIORIDADES		
	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
PRIORIDADES DAS DESPESAS BRUTA COM PESSOAL (I)			
Pessoal Ativo	10.097.543,48	10.622.607,50	11.205.638,96
Pessoal Inativos e Pensionistas	10.097.543,48	10.622.607,50	11.205.638,96
Outras prioridades das despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0,00	0,00	0,00
PRIORIDADES DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Prioridades das Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do § 9º do art. 57 da CF)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	10.097.543,48	10.622.607,50	11.205.638,96
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.365.101,50	18.308.506,59	19.317.082,00
% do TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100	58,15	58,02	58,01
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%	10.419.060,90	10.985.103,95	11.590.249,20
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 57%	9.898.107,86	10.435.848,76	11.010.736,74

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Contador

DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo Mensal do Resultado Primário

Selção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei nº 1924/2014 de 30/10/2014

Página: 1/1  
Data: 30/10/2014

Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
RECEITAS CORRENTES (I)	2.165.944,58	2.165.944,58	2.165.944,58	2.165.944,58	2.165.944,58	2.165.944,58	2.165.944,58	2.165.944,58	2.165.944,58	2.165.944,58	2.165.944,58	2.165.947,62	25.991.338,00
Receita Tributária	177.314,75	177.314,75	177.314,75	177.314,75	177.314,75	177.314,75	177.314,75	177.314,75	177.314,75	177.314,75	177.314,75	177.315,50	2.127.777,75
Receita de Contribuição	6.916,66	6.916,66	6.916,66	6.916,66	6.916,66	6.916,66	6.916,66	6.916,66	6.916,66	6.916,66	6.916,66	6.916,74	83.000,00
Receita Patrimonial	1.784,99	1.784,99	1.784,99	1.784,99	1.784,99	1.784,99	1.784,99	1.784,99	1.784,99	1.784,99	1.784,99	1.785,11	21.420,00
Aplicações Financeiras (II)	1.784,99	1.784,99	1.784,99	1.784,99	1.784,99	1.784,99	1.784,99	1.784,99	1.784,99	1.784,99	1.784,99	1.785,11	21.420,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	1.876.123,55	1.876.123,55	1.876.123,55	1.876.123,55	1.876.123,55	1.876.123,55	1.876.123,55	1.876.123,55	1.876.123,55	1.876.123,55	1.876.123,55	1.876.124,95	22.513.484,00
Demais Receitas Correntes	97.189,63	97.189,63	97.189,63	97.189,63	97.189,63	97.189,63	97.189,63	97.189,63	97.189,63	97.189,63	97.189,63	97.190,32	1.166.276,25
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I+II)	2.157.544,59	2.157.544,59	2.157.544,59	2.157.544,59	2.157.544,59	2.157.544,59	2.157.544,59	2.157.544,59	2.157.544,59	2.157.544,59	2.157.544,59	2.157.547,51	25.890.538,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	902.708,30	902.708,30	902.708,30	902.708,30	902.708,30	902.708,30	902.708,30	902.708,30	902.708,30	902.708,30	902.708,30	902.708,70	10.832.500,00
Operações de Crédito (V)	141.666,66	141.666,66	141.666,66	141.666,66	141.666,66	141.666,66	141.666,66	141.666,66	141.666,66	141.666,66	141.666,66	141.666,74	1.700.000,00
Amortização de Empréstimo (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	33.541,66	33.541,66	33.541,66	33.541,66	33.541,66	33.541,66	33.541,66	33.541,66	33.541,66	33.541,66	33.541,66	33.541,74	402.500,00
Transferência de Capital	727.499,98	727.499,98	727.499,98	727.499,98	727.499,98	727.499,98	727.499,98	727.499,98	727.499,98	727.499,98	727.499,98	727.500,22	8.730.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV+V+VI+VII)	727.499,98	727.499,98	727.499,98	727.499,98	727.499,98	727.499,98	727.499,98	727.499,98	727.499,98	727.499,98	727.499,98	727.500,22	8.730.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)	2.885.044,57	2.885.044,57	2.885.044,57	2.885.044,57	2.885.044,57	2.885.044,57	2.885.044,57	2.885.044,57	2.885.044,57	2.885.044,57	2.885.044,57	2.885.047,73	34.620.538,00
DESPESAS CORRENTES (X)	1.433.114,59	1.433.114,59	1.433.114,59	1.433.114,59	1.433.114,59	1.433.114,59	1.433.114,59	1.433.114,59	1.433.114,59	1.433.114,59	1.433.114,59	1.433.119,80	17.197.380,29
Pessoal e Encargos Sociais	841.461,78	841.461,78	841.461,78	841.461,78	841.461,78	841.461,78	841.461,78	841.461,78	841.461,78	841.461,78	841.461,78	841.463,90	10.097.543,48
Juros e Encargos da Dívida (XI)	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,74	20.000,00
Outras Despesas Correntes	589.986,15	589.986,15	589.986,15	589.986,15	589.986,15	589.986,15	589.986,15	589.986,15	589.986,15	589.986,15	589.986,15	589.989,16	7.079.936,61
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X+XI)	1.431.447,93	1.431.447,93	1.431.447,93	1.431.447,93	1.431.447,93	1.431.447,93	1.431.447,93	1.431.447,93	1.431.447,93	1.431.447,93	1.431.447,93	1.431.453,06	17.177.380,29
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	1.115.926,79	1.115.926,79	1.115.926,79	1.115.926,79	1.115.926,79	1.115.926,79	1.115.926,79	1.115.926,79	1.115.926,79	1.115.926,79	1.115.926,79	1.115.929,02	13.391.123,71
Investimentos	1.040.926,79	1.040.926,79	1.040.926,79	1.040.926,79	1.040.926,79	1.040.926,79	1.040.926,79	1.040.926,79	1.040.926,79	1.040.926,79	1.040.926,79	1.040.929,02	12.491.123,71
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	900.000,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII+XIV)	1.040.926,79	1.040.926,79	1.040.926,79	1.040.926,79	1.040.926,79	1.040.926,79	1.040.926,79	1.040.926,79	1.040.926,79	1.040.926,79	1.040.926,79	1.040.929,02	12.491.123,71
RESERVALLEGAL RPPS (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	9.916,66	9.916,66	9.916,66	9.916,66	9.916,66	9.916,66	9.916,66	9.916,66	9.916,66	9.916,66	9.916,66	9.916,74	119.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII) = (XII+XV+XVI+XVII)	2.482.291,38	2.482.291,38	2.482.291,38	2.482.291,38	2.482.291,38	2.482.291,38	2.482.291,38	2.482.291,38	2.482.291,38	2.482.291,38	2.482.291,38	2.482.298,82	29.787.504,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	402.753,19	402.753,19	402.753,19	402.753,19	402.753,19	402.753,19	402.753,19	402.753,19	402.753,19	402.753,19	402.753,19	402.748,91	4.833.034,00

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Contador

DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo Mensal do Resultado Nominal

Página: 1/1  
Data: 30/10/2014

Especificação	Janeiro (b)	Fevereiro (c)	Março (d)	Abril (e)	Maió (f)	Junho (g)	Julho (h)	Agosto (i)	Setembro (j)	Outubro (l)	Novembro (m)	Dezembro (n)	2015 (o)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	230.962,52	230.962,52	230.962,52	230.962,52	230.962,52	230.962,52	230.962,52	230.962,52	230.962,52	230.962,52	230.962,52	230.962,69	2.771.550,41
Precatórios	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,74	200.000,00
Operações de crédito	149.833,33	149.833,33	149.833,33	149.833,33	149.833,33	149.833,33	149.833,33	149.833,33	149.833,33	149.833,33	149.833,33	149.833,37	1.798.000,00
Tributos federais	1.772,50	1.772,50	1.772,50	1.772,50	1.772,50	1.772,50	1.772,50	1.772,50	1.772,50	1.772,50	1.772,50	1.772,50	21.270,00
Previdenciárias (INSS)	62.690,03	62.690,03	62.690,03	62.690,03	62.690,03	62.690,03	62.690,03	62.690,03	62.690,03	62.690,03	62.690,03	62.690,08	752.280,41
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	230.962,52	230.962,52	230.962,52	230.962,52	230.962,52	230.962,52	230.962,52	230.962,52	230.962,52	230.962,52	230.962,52	230.962,69	2.771.550,41
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	24.610,22	24.610,22	24.610,22	24.610,22	24.610,22	24.610,22	24.610,22	24.610,22	24.610,22	24.610,22	24.610,22	24.610,27	295.322,69
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (II+IV-V)	206.352,30	206.352,30	206.352,30	206.352,30	206.352,30	206.352,30	206.352,30	206.352,30	206.352,30	206.352,30	206.352,30	206.352,42	2.476.227,72

Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)	(h - g)	(i - h)	(j - i)	(l - j)	(m - l)	(n - m)	(o - **)
	206.352,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,12	2.476.227,72

\* : Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto em Janeiro/2015 no valor de R\$ 0,00.

\*\* : Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto em 2015 no valor de R\$ 0,00.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Contador

DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda



**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

Data: 30/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (conforme Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Receitas	Valor	Despesas	Valor		
RECEITAS CORRENTES	22.933.171,00	DESPESAS CORRENTES	17.197.380,29		
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.075.277,75	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.097.543,48		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	83.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	20.000,00		
RECEITA PATRIMONIAL	21.420,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.079.836,81		
RECEITA DE SERVIÇOS	906.200,00				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.587.197,00				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	260.076,25				
DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.058.167,00				
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	-52.500,00				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.926.287,00				
DEDUÇÃO OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-79.380,00				
		Superavit	2.677.623,71		
Total	19.875.004,00	Total	19.875.004,00		
Superavit do orçamento corrente	2.677.623,71				
RECEITAS DE CAPITAL	10.832.500,00	DESPESAS DE CAPITAL	13.391.123,71		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.700.000,00	INVESTIMENTOS	12.491.123,71		
ALIENAÇÃO DE BENS	402.500,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	900.000,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.730.000,00				
Deficit	2.558.623,71				
Total	13.391.123,71	Total	13.391.123,71		
Resumo					
RECEITAS CORRENTES	22.933.171,00	74,68 %	DESPESAS CORRENTES	17.197.380,29	56,00 %
RECEITAS DE CAPITAL	10.832.500,00	35,28 %	DESPESAS DE CAPITAL	13.391.123,71	43,61 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.058.167,00	-9,96 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	119.000,00	0,39 %
Total	30.707.504,00	100,00 %	Total	30.707.504,00	100,00 %

\_\_\_\_\_  
 AMILTON ASCARI  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 VILSON PONCIANO  
 Contador

\_\_\_\_\_  
 DIONE HEINZEN  
 Secretário da Adm e Fazenda

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 1/5

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			20.584.559,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		2.075.277,75	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		1.644.357,75	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	490.402,50		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	262.500,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	161.280,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	159.862,50		
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	1.417,50		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	66.622,50		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	1.153.955,25		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.153.955,25		
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.153.955,25		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		218.295,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	97.807,50		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	7.087,50		
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	85.050,00		
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	5.670,00		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	120.487,50		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	120.487,50		
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		212.625,00	
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	212.625,00		
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		83.000,00	
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔM		83.000,00	
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	83.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		8.770,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		8.770,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	8.770,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	3.100,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB	2.100,00		
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FUNDEB 60%	1.155,00		
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FUNDEB 40%	945,00		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.10.04.00.00	Remuneração Rec Piso Básico Fixo (PAIF- PBF)	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	5.670,00		
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança	2.835,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	2.835,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		18.188.585,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		17.594.835,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	8.778.422,50		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	7.803.337,50		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.796.250,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	7.087,50		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	114.000,00		
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	30.000,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	84.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	196.150,00		
4.1.7.2.1.34.00.02.00.00	Transf. do FNAS -Prog. Pessoa Port. de Deficiência	3.150,00		
4.1.7.2.1.34.00.04.00.00	Transferência do FNAS - Bolsa Família	10.500,00		
4.1.7.2.1.34.00.05.00.00	Transferências do FNAS - Piso Básico Fixo - PAIF	72.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.06.00.00	Transferências do FNAS - IGD-SUAS	10.500,00		
4.1.7.2.1.34.00.07.00.00	Transferências do FNAS - SCFV	100.000,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	463.650,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	231.000,00		
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	1.050,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	118.650,00		
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transferências do FNDE - PNAE Creche	27.300,00		
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transferências do FNDE - PNAE Pré Escola	32.550,00		

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 2/5

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transferências do FNDE - PNAE Fundamental	11.550,00		
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transferências do FNDE - PNAE - EJA	12.600,00		
4.1.7.2.1.35.03.05.00.00	Transferências do FNDE - PNAE AEE	1.050,00		
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transferências do FNDE - PNAE Médio	33.600,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	82.950,00		
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transferências do FNDE - PNATE Infantil	9.450,00		
4.1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transferências do FNDE - PNATE Fundamental	52.500,00		
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transferências do FNDE - PNATE Médio	21.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	30.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Outras Transf. do FNDE - Apoio a Creches	30.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	31.185,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	170.100,00		
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Auxílio Financeiro aos Municípios.	170.100,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	6.842.412,50		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	6.807.412,50		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	5.953.500,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	751.275,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	92.137,50		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	10.500,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	35.000,00		
4.1.7.2.2.99.51.00.00.00	Transferências do Estado para Assistência Social	35.000,00		
4.1.7.2.2.99.51.01.00.00	Transf. Estado - SCFV - Serviço de Convivência e Fortaleci	30.000,00		
4.1.7.2.2.99.51.02.00.00	Transf. Estado - Benefícios Eventuais	5.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.974.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.974.000,00		
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas		10.000,00	
4.1.7.3.0.51.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas ao FIA	10.000,00		
4.1.7.3.0.51.01.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas ao FIA - Imposto de Renda	5.000,00		
4.1.7.3.0.51.02.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas ao FIA - Demais Recursos	5.000,00		
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas		10.000,00	
4.1.7.5.0.51.00.00.00.00	Transf. de Pessoas ao FIA	10.000,00		
4.1.7.5.0.51.01.00.00.00	Transf. de Pessoas ao FIA - Imposto de Renda	5.000,00		
4.1.7.5.0.51.02.00.00.00	Transf. de Pessoas ao FIA - Demais Recursos	5.000,00		
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		573.750,00	
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	573.750,00		
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	237.500,00		
4.1.7.6.2.02.01.00.00.00	Transf. Conv. Estados - Transporte Escolar Fundam.	157.500,00		
4.1.7.6.2.02.02.00.00.00	Transf. Conv. Estados -Transporte Escolar En Médio	80.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	336.250,00		
4.1.7.6.2.99.04.00.00.00	Convênio SSP - Parte polícia Militar	6.300,00		
4.1.7.6.2.99.05.00.00.00	Convênio SSP - Parte Polícia Civil	6.300,00		
4.1.7.6.2.99.06.00.00.00	Convênio SSP - Parte Município	8.400,00		
4.1.7.6.2.99.07.00.00.00	Convênio Secretaria de Estado da Infra-Estrutura	210.000,00		
4.1.7.6.2.99.99.00.00.00	Outros Convênios com Estado	105.250,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		228.926,25	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		118.361,25	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	4.252,50		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	1.417,50		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	2.835,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	70.875,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	14.175,00		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	56.700,00		
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	42.525,00		
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	42.525,00		
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	21.262,50		
4.1.9.1.5.99.02.00.00.00	Parc - Out. M/J de Mora da Div At de Out. Receitas	21.262,50		
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	708,75		
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	708,75		

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 3/5

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.2.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.417,50	
4.1.9.2.2.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	1.417,50		
4.1.9.2.2.99.00.00.00	Outras Restituições	1.417,50		
4.1.9.3.0.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		52.447,50	
4.1.9.3.1.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	42.525,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	42.525,00		
4.1.9.3.2.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	9.922,50		
4.1.9.3.2.99.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	9.922,50		
4.1.9.3.2.99.01.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	9.922,50		
4.1.9.9.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		56.700,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00	Outras Receitas	56.700,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			10.720.000,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.700.000,00	
4.2.1.1.0.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		1.700.000,00	
4.2.1.1.9.0.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	1.700.000,00		
4.2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		350.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		350.000,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	350.000,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		8.670.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		8.670.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	6.360.000,00		
4.2.4.7.1.02.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	3.400.000,00		
4.2.4.7.1.03.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	1.000.000,00		
4.2.4.7.1.05.00.00.00	Transf. Conv. União Dest.Prog. Infra-Estrut.Transp	900.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	1.060.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.01.00	Outras Transferências da União	1.060.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	2.310.000,00		
4.2.4.7.2.05.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados Dest.Infra-Estrutura Tra	1.200.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	1.110.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.01.00	Outras Transferências de Convênios com Estados	760.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.02.00	Transf. Convênio dos Estados - Assistência Social	350.000,00		
9.0.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-3.058.167,00
9.1.1.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.		-52.500,00	
9.1.1.1.0.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE IMPOSTOS		-52.500,00	
9.1.1.1.2.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	-52.500,00		
9.1.1.1.2.02.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU	-52.500,00		
9.1.7.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-2.926.287,00	
9.1.7.2.0.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-2.926.287,00	
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.566.904,50		
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.560.667,50		
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.559.250,00		
9.1.7.2.1.01.02.02.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	-1.559.250,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ITR	-1.417,50		
9.1.7.2.1.01.05.02.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ITR	-1.417,50		
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-6.237,00		
9.1.7.2.1.36.02.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-6.237,00		
9.1.7.2.2.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.359.382,50		
9.1.7.2.2.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.359.382,50		
9.1.7.2.2.01.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	-1.190.700,00		
9.1.7.2.2.01.01.02.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	-1.190.700,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPVA	-150.255,00		
9.1.7.2.2.01.02.02.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPVA	-150.255,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	-18.427,50		
9.1.7.2.2.01.04.02.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	-18.427,50		
9.1.9.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÃO OUTRAS RECEITAS CORRENTES		-79.380,00	
9.1.9.1.0.00.00.00.00	Renuncia Multas e Juros de Mora		-79.380,00	

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 4/5

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Renuncia Multas/Juros Divida Ativa de Tributos	-51.030,00		
9.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Renuncia de Multas/Juros de Mora Divi.Ativ. s/IPTU	-11.340,00		
9.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Renuncia Multas/Juros Div.Ativ Outros Tributos	-39.690,00		
9.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Renuncia Multa/Juros Mora D.A. Outras Receitas	-28.350,00		
9.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Renuncia Multa/Juros Mora D.A. Outras Receitas	-28.350,00		
9.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Ded Outras M/J Mora Div Ativ Outras Rec -Principal	-14.175,00		
9.1.9.1.5.99.02.00.00.00	Ded Parc - Out. M/J de Mora da Div At de Out. Rec.	-14.175,00		

Total das receitas: 28.246.392,00

Total por entidade: 28.246.392,00

## Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			1.398.612,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.398.612,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		1.398.612,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	1.251.612,00		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.251.612,00		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Programa Atenção de Média e Alta Complexidade	60.000,00		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Programa Vigilância em Saúde	31.500,00		
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Programa Assistência Farmacêutica Básica União	36.750,00		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Programa Teto Financ.Epidemiol. e Controle de Doen	10.500,00		
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	1.112.862,00		
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	178.500,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.00.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	934.362,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.01.00	Saúde da Família	278.250,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.02.00	Agentes Comunitários de Saúde	210.912,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.03.00	Saúde Bucal	88.200,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.05.00	Programa Saúde na Escola (PSE)	10.500,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.06.00	Núcleo de Apoio a Família (NASF) - União	152.250,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.07.00	Atenção Básica - PMAQ	194.250,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	147.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	147.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.01.00.00	Transf. Estado - Nasf - Nucleo Apoio Saúde Família	31.500,00		
4.1.7.2.2.33.00.02.00.00	Transf. Estado - Farmácia Básica	31.500,00		
4.1.7.2.2.33.00.03.00.00	Transf. Estado - Co-Financiamento Atenção Básica	84.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			112.500,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		52.500,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		52.500,00	
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00	Alienação de Veículos	52.500,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		60.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		60.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	60.000,00		
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	60.000,00		

Total das receitas: 1.511.112,00

Total por entidade: 1.511.112,00

## Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			950.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		12.650,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		12.650,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	12.650,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	12.650,00		
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança	12.650,00		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		906.200,00	
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	904.475,00		
4.1.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de Água Residencial	701.500,00		

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 5/5

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.6.0.0.41.02.00.00.00	Tarifa de Água Industrial	28.750,00		
4.1.6.0.0.41.03.00.00.00	Tarifa de Água Poderes Públicos/ Comercial	143.750,00		
4.1.6.0.0.41.04.00.00.00	Ligação de Água	11.500,00		
4.1.6.0.0.41.05.00.00.00	Expediente	1.725,00		
4.1.6.0.0.41.09.00.00.00	Outras Receitas	17.250,00		
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	1.725,00		
4.1.6.0.0.48.01.00.00.00	Tarifa de Religação de Água	1.725,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		31.150,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		11.500,00	
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	11.500,00		
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	11.500,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA		19.650,00	
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	19.650,00		
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	19.650,00		
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	19.650,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>950.000,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>950.000,00</b>
<b>Total geral das transferências:</b>				<b>0,00</b>
<b>Total geral das receitas:</b>				<b>30.707.504,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>30.707.504,00</b>

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Contador

DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 1/2

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			11.708.677,25
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		6.748.384,73	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		27.067,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		6.721.317,73	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		20.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		20.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.940.292,52	
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal		10.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		263.150,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		14.917,52	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.648.685,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		3.540,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			12.906.014,75
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		12.006.014,75	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		10.149,48	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		11.995.865,27	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		900.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		900.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			100.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		100.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		100.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>24.714.692,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>24.714.692,00</b>
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			4.086.312,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.368.662,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		2.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.366.662,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.717.650,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		181.700,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		72.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.463.950,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			263.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		263.500,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		262.500,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>4.349.812,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>4.349.812,00</b>
<b>Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			818.391,04
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		476.496,75	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		6.017,12	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		470.479,63	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		341.894,29	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		6.017,12	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		335.877,17	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			112.608,96
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		112.608,96	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		3.008,56	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		109.600,40	



**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 2/2

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		109.600,40	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			19.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		19.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		19.000,00	
9.9.99.99.00.00.00.00	Reserva de Contingencia	19.000,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>950.000,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>950.000,00</b>
<b>Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE GRAO PARA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			584.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		504.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		504.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		80.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		80.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			109.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		109.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		109.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>693.000,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>693.000,00</b>
<b>Total geral das transferências:</b>				<b>0,00</b>
<b>Total geral das despesas:</b>				<b>30.707.504,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>30.707.504,00</b>

\_\_\_\_\_  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
VILSON PONCIANO  
Contador

\_\_\_\_\_  
DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

Página: 1/1  
 Data: 30/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Funções e Subfunções de Governo (conforme Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	121 Planejamento e Orçamento
4 Administração	122 Administração Geral
4 Administração	123 Administração Financeira
8 Assistência Social	241 Assistência ao Idoso
8 Assistência Social	242 Assistência ao Portador de Deficiência
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
8 Assistência Social	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
10 Saúde	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10 Saúde	303 Suporte Profilático e Terapêutico
10 Saúde	304 Vigilância Sanitária
10 Saúde	305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	361 Ensino Fundamental
12 Educação	362 Ensino Médio
12 Educação	363 Ensino Profissional
12 Educação	364 Ensino Superior
12 Educação	365 Educação Infantil
12 Educação	366 Educação de Jovens e Adultos
13 Cultura	391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
13 Cultura	392 Difusão Cultural
14 Direitos da Cidadania	422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
15 Urbanismo	452 Serviços Urbanos
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	511 Saneamento Básico Rural
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
19 Ciência e Tecnologia	573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico
20 Agricultura	605 Abastecimento
20 Agricultura	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
22 Indústria	662 Produção Industrial
23 Comércio e Serviços	695 Turismo
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
28 Encargos Especiais	845 Outras Transferências
28 Encargos Especiais	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

AMILTON ASCARI  
 Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
 Contador

DIONE HEINZEN  
 Secretário da Adm e Fazenda

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>					
<b>Órgão: 02.00</b>	<b>GABINETE DO PREFEITO</b>	<b>11.661.715,27</b>	<b>11.476.231,73</b>	<b>1.476.745,00</b>	<b>24.714.692,00</b>
<b>Unidade: 02.01</b>	<b>GABINETE DO PREFEITO</b>	<b>0,00</b>	<b>390.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>390.000,00</b>
04	Administração		390.000,00		390.000,00
04.122	Administração Geral		390.000,00		390.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ		390.000,00		390.000,00
04.122.0002.2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		390.000,00		390.000,00
<b>Órgão: 03.00 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA</b>					
<b>Unidade: 03.01</b>	<b>DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>0,00</b>	<b>1.439.175,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.439.175,00</b>
04	Administração	<b>0,00</b>	<b>976.675,00</b>	<b>0,00</b>	<b>976.675,00</b>
04.121	Planejamento e Orçamento		976.675,00		976.675,00
04.121.0002	ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ		83.750,00		83.750,00
04.121.0002.2.005	EXECUÇÃO DO PROGRAMA PLANEJAMENTO		83.750,00		83.750,00
04.122	Administração Geral		83.750,00		83.750,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ		892.925,00		892.925,00
04.122.0002.2.003	EXECUÇÃO DO PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO GERAL		892.925,00		892.925,00
<b>Unidade: 03.02</b>	<b>DEPARTAMENTO DA FAZENDA</b>	<b>0,00</b>	<b>462.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>462.500,00</b>
04	Administração		462.500,00		462.500,00
04.123	Administração Financeira		462.500,00		462.500,00
04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ		462.500,00		462.500,00
04.123.0002.2.006	EXECUÇÃO DO PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		462.500,00		462.500,00
<b>Órgão: 04.00 SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO</b>					
<b>Unidade: 04.02</b>	<b>DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMÉRCIO</b>	<b>3.410.315,27</b>	<b>1.063.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.473.315,27</b>
22	Indústria	<b>410.000,00</b>	<b>140.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>550.500,00</b>
22.661	Promoção Industrial		140.500,00		140.500,00
22.661.0015	INCENTIVO À INDUSTRIA E AO COMÉRCIO		140.500,00		140.500,00
22.661.0015.2.007	INCENTIVO A INDUSTRIA E COMÉRCIO		140.500,00		140.500,00
22.662	Produção Industrial		140.500,00		140.500,00
22.662.0015	INCENTIVO À INDUSTRIA E AO COMÉRCIO	<b>410.000,00</b>			<b>410.000,00</b>
22.662.0015.1.018	IMPLANTAÇÃO DE PARQUE INDUSTRIAL	<b>410.000,00</b>			<b>410.000,00</b>

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 2/10

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>					
<b>Órgão: 04.00 SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO</b>		<b>11.661.715,27</b>	<b>11.476.231,73</b>	<b>1.476.745,00</b>	<b>24.714.692,00</b>
<b>Unidade: 04.03 DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO</b>		<b>3.000.315,27</b>	<b>922.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.473.315,27</b>
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana	3.000.315,27	922.500,00		3.922.815,27
15.451.0008	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	2.730.315,27			2.730.315,27
15.451.0008.1.008	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS	120.000,00			120.000,00
15.451.0012	URBANIZAÇÃO DE VIAS	2.610.315,27			2.610.315,27
15.451.0012.1.002	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS, PASSEIOS E OBRAS DE ARTE	2.610.315,27			2.610.315,27
15.452	Serviços Urbanos	270.000,00	922.500,00		1.192.500,00
15.452.0008	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	270.000,00	922.500,00		1.192.500,00
15.452.0008.1.015	AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	270.000,00			270.000,00
15.452.0008.2.008	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS		865.250,00		865.250,00
15.452.0008.2.009	SEGURANÇA DE TRÂNSITO		57.250,00		57.250,00
<b>Órgão: 05.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL</b>		<b>1.080.000,00</b>	<b>404.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.484.250,00</b>
<b>Unidade: 05.01 DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E DESENVOL. RURAL</b>		<b>1.080.000,00</b>	<b>404.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.484.250,00</b>
20	Agricultura	1.080.000,00	404.250,00		1.484.250,00
20.605	Abastecimento	1.080.000,00			1.080.000,00
20.605.0013	PEQUENO PRODUTOR RURAL	1.080.000,00			1.080.000,00
20.605.0013.1.003	CONSTRUÇÃO, AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA	1.080.000,00			1.080.000,00
20.606	Extensão Rural		404.250,00		404.250,00
20.606.0013	PEQUENO PRODUTOR RURAL		404.250,00		404.250,00
20.606.0013.2.011	ASSISTÊNCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL		373.000,00		373.000,00
20.606.0013.2.012	MANUTENÇÃO DA INTEGRAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL		31.250,00		31.250,00
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA</b>		<b>3.910.400,00</b>	<b>4.825.917,73</b>	<b>0,00</b>	<b>8.736.317,73</b>
<b>Unidade: 06.01 DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA</b>		<b>3.910.400,00</b>	<b>4.825.917,73</b>	<b>0,00</b>	<b>8.736.317,73</b>
12	Educação	3.900.000,00	4.646.917,73		8.546.917,73
12.361	Ensino Fundamental	2.550.000,00	1.406.510,00		3.956.510,00
12.361.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	2.550.000,00	1.406.510,00		3.956.510,00
12.361.0004.1.005	AQUISIÇÃO, CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES P/ENSINO FUN	2.050.000,00			2.050.000,00
12.361.0004.1.013	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR	500.000,00			500.000,00
12.361.0004.2.015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		618.410,00		618.410,00
12.361.0004.2.017	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL		788.100,00		788.100,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 3/10

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>					
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA</b>					
<b>Unidade: 06.01 DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA</b>					
12	Educação				
12.362	Ensino Médio				8.546.917,73
12.362.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS		106.250,00		106.250,00
12.362.0004.2.018	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO		106.250,00		106.250,00
12.363	Ensino Profissional		100.000,00		100.000,00
12.363.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS		100.000,00		100.000,00
12.363.0004.2.026	MANUTENÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO MUNICÍPIO		100.000,00		100.000,00
12.364	Ensino Superior		40.000,00		40.000,00
12.364.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS		40.000,00		40.000,00
12.364.0004.2.019	TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS		40.000,00		40.000,00
12.365	Educação Infantil	1.350.000,00	2.616.157,73		3.966.157,73
12.365.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	1.350.000,00	2.616.157,73		3.966.157,73
12.365.0004.1.004	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO INFANTIL				1.350.000,00
12.365.0004.2.013	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE		882.937,50		882.937,50
12.365.0004.2.014	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA		1.543.352,50		1.543.352,50
12.365.0004.2.016	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO INFANTIL		189.867,73		189.867,73
12.366	Educação de Jovens e Adultos		378.000,00		378.000,00
12.366.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS		378.000,00		378.000,00
12.366.0004.2.022	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO - FUNDAMENTAL		297.400,00		297.400,00
12.366.0004.2.023	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO - MÉDIO		80.600,00		80.600,00
13	Cultura	10.400,00	113.250,00		123.650,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico				
13.391.0003	RESGATE E MANUTENÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA	10.400,00	10.400,00		10.400,00
13.391.0003.1.006	RESGATE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL	10.400,00			10.400,00
13.392	Difusão Cultural				
13.392.0003	RESGATE E MANUTENÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA		113.250,00		113.250,00
13.392.0003.2.020	MANUTENÇÃO DAS REPETIDORAS DE SINAIS DE TELEVISÃO		56.500,00		56.500,00
13.392.0003.2.024	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA CULTURA DO MUNICÍPIO		21.000,00		21.000,00
13.392.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS		35.500,00		35.500,00
13.392.0004.2.021	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA		56.750,00		56.750,00
19	Ciência e Tecnologia				
19.573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		65.750,00		65.750,00
19.573.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS		65.750,00		65.750,00
19.573.0004.2.025	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE INGLUSÃO DIGITAL		65.750,00		65.750,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 4/10

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>					
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA</b>		<b>11.661.715,27</b>	<b>11.476.231,73</b>	<b>1.476.745,00</b>	<b>24.714.692,00</b>
<b>Unidade: 06.01 DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA</b>		<b>3.910.400,00</b>	<b>4.825.917,73</b>	<b>0,00</b>	<b>8.736.317,73</b>
		<b>3.910.400,00</b>	<b>4.825.917,73</b>	<b>0,00</b>	<b>8.736.317,73</b>
19	Ciência e Tecnologia		65.750,00		65.750,00
19.573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		65.750,00		65.750,00
19.573.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS		65.750,00		65.750,00
19.573.0004.2.025	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE INGLUSÃO DIGITAL		65.750,00		65.750,00
<b>Órgão: 07.00 SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO</b>					
<b>Unidade: 07.01 DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO</b>		<b>520.000,00</b>	<b>274.550,00</b>	<b>0,00</b>	<b>794.550,00</b>
		<b>520.000,00</b>	<b>274.550,00</b>	<b>0,00</b>	<b>794.550,00</b>
23	Comércio e Serviços	260.000,00	11.300,00		271.300,00
23.695	Turismo	260.000,00	11.300,00		271.300,00
23.695.0014	GRÃO-PARÁ TURISMO	260.000,00	11.300,00		271.300,00
23.695.0014.1.016	CONSTRUÇÃO DO PÓRTICO	260.000,00			260.000,00
23.695.0014.2.028	APOIO A EXPLORAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO		11.300,00		11.300,00
27	Desporto e Lazer	260.000,00	263.250,00		523.250,00
27.812	Desporto Comunitário	260.000,00	263.250,00		523.250,00
27.812.0005	ESPORTE É VIDA	260.000,00	263.250,00		523.250,00
27.812.0005.1.007	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE COMPLEXOS ESPORTIVOS	260.000,00			260.000,00
27.812.0005.2.027	APOIO AO ESPORTE AMADOR		263.250,00		263.250,00
<b>Órgão: 08.00 SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO</b>					
<b>Unidade: 08.02 DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO</b>		<b>1.041.000,00</b>	<b>6.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.047.000,00</b>
		<b>1.041.000,00</b>	<b>6.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.047.000,00</b>
17	Saneamento	1.041.000,00	6.000,00		1.047.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	1.041.000,00	6.000,00		1.047.000,00
17.512.0009	PREVENÇÃO DE DOENÇAS	1.041.000,00	6.000,00		1.047.000,00
17.512.0009.1.014	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE REDE DE ESGOTOS	21.000,00			21.000,00
17.512.0009.1.017	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	1.020.000,00			1.020.000,00
17.512.0009.2.048	MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE SAN		6.000,00		6.000,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 5/10  
Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>					
<b>Órgão: 10.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS</b>					
<b>Unidade: 10.01 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS</b>					
26	Transporte	11.661.715,27	11.476.231,73	1.476.745,00	24.714.692,00
26.782	Transporte Rodoviário	1.350.000,00	1.923.255,00	0,00	3.273.255,00
26.782.0010	ESTRADAS VICINAIS	1.350.000,00	1.923.255,00	0,00	3.273.255,00
26.782.0010.1.011	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS PONTES E BUEIROS	1.050.000,00			1.050.000,00
26.782.0010.1.012	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA SECR. DOS TRANSPORTES E OB	300.000,00			300.000,00
26.782.0010.2.029	ABERTURA E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS		1.923.255,00		1.923.255,00
<b>Órgão: 11.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO</b>					
<b>Unidade: 11.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO</b>					
28	Encargos Especiais	0,00	0,00	1.476.745,00	1.476.745,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	1.476.745,00	1.476.745,00
28.843.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS			770.000,00	770.000,00
28.843.0000.0.001	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA FUNDADA			770.000,00	770.000,00
28.845	Outras Transferências			770.000,00	770.000,00
28.845.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS			506.745,00	506.745,00
28.845.0000.0.002	CONTRIBUIÇÕES AO PASEP			506.745,00	506.745,00
28.845.0000.0.003	INATIVOS A CARGO DO TESOIRO MUNICIPAL			158.745,00	158.745,00
28.846	Outros Encargos Especiais			348.000,00	348.000,00
28.846.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS			200.000,00	200.000,00
28.846.0000.0.004	AMORTIZAÇÃO DE PRECATÓRIOS			200.000,00	200.000,00
<b>Órgão: 15.00 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS</b>					
<b>Unidade: 15.01 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS</b>					
14	Direitos da Cidadania	220.000,00	1.123.784,00	0,00	1.343.784,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	129.250,00	0,00	129.250,00
14.422.0011	CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO		129.250,00		129.250,00
14.422.0011.2.030	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO TUTELAR		129.250,00		129.250,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 6/10  
Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>					
<b>Órgão: 15.00 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS</b>					
<b>Unidade: 15.02 DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</b>					
08	Assistência Social				
08.241	Assistência ao Idoso	11.661.715,27	11.476.231,73	1.476.745,00	24.714.692,00
08.241.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL	220.000,00	1.123.784,00	0,00	1.343.784,00
08.241.0007.2.010	MANUTENÇÃO DO FORTALECIMENTO DE VINCULOS AO IDOSO	220.000,00	892.250,00	0,00	1.112.250,00
08.241.0007.2.046	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTROS DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO				
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente				
08.243.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
08.243.0007.2.032	MANUTENÇÃO DO FORTALECIMENTO DE VINCULOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				
08.244	Assistência Comunitária	220.000,00	281.000,00		281.000,00
08.244.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL	220.000,00	281.000,00		281.000,00
08.244.0007.1.010	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTROS DE MULTIPLO USO E CRAS				
08.244.0007.2.031	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS				
08.244.0007.2.044	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONCESSÃO	220.000,00	196.500,00		196.500,00
<b>Unidade: 15.03 DEPARTAMENTO DA PROT. SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE</b>					
08	Assistência Social	0,00	37.150,00	0,00	37.150,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		37.150,00		37.150,00
08.242.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL		27.150,00		27.150,00
08.242.0007.2.043	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA		27.150,00		27.150,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		10.000,00		10.000,00
08.243.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL		10.000,00		10.000,00
08.243.0007.2.047	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROT. SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO		10.000,00		10.000,00
<b>Unidade: 15.04 DEPARTAMENTO DA PROT.ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE</b>					
08	Assistência Social	0,00	65.134,00	0,00	65.134,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		65.134,00		65.134,00
08.243.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL		65.134,00		65.134,00
08.243.0007.2.045	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXID		65.134,00		65.134,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 7/10  
Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>					
<b>Órgão: 16.00 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA</b>		<b>11.661.715,27</b>	<b>11.476.231,73</b>	<b>1.476.745,00</b>	<b>24.714.692,00</b>
<b>Unidade: 16.01 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA</b>		<b>0,00</b>	<b>26.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.300,00</b>
<b>Unidade: 16.01 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA</b>		<b>0,00</b>	<b>26.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.300,00</b>
08	Assistência Social		26.300,00		26.300,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		26.300,00		26.300,00
08.243.0011	CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO		26.300,00		26.300,00
08.243.0011.2.033	MANUTENÇÃO DO FUNDO PARA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA		26.300,00		26.300,00
<b>Órgão: 17.00 FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO</b>					
<b>Unidade: 17.01 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO</b>		<b>130.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>
<b>Unidade: 17.01 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO</b>		<b>130.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>
16	Habitação	130.000,00			130.000,00
16.482	Habitação Urbana	130.000,00			130.000,00
16.482.0016	HABITAÇÃO PARA TODOS	130.000,00			130.000,00
16.482.0016.1.001	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA CASAS POPULARES COHAB	130.000,00			130.000,00
<b>Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>					
<b>Unidade: 99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>
<b>Unidade: 99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>
99	Reserva de Contingência				100.000,00
99.999	Reserva de Contingência				100.000,00
99.999.0018	RESERVA DE CONTINGÊNCIA - GRÃO-PARÁ				100.000,00
99.999.0018.9.001	RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREFEITURA				100.000,00
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA</b>					
<b>Órgão: 14.00 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS</b>		<b>182.500,00</b>	<b>4.167.312,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.349.812,00</b>
<b>Unidade: 14.01 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS</b>		<b>182.500,00</b>	<b>4.167.312,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.349.812,00</b>
<b>Unidade: 14.01 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS</b>		<b>182.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>182.500,00</b>
10	Saúde	102.500,00			102.500,00
10.301	Atenção Básica	102.500,00			102.500,00
10.301.0006	SAÚDE PARA TODOS	102.500,00			102.500,00
10.301.0006.1.019	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UBS E EQUIPAMENTOS PARA SUS MUNICIPAL	102.500,00			102.500,00
17	Saneamento	80.000,00			80.000,00
17.511	Saneamento Básico Rural	80.000,00			80.000,00
17.511.0006	SAÚDE PARA TODOS	80.000,00			80.000,00
17.511.0006.1.009	CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS	80.000,00			80.000,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 8/10

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA</b>					
<b>Órgão: 14.00 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS</b>					
<b>Unidade: 14.02 DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA</b>					
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica				
10.301.0006	SAÚDE PARA TODOS	182.500,00	4.167.312,00	0,00	4.349.812,00
10.301.0006.2.034	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA	182.500,00	4.167.312,00	0,00	4.349.812,00
10.301.0006.2.035	MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - SF	0,00	3.368.562,00	0,00	3.368.562,00
10.301.0006.2.036	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS		1.874.750,00		1.874.750,00
10.301.0006.2.037	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL - SB		799.250,00		799.250,00
10.301.0006.2.038	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NÚCLEO APOIO SAÚDE FAMÍLIA - NASF		307.912,00		307.912,00
<b>Unidade: 14.03 DEP ATENÇÃO DE MEDIA E ALTA COMP AMB E HOSPITALAR</b>					
10	Saúde	0,00	335.000,00	0,00	335.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		335.000,00		335.000,00
10.302.0006	SAÚDE PARA TODOS		335.000,00		335.000,00
10.302.0006.2.039	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR		335.000,00		335.000,00
<b>Unidade: 14.04 DEPARTAMENTO DA VIGILANCIA EM SAUDE</b>					
10	Saúde	0,00	123.000,00	0,00	123.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		123.000,00		123.000,00
10.304.0006	SAÚDE PARA TODOS		69.500,00		69.500,00
10.304.0006.2.040	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		69.500,00		69.500,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		53.500,00		53.500,00
10.305.0006	SAÚDE PARA TODOS		53.500,00		53.500,00
10.305.0006.2.042	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		53.500,00		53.500,00
<b>Unidade: 14.05 DEPARTAMENTO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA</b>					
10	Saúde	0,00	330.750,00	0,00	330.750,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		330.750,00		330.750,00
10.303.0006	SAÚDE PARA TODOS		330.750,00		330.750,00
10.303.0006.2.041	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		330.750,00		330.750,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 9/10

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA</b>					
<b>Órgão: 14.00 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS</b>		<b>182.500,00</b>	<b>4.167.312,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.349.812,00</b>
<b>Unidade: 14.06 DEPARTAMENTO DA GESTÃO DO SUS</b>		<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>
10	Saúde		10.000,00		10.000,00
10.301	Atenção Básica		10.000,00		10.000,00
10.301.0006	SAÚDE PARA TODOS		10.000,00		10.000,00
10.301.0006.2.049	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS		10.000,00		10.000,00
<b>Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA</b>					
<b>Órgão: 13.00 SAMAE GRAO PARA</b>		<b>105.000,00</b>	<b>826.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>950.000,00</b>
<b>Unidade: 13.01 SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO</b>		<b>105.000,00</b>	<b>826.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>950.000,00</b>
<b>Unidade: 13.01 SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO</b>		<b>105.000,00</b>	<b>826.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>931.000,00</b>
17	Saneamento	105.000,00	826.000,00		931.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	105.000,00	826.000,00		931.000,00
17.512.0017	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS	105.000,00	826.000,00		931.000,00
17.512.0017.1.020	SAMAE - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA	30.000,00			30.000,00
17.512.0017.1.021	SAMAE - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	30.000,00			30.000,00
17.512.0017.1.022	SAMAE - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS	15.000,00			15.000,00
17.512.0017.1.025	AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE DO SAMAE	30.000,00			30.000,00
17.512.0017.2.004	MANUTENÇÃO DO SAMAE		826.000,00		826.000,00
<b>Unidade: 13.99 RESERVA DE CONTINGENCIA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19.000,00</b>
99	Reserva de Contingência				19.000,00
99.999	Reserva de Contingência				19.000,00
99.999.0017	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS				19.000,00
99.999.0017.9.002	RESERVA DE CONTINGÊNCIA - SAMAE				19.000,00
<b>Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE GRAO PARA</b>					
<b>Órgão: 01.00 Órgão 01</b>		<b>99.000,00</b>	<b>594.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>693.000,00</b>
<b>Unidade: 01.01 CÂMARA MUNICIPAL</b>		<b>99.000,00</b>	<b>594.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>693.000,00</b>
01	Legislativa	99.000,00	594.000,00		693.000,00
01.031	Ação Legislativa	99.000,00	594.000,00		693.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	99.000,00	594.000,00		693.000,00
01.031.0001.1.024	AQUISIÇÃO DE ÁREA DE TERRA E CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DO PODER LEG	99.000,00			99.000,00
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL		594.000,00		594.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 10/10

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 7 - CÂMARA MUNICIPAL DE GRAO PARA					
Órgão: 01.00	Órgão 01	99.000,00	594.000,00	0,00	693.000,00
Unidade: 01.01	CÂMARA MUNICIPAL	99.000,00	594.000,00	0,00	693.000,00
01	Legislativa	99.000,00	594.000,00		693.000,00
01.031	Ação Legislativa	99.000,00	594.000,00		693.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	99.000,00	594.000,00		693.000,00
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL		594.000,00		594.000,00
Total geral:					30.707.504,00

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Contador

DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 1/4  
Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa				693.000,00
01.031	Ação Legislativa	99.000,00	594.000,00		693.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	99.000,00	594.000,00		693.000,00
04	Administração		1.829.175,00		1.829.175,00
04.121	Planejamento e Orçamento		83.750,00		83.750,00
04.121.0002	ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ		83.750,00		83.750,00
04.122	Administração Geral		1.282.925,00		1.282.925,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ		1.282.925,00		1.282.925,00
04.123	Administração Financeira		462.500,00		462.500,00
04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ		462.500,00		462.500,00
08	Assistência Social	220.000,00	1.020.834,00		1.240.834,00
08.241	Assistência ao Idoso		283.250,00		283.250,00
08.241.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL		283.250,00		283.250,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		27.150,00		27.150,00
08.242.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL		27.150,00		27.150,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		382.434,00		382.434,00
08.243.0011	CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO		26.300,00		26.300,00
08.243.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL		356.134,00		356.134,00
08.244	Assistência Comunitária	220.000,00	328.000,00		548.000,00
08.244.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL	220.000,00	328.000,00		548.000,00
10	Saúde	102.500,00	4.167.312,00		4.269.812,00
10.301	Atenção Básica	102.500,00	3.378.562,00		3.481.062,00
10.301.0006	SAÚDE PARA TODOS	102.500,00	3.378.562,00		3.481.062,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		335.000,00		335.000,00
10.302.0006	SAÚDE PARA TODOS		335.000,00		335.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		330.750,00		330.750,00
10.303.0006	SAÚDE PARA TODOS		330.750,00		330.750,00
10.304	Vigilância Sanitária		69.500,00		69.500,00
10.304.0006	SAÚDE PARA TODOS		69.500,00		69.500,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		53.500,00		53.500,00
10.305.0006	SAÚDE PARA TODOS		53.500,00		53.500,00
12	Educação	3.900.000,00	4.646.917,73		8.546.917,73
12.361	Ensino Fundamental	2.550.000,00	1.406.510,00		3.956.510,00
12.361.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	2.550.000,00	1.406.510,00		3.956.510,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 2/4  
Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação	3.900.000,00	4.646.917,73		8.546.917,73
12.362	Ensino Médio		106.250,00		106.250,00
12.362.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS		106.250,00		106.250,00
12.363	Ensino Profissional		100.000,00		100.000,00
12.363.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS		100.000,00		100.000,00
12.364	Ensino Superior		40.000,00		40.000,00
12.364.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS		40.000,00		40.000,00
12.365	Educação Infantil	1.350.000,00	2.616.157,73		3.966.157,73
12.365.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	1.350.000,00	2.616.157,73		3.966.157,73
12.366	Educação de Jovens e Adultos		378.000,00		378.000,00
12.366.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS		378.000,00		378.000,00
13	Cultura	10.400,00	113.250,00		123.650,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	10.400,00			10.400,00
13.391.0003	RESGATE E MANUTENÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA	10.400,00			10.400,00
13.392	Difusão Cultural		113.250,00		113.250,00
13.392.0003	RESGATE E MANUTENÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA		56.500,00		56.500,00
13.392.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS		56.750,00		56.750,00
14	Direitos da Cidadania		129.250,00		129.250,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		129.250,00		129.250,00
14.422.0011	CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO		129.250,00		129.250,00
15	Urbanismo	3.000.315,27	922.500,00		3.922.815,27
15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.730.315,27			2.730.315,27
15.451.0012	URBANIZAÇÃO DE VIAS	2.610.315,27			2.610.315,27
15.451.0008	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	120.000,00			120.000,00
15.452	Serviços Urbanos	270.000,00	922.500,00		1.192.500,00
15.452.0008	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	270.000,00	922.500,00		1.192.500,00
16	Habitação	130.000,00			130.000,00
16.482	Habitação Urbana	130.000,00			130.000,00
16.482.0016	HABITAÇÃO PARA TODOS	130.000,00			130.000,00
17	Saneamento	1.226.000,00	832.000,00		2.058.000,00
17.511	Saneamento Básico Rural	80.000,00			80.000,00
17.511.0006	SAÚDE PARA TODOS	80.000,00			80.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	1.146.000,00	832.000,00		1.978.000,00
17.512.0017	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS	105.000,00	826.000,00		931.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 3/4  
Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
17	Saneamento	1.226.000,00	832.000,00		2.058.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	1.146.000,00	832.000,00		1.978.000,00
17.512.0009	PREVENÇÃO DE DOENÇAS	1.041.000,00	6.000,00		1.047.000,00
19	Ciência e Tecnologia				
19.573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		65.750,00		65.750,00
19.573.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS		65.750,00		65.750,00
20	Agricultura	1.080.000,00	404.250,00		1.484.250,00
20.605	Abastecimento	1.080.000,00			1.080.000,00
20.605.0013	PEQUENO PRODUTOR RURAL	1.080.000,00			1.080.000,00
20.606	Extensão Rural		404.250,00		404.250,00
20.606.0013	PEQUENO PRODUTOR RURAL		404.250,00		404.250,00
22	Indústria	410.000,00	140.500,00		550.500,00
22.661	Promoção Industrial		140.500,00		140.500,00
22.661.0015	INCENTIVO À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO		140.500,00		140.500,00
22.662	Produção Industrial	410.000,00			410.000,00
22.662.0015	INCENTIVO À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO	410.000,00			410.000,00
23	Comércio e Serviços	260.000,00	11.300,00		271.300,00
23.695	Turismo	260.000,00	11.300,00		271.300,00
23.695.0014	GRÃO-PARÁ TURISMO	260.000,00	11.300,00		271.300,00
26	Transporte	1.350.000,00	1.923.255,00		3.273.255,00
26.782	Transporte Rodoviário	1.350.000,00	1.923.255,00		3.273.255,00
26.782.0010	ESTRADAS VICINAIS	1.350.000,00	1.923.255,00		3.273.255,00
27	Desporto e Lazer	260.000,00	263.250,00		523.250,00
27.812	Desporto Comunitário	260.000,00	263.250,00		523.250,00
27.812.0005	ESPORTE É VIDA	260.000,00	263.250,00		523.250,00
28	Encargos Especiais			1.476.745,00	1.476.745,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			770.000,00	770.000,00
28.843.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS			770.000,00	770.000,00
28.845	Outras Transferências			506.745,00	506.745,00
28.845.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS			506.745,00	506.745,00
28.846	Outros Encargos Especiais			200.000,00	200.000,00
28.846.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS			200.000,00	200.000,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 4/4  
Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
28	Encargos Especiais			1.476.745,00	1.476.745,00
28.846	Outros Encargos Especiais			200.000,00	200.000,00
28.846.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS			200.000,00	200.000,00
99	Reserva de Contingência				119.000,00
99.999	Reserva de Contingência				119.000,00
99.999.0017	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS				19.000,00
99.999.0018	RESERVA DE CONTIGÊNCIA - GRÃO-PARÁ				100.000,00
Total:		12.048.215,27	17.063.543,73	1.476.745,00	30.707.504,00
Total geral:		12.048.215,27	17.063.543,73	1.476.745,00	30.707.504,00

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Contador

DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 1/4

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	693.000,00		693.000,00
01.031	Ação Legislativa	693.000,00		693.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	693.000,00		693.000,00
04	Administração	1.829.175,00		1.829.175,00
04.121	Planejamento e Orçamento	83.750,00		83.750,00
04.121.0002	ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ	83.750,00		83.750,00
04.122	Administração Geral	1.282.925,00		1.282.925,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ	1.282.925,00		1.282.925,00
04.123	Administração Financeira	462.500,00		462.500,00
04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ	462.500,00		462.500,00
08	Assistência Social	638.684,00	602.150,00	1.240.834,00
08.241	Assistência ao Idoso	78.250,00	205.000,00	283.250,00
08.241.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL	78.250,00	205.000,00	283.250,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência	24.000,00	3.150,00	27.150,00
08.242.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL	24.000,00	3.150,00	27.150,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	287.434,00	95.000,00	382.434,00
08.243.0011	CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO	6.300,00	20.000,00	26.300,00
08.243.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL	281.134,00	75.000,00	356.134,00
08.244	Assistência Comunitária	249.000,00	299.000,00	548.000,00
08.244.0007	ASSISTÊNCIA SOCIAL	249.000,00	299.000,00	548.000,00
10	Saúde	2.959.400,00	1.310.412,00	4.269.812,00
10.301	Atenção Básica	2.340.900,00	1.140.162,00	3.481.062,00
10.301.0006	SAÚDE PARA TODOS	2.340.900,00	1.140.162,00	3.481.062,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	275.000,00	60.000,00	335.000,00
10.302.0006	SAÚDE PARA TODOS	275.000,00	60.000,00	335.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	262.500,00	68.250,00	330.750,00
10.303.0006	SAÚDE PARA TODOS	262.500,00	68.250,00	330.750,00
10.304	Vigilância Sanitária	38.000,00	31.500,00	69.500,00
10.304.0006	SAÚDE PARA TODOS	38.000,00	31.500,00	69.500,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	43.000,00	10.500,00	53.500,00
10.305.0006	SAÚDE PARA TODOS	43.000,00	10.500,00	53.500,00
12	Educação	2.469.667,73	6.077.250,00	8.546.917,73
12.361	Ensino Fundamental	978.250,00	2.978.260,00	3.956.510,00
12.361.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	978.250,00	2.978.260,00	3.956.510,00
12.362	Ensino Médio	5.250,00	101.000,00	106.250,00
12.362.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	5.250,00	101.000,00	106.250,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 2/4

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	2.469.667,73	6.077.250,00	8.546.917,73
12.363	Ensino Profissional	100.000,00		100.000,00
12.363.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	100.000,00		100.000,00
12.364	Ensino Superior	40.000,00		40.000,00
12.364.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	40.000,00		40.000,00
12.365	Educação Infantil	1.241.167,73	2.724.990,00	3.966.157,73
12.365.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	1.241.167,73	2.724.990,00	3.966.157,73
12.366	Educação de Jovens e Adultos	105.000,00	273.000,00	378.000,00
12.366.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	105.000,00	273.000,00	378.000,00
13	Cultura	123.650,00		123.650,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	10.400,00		10.400,00
13.391.0003	RESGATE E MANUTENÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA	10.400,00		10.400,00
13.392	Difusão Cultural	113.250,00		113.250,00
13.392.0003	RESGATE E MANUTENÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA	56.500,00		56.500,00
13.392.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	56.750,00		56.750,00
14	Direitos da Cidadania	129.250,00		129.250,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	129.250,00		129.250,00
14.422.0011	CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO	129.250,00		129.250,00
15	Urbanismo	968.815,27	2.954.000,00	3.922.815,27
15.451	Infra-Estrutura Urbana	130.315,27	2.600.000,00	2.730.315,27
15.451.0012	URBANIZAÇÃO DE VIAS	110.315,27	2.500.000,00	2.610.315,27
15.451.0008	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	20.000,00	100.000,00	120.000,00
15.452	Serviços Urbanos	838.500,00	354.000,00	1.192.500,00
15.452.0008	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	838.500,00	354.000,00	1.192.500,00
16	Habitação	30.000,00	100.000,00	130.000,00
16.482	Habitação Urbana	30.000,00	100.000,00	130.000,00
16.482.0016	HABITAÇÃO PARA TODOS	30.000,00	100.000,00	130.000,00
17	Saneamento	998.000,00	1.060.000,00	2.058.000,00
17.511	Saneamento Básico Rural	20.000,00	60.000,00	80.000,00
17.511.0006	SAÚDE PARA TODOS	20.000,00	60.000,00	80.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	978.000,00	1.000.000,00	1.978.000,00
17.512.0017	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS	931.000,00		931.000,00
17.512.0009	PREVENÇÃO DE DOENÇAS	47.000,00	1.000.000,00	1.047.000,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 3/4

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
19	Ciência e Tecnologia	65.750,00		65.750,00
19.573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	65.750,00		65.750,00
19.573.0004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	65.750,00		65.750,00
20	Agricultura	584.250,00	900.000,00	1.484.250,00
20.605	Abastecimento	180.000,00	900.000,00	1.080.000,00
20.605.0013	PEQUENO PRODUTOR RURAL	180.000,00	900.000,00	1.080.000,00
20.606	Extensão Rural	404.250,00		404.250,00
20.606.0013	PEQUENO PRODUTOR RURAL	404.250,00		404.250,00
22	Indústria	45.250,00	505.250,00	550.500,00
22.661	Promoção Industrial	35.250,00	105.250,00	140.500,00
22.661.0015	INCENTIVO À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO	35.250,00	105.250,00	140.500,00
22.662	Produção Industrial	10.000,00	400.000,00	410.000,00
22.662.0015	INCENTIVO À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO	10.000,00	400.000,00	410.000,00
23	Comércio e Serviços	101.300,00	170.000,00	271.300,00
23.695	Turismo	101.300,00	170.000,00	271.300,00
23.695.0014	GRÃO-PARÁ TURISMO	101.300,00	170.000,00	271.300,00
26	Transporte	1.640.000,00	1.633.255,00	3.273.255,00
26.782	Transporte Rodoviário	1.640.000,00	1.633.255,00	3.273.255,00
26.782.0010	ESTRADAS VICINAIS	1.640.000,00	1.633.255,00	3.273.255,00
27	Desporto e Lazer	273.250,00	250.000,00	523.250,00
27.812	Desporto Comunitário	273.250,00	250.000,00	523.250,00
27.812.0005	ESPORTE É VIDA	273.250,00	250.000,00	523.250,00
28	Encargos Especiais	1.475.500,00	1.245,00	1.476.745,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	770.000,00		770.000,00
28.843.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	770.000,00		770.000,00
28.845	Outras Transferências	505.500,00	1.245,00	506.745,00
28.845.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	505.500,00	1.245,00	506.745,00
28.846	Outros Encargos Especiais	200.000,00		200.000,00
28.846.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	200.000,00		200.000,00
99	Reserva de Contingência			119.000,00
99.999	Reserva de Contingência			119.000,00
99.999.0017	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS			19.000,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 4/4

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
99	Reserva de Contingência			119.000,00
99.999	Reserva de Contingência			119.000,00
99.999.0018	RESERVA DE CONTIGÊNCIA - GRÃO-PARÁ			100.000,00
Total:		15.143.942,00	15.563.562,00	30.707.504,00
Total geral:		15.143.942,00	15.563.562,00	30.707.504,00

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Contador

DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 1/20  
Data: 30/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	390.000,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	1.439.175,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE PLAN.IND.COM. E DESENV.URBANO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	1.829.175,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 2/20

Data: 30/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.546.917,73
07.00 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		0,00	1.214.534,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA		0,00	26.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.240.834,00	0,00	0,00	0,00	8.546.917,73

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 3/20  
Data: 30/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ							
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO		0,00	0,00	3.922.815,27	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		123.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	1.047.000,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		0,00	129.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		123.650,00	129.250,00	3.922.815,27	130.000,00	1.047.000,00	0,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 4/20  
Data: 30/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO		0,00	0,00	0,00	550.500,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL		0,00	1.484.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		65.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	271.300,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		65.750,00	1.484.250,00	0,00	550.500,00	271.300,00	0,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 5/20  
Data: 30/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	390.000,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.439.175,00
04.00 - SECRETARIA DE PLAN.IND.COM. E DESENV.URBANO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.473.315,27
05.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.484.250,00
06.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.736.317,73
07.00 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	523.250,00	0,00	0,00	794.550,00
08.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.047.000,00
10.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		0,00	3.273.255,00	0,00	0,00	0,00	3.273.255,00
11.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	1.476.745,00	0,00	1.476.745,00
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.343.784,00
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.300,00
17.00 - FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
Total:		0,00	3.273.255,00	523.250,00	1.476.745,00	100.000,00	24.714.692,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 6/20

Data: 30/10/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 7/20

Data: 30/10/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		0,00	0,00	0,00	4.269.812,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	4.269.812,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 8/20  
Data: 30/10/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 9/20

Data: 30/10/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 10/20

Data: 30/10/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.349.812,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.349.812,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 11/20

Data: 30/10/2014

Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
13.00 - SAMAE GRAO PARA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 12/20

Data: 30/10/2014

Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
13.00 - SAMAE GRAO PARA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 13/20

Data: 30/10/2014

Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
13.00 - SAMAE GRAO PARA		0,00	0,00	0,00	0,00	931.000,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	931.000,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 14/20  
Data: 30/10/2014

Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
13.00 - SAMAE GRAO PARA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 15/20

Data: 30/10/2014

Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
13.00 - SAMAE GRAO PARA		0,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00	950.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00	950.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 16/20

Data: 30/10/2014

Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - Órgão 01		693.000.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		693.000.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 17/20

Data: 30/10/2014

Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - Órgão 01		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 18/20

Data: 30/10/2014

Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - Órgão 01		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei. nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 19/20

Data: 30/10/2014

Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - Órgão 01		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 20/20

Data: 30/10/2014

Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE GRAO PARA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - Órgão 01		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	693.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	693.000,00
	Total geral:						30.707.504,00

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO

Contador

DIONE HEINZEN

Secretário da Adm e Fazenda



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/10/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 2/9

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ								
4.1.32.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF	3.082,06	2.309,68	0,00	2.000,00	2.100,00	2.205,00	2.315,25
4.1.32.5.01.02.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FUNDEF 60%	1.469,58	1.293,88	0,00	1.100,00	1.155,00	1.212,75	1.273,39
4.1.32.5.01.02.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FUNDEF 40%	1.612,48	1.015,80	0,00	900,00	945,00	992,25	1.041,86
4.1.32.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	2.306,17	1.092,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.05.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Sal. Edu.	0,00	817,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.05.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. -PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.05.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. -PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.05.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. -PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.05.05.00.00	Rec. de Remun. ep. Banc. Rec. Vinc. T.E. Estado	0,00	275,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.05.06.00.00	Remun. Rec. Transf. Convênios Educação - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.05.11.00.00	Remun. Rec. Transf. Convênios Educação - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun. Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.10.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	634,26	322,66	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.32.5.01.10.01.00.00	Remuneração Rec. Apoio a Pessoa Idosa (API)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.10.02.00.00	Remuneração Rec. Programa Pessoa Portadora Defic.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.10.03.00.00	Remuneração Rec. Prog Errad Trabalho Infantil PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.10.04.00.00	Remuneração Rec Piso Básico Fixo (PAIF- PBF)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.32.5.01.10.05.00.00	Remuneração Rec. IGD-SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.10.06.00.00	Remuneração Rec. Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.10.07.00.00	Remuneração Rec. Conv. União - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.10.08.00.00	Remuneração Rec. Conv. Estado - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.10.09.00.00	Remuneração Rec. SCFV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	1.046,13	26.257,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.99.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Convênio SSP - PMilitar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.99.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Convênio SSP - P. Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.99.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Convênio SSP -Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.99.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. COSIP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.99.05.00.00	Rec. de Remun de Dep. Banc. Rec. Vinc. - FEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.99.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec.- Convênio-Estado	0,00	10.459,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.99.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec.- Convênio-União	0,00	15.798,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.99.08.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. - Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	15.324,84	0,00	0,00	5.400,00	5.670,00	5.953,50	6.251,18
4.1.32.5.02.01.00.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança	15.324,84	0,00	0,00	2.700,00	2.835,00	2.976,75	3.125,59
4.1.32.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	0,00	0,00	0,00	2.700,00	2.835,00	2.976,75	3.125,59
RECEITA DE SERVIÇOS								
4.1.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Serv. de Preparação da Terra em Propri. Particular	320,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.45.0.0.0.0.0.0	TRANSFÊRENCIAS CORRENTES	11.698.437,09	12.280.879,38	0,00	16.991.700,00	18.188.585,00	19.083.714,27	20.023.600,01
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFÊRENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.510.967,04	11.962.231,09	0,00	16.551.700,00	17.594.835,00	18.465.276,77	19.379.240,61
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências da União	5.498.584,99	5.656.671,31	0,00	8.188.450,00	8.778.422,50	9.208.043,64	9.659.145,83
4.1.7.2.1.0.0.0.0.0.0.0	Participação na Receita da União	4.999.033,23	5.139.151,74	0,00	7.431.750,00	7.803.337,50	8.193.504,38	8.603.179,59
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.992.324,67	5.132.975,94	0,00	7.425.000,00	7.796.250,00	8.186.062,50	8.595.365,62
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do FPM	3.026.490,16	3.112.522,42	0,00	4.455.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do FPM	1.248.081,21	1.283.244,02	0,00	1.856.250,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do FPM	717.753,30	737.209,50	0,00	1.113.750,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	6.708,56	6.175,80	0,00	6.750,00	7.087,50	7.441,88	7.813,97
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	4.025,09	3.705,45	0,00	4.050,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	1.677,18	1.543,97	0,00	1.687,50	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	1.006,29	926,38	0,00	1.012,50	0,00	0,00	0,00





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Código	Especificação	Arrecadado		Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012			2013	2016
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ							
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ						
4.1.7.2.1.09.00.00.00.00	Outras Transf. da União	22.379,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	22.379,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compem. Finan. pela Exploração Rec.Nat	70.268,37	80.092,97	70.000,00	114.000,00	114.000,00	114.000,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compem. Finan. de Recursos Minerais	7.412,74	4.509,29	10.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	62.855,63	75.583,68	60.000,00	84.000,00	84.000,00	84.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS	81.502,90	112.187,00	114.000,00	196.150,00	202.357,50	208.875,38
4.1.7.2.1.34.00.01.00.00	Transferências do FNAS - Apoio a Pessoa Idosa	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.00.02.00.00	Transf. do FNAS -Prog. Pessoa Port. de Deficiência	0,00	0,00	3.000,00	3.150,00	3.307,50	3.472,88
4.1.7.2.1.34.00.03.00.00	Transferências do FNAS - PETI	0,00	0,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.00.04.00.00	Transferência do FNAS - Bolsa Família	0,00	0,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.7.2.1.34.00.05.00.00	Transferências do FNAS - Piso Básico Fixo - PAIF	0,00	0,00	55.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00
4.1.7.2.1.34.00.06.00.00	Transferências do FNAS - IGD-SUAS	0,00	0,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.7.2.1.34.00.07.00.00	Transferências do FNAS - SCFV	0,00	0,00	0,00	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	303.906,18	302.191,00	381.000,00	463.650,00	486.832,51	511.174,15
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	162.860,32	185.353,39	220.000,00	231.000,00	242.550,00	254.677,50
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transf Diretas do FND E referentes ao PDDE	961,50	0,00	1.000,00	1.050,00	1.102,51	1.157,63
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FND E referentes ao PNAE	49.609,18	35.560,00	81.000,00	118.650,00	124.582,50	130.811,64
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transferências do FND E - PNAE Creche	0,00	0,00	26.000,00	27.300,00	28.665,00	30.098,25
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transferências do FND E - PNAE Pré Escola	0,00	0,00	31.000,00	32.550,00	34.177,50	35.886,38
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transferências do FND E - PNAE Fundamental	0,00	0,00	11.000,00	11.550,00	12.127,50	12.733,88
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transferências do FND E - PNAE - EJA	0,00	0,00	12.000,00	12.600,00	13.230,00	13.891,50
4.1.7.2.1.35.03.05.00.00	Transferências do FND E - PNAE AEE	0,00	0,00	1.000,00	1.050,00	1.102,50	1.157,63
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transferências do FND E - PNAE Médio	0,00	0,00	0,00	33.600,00	35.280,00	37.044,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FND E referentes ao PNATE	90.475,18	81.277,61	79.000,00	82.950,00	87.097,50	91.452,38
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transferências do FND E - PNATE Infantil	0,00	0,00	9.000,00	9.450,00	9.922,50	10.418,63
4.1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transferências do FND E - PNATE Fundamental	0,00	0,00	50.000,00	52.500,00	55.125,00	57.881,25
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transferências do FND E - PNATE Médio	0,00	0,00	20.000,00	21.000,00	22.050,00	23.152,50
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FND E	0,00	0,00	0,00	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.7.2.1.35.99.01.00.00	Outras Transf. do FND E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Outras Transf. do FND E - Apoio a Creches	0,00	0,00	0,00	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	21.495,12	20.130,20	29.700,00	31.185,00	32.744,25	34.381,46
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	12.897,00	12.078,08	17.820,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	5.373,84	5.032,56	7.425,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	3.224,28	3.019,56	4.455,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	2.918,40	162.000,00	170.100,00	178.605,00	187.535,25
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	2.918,40	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Auxílio Financeiro aos Municípios.	0,00	0,00	162.000,00	170.100,00	178.605,00	187.535,25
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Auxílio ao Fomento das Exportações - FEX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Transferências dos Estados	4.699.071,35	4.838.759,55	6.483.250,00	6.842.412,50	7.184.533,13	7.543.759,78
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	4.501.063,55	4.655.727,64	6.483.250,00	6.807.412,50	7.147.783,13	7.505.172,28
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	3.947.141,91	4.076.539,06	5.670.000,00	5.953.500,00	6.251.175,00	6.563.733,75
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS	2.368.284,89	2.444.635,60	3.402.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS	986.785,73	1.020.744,43	1.417.500,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS	592.071,29	611.159,03	850.500,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	450.267,46	501.838,16	715.500,00	751.275,00	788.838,75	828.280,69
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA	270.160,06	301.102,58	429.300,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA	112.567,19	125.459,82	178.875,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ								
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA	67.540,21	75.275,76	0,00	107.325,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	76.365,60	63.014,23	0,00	87.750,00	92.137,50	96.744,38	101.581,59
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	45.819,27	37.808,46	0,00	52.650,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	19.091,47	15.753,62	0,00	21.937,50	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	11.454,86	9.452,15	0,00	13.162,50	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	27.288,58	14.336,19	0,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	198.007,80	183.031,91	0,00	0,00	35.000,00	36.750,00	38.587,50
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Receita p/Serviços de Transporte Escolar	198.007,80	183.031,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.51.00.00.00	Transferências do Estado para Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	36.750,00	38.587,50
4.1.7.2.2.99.51.01.00.00	Transf. Estado - SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecim	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.7.2.2.99.51.02.00.00	Transf. Estado - Benefícios Eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.250,00	5.512,50
TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS								
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.313.310,70	1.466.800,23	0,00	1.880.000,00	1.974.000,00	2.072.700,00	2.176.335,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF 60%	787.986,47	1.089.805,49	0,00	1.480.000,00	1.974.000,00	2.072.700,00	2.176.335,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF 40%	525.324,23	376.994,74	0,00	1.410.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	470.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.3.00.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas ao FIA	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.3.05.01.01.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas ao FIA - Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.3.05.01.02.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas ao FIA - Demais Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.7.5.00.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.5.05.01.00.00.00.00	Transf. de Pessoas ao FIA	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.5.05.01.01.00.00.00	Transf. de Pessoas ao FIA - Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.7.5.05.01.02.00.00.00	Transf. de Pessoas ao FIA - Demais Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.250,00	5.512,50
Transf. de Conv.								
4.1.7.6.00.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Dist. Fed. e suas Entid.	187.470,05	318.648,29	0,00	440.000,00	573.750,00	597.437,50	622.309,40
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin. Programas de Educação	182.751,64	318.648,29	0,00	440.000,00	573.750,00	597.437,50	622.309,40
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados - Transporte Escolar Fundam.	0,00	0,00	0,00	215.000,00	237.500,00	249.375,00	261.843,75
4.1.7.6.2.02.01.00.00.00	Transf. Conv. Estados - Transporte Escolar En Médio	0,00	0,00	0,00	150.000,00	165.375,00	173.643,75	188.200,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	182.751,64	318.648,29	0,00	65.000,00	80.000,00	84.000,00	88.200,00
4.1.7.6.2.99.04.00.00.00	Convênio SSP - Parte polícia Militar	0,00	4.708,22	0,00	225.000,00	336.250,00	348.062,50	360.465,65
4.1.7.6.2.99.05.00.00.00	Convênio SSP - Parte Polícia Civil	4.718,40	4.708,22	0,00	6.000,00	6.300,00	6.615,00	6.945,76
4.1.7.6.2.99.06.00.00.00	Convênio SSP - Parte Município	5.081,50	5.070,58	0,00	8.000,00	8.400,00	8.820,00	9.261,00
4.1.7.6.2.99.07.00.00.00	Convênio Secretaria de Estado da Infra-Estrutura	0,00	304.161,27	0,00	200.000,00	210.000,00	231.525,00	231.525,00
4.1.7.6.2.99.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Estado	172.951,74	0,00	0,00	5.000,00	105.250,00	105.512,50	105.788,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES								
4.1.9.0.00.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	4.718,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.00.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	114.730,35	88.387,14	0,00	218.025,00	228.926,25	240.372,56	252.391,20
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	15.947,11	16.424,12	0,00	112.725,00	118.361,25	124.279,31	130.493,29
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	156,10	2.636,49	0,00	4.050,00	4.252,50	4.465,13	4.688,38
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	71,93	842,66	0,00	1.350,00	1.471,50	1.488,38	1.562,79
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	84,17	1.793,83	0,00	2.700,00	2.835,00	2.976,75	3.125,59
4.1.9.1.1.30.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	2.700,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. dos Tributos	13.937,20	13.786,16	0,00	67.500,00	70.875,00	74.418,75	78.139,69
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. de IPTU	3.882,21	3.957,87	0,00	13.500,00	14.175,00	14.883,75	15.627,94
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	10.054,99	9.828,29	0,00	54.000,00	56.700,00	59.535,00	62.511,75
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	207,91	1,47	0,00	40.500,00	42.525,00	44.651,24	46.883,82
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	207,91	1,47	0,00	40.500,00	42.525,00	44.651,24	46.883,82
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras MJJ Mora Div. Ativ. de Outras Rec. - Principal	0,00	0,00	0,00	20.250,00	21.262,50	22.325,62	23.441,91
4.1.9.1.5.99.02.00.00.00	Parc. - Out. MJJ de Mora da Div. At. de Out. Receitas	0,00	0,00	0,00	20.250,00	21.262,50	22.325,62	23.441,91

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 5/9

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ								
4.1.91.8.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outras Rec.	1.645,90	0,00	0,00	675,00	708,75	744,19	781,40
4.1.91.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	1.645,90	0,00	0,00	675,00	708,75	744,19	781,40
4.1.92.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.915,00	88,53	0,00	1.350,00	1.417,50	1.488,38	1.562,79
4.1.92.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	9.915,00	88,53	0,00	1.350,00	1.417,50	1.488,38	1.562,79
4.1.92.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	9.915,00	88,53	0,00	1.350,00	1.417,50	1.488,38	1.562,79
4.1.93.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	80.451,80	45.151,86	0,00	49.950,00	52.447,50	55.069,87	57.823,37
4.1.93.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	80.451,80	45.151,86	0,00	40.500,00	42.525,00	44.651,25	46.883,81
4.1.93.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	21.359,37	18.978,54	0,00	40.500,00	42.525,00	44.651,25	46.883,81
4.1.93.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	12.814,48	11.386,63	0,00	24.300,00	0,00	0,00	0,00
4.1.93.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	5.339,17	4.744,12	0,00	10.125,00	0,00	0,00	0,00
4.1.93.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	3.204,72	2.847,79	0,00	6.075,00	0,00	0,00	0,00
4.1.93.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	59.093,43	26.173,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.93.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.93.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	0,00	0,00	0,00	9.450,00	9.922,50	10.418,62	10.939,56
4.1.93.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	0,00	0,00	0,00	9.450,00	9.922,50	10.418,62	10.939,56
4.1.93.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Recelit - Princ	0,00	0,00	0,00	9.450,00	9.922,50	10.418,62	10.939,56
4.1.99.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	8.416,44	26.722,63	0,00	54.000,00	56.700,00	59.535,00	62.511,75
4.1.99.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	8.416,44	26.722,63	0,00	54.000,00	56.700,00	59.535,00	62.511,75
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	395.000,00	2.253.712,56	0,00	11.960.000,00	10.720.000,00	2.800.000,00	2.800.000,00
4.2.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	1.160.363,63	0,00	1.700.000,00	1.700.000,00	700.000,00	700.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	1.160.363,63	0,00	1.700.000,00	1.700.000,00	700.000,00	700.000,00
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	0,00	1.160.363,63	0,00	1.700.000,00	1.700.000,00	700.000,00	700.000,00
4.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	52.700,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	50.000,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	50.000,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00
4.2.2.2.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Imóveis	0,00	2.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	395.000,00	1.040.648,93	0,00	10.260.000,00	8.670.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	325.000,00	1.040.648,93	0,00	10.260.000,00	8.670.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	325.000,00	728.845,75	0,00	7.430.000,00	6.360.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	3.400.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	Transf. Convênios da União - Programa Educação	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.03.01.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.05.00.00.00.00	Transf. Conv. União Destin. Prog. Infra-Estrut. Transp	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	325.000,00	728.845,75	0,00	2.430.000,00	1.060.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.01.00.00	Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	2.230.000,00	1.060.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.02.00.00	Transf. de Convênio da União - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Dist.Fed e suas Entid.	0,00	313.803,18	0,00	2.830.000,00	2.310.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00
4.2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.05.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados Destin.Infra-Estrutura Tra	0,00	0,00	0,00	650.000,00	1.200.000,00	400.000,00	400.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	0,00	313.803,18	0,00	1.980.000,00	1.110.000,00	700.000,00	700.000,00
4.2.4.7.2.99.00.01.00.00	Outras Transferências de Convênios com Estados	0,00	0,00	0,00	1.680.000,00	760.000,00	700.000,00	700.000,00
4.2.4.7.2.99.00.02.00.00	Transf. Convênio dos Estados - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	200.000,00	350.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.99.00.03.00.00	Transf. Conv. Estados - Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.852.939,19	-1.919.086,17	0,00	-2.912.540,00	-3.058.167,00	-3.211.075,36	-3.371.629,11
9.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.852.939,19	-1.919.086,17	0,00	-2.912.540,00	-3.058.167,00	-3.211.075,36	-3.371.629,11
9.1.1.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	0,00	0,00	0,00	-50.000,00	-52.500,00	-55.125,00	-57.881,25

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 6/9

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Arrecadado		Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012			2016	2017
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ							
9.1.1.1.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE IMPOSTOS						
9.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	-50.000,00	-52.500,00	-55.125,00	-57.881,25
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU	0,00	0,00	-50.000,00	-52.500,00	-55.125,00	-57.881,25
9.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU	0,00	0,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU	0,00	0,00	-12.500,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU	0,00	0,00	-7.500,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.852.939,19	-1.919.086,17	-2.786.940,00	-2.926.287,00	-3.072.601,36	-3.226.231,41
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.852.939,19	-1.919.567,08	-2.786.940,00	-2.926.287,00	-3.072.601,36	-3.226.231,41
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-961.667,29	-988.206,69	-1.492.290,00	-1.566.904,50	-1.645.249,73	-1.727.512,20
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-957.368,29	-984.180,69	-1.486.350,00	-1.560.667,50	-1.638.700,88	-1.720.635,91
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-958.026,71	-982.945,61	-1.485.000,00	-1.559.250,00	-1.637.212,50	-1.719.073,12
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-573.615,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-239.006,74	-982.945,61	-1.485.000,00	-1.559.250,00	-1.637.212,50	-1.719.073,12
9.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-143.403,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ITR	-1.341,58	-1.235,08	-1.350,00	-1.417,50	-1.488,38	-1.562.793,39
9.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ITR	-804,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ITR	-335,42	-1.235,08	-1.350,00	-1.417,50	-1.488,38	-1.562.793,39
9.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ITR	-201,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-4.299,00	-4.026,00	-5.940,00	-6.237,00	-6.548,85	-6.876.293,29
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-2.579,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-1.074,72	-4.026,00	-5.940,00	-6.237,00	-6.548,85	-6.876.293,29
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-644,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-891.271,90	-928.360,39	-1.294.650,00	-1.359.382,50	-1.427.351,63	-1.498.719,21
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	-891.271,90	-928.360,39	-1.294.650,00	-1.359.382,50	-1.427.351,63	-1.498.719,21
9.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-789.427,45	-815.306,83	-1.134.000,00	-1.190.700,00	-1.250.235,00	-1.312.746.750,00
9.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-473.656,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-197.357,14	-815.306,83	-1.134.000,00	-1.190.700,00	-1.250.235,00	-1.312.746.750,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPVA	-118.414,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPVA	-86.811,46	-100.450,75	-143.100,00	-150.255,00	-157.767,75	-165.656.141,00
9.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPVA	-52.086,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPVA	-21.703,11	-100.450,75	-143.100,00	-150.255,00	-157.767,75	-165.656.141,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	-13.021,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	-15.032,99	-12.602,81	-17.550,00	-18.427,50	-19.348,88	-20.316.323,00
9.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	-9.019,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	-3.756,29	-12.602,81	-17.550,00	-18.427,50	-19.348,88	-20.316.323,00
9.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	-2.254,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.6.2.99.07.00.00.00	Dedução Convênio Secr. Estado da Infra-Estrutura	0,00	-2.519,09	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	-75.600,00	-79.380,00	-83.349,00	-87.516.454,00
9.1.9.1.00.00.00.00.00	Renuncia Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	-75.600,00	-79.380,00	-83.349,00	-87.516.454,00
9.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Renuncia Multas/Juros Dívida Ativa de Tributos	0,00	0,00	-48.600,00	-51.030,00	-53.581,50	-56.260.571,00
9.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Renuncia Multas/Juros Div.Ativ Outros Tributos	0,00	0,00	-10.800,00	-11.340,00	-11.907,00	-12.502.353,00
9.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Renuncia Multas/Juros Mora D.A. Outras Receitas	0,00	0,00	-37.800,00	-39.690,00	-41.674,50	-43.758.222,00
9.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Renuncia Multa/Juros Mora D.A. Outras Receitas	0,00	0,00	-27.000,00	-28.350,00	-29.767,50	-31.255.888,00
9.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Renuncia Multa/Juros Mora D.A. Outras Receitas	0,00	0,00	-27.000,00	-28.350,00	-29.767,50	-31.255.888,00
9.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Ded Outras M/J Mora Div Ativ Outras Rec-Principal	0,00	0,00	-13.500,00	-14.175,00	-14.883,75	-15.627.949,00
9.1.9.1.5.99.02.00.00.00	Ded Parc - Out. M/J de Mora da Div At de Out. Rec.	0,00	0,00	-13.500,00	-14.175,00	-14.883,75	-15.627.949,00
Total por entidade:		11.031.674,22	13.421.201,22	28.393.040,00	28.246.392,00	21.185.211,61	22.086.922.250,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/10/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 7/9  
Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA								
4.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	1.103.060,67	1.272.489,96	0,00	1.704.000,00	1.520.667,60	1.593.701,01	
4.1.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	914.264,66	904.680,23	0,00	1.334.000,00	1.465.542,60	1.535.819,76	
4.1.3.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	12.695,14	7.573,40	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	12.695,14	7.573,40	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	12.695,14	7.573,40	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	12.695,14	7.573,40	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.03.00.00	Rec de Remun de Dep Banc de Rec Vinc - Fundo Saúde	3.844,50	7.573,40	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.03.01.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. -At. Básica - Pab Fixo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.03.02.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - ACS	0,00	1.635,22	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.03.03.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - At. Media Alta Complex	0,00	508,04	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.03.04.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Estado	0,00	537,25	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.03.05.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - As Farm Bas	0,00	233,67	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.03.06.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - Fam. Básica Estado	0,00	4.659,22	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.03.08.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Alienação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.03.09.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.03.10.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - PMAQ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.03.11.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.03.12.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - PSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.03.13.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - NASF União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.03.14.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - Co-Financiamento Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.03.15.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - NASF Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.03.16.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - Conv. União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.03.17.00	Rec. Rem. Dep. Banc. - Conv. Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.03.18.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Vig. Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.06.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Ações Serv Públicos Saúd	654,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.01.99.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vinculados	8.156,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.02.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.02.01.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.02.01.03.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança - Rec. Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.02.99.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.02.99.03.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - Rec. Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES								
4.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	900.635,66	896.557,78	0,00	1.334.000,00	1.465.542,60	1.535.819,76	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Transferências da União	900.635,66	896.557,78	0,00	1.334.000,00	1.465.542,60	1.535.819,76	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	748.297,20	896.557,78	0,00	1.194.000,00	1.251.612,00	1.373.752,26	
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Rec. do SUS - Atenção Básica	612.910,75	763.036,25	0,00	1.194.000,00	1.251.612,00	1.373.752,26	
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Programa Atenção de Média e Alta Complexidade	0,00	83.758,68	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Programa Assistência Farmácia Básica	34.685,95	32.017,80	0,00	70.000,00	60.000,00	60.000,00	
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Programa Assistência Farmacêutica Básica União	0,00	0,00	0,00	30.000,00	33.075,00	34.728,76	
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Programa Teto Financ.Epidemiol. e Controle de Doen	0,00	0,00	0,00	35.000,00	38.587,50	40.516,88	
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transf. de Rec. do SUS -Prog. Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	10.000,00	11.025,00	11.576,25	
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Outras Transferências do SUS	21.120,88	17.745,05	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Atenção Básica	79.579,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	0,00	0,00	0,00	1.049.000,00	1.168.505,10	1.226.930,37	
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	0,00	0,00	0,00	170.000,00	187.425,00	196.796,25	
4.1.7.2.1.33.11.30.00.00	Saúde da Família	0,00	0,00	0,00	879.000,00	934.362,00	1.030.134,12	
4.1.7.2.1.33.11.30.01.00	Agentes Comunitários de Saúde	0,00	0,00	0,00	265.000,00	278.250,00	306.770,63	
4.1.7.2.1.33.11.30.02.00	Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00	190.000,00	210.912,00	232.530,48	
4.1.7.2.1.33.11.30.03.00		0,00	0,00	0,00	88.200,00	92.610,00	97.240,50	

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 8/9  
Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Arrecadado		Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012			2016	2017
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA							
4.1.7.2.1.33.11.30.05.00	Programa Saúde na Escola (PSE)	0,00	0,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.7.2.1.33.11.30.06.00	Núcleo de Apoio a Família (NASF) - União	0,00	0,00	145.000,00	152.250,00	159.862,50	167.855,63
4.1.7.2.1.33.11.30.07.00	Atenção Básica - PMAQ	0,00	0,00	185.000,00	194.250,00	203.962,50	214.160,63
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	152.338,46	0,00	140.000,00	147.000,00	154.350,00	162.067,50
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	152.338,46	0,00	140.000,00	147.000,00	154.350,00	162.067,50
4.1.7.2.2.33.00.01.00.00	Transf. Estado - Nasf - Núcleo Apoio Saúde Família	0,00	0,00	30.000,00	31.500,00	33.075,00	34.728,75
4.1.7.2.2.33.00.02.00.00	Transf. Estado - Farmácia Básica	0,00	0,00	30.000,00	31.500,00	33.075,00	34.728,75
4.1.7.2.2.33.00.03.00.00	Transf. Estado - Co-Financiamento Atenção Básica	0,00	0,00	80.000,00	84.000,00	88.200,00	92.610,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	973,86	549,05	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	973,86	549,05	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	973,86	549,05	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	973,86	549,05	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	188.796,01	367.809,73	370.000,00	112.500,00	55.125,00	57.881,25
4.2.2.0.00.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	50.000,00	80.000,00	52.500,00	55.125,00	57.881,25
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	50.000,00	80.000,00	52.500,00	55.125,00	57.881,25
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00.00	Alienação de Veículos	0,00	0,00	80.000,00	52.500,00	55.125,00	57.881,25
4.2.2.1.6.00.00.00.00.00.00	Allen. de Bens Móveis Adquiridos c/ Recursos Vincul	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.1.6.02.00.00.00.00.00	Recursos do Fundo de Saúde	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.0.00.00.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	188.796,01	317.809,73	290.000,00	60.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	188.796,01	317.809,73	290.000,00	60.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	188.796,01	26.280,00	190.000,00	60.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	0,00	0,00	190.000,00	60.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.01.01.00.00.00.00.00	Transf. de Convênio para SUS	0,00	0,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	188.796,01	26.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	0,00	291.529,73	100.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.01.00.00.00.00.00.00	Transf. de Convênio dos Estados para o SUS	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	0,00	291.529,73	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		1.103.060,67	1.272.489,96	1.704.000,00	1.511.112,00	1.520.667,60	1.593.701,01
Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA							
4.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	RECEITAS	555.237,80	605.865,96	825.000,00	950.000,00	1.090.000,00	1.255.000,00
4.1.0.0.00.00.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	555.237,80	605.865,96	825.000,00	950.000,00	1.090.000,00	1.255.000,00
4.1.3.0.00.00.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	6.734,71	8.343,41	11.000,00	12.650,00	14.547,50	16.729,63
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	6.734,71	8.343,41	11.000,00	12.650,00	14.547,50	16.729,63
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	6.734,71	8.343,41	11.000,00	12.650,00	14.547,50	16.729,63
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	6.734,71	8.343,41	11.000,00	12.650,00	14.547,50	16.729,63
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança	6.734,71	8.343,41	11.000,00	12.650,00	14.547,50	16.729,63
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	532.868,76	582.981,28	788.000,00	906.200,00	1.042.130,00	1.199.949,51
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	531.924,61	582.101,28	786.500,00	904.475,00	1.040.146,25	1.196.168,20
4.1.6.0.0.41.01.00.00.00.00.00	Tarifa de Água Residencial	406.699,07	452.618,38	610.000,00	701.500,00	806.725,00	927.733,75
4.1.6.0.0.41.02.00.00.00.00.00	Tarifa de Água Industrial	12.648,33	18.495,51	25.000,00	28.750,00	33.062,50	38.021,88
4.1.6.0.0.41.03.00.00.00.00.00	Tarifa de Água Poderes Públicos/ Comercial	94.362,63	94.091,08	125.000,00	143.750,00	165.312,50	190.109,38
4.1.6.0.0.41.04.00.00.00.00.00	Ligação de Água	9.578,82	7.384,74	10.000,00	11.500,00	13.225,00	15.208,75
4.1.6.0.0.41.05.00.00.00.00.00	Expediente	631,90	526,30	1.500,00	1.725,00	1.983,75	2.281,31
4.1.6.0.0.41.09.00.00.00.00.00	Outras Receitas	8.004,86	8.985,27	15.000,00	17.250,00	19.837,50	22.813,13
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	7,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.42.01.00.00.00.00.00	Tarifa de Esgoto Residencial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.42.02.00.00.00.00.00	Tarifa de Esgoto Industrial	7,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00.00.00	Serviços de Relacionamento de Água	936,27	880,00	1.500,00	1.725,00	1.983,75	2.281,31

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 9/9  
Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado 2014	LDO 2015	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA								
4.1.60.0.48.01.00.00.00	Tarifa de Religição de Água	936,27	880,00	0,00	1.500,00	1.725,00	1.983,75	2.281,31
4.1.90.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.634,33	14.541,27	0,00	26.000,00	31.150,00	33.322,50	38.320,86
4.1.91.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	5.996,61	6.268,20	0,00	10.000,00	11.500,00	13.225,00	15.208,75
4.1.91.8.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outras Rec.	5.996,61	6.268,20	0,00	10.000,00	11.500,00	13.225,00	15.208,75
4.1.91.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	5.996,61	6.268,20	0,00	10.000,00	11.500,00	13.225,00	15.208,75
4.1.93.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	9.637,72	8.273,07	0,00	16.000,00	19.650,00	20.097,50	23.112,11
4.1.93.2.00.00.00.00.00	Recelita da Dívida Ativa não tributária	9.637,72	8.273,07	0,00	16.000,00	19.650,00	20.097,50	23.112,11
4.1.93.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	9.637,72	8.273,07	0,00	16.000,00	19.650,00	20.097,50	23.112,11
4.1.93.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tributária de Outras Receitas - P	9.637,72	8.273,07	0,00	16.000,00	19.650,00	20.097,50	23.112,11
Total por entidade:		555.237,80	605.865,96	0,00	825.000,00	950.000,00	1.090.000,00	1.255.000,00
Total geral:		12.689.972,69	15.299.557,14	0,00	30.922.040,00	30.707.504,00	23.795.879,21	24.935.623,26

AMILTON ASCARI Prefeito Municipal	VILSON PONCIANO Contador	DIONE HEINZEN Secretário da Adm e Fazenda
--------------------------------------	-----------------------------	--



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014; Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/2

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2011	2012	2013		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	7.780.416,90	8.865.918,17	0,00	10.767.313,20	11.708.677,25
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.222.154,52	4.922.807,20	0,00	6.200.070,00	6.748.384,73
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	830,42	5.488,56	0,00	21.070,00	27.067,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	4.221.324,10	4.917.318,64	0,00	6.179.000,00	6.721.317,73
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.386,07	56.201,16	0,00	52.000,00	20.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	12.386,07	56.201,16	0,00	52.000,00	20.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.545.876,31	3.886.909,81	0,00	4.515.243,20	4.940.292,52
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	112.168,80	50.890,40	0,00	208.000,00	263.150,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	15.847,60	10.634,17	0,00	15.243,20	14.917,52
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	3.417.859,91	3.825.385,24	0,00	4.292.000,00	4.648.685,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op entre Órgãos	0,00	0,00	0,00	0,00	3.540,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.051.023,84	3.203.997,13	0,00	14.295.726,80	12.906.014,75
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	927.372,29	2.952.523,14	0,00	13.174.726,80	12.006.014,75
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	5.428,67	14.707,92	0,00	9.326,80	10.149,48
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	921.943,62	2.937.815,22	0,00	13.165.400,00	11.995.865,27
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	123.651,55	251.473,99	0,00	1.121.000,00	900.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	123.651,55	251.473,99	0,00	1.121.000,00	900.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
Total por entidade:		8.831.440,74	12.069.915,30	0,00	25.163.040,00	24.714.692,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.515.210,65	2.630.184,10	0,00	3.794.000,00	4.086.312,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.571.652,56	1.668.324,44	0,00	2.240.000,00	2.368.662,00
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	2.236,19	1.920,00	0,00	0,00	2.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.569.416,37	1.666.404,44	0,00	2.240.000,00	2.366.662,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	943.558,09	961.859,66	0,00	1.554.000,00	1.717.650,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	80.802,30	112.492,04	0,00	166.000,00	181.700,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	30.787,11	38.965,00	0,00	50.000,00	72.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	831.968,68	810.402,62	0,00	1.338.000,00	1.463.950,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	351.455,53	182.767,85	0,00	480.000,00	263.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	275.678,46	182.767,85	0,00	480.000,00	263.500,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	41,70	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	275.636,76	182.767,85	0,00	480.000,00	262.500,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	75.777,07	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	75.777,07	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		2.866.666,18	2.812.951,95	0,00	4.274.000,00	4.349.812,00
Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	463.887,46	532.321,03	0,00	696.164,55	818.391,04

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014; Realização da despesa por: Empenho

Página: 2/2

Data: 30/10/2014

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO	
		2011	2012	2013		2014	2015
Entidade: 6 - SAMAE DE GRAO PARA							
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	252.166,24	308.749,58	0,00	394.160,43	476.496,75	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	4.526,13	4.986,03	0,00	5.470,11	6.017,12	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	247.640,11	303.763,55	0,00	388.690,32	470.479,63	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	211.721,22	223.571,45	0,00	302.004,12	341.894,29	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	4.526,15	4.986,04	0,00	5.470,10	6.017,12	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	207.195,07	218.585,41	0,00	296.534,02	335.877,17	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	28.444,00	48.918,81	0,00	112.335,45	112.608,96	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	28.444,00	48.918,81	0,00	112.335,45	112.608,96	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	2.263,07	2.493,01	0,00	2.735,05	3.008,56	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	26.180,93	46.425,80	0,00	109.600,40	109.600,40	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	16.500,00	19.000,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	16.500,00	19.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	Reserva de Contingencia	0,00	0,00	0,00	16.500,00	19.000,00	
Total por entidade:		492.331,46	581.239,84	0,00	825.000,00	950.000,00	
Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE GRAO PARA							
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	428.831,35	464.912,30	0,00	560.000,00	584.000,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	386.660,58	419.794,93	0,00	480.000,00	504.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	386.660,58	419.794,93	0,00	480.000,00	504.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.170,77	45.117,37	0,00	80.000,00	80.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	42.170,77	45.117,37	0,00	80.000,00	80.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	4.115,00	6.049,00	0,00	100.000,00	109.000,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	4.115,00	6.049,00	0,00	100.000,00	109.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	4.115,00	6.049,00	0,00	100.000,00	109.000,00	
Total por entidade:		432.946,35	470.961,30	0,00	660.000,00	693.000,00	
Total geral:		12.623.384,73	15.935.068,39	0,00	30.922.040,00	30.707.504,00	

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Contador

DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 1/7

Data: 30/10/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	31.304.559,00	24.396.286,97	25.458.551,36
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	20.584.559,00	21.596.286,97	22.658.551,36
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	2.075.277,75	2.179.041,64	2.287.993,72
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00 IMPOSTOS	1.644.357,75	1.726.575,63	1.812.904,42
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	490.402,50	514.922,62	540.668,76
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	262.500,00	275.625,00	289.406,25
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	161.280,00	169.344,00	177.811,20
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	159.862,50	167.855,62	176.248,41
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00 IRRF s/ Outros Rendimentos	1.417,50	1.488,38	1.562,79
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	66.622,50	69.953,62	73.451,31
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Produção e a Circulação	1.153.955,25	1.211.653,01	1.272.235,66
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.153.955,25	1.211.653,01	1.272.235,66
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.153.955,25	1.211.653,01	1.272.235,66
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS	218.295,00	229.209,76	240.670,24
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	97.807,50	102.697,88	107.832,77
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	7.087,50	7.441,88	7.813,97
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	85.050,00	89.302,50	93.767,62
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	5.670,00	5.953,50	6.251,18
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	120.487,50	126.511,88	132.837,47
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	120.487,50	126.511,88	132.837,47
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	212.625,00	223.256,25	234.419,06
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00 Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	212.625,00	223.256,25	234.419,06
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	83.000,00	84.000,00	85.000,00
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECC	83.000,00	84.000,00	85.000,00
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00 Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	83.000,00	84.000,00	85.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	8.770,00	9.158,50	9.566,43
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	8.770,00	9.158,50	9.566,43
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	8.770,00	9.158,50	9.566,43
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	3.100,00	3.205,00	3.315,25
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB	2.100,00	2.205,00	2.315,25
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FUNDEB 60%	1.155,00	1.212,75	1.273,39
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FUNDEB 40%	945,00	992,25	1.041,86
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Sal. Educaçã	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. -PDDE	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. -PNAE	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. -PNATE	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00 Rec. de Remun. ep. Banc. Rec. Vinc. T.E. Estado	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.06.00.00 Remun. Rec. Transf. Convênios Educação - União	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.11.00.00 Remun. Rec. Transf. Convênios Educação - Estado	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00 Rec de Remun.Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00 Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.10.01.00.00 Remuneração Rec. Apoio a Pessoa Idosa (API)	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.02.00.00 Remuneração Rec. Programa Pessoa Portadora Defi	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.03.00.00 Remuneração Rec. Prog Errad Trabalho Infantil PETI	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.04.00.00 Remuneração Rec Piso Básico Fixo (PAIF- PBF)	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.10.05.00.00 Remuneração Rec. IGD-SUAS	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.06.00.00 Remuneração Rec. Bolsa Família	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.07.00.00 Remuneração Rec. Conv. União - Assistencia Social	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.08.00.00 Remuneração Rec. Conv. Estado - Assistencia Social	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.09.00.00 Remuneração Rec. SCFV	0,00	0,00	0,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 2/7

Data: 30/10/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ				
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Convênio SSP - P.Militar	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Convênio SSP - P. Civil	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Convênio SSP -Prefeitura	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. COSIP	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.05.00.00	Rec. de Remun.de Dep. Banc. Rec. Vinc. - FEP	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc.Rec. - Convênio-Estado	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.00	Rec. de Remun.Dep. Banc.Rec.- Convênio-União	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. - Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	5.670,00	5.953,50	6.251,18
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança	2.835,00	2.976,75	3.125,59
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	2.835,00	2.976,75	3.125,59
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propr Particular	0,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.188.585,00	19.083.714,27	20.023.600,01
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	17.594.835,00	18.465.276,77	19.379.240,61
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	8.778.422,50	9.208.043,64	9.659.145,83
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	7.803.337,50	8.193.504,38	8.603.179,59
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.796.250,00	8.186.062,50	8.595.365,62
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	7.087,50	7.441,88	7.813,97
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	114.000,00	114.000,00	114.000,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	30.000,00	30.000,00	30.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	84.000,00	84.000,00	84.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	196.150,00	202.357,50	208.875,38
4.1.7.2.1.34.00.01.00.00	Transferencias do FNAS - Apoio a Pessoa Idosa	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.00.02.00.00	Transf. do FNAS -Prog. Pessoa Port. de Deficiência	3.150,00	3.307,50	3.472,88
4.1.7.2.1.34.00.03.00.00	Transferências do FNAS - PETI	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.00.04.00.00	Transferência do FNAS - Bolsa Família	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.7.2.1.34.00.05.00.00	Transferências do FNAS - Piso Básico Fixo - PAIF	72.000,00	72.000,00	72.000,00
4.1.7.2.1.34.00.06.00.00	Transferências do FNAS - IGD-SUAS	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.7.2.1.34.00.07.00.00	Transferências do FNAS - SCFV	100.000,00	105.000,00	110.250,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	463.650,00	486.832,51	511.174,15
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	231.000,00	242.550,00	254.677,50
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	1.050,00	1.102,51	1.157,63
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	118.650,00	124.582,50	130.811,64
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transferências do FNDE - PNAE Creche	27.300,00	28.665,00	30.098,25
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transferências do FNDE - PNAE Pré Escola	32.550,00	34.177,50	35.886,38
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transferências do FNDE - PNAE Fundamental	11.550,00	12.127,50	12.733,88
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transferências do FNDE - PNAE - EJA	12.600,00	13.230,00	13.891,50
4.1.7.2.1.35.03.05.00.00	Transferências do FNDE - PNAE AEE	1.050,00	1.102,50	1.157,63
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transferências do FNDE - PNAE Médio	33.600,00	35.280,00	37.044,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	82.950,00	87.097,50	91.452,38
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transferências do FNDE - PNATE Infantil	9.450,00	9.922,50	10.418,63
4.1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transferências do FNDE - PNATE Fundamental	52.500,00	55.125,00	57.881,25
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transferências do FNDE - PNATE Médio	21.000,00	22.050,00	23.152,50
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.7.2.1.35.99.01.00.00	Outras Transf. do FNDE	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Outras Transf. do FNDE - Apoio a Creches	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	31.185,00	32.744,25	34.381,46
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	170.100,00	178.605,00	187.535,25

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 3/7  
 Data: 30/10/2014

**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ				
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Auxílio Financeiro aos Municípios.	170.100,00	178.605,00	187.535,25
4.1.7.2.1.99.03.00.00.00	Auxílio ao Fomento das Exportações - FEX	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	6.842.412,50	7.184.533,13	7.543.759,78
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	6.807.412,50	7.147.783,13	7.505.172,28
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	5.953.500,00	6.251.175,00	6.563.733,75
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	751.275,00	788.838,75	828.280,69
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	92.137,50	96.744,38	101.581,59
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	35.000,00	36.750,00	38.587,50
4.1.7.2.2.99.51.00.00.00	Transferências do Estado para Assistência Social	35.000,00	36.750,00	38.587,50
4.1.7.2.2.99.51.01.00.00	Transf. Estado - SCFV - Serviço de Convivência e Foi	30.000,00	31.500,00	33.075,00
4.1.7.2.2.99.51.02.00.00	Transf. Estado - Benefícios Eventuais	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.974.000,00	2.072.700,00	2.176.335,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.974.000,00	2.072.700,00	2.176.335,00
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.3.0.51.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas ao FIA	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.3.0.51.01.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas ao FIA - Imposto de Re	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.7.3.0.51.02.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas ao FIA - Demais Recur	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.5.0.51.00.00.00.00	Transf. de Pessoas ao FIA	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.1.7.5.0.51.01.00.00.00	Transf. de Pessoas ao FIA - Imposto de Renda	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.7.5.0.51.02.00.00.00	Transf. de Pessoas ao FIA - Demais Recursos	5.000,00	5.250,00	5.512,50
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	573.750,00	597.437,50	622.309,40
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	573.750,00	597.437,50	622.309,40
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	237.500,00	249.375,00	261.843,75
4.1.7.6.2.02.01.00.00.00	Transf. Conv. Estados - Transporte Escolar Fundam.	157.500,00	165.375,00	173.643,75
4.1.7.6.2.02.02.00.00.00	Transf. Conv. Estados -Transporte Escolar En Médio	80.000,00	84.000,00	88.200,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	336.250,00	348.062,50	360.465,65
4.1.7.6.2.99.04.00.00.00	Convênio SSP - Parte policia Militar	6.300,00	6.615,00	6.945,76
4.1.7.6.2.99.05.00.00.00	Convênio SSP - Parte Polícia Civil	6.300,00	6.615,00	6.945,76
4.1.7.6.2.99.06.00.00.00	Convênio SSP - Parte Município	8.400,00	8.820,00	9.261,00
4.1.7.6.2.99.07.00.00.00	Convênio Secretaria de Estado da Infra-Estrutura	210.000,00	220.500,00	231.525,00
4.1.7.6.2.99.99.00.00.00	Outros Convênios com Estado	105.250,00	105.512,50	105.788,13
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	228.926,25	240.372,56	252.391,20
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	118.361,25	124.279,31	130.493,29
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	4.252,50	4.465,13	4.688,38
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	1.417,50	1.488,38	1.562,79
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	2.835,00	2.976,75	3.125,59
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	70.875,00	74.418,75	78.139,69
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	14.175,00	14.883,75	15.627,94
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	56.700,00	59.535,00	62.511,75
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	42.525,00	44.651,24	46.883,82
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	42.525,00	44.651,24	46.883,82
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	21.262,50	22.325,62	23.441,91
4.1.9.1.5.99.02.00.00.00	Parc - Out. M/J de Mora da Div At de Out. Receitas	21.262,50	22.325,62	23.441,91
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	708,75	744,19	781,40
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	708,75	744,19	781,40
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.417,50	1.488,38	1.562,79
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	1.417,50	1.488,38	1.562,79
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituiçoes	1.417,50	1.488,38	1.562,79

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Página: 4/7

Data: 30/10/2014

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ				
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	52.447,50	55.069,87	57.823,37
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	42.525,00	44.651,25	46.883,81
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	42.525,00	44.651,25	46.883,81
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	9.922,50	10.418,62	10.939,56
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	9.922,50	10.418,62	10.939,56
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	9.922,50	10.418,62	10.939,56
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	56.700,00	59.535,00	62.511,75
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	56.700,00	59.535,00	62.511,75
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	10.720.000,00	2.800.000,00	2.800.000,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.700.000,00	700.000,00	700.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.700.000,00	700.000,00	700.000,00
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	1.700.000,00	700.000,00	700.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	350.000,00	0,00	0,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	350.000,00	0,00	0,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	350.000,00	0,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.670.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.670.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	6.360.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	3.400.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	1.000.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.05.00.00.00.00	Transf. Conv União Dest.Prog. Infra-Estrut.Transp	900.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	1.060.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.01.00.00	Outras Transferências da União	1.060.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.02.00.00	Transf. de Convênio da União - Assistência Social	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	2.310.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00
4.2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.05.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados Dest.Infra-Estrutura Tra	1.200.000,00	400.000,00	400.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	1.110.000,00	700.000,00	700.000,00
4.2.4.7.2.99.00.01.00.00	Outras Transferências de Convênios com Estados	760.000,00	700.000,00	700.000,00
4.2.4.7.2.99.00.02.00.00	Transf. Convênio dos Estados - Assistência Social	350.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.99.00.03.00.00	Transf. Conv. Estados - Segurança Pública	0,00	0,00	0,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(3.058.167,00)	(3.211.075,36)	(3.371.629,11)
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(3.058.167,00)	(3.211.075,36)	(3.371.629,11)
9.1.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	(52.500,00)	(55.125,00)	(57.881,25)
9.1.1.1.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE IMPOSTOS	(52.500,00)	(55.125,00)	(57.881,25)
9.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	(52.500,00)	(55.125,00)	(57.881,25)
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU	(52.500,00)	(55.125,00)	(57.881,25)
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(2.926.287,00)	(3.072.601,36)	(3.226.231,41)
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	(2.926.287,00)	(3.072.601,36)	(3.226.231,41)
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(1.566.904,50)	(1.645.249,73)	(1.727.512,20)
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(1.560.667,50)	(1.638.700,88)	(1.720.635,91)
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(1.559.250,00)	(1.637.212,50)	(1.719.073,12)
9.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	(1.559.250,00)	(1.637.212,50)	(1.719.073,12)
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ITR	(1.417,50)	(1.488,38)	(1.562,79)
9.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ITR	(1.417,50)	(1.488,38)	(1.562,79)
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(6.237,00)	(6.548,85)	(6.876,29)
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(6.237,00)	(6.548,85)	(6.876,29)
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(1.359.382,50)	(1.427.351,63)	(1.498.719,21)
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(1.359.382,50)	(1.427.351,63)	(1.498.719,21)



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 5/7  
 Data: 30/10/2014

**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ				
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	(1.190.700,00)	(1.250.235,00)	(1.312.746,75)
9.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	(1.190.700,00)	(1.250.235,00)	(1.312.746,75)
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPVA	(150.255,00)	(157.767,75)	(165.656,14)
9.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPVA	(150.255,00)	(157.767,75)	(165.656,14)
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Ex	(18.427,50)	(19.348,88)	(20.316,32)
9.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Ex	(18.427,50)	(19.348,88)	(20.316,32)
9.1.9.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO OUTRAS RECEITAS CORRENTES	(79.380,00)	(83.349,00)	(87.516,45)
9.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Renuncia Multas e Juros de Mora	(79.380,00)	(83.349,00)	(87.516,45)
9.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Renuncia Multas/Juros Divida Ativa de Tributos	(51.030,00)	(53.581,50)	(56.260,57)
9.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Renuncia de Multas/Juros de Mora Divi.Ativ. s/IPTU	(11.340,00)	(11.907,00)	(12.502,35)
9.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Renuncia Multas/Juros Div.Ativ Outros Tributos	(39.690,00)	(41.674,50)	(43.758,22)
9.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Renuncia Multa/Juros Mora D.A. Outras Receitas	(28.350,00)	(29.767,50)	(31.255,88)
9.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Renuncia Multa/Juros Mora D.A. Outras Receitas	(28.350,00)	(29.767,50)	(31.255,88)
9.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Ded Outras M/J Mora Div Ativ Outras Rec -Principal	(14.175,00)	(14.883,75)	(15.627,94)
9.1.9.1.5.99.02.00.00.00	Ded Parc - Out. M/J de Mora da Div At de Out. Rec.	(14.175,00)	(14.883,75)	(15.627,94)
Total entidade:		28.246.392,00	21.185.211,61	22.086.922,25
4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	1.511.112,00	1.520.667,60	1.593.701,01
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.398.612,00	1.465.542,60	1.535.819,76
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - At. Básica - Pab Fixo	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - ACS	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - At. Media Alta Complex	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Vig. Saúde	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Farmácia Bá	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - Farm. Básica Estado	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.08.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Alienação	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.09.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - PMAQ	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.11.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - PSF	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - PSE	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - NASF União	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.14.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - Co-Financiamento Esta	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.15.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - NASF Estado	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.16.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - Conv. União	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.17.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. - Conv. Estado	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.18.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Vig. Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.01.03.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança - Rec. Or	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.99.03.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.- Rec.	0,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.398.612,00	1.465.542,60	1.535.819,76
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.398.612,00	1.465.542,60	1.535.819,76
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	1.251.612,00	1.311.192,60	1.373.752,26
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.251.612,00	1.311.192,60	1.373.752,26



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 6/7  
 Data: 30/10/2014

**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA				
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Programa Atenção de Média e Alta Complexidade	60.000,00	60.000,00	60.000,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Programa Vigilância em Saúde	31.500,00	33.075,00	34.728,76
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Programa Assistência Farmacêutica Básica União	36.750,00	38.587,50	40.516,88
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Programa Teto Financ.Epidemiol. e Controle de Doen	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	1.112.862,00	1.168.505,10	1.226.930,37
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	178.500,00	187.425,00	196.796,25
4.1.7.2.1.33.11.30.00.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	934.362,00	981.080,10	1.030.134,12
4.1.7.2.1.33.11.30.01.00	Saúde da Família	278.250,00	292.162,50	306.770,63
4.1.7.2.1.33.11.30.02.00	Agentes Comunitários de Saúde	210.912,00	221.457,60	232.530,48
4.1.7.2.1.33.11.30.03.00	Saúde Bucal	88.200,00	92.610,00	97.240,50
4.1.7.2.1.33.11.30.05.00	Programa Saúde na Escola (PSE)	10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.1.7.2.1.33.11.30.06.00	Núcleo de Apoio a Família (NASF) - União	152.250,00	159.862,50	167.855,63
4.1.7.2.1.33.11.30.07.00	Atenção Básica - PMAQ	194.250,00	203.962,50	214.160,63
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	147.000,00	154.350,00	162.067,50
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	147.000,00	154.350,00	162.067,50
4.1.7.2.2.33.00.01.00.00	Transf. Estado - Nasf - Nucleo Apoio Saúde Família	31.500,00	33.075,00	34.728,75
4.1.7.2.2.33.00.02.00.00	Transf. Estado - Farmácia Básica	31.500,00	33.075,00	34.728,75
4.1.7.2.2.33.00.03.00.00	Transf. Estado - Co-Financiamento Atenção Básica	84.000,00	88.200,00	92.610,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	0,00	0,00	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	112.500,00	55.125,00	57.881,25
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	52.500,00	55.125,00	57.881,25
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	52.500,00	55.125,00	57.881,25
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00	Alienação de Veículos	52.500,00	55.125,00	57.881,25
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	60.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	60.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	60.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	60.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	0,00	0,00	0,00
Total entidade:		1.511.112,00	1.520.667,60	1.593.701,01
6 - SAMAE DE GRAO PARA				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	950.000,00	1.090.000,00	1.255.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	950.000,00	1.090.000,00	1.255.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	12.650,00	14.547,50	16.729,63
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	12.650,00	14.547,50	16.729,63
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	12.650,00	14.547,50	16.729,63
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	12.650,00	14.547,50	16.729,63
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança	12.650,00	14.547,50	16.729,63
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	906.200,00	1.042.130,00	1.199.949,51
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	904.475,00	1.040.146,25	1.196.168,20
4.1.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de Água Residencial	701.500,00	806.725,00	927.733,75
4.1.6.0.0.41.02.00.00.00	Tarifa de Água Industrial	28.750,00	33.062,50	38.021,88
4.1.6.0.0.41.03.00.00.00	Tarifa de Água Poderes Públicos/ Comercial	143.750,00	165.312,50	190.109,38
4.1.6.0.0.41.04.00.00.00	Ligação de Água	11.500,00	13.225,00	15.208,75
4.1.6.0.0.41.05.00.00.00	Expediente	1.725,00	1.983,75	2.281,31
4.1.6.0.0.41.09.00.00.00	Outras Receitas	17.250,00	19.837,50	22.813,13
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	0,00	0,00	1.500,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**Página: 7/7  
Data: 30/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
<b>6 - SAMAE DE GRAO PARA</b>			
4.1.6.0.0.42.01.00.00.00 Tarifa de Esgoto Residencial	0,00	0,00	1.500,00
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00 Serviços de Religamento de Água	1.725,00	1.983,75	2.281,31
4.1.6.0.0.48.01.00.00.00 Tarifa de Religação de Água	1.725,00	1.983,75	2.281,31
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.150,00	33.322,50	38.320,86
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora	11.500,00	13.225,00	15.208,75
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	11.500,00	13.225,00	15.208,75
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00 Outras Multas e Juros de Mora	11.500,00	13.225,00	15.208,75
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	19.650,00	20.097,50	23.112,11
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00 Receita da Dívida Ativa não tributária	19.650,00	20.097,50	23.112,11
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00 Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	19.650,00	20.097,50	23.112,11
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00 Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	19.650,00	20.097,50	23.112,11
Total entidade:	950.000,00	1.090.000,00	1.255.000,00
Total geral:	30.707.504,00	23.795.879,21	24.935.623,26

AMILTON ASCARI  
Prefeito MunicipalVILSON PONCIANO  
ContadorDIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Página: 1/1  
 Data: 30/10/2014

**Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

**As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:**

Programa	R\$ 1,00		
	2015	2016	2017
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>			
0 OPERAÇÕES ESPECIAIS	1.476.745,00	1.302.025,25	1.328.569,51
2 ADMINISTRAÇÃO DE GRÃO-PARÁ	1.829.175,00	1.867.706,75	1.960.665,10
3 RESGATE E MANUTENÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA	66.900,00	69.475,00	72.178,76
4 EDUCAÇÃO PARA TODOS	8.669.417,73	5.062.675,24	5.297.805,68
5 ESPORTE É VIDA	523.250,00	365.912,50	379.208,13
7 ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.214.534,00	830.250,00	868.313,51
8 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	1.312.500,00	1.004.975,00	1.049.523,78
9 PREVENÇÃO DE DOENÇAS	1.047.000,00	48.050,00	49.152,50
10 ESTRADAS VICINAIS	3.273.255,00	3.679.024,75	3.905.725,45
11 CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO	155.550,00	163.327,50	171.493,89
12 URBANIZAÇÃO DE VIAS	2.610.315,27	2.165.587,12	2.186.164,53
13 PEQUENO PRODUTOR RURAL	1.484.250,00	524.212,50	545.173,13
14 GRÃO-PARÁ TURISMO	271.300,00	91.615,00	91.945,76
15 INCENTIVO À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO	550.500,00	191.025,00	191.576,26
16 HABITAÇÃO PARA TODOS	130.000,00	0,00	0,00
18 RESERVA DE CONTIGÊNCIA - GRÃO-PARÁ	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Total da entidade:	24.714.692,00	17.465.861,61	18.197.495,99
<b>4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ</b>			
6 SAÚDE PARA TODOS	4.349.812,00	4.512.367,60	4.719.094,77
Total da entidade:	4.349.812,00	4.512.367,60	4.719.094,77
<b>6 - SAMAE DE GRÃO PARÁ</b>			
17 ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS	950.000,00	1.090.000,00	1.255.000,00
Total da entidade:	950.000,00	1.090.000,00	1.255.000,00
<b>7 - CÂMARA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</b>			
1 PROCESSO LEGISLATIVO	693.000,00	727.650,00	764.032,50
Total da entidade:	693.000,00	727.650,00	764.032,50
Total geral:	30.707.504,00	23.795.879,21	24.935.623,26

AMILTON ASCARI  
 Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
 Contador

DIONE HEINZEN  
 Secretário da Adm e Fazenda

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 1/2

Data: 30/10/2014

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	0,00	16.736.000,00	18.537.777,50	19.875.004,00	20.940.754,21	22.077.742,01
Receita Tributária	0,00	1.880.000,00	1.952.192,50	2.022.777,75	2.123.916,64	2.230.112,47
Receita de Contribuição	0,00	100.000,00	72.000,00	83.000,00	84.000,00	85.000,00
Receita Patrimonial	0,00	52.500,00	18.400,00	21.420,00	23.706,00	26.296,06
Aplicações Financeiras (II)	0,00	52.500,00	18.400,00	21.420,00	23.706,00	26.296,06
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	13.769.000,00	15.538.760,00	16.660.910,00	17.476.655,51	18.333.188,36
Demais Receitas Correntes	0,00	934.500,00	956.425,00	1.086.896,25	1.232.476,06	1.403.145,12
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)</b>	0,00	16.683.500,00	18.519.377,50	19.853.584,00	20.917.048,21	22.051.445,95
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IV)</b>	0,00	8.264.000,00	12.330.000,00	10.832.500,00	2.855.125,00	2.857.881,25
Operações de Crédito (V)	0,00	525.000,00	1.700.000,00	1.700.000,00	700.000,00	700.000,00
Amortização de Empréstimo (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	0,00	300.000,00	80.000,00	402.500,00	55.125,00	57.881,25
Transferência de Capital	0,00	7.439.000,00	10.550.000,00	8.730.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)</b>	0,00	7.439.000,00	10.550.000,00	8.730.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)</b>	0,00	24.122.500,00	29.069.377,50	28.583.584,00	23.017.048,21	24.151.445,95
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>	14.998.172,07	25.000.000,00	30.922.040,00	17.197.380,29	18.471.172,61	19.548.912,77
Pessoal e Encargos Sociais	7.969.736,03	0,00	0,00	10.097.543,48	10.622.607,50	11.205.638,96
Juros e Encargos da Dívida (XI)	70.000,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
Outras Despesas Correntes	6.958.436,04	14.492.940,21	15.817.477,75	7.079.836,81	7.828.565,11	8.323.273,81
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)</b>	14.928.172,07	25.000.000,00	30.922.040,00	17.177.380,29	18.451.172,61	19.528.912,77
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XIII)</b>	12.666.427,93	0,00	0,00	13.391.123,71	5.202.906,60	5.261.610,49
Investimentos	12.491.427,93	0,00	0,00	12.491.123,71	4.452.906,60	4.511.610,49
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	175.000,00	0,00	0,00	900.000,00	750.000,00	750.000,00
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)</b>	12.491.427,93	0,00	0,00	12.491.123,71	4.452.906,60	4.511.610,49
<b>RESERVA LEGAL RPPS (XVI)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)</b>	23.400,00	21.080,00	116.500,00	119.000,00	121.800,00	125.100,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 2/2

Data: 30/10/2014

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	23.400,00	21.080,00	116.500,00	119.000,00	121.800,00	125.100,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)	27.443.000,00	25.021.080,00	31.038.540,00	29.787.504,00	23.025.879,21	24.165.623,26
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	(27.443.000,00)	(898.580,00)	(1.969.162,50)	(1.203.920,00)	(8.831,00)	(14.177,31)

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Contador

DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ**

Página: 1/1  
 Data: 30/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2012 (b)	2013 (c)	2014 (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.042.933,02	2.251.930,18	1.508.743,77	2.771.550,41	2.113.357,05	1.653.143,69
Pecatórios	355.338,15	303.819,34	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00
Operações de crédito	1.222.545,23	1.060.032,13	685.000,00	1.798.000,00	1.340.000,00	980.000,00
Tributos federais	43.993,63	38.078,71	29.670,00	21.270,00	12.870,00	4.450,00
Previdenciárias (INSS)	421.056,01	850.000,00	794.073,77	752.280,41	710.487,05	668.693,69
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	2.042.933,02	2.251.930,18	1.508.743,77	2.771.550,41	2.113.357,05	1.653.143,69
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	417.875,26	600.000,00	349.322,69	295.322,69	235.322,69	169.322,69
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	1.625.057,76	1.651.930,18	1.159.421,08	2.476.227,72	1.878.034,36	1.483.821,00
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	1.295.616,81	26.872,42	(492.509,10)	1.316.806,64	(598.193,36)	(394.213,36)

\* : Refere-se ao resultados\_nominais\_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2012 no resultados\_nominais\_valor de R\$ 329.440,95.

AMILTON ASCARI  
 Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
 Contador

DIONE HEINZEN  
 Secretário da Adm e Fazenda

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ**Página: 1/1  
Data: 30/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.042.933,02	2.251.930,18	1.508.743,77	2.771.550,41	2.113.357,05	1.653.143,69
Precatórios	355.338,15	303.819,34	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00
Operações de crédito	1.222.545,23	1.060.032,13	685.000,00	1.798.000,00	1.340.000,00	980.000,00
Tributos federais	43.993,63	38.078,71	29.670,00	21.270,00	12.870,00	4.450,00
Previdenciárias (INSS)	421.056,01	850.000,00	794.073,77	752.280,41	710.487,05	668.693,69
DCL (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

\_\_\_\_\_  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal\_\_\_\_\_  
VILSON PONCIANO  
Contador\_\_\_\_\_  
DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ**Página: 1/1  
Data: 30/10/2014**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	22.265.388,50	23.453.807,95	24.719.648,41
Receita Tributária	1.584.875,25	1.664.119,02	1.747.324,96
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	21.420,00	23.706,00	26.296,06
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	906.200,00	1.042.130,00	1.199.949,51
Transferências Correntes	19.572.197,00	20.533.506,87	21.542.882,27
Outras Receitas Correntes	180.696,25	190.346,06	203.195,61
DEDUÇÕES (II)	4.900.287,00	5.145.301,36	5.402.566,41
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	2.926.287,00	3.072.601,36	3.226.231,41
Transf. de Recursos do FUNDEF	1.974.000,00	2.072.700,00	2.176.335,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	17.365.101,50	18.308.506,59	19.317.082,00

\_\_\_\_\_  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal\_\_\_\_\_  
VILSON PONCIANO  
Contador\_\_\_\_\_  
DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - Portaria 637/2012

Página: 1/1

Data: 30/10/2014

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
SURGIMENTO DE PROCESSOS DE PRECATÓRIOS NÃO CONHECIDOS PELO MUNICÍPIO.	50.000,00	AMORTIZAÇÃO DE DÉBITOS QUE FORAM INSCRITOS.	50.000,00
ALTERAÇÃO DO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO COM ALICOTAS SUPERIORES À INFLAÇÃO ANUAL DIVULGADA.	100.000,00	PAGAR O PISO ESTABELECIDO.	100.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>150.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>150.000,00</b>
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
CRISE ECONÔMICA. AFETANDO A ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS E RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS.	300.000,00	REDUÇÃO DE DESPESAS.	300.000,00
ARRECADAÇÃO A MENOR QUE O PREVISTO.	1.000.000,00	AUMENTAR A FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS DE COMPETENCIA DO MUNICÍPIO E REDUÇÃO DE DESPESAS.	1.000.000,00
POSSÍVEIS INTEMPÉRIES DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014 QUE AFETAM DIRETAMENTE O SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL, TORNANDO VÁRIOS TRECHOS INTRAFEGÁVEIS.	105.000,00	RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO.	105.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.405.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.405.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.555.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.555.000,00</b>

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Contador

DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 1/1  
Data: 30/10/2014

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	2015			2016			2017		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	30.707.504,00	30.707.504,00	---	23.795.879,21	23.795.879,21	---	24.935.623,26	24.935.623,26	---
Receitas Primárias (I)	28.583.584,00	28.583.584,00	---	23.017.048,21	23.017.048,21	---	24.151.445,95	24.151.445,95	---
Despesa Total	30.707.504,00	30.707.504,00	---	23.795.879,21	23.795.879,21	---	24.935.623,26	24.935.623,26	---
Despesas Primárias (II)	29.787.504,00	29.787.504,00	---	23.025.879,21	23.025.879,21	---	24.165.623,26	24.165.623,26	---
Resultado Primário III = (I-II)	(1.203.920,00)	(1.203.920,00)	---	(8.831,00)	(8.831,00)	---	(14.177,31)	(14.177,31)	---
Resultado Nominal	1.316.806,64	1.316.806,64	---	(598.193,36)	(598.193,36)	---	(394.213,36)	(394.213,36)	---
Dívida Pública Consolidada	2.771.550,41	2.771.550,41	---	2.113.357,05	2.113.357,05	---	1.653.143,69	1.653.143,69	---
Dívida Consolidada Líquida	2.771.550,41	2.771.550,41	---	2.113.357,05	2.113.357,05	---	1.653.143,69	1.653.143,69	---

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Contador

DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1/1  
Data: 30/10/2014

**Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014; Realização da despesa por: Empenho

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2013 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2013 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	25.000.000,00	----	----	----	----	0,000
Receitas Primárias (I)	24.122.500,00	----	0,00	----	(24.122.500,00)	(100,000)
Despesa Total	25.000.000,00	----	0,00	----	(25.000.000,00)	(100,000)
Despesas Primárias (II)	25.000.000,00	----	0,00	----	(25.000.000,00)	(100,000)
Resultado Primário (III) = (I-II)	(877.500,00)	----	0,00	----	877.500,00	(100,000)
Resultado Nominal	26.872,42	----	0,00	0,000	(26.872,42)	(100,000)
Dívida Pública Consolidada	2.251.930,18	----	0,00	0,000	(2.251.930,18)	(100,000)
Dívida Consolidada Líquida	2.251.930,18	----	0,00	0,000	(2.251.930,18)	(100,000)

\_\_\_\_\_  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
VILSON PONCIANO  
Contador

\_\_\_\_\_  
DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C) - Lei, nº 1974/2014 de 30/10/2014

Página: 1/1

Data: 30/10/2014

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	Valores a Preços Correntes									
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017
Receita Total	32.282.800,00	25.000.000,00	(22,560)	30.867.777,50	23,470	30.707.504,00	(0,520)	23.795.879,21	(22,510)	24.935.623,26
Receitas Primárias (I)	0,00	24.122.500,00	----	29.069.377,50	20,510	28.583.584,00	(1,670)	23.017.048,21	(19,470)	24.151.445,95
Despesa Total	27.688.000,00	25.000.000,00	(9,710)	30.922.040,00	23,690	30.707.504,00	(0,690)	23.795.879,21	(22,510)	24.935.623,26
Despesas Primárias (II)	27.443.000,00	25.000.000,00	(8,900)	30.922.040,00	23,690	29.787.504,00	(3,670)	23.025.879,21	(22,700)	24.165.623,26
Resultado Primário III = (I-II)	(27.443.000,00)	(877.500,00)	(96,800)	(1.852.662,50)	111,130	(1.203.920,00)	(35,020)	(8.831,00)	(99,270)	(14.177,31)
Resultado Nominal	1.295.616,81	26.872,42	(97,930)	(492.509,10)	(1.932,770)	1.316.806,64	(367,370)	(598.193,36)	(145,430)	(394.213,36)
Dívida Pública Consolidada	2.042.933,02	2.251.930,18	10,230	1.508.743,77	(33,000)	2.771.550,41	83,700	2.113.357,05	(23,750)	1.653.143,69
Dívida Consolidada Líquida	2.042.933,02	2.251.930,18	10,230	1.508.743,77	(33,000)	2.771.550,41	83,700	2.113.357,05	(23,750)	1.653.143,69

Valores a Preços Constantes

Especificação	Valores a Preços Constantes									
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017
Receita Total	32.282.800,00	25.000.000,00	(22,560)	30.867.777,50	23,470	30.707.504,00	(0,520)	23.795.879,21	(22,510)	24.935.623,26
Receitas Primárias (I)	0,00	24.122.500,00	----	29.069.377,50	20,510	28.583.584,00	(1,670)	23.017.048,21	(19,470)	24.151.445,95
Despesa Total	27.688.000,00	25.000.000,00	(9,710)	30.922.040,00	23,690	30.707.504,00	(0,690)	23.795.879,21	(22,510)	24.935.623,26
Despesas Primárias (II)	27.443.000,00	25.000.000,00	(9,710)	30.922.040,00	23,690	29.787.504,00	(3,670)	23.025.879,21	(22,700)	24.165.623,26
Resultado Primário III = (I-II)	(27.443.000,00)	(877.500,00)	(96,800)	(1.852.662,50)	111,130	(1.203.920,00)	(35,020)	(8.831,00)	(99,270)	(14.177,31)
Resultado Nominal	1.295.616,81	26.872,42	(97,930)	(492.509,10)	(1.932,770)	1.316.806,64	(367,370)	(598.193,36)	(145,430)	(394.213,36)
Dívida Pública Consolidada	2.042.933,02	2.251.930,18	10,230	1.508.743,77	(33,000)	2.771.550,41	83,700	2.113.357,05	(23,750)	1.653.143,69
Dívida Consolidada Líquida	2.042.933,02	2.251.930,18	10,230	1.508.743,77	(33,000)	2.771.550,41	83,700	2.113.357,05	(23,750)	1.653.143,69

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Contador

DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/1

Data: 30/10/2014

RECEITAS REALIZADAS	2013 (a)	2012 (d)	2011
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	52.700,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	50.000,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	2.700,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>52.700,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS EMPENHADAS	2013 (b)	2012 (e)	2011
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	50.000,00	6.014,33
Investimentos	0,00	50.000,00	6.014,33
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização / Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DO RPPS	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>6.014,33</b>

	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
<b>SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>-3.314,33</b>	<b>-3.314,33</b>	<b>-6.014,33</b>

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Contador

DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1/2  
 Data: 30/10/2014

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 2015

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2011	2012	2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	2011	2012	2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 2/2  
 Data: 30/10/2014

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 2015

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

<b>DESPESAS</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>			

\_\_\_\_\_  
 AMILTON ASCARI  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 VILSON PONCIANO  
 Contador

\_\_\_\_\_  
 DIONE HEINZEN  
 Secretário da Adm e Fazenda

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - Portaria 637/2012

Página: 1/1

Data: 30/10/2014

R\$ 1,00

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2015	2016	2017	
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Remissão	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ	52.500,00	55.125,00	57.881,25	REVISÃO DA PLANTA DE VALORES DOS IMÓVEIS URBANOS; ATUALIZAÇÃO CADASTRAL
Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	Modificação de base de cálculo que implicam redução discriminada de tributos ou contribuições	Grão Pará	200.000,00	200.000,00	200.000,00	ARRECADACÃO A MAIOR DO ISSQN PELA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE RODOVIA ESTADUAL QUE CORTA O MUNICIPIO.
Total			252.500,00	255.125,00	257.881,25	

\_\_\_\_\_  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
VILSON PONCIANO  
Contador

\_\_\_\_\_  
DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ**Página: 1/1  
Data: 30/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2015
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	----
(-) Transferências ao FUNDEB	----
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	----
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	----
Novas DOCC	----
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	0,00

\_\_\_\_\_  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal\_\_\_\_\_  
VILSON PONCIANO  
Contador\_\_\_\_\_  
DIONE HEINZEN  
Secretário da Adm e Fazenda

**Guarujá do Sul****PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO - PREF 82**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº. 82/2014  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 57/2014 - CONVITE Nº. 15/2014  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
CONTRATADO: MACOENGE LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obra de acesso e paisagismo com área de 738,91 m<sup>2</sup>, no Ginásio Municipal de Esportes, Avenida João Pessoa, Centro, município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 56.780,00  
VIGENCIA: 30/05/2014

Guarujá do Sul, SC, 29 de outubro de 2014.  
Jose Carlos Foiatto,  
Prefeito Municipal.

**Herval d'Oeste****PREFEITURA****DECRETO Nº 3.353/2014.**

DECRETO Nº 3.353/ 2014.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 10, inciso III da Lei Municipal 3.017 de 03/12/13 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei; DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 620.100,00 (Seiscentos e vinte mil e cem reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-33

Valor: R\$ 100.000,00

Proj./Atividade: 0.002 - Amortização e Encargos da Dívida- SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00.03.0000-38

Valor: R\$ 100,00

Proj./Atividade: 0.003 - Formação do Patrimônio do Servidor Público

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-37

Valor: R\$ 20.000,00

Proj./Atividade: 1.051 - Construção, Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Água Urbano

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-35

Valor: R\$ 400.000,00

Proj./Atividade: 2.061 - Operação e Manutenção do Sistema de Água-Urbano

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-36

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste, 29 de outubro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito

**PORTARIA Nº 1184/2014**

PORTARIA Nº 1184/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Alteração de Carga Horária, à Servidora ILIANDRA FUS-SIEGER MEDEIROS (Matr. 4028), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", de 20 para 40 horas semanais, a contar de 30 de outubro de 2014, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011.

Sendo que seu contrato de trabalho é regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1185/2014**

PORTARIA Nº 1185/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 30 de outubro de 2014, do servidor ODAIR TREVISOL (Matr. 334), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "H", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1186/2014**

PORTARIA Nº 1186/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 30 de outubro de 2014, da servidora DANIELA CRISTIANE DA SILVA PASQUALI (Matr. 2953), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8,

Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1187/2014**

PORTARIA Nº 1187/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DESIGNAR o Servidor ADRIANO BARETTA MANDRYK (Matr. 2875), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Arquiteto, Nível/ Referência - 12/B, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, para atuar junto ao REGIN - Sistema de Registro Integrado, de conformidade com o Convênio nº 16.694/2008-4, celebrado entre a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste-SC., para a troca de informações cadastrais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO Nº 17 - ALINE MARIANI****CONVOCAÇÃO**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

**Resolve:**

Art. 1º Convocar a Senhora ALINE MARIANI, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 090.400.719-77 aprovada em 17º. Lugar no Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3248/2014, para o Cargo de Professor Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Não Habilitado, para assumir 20 hs no período vespertino na CME Pequeno Príncipe, em substituição a Professora Márcia Gonçalves até o término do ano letivo.

2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste para manifestar-se sobre a vaga.

Art. 3º A posse do aprovado, ora convocado, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC)  
em 30 de outubro de 2014.

Lourdes Ferreira Brandão  
Secretária Municipal de Educação,  
Cultura e Esportes

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
ALINE MARIANI

### **PREGÃO Nº 035/2014**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2014  
UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor preço por item

**OBJETO**  
Aquisição Equipamentos Médico Hospitalares para as diversas  
ESF's do município.

**ENTREGA DOS ENVELOPES**  
Até às 14h00min horas do dia 13/11/2014

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:**  
Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**  
Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006,

**EDITAL NA ÍNTEGRA**  
O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 15,80 (quinze reais e oitenta centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 29 de outubro de 2014.  
Nelson Guindani  
PREFEITO MUNICIPAL

## **Ibiam**

### **PREFEITURA**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO PL 58**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2014

O MUNICÍPIO DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para aquisição de Kit de brinquedos infantis, para Playground, com recursos próprios do Município de Ibiam.

Entrega dos envelopes: 14/11/2014 até às 07:30 horas

Abertura dos envelopes: 14/11/2014 às 08:00 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço por LOTE

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 E LC 147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 às 13:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiam, 30 de Outubro de 2014.  
Clovis José Busatto  
Prefeito Municipal de Ibiam

# Ilhota

## PREFEITURA

### PORTARIA 675 2014

PORTARIA Nº 675 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a designação de servidor efetivo como responsável pela Vigilância Sanitária no Município de Ilhota - SC.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de SC, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora ANA TEREZA ZWOLFER AMERICANO, aprovada no concurso público 02/2002 no cargo de enfermeira, em caráter efetivo, nomeada através da Portaria nº 138, de 03 de abril de 2006, como responsável pela Vigilância Sanitária no Município, sem ônus adicionais ao ente público.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 01 de outubro de 2014.

Ilhota, 01 de outubro de 2014.

DANIEL CHRISTIAN BOSI  
Prefeito Municipal

### DECRETO 42 2014

DECRETO Nº 42, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Substitui membros do Conselho Municipal de Previdência - CMP, nomeados através do Decreto nº 25, de 23 de Julho de 2014, que regulamenta a Lei Municipal nº 1491/2008, para atuação no biênio 2014/2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art.72, inciso IV da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o que estabelece a Lei Municipal nº 1491/2008,

Considerando a eleição realizada pelo Sindicato dos servidores Públicos Municipais da região da Foz do Rio Itajaí, tendo por objetivo eleger os representantes dos servidores no Conselho Municipal de Previdência, nos termos do Ofício nº 284, de 15 de outubro de 2014, firmado pela sua Presidente,

#### DECRETA:

Art. 1º A composição dos membros do Conselho Municipal de Previdência - CMP, no âmbito do Município de Ilhota, para atuar no biênio 2014/2016, passa a ser a seguinte:

#### Representantes do Poder Executivo Municipal

Titular: Délcio Dário Custódio  
Suplente: Maria Aparecida M.M. Quintino  
Titular: Alyne Cristina Debrassi Silva  
Suplente: Eliane Batista Simon

#### Representantes do Poder Legislativo

Titular: Lavino Miguel Nunes  
Suplente: Almir Aníbal de Souza

#### Representantes dos segurados Ativos

Titular: Lorena Castellain

Suplente: Alvarilda Aparecida de Souza

Titular: Ana Teresa Zwolfer Americano

Suplente: Eli regina nagel dos Santos

Representante dos Inativos e Pensionistas

Titular: Marise G. da Silva

Suplente: Valéria Costa

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ilhota, em 29 de outubro de 2014.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal de Ilhota

### EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 26-2012 - ILHOMINAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 26-2012 - ILHOMINAS

O Município de Ilhota (SC) torna público o Extrato de Termo de Rescisão do Contrato 26-2012 ILHOMINAS.

Objeto: O contrato nº26/2012, vinculado a Tomada de Preços nº 08/2012, tendo por objeto a Implantação do Calçadão central de Ilhota, com sinalização localizada a Rodovia SC-470, margem esquerda, totalizando 1.358,88 m². A rescisão tem fundamento no Artigo 79,II da Lei nº 8666/93.

Contratado(a): ILHOMINAS MÃO DE OBRA LTDA

Ilhota SC, 18 de setembro de 2014.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal



# Imbituba

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 07/2014 (SEMUSA)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

PROCESSO Nº 45/2014

INEXIGIBILIDADE Nº 07/2014

CREDENCIAMENTO 07/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 17 de novembro de 2014, licitação na modalidade de Inexigibilidade do tipo menor preço global, regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para credenciamento de entidades privadas, filantrópicas e sem fins lucrativos, prestadores de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial, para o conjunto de procedimentos em diagnóstico por radiologia do grupo-02 e sub grupos 04, 05 e na tabela de procedimentos, medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais do SUS.

A íntegra do Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 31 de outubro de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal

### **DECRETO PMI Nº 258.2014**

DECRETO PMI Nº 258, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe no § 2º do Art. 4º e no Art. 33 da Lei nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Termo de Vistoria - Transporte Escolar - DTP/SEINFRA Nº 022/2014, às fls. 20, do Processo Administrativo nº 8576/2014;

Considerando a Comunicação Interna do Departamento de Transportes Público nº 035/2014, às fls. 33, do Processo Administrativo nº 8576/2014, e

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado, as fls.36, do Processo Administrativo nº 8576/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) ao Senhor SÉRGIO FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 289.110.679-20 e RG nº 511670, nos termos do Processo Administrativo nº 8576/2014.

Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar), constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 29 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

### **DECRETO PMI Nº 259.2014**

DECRETO PMI Nº 259, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e serviço a título de turismo e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe no § 2º do Art. 4º e no Art. 33 da Lei nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Termo de Vistoria - Transporte Escolar - DTP/SEINFRA Nº 028/2014, às fls. 14, do Processo Administrativo nº 11916/2014;

Considerando a Comunicação Interna do Departamento de Transportes Público nº 75/2014, às fls. 31, do Processo Administrativo nº 11916/2014, e

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado, as fls.33, do Processo Administrativo nº 11916/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e serviço a título de turismo ao Senhor HUMBERTO LUIZ DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 417.607.199-00 e RG nº 1341852, nos termos do Processo Administrativo nº 11916/2014.

Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e a título de turismo, constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 29 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

**DECRETO PMI Nº 260.2014**

DECRETO PMI Nº 260, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana - SEINFRA, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, conforme disposto neste Decreto.

**CAPÍTULO I****DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I - execução e manutenção da infraestrutura urbana, das praças e parques;

II - conservação e recuperação dos prédios, vias e logradouros públicos municipais;

III - manutenção e recuperação dos equipamentos rodoviários municipais;

IV - gestão, controle e fiscalização dos serviços de transporte público, funerários e iluminação pública;

V - estabelecer a Política Municipal de Mobilidade Urbana;

VI - instituir projeto visando a adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população, eliminando os obstáculos existentes ao acesso;

VII - a Instituir programa de conscientização da comunidade sobre a acessibilidade;

VIII - controle de toda a frota de veículos da Administração Municipal.

**CAPÍTULO II****DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

a) Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Gerência de Serviços Públicos

1. Coordenadoria de Execução de Obras Públicas

1.1 Supervisão de Execução de Edificações

1.2 Supervisão de Execução de Vias

2. Coordenadoria de Iluminação Pública e Eficiência Energética

3. Coordenadoria do Serviço Público Funerário de Imbituba

3.1 Supervisão do Cemitério de Vila Nova

1.1 Supervisão do Cemitério do Mirim

b) Departamento de Praças, Parques e Jardins

c) Diretoria de Mobilidade Urbana

d) Departamento de Transportes Públicos

1. Supervisão do Serviço de Transporte Coletivo

2. Supervisão do Serviço de Táxi e Moto-Táxi

3. Supervisão de Fiscalização de Transportes Públicos

4. Supervisão do Terminal Rodoviário Ângelo M. Fernandes

5. Supervisão do Terminal Urbano Liris Laudelino Senna

6. Coordenadoria Municipal de Trânsito

6.1 Supervisão da Área Azul

7. Coordenadoria de Acessibilidade

e) Diretoria de Controle de Frota

f) Gerência de Manutenção e Reparo de Veículos Automotores

III - órgão colegiado:

a) Conselho Municipal de Trânsito e Transporte.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

**CAPÍTULO III****DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS**

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana ficam atribuídos os(as) seguintes:

**I - Cargos em Comissão:**

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	2	Remuneração	2.100,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.800,00
Assessor(a) II	Assessoria	1	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	3	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	4	Remuneração	800,00

**II - Funções de Representação:**

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.400,00
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00
Assessor(a) I	Gratificação	950,00
Assessor(a) II	Gratificação	600,00
Assessor(a) III	Gratificação	500,00
Assessor(a) IV	Gratificação	430,00

**III - Funções Gratificadas:**

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Gerente	2	75% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	5	50% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	10	25% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser

acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 225, de 1º de outubro de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de novembro de 2014.

Imbituba, 29 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

Anexo Único

(Decreto PMI nº 260/2014)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- execução e manutenção da infraestrutura urbana, das praças e parques;
- conservação e recuperação dos prédios, vias e logradouros públicos municipais;
- manutenção e recuperação dos equipamentos rodoviários municipais;
- gestão, controle e fiscalização dos serviços de transporte público, funerários e iluminação pública;
- estabelecer a Política Municipal de Mobilidade Urbana;
- instituir projeto visando a adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população, eliminando os obstáculos existentes ao acesso;
- a Instituir programa de conscientização da comunidade sobre a acessibilidade;
- controle de toda a frota de veículos da Administração Municipal.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;

- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;

- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
  - indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
  - elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
  - apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas
- Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
  - desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente

aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua



natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;  
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.  
II - Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III - Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os

nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;  
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;  
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;  
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados

ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;

- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;

- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;

- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;

- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;

- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;

- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;

- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;

- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;

- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;

- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

## DECRETO PMI Nº 261.2014

DECRETO PMI Nº 261, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável - SEDURB, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável, conforme disposto neste Decreto.

## CAPÍTULO I

### DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I - elaboração e coordenação da execução das políticas e dos planos de desenvolvimento sustentável do Município;

II - elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao desenvolvimento urbano sustentável;

III - coordenação do planejamento físico-territorial do município;

IV - desenvolvimento de atividades relacionadas com estudos cartográficos e estatísticos;

V - gestão, controle e fiscalização das atividades edilícias e de empreendimentos urbanísticos;

VI - zelar pela aplicação do plano diretor do município;

VII - coordenação da execução da política municipal de saneamento;

VIII - elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao saneamento;

IX - gestão dos serviços de saneamento: resíduos sólidos e líquidos, abastecimento d'água e drenagem urbana;

X - zelar pela aplicação do plano municipal de saneamento.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

## a)Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

## a)Diretoria de Intervenção Urbana

1.Coordenadoria de Fiscalização Edilícia e Urbanística

## b)Departamento de Monitoramento de Processos

1.Supervisão de Viabilidade Urbanística

## c) Departamento de Projetos Edilícios e Urbanos Sustentáveis

## a)Gerência de Saneamento Ambiental

1.Coordenadoria de Resíduos Sólidos

1.1 Supervisão de Limpeza Pública

2. Coordenadoria de Resíduos Líquidos

3. Coordenadoria de Abastecimento D'Água

4. Coordenadoria de Drenagem Urbana

## III - órgão colegiado:

a) Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba;

b) Conselho Municipal de Saneamento.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

## CAPÍTULO III

## DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável ficam atribuídos os(as) seguintes:

## I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	2.100,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) II	Assessoria	1	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	1	Remuneração	800,00

## II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.400,00
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00
Assessor(a) II	Gratificação	600,00
Assessor(a) III	Gratificação	500,00
Assessor(a) IV	Gratificação	430,00

## III - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Gerência	1	75% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	5	50% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	2	25% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 122, de 29 de maio de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de novembro de 2014.

Imbituba, 29 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

## Anexo Único

(Decreto PMI nº 261/2014)

## Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

## I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

## Descrição Específica:

- elaboração e coordenação da execução das políticas e dos planos de desenvolvimento sustentável do Município;
- elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao desenvolvimento urbano sustentável;
- coordenação do planejamento físico-territorial do município;
- desenvolvimento de atividades relacionadas com estudos cartográficos e estatísticos;
- gestão, controle e fiscalização das atividades edilícias e de empreendimentos urbanísticos;
- zelar pela aplicação do plano diretor do município;
- coordenação da execução da política municipal de saneamento;
- elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao saneamento;
- gestão dos serviços de saneamento: resíduos sólidos e líquidos, abastecimento d'água e drenagem urbana;
- zelar pela aplicação do plano municipal de saneamento.

## Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão



sob sua gestão;

- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo

que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;

- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para

levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;

- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente

aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II - Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.

-assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;  
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;

- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;

- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

-assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;  
-assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;

- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;

- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;

- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;

-assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;

- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;

- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;

- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III - Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;  
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;  
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;

- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;

- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;

- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;

- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;

- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;

- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;

- propor ao superior imediato a programação de trabalho;

- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;

- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;

- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;

- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;

- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;

- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;

- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;

- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;

- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.

- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**DECRETO PMI Nº 262.2014**

DECRETO PMI Nº 262, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 123.306,46 (cento e vinte e três mil e trezentos e seis reais e quarenta e seis centavos), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Constr., Reforma, Ampliação Unid. Escolares-Creches		
12.365.0009-1.037		
4.4.90.00.00.00.00.01.0763 (0184)	Aplicações Diretas	123.306,46
Total		123.306,46

Art. 2º Os recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE referente ao Programa Apoio as Creches-Brasil Carinhoso.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

**DECRETO PMI Nº 263.2014**

DECRETO PMI Nº 263, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 124.382,28 (cento e vinte e quatro mil e um milhão de reais), para novos itens orçamentários, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Convênio Polícia Militar		
06.181.0007-2.045		
3.3.90.00.00.00.00.0.3000 (0011)	Aplicações Diretas	70.309,13
Convênio Rádio Patrulha		
06.181.0007-2.047		
3.3.90.00.00.00.00.0.3000 (0012)	Aplicações Diretas	54.073,15
Total		124.382,28

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro de recursos próprios apurados até o exercício de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

**DECRETO PMI Nº 264.2014**

DECRETO PMI Nº 264, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Manutenção da Educação Infantil – Creches		
12.365.0009-2.008		
3.1.90.00.00.00.00.00.0112 (0037)	Aplicações Diretas	300.000,00
Total		300.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo



**DECRETO PMI Nº 265.2014**

DECRETO PMI Nº 265, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), para reforço das dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Família Acolhedora		
08.243.0013-2.109		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0355 (0021)	Aplicações Diretas	13.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0355 (0022)	Aplicações Diretas	8.500,00
Total		21.500,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de Recursos de Transferência de Convênio do Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2014 (PMI)**

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 141/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 12 de novembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para possível AQUISIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE 300 (TREZENTAS) REFEIÇÕES DO TIPO BUFFET LIVRE COM REFRIGERANTE, PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SDR NORTE E SDR OESTE, CONFORME PREVISÃO LEGAL ATRAVÉS DA LEI Nº. 2.947/2006.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 31 de outubro de 2014.

José Afonso de Carvalho  
Secretária de Educação

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2014 (FUNREBOM)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNREBOM

PROCESSO Nº 15/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba através do Fundo Municipal de Reequipamento do Bombeiro comunica que realizará às 15:00 horas do dia 12 de novembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de um veículo automotor tipo furgão, 0 (zero) km, ano 2014, modelo 2014 ou 2015, para ser transformado em viatura operacional do corpo de bombeiros militar de Imbituba, do tipo auto-socorro de urgência.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 31 de outubro de 2014.

Rafael Fortunato Camilo  
Comandante da 2ª/8ª BBM

**ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMSI**

IMBITUBA 01 DE OUTUBRO DE 2014

ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMSI

Ao 01 dia do mês de outubro de 2014, reuniu-se nas dependências do Centro de Educação em gestão de Saúde CEGES sito a Rua Nereu Ramos, 326, bairro Centro Imbituba tendo como pauta do dia: 01) Levantamento de Quorum Regimental; 02) Aprovação das Justificativas membros ausentes; 03) Leitura Correspondências emitidas e recebidas; 4) Apresentação dos Conselheiros indicados pelas Entidades para representá-las na formação do Conselho Municipal de saúde Biênio 2014/2016; 05) Informes gerais.havendo quorum Regimental a Presidente da inicio a Assembléia Extraordinária agradecendo a presença da Secretaria de saúde Maria Martins, Conselheiros, convidados e usuários presentes, e comunica que o Conselheiros Marcelo de Menezes representante da classe Odontológica justificou sua ausência. Ainda no uso da palavra socializa que o Conselho recebeu ofício nº 220/204 de 05 de Setembro de 2014 da Associação Beneditina da Providência "Hospital São Camilo" com o seguinte teor: Cumprimentando os cordialmente vimos por meio deste, tornar público a este Conselho de Saúde que o Hospital São Camilo recebeu em setembro de 2014, recursos do Ministério da Saúde do Convenio do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 57.046,00 (Cinquenta e sete mil e quarenta e seis reais), para compra de material de uso único. Em anexo a listagem das matérias aprovados para aquisição que será feita através de processo de Cotação de preço, disponibilizado no Portal dos Convênios que será pelo menor preço. Dando andamento a Assembléia a Presidente comunica que fará leitura das indicações dos Conselheiros indicados pelos Presidentes das Instituições e pelos Fóruns específicos, e solicita que quando chamado o representante se levante para que os demais possam conhecê-lo. 01) Indústria da Solidariedade: Titular Maria de Lourdes Souza Pires e suplente Maria de Fátima da Silva Barreto; 02) PAMM: Titular Glicéria da Rocha Speck e suplente Maria Tereza C. de Carvalho; 03) Vigilância Sanitária: Titular Renata Tolentino da Rosa e suplente Rafael Mello da Silva; 04) Secretaria Municipal de saúde: Titular Hellen Monteiro Correia e suplente Luciane Freitas da Rosa; 05) Secretaria de Infraestrutura: Titular Boris Freitas e suplente Daniel Henrique de

Sá; 06) Secretaria de Educação: Titular Ângela Maria Fernandes da Rosa suplente Regiane Miguel Rodrigues; 07) Pastoral da Criança Titular Marta Freitas e Suplente Eliene Pacheco Manoel; 08) Pastoral da Saúde: Titular Josina da Rosa Pires e suplente Maria Vieira da Rosa; 09) Hospital São Camilo Titular Irmã Célia Volpato e suplente Salete Maria Anziliero; 10) Colônia de Pesca Z13 Titular Marlene Pedro Américo e suplente Volnei Silveira; 11) Associação Comercial de Imbituba: Suplente Odimar Pires Pacheco e suplente Odilon Gomes de Assumpção; 12) Despertar Jovem: Eraldo Bittencourt Mota e suplente Luiz Belmiro; 13) Laboratórios Conveniados: Titular Gladis Bertoncine e suplente Tahoser Luxor; 14) Classe de Enfermagem: Fernanda Wolff Dutra e suplente Andréia BP Palmieri; 15) Classe Odontológica: Titular Marcelo Menezes Moure e suplente Alexandre de Magalhães Youssef; 16) Associações de Pais e Professores APPs: Titular Rudimar carvalho e suplente Jeverson Estavisk; 17) Clubes de serviços Rotary Clube: Titular Edson de Souza e suplente Ana Carolina Vichiet Arguin; 18) Classe Médica: Titular Garibaldi M. Bastos e suplente Lauro Belina de Bittencourt Jr; 19) Associação de Moradores Vila Esperança Titular Kleid Valeria de Araujo e Suplente Rosimari de Souza Brum; 20) Sindicato dos Funcionários Públicos Titular Luiz Paulo dos Passos e suplente Eliane Terrezinha B. Nascimento; 21) Conselho Comunitário Vila santo Antonio: Titular Vamilson Matias Daniel e Suplente Fabiana Ramos de Oliveira Souza. Dando Continuidade a Presidente coloca em apreciação a nominata de Conselheiros e pergunta se alguém presente a essa Assembléia tem alguma coisa ao contrario a essa indicações. Como não houve nenhuma manifestação a Presidente coloca em votação a Nominata dos Conselheiros e a mesma é aprovada por Unanimidade. Dando continuidade a presidente parabeniza a todos e diz que agora já eleitos devemos fazer a eleição para escolha da mesa Diretora e pergunta quem dos Conselheiros Presente quem gostaria de ocupar o cargo de Presidente, não havendo nenhuma indicação a Conselheira Maria de Lourdes Souza Pires Coloca seu nome a disposição sendo eleita por unanimidade. Dando continuidade a Presidente pergunta quem se candidata ao cargo de Vice Presidente tendo Odimar Pires Pacheco e Hellen Correa como candidatos, sendo que Odimar Pires Pacheco foi eleito Vice Presidente com 10 votos contra 09 votos de Hellen Correa. Ao cargo de Primeira Secretária eleita por aclamação Josina da Rosa Pires e Hellen Correa para segunda Secretária. O Conselheiro ausente a essa Assembléia sem justificativa é Marlene Pedro Américo Colônia de Pesca). Nada mais tendo para ser discutida a Presidente agradece a participação de todos e solicita que sejam feitas as resoluções de aprovação da Assembléia e da Por encerrada á reunião. A lavratura da ata será feita pela Secretaria e encaminhada a todos via correio eletrônico, e depois de discutida e aprovada na próxima assembléia possa ser assinada pela Secretária e pela Presidente

Maria de Lourdes Souza Pires  
Presidente

Josina da Rosa Pires  
Secretaria

#### **RESOLUÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE N.º 0050 DE 02, DE OUTUBRO DE 2014.**

RESOLUÇÃO CMS N.º 0050 de 02, de Outubro de 2014.

Aprova em sua Plenária indicação dos Segmentos para o CMSI 2014/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, instituído pela Lei Municipal nº 1.199/92 e com redação revisada e alterada pelas Leis Municipais nº 2.112/2000 e nº 2.182/2001 e nº 2.297/2002, com base na suas competências regimentais e no uso de suas atribuições e atendendo o disposto no art. 3º do seu Regimento Interno em vigor,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Aprova as indicações dos representantes dos segmentos representados;

Um Representante da Secretária Municipal de Saúde.  
Um representante da Colônia de Pescadores Z13  
Um Um representante dos laboratórios Conveniados.  
Um representante do PAMM  
Um representante da Classe Médica  
Um Um representante da classe odontológica  
Um representante da classe de Enfermagem  
Um representante do Hospital São Camilo.  
Um representante da Secretária Municipal de educação.;  
Um Um representante da Secretaria de Infraestrutura.  
Um representante da Vigilância Sanitária,  
Um representante de Conselhos Comunitários  
Dois representantes de Associações de Moradores  
Um representante de APPs  
Um representante Pastoral da Saúde  
Um representante Pastoral da Criança  
Um representante de Clubes de Serviços  
Um representante de Sindicatos  
Um representante da Associação Comercial de Imbituba  
Um representante do Despertar Jovem.  
Um representante da Indústria da Solidariedade.  
22 membros Titulares e 22 suplentes.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 02 de Outubro de 2014

Maria de Lourdes Souza Pires  
Presidente

Josina da Rosa Pires  
Secretaria

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Imbituba.

#### **RESOLUÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE N.º 0051 DE 02, DE OUTUBRO DE 2014**

RESOLUÇÃO CMS N.º 0051 de 02, de Outubro de 2014.

Aprova em sua Plenária mesa Diretora CMSI 2014/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, instituído pela Lei Municipal nº 1.199/92 e com redação revisada e alterada pelas Leis Municipais nº 2.112/2000 e nº 2.182/2001 e nº 2.297/2002, com base na suas competências regimentais e no uso de suas atribuições e atendendo o disposto no art. 3º do seu Regimento Interno em vigor,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Aprova as indicações dos representantes dos segmentos representados eleitos em Plenária por escolha de votação: Maria de Lourdes Souza Pires Presidente, Odimar Pires Pacheco Vice Presidente, Josina da Rosa Pires 1º Secretaria e Hellen Monteiro Correa 2º Secretária para Biênio 2014/2016

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 02 de Outubro de 2014

Maria de Lourdes Souza Pires Josina da Rosa Pires  
Presidente Secretaria

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Imbituba.

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 003, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.**

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

Altera dispositivos da Resolução nº 004, de 21 de agosto de 2007, que institui e aprova o Regimento Interno da Câmara de Vereadores Mirim.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica alterado o Art. 3º da Resolução nº 004, de 21 de agosto de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Os Vereadores Mirins reunir-se-ão mensalmente, e no período vespertino, no Plenário da Câmara Municipal de Imbituba.”

Art. 2º Consoante modificação imposta pelos Artigos 1º, fica alterado o Inciso I, do Art. 24º da Resolução nº 004, de 21 de agosto de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24. As reuniões serão:

I - ordinárias, as realizadas na primeira quarta-feira do mês, sempre no período vespertino, das 15 às 17 horas;”

Art. 3º Fica também alterado o Art. 26, da Resolução nº 004, de 21 de agosto de 2007, passando o mesmo a vigorar da seguinte forma:

“Art. 26. Fica instituído o momento do Hino do Município de Imbituba que será executado no início das sessões ordinárias.”

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 28/10/2014 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 046/14**

Ato da Presidência nº 046/14

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 37ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 03 de novembro de 2014 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da OAB - 30ª Subseção de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
146	PL nº 4.625/2014	30/10/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre a realização de despesas com a realização do Concurso para Escolha da Rainha e Princesas do 16º Festival Nacional do Camarão, e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
147	PL nº 4.626/2014	30/10/14	Legislativo Municipal	Luís Antônio Dutra	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	MOÇÃO nº 011/2014	21/10/14	Legislativo Municipal	Rosália M. de Souza Sgrott	Moção de Congratulação em honra a realização do Imbfashion, extensiva a todos que contribuiram direta ou indiretamente para organização desse belo evento.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 30 de outubro de 2014

Luís Antônio Dutra Presidente	Renato Carlos de Figueiredo Vice-Presidente
Rosália Maria de Souza Sgrott Primeira-Secretária	Rogberto de Farias Pires Segundo-Secretário



**Indaial****PREFEITURA****TERMO ADITIVO Nº002 AO CONTRATO Nº207/2013**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº002 AO CONTRATO Nº 207/2013  
CONTRATADA: BML PATOLOGIA S/S LTDA

OBJETO: Inclusão da cláusula 4.1.1 no contrato original, que tem como objeto o credenciamento da contratada para a prestação de serviços de procedimentos e exames laboratoriais, a fim de apoiar as atividades operacionais da Secretaria de Saúde

ASSINATURA: 30/10/2014

**TERMO ADITIVO Nº001 AO CONTRATO Nº235/2014**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 235/2014  
CONTRATADA: VIA FUTURA RENTAL LTDA

OBJETO: Alteração das cláusulas terceira, item 3.1, e quarta, item 4.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação dos serviços de locação de automóveis de passeio.

VALOR: O valor total (12 meses) do presente contrato é de R\$58.800,00 (cinquenta e oito mil, oitocentos reais).

ASSINATURA: 30/10/2014

**Iomerê****PREFEITURA****DECRETO 1574/2014**

DECRETO Nº. 1574 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 755/2013 de 25 de novembro de 2013, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 755/2013 de 25 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 1.400,00 (Um mil quatrocentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

04.01 Departamento de Educação

2021 Manutenção do Ensino Fundamental

31900000 Aplicações Diretas

101.00 Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos-Educação

R\$ 1.400,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso ou provável Excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 27 de outubro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

**Ipumirim****PREFEITURA****PORTARIA Nº.342/2014 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.**

PRORROGA PRAZO DA PORTARIA 299/2014 QUE INSTAUROU PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Art. 1º. Fica prorrogada o prazo por mais 60 dias para a conclusão do processo da portaria 299/2014 de 01 de Setembro de 2014 que INSTAUROU processo administrativo Disciplinar contra a servidora SALETE INES LECARDELLI, Nomeada por Concurso Público, respectivamente através das Portarias nº.3250/2003 e 3588/2004, para o cargo de Provimento Efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, tendo em vista que segundo consta da Comunicação Interna 081/2014, trata, em tese, de crime de lesão corporal praticado pela funcionária pública municipal acima citada (professora efetiva) contra aluno da rede municipal de ensino, J.C. R, em tese ocorrida em 14/08/2014, o que, segundo o art. 168, § VII, da LC 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos e das outras providências, a agressão praticada por servidor, em serviço, contra funcionários ou particular, salvo em legítima defesa, caracteriza fato passível de punição com demissão

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Ipumirim - SC, aos 30 dias do mês de Outubro de 2014.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal.

**RESOLUÇÃO Nº 04/2014**

RESOLUÇÃO Nº 04/2014 de 30 de Outubro de 2014  
Dispõe sobre aprovação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo vigência 2015-2025.

A VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IPUMIRIM, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas em Lei, faz saber a todos os habitantes do Município que Ela promulga a seguinte:

**RESOLUÇÃO**

ART. 1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ipumirim, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas em Lei, faz saber que: Fica aprovado o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo vigência 2015-2025.

ART. 2º- A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim/SC, aos 30 dias do mês de Outubro de 2014  
Márcia Faccin De Conto  
Presidente - CMDCA

**Irineópolis****PREFEITURA****PORTARIA N º 487/2014**

PORTARIA Nº. 487/2014.

NOMEIA MEMBROS PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001, combinado com o art. 2º do Decreto nº 667/91 de 01/10/1991, com redação dada pelo Decreto nº 1345/04 de 12/01/2004,

**RESOLVE:**

Art 1º - Nomear os membros representantes dos órgãos abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, conforme segue:

I. Representante da Prefeitura  
Efetivo: Francisco Eraldo Konkol;  
Suplente: Scheila Patricia Kielb.

II. Câmara de Vereadores  
Efetivo: Manuela Ruckl Pereira Crestani;  
Suplente: Valdir Marafigo.

III. Sindicato dos Produtores Rurais  
Efetivo: João Cesar Cubas;  
Suplente: Eleni Baum.

IV. Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
Efetivo: José Valmor Nicoluzzi;  
Suplente: Nicoli Nicoluzzi.

V. Sintraf  
Efetivo: Emilio Moissa;  
Suplente: Everson Luiz Moissa.

VI. Representantes dos Movimentos e Entidades de representação de Agricultores do Município

a) Assentamento Mimo  
Efetivo : Jurandir José Bassani;  
Suplente: João Maria de Lima.

b) Associação dos Agricultores Assentados Unidos  
Efetivo: Rosilei Borba  
Suplente: Vilmar Bento.

c) Epagri  
Efetivo: Jair Jung;  
Suplente: Danilo Paiva Sagaz.

d) Comsol  
Efetivo: Ilário Koman;  
Suplente: Luci Ferreira Koman.

e) Apaeco  
Efetivo: Sidnei Walter Konopka;  
Suplente: Altair Ambrosio.

f) Cresol  
Efetivo: Edilson Gevieski;  
Suplente: Não indicado.

g) Colônia Escada (Associação Amigos da Terra Boa)  
Efetivo: Olga Paulek;  
Suplente: Mariane Juraszek.

h) Associação Agricultores de Serra Grande  
Efetivo: Eloir Gevieski;  
Suplente: Paulo Sergio Denk.

#### VII. Representantes das Comunidades Rurais do Município

a) Aparecida dos Pardos  
Efetivo: Marcos Mareck;  
Suplente: Igor Mauricio Mareck.

b) Santo Antonio  
Efetivo: Orlando Reichardt;  
Suplente: Eurico Reichardt.

c) Rio de Vermelho  
Efetivo: Silvander Koderer;  
Suplente: Osnei Constante.

d) Serra Chata (Colina Verde)  
Efetivo: Genézio Meirelles;  
Suplente: Carlos Irineu Meirelles.

e) Km 13  
Efetivo: Vilmar Grizotti;  
Suplente: Valdir Gonçalves.

f) São Pascoal  
Efetivo: Jair Screpcz;  
Suplente: Altair Cardoso Carvalho.

g) Colônia Francônia  
Efetivo: José Leindecker;  
Suplente: Sérgio Lindecker.

h) Rio Branco  
Efetivo: Sandro Mayer;  
Suplente: Orlando Bueno Ferreira.

i) Vila Nova do Timbó  
Efetivo: José Vicente Konkell;  
Suplente: José Júlio Nogara.

j) Colônia Escada (Associação de Agricultores e Fruticultores de Irineópolis)  
Efetivo: Nilton Brandt;  
Suplente: Nelson Antonovicz.

k) Serra da Boa Vista  
Efetivo: Porfírio Ferreira;  
Suplente: Adelio Worel.

l) Associação do Leite  
Efetivo: Edirlei João Hoiça;  
Suplente: Gilvane Reinert.

m) São José do Timbózinho  
Efetivo: Marli Mayer;  
Suplente: Laurici Castro Mayer.

n) Pé da Serra (Associação Força da Natureza)  
Efetivo: Pedro Kostulski;  
Suplente: José Kovalczuk.

o) Pedra Branca  
Efetivo: Eduardo Kostulski;  
Suplente: Sérgio Dobrychtop.

p) Km 20  
Efetivo: José Joelmo Friedrich;  
Suplente: Natan da Silva.

q) Serrinha dos Gonsalves.  
Efetivo: Arno Luiz Denk;  
Suplente: Valdomiro Braz de Oliveira.

r) KM 16 (Associação dos Agricultores da Comunidade)  
Efetivo: Antônio Marcos Zientara;  
Suplente: Osmar Kozovski.

a) São Sebastião do Tokarski  
Efetivo: Alcir José Senn  
Suplente: Almir Senn.

b) Colônia Litikoski  
Efetivo: José Melnechenko Sobrinho  
Suplente: Elizete Stüber Kobukoski.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Ficam revogados os efeitos da Portaria nº 471/2014, de 06/10/2014 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis (SC), 30 de Outubro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 2703/2014

Decreto nº 2.703/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 360.300,00 (Trezentos e sessenta mil e trezentos reais), conforme discriminação seguinte:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS	
02 – PODER EXECUTIVO	
02 – GABINETE DO PREFEITO	
2.001 – Manutenção do Gabinete do Prefeito	
4.4.90.00.00.00.00.0100 (3) Aplicações Diretas	R\$ 327.000,00
T O T A L	
R\$ 327.000,00	

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS	
02 – PODER EXECUTIVO	
07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA	
1.004 – Atendimento a Programas de Agricultura	

4.4.90.00.00.00.00.0100 (82) Aplicações Diretas	R\$ 33.300,00
T O T A L	
	R\$ 33.300,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do Excesso de arrecadação na fonte 100 - Recursos Próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis,  
em 30 de outubro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### DECRETOS Nº 2704/2014

Decreto nº 2.704/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10, DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 1.150,00 (Um mil cento e cinquenta reais).

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS	
02 – PODER EXECUTIVO	
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
2.012 – Ensino Médio para Jovens e Adultos	
3.3.90.00.00.00.00.00.3308 (74) Aplicações Diretas	R\$ 1.150,00
T O T A L	
	R\$ 1.150,00

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS	
02 – PODER EXECUTIVO	
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
2.012 – Ensino Médio para Jovens e Adultos	
4.4.90.00.00.00.00.00.3308 (159) Aplicações Diretas	R\$ 1.150,00
T O T A L	
	R\$ 1.150,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 30 de outubro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

# Itá

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 106/2014 - HOMOLOGA PROCESSO SELETIVO

DECRETO Nº106/2014, de 30 de outubro de 2014.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com a legislação em vigor.

Considerando a regularidade no decorrer do Processo Seletivo 014/2014 para preenchimento de Vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, de Itá/SC.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Processo Seletivo 014/2014 com a respectiva classificação.

Classificação Final

Operador de Trator de Pneus - 40 hs.

Nº	Nº Inscrição	Nome	Tempo de Serviço	Cursos	Total
01	002	Vanderlei Maier	0,30	0,00	0,30
02	001	Marciano J. de Oliveira	0,00	0,00	0,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá, em 30 de outubro de 2014.  
LEIDE MARA BENDER  
Prefeita Municipal

Certifico que este Decreto foi Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITÁ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2014  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço, no dia 14 de novembro de 2014, para possível aquisição de luvas especiais para inseminação artificial, bacia tipo francesa, nitrogênio líquido e sêmen bovino. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 14 de novembro de 2014 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC, 30 de outubro de 2014.  
LEIDE MARA BENDER  
Prefeita Municipal

**AVISO DE ADENDO 02 AO PL 057/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITÁ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº057/2014  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2014  
ADENDO Nº 02

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá - SC torna público há alteração na data de abertura do referido Processo Licitatório. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 18 de novembro de 2014 e abertas nesta mesma data. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá SC., 30 de Outubro de 2014.  
LEIDE MARA BENDER  
Prefeita Municipal

## Itapiranga

### PREFEITURA

**PORTARIA 036/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA**

PORTARIA Nº 036/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.  
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Jadir Wildner, matrícula 14628/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 139/2014, firmado pelo Município de Itapiranga em virtude da Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 145/2014, que tem por objeto a contratação de empresa para elaboração de projetos elétricos de iluminação pública, para ruas da cidade e comunidades no interior do município e elaboração de projetos elétricos preventivos (para raio) de ginásios e escolas municipais.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 29 de outubro de 2014.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 037/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA**

PORTARIA Nº 037/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.  
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Julia C. Brixner, matrícula nº 14476/04, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento dos Contratos nº 142/2014 e 143/2014, firmados pelo Município de Itapiranga em virtude do Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 146/2014, que tem por objeto a aquisição de materiais destinados para manutenção do programa de melhoramento genético da secretaria da agricultura, desta municipalidade.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 29 de outubro de 2014.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 038/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA**

PORTARIA Nº 038/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Flávio Santos, matrícula nº 6493/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 144/2014, firmado pelo Município de Itapiranga em virtude do Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 152/2014, que tem por objeto a contratação de seguros de veículos, de propriedade do município de Itapiranga.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 29 de outubro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

**PORTARIA 011/2014 - CONTRATOS - SAUDE**

PORTARIA Nº 011/2014 - CONTRATOS - SAÚDE.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Flavio Santos, matricula nº 6493/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 029/2014 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, que tem por objeto a contratação de seguros para veículo a disposição do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 29 de outubro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

**PORTARIA 012/2014 - CONTRATOS - SAUDE**

PORTARIA Nº 012/2014 - CONTRATOS - SAÚDE.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Luis C. Steffenon, matrícula nº 6260/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 030/2014 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, que tem por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços, para exames especializados de ressonância magnética no atendimento a pacientes do município de Itapiranga.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 29 de outubro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

**PORTARIA 013/2014 - CONTRATOS - SAUDE**

PORTARIA Nº 013/2014 - CONTRATOS - SAÚDE.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Flavio Santos, matricula nº 6493/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 031/2014 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, que tem por objeto a contratação de seguros para veículo a disposição do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 29 de outubro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 243/2014**

PORTARIA Nº 243 de 29 de outubro de 2014.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Convocar: Ivair Paulo Tavares, Adrissa Arnhold, Janete Frantz Baumann, Nadir Teresinha Etges, Clenice dos Santos Becker, Metilde Bido Locatelli, Elaine Kummer Mueller, Marina Peraguda, Elisabete Werlang, Michele Reis Welter, Maria Salete Andrade, Marínes Klein Reichert, Elenice Teresinha Reimann Henn, Cleusa Maria Lanza Matte, Denise Friedrich, Lucia Klein, Tania R. Renner Deters, Neusa W. Mueller, Elise Ripplinger, Celsi S. Strack, Lisane Hahn Kuhn, Márcia Bruxel Schlickmann, Liege Eli Jurach, Clenio José Negri, Liliane Bruxel Werlang, Gilvane Roseclei Walczak, Carline Roden, Luisandro Marcos Lermen e Salete Kierten, servidores públicos municipais, para atuarem como fiscais no dia 1º de novembro de 2014 na realização das provas dos processos seletivos, conforme Editais nº 02/2014 e 03/2014.

Art. 25º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 29 de outubro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

**Itapoá****PREFEITURA****EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 84/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 84/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: OILSON ZAGONEL E CIA LTDA ME, com sede á Rua Ludovico Noé Zagonel 1570, nº 512, Centro, Itapoá/SC, CEP: 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.160.946/0001-80, e Inscrição Estadual: 252.037.782, representada neste ato por sócio administrador, o Sra. OILSON ZAGONEL, portador do CNPF/MF nº 854.044.549-20, e do CI.RG nº 2/R-3 132.462 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2014-REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2014-PROCESSO Nº 129/2014.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de 02 (duas) retroescavadeiras e 01 (uma) escavadeira hidráulica para colocação de tubos, abertura de ruas, valas e limpeza de canais extravasores e rios, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 689.400,00 (seiscentos e oitenta e nove mil e quatrocentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 29/10/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 30 de outubro de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL



# Joaçaba

## PREFEITURA

### ORDEM DE PARALISAÇÃO - CONTRATO Nº 177/2014/PMJ

#### ORDEM DE PARALISAÇÃO

DETERMINO à empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, a manutenção da paralisação relativa aos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de ginásio de esportes no Bairro Santa Tereza, neste Município objeto do Contrato nº 177/2014/PMJ, oriundo do Processo de Licitação nº 39/2014 - PMJ - Edital CC nº 3/2014 - PMJ, cuja ordem de serviço inicial foi recebida em 27/06/2014, haja vista a necessidade de atendimento ao disposto na licença ambiental nº 4012/2014 e análise técnica do projeto. A manutenção da paralisação iniciada em 28/08/2014 perdurará por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 28/10/2014, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

Joaçaba, SC, 27 de outubro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Venilton Rogério Teles

Secretário de Infraestrutura

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA CONTRATADA

Simar José da Rosa

### DECRETO Nº 4.659 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.659 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL 4.439 DE 20/12/13 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 620.100,00 (Seiscentos e vinte mil e cem reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-33

Valor: R\$ 100.000,00

Proj./Atividade: 0.002 - Amortização e Encargos da Dívida- SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00.03.0000-38

Valor: R\$ 100,00

Proj./Atividade: 0.003 - Formação do Patrimônio do Servidor Público

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-37

Valor: R\$ 20.000,00

Proj./Atividade: 1.051 - Construção, Ampliação, Reforma e

Reaparelhamento do Sistema de Água Urbano

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-35

Valor: R\$ 400.000,00

Proj./Atividade: 2.061 - Operação e Manutenção do Sistema de Água-Urbano

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-36

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 29 de outubro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### EXTRATO TP 3/2014/FMS - CONTRATAÇÃO AGÊNCIA PUBLICIDADE

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2014/FMS

TOMADA DE PREÇO Nº 3/2014/FMS

Objeto: Contratação de agência de propaganda para a prestação dos serviços de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução, e a intermediação e supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidade institucional de cunho informativo aos veículos e demais meios de comunicação com o objetivo de promover e difundir programas de prevenção à saúde, campanhas de vacinação, programas de atendimento à saúde e atos gerais da Secretaria Municipal de Saúde ao público em geral, dentro dos parâmetros definidos no §1º do art. 37 da Constituição Federal e de conformidade com o determinado pelo art. 2º, § 1º, incisos I, II e III, da Lei 12.232/2010. Tipo: Técnica e Preço. Data da abertura: Dia 08/12/2014, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes contendo as Propostas Técnicas (01, 02 e 03) e a Proposta de Preços (04): até as 14h30min do dia 08/12/2014, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 30 de outubro de 2014.

MARCOS WEISS

Gestor do FMS

### PORTARIA N.º 3277

PORTARIA Nº 3.277 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014

“DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, resolve:

Art. 1º - NOMEAR o servidor Sr. RONY EDSON LENZ, para que proceda à aferição de controle de ponto, do cumprimento da jornada de trabalho dos profissionais de educação física lotados na Fundação Municipal de Cultura e Esportes, inclusive os que atuam em entidades esportivas do Município, nos termos do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado com o Ministério Público

Estadual.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de outubro de 2013.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 3278**

PORTARIA Nº 3.278 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014  
"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, resolve:

Art. 1º - NOMEAR o servidor Sr. JOSE LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO, para que proceda à aferição dos profissionais de educação física lotados na Fundação Municipal de Cultura e Esportes - FMCE colocados a disposição da Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado com o Ministério Público Estadual.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de outubro de 2013.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 3279**

PORTARIA Nº 3.279 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014  
"REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - REDUZ A CARGA HORÁRIA d(a) Sr.(a) ELIETE GRIGIO TONIN, Professor Temporário, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 21 de outubro de 2014.

Art. 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de outubro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de outubro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 3280**

PORTARIA Nº 3.280 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014  
"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) FERNANDA CORSO, Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais a partir do dia 27 de outubro de 2014, em função do pedido de redução da carga da Sra. Eliete Griggio Tonin.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 27 de outubro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de outubro de 2014  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 3281**

PORTARIA Nº 3.281 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014  
"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do processo administrativo instaurado pela portaria n.º 3.115/2014 com a finalidade de se apure possível indenização por parte do Locador Ademar Sebastião Jacomel e Jacó João Jacomel das benfeitorias necessárias e úteis com a reforma no imóvel locado "Certinho", situado à Rua Tiradentes, na cidade de Joaçaba-SC em face a resilição contratual.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 03 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 29 de outubro de 2014.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3282**

PORTARIA Nº 3.282 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do processo administrativo instaurado pela portaria n.º 3.114/2014 com a finalidade de se apure responsabilidade da empresa ONSSEG Serviços de Vigilância e Segurança Ltda em relação ao furto ocorrido no Centro de Educação Infantil Professora Rita Maria Costenaro Petry conforme Boletim de Ocorrência n.º 00280-2014-02420, 00280-2014-02450 e 00280-2014-01966.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 03 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 29 de outubro de 2014  
RAFAEL LASKEKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3283**

PORTARIA N.º 3.283 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) HAYDEE ADRIANE SCHNEIDER, Professor Nível II (Pós Graduação), conforme requerimento protocolado sob n.º 129.009 de 21 de março de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de outubro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 29 de outubro de 2014  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3284**

PORTARIA N.º 3.284 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) ADACIR LUIZ DE OLIVEIRA, Motorista, conforme requerimento protocolado sob n.º 129.151 de 03 de abril de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de outubro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 29 de outubro de 2014  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3285**

PORTARIA N.º 3.285 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) JOAO RIBEIRO DA COSTA, Eletricista, conforme requerimento protocolado sob n.º 129.319 de 15 de abril de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de outubro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 29 de outubro de 2014  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3286**

PORTARIA N.º 3.286 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

**"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) ERONI SCHLINDWEIN, Operador de Máquinas, conforme requerimento protocolado sob n.º 129.665 de 15 de maio de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de outubro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 29 de outubro de 2014  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3287**

PORTARIA N.º 3.287 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

**"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) JOGE CAMILO GAVASSO, Motorista, conforme requerimento protocolado sob n.º 129.739 de 21 de maio de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de outubro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 29 de outubro de 2014  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3288**

PORTARIA N.º 3.288 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

**"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"**

O Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao Servidor MARCELO MANTOVANI, Engenheiro Agrônomo, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, de acordo com o Art. 81, IV, da Lei Complementar 76 de 11 de dezembro de 2003 e Lei Complementar 165 de 07 de abril de 2008, conforme requerimento protocolado sob o nº 135.793 de 01 de outubro de 2014, por um período de 02 (dois) anos, a contar do dia 01 de novembro de 2014, devendo reassumir suas funções em 31 de outubro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 29 de outubro de 2014  
RAFAEL LASKEKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3289**

PORTARIA N.º 3.289 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

**"RETIFICAR PORTARIA N.º 3.245/2014"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º RETIFICAR PORTARIA N.º 3.245/2014 na qual CONCEDE ao Servidor VIVIAN MICHELE BERGMANN BERWALDT, Professor Nível II (Pós-Graduação), LICENÇA SEM VENCIMENTOS, de acordo com o Art. 81, III, da Lei Complementar 76 de 11 de dezembro de 2003 e Lei Complementar 165 de 07 de abril de 2008, conforme requerimento protocolado sob o nº 134.955 de 24 de julho de 2014, por um período de 730 (setecentos e trinta) dias, a contar do dia 18 de julho de 2014, devendo reassumir suas funções em 17 de julho de 2014.

Onde lê-se: devendo reassumir suas funções em 17 de julho de 2014, Leia-se: devendo reassumir suas funções em 17 de julho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 17 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 29 de outubro de 2014  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**EXTRATO CANCELAMENTO ITENS PP 20/2014/FMS**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC  
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
AVISO DE CANCELAMENTO DE ITENS  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2014/FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014/FMS

O Município de Joaçaba, por intermédio do Fundo Municipal da Saúde torna público o CANCELAMENTO DE ITENS efetuada no Edital de Pregão Presencial Nº 20/2014/FMS, (cujo aviso foi publicado no DC em 02/10/2014 e extrato de alteração 1 em 20/10/2014), tendo por objeto o "REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais aquisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde", ficando assim cancelados os seguintes itens do anexo I do edital:

a) 28; 41; 42 e 95;  
b) As demais disposições, inclusive a data e horário para o credenciamento e entrega dos envelopes (até as 09h do dia 04/11/2014) e processamento do pregão (04/11/2014, a partir das 09h), permanecem inalterados.

O Edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefones 0xx49 3527- 8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br) a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 30 de outubro de 2014.

MARCOS WEISS

Secretário Municipal de Saúde

**CONTRATO 178/2014 TA 01**

CONTRATO Nº 178/2014/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, e a Empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, com sede administrativa na Rua AV. BEIRA RIO, 333 - CENTRO, na cidade de HERVAL D'OESTE/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.377.072/0001-40, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. SIMAR JOSE ROSA, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1. 079.721 e CPF nº 437.061.009-59, residente e domiciliado na RUA TIRADENTES, 104, cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 178/2014/PMJ, firmado em 18/06/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 45/2014/PMJ - Edital TP nº 4/2014/PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação, em lajotas de concreto, da Rua Gustavo Antes, bairro Santa Tereza, no Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO**

Diante da prorrogação da vigência constante na cláusula segunda deste Termo, o subitem 1.2 do contrato original passa a ter a seguinte redação:

1.2.A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço Inicial (30/06/2014) e executar completamente o objeto no prazo de até 180 (cento e

oitenta) dias contados da mesma data.

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada em 30 (trinta) dias, a contar de 29 de outubro de 2014, em conformidade com o disposto no § 1º, II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

JOAÇABA (SC), 28 de outubro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATANTE

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

SIMAR JOSÉ ROSA

CONTRATADA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**EDITAL N. 01/2014/SME**

EDITAL N. 01/2014/SME

PROCESSO DE REMOÇÃO DESTINADO AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

FIXA DATA E ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO DESTINADO AOS OCUPANTES DO CARGO DE PROFESSOR DO QUADRO EFETIVO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

O PREFEITO DE JOAÇABA, Sr. Rafael Laske, no uso de suas atribuições legais e tendo por base o artigo 37, §1º, inciso II da Lei Complementar n. 76, de 11 de dezembro de 2003, e artigos 30 e seguintes da Lei Complementar n. 210, de 05 de dezembro de 2011, baixa este Edital fixando data e procedimentos para o processo de remoção destinado aos ocupantes do cargo de professor efetivo do Magistério Público Municipal, nos termos do previsto.

**1. DA REMOÇÃO**

1.1 Poderão participar do Processo de Remoção os ocupantes do Cargo de Professor do quadro efetivo do Magistério Público Municipal das áreas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, lotados nas unidades escolares da rede pública municipal.

1.2 No ato de inscrição, o professor deverá indicar a unidade escolar de sua opção, dentro de sua habilitação profissional, desde que haja vaga disponível.

1.3 As opções do professor devem ser compatíveis com o seu regime de trabalho, uma vez que não será permitido alterá-lo por intermédio deste processo.

1.4 Quando existir mais de um candidato por vaga, no caso dos servidores do magistério, serão utilizados os seguintes critérios, conforme dispõe o artigo 37, §5, da Lei Complementar n. 76/2003:

a) Maior habilitação na área de atuação;

b) Maior tempo de serviço no magistério público municipal;

c) Sorteio na presença dos candidatos inscritos nas vagas.

1.5 Realizada a inscrição será nomeada Comissão, pelo Secretário Municipal de Educação, para analisar os pedidos, nos termos do artigo 36, da Lei Complementar n. 210/2011, a qual será formada por sete integrantes, sendo:

I - dois representantes indicados pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal;

II - um representante indicado pelo Conselho Municipal de Educação;  
 III - um representante indicado pela Secretaria de Gestão Administrativa;  
 IV - três servidores efetivos indicados pela Secretaria Municipal de Educação.

1.6 O candidato que, sob quaisquer hipóteses, não atender às normas deste edital e demais procedimentos aplicáveis, estará, automaticamente, eliminado do processo.

1.7 Será publicada em Diário Oficial do Município e na página oficial do Município de Joaçaba a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas, bem como o resultado do processo de remoção de que trata este Edital.

1.8 O candidato poderá transferir-se para a unidade escolar em que foi removido somente no início do ano letivo de 2015.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 O período de inscrição será nos dias 17/11/2014 a 21/11/2014, das 13 horas às 19 horas, com a entrega da documentação, abaixo relacionada, no Setor de Protocolo, da Prefeitura de Joaçaba.

2.2 Na data de 05/12/2014, será promovida a homologação das inscrições deferidas, com publicação no site oficial do Município e no Diário Oficial dos Municípios.

2.3 A ficha de inscrição (Anexo 1) deverá ser preenchida de acordo com a documentação apresentada, devidamente assinada pelo requerente, em que conste expressamente a vaga que pretende ser removido.

2.4 Deverão ser anexados à ficha de inscrição:

- Cópias de CPF e Identidade;
- O Atestado de Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal, expedido pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Joaçaba, com data final de 30/10/2014;
- Cópia da Portaria de Lotação atual;
- Cópia dos Diplomas de habilitação, isto é, especialização, mestrado e/ou doutorado.

2.5 A falta de um dos documentos mencionados no item anterior implica no imediato indeferimento da inscrição.

2.6 Após a homologação e indeferimento das inscrições, os interessados terão o prazo de recurso de 01 (um) dia útil.

2.7 Não será permitida a inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, a inscrição por procuração específica para este fim, reconhecida em cartório.

2.8 A listagem preliminar de classificação dos candidatos inscritos será publicada no endereço eletrônico e no mural da Prefeitura Municipal.

2.9 O candidato que não concordar com o resultado de sua classificação poderá interpor recurso mediante protocolo para este fim, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a publicação da listagem preliminar, justificando a necessidade de revisão da classificação.

## 3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 O pedido de inscrição do professor importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas deste processo de remoção.

3.2 As vagas das unidades escolares disponíveis para esta remoção constam no Anexo 2 do presente edital.

3.3 O professor removido terá direito a lotação em uma única Unidade Escolar e deverá apresentar-se para a posse e exercício, a partir do início do ano letivo de 2015.

3.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, por intermédio da Comissão responsável pela análise dos pedidos.

Joaçaba, 30 de outubro de 2014

RAFAEL LASKEKE

PREFEITO DE JOAÇABA/SC

## ANEXO 1

### EDITAL N. 01/2014/SME - PROCESSO DE REMOÇÃO FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PEDIDO DE REMOÇÃO

DADOS DO SERVIDOR:				
NOME:				MATRÍCULA:
CPF:	RG:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:		
ENDEREÇO:				NÚMERO:
BAIRRO:	CEP:	MUNICÍPIO:		
EMAIL:		TELEFONE: CELULAR:		
CARGO / NÍVEL:				
ÁREA EM QUE ESTÁ HABILITADO:				
DATA DE ADMISSÃO:		DATA DE NASCIMENTO:		
CARGA HORÁRIA:		TURNO DE TRABALHO:		
UNIDADE DE ENSINO DE LOTAÇÃO:				
UNIDADE DE ENSINO PARA REMOÇÃO:				
VAGA / DISCIPLINA A QUE CONCORRE:				
TÍTULOS/ HABILITAÇÃO (ESPECIALIZAÇÃO/ MESTRADO OU DOUTORADO):				
TEMPO DE SERVIÇO NO MAGISTÉRIO MUNICIPAL:				
Declaro para os devidos fins de direito junto a Secretaria de Educação que ACEITO OS CRITÉRIOS estabelecidos no Edital 01/2014, sob pena de indeferimento da inscrição no Processo de Remoção. Data: ____/____/____				
SERVIDOR				
DADOS A SEREM PREENCHIDOS PELA COMISSÃO				
UNIDADE DE ENSINO A SER LOTADO: _____				
ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO: _____				
NOME E ASSINATURA DOS MEMBROS DA COMISSÃO: DATA: ____/____/____				

## ANEXO 2

### QUADRO DE VAGAS

ESCOLA	HABILITAÇÃO	NUMERO DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	TURNO
CERT – Centro Educacional Roberto Trompowsky	Informática	01	40h	Matutino/ Vespertino
CERT– Centro Educacional Roberto Trompowsky	Geografia	01	40h	Matutino/ Vespertino
Escola Municipal Rotary Fritz Lucht	Educação Infantil	01	40h	Matutino/ Vespertino
Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes	Artes	01	20h	Matutino/ Vespertino

NUPERA- JO – Núcleo Pedagógico Rural	Informática	01	40h	Matutino/ Vespertino
---	-------------	----	-----	-------------------------

**DECRETO Nº 4.660 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.660 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15, II DA LEI MUNICIPAL 4.439 DE 20/12/13 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Município de Joaçaba:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Proj./Atividade: 2.019 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0  
Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Proj./Atividade: 2.113 - PISO DE ALTA COMPLEXIDADE - ABRIGO  
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0  
Valor: R\$ 1.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações apontadas no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Proj./Atividade: 2.019 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0  
Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Proj./Atividade: 2.113 - PISO DE ALTA COMPLEXIDADE - ABRIGO  
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0  
Valor: R\$ 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 29 de outubro de 2014  
RAFAEL LASKEKE  
Prefeito

**DECRETO Nº 4.661 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.661 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL 4.439 DE 20/12/13 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Proj./Atividade: 1.065 - REFORMA/AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DE ESF - FMS  
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.064.0  
Valor: R\$ 14.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 30 de outubro de 2014  
RAFAEL LASKEKE  
Prefeito

**SIMAE - JOAÇABA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JHL 007/2014 - SIMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0007/2014

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0043/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 30/10/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s), nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1.DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Tíquetes Alimentação para fornecimento mensal aos servidores do SIMAE, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0043/2014.

1.2 A licitante registrada concede Taxa de Administração de -1,88% ( Hum virgula oitenta e oito por cento negativo) para os tíquetes alimentação concedidos aos servidores do SIMAE.

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para a aquisição de Tíquetes Alimentação, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 A Taxa de Administração registrada manter-se-á inalterada pelo período de vigência da presente Ata, admitida à recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 A Taxa de Administração registrada que sofrerem



recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 A redução de percentual de desconto decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

## 2.DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0043/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

## 3.VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

## 4.DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os Tíquetes Alimentação deverão ser fornecidos conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Solicitação de Entrega - SE enviado por e-mail através do Recursos Humanos,.

4.2 Após o recebimento da SE-Solicitação de Entrega, por parte do fornecedor, os tíquetes deverão ser entregues no prazo máximo de 04 (quatro) dias, após o recebimento da solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na SE.

4.3 No ato da entrega dos Tíquetes Alimentação a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.4 Fica aqui estabelecido que o Tíquete Alimentação será recebido:

- a. provisoriamente, para verificação da quantidade efetivamente entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade;
- b. definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade dos Tíquetes Alimentação com a especificação e a consequente aceitação.

4.4.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega a contento.

4.5. Os Tíquetes Alimentação que forem recusados (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.6. Se a substituição dos Tíquetes Alimentação recusados, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

## 5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será:

5.1.1. Efetivado mensalmente, de acordo com a quantidade de tíquetes entregues, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às

notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br.

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, em até 5 (cinco) dias úteis após entregue a contento, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá sob hipótese alguma pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das notas fiscais/faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos Tíquetes correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2.060 2.061 2.062

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 3.3.90.39.40

## 6.RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos tíquetes fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

## 7. OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) Os serviços (cartões magnéticos ou documentos impressos) deverão ser iniciados no prazo de até 10(dez) dias úteis, a contar da data de assinatura do Contrato e da disponibilização dos dados pela contratante;

b) Enviar os cartões magnéticos, se for o caso, no mínimo dispondo de senha para operação de bloqueio, e os em documento impresso, devidamente identificados, ao responsável pela distribuição no Recursos Humanos do SIMAE.

c) Fornecimento Mensal de Tíquete Alimentação em documento Impresso/Cartão Magnéticos para servidores das Áreas Administrativa e Técnica do SIMAE de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna, com valor facial de R\$ 18,90 (dezoito reais e noventa centavos) unitário e valor total mensal de R\$ 415,80(Quatrocentos e quinze reais e oitenta centavos) por servidor beneficiado,

d) Efetuar a entrega dos Tíquetes Alimentação ou disponibilização dos créditos nos cartões magnéticos após solicitação em prazo de até 04 (quatro) dias, em horário comercial;

e) Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos tíquetes fornecidos;

f) Manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas

no Edital de Licitação;

g) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o tíquete que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

h) Sendo os Tíquetes fornecidos através de Cartão Magnético, a proponente vencedora deverá enviar relatório ao Recursos Humanos comprovando crédito nos referidos cartões dos servidores do SIMAE, no prazo máximo de 04 (quatro) dias após a solicitação.

i) Por ocasião do recebimento dos Tíquetes, sendo eles impressos, o SIMAE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de quantidades enviadas e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

j) A contratada deverá, assim que for considerado vencedor da licitação, apresentar uma lista com os nomes dos estabelecimentos comerciais credenciados à receber os tíquetes alimentação. Não cumprindo este requisito, a empresa será considerada inapta a contratação e consequentemente desclassificada.

k) Executar o objeto de acordo com o Termo de Referencia Anexo I do edital.

l) Responsabilizar pelo envio e frete dos produtos.

m) O Prazo de Validade dos Tíquetes Alimentação Impressos, não poderá ser inferior a 03(três) meses, contados da data em que se operar o recebimento, identificados com o nome do SIMAE de Joaçaba, segundo os padrões próprios da fornecedora.

n) Liberar os créditos dos tíquetes alimentação a partir da data determinada pelo Recursos Humanos do SIMAE.

o) Atualizar os valores para crédito, conforme indicação do SIMAE.

p) Fornecer a segunda via de cartão magnético e reemissão de senha, se for o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento do pedido, caso seja optado pelo cartão magnético.

q) Providenciar imediata correção das deficiências apontadas pelo SIMAE quanto da execução dos serviços objetos da presente licitação e respectivo contrato.

r) Fiscalizar os estabelecimentos integrantes de sua rede, no sentido de se obter um produto adequado, variado e higiênico, dentro dos padrões e legislação estabelecidos, descredenciando os que não apresentarem serviços satisfatórios;

s) Apresentar descrição de metodologia operacional adotada para desempenho das atividades necessárias ao cumprimento do objeto da licitação, no ato da assinatura do contrato, através de:

a) Tecnologia: Utilização de recursos tecnológicos que propiciem agilidade, segurança e confiabilidade no funcionamento do sistema, assegurando inclusive a identificação de possíveis falsificações de cartões, ou tíquetes;

b) Método de administração e gerência: Relatórios gerenciais em nível de informações disponíveis, garantindo o bom funcionamento do sistema;

c) Meios de comunicação utilizados pelo licitante para atingir o usuário final, visando esclarecimento e dúvidas e ainda a divulgação dos serviços, bem como do conhecimento dos estabelecimentos credenciados e descredenciados mensalmente.

t) Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os tributos Federais, Estaduais e Municipais, presentes ou futuros que, direta ou indiretamente incidam ou venham a incidir sobre o serviço relacionado com o objeto contratual;

u) Comunicar, imediatamente ao SIMAE, tão logo sejam do seu conhecimento os Procedimentos Fiscais, ainda que de caráter interpretativo, os quais possam ter reflexos financeiros sobre o contrato;

v) Manter sempre à frente dos serviços, profissional devidamente habilitado na entidade profissional competente e pessoal adequado disponível na quantidade necessária para a execução dos serviços;

w) Manter serviços de atendimento ao cliente no mínimo no

horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais, sem qualquer custo adicional, inclusive quanto ao fornecimento de saldos, extratos e alteração de senha.

## 8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a. Quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b. Quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c. Quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d. Quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os tíquetes decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f. Perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## 9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a. Advertência;

b. Multa:

i. O atraso injustificado no fornecimento, sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia de atraso, limitados a 20%(vinte por cento) do valor da parcela em atraso.

ii. Multa de 10% do valor total do contrato em caso de rescisão unilateral;

c. Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

## 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 30 de outubro de 2014.

Eliane Aparecida Ceron Vier  
Pregoeiro

Equipe de Apoio:  
Giane Maria Marquezze Lecher  
Mônica Saraiva Romani

Rafael Arlindo da Costa  
Sul Card Administradora de Cartões S.A

**RESUMO CONTRATO JHL 0082/2014 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0082/2014  
PREGÃO JHL 0043/2014  
PROTOCOLO JHL 2845/2014  
PROCESSO 0061/2014  
Data: 30/10/2014

Objeto: FORNECIMENTOS DE TÍQUETES ALIMENTAÇÃO PARA ENTREGA PARCELADA, EM PAPEL OU CARTÃO MAGNÉTICO, PARA AUXILIAR A ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES DO SIMAE.

Contratado: SUL CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES S/A

Taxa de Administração: -1,88% (um vírgula oitenta e oito por cento negativo)


PROGRAMA/PROJETO/ATIVIDADE:	14.01.2.060	2.061	2.062
ELEMENTO:	3.3.90.39.40		

Prazo de vigência: 03/11/2014 a 02/11/2015

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

**HOMOLOGAÇÃO PP43/2014 SIMAE**

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b> CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 43/2014 - PR</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> 61/2014 <b>Processo de Licitação:</b> 61/2014 <b>Data do Processo:</b> 07/10/2014

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 61/2014  
b ) Licitação Nr.: 43/2014-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 30/10/2014  
e ) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E FORNECIMENTO MENSAL DE TIQUETE-ALIMENTAÇÃO EM DOCUMENTO IMPRESSO/CARTÕES MAGNÉTICOS PARA OS SERVIDORES DAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E TÉCNICAS DO SIMAE, PARA ATENDER À LEI Nº 2546/1998.

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 008256 - SUL CARD ADMINISTRADORA DE CARTOES S/A	3	0,0000	2.243.340,00
	3		2.243.340,00

Joaçaba, 30 de Outubro de 2014.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL****CONVOCAÇÃO 004 - ADVOGADO - EDUARDO**  
ATO CONVOCATÓRIO

FRANCISCO MOREIRA LOPES, Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba-SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto no art. 37 da Constituição Federal, na Legislações Estadual e Municipal em vigor, bem como considerando a homologação do Resultado Final do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2011, CONVOCA o Sr. EDUARDO HOEPPERS RODRIGUES para apresentar-se na Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento deste, munido dos documentos abaixo relacionados para assumir vaga de ADVOGADO:

1. Cópia C.P.F. (fotocopia autenticada)
2. Cópia Carteira de Identidade (fotocopia autenticada)
3. Carteira de Trabalho
3. Fotocópia do PIS/PASEP
4. Cópia Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocopia autenticada)
5. Cópia Título de Eleitor (fotocopia autenticada) c/comprovante última eleição
6. Cópia Certificado de Reservista (para o sexo masculino)
7. Cópia Comprovante de Escolaridade exigido para o cargo
8. Comprovante de Residência
9. Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (cópia completa) ou declaração com relação dos bens móveis e imóveis
10. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
11. Declaração de não acumulação de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, vedados em Lei;
12. Certidões referentes a ficha limpa ( <a href="http://www.trf4.gov.br">www.trf4.gov.br</a> ; <a href="http://www.tre.sc.gov.br">www.tre.sc.gov.br</a> ; <a href="http://www.tjsc.jus.br">www.tjsc.jus.br</a> )
13. 1 (uma) foto colorida ¾ (atual)
14. Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão medico oficial (médico do trabalho) (original)
15. Cópia da Certidão de filhos menores de 14 anos (fotocopia autenticada)
16. Cópia de documentos que comprove conta corrente vinculada a CEF para transferência de pagamento via conta eletrônica.

Caso não haja interesse em tomar posse do cargo para o qual foi classificado em concurso público, deve o aprovado subscrever correspondência, dizendo de sua desistência, enviando a mesma aos cuidados do Setor de Pessoal da Câmara De Vereadores de Joaçaba.

Joaçaba, 30 de outubro de 2014.  
Francisco Moreira Lopes  
Presidente

**Lages****PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO 288/2014 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 288/2014 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SOLUÇÃO CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 05.091.927/0001-06, com sede a Rua Fritz Spernau, 653 - Bairro Fortaleza - CEP 89055-200 - Blumenau/SC. Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 177/2014, correlato á Convite nº 20/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Passeios, Meio-Fios, Drenagem e Pavimentação Asfáltica da Rua Querino Magno Garcia (Trecho entre a Rua Vergílio Ramos e Av. Belizário Ramos), com fornecimento de material, em conformidade, Planilha Orçamentária/ Quantitativa e partes integrantes do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, em até 48 (quarenta e oito) horas da assinatura do(s) Contrato(s) decorrente(s);

2.2 De Execução da data da assinatura do contrato decorrente;

2.3 De Entrega, de acordo com a solicitação da Secretaria Requisitante, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014.

Lages, 30 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**PP 05-2014 FUNREBOM**

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 05/2014 FUNREBOM

Objeto: Aquisição de Veículos

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 13/11/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 275.996,67

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 30 de outubro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração



# Lebon Regis

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na Modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item. Objeto: aquisição de um Computador para a sala de vacina, conforme Deliberações 243/CIB/2014 e 397/CIB/2014 da Secretaria de Estado da Saúde, segundo as especificações técnicas contidas no Anexo I do edital. Recebimento da documentação e das propostas até 09h do dia 12 de Novembro de 2014. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do dia 12/11/2014. Obtenção do Edital: pelo site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br). Maiores informações: (49) 3247-0188. Thacyana Canalle - Pregoeira.

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2014 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2014

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2014

O Município de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global. Objeto: aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para conserto de um Fiat Uno Mille Economy, ano/modelo 2013/2013, placa MKY-4374, pertencente à Secretaria de Educação. Recebimento da documentação e das propostas até 14h do dia 12 de Novembro de 2014. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 14h10min do dia 12/11/2014. Obtenção do Edital: pelo site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br). Maiores informações: (49) 3247-0188.

Thacyana Canalle  
Pregoeira.

### RETIFICAÇÃO Nº 01/2014 EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 01/2014

RETIFICAÇÃO Nº 01/2014

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 01/2014

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.074.310/0001-88, torna público a presente Retificação do Edital de Teste Seletivo nº 01/2014.

Alteração nº 01: Fica alterado e acrescido o quadro demonstrativo das Provas Escritas, passando a constar a redação dos itens 4.2.2 e 4.2.3 com a seguinte redação:

Onde se lê:

4.2.2 A prova escrita será composta de 40 (quarenta) questões para todos os cargos, sendo que cada questão valerá 10 pontos, conforme o quadro abaixo:

Cargo	Núcleo de prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Pontuação mínima para classificação
Todos os Cargos	Conhecimentos específicos	20	10 pontos	200 pontos
	Conhecimentos gerais	05	10 pontos	
	Português	10	10 pontos	
	Matemática	05	10 pontos	

4.2.3 Será desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 200 (pontos) na prova escrita.

Leia-se

4.2.2 A prova escrita será composta conforme o quadro abaixo:

Cargo	Núcleo de prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Pontuação mínima para classificação
Cargos de escolaridade Ensino Médio e Superior	Conhecimentos específicos	20	10 pontos	200 pontos
	Conhecimentos gerais	05	10 pontos	
	Português	10	10 pontos	
	Matemática	05	10 pontos	

Cargos escolaridade Ensino Fundamental	Conhecimentos específicos	05	10 pontos	120 pontos
	Conhecimentos gerais	05	10 pontos	
	Português	10	10 pontos	
	Matemática	05	10 pontos	

4.2.3 Será desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 200 (pontos) na prova escrita para os cargos com exigência de escolaridade de ensino Superior e Médio e igualmente desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 120 pontos para os cargos com exigência de escolaridade mínima de ensino fundamental.

Alteração nº 02: Fica alterada a redação do item 5.2.1, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

5.2.1 Será desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 200 (pontos) na prova escrita.

Leia-se

5.2.1 Será desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 200 (pontos) na prova escrita para os cargos com exigência de escolaridade de ensino Superior e Médio e igualmente desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 120 pontos para os cargos com exigência de escolaridade mínima de ensino fundamental.

Alteração nº 03: Fica alterada a redação do item 4.2.10, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se Lê:

4.2.10 O caderno de provas escritas será entregue ao candidato após a realização da prova, devendo o candidato retirar-se imediatamente do local das provas após a entrega do gabarito

Leia-se

4.2.10 O candidato poderá levar o caderno de provas, mas deverá entregar o Cartão de Respostas preenchido, assinado e com o nome Legível.

## **EDITAL N. 01/2014 - RETIFICADO**

EDITAL N. 01/2014

Teste Seletivo para Contratação Temporária

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, Sr. Ludovino Labas, representando o Município e no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO aos interessados que realizará PROCESSO SELETIVO para contratação de pessoal, em caráter temporário, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, em conformidade com o disposto no inciso IX, do art. 37 da Constituição da República, art. 36, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e LC Municipal n. 65/2010, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

### **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.**

1.1 O Processo Seletivo destina-se à contratação de pessoal, em caráter temporário, para preenchimento de vagas temporárias existentes no Quadro de Pessoal do Município de Lebon Régis/SC (LC n. 43/2006), diante do afastamento legal de servidor efetivo, de acordo com as necessidades e interesses da Administração, mediante as condições estabelecidas neste edital, legislação municipal e demais regras pertinentes.

1.1.1 As vagas disponibilizadas neste Edital são temporárias porque decorrentes do afastamento legal de servidores efetivos municipais.

1.2 A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.3 É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no item 1.1 desse edital e demais determinações referente ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.4 A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato sua nomeação/contratação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência do Município de Lebon Régis/SC.

1.5 O Teste Seletivo será realizado pela Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe do Peixe - AMARP, a qual será encarregada pela elaboração, aplicação, correção, julgamento de eventuais recursos apresentados contra o gabarito provisório ou contra as questões da prova e apresentação do resultado final.

1.5.1 A Associação responsável pelo Teste Seletivo poderá contar com a colaboração de bancas suplementares para a elaboração das questões.

### **2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1 As inscrições para o Processo Seletivo estarão abertas no período de 24 de outubro a 24 de novembro de 2014, das 13h às 17h, na Secretaria Municipal de Educação, com endereço na Rua Ivens de Araújo, centro, Lebon Régis/SC.

2.2 O processo de inscrição será coordenado por um servidor da Prefeitura Municipal de Lebon Régis/SC, que receberá as Fichas de Inscrição, fará a conferência da documentação e auxiliará, prestando informações que contribuam para que o maior número de pessoas possam participar desta seleção pública.

2.3 A ficha de inscrição será preenchida pelo candidato, sendo que o responsável pelo recebimento das inscrições apenas oporá o número da inscrição.

2.4. Requisitos para a inscrição:

2.4.1 ser brasileiro, nato ou naturalizado;

2.4.2 possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da contratação;

2.4.2 possuir a habilitação exigida para o cargo.

2.5 Documentos para a inscrição:

2.5.1 cópia autenticada do documento de identidade;

2.5.2 cópia autenticada do CPF;

2.5.3 cópia autenticada do título de eleitor, com comprovante de quitação eleitoral no último pleito ou justificativa apresentada à Justiça Eleitoral;

2.5.4 comprovante de pagamento da taxa de inscrição;

2.5.5 cópia da prova de quitação com o Serviço Militar (quando do sexo masculino);

2.5.6 cópia autenticada da Carteira Nacional de Trânsito - CNH, para os cargos que exigem essa habilitação;

2.5.7 cópia autenticada do diploma, certificado ou histórico escolar que comprove a escolaridade exigida para o cargo;

2.5.8 cópia autenticada dos certificados e comprovantes de cursos (para a prova de títulos).

2.5.9 atestado médico emitido no prazo máximo de 30 (trinta) dias que comprove a condição de portador de necessidades especiais (apenas para os candidatos que forem concorrer na condição de portador de necessidades especiais).

2.5.10 requerimento de condição especial para realização de provas (cadeira especial para deficiente físico, tradutor para braille ou libras etc.) ou da necessidade de se ausentar durante a prova para amamentação.

2.6 Não será admitida a apresentação de títulos após a realização da inscrição e nem a sua alteração ou de documentos anexos.

2.7 As autenticações de documentos poderão ser feitas pelo servidor responsável pela inscrição, mediante apresentação dos documentos originais.

2.7.1 A não apresentação da documentação exigida implica no indeferimento da inscrição.

2.8 O valor da taxa de inscrição será definido de acordo com a escolaridade exigida para a função pretendida, conforme tabela abaixo:

Escolaridade exigida para a função	Valor
Ensino Superior	R\$ 50,00
Ensino Médio	R\$ 30,00
Ensino Fundamental completo	R\$ 20,00

2.8.1 A taxa de inscrição será quitada através do pagamento de documento próprio expedido em nome do Município (DAM), a ser retirado no setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Lebon



Régis/SC, na Rua Arthur Barth, n. 300, Centro.

2.8.2 Após o pagamento, o valor da taxa de inscrição não será devolvido ao candidato em hipótese alguma.

2.9 O candidato só pode se inscrever para uma função e após a realização da inscrição é vedada a alteração da função escolhida.

2.10 É permitida a inscrição por terceiros mediante procuração com poderes especiais para esse fim e com firma reconhecida, acompanhada de cópias autenticadas dos documentos necessários para inscrição ou cópias simples acompanhadas dos originais para autenticação.

2.11 Não serão aceitas inscrições via fax, sedex, postal, internet e/ou correio eletrônico.

2.12 Da Homologação das Inscrições: As inscrições serão homologadas por Decreto do Prefeito Municipal de Lebon Régis/SC, no prazo de até 02 (dois) dias após o encerramento das inscrições e publicadas em documento afixado no mural da Prefeitura Municipal e no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br)

2.12.1 Os candidatos que tiverem suas inscrições indeferidas terão prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da publicação, para, querendo, interpor recurso dirigido à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Teste Seletivo.

### 3. DAS VAGAS

3.1 O número de vagas disponibilizadas são as constantes do quadro abaixo, com as especificações discriminadas, ressaltando que como se trata de contratação temporária de caráter excepcional o cadastro de reserva se destina ao preenchimento de vagas que surgirem durante o ano de 2015 em razão do afastamento temporário de servidor efetivo.

3.2 Regime de trabalho: o contrato de trabalho celebrado nesses casos será regido pelas Leis Complementares Municipais n. 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); n. 43/2006 e n. 65/2010 e o contratado vincular-se-á ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS:

3.3 Quadro de vagas:

Vaga(s)	Função	Carga Horária (semanal)	Habilitação	Remuneração
CR	Agente de Saúde	40h	Ensino fundamental	R\$ 1014,00
2 + CR	Agente de Serviços Gerais	40h	Ensino fundamental	R\$ 724,00
CR	Assistente Social	30h	Ensino superior completo e registro no órgão de classe	R\$ 1.500,32
CR	Auxiliar de Enfermagem	40h	Curso técnico e registro no COREN	R\$ 857,69
CR	Enfermeiro	40h	Curso superior completo e registro no COREN	R\$ 4.133,73
CR	Fisioterapeuta	30h	Curso Superior completo em Fisioterapia/ Registro no órgão de Classe	R\$ 2.507,45

CR	Mecânico	40h	Ensino fundamental	R\$ 724,00
CR	Médico	40h	Curso Superior Completo e registro no CREMESC	R\$ 12.797,70
CR	Motorista	40h	Ensino fundamental e CNH 'C'	R\$ 724,00
1+ CR	Motorista de veículo escolar	40h	Ensino fundamental e CNH 'D'	R\$ 788,43
1+ CR	Nutricionista	40h	Curso Superior Completo e inscrição no CRN	R\$ 4.438,19
CR	Odontólogo	40h	Curso superior completo e registro no CRO	R\$ 4.133,73
CR	Operador de Máquinas Pesadas	40h	Ensino fundamental e CNH "C"	R\$ 724,00
CR	Pedreiro	40h	Ensino fundamental	R\$ 825,84
1 + CR	Psicólogo	40h	Ensino superior completo e registro no CRP	R\$ 2.000,42
CR	Recepcionista	40h	Ensino médio	R\$ 724,00
05 + CR	Servente de Serviços Internos	40h	Ensino fundamental	R\$ 724,00
1 + CR	Vigia	40h	Ensino fundamental	R\$ 724,00
CR	Oficial Administrativo	40h	Ensino médio completo	R\$ 724,00
CR	Fiscal de Tributos	40h	Ensino médio completo	R\$ 724,00

3.4 A contratação poderá ocorrer com carga horária inferior àquela informada acima, a critério da Administração.

3.5 Das vagas oferecidas neste teste seletivo 5% (cinco por cento) são destinadas aos portadores de necessidades especiais, que deverão informar esta condição quando da inscrição.

3.5.1 A ordem de classificação dos portadores de necessidades especiais se dará em lista distinta da classificação geral.

### 4. DAS PROVAS

4.1 O presente Processo Seletivo é constituído de prova escrita e prova de títulos.

4.2 Da Prova Escrita:

4.2.1 A Prova escrita será realizada no dia 30 de Novembro de 2014, com início às 13h e término às 17h, na Escola de Educação Básica Frei Caneca, localizada na Rua Arthur Bath, centro, no Município de Lebon Régis/SC;

4.2.2 A prova escrita será composta de 40 (quarenta) questões para todos os cargos, sendo que cada questão valerá 10 pontos, conforme o quadro abaixo:

Cargo	Núcleo de prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Pontuação mínima para classificação
Todos os Cargos	Conhecimentos específicos	20	10 pontos	200 pontos
	Conhecimentos gerais	05	10 pontos	
	Português	10	10 pontos	
	Matemática	05	10 pontos	

4.2.3 Será desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 200 (pontos) na prova escrita.

4.2.2 A prova escrita será composta conforme o quadro abaixo:

Cargo	Núcleo de prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Pontuação mínima para classificação
Cargos de escolaridade Ensino Médio e Superior	Conhecimentos específicos	20	10 pontos	200 pontos
	Conhecimentos gerais	05	10 pontos	
	Português	10	10 pontos	
	Matemática	05	10 pontos	

Cargos escolaridade Ensino Fundamental	Conhecimentos específicos	05	10 pontos	120 pontos
	Conhecimentos gerais	05	10 pontos	
	Português	10	10 pontos	
	Matemática	05	10 pontos	

4.2.3 Será desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 200 (pontos) na prova escrita para os cargos com exigência de escolaridade de ensino Superior e Médio e igualmente desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 120 pontos para os cargos com exigência de escolaridade mínima de ensino fundamental.

4.2.4 As questões objetivas, do tipo múltipla escolha, serão subdivididas em 4 (quatro) alternativas: A, B, C e D. Dessas alternativas, somente UMA deverá ser assinalada.

4.2.5 As questões da prova escrita serão anotadas em cartão específico para respostas, fornecido para o candidato quando da realização da referida prova e que deverá ser preenchido apenas com caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

4.2.6 O conteúdo programático (Anexo I) para a prova escrita é de caráter sugestivo, sendo que o candidato deve considerar outros conteúdos que se enquadrarem na formação exigida para o cargo, bem como conhecimentos específicos relativos à função.

4.2.6.1 Os candidatos deverão comparecer com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o início das provas, sendo que quando faltar 10 (dez) minutos para a realização das provas os portões serão fechados.

4.2.6.2 Não será admitido à prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido; em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

4.2.6.3 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, data ou horário diferente dos pré-determinados no Edital.

4.2.7 Para a prova escrita, o ingresso na sala de provas só será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade que originou a inscrição e do Comprovante de Inscrição. Em caso de perda deste comprovante, o candidato deverá solicitar por

escrito na Prefeitura Municipal um novo comprovante.

4.2.8 Durante a realização da prova não será permitida a comunicação entre candidatos ou destes com terceiros e não serão admitidas quaisquer consultas nem a utilização de qualquer meio, máquina ou aparelho destinado ao armazenamento de dados, à gravação, recepção ou transmissão de mensagens, como aparelhos celulares, calculadoras, agendas eletrônicas, pager e similares.

4.2.9 Os três últimos candidatos de cada sala deverão permanecer no local até a conclusão da prova pelo último candidato para assinarem todos os cartões resposta, juntamente com o fiscal.

4.2.10 O caderno de provas escritas será entregue ao candidato após a realização da prova, devendo o candidato retirar-se imediatamente do local das provas após a entrega do gabarito.

4.2.10 O candidato poderá levar o caderno de provas, mas deverá entregar o Cartão de Respostas preenchido, assinado e com o nome Legível.

4.2.11 O gabarito provisório será publicado no mural da Prefeitura Municipal e no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) em até 2 (dois) dias úteis após a realização da prova escrita.

4.3 Da Prova de Títulos: a prova de títulos terá peso 4,0 (quatro), sendo que a pontuação será atribuída da seguinte forma:

4.3.1 Para os cargos de nível superior:

Títulos	Pontos
Curso de mestrado ou doutorado	4,0
Curso de especialização lato sensu	3,5

4.3.2 Para os cargos de nível médio:

Títulos	Pontos
Curso de mestrado ou doutorado ou pós-graduação lato sensu	4,0
Ensino superior completo	3,5
Ensino superior incompleto	2,5

4.3.3 Para os cargos de nível fundamental:

Títulos	Pontos
Curso de mestrado ou doutorado ou pós-graduação lato sensu	4,0
Ensino superior completo	3,5
Ensino superior incompleto	2,5
Ensino médio (2º grau) completo	2,0
Ensino médio (2º grau) incompleto	1,5

4.3.4 A titulação exigida como requisito para o cargo não será considerada na prova de títulos.

## 5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A nota final será apurada mediante a soma da pontuação alcançada na prova escrita e na prova de títulos.

5.2 A lista final de classificação do Processo Seletivo apresentará todos os candidatos, por função, na ordem decrescente, independentemente da(s) nota(s) obtida(s) e haverá lista separada para classificação dos candidatos portadores de necessidades especiais.

5.2.1 Será desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 200 (pontos) na prova escrita.

5.2.1 Será desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 200 (pontos) na prova escrita para os cargos com exigência de escolaridade de ensino Superior e Médio e igualmente

desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 120 pontos para os cargos com exigência de escolaridade mínima de ensino fundamental.

5.3 Havendo empate na nota final terá preferência, sucessivamente, o candidato (a) que obtiver maior pontuação na prova escrita em conhecimentos específicos; (b) que obtiver maior pontuação na prova escrita em Português; (c) que obtiver maior pontuação na prova escrita em matemática; (d) que obtiver maior pontuação na prova escrita em conhecimentos gerais e (d) com maior idade.

5.4 Apresentada a lista de classificados o Prefeito Municipal homologará o resultado por meio de Decreto.

5.5 O resultado final será divulgado em até 10 dias após a realização da prova escrita, sendo que da classificação final caberá recurso.

## 6. DOS RECURSOS

6.1 Os recursos/requerimentos que forem apresentados deverão obedecer aos critérios que seguem e serão dirigidos à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Teste Seletivo, a qual tomará as providências necessárias e cabíveis.

6.2 Caberá recurso das seguintes etapas do Teste Seletivo e nos prazos que seguem:

6.2.1 Do indeferimento da inscrição: 24 horas após a divulgação da lista dos inscritos, cuja decisão caberá à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Teste Seletivo;

6.2.2 Do gabarito provisório e/ou das questões da prova escrita: havendo discordância quanto à formulação de questões da prova objetiva, quanto à resposta correta para determinada questão ou ainda quanto a resultados divulgados no Cartão Resposta (gabarito provisório), cabe ao candidato o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da respectiva publicação, para apresentação do recurso, cuja decisão caberá à AMARP;

6.2.3 Da pontuação das provas e do resultado final: havendo discordância das notas atribuídas às provas escrita e de títulos o candidato poderá interpor recurso no prazo de 24 horas da publicação do resultado final, cuja decisão caberá à Comissão Organizadora e à AMARP.

6.3 O recurso interposto fora do respectivo prazo não será conhecido, considerando-se para tal a data e hora do respectivo protocolo;

6.4 Em caso de anulação, a questão anulada será considerada como respondida corretamente para todos os candidatos da respectiva função.

6.5 Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos das respectivas funções serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas.

## 7. DA CONTRATAÇÃO

7.1 A aprovação no Teste Seletivo gera expectativa de direito à contratação no decorrer do ano de 2014, mas não gera direito adquirido à contratação, estando esta vinculada ao surgimento de vaga em virtude de afastamento de servidor efetivo do cargo.

7.2 Os aprovados serão convocados conforme ordem de classificação no Teste Seletivo.

7.2.1 No prazo de convocação o candidato deverá apresentar os seguintes exames de saúde acompanhados de laudo médico para a realização de exame admissional:

I - hemograma;

II - glicemia;

III - urina

IV - RX de Tórax e Coluna Total;

V - ECG de repouso, para candidatos com idade igual ou superior a 35 (trinta e cinco) anos.

7.2.1 Havendo pluralidade de vagas, o candidato melhor classificado terá preferência na escolha de vaga e assim sucessivamente até a ocupação de todas as vagas.

7.2.2 A contratação dos portadores de necessidades especiais ocorrerá alternadamente com os candidatos da lista geral, observando-se o percentual fixado no item 3.5 deste Edital.

7.3 O candidato deverá se apresentar no prazo de até 07 (sete) dias a contar da data da convocação, que será feita através de telefone ou email.

7.3.1 Se o aprovado não comparecer no prazo estabelecido acima presumir-se-á a desistência da vaga, devendo ser chamado o aprovado imediatamente subsequente.

7.4 Julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo o candidato deverá apresentar no momento da contratação, além dos documentos já exigidos para a inscrição, os seguintes documentos:

7.4.1 cópia da certidão de nascimento dos filhos menores, se houver, e de casamento, se casado for;

7.4.2 atestado de saúde física e mental a ser fornecido por médico perito designado pelo Município de Lebon Régis para a realização do exame admissional, que comprove aptidão necessária ao exercício do cargo;

7.4.3 declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública ou proventos percebidos em razão de aposentadoria em cargo, emprego ou função pública.

7.4.4 Cópia de carteira de vacinação na qual conste que o candidato foi imunizado contra as seguintes doenças: Hepatite B, Tétano e Rubéola.

7.5 Os trabalhos serão desenvolvidos pelos contratados junto ao Poder Executivo Municipal, ficando diretamente subordinados à Secretaria na qual prestarem os serviços, cabendo aos Secretários o controle da jornada de trabalho.

7.6 As atribuições de cada função estão discriminadas nas LC n. 43/2006.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 A inexistência das informações e/ou irregularidades nos documentos, ainda que verificados posteriormente à contratação, ocasionarão a rescisão do contrato.

8.2 O Processo Seletivo terá validade de sua homologação até 31/12/2015, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

8.3 As publicações sobre o Processo Seletivo serão afixadas no Mural Público da Prefeitura Municipal e no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br)

8.4 Os documentos referentes à inscrição do Teste Seletivo e à prova de títulos ficarão arquivados na Prefeitura Municipal de Lebon Régis, sob guarda do Departamento de Pessoal e os referentes à prova escrita na AMARP.

8.5 O Foro eleito para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de Lebon Régis/SC.

8.6 Os casos não previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Teste Seletivo, nomeada pelo Decreto nº 086/2014, em conjunto com a Associação responsável pela sua realização - AMARP.

8.7 Quaisquer informações ou esclarecimentos sobre o Teste Seletivo poderão ser obtidos junto ao Departamento de Pessoal do Município de Lebon Régis/SC.

8.8 Faz parte integrante deste Edital o Anexo I - Conteúdo Programático.

Lebon Régis/SC, 23 de outubro de 2014.

LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

EDITAL N. 01/2014

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Para todos os cargos:

Português: leitura e compreensão de texto, significado contextual de palavras e expressões, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, concordância nominal e verbal, regência verbal, crase, análise sintática, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural, emprego do hífen, vícios de linguagem, estrutura das palavras, gramática em geral.

Matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Equações e Inequações; Progressões Aritméticas e Geométricas; Regra de três simples e composta. Juros simples e composto; Noções de probabilidade. Expressões aritméticas; M.D.C (Máximo divisor Comum). M.M.C (Mínimo Múltiplo Comum).

Conhecimentos Gerais: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Lebon Régis. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Lebon Régis. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Lebon Régis.

Conhecimentos Específicos:

Para os cargos de Agente de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, Enfermeiro, Médico e Odontólogo: Constituição Federal (artigos 196 a 200 e art. 77 ADCT); SUS - Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; ; Lei nº 8142 /1990; Ética profissional; A Estratégia de Saúde da Família - ESF e outros programas da área de atenção básica.

Para o cargo de Assistente Social: Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS); Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto do Idoso; Normas e orientações do CRAS; Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais das SUAS (2009); Ética profissional.

Para o cargo de servente de serviços internos: Noções de limpeza e higiene. Produtos apropriados para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos, etc. Noções de Hierarquia. Cuidados e manejos no preparo e distribuição de refeições. Conhecimentos

sobre desinfecção de utensílios e ambientes.

Para os cargos de agente de serviços gerais e pedreiro: Limpeza externa de prédios públicos. Jardinagem. Limpeza Pública. Conhecimento e uso de ferramentas: enxada, foice, pé-de-cabra, pá, lima, vassoura, entre outros. Conhecimentos sobre a conservação de ferramentas diversas. Conhecimentos básicos de hidráulica, eletricidade, carpintaria e serviços de pedreiro.

Para o cargo de mecânico: Mecânica básica: painel de instrumentos, motor, combustível, lubrificante, refrigeração, sistema elétrico, câmbio e embreagem, direção, suspensão, freios, pneus, manutenção preventiva. Equipamentos obrigatórios. Conservação e limpeza do veículo.

Para os cargos de motorista, motorista de veículo escolar e operador de máquinas pesadas: Legislação e Sinalização de Trânsito; Código de Trânsito Brasileiro; Normas gerais de circulação e conduta; Direção defensiva e Primeiros Socorros.

Para o cargo de Nutricionista: Lei n.11.947/2009, Resolução FNDE 38/2009; Atuação do Nutricionista no Programa de Alimentação Escolar; Conselho Municipal de Alimentação Escolar; Resolução CFN nº 380/2005; Alimentação Escolar na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Para o cargo de Psicólogo: Conhecimentos relacionados à atuação do profissional de Psicologia no contexto da assistência social; Temas atuais e aplicações da Psicologia Social; Psicologia comunitária; Tipificação dos serviços socioassistenciais (resolução nº109/2009); A atuação do psicólogo no CRAS/SUAS; Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto do Idoso; Ética Profissional; Leis pertinentes à profissão.

Para o cargo de Vigia: noção de serviços de vigilância diurna e noturna nas dependências dos prédios públicos e áreas próximas; noção de hierarquia e ética no trabalho.

Para o cargo de recepcionista: Noções de Arquivo: organização de arquivos e protocolos; recepção e despacho de documentos; uso de equipamentos de escritório. Noções básicas de administração pública.

Para o cargo de Fisioterapeuta: Anatomia e Fisiologia Geral. Eletrotermofototerapia. Biomecânica. Neuroanatomia e Neurofisiologia. Exercícios terapêuticos. Avaliação e tratamento. Fisiologia Cardiorpulmonar. Manejo e Monitorização do Paciente Crítico. Técnicas de Fisioterapia Respiratória. Ventilação Mecânica Invasiva e Não-invasiva. Mobilização Precoce. Fisioterapia no Trauma de Tórax e Abdômen. Fisioterapia no Paciente Neurológico e Neurocirúrgico. Fisioterapia em Cardiologia. Fisioterapia no Paciente Queimado. Fisioterapia no Paciente Politraumatizado. Fisioterapia em Traumatismo Ortopedia. Fisioterapia aplicada à Obstetrícia, Uroginecologia e Mastologia. Fisioterapia em Pediatria e Neonatologia.

Para o cargo de Fiscal de Tributos: Lei Orgânica do Município; Noções de Direito Civil - Lei de Introdução ao Código Civil: vigência e revogação da norma, conflito de normas no tempo e no espaço; Princípios do Estado Democrático de Direito. Constituição. Conceito. Classificação. Aplicabilidade e Interpretação das Normas Constitucionais. Poder Constituinte. Conceito, Finalidade, Titularidade e Espécies. Constituição Brasileira: Princípios Fundamentais; Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Da Organização do Estado; Da Organização dos Poderes; Da Tributação e do Orçamento; Da Ordem Econômica e Financeira; Princípios de Direito Administrativo; Normas Constitucionais de Direito Tributário; Sistema Tributário Nacional: Princípios Gerais, Competência Tributária. Limitações do Poder de Tributar. Impostos de Competência dos Estados e Municípios; Administração Tributária; Noções básicas de informática.



Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia

Para o cargo de Oficial Administrativo: Constituição Federal de 1988 - Título I - Dos princípios Fundamentais, Títulos II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais e Título III - da Organização do Estado - Capítulo VII - Administração Pública; Serviços Públicos: Conceitos e natureza, modalidades e formas de prestação, o perfil moderno do serviço

público. Noções básicas de Direito Administrativo; Direitos políticos: a) conceito e abrangência; b) sufrágio, voto, plebiscito, referendo e iniciativa popular; c) sistemas eleitorais; d) inelegibilidades. Conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso. Noções básicas nos serviços gerais de Secretaria: preparar, preencher e tratar

documentos; preparar relatórios, formulários e planilhas; executar rotinas de apoio na área de recursos humanos. Redação e correspondências oficiais: qualidades de linguagem, formas de tratamento (pronomes, empregos e abreviaturas) e documentos (ata, ofício, edital, memorando, circular, requerimento e relatório). Relações interpessoais. Ética no trabalho. Conhecimentos essenciais de Informática. Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos inerentes à função, observando-se a prática do dia-a-dia.

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS-SC

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014.

A Prefeitura Municipal de Lebon Régis comunica a todos os interessados que o Edital do Pregão Presencial nº 42/2014, cujo objeto é aquisição de aparelhos e equipamentos de avaliação, eletroterapia e reabilitação em geral para a clínica de fisioterapia, que beneficiará as pessoas que precisam de reabilitação e tratamento fisioterápico no município, Devido às alterações, o recebimento da documentação e das propostas será até as 8:30h do dia 13 de novembro de 2014. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 08h40min do dia 13/11/2014. Obtenção do Edital Retificado: site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br), e-mail [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br) ou tel. (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 29 de outubro de 2014.

Gilmar Francisco Peretti

Pregoeiro.

### **RETIFICAÇÃO Nº 01/2014 EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 01/2014- HMMSA**

RETIFICAÇÃO Nº 01/2014

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 01/2014

O HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, inscrito no CNPJ sob nº 83.684.324/0001-13, torna público a presente Retificação do Edital de Teste Seletivo nº 01/2014.

Alteração nº 01: Fica alterado e acrescido o quadro demonstrativo das Provas Escritas, passando a constar a redação dos itens 4.2.2 e 4.2.3 com a seguinte redação:

Onde se lê:

4.2.2 A prova escrita será composta de 40 (quarenta) questões para todos os cargos, sendo que cada questão valerá 10 pontos, conforme o quadro abaixo:

Cargo	Núcleo de prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Pontuação mínima para classificação
Todos os Cargos	Conhecimentos específicos	20	10 pontos	200 pontos
	Conhecimentos gerais	05	10 pontos	
	Português	10	10 pontos	
	Matemática	05	10 pontos	

4.2.3 Será desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 200 (pontos) na prova escrita.

Leia-se

4.2.2 A prova escrita será composta conforme o quadro abaixo, sendo que cada questão valerá 10 pontos, conforme o quadro abaixo:

Cargo	Núcleo de prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Pontuação mínima para classificação
Cargos de escolaridade Ensino Médio e Superior	Conhecimentos específicos	20	10 pontos	200 pontos
	Conhecimentos gerais	05	10 pontos	
	Português	10	10 pontos	
	Matemática	05	10 pontos	

Cargos escolaridade Ensino Fundamental	Conhecimentos específicos	05	10 pontos	120 pontos
	Conhecimentos gerais	05	10 pontos	
	Português	10	10 pontos	
	Matemática	05	10 pontos	

4.2.3 Será desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 200 (pontos) na prova escrita para os cargos com exigência de escolaridade de ensino Superior e Médio e igualmente desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 120 pontos para os cargos com exigência de escolaridade mínima de ensino fundamental.

Alteração nº 02: Fica alterada a redação do item 5.2.1, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

5.2.1 Será desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 200 (pontos) na prova escrita.

Leia-se

5.2.1 Será desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 200 (pontos) na prova escrita para os cargos com exigência de escolaridade de ensino Superior e Médio e igualmente desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 120 pontos para os cargos com exigência de escolaridade mínima de ensino fundamental.

Alteração nº 03: Fica alterada a redação do item 4.2.10, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se Lê:

4.2.10 O caderno de provas escritas será entregue ao candidato após a realização da prova, devendo o candidato retirar-se imediatamente do local das provas após a entrega do gabarito

Leia-se

4.2.10 O candidato poderá levar o caderno de provas, mas deverá entregar o Cartão de Respostas preenchido, assinado e com o nome Legível.

Ratificam-se os demais itens do Edital.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

## Leoberto Leal

### PREFEITURA

#### LEI N.º 1.099/2014

LEI Nº 1.099, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento da Seguridade Social, na dotação com a seguinte estrutura e limite:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.200,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.000,00
Função	10	Saúde	2.200,00
Sub-função	301	Atenção Básica	2.200,00
Programa	06	Saúde com Excelência	2.200,00
Atividade	2.017	Vigilância em Saúde - Componente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	2.200,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	2.200,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	2.200,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.200,00
Fonte de Recurso/Detalhamento	0.1.0066.46	Vigilância em Saúde - Piso Fixo de Vigilância em Saúde - PFVS (Transferência Estado)	2.200,00
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL.....			2.200,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação da seguinte fonte.

Fonte	Código Fonte	Valor
Vigilância em Saúde - Piso Fixo de Vigilância em Saúde - PFVS (Transferência Estado)	0.1.0066.46	2.200,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.....		2.200,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 30 de outubro de 2014.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### DECRETO 1918

DECRETO Nº 1918 de 29 de outubro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 22 da Lei nº 1.171 de 12/11/13,

#### DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL na importância de R\$ 620.100,00 (seiscentos e vinte mil e cem reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SIMAE:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-33

Valor: R\$ 100.000,00

Proj./Atividade: 0.002 - Amortização e Encargos da Dívida- SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00.03.0000-38

Valor: R\$ 100,00

Proj./Atividade: 0.003 - Formação do Patrimônio do Servidor Público

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-37

Valor: R\$ 20.000,00

Proj./Atividade: 1.051 - Construção, Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Água Urbano

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-35

Valor: R\$ 400.000,00

Proj./Atividade: 2.061 - Operação e Manutenção do Sistema de Água-Urbano

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-36

Valor: R\$ 100.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 29 de outubro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

### 1º TERMO ADITIVO - ARP PML Nº 0028.14 - PL PML Nº 0015.14 - PP RP PML Nº 0008.14 – GENEROS ALIMENT. E MATERIAL DE HIGIENE E LIMP. - P.V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME – QUANTITATIVO

#### 1º TMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PML Nº 0028.2014

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0015.2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - PML Nº 0008.2014

Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços PML nº 0028.2014, oriunda do Processo Licitatório PML nº 0015.2014, Pregão Presencial, para Registro de Preço PML nº 0008.2014, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LUZERNA e P.V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME, com o fito de aditar em 25% (vinte cinco por cento) o quantitativo dos itens "45" e "81" da Ata susomencionada.

Presentes de um lado, MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇO; e de outro P.V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.167.682/0001-50, com sede no Acesso à Cidade Alta, nº 3020, Bairro São Cristóvão, em Capinzal/SC (89665-000), neste ato representada por seu sócio administrador, ENIO DELAZERI, brasileiro, casado, do comércio, portador de documento de identidade, do tipo RG, de nº 11/R 1.870.202, inscrito no CPF sob o nº 453.533.100-63, residente e domiciliado à Rua Carmelo Zoccoli, s/nº, em Capinzal/SC (89665-000), doravante simplesmente denominada FORNECEDOR; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo à Ata de Registro em epígrafe, nos termos que segue:

#### 1.CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1.O presente instrumento tem por objeto aditar em 25% (vinte e cinco por cento) o quantitativo dos itens "45" e "81" abaixo especificados



Item	Especificação	Unidade	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
45	Fósforo extra longos com 50 un	CX	200,00	1,19	238,00
81	Papel toalha interfolhas, folha intercalada 100% fibra natural, virgem, cor branca alta alvura 100% de fibras naturais sem pigmentação oriunda da utilização de aparelhos de material impresso, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, macio, medindo 21 x 23 cm, com gramatura de 28 a 30, embalagem de papel com 1.000 folhas acondicionadas com 05 maços. Sendo necessário a verificação e testados nos padrões da ANVISA.	UN	800,00	5,50	4.400,00

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste aditivo, com renúncia à qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 10 de outubro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN  
MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC  
ÓRGÃO GERENCIADOR

ENIO DELAZERI  
P.V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME FORNECEDOR  
TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF: \_\_\_\_\_

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

## PL 126/2014 - PP 075/2014 - FILMAGEM - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 126/2014 - PML

Pregão Presencial nº 075/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto a contratação de empresas especializada para prestação de serviços de filmagem e cobertura de vídeo, destinados aos eventos a serem realizados pela Unidade Gestora – Prefeitura e os Fundos Especiais do Município de Luzerna.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08 horas do dia 07 de novembro de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 07 de novembro de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

## EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 124/2014 - PP 074/2014- ARBITRAGEM - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 0124/2014 - PML

Pregão Presencial nº 0074/2014 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 00124/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços a contratação de empresa especializada para a realização de serviços de arbitragem para eventos e campeonatos esportivos promovidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte e em observância as normas constantes no Anexo I deste Edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* ASSOCIAÇÃO DOS ARBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE

- Valor total: R\$ 51.000,00

Luzerna (SC), 29 de outubro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

**RECEITAS FEDERAIS DO DIA 29/10/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 29/10/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>3.116,46</b>
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.116,46
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.116,46
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.869,88
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.246,58

Luzerna, 30/10/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

# Macieira

## PREFEITURA

### LEI 756

DECRETO Nº1443, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 756 de 30/10/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.04 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
20.52 Manutenção do Transporte Escolar  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 15.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.04 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
20.37 Manutenção ensino fundamental  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 15.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito,  
30 de Outubro de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### LEI 757

DECRETO Nº1444, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 720/14 de 02/06/2014 que abriu credito suplementar por excesso de arrecadação de alienação de bens.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 757 de 30/10/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.04 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
10.06 Aquisição de Veículos Educação  
44.90.1.89 Aplicações Diretas  
R\$ 4.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.06 Sec. Mun. De Infraestrutura e Desenv. Urbano

10.13 Aquisição de Maquinas e Veiculo  
44.90.89 Aplicações Diretas  
R\$ 4.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 30 de outubro de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 3239

PORTARIA N.º3239, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO CENTRAL DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO E ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS PROFISSIONAIS PERTENCENTES AO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Decreto nº 1332 de 19 de novembro de 2013:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros da Comissão Central de Avaliação Especial de Desempenho e Estágio Probatório dos profissionais pertencentes ao magistério público municipal, sendo que a equipe terá a seguinte composição:

MEMBROS PERMANENTES DA COMISSÃO CENTRAL:

-Ariane SpanholiVigolo (Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes) PRESIDENTEGERAL  
- Giovana Betinelli (Diretora de Apoio Pedagógico)  
- Neide Maria Gemeli (Professora)  
- Regina Lúcia Telegen (Professora)

COMISSÃO DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL PEQUENOS BRILHANTES (MEMBROS PROVISÓRIOS):

- Mara Regina Szalyga (Presidente)  
- Neide Maria Gemeli (Professora)  
- Rosangela Tasca Wosniak (Professora)

COMISSÃO DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSORA CÂNDIDA BERTOTTO ZUCATTI(MEMBROS PROVISÓRIOS):

- Viviana Lamonatto (Presidente)  
- Regina Lúcia Telegen (Professora)  
- Margaret de Souza Betinelli (Professora)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Macieira (SC), 24 de outubro de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 3240**

PORTARIA N.º 3240/2014

Conceder Conversão de Licença Premio ao Servidor que Especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995, Art.110 (Estatuto dos Servidores Públicos).

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER CONVERSÃO DE 30 DIAS DE LICENÇA PREMIO, ao Servidor Público Municipal, JOSE DE JESUS ANTUNES, lotado na Secretaria de Saúde, ocupante do cargo de Motorista I, para pagamento no mês 10/2014.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira,  
em 24 de outubro de 2014.

EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 3242**

PORTARIA N.º 3242/2014

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, nos termos da Lei nº 290, de 10/02/2005, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 59, de 27/06/1994, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Enfermeira, para atendimento normal das atividades e programas da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social;

Considerando, que a exigência de continuidade dos serviços públicos de saúde;

Considerando, a licença para tratamento de saúde da titular do cargo Liliâne Cordeiro;

Considerando que se trata de situação temporária e excepcional para atendimento de serviço público essencial, restando presentes os requisitos legais para a contratação por tempo determinado, até o retorno da titular,

**RESOLVE:**

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª Edilene Maria Piatti para exercer as funções de Enfermeira, com remuneração mensal prevista em Lei, e, carga horária de 40 horas semanais, a contar de 01/10/2014 até 30/11/2014.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC,  
24 de outubro de 2014.

EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 3241**

PORTARIA N.º 3241/2014

"Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995 (Estatuto dos Servidores Públicos) e suas alterações;

**RESOLVE:**

CONCEDER, a Servidora Pública Municipal, Edilene Maria Piatti, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria de Saúde, Licença Sem Vencimentos, para tratar de interesses particulares, a contar de 01/10/2014, pelo período de 2 meses.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 24 de outubro de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 3243**

PORTARIA N.º 3243/2014

Conceder Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995, Art.110 (Estatuto dos Servidores Públicos).

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER ao Servidor Publico Municipal Edemar Nicolau Kuhn, lotado na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, lotado no cargo de Contador, 06 dias de férias, no período de 13/10/2014 a 18/10/2014, .

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira,  
em 24 de outubro de 2014.  
Emerson Zanella  
Prefeito Municipal

**DECRETO 1444**

DECRETO Nº1444, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 720/14 de 02/06/2014 que abriu credito suplementar por excesso de arrecadação de alienação de bens.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 757 de 30/10/2014.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.04 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

10.06 Aquisição de Veículos Educação

44.90.1.89 Aplicações Diretas

R\$ 4.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica

anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.06 Sec. Mun. De Infraestrutura e Desenv. Urbano  
10.13 Aquisição de Maquinas e Veiculo  
44.90.89 Aplicações Diretas  
R\$ 4.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 30 de outubro de 2014.

EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### DECRETO 1443

DECRETO Nº1443, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 756 de 30/10/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.04 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
20.52 Manutenção do Transporte Escolar  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 15.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.04 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
20.37 Manutenção ensino fundamental  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 15.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 30 de Outubro de 2014.

EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO\_ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2014

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031/2014

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2014

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0044/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0031/2014, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 09h00min, do dia 13 de novembro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3157, de 30 de março de 2014, estará recebendo propostas para a aquisição de 01 (um) veículo automotivo sedan, modelo 2015, o km, para uso na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme especificações do anexo I do edital e exigências da Legislação de trânsito vigente, para entrega na Prefeitura Municipal.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 13/11/2014, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0031/2014, através do e-mail [compras2@macieira.sc.gov.br](mailto:compras2@macieira.sc.gov.br) ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2019, de segunda à sexta-feira, das 07h00m às 13h00m.

Macieira - SC, 30 de outubro de 2014.  
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira



# Mafra

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica, Pronto Atendimento e de Ordens Judiciais da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 24/11/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08h00min às 14h00min pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 30 de outubro de 2014.

Roberto Agenor Scholze      Fabiano Maurício Kalil  
Prefeito Municipal              Pregoeiro Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de ferramentas, materiais de construção e elétrico, destinados a manutenção das Unidades de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 25/11/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08h00min às 14h00min pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 30 de outubro de 2014.

Roberto Agenor Scholze      Diego Ricardo Krachinski  
Prefeito Municipal              Pregoeiro Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de peças, destinados a frota do corpo de Bombeiros Militar de Mafra, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 26/11/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08h00min às 14h00min pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 30 de outubro de 2014.

Roberto Agenor Scholze      Fabiano Maurício Kalil  
Prefeito Municipal              Pregoeiro Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº. 4051

LEI MUNICIPAL Nº. 4051

DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O orçamento do Município de Mafra, para o exercício financeiro de 2015 será elaborado de acordo com as diretrizes orçamentárias estabelecidas nesta lei, conforme art. 165, § 2º da Constituição Federal, Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, no art. 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 e art. 151, inciso III da Lei Orgânica do Município de Mafra, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - a estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições sobre dívida pública Municipal;

V - as disposições sobre o total das despesas com pessoal;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII - as disposições gerais.

#### CAPÍTULO I

#### DAS METAS FISCAIS

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2015, 2016 e 2017 de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000, estão identificadas no anexo I desta Lei e que conterà ainda:

Anexo I - Metas Fiscais para o exercício de 2015, 2016 e 2017;

Anexo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Anexo III - Metas Fiscais comparadas com as fixadas três exercícios

anteriores;

Anexo IV - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

Anexo V - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com alienação de ativos;

Anexo VI - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos;

Anexo VII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita;

Anexo VIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das DOCC;

Anexo IX - Demonstrativo de Riscos Fiscais;

Anexo X - Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS.

Art. 3º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme previsto no art. 8º da Lei Complementar nº. 101/2000.

## CAPÍTULO II

### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 4º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, são aquelas definidas e demonstradas no anexo I desta Lei, conforme preceitua o art. 165, § 2º da Constituição Federal.

Parágrafo único. Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas no Plano Plurianual, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

## CAPÍTULO III

### DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, especificando aquelas vinculadas a Fundos, Autarquias e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e quanto à sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as portarias SOF; STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, na forma dos anexos a seguir relacionados:

I - texto lei;

II - consolidação dos quadros orçamentários;

III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Art. 6º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscais e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária expressa por categoria de programação.

I - o orçamento a que pertence;

II - o grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:

a) DESPESAS CORRENTES;

Pessoal e Encargos Sociais;

Juros e encargos da Dívida;

Outras despesas correntes.

b) DESPESAS DE CAPITAL.

Investimentos;

Inversões Financeiras;

Amortizações e Refinanciamento da Dívida;

Outras despesas de Capital.

## CAPÍTULO IV

### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º Os Orçamentos para o exercício de 2015 e as suas execuções obedecerão entre outros ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte, abrangendo, os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos, em conformidade com o disposto no art. 1º, § 3º, inciso I, "a" e art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 8º Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita das Unidades Gestoras em que estiverem vinculados, e essas, por sua vez, vinculadas a despesas relacionadas aos seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, reapresentados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 5º.

Art. 9º Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e sua evolução nos últimos três exercícios como prevê o art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 10. Se a receita estimada para 2015, comprovadamente não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 11. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observada a fonte de recursos, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as seguintes dotações abaixo:

I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes;

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 12. As despesas obrigatórias de caráter continuado estão demonstradas no Anexo VIII desta Lei.

Art. 13. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aquelas constantes no anexo IX desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, cancelamento de dotações e também, se houver, do excesso de arrecadação e de superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei ao Poder Legislativo, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 14. Os orçamentos para o exercício de 2015 destinarão recursos para a Reserva de Contingência.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos



fiscais imprevistos, como precatórios e obtenção de resultado primário positivo se for o caso e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas à menor, conforme disposto no artigo 5º da Portaria MPO n. 42/1999 e artigo 8º da Portaria STN n. 163/2001.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2014, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornarem insuficientes.

Art. 15. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual, como previsto no art. 5º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 16. As receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, previsto no art. 13 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 17. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas a fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei nº. 4.320/1964 será apurado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, § único e art. 50, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no "caput" deste artigo.

Art. 18. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo previsto na lei municipal específica, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal.

Art. 19. Fica autorizada a concessão de contribuição:

I - À Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLANORTE;

II - À Federação Catarinense de Municípios - FECAM;

III - À Confederação Nacional dos Municípios - CNM;

Parágrafo único. Outras Entidades de interesse do Poder Público Municipal poderão receber contribuições desde que previamente aprovadas por Lei.

Art. 20. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da Lei Complementar nº. 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário financeiro num exercício financeiro não pode

exceder ao percentual de 0,10% da Receita Corrente Líquida apurada no bimestre imediatamente anterior.

Art. 21. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, conforme prevê o art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 22. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes se previstos recursos na Lei Orçamentária Anual, conforme preceitua o art. 62 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 23. A previsão de receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 24. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto-Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo.

Art. 25. Durante a execução orçamentária de 2015 o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de Crédito Especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta Lei.

Art. 26. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, de que trata o art. 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços tais como: custo dos programas, das ações, do metro quadrado das construções, do metro quadrado das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo único. Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 27. Os programas constantes no Plano Plurianual e Lei Orçamentária para 2015 serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas, conforme preceitua o art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 28. A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% (cinquenta por cento) das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 29. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 30. Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 28 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário definidas no art. 10 desta Lei.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 31. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, realizar e admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 32. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá o percentual de 54% (cinquenta e quatro por cento) e 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida, conforme disposto no caput do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 33. Nos casos de necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 34. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:  
I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;  
II - eliminação das despesas com horas extras;  
III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;  
IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 35. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem a substituição de servidores públicos serão contabilizados como "outras despesas de pessoal", sub elemento de despesa 3.1.90.34 - outras despesas de pessoal decorrente de contratação terceirizada.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste art., entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes da estrutura organizacional e que não envolva a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36. O Executivo Municipal, mediante autorização em lei específica, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro e atender ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 37. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38. A concessão de subsídios, isenção e anistias, remissões, alterações de alíquotas, redução da base de cálculo, concessão de crédito presumido de qualquer tributo, devem ser concedidas mediante autorização em lei específica, nos termos do § 6º do art. 150 da Constituição Federal, observadas ainda, as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº. 101/2001.

Art. 39. Na estimativa das receitas constantes do Projeto de Lei orçamentária, poderão ser considerados os efeitos das propostas de alteração da legislação tributária.

Parágrafo único. As alterações na legislação tributária municipal, dispondo, especialmente, sobre IPTU, ISS e ITBI, deverão constituir objeto de projetos de lei a serem enviados à Câmara Municipal, visando promover a justiça fiscal e contribuir para elevação da capacidade de investimento do Município.

Art. 40. O Poder Executivo fica autorizado a conceder incentivos às empresas no Município de Mafra, através de autorização em lei específica após avaliação do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Mafra - CODEM.

#### CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. O Executivo Municipal enviará a proposta do Projeto da Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício 2015 ao Poder Legislativo no prazo de até 31 de outubro de 2014, conforme Emenda à Lei Orgânica nº. 01/09, onde a Câmara terá o prazo para devolução para sanção do Prefeito até o encerramento da última sessão legislativa do exercício.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º Se o projeto da Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no § anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do Exercício de 2014, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 42. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 43. Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser reabertos no exercício subsequente por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município, durante o exercício de 2015.

Art. 45. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, revogados as disposições em contrário.

Mafra, 30 de outubro de 2014.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

ANEXO I  
ART. 4º, § 1º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF/2000

## METAS FISCAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2015, 2016 e 2017

Especificação	2015	2016	2017
Receita (I)	R\$ 149.164.585,11	R\$ 148.154.319,00	R\$ 155.955.245,33
Receita de Aplicação	R\$ 2.205.000,00	R\$ 2.315.000,00	R\$ 2.430.000,00
Receita Total	R\$ 151.369.585,11	R\$ 150.469.319,00	R\$ 158.385.245,33
Despesa (II)	R\$ 147.869.585,00	R\$ 146.469.319,00	R\$ 153.885.245,33
Despesa de Juros e Encargos	R\$ 3.500.000,00	R\$ 4.000.000,00	R\$ 4.500.000,00
Despesa Total	R\$ 151.369.585,00	R\$ 150.469.319,00	R\$ 158.385.245,33
Resultado Primário	R\$ 1.295.000,11	R\$ 1.685.000,00	R\$ 2.070.000,00
Resultado Nominal	-R\$ 2.500.000,00	-R\$ 1.500.000,00	-R\$ 1.800.000,00
Dívida Pública Consolidada	R\$ 8.500.000,00	R\$ 7.685.000,00	R\$ 6.884.000,00
Dívida Pública Consolidada Líquida	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.200.000,00	R\$ 2.500.000,00

Os valores referentes às receitas e despesas públicas foram extraídos da Lei nº. 3.967, de 11 de dezembro de 2013 - PPA Quadriênio 2014/2017.

## ANEXO II

ART. 4º, § 2º, INCISO I DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF/2000

## AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Item	Avaliação das Metas Fiscais do Exercício de 2013		
	Metas Previstas	Metas Realizadas	Variação
			%
Receitas	R\$ 141.869.499,00	R\$ 100.815.456,00	71,06
Despesa	R\$ 141.869.499,00	R\$ 94.917.030,40	66,90
Resultado Nominal	R\$ 800.000,00	-R\$ 5.145.702,64	-643,21
Resultado Primário	R\$ 1.469.499,00	R\$ 6.515.021,13	443,35

As metas fiscais para o exercício de 2013 foram previstas nas Leis Municipais nº 3.834, de 23 de julho de 2012 e 3.883 de 21 de dezembro de 2012, ambas referente a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, e as relativas à receita e à despesa, foram orçadas pela Lei Municipal nº 3.884, de 21 de dezembro de 2012 - LOA 2013, conforme constam no quadro acima.

Em análise do cumprimento das Metas Fiscais, verifica-se:

1. Em relação ao previsto, a execução da receita no exercício de 2013 arrecadou 71%. No que se refere às despesas, o município empenhou o equivalente a 66,90%, proporcionando um superávit na execução orçamentária consolidada de R\$ 5.898.426,00.
2. Relativamente ao Resultado Primário, o resultado alcançado demonstra o cumprimento com folga do previsto na LDO para o exercício em análise.
3. Referente ao Resultado Nominal, o saldo em caixa em 31/12/2013 em relação à 31/12/2012, possibilitou que a meta fosse cumprida, bem como no tocante ao montante dos restos a pagar processados.

## ANEXO III

ART. 4º, § 2º, INCISO II DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF/2000

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS  
FIXADAS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Especifi- cação	Metas Previstas										
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Receita (I)	R\$ 107.718.562	R\$ 129.869.499	20,56	R\$ 162.134.423	24,84	R\$ 149.164.585	-8,00	R\$ 148.154.319	-0,68	R\$ 155.955.245	5,27
Receita de aplicação	R\$ 4.488.273	R\$ 12.000.000	167,36	R\$ 2.000.000	-83,33	R\$ 2.205.000	10,25	R\$ 2.315.000	4,99	R\$ 2.430.000	4,97
Receita Total	R\$ 112.206.835	R\$ 141.869.499	26,44	R\$ 164.134.423	15,69	R\$ 151.369.585	-7,78	R\$ 150.469.319	-0,59	R\$ 158.385.245	5,26
Despesa (II)	R\$ 104.256.835	R\$ 128.400.000	23,16	R\$ 161.134.423	25,49	R\$ 147.869.585	-8,23	R\$ 146.469.319	-0,95	R\$ 153.885.245	5,06
Despesa de juros e encargos	R\$ 7.950.000	R\$ 13.469.499	69,43	R\$ 3.000.000	-77,73	R\$ 3.500.000	16,67	R\$ 4.000.000	14,29	R\$ 4.500.000	12,50

Despesa Total	R\$ 112.206.835	R\$ 141.869.499	26,44	R\$ 164.134.423	15,69	R\$ 151.369.585	-7,78	R\$ 150.469.319	-0,59	R\$ 158.385.245	5,26
Resultado Primário (I-II)	R\$ 3.461.727	R\$ 1.469.499	-57,55	R\$ 1.000.000	-31,95	R\$ 1.295.000	29,50	R\$ 1.685.000	30,12	R\$ 2.070.000	22,85
Resultado Nominal	-R\$ 2.600.000	R\$ 800.000	-130,77	R\$ 1.125.000	40,63	-R\$ 2.500.000	-322,22	-R\$ 1.500.000	-40,00	-R\$ 1.800.000	20,00
Dívida Pública Consolida	R\$ 6.500.000	R\$ 9.250.000	42,31	R\$ 8.750.000	-5,41	R\$ 8.500.000	-2,86	R\$ 7.685.000	-9,59	R\$ 6.884.000	-10,42

## ANEXO IV

ART. 4º, § 2º, INCISO III DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF/2000

## DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Evolução do Patrimônio Líquido				
	2011	2012	%	2013	%
Patrimônio/Capital	R\$ 14.889.194,94	R\$ 619.033,22	-95,84	-R\$ 35.748.186,74	-5.874,84
Resultado de Exercícios Anteriores	R\$ 17.404.927,70	R\$ 17.404.927,70	0,00	R\$ 17.404.928,00	0,00
Resultado Apurado	-R\$ 14.270.161,72	R\$ 49.438.976,67	-446,45	R\$ 0,00	-100,00
TOTAL	R\$ 18.023.960,92	R\$ 67.462.937,59	274,30	-R\$ 18.343.258,74	-127,19

## ANEXO V

ART. 4º, § 2º, INCISO III DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF/2000

## ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Especificação	2010		2011		2012		2013	
	Previsão	Real	Previsão	Real	Previsão	Real	Previsão	Real
RECEITAS DE CAPITAL	153.000	-	60.000	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	153.000	-	60.000	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	151.000	-	40.000	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	2.000	-	20.000	-	-	-	-	-
					-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
					-	-	-	-
					-	-	-	-
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	153.000	-	60.000	-	-	-	-	-

## ANEXO VI

ART. 4º, § 2º, INCISO IV, ALÍNEA "a" DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF/2000

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA-RPPS

(valores 1,0)

Especificação	Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS			
	2011	2012	2013	% (2012/2011)
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	6.228.185,48	9.523.561,80	4.749.089,80	-50,13
Receitas Correntes	6.228.185,48	9.523.561,80	4.749.089,80	-50,13
Receita de Contribuições	-			
Contribuição Patronal	-			
Pessoal Civil	1.858.865,06	2.663.365,19	2.851.942,99	7,08
Contribuição de Servidor Ativo Civil	1.799.893,14	2.541.845,78	2.728.718,40	7,35
Contribuição de Servidor Inativo Civil	58.971,92	121.519,41	123.224,59	1,40
Contribuição de Pensionista Civil	-	-	-	
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	-	-	25.495,10	
Receita Patrimonial	3.531.089,56	6.129.971,31	707.457,10	-88,46
Receitas Imobiliárias	6.585,05	11.800,00	13.830,00	17,20
Receitas de Valores Mobiliários	3.524.504,51	6.118.171,31	693.627,10	-88,66
Outras Receitas Correntes	838.230,86	730.225,30	1.164.194,61	59,43
Receitas de Capital	-			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.888.542,41	3.527.052,48	4.328.329,64	22,72
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS III = (I+II)	10.116.727,89	13.050.614,28	9.077.419,44	-30,44
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	6.470.897,69	7.843.910,76	8.874.353,90	13,14
Administração	5.467,95	-	-	
Despesas Correntes	-		-	
Despesas de Capital	5.467,95	5.132,30		
Previdência Social	-	7.838.778,46	8.874.353,90	13,21
Pessoal Civil	-			
Aposentadorias	-			
Pensões	-			
Outros Benefícios Previdenciários	-			
Demais Despesas Previdenciárias	6.465.429,74	7.838.778,46	8.874.353,90	13,21
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS VI = (IV+V)	6.470.897,69	7.843.910,76	8.874.353,90	13,14
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO VII = (III-VI)	3.645.830,20	5.206.703,52	203.065,54	-96,10

## ANEXO VII

ART. 4º, § 2º, INCISO V DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF/2000



## DEMONSTRATIVO DA RENÚNCIA DE RECEITA

(valores 1,00)

SETORES/ PROGRAMA/ BENEFICIÁ- RIOS	Base Legal	2015	2016	2017
Incentivo às empresas.	Lei nº. 3678, de 03/06/11	178.000,00	185.000,00	188.000,00
Isenção ou remissão do IPTU de imóveis atingidos por enchentes e alagamentos.	Lei nº. 3608, de 06/12/10	35.000,00	40.000,00	45.000,00
Isenção ou remissão do IPTU de contribuintes	LC nº. 22/2011, de 04/02/11	220.000,00	230.000,00	240.000,00
Com renda familiar de até dois salários mínimos.				
Remissão de débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e Taxas de Alvará	Lei nº. 3209, de 18/07/07	35.000,00	40.000,00	45.000,00
Redução do IPTU aos proprietários de imóveis	LC nº. 23/2011, de 08/11/11	10.000,00	15.000,00	20.000,00
Que adotem medidas que estimulem a proteção				
preservação e recuperação do meio ambiente				
Isenção de portadores de câncer do pagamento do IPTU, ITBI e taxas diversas	LC nº. 26/2012, de 17/12/12	10.000,00	15.000,00	20.000,00
Nota: A Renúncia da receita não foi considerada na composição da estimativa orçamentária.				

## ANEXO VIII

ART. 4º, § 2º, INCISO V DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF/2000

## DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO

	R\$
1. Aumento da Arrecadação	R\$ 22.264.924,40
2. Margem Bruta (aumento da arrecadação)	R\$ 22.264.924,40

## Observações:

1 - A margem de expansão foi apurada levando em consideração o aumento da previsão da receita de 2013 para 2014 na LOA.

2 - A margem bruta, acima referida, restringe-se à compensação mediante "aumento permanente da receita". Fica ressalvada a expansão com base na redução permanente da despesa, a ser demonstrada, caso a caso, na forma do art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

## ANEXO IX

ART. 4º, § 3º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF/2000

## DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2015

(R\$ milhares)

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Intempéries	88.000,00	Abertura de créditos adicionais com recursos da Reserva de Contingência	88.000,00
Frustração arrecadação e/ou Cobrança da Dívida	45.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir de cancelamento de dotações	45.000,00
Despesas não orçadas ou orçadas a menor	15.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir de cancelamento de dotações	15.000,00
Ocorrência de fatos não previstos em execução de obras e serviços	50.000,00	Abertura de créditos adicionais com recursos da Reserva de Contingência	50.000,00
Desapropriação de imóveis	87.000,00	Abertura de créditos adicionais com recursos da Reserva de Contingência	87.000,00
Realização de Campanhas	30.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir de cancelamento de dotações	30.000,00
TOTAL	315.000,00	TOTAL	315.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA 2014	315.000,00		

## ANEXO X

ART. 4º, § 2º, INCISO IV "a" DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF/2000

## PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

ELABORADO POR ACTUARY, EMPRESA PRESTADORA DE CÁLCULOS ATUARIAIS PARA O RPPS (Anexo).

# Massaranduba

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/2014

Processo Licitatório Nº. 76/2014

Pregão Presencial Nº.46/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 29 de Outubro de 2014, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 76/2014 - Pregão Presencial Nº. - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISICAO DE DIVERSOS MATERIAIS ELETRICOS (REATORES, LAMPADAS, RELES E BASE PARA RELES), PARA MANUTENCAO DOS SERVICOS DA REDE DE ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo X do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME, neste ato representado por LEANDRO LUNGEN	09.056.757/0001-71
LATINA COMERCIAL LTDA ME, neste ato representado por JORGE LEONARDO SALACHE BROQUETAS	12.626.885/0001-18
INDELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME, neste ato representado por ELVIS OSWALD LUCHTENBERG	11.082.355/0001-93
ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA, neste ato representado por HELTO VIEIRA RODRIGUES	00.226.324/0001-42
IPELUX - ARMANDO LUCCA EPP, neste ato representado por JANAINA DO ROCIO SANTOS ROCHA	10.428.739/0001-52

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.0. CONTRATAÇÃO: AQUISICAO DE DIVERSOS MATERIAIS ELETRICOS (REATORES, LAMPADAS, RELES E BASE PARA RELES), PARA MANUTENCAO DOS SERVICOS DA REDE DE ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora							
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qde	Valor Unit.	Valor Total
00006	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME	LAMPADA VAPOR DE SODIO 250W. BULBO TUBULAR. CLARA. BASE E-40. FLUXO LUMINOSO 31.000 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >20. POSICAO DE FUNCIONAMENTO: UNIVERSAL. VIDA MEDIANA: 32.000 HORAS OU MAIOR. TEMPERATURA DE COR: 2.000K. GARANTIA MINIMA 12 MESES. APRESENTAR SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA DE BAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC) LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMA INDELÉVEL NO BULBO DA LÂMPADA	UNID	EMPALUX	500,00000	16,7000	8.350,00
00007	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME	BASE PARA RELE FOTOELETRICO 10A, TIPO BAQUELITE OU MATERIAL EQUIVALENTE, DEVENDO OPERAR A TEMPERATURA DE -5°C A +70°C. CONTATOS DE ENCAIXE EM LATAO OU MATERIAL EQUIVALENTE, QUE SUPORTE NO MINIMO A CORRENTE DE 10A (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC)	UNID	EXATRON	500,00000	4,7400	2.370,00
Total do Fornecedor: 10.720,00							



00004	LATINA COMERCIAL LTDA ME	LAMPADA VAPOR MERCURIO ALTA PRESSAO 80W. BULBO OVOIDE/DIFUSA. BASE E-27. FLUXO LUMINOSO 3.800 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >40. POSICAO DE FUNCIONAMENTO: UNIVERSAL. VIDA MEDIANA: 24.000 HORAS OU MAIOR. TEMPERATURA DE COR: 4.100K. GARANTIA MINIMA: 12 MESES LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMA INDELÉVEL NO BULBO DA LÂMPADA	UNID	ECP	500,00000	5,9000	2.950,00
Total do Fornecedor: 2.950,00							
00001	ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	BOCAL E-40, COM DOIS FUROS PARA FIXAR NA LUMINÁRIA, EM PORCELANA VITRIFICADA E REFORÇADA, PARTES METÁLICAS EM LATÃO NIQUELADO, COM BORNE DE CONTATO. OS DOIS BORNES DEVEM SER FIXADOS AO RECEPTÁCULO ATRAVÉS DE PARAFUSOS. NO BOCAL DEVERA ESTAR ESTAMPADO DE FORMA LEGÍVEL: MARCA DO FABRICANTE, TIPO / MODELO DO SOQUETE, TENSÃO NOMINAL E CORRENTE NOMINAL.	UNID	DECORLUX	500,00000	2,1600	1.080,00
00002	ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	ADPATADOR BOCAL E-40, COM DOIS FUROS PARA FIXAR NA LUMINÁRIA, EM PORCELANA VITRIFICADA E REFORÇADA, PARTES METÁLICAS EM LATÃO NIQUELADO, COM BORNE DECONTATO. OS DOIS BORNES DEVEM SER FIXADOS AO RECEPTÁCULO ATRAVÉS DE PARAFUSOS. NO BOCAL DEVERA ESTAR ESTAMPADO DE FORMA LEGÍVEL: MARCA DO FABRICANTE, TIPO / MODELO DO SOQUETE, TENSÃO NOMINAL E CORRENTE NOMINAL.	UNID	GERMER	500,00000	4,4100	2.205,00
00005	ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	LAMPADA VAPOR DE SODIO 150W. BULBO TUBULAR. BASE E-40. FLUXO LUMINOSO 17.200 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >20. POSICAO DE FUNCIONAMENTO: UNIVERSAL. VIDA MEDIANA: 32.000 HORAS OU MAIOR TEMPERATURA DE COR: 2.000K. GARANTIA MINIMA: 12 MESES. APRESENTARSELO DE EFICIENCIA ENERGETICA DE BAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC) LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMA INDELÉVEL NO BULBO DA LÂMPADA	UNID	EMPALUX	500,00000	14,1900	7.095,00
00008	ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	FITA ISOLANTE 19MM X 20M, PRETA. CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID	SOPRANO	200,00000	2,5500	510,00
Total do Fornecedor: 10.890,00							
00003	IPELUX - ARMANDO LUCCA EPP	REATOR VAPOR DE SODIO 150W - 220V. BAIXA PERDA. USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO. FATOR DE POTENCIA >0,92. GARANTIA MINIMA: 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGÍVEL E INDELÉVEL NO CORPO DO REATOR. CARACTERÍSTICAS CONFORME E-313.0047. APRESENTAR SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA DE BAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC)	UNID	TAKGTN	500,00000	50,4000	25.200,00
Total do Fornecedor: 25.200,00							
Total Geral dos Itens: 49.760,00							

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 49.760,00 (QUARENTA E NOVE MIL E SETECENTOS E SESENTA REAIS).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.0. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.0. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 76/2014 - Pregão Presencial Nº. 46/2014

3.2. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 76/2014 - Pregão Presencial Nº. 46/2014 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.0. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.1. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

Código Dotação	Descrição
04	SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVICOS URBANOS
001	GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS
2028	MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA.
33903026000000	MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO
11700	Contribuição para o COSIP

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.0. O prazo de entrega será de 05 (cinco) dias consecutivos após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.1. Local de entrega: Prefeitura Municipal, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, na cidade de Massaranduba/SC.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.0. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, ao critério da Administração.

6.1. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1. Advertência;

6.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.6 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.7. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização

do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.8. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.9. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.0. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1. Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

#### CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.2 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.3 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº. 46/2014, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 29 de outubro de 2014.

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME  
LEANDRO LUNGEN  
Contratada

IPELUX - ARMANDO LUCCA EPP  
JANAINA DO ROCIO SANTOS ROCHA  
Contratada

ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA  
HELTO VIEIRA RODRIGUES  
Contratada

LATINA COMERCIAL LTDA ME  
JORGE LEONARDO SALACHE BROQUETAS  
Contratada

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 80/2014 PMM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 80/2014 PMM  
PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 49/2014 - FMS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº 49/2014, com adjudicação por item, visando a aquisição DE OBJETOS PARA ORNAMENTAÇÃO NATALINA DE DIVERSAS REPARTIÇÕES E PROPRIOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE MASSARANDUBA. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 12/11/2014. CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 12/11/2014. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das

13:00h as 17:00h ou email: [licitacao@massaranduba.sc.gov.br](mailto:licitacao@massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 29 de outubro de 2014.  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

## Meleiro

### PREFEITURA

#### **PORTARIA N.º 422/2014**

PORTARIA n.º 422/2014  
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, resolve:

#### EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ROSEMERI SCARPARI PRESA RONZANI, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz Pelegrini, em substituição a servidora Lúcia Mota de Oliveira, em virtude do retorno da mesma da Licença Prêmio.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 286/2014 e nº 399/2014.

Meleiro, 29 de Outubro de 2014.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

#### **PORTARIA N.º 420/2014**

PORTARIA n.º 420/2014  
DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 372/2014, de 26 de Setembro de 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Lei nº 910/2002, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº 372/2014, de 26 de Setembro de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 29 de Setembro de 2014, edição 1581, pg 438, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### PRORROGAR

“Art. 1.º A Portaria nº 372/2014 da servidora CINARA MOTA DA BOIT, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, em substituição à servidora Andréia Rocha Gonçalves, em virtude de Licença Por Doença na Família, e 20 (vinte) horas na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em substituição à servidora Daniela Benedet Pasini, em virtude de Licença Saúde, até o retorno das mesmas.”

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 27/10/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 27 de Outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

## **TERMO DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO TP Nº. 067/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

TERMO DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO TP nº. 067/2014

O Prefeito Municipal o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores habilita as seguintes empresas na Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 067/2014:

Empresas Habilitadas: SETEP CONSTRUÇÕES S.A E BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELI EPP.

Processo nº. 067/2014

Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia.

Sendo que a nova data de Abertura das propostas de preço será no dia 12 de novembro de 2014 as 09:00 horas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Meleiro/SC, 28 de outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 431/2014**

PORTARIA n.º 431/2014

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 304/2014, de 18 de Agosto de 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº 304/2014, de 18 de Agosto de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 18 de Agosto de 2014, edição 1551, pg 227, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## **CONTRATAR**

"Art. 1.º A Senhorita JÉSSICA ZEFERINO GOMES, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até o término das aulas, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo."

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

## **ERRATA 01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

PROCESSO SELETIVO N.º 003/2014

## **ERRATA 01**

O MUNICIPIO DE MELEIRO torna pública a retificação do Edital de Processo Seletivo nº 003/2014, para admissão em caráter temporário de vagas existentes e cadastro de reserva do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, no seguinte Item:

ERRATA ITEM 02 - DAS VAGAS, CARGOS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS E REMUNERAÇÃO.

## **ALTERAÇÃO:**

- NOTA 03: Para todos os cargos, conforme consta no Edital nº 003/2014, a Carga Horária poderá ser de 10, 20, 30 ou 40 horas, conforme a necessidade e o interesse público. O vencimento será proporcional a Carga Horária.

MELEIRO/SC, em 30 de Outubro de 2014.

JAIRO LUIZ CANELA

Secretária Municipal de Educação

Fica homologada a ERRATA 01 do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

## **EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO Nº. 123/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 123/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: RAC - SANEAMENTO E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA DESTINAÇÃO FINAL (DEPÓSITO) DE RESÍDUOS SÓLIDOS



DOMICILIARES E COMERCIAIS URBANOS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO, EM ATERRO SANITÁRIO, DEVIDAMENTE LICENCIADO, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

Valor: R\$ 16.875,00

Vigência: Início: 29/10/2014 Término: 31/12/2014.

Data da assinatura: 29 de outubro de 2014.

#### **EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO Nº. 124/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 124/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ARALUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS EIRELI EPP.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 49.839,69

Vigência: Início: 29/10/2014 Término: 31/12/2014.

Data da assinatura: 29 de outubro de 2014.

## **Modelo**

### **PREFEITURA**

#### **DECRETO Nº 281/2014**

DECRETO Nº 281/2014 de 24.10.2014

DISPOE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO USO DE BENS PÚBLICOS, DO PROGRAMA DE ESTÍMULO A EXPEDIÇÃO DE NOTAS FISCAIS, CAMPANHA DO MOVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, NOS ANOS DE 2006, 2009 E 2010, DECRETO MUNICIPAL Nº 232/2014 DE, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO SC, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL

CONSIDERANDO AS LEIS MUNICIPAIS 1670/2006; 1854/2009; 1837/2009; 1882/2009 E O DECRETO MUNICIPAL 232/2014,

Considerando que os bens relacionados neste Decreto não estão afetados pelo uso especial e uso comum do povo,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados como bens de uso dominical, de patrimônio disponível, do Município de Modelo SC, os imóveis abaixo especificados:

1. Lote Urbano nº 8 da quadra 50, com área de 441,60 m2, localizado no Loteamento Muxfeldt, na cidade de Modelo SC;

2. Lote Urbano n. 14 da Quadra 96, com área de 300 m2, localizado no Loteamento Jardim, na cidade de Modelo SC;

3. Lote Urbano n. 15, da Quadra 96, com área de 300,00 m2, localizado no Loteamento Jardim, na cidade de Modelo SC.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto estão consignadas em dotação própria do orçamento vigente e subsequentes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Modelo  
aos 24 de outubro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALECINI  
Chefe de Setor

# Navegantes

## PREFEITURA

### LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS EDITAL 05/2014 ATO 006/iobv/005/14/PS

DIVULGA LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS DO EDITAL Nº 005/2014 DO PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto o Barriga Verde e a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo Seletivo, tornam público o que segue:

1.Ficam DEFERIDAS as inscrições constantes do anexo I deste edital, sendo indeferidas àquelas conforme situação apontada.

2.Ficam INDEFERIDAS as inscrições constantes do anexo II deste edital, não processadas por falta de pagamento da taxa de inscrição.

3.Os recursos contra o indeferimento da inscrição poderão ser interpostos nos dias 30 e 31 de outubro de 2014, nos termos do edital.

Navegantes, 29 de outubro de 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

### ANEXO I ATO 006/iobv/005/14/PS

DIVULGA LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS DO EDITAL Nº 005/2014 DO PROCESSO SELETIVO

Agente Comunitário de Saúde ESF - Ensino Médio-

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17091	ADRIANA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS	11/12/1984	Deferido
2	19572	ALBERTO VIEIRA RODRIGUES	19/10/1956	Deferido
3	10000	ANA MARIA BETTONI QUEIROZ	14/09/1987	Deferido
4	17078	ANA MARIA DEMANTOVA	03/05/1955	Deferido
5	10966	ANDREIA DO CARMO BORGES DOLESKI	08/10/1971	Deferido
6	19304	ANDREIA FELISBINO GENEROSO	08/03/1991	Deferido
7	10689	ANILDO ALADIR SCHAEFFER GONÇALVES	01/05/1979	Deferido
8	9110	CAMILA COUCEIRO PAGANI	06/02/1997	Deferido
9	13917	CARINA DA SILVA PEZATTI	03/05/1989	Deferido
10	13034	CARLOS ALBERTO MOURA SANTOS	17/04/1959	Deferido
11	14279	CLAUDIA DANI NATALINO SANT ANA	13/03/1976	Deferido

12	19253	CRISTIANE BASTOS DE ALMEIDA	30/01/1974	Deferido
13	11748	DAIANE MAZILDA ANACLETO NASCIMENTO	12/04/1988	Deferido
14	14729	DIANA MARQUES KEMPER PEREIRA	20/12/1989	Deferido
15	19228	EDINETE DE BRITO BARBOSA	17/04/1990	Deferido
16	9648	ELAINE GONÇALVES MACIEL	15/03/1985	Deferido
17	13376	ELISETTE BARBOSA DE SOUZA	16/07/1980	Deferido
18	19738	ELISETTE DUARTE BOMFIM	08/08/1975	Deferido
19	12196	ERNILZA DOS SANTOS LESSA	26/10/1967	Deferido
20	17400	FLÁVIA OLIVEIRA RICARDO	13/02/1979	Deferido
21	8851	FRANCIELE DA LUZ	18/05/1995	Deferido
22	13734	FRANCIELI ALINE SETTI	30/05/1987	Deferido
23	17390	HELANI RICARDO DE SOUZA	20/12/1973	Deferido
24	8806	HELOÍSA DE SOUZA GARCIA	29/10/1958	Deferido
25	18701	IEDA MARILIA NAVARRO COELHO	29/04/2004	Deferido
26	12070	JACQUELINE BARBOSA DA SILVA	25/02/1970	Deferido
27	16291	JOCELEIA TERESINHA MENSCH	01/04/1980	Deferido
28	12289	KÁTIA MARTINS FERREIRA	30/09/1981	Deferido
29	17890	KELLINGER DA SILVA	29/04/1975	Deferido
30	11201	KELLY SILVA DA ROSA	11/02/1987	Deferido
31	19913	LENI SILVA DESTRO	21/09/1956	Deferido
32	14552	LIDIANE CELINI DE AVIZ SCHONE	29/07/1990	Deferido
33	16986	LIDIANE CRISTINE CAMILO	18/12/1985	Deferido
34	12981	LORENI DE FATIMA CARDOSO	18/01/1970	Deferido
35	17112	LUCIANA MARQUES	06/11/1980	Deferido
36	18986	LUIZ HENRIQUE REUTER VIEIRA	23/06/1971	Deferido
37	17166	MANOEL FRANCISCO RODRIGUES	27/08/1959	Deferido
38	19683	MARCIA REGINA ARDIGO	22/02/1969	Deferido
39	18689	MARCOS FABRICIO ROSETTI BITTENCOURT	31/10/1988	Deferido
40	9096	MARIA APARECIDA CHAVES BADARO	06/02/1974	Deferido
41	8800	MARIA JÚLIA PLOTGHER	29/08/1955	Deferido
42	18593	MARINA MAAS	21/11/1979	Deferido
43	14682	MAYRA NATALE SANTOS RODRIGUES	09/07/1990	Deferido
44	20239	MICHELLE DE KASSIA BERNARDINO	12/11/1984	Deferido
45	15195	MIRIAM DIAS DOS SANTOS MARIA	31/03/1967	Deferido
46	18219	MIRIAM LEAL	05/08/1986	Deferido
47	11448	REGIANE INES BRAZ	10/04/1991	Deferido



48	14071	RITA DE CASSIA DELTE-TO LIMA	12/08/1976	Deferido
49	14271	ROGERIO SANT ANA	30/07/1966	Deferido
50	13916	RONALDO LUIS OLE-GARIO	02/04/1965	Deferido
51	13214	ROSANE APARECIDA LAMEGA	15/09/1964	Deferido
52	15225	ROSANGELA APARECIDA TERRA MOTA	20/12/1961	Deferido
53	16537	ROSILETE DOZOL	13/07/1978	Deferido
54	12692	TATIANE GESSI CAVALLHEIRO	26/10/1983	Deferido
55	16975	TATIANE RASSWEILER	11/10/1988	Deferido
56	10004	TATIANI MEDEIROS	06/10/1978	Deferido
57	8783	TEREZA SCHROEDER	02/01/1955	Deferido
58	17409	THAÍS RICARDO DE SOUZA	02/10/1991	Deferido
59	19097	THALES LUIZ COSTA	15/08/1984	Deferido
60	19344	VALDECIR PIVATO CER-QUEIRA	08/06/1957	Deferido
61	17054	VERIDIANA LUVIELMO DA CRUZ	10/03/1989	Deferido
62	20226	WULY VIEIRA MARTINS	25/02/1993	Deferido
63	17293	YARA DE FIGUEIREDO	02/12/1962	Deferido

## Agente de Combate às Endemias - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11226	JOSE MARCELO SILVA DE OLIVEIRA	29/05/1976	Deferido

## Agente de Educação (20h) - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11689	ALBERTINA KUNTZ VIEIRA DA SILVA	14/03/1974	Deferido
2	10808	ANA PAULA DE OLIVEIRA	16/11/1983	Deferido
3	10790	ANDREIA DA SILVA OLIMPIO	08/03/1988	Deferido
4	12336	ANGELA BRANGRATES	28/02/1992	Deferido
5	9522	ANGELA ROVER LEAL	26/04/1976	Deferido
6	18983	ARIANA DA SILVA MARTINS	21/10/1983	Deferido
7	11318	ÉDINA DE MIRANDA	15/11/1984	Deferido
8	16497	BRUNA LEAL	13/01/1997	Deferido
9	9765	CARLA CHRISTIANE PEREIRA DA SILVA	02/09/1984	Deferido
10	14986	CAROLINA BASCHTA	07/09/1988	Deferido
11	12424	CAROLINE SOUZA SANTOS	08/12/1986	Deferido

12	13014	CELIA MARIA DE LEMOS	05/03/1966	Deferido
13	10177	CHRISTIANE DOS SANTOS	22/08/1979	Deferido
14	12825	CHRISTIANE GAMBIN	24/04/1995	Deferido
15	19916	CLAUDETE ALVES BARBOSA MAFRA	15/03/1973	Deferido
16	16646	CLAUDIA FERREIRA DE SOUSA	26/03/1972	Deferido
17	19224	CRISTIANE IRENE FRANCISCO	14/11/1979	Deferido
18	18225	DANIELA CORRÊA DA SILVA MELLO	04/12/1977	Deferido
19	18036	DANIELE DA SILVA CARDOSO FLORES	13/09/1993	Deferido
20	10704	DÉBORA SCHUELTER	28/06/1994	Deferido
21	16672	DENISE APARECIDA NASCIMENTO	29/04/1974	Deferido
22	16466	DEVANIR MARIA ZAMARIOLA	21/10/1954	Deferido
23	13844	ELAINE ANCINI DOS SANTOS	12/11/1985	Deferido
24	20200	ELAINE CRISTINA VASTTRES	05/01/1986	Deferido
25	18724	ELIANE BORBOUTO	01/06/1966	Deferido
26	17229	ELISANDRA PAULINA	28/11/1989	Deferido
27	12406	EVA MARIA ALVES SILVA	14/09/1971	Deferido
28	13312	GABRIELA AUACHE CORTES PEREIRA	06/09/1990	Deferido
29	19409	GENILDA NEPOMUCENO PEREIRA	15/05/1982	Deferido
30	14097	GIANINE LÍGIA BITTENCOURT	20/12/1957	Deferido
31	19497	GILMARA FATIMA DOS SANTOS	10/10/1977	Deferido
32	12335	GISELY CUSTODIO DOS SANTOS	26/10/1985	Deferido
33	13314	IANAIANA MARQUES DE LIMA	21/12/1992	Deferido
34	9901	IVANI DE BORBA	10/03/1952	Deferido
35	17309	IVONETE IRACEMA DA SILVA	04/10/1982	Deferido

36	10063	IZABEL CRISTINA DO NASCIMENTO MARTINI	22/02/1987	Deferido
37	13159	JANAINA MUNIZ	24/07/1982	Deferido
38	18304	JANE APARECIDA MARQUES DOS SANTOS	30/11/1973	Deferido
39	11750	JAQUELINE RITA CELISTA	29/11/1990	Deferido
40	15266	JAQUELINE SUZANA DE SOUZA	13/05/1972	Deferido
41	10538	JEANNINE FERREIRA BOING DA SILVA	29/10/1992	Deferido
42	20031	JOAO PEDRO LEMOS BUCHALLA	19/08/1996	Deferido
43	11851	JOSÉ MIRALDO DOS SANTOS JUNIOR	14/05/1986	Deferido
44	16330	JOSIANE APARECIDA GUIDI MAGAROTTO	29/07/1980	Deferido
45	15369	JOSIANE DA CUNHA MARTINS FELICIO	08/04/1982	Deferido
46	10701	KARIN CRISTINE WESTERKAMP DE CARVALHO SALVINI	04/07/1978	Deferido
47	13454	LEANDRA REGEANE RIBEIRO SOUTO	18/11/1978	Deferido
48	18542	LETICIA ALVES JURADO	04/05/1973	Deferido
49	19687	LIDIANE BILK	30/10/1989	Deferido
50	18414	LUCIANA DESCHAMPS	17/03/1971	Deferido
51	13519	LUIZ GUSTAVO SAES AGULHARI	16/07/1995	Deferido
52	20067	MAINGRA REGINA FAUSTO	23/12/1988	Deferido
53	18662	MARGIT APARECIDA DA SILVA	12/06/1960	Deferido
54	14176	MARIA CECILIA PIOLLA SEARA	17/05/1960	Deferido
55	11899	MARIA DOLORES EHLERS	21/06/1960	Deferido
56	9142	MARIA GISELI DA SILVEIRA	06/02/1988	Deferido

57	15008	MARIA GORETTI DUPLAA SOARES	15/10/1965	Deferido
58	19234	MARICELIA DIAS GUIMARAES VIEIRA	12/08/1970	Deferido
59	16459	MARILEI APARECIDA GOMES RIBEIRO	24/06/1978	Deferido
60	9532	MARILIN MOREIRA	23/08/1976	Deferido
61	12141	MIRIAN MARIA GESSER DE MATTOS	06/07/1983	Deferido
62	10532	NELZI NELI INACIO BITTENCOURT	20/08/1981	Deferido
63	16866	NORAIDES JUSTINO DE FREITAS	02/09/1957	Deferido
64	19895	PATRICIA HINSCHING ALVES BARBOSA	18/04/1969	Deferido
65	17098	PATRICIA RODRIGUES TAVARES	28/01/1977	Deferido
66	14157	RAFAELA KERTICHKA PEREIRA	04/07/1987	Deferido
67	19598	ROSANGELA OLIVEIRA DOS SANTOS CARREIRA	13/03/1964	Deferido
68	9335	ROSELI CORRÊA DE ALMEIDA	26/08/1964	Deferido
69	16770	ROSEMARI APARECIDA RAMOS NASCIMENTO	03/09/1962	Deferido
70	15286	ROZELITA DOS SANTOS	07/07/1988	Deferido
71	15016	SANDRA LUIZ BARBOSA DE OLIVEIRA	01/12/1973	Deferido
72	9834	SILVANIA NARCIZA SAGAS MARTINS	05/10/1973	Deferido
73	10664	SIMONE RUBIA CABRAL FREITAS	09/09/1970	Deferido
74	19235	SONIA MARIA DA SILVA	13/04/1980	Deferido
75	9774	SUELEN CAMACHO	10/03/1991	Deferido
76	20099	SUELI DA APARECIDA SOUZA	28/07/1965	Deferido
77	20322	TATIANA DANTAS LOUREIRO	23/08/1983	Deferido

78	9387	TATIANA RIBEIRO VILELA CA-MARGO	10/04/1973	Deferido
79	14256	VANIA MARIA DE ALMEIDA	10/09/1957	Deferido
80	16588	VIVIANE ALVES FERNANDES PEREIRA DE OLIVEIRA	13/06/1988	Deferido
81	16260	ZENILDA CANDIDO	21/09/1958	Deferido
82	17233	ZILDA GAYA DA SILVA	20/10/1961	Deferido

## Agente de Educação (30h) - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18683	ADRIANI MEDEIROS DA SILVA MANGRICH	11/03/1976	Deferido
2	10077	ANDRÉ FELIPE VIEIRA	27/12/1985	Deferido
3	9259	ANDRESSA MARIA DE SANTI PAHISA	29/05/1995	Deferido
4	13551	ANDRIA FRÖMMING	30/09/1982	Deferido
5	9436	BIANCA PATRICIO	16/06/1991	Deferido
6	8775	CLEUZA APARECIDA GOMES	18/01/1981	Deferido
7	16299	DEISI APARECIDA AMARO	12/01/1989	Deferido
8	13557	DOLISETE RAIMUNDO	02/08/1971	Deferido
9	20116	DRIELI CRISTINA LEBKUCHEN FERRAZ	03/05/1990	Deferido
10	10067	ELAINE PEREIRA	06/12/1981	Deferido
11	12426	ELEN CRISTINA CRIZ DE JESUS	16/10/1987	Deferido
12	8961	FRANCIEMI EMER LOCOTTI	10/08/1987	Deferido
13	9616	FRANCIEMI EMILIO DE SOUZA	28/09/1988	Deferido
14	11067	FRANCINE KREUSCH	07/01/1986	Deferido
15	17787	GABRIEL MATEUS BENTO MIGUEL	30/03/1995	Deferido
16	11267	GISELI DO NASCIMENTO	31/05/1994	Deferido
17	10593	GLAIS DOS SANTOS	28/06/1991	Deferido

18	19657	IZETE ZIMERMANN PORFÍRIO	07/03/1964	Deferido
19	16728	JANAINA CAMPOS DA LUZ HENRIQUE	17/03/1983	Deferido
20	12369	JANETE MENEZES DO AMARAL	27/04/1970	Deferido
21	19768	JESSICA HELOISE DA SILVA CORDEIRO	30/12/1989	Deferido
22	15555	JOSIANE ALVES DE MIRANDA	10/11/1979	Deferido
23	19272	KAREN SUZANE RODRIGUES JERONIMO	10/11/1992	Deferido
24	16298	LORHAN MICHEL PÊGO LOPES	27/12/1994	Deferido
25	16912	LUCIEIDE CONCARI	04/02/1996	Deferido
26	18394	MAIARA CRISTINA VIEIRA	17/12/1990	Deferido
27	18321	MANUELA RIBEIRO SABADINI DE MORAIS	23/07/1983	Deferido
28	15068	MARCIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	08/03/1979	Deferido
29	19750	MARIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA	05/11/1961	Deferido
30	9450	MARLENE RIBEIRO PEDROSO	14/09/1970	Deferido
31	14054	ODILENE DE AUGUSTINHO	15/12/1978	Deferido
32	13941	PATRICIA BONIFACIO NHEDEBASKI	11/10/1978	Deferido
33	16393	PRISCILA FLORES DA LUZ	12/08/1986	Deferido
34	17227	PRISCILA LEMOS	11/08/1988	Deferido
35	15114	RAPHAELA NOÊMIA DUTRA	26/08/1989	Deferido
36	10135	RAQUEL DIO-MAR ALVES	15/06/1981	Deferido
37	20285	REGINA FERNANDES DE OLIVEIRA	20/11/1962	Deferido
38	17847	ROSEANE DE SOUZA	13/03/1977	Deferido
39	17663	SABRINA DA SILVA MANGRICH	06/06/1995	Deferido

40	17732	SELMA REGINA RODRIGUES	17/12/1993	Deferido
41	16295	SIMONE DO RÓCIO CARVALHO	27/06/2014	Deferido
42	11850	TABITA RIBEIRO DA SILVA PINTO	28/09/1989	Deferido

## Agente de Educação (40h) - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17158	ALESSANDRO LUIS GAIK	29/09/1988	Deferido
2	10514	ALONY DE OLIVEIRA	02/04/1988	Deferido
3	9428	ANA CAROLINA ROSA	19/08/1994	Deferido
4	19664	ANA FLÁVIA ZIMERMANN PORFÍRIO	12/07/1996	Deferido
5	17436	ANA PAULA FERREIRA DOS SANTOS	08/07/1991	Deferido
6	9715	ANDRÉ FELIPE DA COSTA	09/12/1993	Deferido
7	19630	ANDRÉ SANTANA ALMEIDA DO CARMO	20/12/1981	Deferido
8	9246	ANDREA RAMOS	12/09/1969	Deferido
9	11580	ANNA LUCIA DA SILVA PEREIRA	05/01/1970	Deferido
10	18320	ARIANA ZIMERMANN RÉGIS PROPODOSKI	07/11/1983	Deferido
11	20064	BÁRBARA CARMINE GALVEZ DIAS	11/03/1984	Deferido
12	12992	BIANCA FERREIRA DA SILVA	13/09/1994	Deferido
13	9325	BRENDA CAROLINE GODOY SCHON	02/01/1993	Deferido
14	11741	BRUNA EDUARDA NAGEL	15/11/1992	Deferido
15	9817	CARLOS SILVANO DE OLIVEIRA	05/12/1983	Deferido
16	12733	CARMEN NELSI WILBERT	16/02/1978	Deferido
17	9457	CLAUDINE TOLENTINO DE SOUZA	11/10/1989	Deferido
18	16700	CLEDINEI APARECIDA FERREIRA	26/12/1974	Deferido

19	9375	CRISTIANE DE BORBA	29/12/1963	Deferido
20	18954	CRISTIANE ZIMMERMANN	27/03/1968	Deferido
21	19306	EDILENE NEUSA DE SOUZA	15/06/1991	Deferido
22	14836	EDNILÇA PAULO DA SILVA VICENTE	02/02/1970	Deferido
23	20155	ELENI LUZIA AUGUSTO MACIEL	05/12/1956	Deferido
24	19217	ELISANGELA JACOB	18/05/1976	Deferido
25	19058	ERIMAR FRANCISCO	19/12/1960	Deferido
26	18115	FERNANDA CRISTINA MACHADO GOMES	24/01/1993	Deferido
27	17007	FRANCIELLE GONÇALVES MATOS BISPO	18/07/1990	Deferido
28	17090	FRANCISCA JOELMA RIBEIRO TEIXEIRA	05/08/1970	Deferido
29	16541	FRANCISCA SORAIA BRUNO DOS SANTOS SOUSA	25/04/1987	Deferido
30	17126	HELEN CRISTINA DE SOUZA	25/08/1991	Deferido
31	16480	INES PIRES DOS SANTOS	25/04/1983	Deferido
32	9758	IRACI DE OLIVEIRA PILAR	17/11/1968	Deferido
33	9446	JEFERSON ANDRE PEREIRA	19/03/1987	Deferido
34	9035	JESSICA MORGANA CRISPIM	26/11/1988	Deferido
35	9881	JUCELY MARTINS	09/07/1991	Deferido
36	10085	JULIANA ARDIGO GAIDARJI	28/01/1986	Deferido
37	20201	KATHERINE NOGUEIRA MACHADO	23/11/1990	Deferido
38	12329	KETLIN SCHMITT	08/12/1994	Deferido
39	11379	LAIS PEREIRA DA SILVA	25/01/1994	Deferido
40	15151	LAIZ CRISTINA BEBER	09/06/1993	Deferido
41	19107	LIDIANE SOUZA DA SILVA	12/11/1987	Deferido

42	9810	LINDAMAR DOS SANTOS RODRIGUES	01/02/1967	Deferido
43	17421	LUCIELE SERAFIM PEDROSO	28/01/1997	Deferido
44	9969	MAIARA CRISTINA PACHECO	16/08/1989	Deferido
45	16706	MAIK ANACLETO LUCREZIA	28/12/1992	Deferido
46	13245	MANOEL DE LIMA E SILVA	25/12/1951	Deferido
47	13445	MARCOS DIAS MENE-GHEL	05/12/1993	Deferido
48	11629	MARILIA LIRA DE SOUZA	08/05/1994	Deferido
49	16741	MILENA DE PONTES FREITAS	09/05/1988	Deferido
50	14799	MIRIAM VIEIRA	24/03/1980	Deferido
51	17151	MIRIAN BALOK SANT ANNA	03/01/1972	Deferido
52	9719	MIRIAN RODRIGUES	27/05/1982	Deferido
53	11052	OTAVIO CHAVES NETO	23/01/1993	Deferido
54	17422	PRISCILA MELCHERT VIEIRA	25/02/1982	Deferido
55	19231	REGIANE GONÇALVES	22/11/1983	Deferido
56	18607	ROBERTA SUAVI	17/12/1995	Deferido
57	12014	ROSA MARIA DA SILVA	22/01/1967	Deferido
58	11914	SAMARA REGINA DE MELLO	11/12/1990	Deferido
59	12598	SOLANGE APARECIDA CAETANO	14/08/1987	Deferido
60	12740	SORAIA CRISTINA DOS SANTOS	31/12/2067	Deferido
61	9030	STEPHANIE DE SOUZA	15/01/1996	Indeferido item 4.14.8.
62	9033	TAISE DE AUGUSTINHO	08/05/1995	Deferido
63	20270	TAMAR VICENTE ALVES DE MORAES	15/04/1988	Deferido
64	17250	TAMARA LUZ DOMINGOS	11/07/1993	Deferido
65	16278	TÂNIA LILIANE PEREIRA	31/01/1982	Deferido
66	14142	TÂNIA MARA FRANCEZ	26/09/1969	Deferido
67	10515	VANESSA CARDOZO OURIQUES	18/12/1983	Deferido

68	15242	VILMA ARAUJO PORTO SCHAEFER	01/04/1949	Deferido
69	18373	WAGNER ALMEIDA ROSA	29/05/1955	Deferido
70	12972	ZULMIRA GOMES	03/07/1979	Deferido

#### Agente de Serviços de Serviços Gerais-Educação - Alfabetizado

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11919	ALESSANDRA DE CARVALHO SILVA	10/03/1992	Deferido
2	12225	ALINE SILVERIO DOS SANTOS	12/05/1989	Deferido
3	19666	ANA AMÉLIA DE SOUZA PINHEIRO	10/02/1980	Deferido
4	13354	ANA PAULA DA SILVA	11/03/1994	Deferido
5	12926	ANA PAULA FREITAS DA SILVEIRA	12/06/1986	Deferido
6	17248	ANASTACIA BERNADETE HERMES ARAGAO	14/10/1969	Deferido
7	15317	ANDRÉA SILENE DOS PASSOS BITTENCOURT	29/06/1973	Deferido
8	11011	ANDREIA PRESTES	24/01/1991	Deferido
9	10361	ANDRESA CRUZ DE OLIVEIRA	03/03/1981	Deferido
10	13543	ANGELA MARIA DA SILVA LOPES	20/08/1985	Deferido
11	11628	ANGELICA DA SILVA	16/08/1990	Deferido
12	9547	ANGELINA CAROLINA CARVALHO	15/05/1994	Deferido
13	13086	ANGELITA GOMES SCHNEIDER CAVALHEIRO	17/07/1981	Deferido
14	12020	ARIADNE SILVA VIEIRA	21/09/1988	Deferido
15	17125	BARBARA CRISTINA BELLA CRUZ	27/07/1985	Deferido
16	11383	BIANCA CRISTINA BITTENCOURT	03/08/1993	Deferido
17	11829	BRENDON SATURNINO	20/07/1993	Deferido
18	19029	BRUNA TAUBE VICENTE	08/11/1996	Deferido

19	9965	CATIA CELESTE JULIO MARTINS	05/03/1971	Deferido
20	15315	CATIA MAGALI DOS PASSOS	04/02/1969	Deferido
21	11669	CLAUDETE CÉLIA NASCIMENTO	15/06/1967	Deferido
22	17737	CLAUDIA APARECIDA REIS MAIXIMIANO	31/05/1981	Deferido
23	14925	CLAUDINEA SCHLEMPER	27/01/1978	Deferido
24	10718	CLENIR GUIMARAES DA SILVA	30/11/1976	Deferido
25	19399	CLEODIR TURELLA	18/04/2065	Deferido
26	11566	CLEUSA ALVES DA SILVA	09/07/1954	Deferido
27	11988	CLEUSA DA SILVA DE JESUS	07/02/1982	Deferido
28	13066	DAIANA PORTELLA DE LIMA	10/02/1986	Deferido
29	14375	DÚNIA FERNANDA ANTUNES	15/06/1981	Deferido
30	11740	DENISE SOUZA DE JESUS	31/12/1989	Deferido
31	11655	DOLORES RUTTMANN	09/12/1962	Deferido
32	12963	DORACI FRANCISCO DA SILVA	10/01/1937	Deferido
33	11604	ECLAIR CORDEIRO	20/01/1981	Deferido
34	12287	EDERSON RAMBO	08/07/1985	Deferido
35	9487	EDICLEIA VEIGA DA SILVA	04/03/1989	Deferido
36	18566	ELIANA DA SILVA FEITOSA	08/04/1978	Deferido
37	10366	ELIANA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	20/07/1973	Deferido
38	13081	ELIZANGELA MARIA DA SILVA RIBEIRO	01/10/1984	Deferido
39	11644	ELOA DUTRA DA SILVA KOZAREVICK	17/07/1965	Deferido
40	11358	ELZA BIANEKIE SKRUCHINSKI	15/03/1955	Deferido
41	11339	ENI EDINA DE SILVA	23/04/2014	Deferido
42	12852	ERECINA ALVES DA SILVA	15/12/1987	Deferido

43	16454	EULICE ULLIRSCH	02/08/1960	Deferido
44	19495	EVA DE FATIMA DOS SANTOS	07/05/1964	Deferido
45	9063	EVELIN APARECIDA CARDONIS MÜLLER	12/06/1996	Deferido
46	9997	FABIA INOCENCIO	09/01/1986	Deferido
47	16463	FERNANDA CRISTINA RONCALIO	19/08/1991	Deferido
48	13361	FERNANDA DE SOUSA BELO	18/12/1972	Deferido
49	12156	FRANCIELE CORREIA DE MELO	29/12/1986	Deferido
50	12742	FRANCIELI DE SOUZA GABRIEL	10/02/1983	Deferido
51	19957	FRANCINALVA BRANDÃO RODRIGUES	24/04/1971	Deferido
52	16479	GLEICE DOS SANTOS	28/03/1996	Deferido
53	20006	IGNEZ MASS	20/07/1958	Deferido
54	15014	IRENE MARIA FRANCISCO SILVESTRE	13/08/1963	Deferido
55	9228	IVONE MARIA PAULINO DE MELLO	03/03/1975	Deferido
56	9967	IVONE SCHWAMBACH	15/08/1972	Deferido
57	13655	IZALDA MARIA DA SILVA	21/09/1956	Deferido
58	11730	JACKELINE LISBOA DA LUZ	06/08/1988	Deferido
59	10470	JAQUELINE DE ALMEIDA FIAO	04/08/1980	Deferido
60	18473	JESSICA APLEITE	10/08/1992	Deferido
61	11541	JORGEANE WOSNIAK	08/12/1983	Deferido
62	19105	JOSÉ CARLOS BARBOZA	11/02/1967	Deferido
63	10058	JOSIANE DA SILVA	28/02/1989	Deferido
64	20038	JUCELAINE GAUDENCIO DA LUZ	05/12/1978	Deferido
65	14395	JULIANA REGINA CORREA	02/04/1989	Deferido
66	16241	KAROLINA LUIZA CORDEIRO DOS SANTOS	31/12/1990	Deferido



67	11439	KELL ELIANE EMIDIO COR- REA SOUZA	16/10/1981	Deferido
68	11610	KELLI CRISTINA CORREA	29/03/1977	Deferido
69	19167	KELLI SUELLEN DE SOUZA	05/05/1983	Deferido
70	18020	KELLY FERREIRA LAUREANO	05/07/1991	Deferido
71	18347	KELY CRIS- TINA LOPES ARAUJO	14/05/1985	Deferido
72	19279	LAIDE ESPE- RANDIO	12/04/1975	Deferido
73	18645	LAYS DE OLI- VEIRA REIS	18/03/1987	Deferido
74	17759	LEONOR SANTANA ROMAO	14/06/1965	Deferido
75	14638	LUCIANA DA ROSA BRANCO	18/07/1980	Deferido
76	16786	LUCIENE LOPES BARROSO DE OLIVEIRA	11/08/1986	Deferido
77	11862	LUIZA HELE- NA BUENO DE SOUZA	21/11/1988	Deferido
78	10071	LUZIANE ALVES DA SILVA	29/05/1974	Deferido
79	12281	MARCIA APARECIDA MARTINS NEVES	07/01/1981	Deferido
80	12956	MARCIA CRISTINA DOS PASSOS	23/05/1984	Deferido
81	12180	MARCIA PIRES DOS SANTOS	17/05/1978	Deferido
82	17180	MARCIANI DOS SANTOS	07/03/1979	Deferido
83	9212	MARIA APARECIDA ESPINDOLA	23/08/1961	Deferido
84	17682	MARIA APARECIDA FERREIRA DE SOUZA	20/06/1967	Deferido
85	10353	MARIA APARECIDA MACHADO	04/12/1952	Deferido
86	8815	MARIA APARECIDA SCHNEIDER	09/02/1963	Deferido
87	12000	MARIA DA GLORIA PER- REIRA MAASS	15/08/1975	Deferido
88	20051	MARIA DA GRAÇA DE SOUZA	07/09/1965	Deferido

89	11152	MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS CANDIDA- TO DESEJA CONCORRER A VAGA DE DEFICIENTE FÍSICO	26/03/1980	Deferido
90	12501	MARIA DO ESPIRITO SANTO SILVA TELES	06/01/1967	Deferido
91	9020	MARIA HE- LENA RAMOS BARREIRO	18/03/1968	Deferido
92	12763	MARIA ISO- LETE DECKER	10/04/1964	Deferido
93	12736	MARIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA	07/12/1974	Deferido
94	9552	MARICÉLIA SOUZA	02/11/1972	Deferido
95	14123	MARILDA DE LIMA	12/11/1988	Deferido
96	13358	MARILENE DOS SANTOS ZANATO	20/10/1971	Deferido
97	13037	MARINES DE JESUS	29/07/1975	Deferido
98	16391	MARISANGE- LA APARECI- DA GODINHO	15/04/1980	Indeferido item 4.14.8
99	18919	MARLENE PEREIRA DOS SANTOS	17/11/1952	Deferido
100	12881	MARLETE FRANCISCO ALEXANDRE DOS SANTOS	05/09/1964	Deferido
101	11903	MICHELLE DEMANTOVA WENDHAUN- SE	25/04/1989	Deferido
102	10899	NOEMI DE OLIVEIRA TIBIRIÇA	02/08/1981	Deferido
103	11281	NOEMI MOREIRA DOS SANTOS CASEMIRO	29/01/1979	Deferido
104	19003	PATRICIA REINERT	09/02/1979	Deferido
105	14488	PATRICIA ZILDA DOS SANTOS	29/03/1976	Deferido
106	15090	REGIANE CORDEIRO CARDOS	23/11/1975	Deferido
107	17120	RITA DE CÂS- SIA SANTANA	18/10/1985	Deferido
108	14728	ROSANE DOS PASSOS	08/01/1979	Deferido
109	14872	ROSANGELA ALVEZ DE QUEIROZ MAFRA	06/12/1980	Deferido



110	13017	ROSANGELA APARECIDA AIROSO	20/01/1983	Deferido
111	10413	ROSANI BEATRIZ ZIMERMANN	07/03/1967	Deferido
112	19339	ROSELANE ADRIANA MIGUEL	31/07/1988	Deferido
113	14906	ROSELI MARTIAS WEISS	29/01/1959	Deferido
114	19960	ROSEMARY DOS SANTOS FERREIRA	15/12/1970	Deferido
115	11452	ROSEMERE GUILHERME DE LIMA	29/07/1967	Deferido
116	9759	ROZANGELA APARECIDA NHAIA	16/03/1964	Deferido
117	11028	SANDRACI SOUZA DA SILVA	10/05/1971	Deferido
118	9507	SELMA IZOLINA PINTO	09/09/1956	Deferido
119	13131	SILEIDE NASCIMENTO DE FREITAS SILVA	04/01/1979	Deferido
120	17363	SIRLEI DE SOUSA NASCIMENTO DIAS	06/05/1956	Deferido
121	11801	SONIA DE MELO	18/06/1962	Deferido
122	15938	SONIA ODETE RODRIGUES	13/05/1969	Deferido
123	13056	SUELY MARTIAS DOS SANTOS	03/02/1988	Deferido
124	14459	SUZANA RODRIGUES SILVA DOS SANTOS	02/01/1985	Deferido
125	15344	TATIANE DA SILVA	08/12/1982	Deferido
126	11646	TEREZA DE LIMA	20/08/1975	Deferido
127	17628	TEREZA RODRIGUES DE OLIVEIRA	21/05/1949	Deferido
128	11641	TEREZINHA APARECIDA DE LIMA	07/06/1980	Deferido
129	15867	TEREZINHA LOPES DE SOUZA DOS SANTOS	23/01/1971	Deferido
130	9254	TEREZINHA MARQUEZ PONTIOLI	23/01/1969	Deferido
131	17502	THAUANA MARINA CORDOVA	04/01/1988	Deferido
132	19169	THIANE PAULA DA SILVA	28/03/1986	Deferido

133	9684	VALESKA PRESTES FORTES	15/08/1994	Deferido
134	10317	VALLERIA DA SILVA	15/09/1973	Deferido
135	15910	VANESSA FRANCISCO RAMOS DE OLIVEIRA	16/06/1980	Deferido
136	10488	VANESSA MARTINS NEVES	11/04/1983	Deferido
137	16830	VERA LUCIA LIMA	05/03/1976	Deferido
138	13876	ZELI DA SILVA	15/06/1966	Deferido

## Agente de Serviços de Serviços Gerais-Saúde - Alfabetizado

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9653	ALDA INACIO DA SILVA	18/03/1961	Deferido
2	17684	ANA PULA KNAK	28/04/1988	Deferido
3	10112	ANGELA MARIA JASPER	15/06/1957	Deferido
4	13553	BRENDA CAROLINA BALLELO	23/09/1994	Deferido
5	16065	CERLI AP DOS SANTOS PADILHA DE GOES	02/02/1970	Deferido
6	19918	DIOLENE MEDEIROS VALIN	23/01/1970	Deferido
7	19046	GISLAINE JOSIANE BENTO	21/09/1984	Deferido
8	14146	ILZA SILVA SOUZA	18/04/1975	Deferido
9	19280	LAURA WILKER	28/09/1959	Deferido
10	16392	LYNCON JAMES BUCHER RODRIGUES	28/06/1984	Deferido
11	12779	MARCIA REGINA SANTANA DE SOUZA	21/03/1978	Deferido
12	15675	MARIA NEUSA BROMBIL VENANCIO	07/09/1963	Deferido
13	19336	MARILENE COLOMBO	14/11/1964	Deferido
14	14732	MARINA PEREIRA DA ROCHA	21/03/1969	Deferido
15	14911	PATRIA DA SILVA CARVALHO	09/10/1991	Deferido
16	17136	SUELI DA APARECIDA SANTOS BATISTA	26/04/1970	Deferido

17	8886	VIVIANE REITER	16/01/1987	Deferido
----	------	----------------	------------	----------

#### Agente de Serviços Gerais-Obras - Alfabetizado

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16808	ALTAIR MIRANDA	30/04/1977	Deferido
2	11473	PAULO CARVALHO SILVA	12/06/1984	Deferido
3	17129	ROSA PIRES SANT'ANA	10/08/1966	Deferido
4	12460	VANTUIR ANTONIO DE JESUS	08/07/1982	Deferido

#### Arte-Educador Dança de Salão (20h) - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19585	BIANCA ALCANTARA BALDO	02/04/1983	Deferido

#### Arte-Educador de Artes Plásticas - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	14421	MARIA SELMA XAVIER DE SA	21/09/1961	Deferido
2	17281	ROSIANE DOMICIANO SERAFIM	28/09/1966	Deferido

#### Arte-Educador de Balé - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10324	BERENICE VALENÇA VIANNA	16/01/1966	Deferido

#### Arte-Educador de Canto - Ensino Médio

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

#### Arte-Educador de Circo - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19573	EVANDRO LUÍS IGNÁCIO JUNIOR	02/04/1992	Deferido

#### Arte-Educador de Dança de Rua (20h) - Ensino Médio

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

#### Arte-Educador de Dança de Rua (40h) - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12941	FRANCIELLY BERLIM DE SIQUEIRA	07/08/1993	Deferido

#### Arte-Educador de Dança de Salão (40h) - Ensino Médio

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

#### Arte-Educador de Instrumento de Sopro - Ensino Médio

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

#### Arte-Educador de Teatro - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	14178	CLEITON ROBERTO DOS SANTOS	01/02/1997	Deferido
2	18873	FELIPE LUCIANO LAURÊNCIO DE SOUZA	08/08/1988	Deferido
3	14172	RAFAELA CATARINA KINAS	19/06/1990	Deferido
4	17202	SANDRA PANTANO TOMAZ	03/07/1959	Deferido

#### Arte-Educador de Violão - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16407	ANTONIO CARLOS ULLER	29/12/1969	Deferido
2	12167	ANTONIO MAURO FERREIRA	27/11/1960	Deferido
3	19762	BRUNO FLORIANO ROMAO	28/06/1991	Deferido
4	19712	CARLOS FABRICIO ALVES NEUKOM	07/09/1980	Deferido
5	14854	GIANDER DA SILVA MARIN	12/12/1986	Deferido
6	17236	LEONARDO PEDRO DA SILVA KLEIS	07/01/1991	Deferido
7	10762	MAURI SANTANA	02/12/1955	Deferido
8	18647	PAULO RENATO CRISPIM	16/12/1980	Deferido

## Assistente Social - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	8746	ADRIANE NASCIMENTO MENDONÇA	23/10/1987	Deferido
2	14979	BIANCA GONÇALVES SANTOS	31/01/1980	Deferido
3	19942	CIBELE FIAMONCINI DEMETRIO	15/01/1977	Deferido
4	15263	DENISE DELLER	21/03/1988	Deferido
5	13871	FERNANDA REGINA RIFFEL	09/08/1991	Deferido
6	17645	FLAVIA MABEL DA ROSA	19/06/1979	Deferido
7	9600	FRANCIELI CASAGRANDE COMELLI	03/10/1991	Deferido
8	15569	GISELE NAGEL	18/06/1981	Deferido
9	10184	IVANIR ZEFERINO DOS SANTOS	28/06/1972	Deferido
10	19471	JOSEMARA DO AMARAL	08/06/1984	Deferido
11	15976	KARIN SCHWENGBER	18/07/1983	Deferido
12	10613	KELLY PEREIRA DA CUNHA	06/03/1976	Deferido
13	12105	KELY MUELLER	27/06/1990	Deferido
14	20019	KENIA APARECIDA DE BARROS DIAS	01/02/1979	Deferido
15	16219	LAYS DE ARAÚJO	09/02/1988	Deferido
16	18144	LIAMARA POLETTI	07/07/1986	Deferido
17	10022	LOURDES PINHEIRO DO CARMO	25/08/1976	Deferido
18	19227	LUCIMARA POLETTI	27/07/1988	Deferido
19	16516	MARIA BERNADETE CANUTO	03/09/1966	Deferido
20	10873	MARIA ZENEDE SANTOS SALAZAR	31/12/1965	Deferido
21	15288	MARIANA DOS SANTOS	16/04/1980	Deferido
22	12077	MARINÊS SEGAT TAUBE	25/05/1967	Deferido
23	8858	PATRICIA RODRIGUES MARTINS ROSA	17/01/1979	Deferido

24	12065	PAULA DA SILVA FLORES	27/11/1990	Deferido
25	19048	ROSANGELA VOLKMER	19/09/1957	Deferido
26	13997	SAMANTA BOTELHO KONS	18/02/1992	Deferido
27	19368	SUZAN ANTUNES	19/11/1979	Deferido
28	9044	VINICIUS RENAN DOS SANTOS C	24/10/1991	Deferido
29	16513	ZÉLIA MARQUES ANTUNES	05/05/1957	Deferido

## Auxiliar de Consultório Dentário ESF - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17746	ADRIELI GIRALDI	19/02/1994	Deferido
2	13569	ARIELE JAINA DOS SANTOS	24/11/1996	Deferido
3	18776	DAIANA CARVALHO DA SILVA GONÇALVES	23/08/1987	Deferido
4	19015	FABIANE PIERRE DOS PASSOS	09/11/1970	Deferido
5	13281	KELLY CRISTINA DE AUGUSTINHO DE BANDEIRA	29/06/1987	Deferido
6	17934	MARIANA CARLA FIGLESKI DE AGUIAR	15/05/1997	Deferido
7	16596	SOLANGE BUENO PEREIRA DOS SANTOS	20/06/1978	Deferido
8	19554	THAYSE CRISTINA POLEZZA	21/12/1995	Deferido

## Enfermeiro - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16908	CINTIA MARIA ZERGER	28/09/1983	Deferido
2	15140	CINTIA SANTOS MARTINS ALMEIDA	24/01/1984	Deferido
3	17880	CRISTIANE DE CARVALHO	21/03/1982	Deferido
4	9074	DILCINARA MARQUES DOS SANTOS	03/10/1980	Deferido

5	14199	ELAINE MÁRCIA COR- DEIRO	20/07/1983	Deferido
6	17635	ELIEZER FRANCISCO DA SILVA	04/12/1969	Deferido
7	16530	FLAVIO ANTONIO PEREIRA	07/03/1973	Deferido
8	15041	FLAVIO APARECIDO SARTORI	01/07/1976	Deferido
9	12663	GRAZIELLI STAMATO DOS SANTOS	26/05/1980	Deferido
10	9026	HENDY RUTH VAZ GERAL- DO DUARTE	06/07/1984	Deferido
11	20293	JESSICA DAYANE ROCHA DE ALMEIDA	31/01/1988	Deferido
12	19620	LENILDA RA- MOS TELES	04/10/1978	Deferido
13	9421	MAICON FLO- RES JAQUES	06/10/1983	Deferido
14	15370	MONICA TEREZINHA ASSUMPTÃO DE CARVA- LHO	08/03/1966	Deferido
15	19188	PAULO SERGIO SCU- DLAREK	30/07/1974	Deferido
16	10180	SANDRA TEREZINHA VIZZOTTO	24/04/1980	Deferido
17	12623	TIAGO DOS SANTOS	14/06/1984	Deferido

## Enfermeiro ESF - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nasci- mento	Situação
1	19355	ANDRÉ ALEXEY POLIDORO	30/07/1987	Deferido
2	14653	ANDRESA VAZ PACHE- CO	07/09/1986	Deferido
3	11376	CARLA JULIA- NA MAFRA	14/09/1981	Deferido
4	9827	CLAUDINEIA DO ROCIO DA SILVA DE LIMA	29/03/1975	Deferido
5	18777	DENISE DE TOLEDO SANTOS ABREU	08/08/1982	Deferido
6	16474	GISELE COR- DOVA NUNES	01/06/1980	Deferido
7	11176	GISELI CRISTINA ZANDONADI	10/02/1987	Deferido

8	12618	IVANIA SALE- TE SPRICIGO CEGALA	13/03/1977	Deferido
9	16122	JULIANA CHAVES COSTA	31/03/1988	Deferido
10	9027	MICHAEL LIMA	19/07/1985	Deferido
11	11409	MONICA HE- LEN BARACY GAUTO	20/03/1986	Deferido
12	20150	NILTON MA- CHADO DA SILVA	24/01/1969	Deferido
13	14834	PAULO NA- DER	15/02/1982	Deferido
14	11649	PRISCILA BARBOSA RIGAUD NEVES	20/11/1986	Deferido
15	9244	RAFAELLA REBELLO	21/11/1986	Deferido
16	14730	SANDRA MA- RIA RODRI- GUES	30/04/1980	Deferido
17	9975	SILVANA ADRIANO FRANCEZ	12/01/1972	Deferido
18	18251	SIMEY HALLIS DA COSTA MON- TEIRO	16/02/1990	Deferido

## Farmacêutico - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nasci- mento	Situação
1	18085	AMANDA JACOBI TRIERWEI- LER	20/06/1993	Deferido
2	14835	BRUNA LAHUD	04/07/1992	Deferido
3	15212	BRUNO ALVES DE ALMEIDA	11/07/1988	Deferido
4	19754	DANIELA CARPEGGIA- NI CAETANO	17/05/1978	Deferido
5	11906	DOUGLAS GOELZER	20/03/1981	Deferido
6	14003	ECLEZIO FRANKEN- BERGER	01/05/1979	Deferido
7	17315	GUIVEN DOBIS BER- NARDE	18/09/1977	Deferido
8	19051	JOYCE MARIA FAMELLI FONSECA	20/12/1985	Deferido
9	19867	KAMILA DE OLIVEIRA MATOS	25/02/1986	Deferido
10	9670	LETÍCIA FLAUSINO	24/11/1993	Deferido

11	14200	LOIRI COR- REA	08/05/1966	Deferido
12	9053	MARIELLEN ARALDI	20/11/1986	Deferido
13	12949	PATRICIA MURANAKA	03/07/1980	Deferido
14	18066	PRICILA CENTOFANTE BETIOLO	10/10/1986	Deferido
15	19883	PRISCILLA YUMI GON- ÇALVES IDO SILVA	06/08/1981	Deferido
16	12964	SANDRA SAYURI MU- RANAKA	01/10/1976	Deferido
17	19876	THAYARA TANDELLO TEIXEIRA PORTELLA	25/10/1983	Deferido
18	9418	VALESKA DIAS BIAGIOLLI MORETTE	08/02/1985	Deferido

## Fisioterapeuta - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nasci- mento	Situação
1	12499	ADRIANA DO NASCIMENTO POSSOBON	17/05/1981	Deferido
2	19705	ALINE DA SILVA ROMA- NO CIPRIANO	11/08/1979	Deferido
3	9502	ALINI CRIS- TINE LEMOS FORMENTO	19/07/1987	Deferido
4	9702	BIBIANA MELHER PEREIRA	14/03/1990	Deferido
5	8981	CAMILA KIRCH	08/01/1983	Deferido
6	11676	CAROLINE MERKLE FERREIRA	02/06/1993	Deferido
7	14722	CLAUDIA RE- GINARAMOS	20/12/1973	Deferido
8	13769	CLAUDIA RIBEIRO BARRETO	19/10/1993	Deferido
9	17738	CRISTOFFER BARROS RUBIO	16/01/1983	Deferido
10	14816	DAIANE CRISTINE LEVANDOSKI	08/04/1992	Deferido
11	19208	FERNANDA APARECIDA DA SILVA	10/01/1982	Deferido
12	9177	GISELE KER- BER LAUTERT	23/08/1991	Deferido
13	9029	HAÍSSA AGUIAR MENDES	12/09/1992	Deferido

14	19071	JÉSSICA DE AGUIAR MENEZES	04/03/1992	Deferido
15	11410	MARCELO BRUNO WAN- DERLEY DE SOUZA	12/04/1989	Deferido
16	15470	MARINA STENGER	15/09/1988	Deferido
17	15104	MAYANE DOS SANTOS AMORIM	10/01/1993	Deferido
18	17651	MORGANA AMANDA VEQUI	11/09/1990	Deferido
19	13529	NATHALIA CRISTINA PROHMANN	03/09/1990	Deferido
20	12586	RAFAELLA CAROLINE GAYA BAL- DANÇA	06/04/1990	Deferido
21	16798	ROBSON RODRIGO DIAS	09/11/1978	Deferido
22	14498	RULIANE DA SILVA TRENTO	29/10/1985	Deferido
23	13234	SUZANA DE OLIVEIRA	21/05/1989	Deferido
24	18329	TATIANE COFFI DA COSTA	19/08/1977	Deferido
25	18625	VICTOR DA SILVA ALVES	02/04/1993	Deferido
26	9729	VILMA DE FATIMA MEI- RELES	01/01/1983	Deferido

## Fonoaudiólogo - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nasci- mento	Situação
1	16940	ANA CLARIS- SE WASCH- BURGER	16/01/1974	Deferido
2	19903	CHARLE DE MORAIS CRUZ	26/03/1986	Deferido
3	13004	FERNANDA BERTAN	01/09/1989	Deferido
4	12828	GIOVANA CECILIA CORDEIRO	12/06/1983	Deferido
5	17164	JOSE DONI- ZETI TOMAZ	16/07/1959	Deferido
6	16320	ROSIMEIRE DE MORAIS PEREIRA	11/03/1973	Deferido
7	8946	SIMONE VELAME DA SILVA	20/08/1982	Deferido

**Instrutor de Artes Aplicadas - Ensino Fundamental Completo**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18857	PRISCILA DE LOURDES FERREIRA DOS SANTOS	15/05/1972	Deferido

**Instrutor de Corte de Cabelo - Ensino Fundamental Completo**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9134	JULIANA CRISTIANA PINHEIRO	15/10/1982	Deferido
2	12098	RAQUEL AMARAL	27/06/1978	Deferido
3	9971	ROSILEIA LIMA MOURA	14/02/1971	Deferido

**Instrutor de Corte e Costura - Ensino Fundamental Completo**

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

**Instrutor de Crochê e Tricô - Ensino Fundamental Completo**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19357	LENIR DE JESUS DOS SANTOS	01/10/1971	Deferido

**Instrutor de Informática (20h) - Ensino Fundamental Completo**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11671	AMÉRICO EDÉZIO DE SOUZA JR.	07/06/1992	Deferido
2	20057	CLAYTON MOURA BELO	23/04/1965	Deferido
3	9909	DANIELA ANTONIO PEREIRA	29/01/1974	Deferido
4	16232	EDGAR FIDGLESKI	05/12/1980	Deferido
5	20060	KATIANE BATISTA DA SILVA KATAOKA	26/08/1980	Deferido
6	12973	LEOMAR JOSÉ DA SILVA	04/05/1993	Deferido
7	9230	MARLON AUGUSTO LAZZAROTTI	04/08/1983	Deferido

**Instrutor de Informática (40h) - Ensino Fundamental Completo**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	15267	ANDERSON DO ROSÁRIO	03/01/1980	Deferido
2	16296	ANDRESA APARECIDA DE OLIVEIRA	28/06/1996	Deferido
3	14077	DANIELA VIEIRA BRUM	13/01/1988	Deferido
4	9087	GERUSA LUIZ	02/09/1982	Deferido
5	14553	ISACK WELINGTON SILVA DOS SANTOS	17/03/1995	Deferido
6	19252	KELEN CRISTINA SILVA DOS SANTOS	16/09/1996	Deferido
7	20004	LEANDRO RIBEIRO DE ABREU	04/11/1986	Deferido
8	19134	LEONARDO SIQUEIRA	09/06/1994	Deferido
9	20100	MARLA SOUZA CARVALHO	07/09/1984	Deferido
10	16627	RAFAEL CECATTO	17/11/1987	Deferido
11	18808	ROBERTO MACHADO	17/08/1987	Deferido
12	15664	ROBSON ALVES DE LIMA	21/08/1973	Deferido
13	20248	RODRIGO BOHR	10/10/1996	Deferido
14	18261	ROGER DOUGLAS MENDONÇA	04/02/1987	Deferido
15	19679	SAMUEL BRANCO LINHARES	30/01/1975	Deferido
16	16527	SUÉLEN MONSINI DE OLIVEIRA	31/07/1985	Deferido

**Instrutor de Manicure - Ensino Fundamental Completo**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16154	FABIANA SOARES	15/08/1983	Deferido
2	14707	MARIA RAIMUNDA DA SILVA PAIXAO	04/07/1961	Deferido

**Instrutor de Patchwork - Ensino Fundamental Completo**

Nenhum candidato inscrito neste cargo.



**Instrutor de Pintura em MDF - Ensino Fundamental Completo**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16862	AVELITA MULLER CAMPESTRINI	18/07/1967	Deferido
2	9495	TICIANE LOEFF	01/10/1991	Deferido

**Instrutor de Pintura em Tecido - Ensino Fundamental Completo**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12813	ABIGAIL DA CONCEIÇÃO FERREIRA	28/11/1965	Deferido
2	13299	MARIA APARECIDA LEMOS	07/10/1957	Deferido

**Instrutor de Pintura em Tela Óleo - Ensino Fundamental Completo**

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

**Intérprete de Libras (20h) - Ensino Médio**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17585	CAMILA FRANCISCO	24/05/1987	Deferido
2	12293	CRISTIANE VICENTE	09/07/1975	Deferido
3	16919	MARINALVA CLEUSA DA SILVA MACHADO	30/08/1970	Deferido
4	17296	SONIA QUINONES ABASTO	21/02/1965	Deferido

**Intérprete de Libras (40h) - Ensino Médio**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18358	LIGIANE DE OLIVEIRA SILVA DE OLIVEIRA	03/09/1988	Deferido

**Leiturista - DAE - Ensino Médio**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	15575	ALAN ROBERTO NEGRÃO	19/10/1988	Deferido
2	15799	ALYSSON DOUGLAS FERNANDES	28/09/1992	Deferido
3	13981	AMILTON WANDERLEY DOS SANTOS	11/04/1982	Deferido
4	8737	ANA PAULA RAMALHO SABALLA	14/06/1988	Deferido

5	19946	ANDRE FORNARA WALTER	19/12/1983	Deferido
6	16364	APOLO MARQUES DE AMORIM	13/01/1975	Deferido
7	17526	ARIADNE MENDES DE MIRANDA	04/12/1989	Deferido
8	16929	BERNARDO MARUCCO SILVA	09/11/1995	Deferido
9	19018	CLAUDIO ROBERTO GAIO	18/01/1963	Deferido
10	16333	CLEBERTON LUIS MORGANTI DO NASCIMENTO	19/07/1975	Deferido
11	16723	DELEY EDNE-SIO OURIQUES	16/11/1982	Deferido
12	15098	DENIS AUGUSTO SCHWAEMMLE LUCHTENBERG	24/02/1983	Deferido
13	13927	DILCEU CAMPOS DA ROSA	01/09/1977	Deferido
14	11797	DIOGO JAN- DIR WANGER	21/01/1986	Deferido
15	11608	DOMINGOS CARLOS NETO	27/03/1963	Deferido
16	20255	ELEN DOS SANTOS PAIXÃO	24/08/1987	Deferido
17	11745	ELTON PAULI NASCIMENTO	06/05/1994	Deferido
18	15690	EMERSON LUIZ NARDES	24/08/1973	Deferido
19	19374	ERIK WILLIAN DO NASCIMENTO YAGI	30/01/1983	Deferido
20	16470	EZEQUIEL ALVES DA ROCHA	25/06/1987	Deferido
21	19934	FABIANA APARECIDA DA SILVA	01/12/1986	Deferido
22	18258	FÁBIO EDUARDO WISINTAINER	24/10/1970	Deferido
23	19557	FRANCISCO ARAUJO DA SILVA NETO	20/05/1994	Deferido
24	18771	GISELE CRISTINA SANTIAGO	03/05/1984	Deferido
25	14487	GLAUCIA MELCHIORETTO KRAISCH AVANSINI	10/12/1971	Deferido



26	17096	GUSTAVO NICHETTI CAVALET	27/03/1990	Deferido
27	14550	ILDSON DA A NUNCIACÃO CERQUEIRA	11/01/1990	Deferido
28	9528	ISIANE ROSA	23/08/1985	Deferido
29	9447	JEFERSON GABRIEL ANDRE	14/11/1985	Deferido
30	15461	JEFFERSON SILVA WILK	26/08/1986	Deferido
31	16746	JESSÉ DA SILVA TEIXEIRA	21/11/1981	Deferido
32	13882	JESSÉ VALMOR MARIANO	04/12/1980	Deferido
33	16481	JOÃO CARLOS DE SOUZA CACILHA	17/12/1990	Deferido
34	12407	JOEL LENO MYSZKA	01/10/1987	Deferido
35	9998	JOELMA ANDERCIA PATRICIO	20/10/1974	Deferido
36	18499	JONAS JOSE DE ALMEIDA	06/06/1990	Deferido
37	16472	JULIETE BRITO SANTOS	08/03/1990	Deferido
38	17230	LÁZARO DE OLIVEIRA SILVA	14/12/1991	Deferido
39	11446	LETICIA SILVA CONCEIÇÃO	26/08/1994	Deferido
40	12840	MARCELO ANDERSON DE CASTRO PAIVA	12/08/1982	Deferido
41	19426	MARCELO STAROSKY	24/01/1982	Deferido
42	17597	MARLETE MARIA ALEXANDRE	01/03/1959	Deferido
43	13260	MATHEUS ESTEVÃO DE SOUZA	12/07/1994	Deferido
44	11227	MATHEUS LUIZ BAMBINETTI	16/07/1996	Deferido
45	11605	PABLO DARLÂ MARQUES	15/10/1988	Deferido
46	16661	PAULO CÉZAR GOMES DA CRUZ	01/02/1967	Deferido
47	19104	PAULO ROBERTO PEREIRA	22/09/1960	Deferido
48	16755	PEDRO PAULO DA COSTA	28/06/1959	Deferido
49	18202	REGIANE GISELE DA SILVA	27/02/1982	Deferido

50	9698	RICARDO DE BARROS PEREIRA	30/07/1971	Deferido
51	17680	ROSIMERI SILVA MARIA	22/08/1982	Deferido
52	14833	RUBERVAL FREIRE NEGREIROS JUNIOR	18/04/1972	Deferido
53	9504	SAYMONN CRISTIANN PACHECO	30/06/1985	Deferido
54	17011	SERVULO DA CUNHA	22/11/1963	Deferido
55	9024	THIAGO DUARTE	01/12/1984	Deferido
56	17405	THIAGO LOURENÇO SENA	25/03/1984	Deferido
57	13597	TULIO RAFAEL FARIAS	17/05/1988	Deferido
58	19420	WILSON THIAGO DE SOUZA'	03/12/1988	Deferido

## Médico Anestesista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19073	GISANA MARIA DA SILVA WIETHORN RODRIGUES	18/04/1981	Deferido

## Médico Auditor - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11328	ANDRÉ BATISTA RIBEIRO	07/12/1988	Deferido

## Médico Cardiologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19211	LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS JUNIOR	14/10/1982	Deferido

## Médico Cirurgião Geral (10h) - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	20306	RAFAEL MAY COPPI	08/01/1985	Deferido

## Médico Cirurgião Geral (20h) - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Médico Clínico Geral - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16883	CAMILA GINDRI DE CARVALHO	22/09/1989	Deferido
2	10687	GERUSA COELHO VAZ MURER	20/08/1985	Deferido
3	10757	LUIZ GUSTAVO TEIXEIRA PINTO	15/05/1974	Deferido
4	20139	MARIANE REGINA DA SILVA ROCHA	02/06/1985	Deferido
5	14379	VANIA SANCHEZ PRETTE GODO	22/11/1978	Deferido

## Médico Endocrinologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19928	ROSANGELA BOGO GALINDO	26/02/1977	Deferido

## Médico ESF - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19075	ANDRÉ ALEXEY POLIDORO	30/07/1987	Indeferido item 4.14.8
2	12382	ANELISE PERONDI	20/08/1987	Deferido
3	19499	JAIME RIBEIRO FREITAS	01/02/1990	Deferido
4	19439	MOACIR BARBOSA NETO	04/11/1978	Deferido
5	13913	ROMULO CAVALCANTE SERPA	17/10/1985	Deferido

## Médico Ginecologista - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Médico Oftalmologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11962	FLAVIA NAGEL DA SILVA	02/05/1984	Deferido
2	19641	NATACHA CAVASINI HOFFMEISTER	18/10/1985	Deferido
3	12441	PATRICIA MARCELA MESQUINI	20/02/1984	Deferido

## Médico Ortopedista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	13724	FERNANDO KROBEL FILHO	31/08/1982	Deferido
2	11325	JULIANO PACHECO CAMILOTTI	01/02/1977	Deferido

## Médico Otorrinolaringologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11753	ALICE ANDRADE TAKEUTI	09/05/1986	Deferido
2	12816	IZABELA RODRIGUES ÁVILA	22/12/1983	Deferido
3	14031	LYS MARIA ALLENSTEIN GONDIM	05/02/1977	Deferido
4	16595	RENATO TADAO ISHIE	16/10/1983	Deferido

## Médico Pediatra - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19628	ELISA SCHENKEL	17/03/1973	Deferido
2	19498	GASTÃO DIAS JÚNIOR	12/06/1968	Deferido

## Médico Proctologista - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Médico Psiquiatra (20h) - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	14081	TATIANE ABREU DALL'AGNOL	30/05/1986	Deferido

## Médico Psiquiatra (40h) - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Médico Radiologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	13221	JULIETA ELOISE PAMPLONA SCHRAMM	14/08/1982	Deferido
2	11494	RAFAEL OKU FERNANDES	05/03/1983	Deferido
3	13781	THIAGO CASAGRANDE DO CANTO	03/10/1984	Deferido

## Médico Reumatologista - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Médico Urologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	13126	FABIO SANT ANNA DE MORAES	05/03/1979	Deferido

## Médico Vascular (10h) - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11904	EDUARDO ZEILMANN	07/11/1979	Deferido

## Médico Vascular (20h) - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Monitor de Educação Infantil - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9192	ADALGISA VERENA PARANAGUA	26/06/1982	Deferido
2	9665	ADILIA ANTUNES HILDEFONSO	09/11/1968	Deferido
3	18468	ADRI MARIA BORBA	09/06/1990	Deferido
4	10632	ADRIANA CONRADO	13/04/1989	Deferido
5	12759	ADRIANE DE SOUZA	06/11/1993	Deferido
6	20020	ADRIELLI APARECIDA NUNES SOUZA	27/06/1993	Deferido
7	11870	ALAIDE DE SOUZA VIEIRA	12/09/1980	Deferido
8	19316	ALBA SUSANA CARDOSO DA SILVEIRA	14/11/1992	Deferido
9	19496	ALESSANDRA GERALDO	24/12/1974	Deferido
10	14234	ALEXANDRA DA SILVA BATISTA VENANCIO	22/06/1989	Deferido
11	9434	ALICE RISTOW ROZA	03/02/1995	Deferido
12	8939	AMANDA CAROLINA DOS SANTOS MENDES	15/05/1996	Deferido
13	17242	AMANDA DA SILVA	09/11/1995	Deferido
14	10285	AMANDA NAYRA PEREIRA DA CRUZ	13/07/1992	Deferido

15	12001	AMANDA RIS-SATTO GERON	28/07/1995	Deferido
16	9672	AMANDA VITÓRIA DA COSTA	24/12/1995	Deferido
17	15460	ANA CAMILO GALIETA	10/11/1976	Deferido
18	9599	ANA CAROLINE COUTO MAES	26/03/1993	Deferido
19	11825	ANA CAROLINE OURIQUES	20/09/1995	Deferido
20	11224	ANA CÉLIA MOURA	28/05/1980	Deferido
21	13893	ANA CLAUDIA SILVA DOS SANTOS	08/12/1980	Deferido
22	9102	ANA CRISTINA BARBOSA GUERRA	23/12/1973	Deferido
23	19864	ANA CRISTINA DOS SANTOS	28/07/1979	Deferido
24	19563	ANA FLAVIA DE JESUS	05/09/1995	Deferido
25	19457	ANA LUIZA DE SOUZA	06/03/1992	Deferido
26	9004	ANA PAULA BARCELLO	15/03/1996	Deferido
27	18033	ANA PAULA BERKENBROCK	23/10/1994	Deferido
28	12622	ANA PAULA CORDEIRO HINCKEL	09/08/1993	Deferido
29	16432	ANA PAULA FAGUNDES MENDES	06/09/1986	Deferido
30	16361	ANA PAULA FELICIO	07/01/1987	Deferido
31	12739	ANA PAULA KALENIK	31/12/1984	Deferido
32	14045	ANA PAULA MILITÃO	05/01/1992	Deferido
33	16490	ANA PAULA RANGUETTI	27/06/1997	Deferido
34	9805	ANA PAULA SCHMITT	08/08/1981	Deferido
35	10415	ANÉZIA SOLANGE DIAS	25/03/1962	Deferido
36	13459	ANDEIA NOGUEIRA DA SILVA DE FRANÇA	26/11/1979	Deferido
37	19371	ANDRÉA ALTINI	15/02/1983	Deferido
38	11777	ANDREA ROBERTA RUPP MIRANDA	29/10/1983	Deferido
39	15407	ANDREIA MATIAS DA SILVA WILK	21/12/1982	Deferido
40	10498	ANDREIA PEREIRA ANDRADE	10/12/1988	Deferido
41	16851	ANDRESSA ALVES DA SILVA	31/10/1994	Deferido
42	12729	ANDRESSA BAGNARA	21/11/1993	Deferido

43	14585	ANE CAROLINE DOS PASSOS	15/07/1995	Deferido
44	9220	ANE KAROLINE PORTELLA	08/12/1988	Deferido
45	17593	ANGÉLICA DE LIMA	21/09/1988	Deferido
46	8797	ANGELA APARECIDA CELESTINO	13/10/1979	Deferido
47	9544	ANGELA MARIA ANACLETO	10/05/1980	Deferido
48	16457	ANGELA MARIA ANACLETO	29/04/1996	Deferido
49	9235	ANGELICA SUELY ANDRE	23/06/1992	Deferido
50	12496	ANGELINA DE FA' TIMA GOBI	05/07/1965	Deferido
51	11561	ANIELEN GARCIA	11/06/1990	Deferido
52	17480	ANNA CLAUDIA GAYA COSTA	10/05/1983	Deferido
53	19801	ARIANA DA SILVA	24/08/1983	Deferido
54	15277	ARILSON PEREIRA	21/04/1961	Deferido
55	19001	AYNIRÁ RAFAELA DE MATOS	24/10/1995	Deferido
56	12932	BEATRIZ DE ALMEIDA MARCOS	15/02/1992	Deferido
57	11344	BRUNA APARECIDA LOPES DOS SANTOS	21/11/1995	Deferido
58	17946	BRUNA CAROLINE PEREIRA	13/05/1990	Deferido
59	11872	BRUNA DE OLIVEIRA	21/03/1994	Deferido
60	13385	BRUNA DOS SANTOS BRASIANI	07/09/1996	Deferido
61	11408	BRUNA MONIQUE GONÇALVES BITTENCOURT	24/12/1994	Deferido
62	9138	BRUNA REGINA PEREIRA	17/02/1995	Deferido
63	17917	CAMILA DA COSTA ANTUNES	08/03/1997	Deferido
64	8853	CARINE BOECK	26/06/1990	Deferido
65	17822	CARLA PATRICIA PEIXOTO GOETSCH	08/07/1975	Deferido
66	13726	CARLA SARAI-VA DA SILVA	19/08/1983	Deferido
67	14934	CARMEN MAYARA ROSA	07/01/1996	Deferido
68	12363	CAROLINA MABA DA SILVA	14/04/1995	Deferido
69	11780	CAROLINA PAMPLONA MACIEL	03/07/1981	Deferido

70	17482	CAROLINE SILVA DA SILVEIRA	12/03/1996	Deferido
71	19480	CAROLINE SILVEIRA	18/07/1995	Deferido
72	14758	CARULINI ALEXANDRINA	30/05/1992	Deferido
73	15637	CATIA REGINA FROTTINI DA SILVA	19/10/1979	Deferido
74	11680	CATIANE ALVES	25/04/1978	Deferido
75	18336	CATILÇA CRISTINA BORGES	28/10/1985	Deferido
76	17836	CÉLIA TERESA DOS SANTOS	30/04/1962	Deferido
77	15419	CHARLENE FÁTIMA DA SIVA	16/04/1982	Deferido
78	19312	CHRISTIANE EUFRAZIO	11/08/1974	Deferido
79	15386	CINARA APARECIDA JUSTINO	16/01/1985	Deferido
80	9196	CLAUDIA DE AZEVEDO VELHO DE SOUZA	21/04/1982	Deferido
81	19602	CLAUDIA SILVA DOS SANTOS	30/03/1979	Deferido
82	14056	CLAUDINEIA KUSTER DE SOUZA	20/12/1985	Deferido
83	15539	CLÁUDIA MARIA CIPRIANO	30/10/1973	Deferido
84	9160	CRISLAINE ESPINDOLA	14/03/1994	Deferido
85	17648	CRISTIANA APARECIDA TEIXEIRA	26/04/1989	Deferido
86	11291	CRISTIANE APARECIDA DE SOUZA	13/12/1985	Deferido
87	16965	CRISTIANE ESPINDOLA	16/08/1990	Deferido
88	12682	CRISTIANE FERREIRA BRITES	14/08/1992	Deferido
89	15334	DAIANA CRISTINA GONÇALVES SILVEIRA	28/02/1989	Deferido
90	10880	DAIANE CAROLINE SCHREINER	28/09/1988	Deferido
91	9871	DAIANE CRISTINA DE ASSIS	28/02/1988	Deferido
92	17510	DAIANE DA ROSA LOPES	08/03/1990	Deferido
93	10125	DAIANE STEPHANI PASSOS DA LUZ	07/09/1995	Deferido
94	10468	DAMARIS ALVES BARROS	19/08/1996	Deferido

95	11015	DANIELA CRISTINA URBANO MOURA	15/12/1982	Deferido
96	9045	DANIELA DE ALMEIDA	12/02/1979	Deferido
97	11816	DANIELA FABRICIO	16/12/1992	Deferido
98	11418	DANIELE LARREA DA COSTA	28/03/1982	Deferido
99	16501	DANIELLA DONCA	23/09/1992	Deferido
100	15496	DANIELLI BONIN	30/04/1986	Deferido
101	16346	DANUBIA CLEMENTINO	01/05/1981	Deferido
102	13242	DARA HALINE DOS SANTOS	23/12/1995	Deferido
103	13955	DAYANE SHAINNE BORBA	30/09/1990	Deferido
104	10799	DAYANI ASSOLARI SALDANHA XAVIER	29/10/1987	Deferido
105	15758	DÉBORA CRISTINA DE ALMEIDA SANTOS	24/07/1995	Deferido
106	9511	DENISE CRISTINA BRITO DAS MERCÊS	18/03/1991	Deferido
107	18700	DIEINI SIQUEIRA	16/07/1994	Deferido
108	14129	DORENILCE TAVARES COSTA REIS	28/03/1987	Deferido
109	9531	DULIANE DO CARMO	11/12/1989	Deferido
110	15030	EDELIR PEREIRA DE LIMA	24/01/1990	Deferido
111	17976	EDICLEIA RIBEIRO	20/11/1991	Deferido
112	13320	EDICLEIA-MARGARETE MENDONÇA NASCIMENTO	21/06/1972	Deferido
113	15360	EDNA CRISTINA TURRA	07/12/1989	Deferido
114	15228	EDNA DA SILVA CHAGAS	01/10/1959	Deferido
115	20215	EDUARDO AUGUSTO FERNANDES	16/10/1994	Deferido
116	12107	EDVANIA PEREIRA DOS SANTOS	13/04/1986	Deferido
117	19848	ELAINE CRISTINA PEREIRA	25/02/1985	Deferido
118	8880	ELAINE SANTOS DA CRUZ SILVA	04/02/1982	Deferido
119	9278	ELICA DA SILVA	05/04/1990	Deferido
120	13846	ELIDIANE HELIA ALBANO	01/12/1991	Deferido
121	16548	ELIETE SANTOS ROSA	29/09/1991	Deferido

122	9882	ELISANDRA FRANCISCO PEREIRA	16/10/1982	Deferido
123	12122	ELISANDRA JACINTA MARCHIORO LEITAO	28/03/1981	Deferido
124	18257	ELISANDRA MACHADO DE BORBA COSTA	09/09/1980	Deferido
125	10573	ELIZANDRA EGER XAVIER COSTA	28/09/1981	Deferido
126	16563	ELLEN MICHELY LEME	11/10/1996	Deferido
127	14495	ELOIR TEREZINHA DA SILVA TRENTA	29/10/1965	Deferido
128	9826	ERICA HELENA DE SOUZA	04/06/1989	Deferido
129	19301	EWELIN DA SILVA LEAL	11/08/1994	Deferido
130	11195	FABIANA ALVES	15/04/1984	Deferido
131	11923	FABIANA DE CARVALHO SILVA	28/03/1994	Deferido
132	8751	FABIANNE PAULINO DE OLIVEIRA	24/10/1980	Deferido
133	13744	FERNANDA CAROLINI DA SILVA	17/03/1993	Deferido
134	11299	FERNANDA EGUILHOR RODRIGUES DE MIRANDA	15/06/1984	Deferido
135	11868	FERNANDA LEMES BRITES	01/01/1989	Deferido
136	11520	FLAVIA ANDRADE DOS SANTOS	08/02/1993	Deferido
137	13189	FLAVIA RUIZ DE OLIVEIRA VIEIRA	12/01/1976	Deferido
138	17749	FRANCIANE APARECIDA CELISTA	24/04/1994	Deferido
139	11768	FRANCIELI RODRIGUES	14/08/1994	Deferido
140	16237	FRANCIELLE APARECIDA MANOEL	19/02/1989	Deferido
141	17122	FRANCIELLE IGNACIO DE OLIVEIRA	19/06/1994	Deferido
142	12267	FRANCINE SIMAS	05/03/1995	Deferido
143	9353	FRANCISCA ELISANDRA DOS SANTOS SOUSA SILVA	05/08/1982	Deferido
144	18046	FRANCISCA NAZARÉ COSTA SILVA	12/10/1992	Deferido

145	12895	GABRIELA BATISTA MACHADO	18/02/1989	Deferido
146	9284	GABRIELA DUARTE DA SILVA	17/05/1997	Deferido
147	11808	GABRIELA RODRIGUES MAFRA	15/05/1997	Deferido
148	12417	GEISE DE OLIVEIRA	27/01/1994	Deferido
149	12857	GEISER DOS SANTOS NEVES	17/08/1984	Deferido
150	16860	GERUSA AMABILLY VIEIRA CAMILO	01/06/1996	Deferido
151	12092	GERUSA TATIANE CRISPIM	06/09/1980	Deferido
152	8791	GERUZA DARCIO FRANCISCO	13/01/1990	Deferido
153	15870	GEZELAINE GOMES	03/12/1985	Deferido
154	10023	GISELE CRISTINA LOURENÇO DO NASCIMENTO	25/04/1983	Deferido
155	17373	GISELE JORGE	05/02/1982	Deferido
156	20258	GISELI JOANA MÜLLER CAMPOS	06/05/1986	Deferido
157	14356	GISLAINE FERNANDA ANTUNES	09/10/1989	Deferido
158	12847	GLAUCIA ELAINE AGUSTINHO	13/08/1974	Deferido
159	8827	GLEICIANI D'AVILA MACHADO	16/01/1990	Deferido
160	19561	GRACIELLE DE SOUZA VIDAL	21/03/1984	Deferido
161	8925	GRASIELE GOMES SANTIAGO	03/03/1986	Deferido
162	10403	GREICI KELLY INTHURN	06/01/1993	Deferido
163	13980	HEIDIANE RIBEIRO DA COSTA	16/09/1990	Deferido
164	17016	HENDY JACKELINE SILVA INDALÊNCIO	10/03/1995	Deferido
165	9094	HINDIANARA MENDES	16/04/1989	Deferido
166	19322	ILIANE RICARDI	06/01/1975	Deferido
167	11716	INGRID GOMES BARBOZA	03/01/1997	Deferido
168	9022	INGRID NUNES VENÂNCIO	30/05/1996	Deferido
169	19931	IOLANDA FRANCIELE BOGES	03/03/1991	Deferido

170	10655	ISABEL CRISTINA DA ROCHA	06/01/1979	Deferido
171	9188	IVANA APARECIDA HARBS	18/06/1991	Deferido
172	14407	IVONE SOMARIVA	13/05/1981	Deferido
173	13071	IVONETE PORTELLA DE LIMA	12/01/1979	Deferido
174	19308	IZETE CARDOSO DA SILVEIRA	26/03/1975	Deferido
175	18307	JAÍNE MARQUES DOS SANTOS	19/04/1994	Deferido
176	10287	JACIANE BARROS OLIVEIRA	04/05/1995	Deferido
177	11627	JACQUELINE SILVA BARBOSA	19/11/1994	Deferido
178	13020	JAINA ELLEN LUZ	03/09/1993	Deferido
179	17005	JAIR LUCAS MARIANO JÚNIOR	21/10/1994	Deferido
180	15944	JANAINA ALICE BORGES DA SILVA	25/12/1995	Deferido
181	9515	JANAINA CORREA	06/09/1985	Deferido
182	12980	JANAINA ROCHA	10/12/1988	Deferido
183	8865	JAQUELINE BONETTE ROSA	15/11/1992	Deferido
184	10709	JAQUELINE TEREZINHA HARTUNG	06/07/1988	Deferido
185	11558	JÉSSICA DOS SANTOS	22/04/1994	Deferido
186	11970	JÉSSICA JAQUES	14/02/1995	Deferido
187	16441	JÉSSICA NASCIMENTO	23/04/1991	Deferido
188	17964	JÉSSICA PARANAGUÁ	07/12/1990	Deferido
189	18659	JÉSSICA PATRICIO	13/05/1991	Deferido
190	19114	JEANICE JUCELANDIA LAURINDO	18/09/1992	Deferido
191	8782	JENAINA BARBOZA DA SILVA VIANNA	24/02/1992	Deferido
192	12694	JESSICA CAETANO ANTONIO	05/04/1991	Deferido
193	17721	JESSICA CARDOSO	08/01/1992	Deferido
194	11623	JESSICA CAROLINE KRUCHINSKI RIBEIRO	29/11/1996	Deferido



195	9290	JESSIKA MAYRA DRANKA	01/02/1991	Deferido
196	17251	JESSIKA SAMARA DA SILVA MACIEL	02/03/1992	Deferido
197	10785	JHULY GONÇALVES DE OLIVERIA	08/01/1994	Deferido
198	19579	JOANA D'ARC DA COSTA	01/05/1975	Deferido
199	18969	JOICE CRISTINE EMILIO	28/03/1992	Deferido
200	10124	JORDANIA LEITE MORAIS	12/04/1986	Deferido
201	10887	JOSCEMERI BATISTA DE LIMA GRUTTNER	30/01/1984	Deferido
202	13456	JOSIANE LEAL COUTO	25/11/1978	Deferido
203	12052	JOSIANE ROMANI	16/09/1986	Deferido
204	17915	JOSINETE BUENO DE ALMEIDA	13/05/1971	Deferido
205	16089	JUCEMARA LINHARES DE FRANÇA	19/06/1991	Deferido
206	12088	JUCIANE ISABEL DE SOUZA	16/06/2010	Deferido
207	13489	JUCIMARA MAIL INOCÊNCIO BONDALLI	18/11/1982	Deferido
208	10556	JULIANA BURLAN DA SILVA	13/05/1994	Deferido
209	14385	JULIANA CUSTODIO DA SILVA	18/08/1985	Deferido
210	11213	JULIANA DA COSTA SILVA	12/12/1994	Deferido
211	18278	JULIANA DA LUZ	15/08/1986	Deferido
212	9326	JULIANA DEL MORO GARCIA	26/07/1995	Deferido
213	12082	JULIANA DOS SANTOS	04/08/1984	Deferido
214	9542	JULIANA FRANCISCO SPENGLER DA ROCHA	02/10/1977	Deferido
215	14251	JULIANA NASCIMENTO	23/04/1991	Deferido
216	10754	JULIANA PATRÍCIA DELFINO	09/10/2019	Deferido
217	18997	JULIANA PEREIRA DO NASCIMENTO	29/05/1993	Deferido
218	17012	JULIANA REIS GONZAGA	29/12/1983	Deferido
219	9559	JULIANA STANCK PEREIRA	14/05/1985	Deferido

220	9707	JULIANE DE SOUZA	04/08/1985	Deferido
221	9479	JULIANE ROMAO	13/01/1990	Deferido
222	14859	JULIANE TELLES DE BASTIANO	31/03/1990	Deferido
223	10262	JUREIDE PADILHA VOGEL	21/08/1969	Deferido
224	8976	KAMILA SATIRO DA SILVA	13/05/1996	Deferido
225	11805	KARINA CRUZ	18/12/1986	Deferido
226	8973	KARINA SATIRO DA SIVA	12/09/1990	Deferido
227	15260	KATIA LUCIANE MORAES COELHO	03/05/1987	Deferido
228	10944	KEITIELE CORREA DA SILVA	08/02/1995	Deferido
229	10109	KELLI FERNANDA BAUER	19/07/1996	Deferido
230	19948	KETLEN FERNANDA BOFFAMAM	31/07/1995	Deferido
231	17949	KEYLA SILVA-NO MEMORIA SOUTO	30/03/1997	Deferido
232	8943	LAÍS SCARLET COELHO GALVEZ	08/11/1991	Deferido
233	12641	LAISE CAMILA PEREIRA DE SOUSA	25/01/1988	Deferido
234	11121	LARISSA CRISTINI DA SILVA	31/01/1992	Deferido
235	12833	LARISSA TAYNA FRITZKE	01/03/1996	Deferido
236	15475	LAURA PAULA MONICA	25/08/1991	Deferido
237	18309	LAURORA DALBERTI DE JESUS	19/02/1958	Deferido
238	16911	LÉIA SILVA DE OLIVEIRA GREGORIO	13/10/1979	Deferido
239	8900	LEIDIANE DELUCA	11/12/1990	Deferido
240	13096	LELAYNE DA ROCHA	29/04/1992	Deferido
241	11718	LEONARDO JOSÉ PEREIRA FERREIRA	15/04/1987	Deferido
242	15034	LEONILDE SANTOS LIMA SOARES	19/09/1970	Deferido
243	8988	LETÍCIA DE PAULA ALMEIDA ROSA	22/08/1990	Deferido
244	19293	LETICIA MICHELIZZI	08/07/1996	Deferido
245	12327	LETICIA ROSENBRUCK	09/02/1990	Deferido
246	11429	LIDIANE HENRIQUE DE ARAÚJO	12/09/1981	Deferido



247	17041	LILIANE NAIMITI FERREIRA DE DEUS	15/09/1987	Deferido
248	15105	LILIANE SILVEIRA DA SILVA	24/04/1982	Deferido
249	19379	LIODETE DA ROSA	24/06/1968	Deferido
250	13855	LUANA CRISTINA DE JESUS	28/09/1982	Deferido
251	14882	LUCIANA ANACLETO CLAUDINO	16/04/1981	Deferido
252	17654	LUCIANA SANTANA DOS SANTOS	17/11/1971	Deferido
253	12589	LUCIANA SILVA ALVES	05/04/1982	Deferido
254	17074	LUCIANE CORDEIRO DE LIMA SILVA	14/09/1973	Deferido
255	12074	LUCINÉIA MOURÃO TAVARES DE OLIVEIRA	31/12/1982	Deferido
256	15560	LUDMILA MATOS VIEIRA DA SILVA	08/05/1994	Deferido
257	14577	LUIZ FELIPE FURTADO	26/10/1991	Deferido
258	9546	LUZIA CAROLINE LUÇOLLI	25/01/1995	Deferido
259	19956	MAIARA ANJO	29/06/1995	Deferido
260	13466	MAISA ANTONIO FAUSTINO	21/06/1989	Deferido
261	9471	MANOELLY CRISTINA LEITE COUTO	17/06/1996	Deferido
262	11810	MARÍLIA MARTINS FABRICIO	09/05/1988	Deferido
263	13487	MARCELE CRISTINE DA SILVA	11/08/1985	Deferido
264	10179	MARCIA DA SILVA PECHARKA	21/01/1985	Deferido
265	18465	MARCIA MARCELINO VENTURA	05/06/1974	Deferido
266	10983	MARCIA MARIA MAESTRO	15/04/1974	Deferido
267	16547	MARCIA REGINA LUCIANO SEVERINO	07/12/1969	Deferido
268	15815	MARCILENE ZARDO	09/04/1980	Deferido
269	9405	MARESSA NAARA FAUSTINO	11/09/1996	Deferido
270	12271	MARI LISE DE SOUZA SETTER	17/05/1966	Deferido
271	19295	MARIA APARECIDA DOS SANTOS PEREIRA	05/01/1969	Deferido

272	14480	MARIA AUXILIADORA COSTA SANTOS DE FREITAS	09/11/1964	Deferido
273	12673	MARIA DE FATIMA GERARDINO	14/05/1961	Deferido
274	13409	MARIA DE JESUS DA SILVA MENEZES	09/05/1974	Deferido
275	19640	MARIA DE LOURDES DE LIRA SANTANA	25/12/1980	Deferido
276	11997	MARIA DE LURDES PEREIRA DE LIMA	15/01/1982	Deferido
277	12666	MARIA INEZ SOARES TOLEDO	20/12/1969	Deferido
278	14049	MARIA IVANI REIS	08/11/1959	Deferido
279	17197	MARIA JULIANA BAGUES	11/07/1989	Deferido
280	9493	MARIA NILZIDETH DA SILVA SANTOS	05/08/1980	Deferido
281	15488	MARIA RONALDA PARANAGUÁ DOS SANTOS	23/05/1965	Deferido
282	13623	MARIA SORAIA DA SILVA	09/07/1974	Deferido
283	19163	MARIA TEREZINHA FELICIO	09/01/1988	Deferido
284	20222	MARIA VALCIRA VIEIRA	20/01/1956	Deferido
285	17318	MARIELE ALVES DE MIRANDA	23/01/1994	Deferido
286	19212	MARILENE MORAES	09/06/1970	Deferido
287	18605	MARILENE NORONHA MEDEIROS	30/04/1976	Deferido
288	10270	MARILUCIA ANACLETO	22/06/1988	Deferido
289	15830	MARILUCIA BAZOTTI	05/07/1973	Deferido
290	16284	MARISADE-SOUZA	24/06/1990	Deferido
291	19387	MARISANGELA APARECIDA GODINHO	15/04/1980	Deferido
292	9891	MARISE MOSER	23/11/1978	Deferido
293	14039	MARLEI BEATRIZ WOLFART	05/04/1995	Deferido
294	10097	MARLI APARECIDA SOARES	11/12/1967	Deferido
295	12087	MARLUCE SILVA DE JESUS	24/01/1992	Deferido
296	14598	MAYARA PEDROZO	15/12/1995	Deferido

297	9751	MAYELY GUZATTI PARIZOTTO	05/07/1995	Deferido
298	18946	MAYRA CRISTINA GARCIA COSTA	03/02/1986	Deferido
299	18975	MÁRCIA PEREIRA BASIL	10/06/1979	Deferido
300	13193	MERIELI DA COSTA	23/05/1984	Deferido
301	18759	MERILY JENIFFER DA SILVA	11/12/1996	Deferido
302	13843	MERLEI MARA RIPARI DE MEDEIROS	13/01/1973	Deferido
303	8941	MICAELA MARINA DIAZ	23/11/1992	Deferido
304	18543	MICHELE DIAS DA SILVA	17/05/1996	Deferido
305	10036	MICHELE REGIANE AMARO	21/02/1997	Deferido
306	14080	MICHELI ADRIANE RAUE VEREDIANO	19/03/1984	Deferido
307	13150	MIKAELE KARINA RECH	04/07/1996	Deferido
308	11799	MORLOWE CRUZ	14/08/1990	Deferido
309	8930	NADIMAR KRENKEL	20/08/1988	Deferido
310	13477	NAIARA KRENKEL	29/05/1995	Deferido
311	12943	NAIR MARIA MANCE	07/07/1970	Deferido
312	12268	NATALI COSTA DE SOUZA	25/04/1986	Deferido
313	19784	NATHÁLIA MARQUES DA SILVA	21/12/1995	Deferido
314	12879	NAYARA DOS SANTOS	02/12/1990	Deferido
315	15773	NAYARA TEIXEIRA	06/04/1997	Deferido
316	12367	NELSI MIRANDA DETTONI	08/01/1959	Deferido
317	12358	NICOLY IANKA MOREIRA	18/02/1996	Deferido
318	13633	NILZA CUSTODIO MACIEL	20/09/1968	Deferido
319	19034	ODAIZA KEILA TEIXEIRA	05/05/1987	Deferido
320	20024	PALOMA CRISTIANE DA SILVA	07/07/1988	Deferido
321	13602	PALOMA DE ANDRADE	20/09/1994	Deferido
322	20168	PALOMA REGIANE CUNHA	29/10/1994	Deferido
323	19307	PAMELA PRISCILA PEREIRA DA SILVA	12/05/1988	Deferido
324	17082	PAMELA TERESINHA DA SILVA	27/03/1992	Deferido

325	17305	PATRICIA ALVES FABRIS	15/12/1984	Deferido
326	12687	PATRICIA DAMASCENO NUNES	11/03/1986	Deferido
327	20158	PATRICIA APARECIDA DE SOUZA	18/10/1977	Deferido
328	17922	PATRICIA BAJADARES DA SILVA	06/07/1978	Deferido
329	8903	PATRICIA FRANCISCO	26/03/1980	Deferido
330	19952	PATRICIA SIMONE SIEWERT	23/01/1975	Deferido
331	10855	PAULA CALIAN DOS SANTOS	24/03/1993	Deferido
332	16685	PAULA ROBERTA DE AGUIAR	06/01/1996	Deferido
333	9274	PÂMELA CRISTINA INÁCIO	27/11/1993	Deferido
334	11069	PERSIA LUIZA FEIRREIRA	15/04/1975	Deferido
335	19886	PRISCILA ELISA MAFRA CARDOSO	07/03/1985	Deferido
336	11007	PRISCILA ODETE DA SILVA	16/04/1994	Deferido
337	9594	PRISCILA SILVA SOUZA DO VALE	05/07/1982	Deferido
338	15520	PRISCILLA ALVES FABRIS	15/12/1984	Deferido
339	16057	QUEZIA ARCELINO VALENTIM SILVA	21/09/1996	Deferido
340	19807	RAFAEL GOMES FERREIRA	17/04/1990	Deferido
341	9571	RAFAELA ALINE CRUZ DE SOUZA	12/11/1989	Deferido
342	9625	RAFAELA INTHURN	02/12/1988	Deferido
343	9656	RAQUEL ROSI JOENCK DA CUNHA	14/12/1986	Deferido
344	10549	RAQUEL SILVA VIEIRA	19/05/1988	Deferido
345	9388	REGIANE MOREIRA DA SILVA	05/11/1983	Deferido
346	18894	ROBERTA ALINE DA LUZ PATRICIO	02/08/1988	Deferido
347	16856	ROBERTA CRISTINA SOARES	13/09/1988	Deferido
348	17817	ROGERIA ZANOTTO DE OLIVEIRA	22/05/1983	Deferido
349	10084	ROSA MARIA DE FATIMA BATISTA GOMES ADRIANO	11/09/1978	Deferido

350	17209	ROSA PRICILA BAGUES	11/09/1982	Deferido
351	11916	ROSANA DE JESUS	20/08/1994	Deferido
352	10429	ROSANGELA ANDRADE DE ARAUJO	04/11/1964	Deferido
353	10120	ROSANGELA DA PENHA LUCAS MORAIS	27/06/1975	Deferido
354	16449	ROSANGELA DE CARVALHO	30/09/1976	Deferido
355	17476	ROSANGELA FERREIRA RODRIGUES	30/09/1973	Deferido
356	10131	ROSANGELA LEITE MORAIS	10/12/1977	Deferido
357	19700	ROSANGELA RAMOS CORREIA	25/10/1963	Deferido
358	9084	ROSEANI FÁTIMA REREIRA	27/12/1991	Deferido
359	11998	ROSELAINE SAUSEN LENZ	08/02/1986	Deferido
360	12040	ROSELI DA ROSA	22/02/1974	Deferido
361	15915	ROSELI DIAS BOENO	07/09/1985	Deferido
362	17362	ROSENI DE ANDRADE SIQUEIRA MATUZAKI	02/04/1984	Deferido
363	10267	ROSIMERI TAVARES	02/09/1974	Deferido
364	19846	ROZIANE CASSIA FERREIRA	26/02/1995	Deferido
365	18235	RUTE CORDEIRO	21/04/1962	Deferido
366	12795	SABRINA ADAMI	22/10/1990	Deferido
367	15381	SAMANTA DO NASCIMENTO TORRES STRAPASSON	12/03/1979	Deferido
368	10144	SAMANTHA FRANCÊZ FRANCISCO	01/07/1996	Deferido
369	19383	SAMANTHA MARCELINO	16/09/1975	Deferido
370	14945	SAMARA MALENA DOS PASSOS	06/09/1993	Deferido
371	17798	SAMIRA VALTER	09/01/1980	Deferido
372	11616	SANDRA ROSALINA ANDRE	07/02/1996	Deferido
373	13705	SANDY SUELEN REGIS DA SILVA	08/12/1989	Deferido
374	17148	SARA PEREIRA LEITE DOS SANTOS	11/12/1977	Deferido
375	10674	SARA THAIS MARCONDES DE RAMOS	04/11/1991	Deferido

376	19458	SARAH CRISTINA BITTENCOURT	27/02/1993	Deferido
377	8842	SCARLETI KAUANA GALIETA CABRAL	15/12/1994	Deferido
378	15283	SELMA MARIA RODRIGUES SILVA DOS SANTOS	24/02/1968	Deferido
379	12083	SHAIENE KELLY DO AMARAL DA SILVA	21/02/1997	Deferido
380	15287	SHANNA FRANCESCA BORGES	25/01/1988	Deferido
381	12346	SHIRLENE DE OLIVEIRA SILVA	03/01/1986	Deferido
382	17330	SILVANA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES	15/09/1971	Deferido
383	19376	SILVANA CASARIN MACHADO	06/03/1990	Deferido
384	10442	SIMONE CARDOSO ESTEVES	03/01/1985	Deferido
385	14409	SIRLENE FRANCISCO VIEIRA	19/08/1970	Deferido
386	9184	SOLANGE APARECIDA CANOFRE	29/12/1981	Deferido
387	15001	SOLANGE RISTOW SIDOR	08/08/1983	Deferido
388	15076	STEFANI LARISSA DE SOUZA	17/12/1995	Deferido
389	12591	STEPHANIE DE SOUZA	15/01/1996	Deferido
390	9838	SUILAN SANTOS DE LIMA	07/08/1981	Deferido
391	8919	SUZAN KETLEN PRZYBYCHEWSKI	01/02/1994	Deferido
392	12028	TABATA LEONTINA DE OLIVEIRA	24/08/1988	Deferido
393	14369	TACIARA WIERBSITSKI DE ALMEIDA ROSANELLI	18/06/1978	Deferido
394	17403	TAIANA JORGE	20/06/1990	Deferido
395	14321	TAISE PEREIRA	23/11/1991	Deferido
396	15526	TALITHA MICHELY SAMENEZES DOS ANJOS	11/06/1985	Deferido
397	8996	TAMIRES BARBALHO OLIVEIRA	14/05/1995	Deferido

398	12455	TAMIRES COELHO DE SOUZA	03/01/1988	Deferido
399	12479	TATIANA WANDERHERZ VIEIRA	25/12/1979	Deferido
400	18978	TATIANE CARLA PEREIRA	11/09/1984	Deferido
401	14277	TATIANE CARNEIRO CHZUCHMAN	08/03/1989	Deferido
402	12765	TATIANE FERREIRA ANACLETO	15/01/1986	Deferido
403	19164	TATIANE SILVIA BORGES DA COSTA	22/04/1979	Deferido
404	14106	TÂNIA WENDHAUSEN RAMOS DA SILVA	29/12/1952	Deferido
405	9601	TERESA DE AMORIM DE SOUZA	11/05/1963	Deferido
406	16316	TERESINHA MITIKO TAKAKI	27/08/1961	Deferido
407	17655	THAIS CRISTINA DA CONCEIÇÃO	29/05/1996	Deferido
408	9164	THAISA DE OLIVEIRA	11/09/1995	Deferido
409	20156	THATIANE AZILIERO	13/06/1997	Deferido
410	20062	VALDIRENE APARECIDA GONÇALVES	24/12/1969	Deferido
411	12097	VALQUIRIA B DE MELO AGUIAR	26/04/1978	Deferido
412	10783	VANESSA CARDOSO AMARAL	11/06/1990	Deferido
413	18504	VANESSA DA SILVA GODINHO	20/11/1987	Deferido
414	18273	VANESSA FARIAS BATISTA DE OLIVEIRA	24/08/1989	Deferido
415	14023	VANESSA FRANCINE COSTA PRES- TES	24/10/1986	Deferido
416	13043	VANI BOASKE- VIS	18/08/1983	Deferido
417	8940	VANILCE DOS SANTOS DE ALMEIDA HOLEK	19/05/1986	Deferido
418	12977	VÁLERY LEI RODRIGUES	21/12/1996	Deferido
419	9503	VERGINIA APARECIDA JARSKI ANTUNES	11/02/1968	Deferido
420	15463	VILMARA ALVELINA DE SOUZA	26/12/1983	Deferido

421	14768	VIVIANE BENTA DA CRUZ	05/12/1984	Deferido
422	10786	VIVIANE COLLA	16/03/1979	Deferido
423	10115	VIVIANE SCHAEFER	14/02/1994	Deferido

## Motorista Socorrista SAMU - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	14532	ANDERSON DE SOUZA	10/03/1983	Deferido
2	14442	ANTONIO MARCELO LOPES	05/07/1972	Deferido
3	15790	CLAUDEMIR ANTONIO DA SILVA	02/03/1984	Deferido
4	11053	CLAUDIO CANABARRO JUNIOR	17/06/1973	Deferido
5	9205	DANIEL MES- SIAS	29/07/1976	Deferido
6	12503	EDNEI ALEXANDRE BORBA	18/07/1975	Deferido
7	13606	EDUARDO FARIAS	06/08/1966	Deferido
8	11791	GUILHERME SALVI DE OLIVEIRA IENSEN	24/09/1993	Deferido
9	9357	MARCELO DE CARVALHO ARANTES	30/10/1981	Deferido
10	11765	MARCOS AURELIO MARTINS	10/06/1975	Deferido
11	15149	RAFAEL MAR- CHAND	24/05/1979	Deferido
12	17289	REINALDO PFLEGER JUNIOR	26/04/1990	Deferido
13	13423	RUBENS MARTINS	12/08/1968	Deferido
14	11767	SANDY EVERS	06/11/1991	Deferido
15	18364	SUZANI MARA BOET- TGER	08/01/1970	Deferido

## Nutricionista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11779	ANDRESSA LORENZONI FRIZZO	06/06/1990	Deferido
2	15905	BRUNA TAU- FENBACH	24/12/1988	Deferido
3	12326	CAMILA CRISTINA BIANCHI	04/11/1991	Deferido

4	14150	CINTIA JOSEANE MORETTI	10/08/1987	Deferido
5	18589	DANIELLA SCHMIT	02/01/1993	Deferido
6	16988	DÉBORA DOS SANTOS	31/07/1989	Deferido
7	18079	FABRINA CENTOFANTE BETIOLO	31/08/1989	Deferido
8	12531	FERNANDA ABRAVANEL	13/06/1992	Deferido
9	8949	FRANCIANE DA SILVA	08/12/1989	Deferido
10	9320	HENRIQUE PERSCH RIBEIRO	13/05/1991	Deferido
11	9902	JOSEANE COLZANI	04/12/1988	Deferido
12	18207	JULIA GRAZIELA BITTENCOURT LEDRA	16/07/1984	Deferido
13	12985	LIGIA LUANA MAFRA	15/05/1984	Deferido
14	14968	LUCIANI TIBOLLA	20/03/1982	Deferido
15	8832	MARCELO BAUER CARLINI	28/05/1986	Deferido
16	12322	MAURA BAGNOLIN FARIAS	19/09/1986	Deferido
17	12938	MERI LISABETH PRUST	29/07/1989	Deferido
18	10299	PAULA MANOELA NIENKÖETTER DA SILVA	31/05/1990	Deferido
19	13077	SABRINA MEGUMI NASSUNO	29/12/1982	Deferido
20	13748	SCHEILA DAYANE SCHNEIDER	05/01/1987	Deferido
21	10292	SUSANE FANTON	10/01/1991	Deferido
22	9841	THAIS DE BORBA	16/02/1987	Deferido

#### Odontólogo de Pacientes com Necessidades Especiais - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	20202	SONIA YAEMI OZAWA ESPAÑA	14/01/1963	Deferido

#### Odontólogo Endodontista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	13812	ANNA CAROLINA ZAUIH DE PAULI	21/09/1991	Deferido
2	11893	BRIANNE CAROLINA MEDEIROS	10/04/1987	Deferido

#### Odontólogo ESF - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12305	AGEU RAUPP JUNIOR	23/05/1987	Deferido
2	19197	ALEX MANFREDINI	11/03/1983	Deferido
3	17348	ALINE CARNEIRO LEÃO QUINTELLA	22/01/1976	Deferido
4	15939	ANA CAROLINE SANCHES GARCIA KALLAS	20/10/1987	Deferido
5	18558	ANA PAULA PEREIRA DA SILVA	11/07/1989	Deferido
6	18292	ANGELICA CARDOSO COSTA	30/10/1989	Deferido
7	9147	CHRISTOPHER BERWIG	06/10/1987	Deferido
8	17445	CLÓVIS JOSÉ DE OLIVEIRA JUNIOR	04/03/1991	Deferido
9	18742	DANIEL HIDEKI TANAKA	18/09/1971	Deferido
10	13804	DANILO HIDEO YETIKA	26/01/1980	Deferido
11	18835	DIOGO ALENCAR CE	14/09/1986	Deferido
12	13236	ELCIO DE OLIVEIRA	22/05/1982	Deferido
13	12655	ELISA DE OLIVEIRA SCHMELING	01/09/1989	Deferido
14	17092	EVERTHON TAVARES VERONESE	23/05/1987	Deferido
15	15516	EWANDRO CARLOS BERRETTA FILHO	21/12/1990	Deferido
16	19871	FLAVIA CARVALHO GONÇALVES	17/11/1989	Deferido
17	17188	FRANCIANE LORETI MARTINS DE PAULA SANTOS LIMA (amamentação)	14/05/1980	Deferido

18	9711	INGRID TROSDOFF AKIYAMA CAMARGO	03/01/1983	Deferido
19	18677	JOSÉ LOPES AUGUSTO	20/07/1958	Deferido
20	9018	JULIA SANTI SILVANO	21/10/1982	Deferido
21	16938	LUANA BEATRIZ SCHOLZ	12/10/1992	Deferido
22	11498	MARCELA SOUZA LIMA	15/08/1990	Deferido
23	17139	MARIA CRISTINA DE MORAES BALBAS	24/06/1991	Deferido
24	18095	MARIANA MORENA ARGUS CASAS ALDANA	04/01/1984	Deferido
25	17374	MARIO DALLA VECCHIA SPESSATTO	07/04/1990	Deferido
26	13351	MOISÉS ACÁCIO DE PAULA MELLO	19/04/1985	Deferido
27	20002	MURILLO BARRETO CARDOSO	31/05/1991	Deferido
28	15279	PATRÍCIA GUESSER CORRÊA RAITZ	02/04/1988	Deferido
29	19137	ROBERTA VEDANA ERCKMANN	22/07/1989	Deferido
30	18845	ROGÉRIO GERHARDT	02/05/1979	Deferido
31	10766	STÉFANO LUIZ PIETROBON GREGIO	28/02/1988	Deferido
32	19792	TIAGO MUCELIN	27/10/1985	Deferido
33	17982	VAGNER ALEIKSEIVZ BERNARDINO	10/09/1986	Deferido
34	17350	VANESSA ESCOBAR COPETI	04/05/1994	Deferido

## Odontólogo Periodontista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	20021	CINTIA ZONTA WENCESLAU DA SILVA	11/01/0973	Deferido
2	18638	SARAH REICHMANN SASSI GUTIERREZ	04/10/1978	Deferido

## Odontólogo Traumatologista Bucomaxilofacial - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17396	JEAN FRANCISCO KIPPER	13/02/1989	Deferido
2	17786	LEONARDO YOSHIURA SOARES	15/10/1982	Deferido

## Professor de Artes (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	8898	CRISTINA MARIA ROSA	21/01/1979	Deferido

## Professor de Artes (10h) não-habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18885	SANDRA HELENA JACÓ	22/09/1965	Deferido

## Professor de Artes (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18005	CLEUSA MENDES	04/06/1969	Deferido
2	15021	ELIANE SANTOS DE OLIVEIRA	17/02/1963	Deferido
3	19296	MÁRCIA DENYSE MACÊDO DA SILVA	20/11/1971	Deferido
4	9518	PATRICIA ONDINA COELHO	19/07/1977	Deferido
5	11573	ROSEMERI LIMA PALOMBO	24/12/1968	Deferido
6	18642	SIMONE ZUCHELLI JAGUSZESKI	09/09/1986	Deferido

## Professor de Artes (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	15996	JANAIA GACRCIA SCHULZ	21/08/1989	Deferido



2	12974	JOSIANI HEUSI VOGEL	10/02/1981	Deferido
3	16314	JULIANA FERNANDES JACINTO	17/11/1987	Deferido
4	15307	LUCAS MATHEUS VICENTE	04/01/1996	Deferido
5	19858	SILVANA DE SOUSA	23/08/1975	Deferido
6	14075	SIMONI VALERIA ROMAO	22/01/1989	Deferido

Professor de Ciências (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18879	LETICIA TERAGI	27/05/1985	Deferido
2	19521	MICHELE SALETE PALHANO HUNDENSKI	22/07/1983	Deferido

Professor de Ciências (10h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Professor de Ciências (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16202	ALINE ELISA FRANCISCA BIANCO	31/01/1986	Deferido
2	19178	ANA CAROLINA ALBINO	25/03/1989	Deferido
3	10901	ANDREIA DA SILVA ALVES RENAUD	14/11/1984	Deferido
4	14735	CRISTIANE PEREIRA DE ARAUJO VELEDA	15/10/1985	Deferido
5	9893	DAIANE RAMOS CAPPUA LUGO PEREIRA	11/10/1981	Deferido
6	11319	DJAIANE ARAUJO RODRIGUES	14/07/1987	Deferido
7	14055	HILAIRE MOURA RODRIGUES MARTINS	13/03/1986	Deferido
8	8831	LISIANE ALVES GUADAÍM RIBEIRO	18/11/1985	Deferido

9	16382	MARCIANA AGUERO SANTANA	10/02/1969	Deferido
10	10392	MATHEUS CAMARGO MARTINS	10/11/1981	Deferido
11	9403	PALOMA REGINA DE OLIVEIRA PATT	06/10/1988	Deferido
12	12466	PAULINE LUZIA ZASTROW REINERT FONTENELE	12/08/1989	Deferido
13	17951	ROBERSON CARLOS KOLLN	15/07/1992	Deferido
14	18114	ROSLI RITA FINGER MICHEL	13/03/1966	Deferido
15	8945	SHEILA BEATRIZ DE OLIVEIRA BISSOLI	19/09/1985	Deferido
16	15269	SIMONE BOASTIK	10/11/1987	Deferido
17	18893	TATHIANA CRISTINE PEREIRA	24/08/1983	Deferido

Professor de Ciências (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9633	ALINE CHIARELLI CRISTOFOLINI	28/04/1990	Deferido
2	16235	BRIGITE HEMMER	24/02/1971	Deferido
3	11037	GISELE ANGIOLETTI KANGERSKI	16/01/1981	Deferido
4	19537	JANAINA CARDOSO BIANCHI	18/12/1986	Deferido
5	15497	JOAO PAULO VERÇOSA CAMARA CANTO	28/10/1983	Deferido

Professor de Educação Física (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17335	ANDELON OLIVEIRA DOS SANTOS	12/06/1977	Deferido
2	17397	FERNANDA MICHAELI DE SOUZA	25/01/1988	Deferido



## Professor de Educação Física (10h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19047	KARIN CRISTINA DA SILVA	25/08/1987	Deferido
2	13900	LILIAN MAURICIO SCHWERTZ	17/02/1993	Deferido
3	16958	MARLUCI CARDOZO	16/06/1989	Deferido
4	17356	MATHEUS ROBERTO DOS SANTOS DA ROSA	06/01/1993	Deferido
5	8906	PAMELA YURIE YAMA-WAKI	09/11/1986	Deferido

## Professor de Educação Física (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9195	ALESSANDRO ROBERTO FERNANDES	11/09/1973	Deferido
2	19423	ANDRÉ LUIZ DA LUZ	04/11/1977	Deferido
3	11654	ANDRE RIBAS BORELLA	21/10/1982	Deferido
4	19821	ANDRIUS INÁCIO	26/07/1981	Deferido
5	13588	BIANCA KAROLINE LOPES GOOSSEN	31/03/1992	Deferido
6	12783	BRUNA DE SOUZA	23/12/1990	Deferido
7	11378	CLAUDIO HENRIQUE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA	13/07/1989	Deferido
8	16362	DELÍDIO PEREIRA DE ALMEIDA NETO	25/04/1993	Deferido
9	9105	EVERTON KEMPNER	21/05/1993	Deferido
10	10399	FERNANDA PEREIRA	03/06/1985	Deferido
11	15971	GERMOCI VAILATTE DE OLIVEIRA	30/08/1983	Deferido
12	12198	GILBERTO DA ROSA JUNIOR	26/08/1994	Deferido
13	17725	JOAO LUIZ ABEN ATHAR DE ALENCAR JUNIOR	20/02/1982	Deferido

14	13960	JOAQUIM EDUARDO DE OLIVEIRA	17/02/1994	Deferido
15	13372	JOCIMARA MACHADO	03/07/1994	Deferido
16	8861	JULIANA LUCINÉIA ANDRÉ DE SOUZA	30/07/1979	Deferido
17	19917	LORENDI DE MELLO	26/05/1980	Deferido
18	19898	LUCAS VINICIUS REIS DA SILVA	03/06/1991	Deferido
19	18240	LUIZ OTAVIO CORREIA	29/07/1968	Deferido
20	9530	MARIA VERÔNICA DA SILVA CHAGAS	15/02/1989	Deferido
21	15054	MICHELE SANTOS RIBEIRO	29/11/1987	Deferido
22	19027	PAULA RUBIA GAYA	28/12/1983	Deferido
23	18757	RAFAEL MARTINS	08/05/1991	Deferido
24	19937	RAQUEL ALMEIDA ROCHA	17/07/1979	Deferido
25	8761	RICARDO FELIPE BEBER	27/05/1986	Deferido
26	11296	ROSANGELA CARLA PAULINI	02/04/1990	Deferido
27	19798	SILVANDRO LUIS DE ASSIS	23/08/1986	Deferido

## Professor de Educação Física (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16611	ADRIANA ROBERTA PALMEIRA	27/09/1985	Deferido
2	18738	ALESSANDRO GUERRA D AVILA	10/05/1973	Deferido
3	9608	ALESSANDRO MAFRA	18/03/1993	Deferido
4	18892	ALEXSANDRO DE NOVAIS	06/08/1983	Deferido
5	9462	CARINA K. FOS SANTOS	10/06/1982	Deferido
6	9115	CINTIA CARDOSO	03/03/1987	Deferido
7	18406	CLARICE DE ALMEIDA CASTRO	05/06/1984	Deferido
8	15177	DANIELE SOARES MENDONÇA MARQUES	27/06/1986	Deferido

9	15216	EDUARDO BORGES DA CUNHA	27/10/1984	Deferido
10	9031	FRANCIELI CAROLINE CABRAL	29/01/1991	Deferido
11	16377	GABRIELA CRISTINA PALMEIRA	14/06/1988	Deferido
12	16453	GILZA MENDES PASSOS	23/06/1981	Deferido
13	12046	GUILHERME AUGUSTO DE SOUZA	12/03/1991	Deferido
14	10118	JANDERSON NAHRING	17/05/1986	Deferido
15	20234	JULIANA HARUMI NAKUI	09/06/1982	Deferido
16	18332	LETICIA MARIA NARDI	11/01/1982	Deferido
17	16534	MARCELO DE BORBA PAULO	27/06/1968	Deferido
18	17581	MARICLEIDE DOS SANTOS LAURINDO	06/02/1980	Deferido
19	10116	MARINE ROGERIA DOS PASSOS REISER	05/10/1982	Deferido
20	18740	MICHELE PARIZOTTO D AVILA	01/10/1984	Deferido
21	17118	OBERDAN EUGENIO SATURNINO	22/12/1966	Deferido
22	20182	PAULO HENRIQUE DE AZEVEDO	03/02/1983	Deferido
23	16889	RODRIGO DALTON FRUTUOSO	05/06/1987	Deferido
24	9525	SIRLEY CRISTINE MEDEIROS	02/12/1985	Deferido
25	8997	VALMIR LEONARDO DA SILVA	01/03/1977	Deferido

Professor de Educação Infantil (20h) Magistério Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	15818	ANDREA ISABEL STEKLAIN MARQUES DOS SANTOS	16/10/1976	Deferido
2	19024	CINTIA CRISTIANE NUNES DA COSTA	07/11/1975	Deferido
3	9640	ELIANE DORACI REIS	16/04/1975	Deferido

4	12044	FERNANDA DA ROSA LAGUNA	25/05/1990	Deferido
5	17260	GISLEINE MACHADO	30/05/1994	Deferido
6	15828	GLEISIANE DO SOCORRO SALES ROMAO DOS SANTOS	13/05/1979	Deferido
7	10245	KEILA PATRICIA RODRIGUES	08/02/1985	Deferido
8	8985	KELLY LUCIA DE LIMA CABRAL	09/10/1978	Deferido
9	18252	LEONILDA DE SOUZA	11/12/1974	Deferido
10	18730	LUCIA FOLMER	17/04/1980	Deferido
11	20093	MARGARETE BORCHARTT DE LIMA FERDOVICZ	29/10/1969	Deferido
12	10557	MARIA LUCIA DOS SANTOS LIMA	14/12/1980	Deferido
13	14984	MARIANA MAZILDA ANACLETO DA GRAÇA	14/09/1982	Deferido
14	17649	MIRIAM DA SILVA VIEIRA	26/04/1965	Deferido
15	19706	RENATA CARINE PICKERT DOS SANTOS DA SILVA	05/01/1975	Deferido
16	18882	SELONI APARECIDA RAMOS	02/03/1968	Deferido
17	15306	SUSANA REIS GOMES DA ROCHA	12/01/1987	Deferido
18	15697	TALIE ELI NE STOFELLI STACHUK	25/09/1991	Deferido
19	19447	THAIS SANTOS SCHUMANN	18/03/1988	Deferido
20	14680	ZAIRA IRIAS DA SILVA	31/12/1986	Deferido

Professor de Educação Infantil (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11165	ANA CAROLINA DA SILVA	03/05/1984	Deferido
2	14539	CLAUDIA MARIA SATO DELGADO	17/07/1973	Deferido

3	13307	CLAUDIA TAIARA PEREIRA GOMES	07/07/1990	Deferido
4	15544	CRISTIANE DA SILVA FERREIRA	30/12/1978	Deferido
5	11479	CRISTIANE MERI FELI- CIO	22/05/1973	Deferido
6	18789	DAGMAR MARIA GONZAGA KALBUSCH	01/10/1984	Deferido
7	18399	DILZA DE FÁ- TIMA NODA SERRANO	18/03/1969	Deferido
8	14302	ESTER ROSELAINE CORREA DE LIMA	31/12/1982	Deferido
9	12837	EVELYN ALVES CUS- TÓDIO DO NASCIMENTO	10/01/1993	Deferido
10	14079	FERNANDA CORRÊA CARNEIRO	18/11/1996	Deferido
11	9416	FRANCIELLE RUANY BET- TONI INÁCIO	11/05/1988	Deferido
12	19523	INDIANARA MENDES CARDOSO	05/07/1992	Deferido
13	9341	JENIFFER PEREIRA	08/06/1994	Deferido
14	20088	JENNIFER LUARA RO- CHA	17/03/1990	Deferido
15	12758	JOSIANE MAIA	24/05/1983	Deferido
16	16572	JOSIANE ONOFRE	24/03/1987	Deferido
17	15004	JOSIANI FELÍCIO PEREIRA	08/11/1978	Deferido
18	10748	KARIN ANDRESSA STEIN	16/01/1987	Deferido
19	18910	LEADAR LEN- ZI CRISTO- FOLINI	19/06/1966	Deferido
20	19796	LUANA ALICIANE FELISKY	17/05/1988	Deferido
21	11066	LUANA LA- CERDA	15/04/1991	Deferido
22	18051	LUCIANA MENDES FURTADO	27/02/1990	Deferido
23	14477	MARIA ELISANDRA VIEIRA	25/09/1986	Deferido
24	17173	MARISTELA VIEIRA	26/12/1975	Deferido

25	8957	MICHEII PEREIRA SPIESS	11/09/1996	Deferido
26	11944	NOEMI COLLA REIS	08/10/1984	Deferido
27	13420	RENATA RICOBOM PIVATTO	01/07/1979	Deferido
28	10912	ROSANE BODANESE	02/07/1976	Deferido
29	20273	ROSIMERI MARIA SAN- TIAGO FACO	01/05/1969	Deferido
30	17470	SANDRA DE MELLO DE LIMA	26/01/1984	Deferido
31	11178	SANDRA REGINA CAE- TANO NEVES	26/05/1985	Deferido
32	14296	SÉFORA DE FÁTIMA MAFRA	13/05/1976	Deferido
33	16597	SCHEYLA CRISTINA ROMÃO	23/05/1979	Deferido
34	19391	SILAMARA DIAS	01/08/1981	Deferido
35	10375	SYLVANA ELIZABETH BECKER	19/05/1985	Deferido
36	16714	THAIS COSTA DE MAGA- LHÃES	10/05/1984	Deferido
37	15761	VALÉRIA DA ROSA CRIZEL	30/10/1984	Deferido
38	15519	VANESSA PRESTES DOS SANTOS	05/09/1983	Deferido
39	17935	VÂNIA CRIS- TINA RAMOS	22/01/1985	Deferido

Professor de Educação Infantil (20h) Superior Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nasci- mento	Situação
1	9920	ADAINA TAMIREZ PACHECO	24/11/1987	Deferido
2	15178	ADLINE DA SILVA RÉBIS	17/02/1985	Deferido
3	12836	ADRIANA CRISTINI DE SOUZA	23/12/1983	Deferido
4	13184	ADRIANA NASCIMENTO DOS SANTOS DE SOUZA	19/11/1972	Deferido
5	16141	ALESSANDRA CORREA	19/07/1978	Deferido
6	15914	ALESSANDRA DA SILVA	14/08/1980	Deferido
7	11901	ALEXANDRA DARCI FRAN- CISCO	26/09/1980	Deferido

8	10223	ALEXANDRI- NA ALVES DE OLIVEIRA	24/11/1977	Deferido
9	17168	ALICE DA SILVA	10/10/1985	Deferido
10	15110	ALINE ELZA ALBINO	11/11/1988	Deferido
11	15615	ALINI FERNANDES DA SILVA MASSACOTI	02/06/1982	Deferido
12	19890	ALZENIRA GERALDO DA SILVA	27/12/1973	Deferido
13	9402	ANA CANDI- DA NOCETTI CASTRO RODRIGUES	13/09/1980	Deferido
14	18690	ANA DEISE LOPES	16/02/1976	Deferido
15	12010	ANA PAULA DA SILVA FERRI	06/03/1986	Deferido
16	10972	ANA PAULA JORGE BER- NARDES	11/04/1975	Deferido
17	10656	ANALU COS- TA MAFRA	19/09/1985	Deferido
18	13209	ANDRIELI GRITTENS	21/11/1990	Deferido
19	8708	ANGELA RA- MOS LIMA	26/05/1976	Deferido
20	13213	ARIANE CA- ROLINA DA CRUZ	17/07/1981	Deferido
21	10463	ARLETE TEREZINHA AZILIERO FERREIRA	07/08/1969	Deferido
22	14579	BÁRBARA SOCORRO GUIMARÃES TOMÉ	10/01/1985	Deferido
23	11497	BEATRIZ APARECIDA DE SOUZA	01/08/1985	Deferido
24	11911	BIANCA RODRIGUES DOS SANTOS	21/09/1980	Deferido
25	14105	BRUNA KO- SAKOSKI	01/08/1991	Deferido
26	16476	CAROLINE CHAGAS SANTOS	20/07/1989	Deferido
27	8927	CIBELE D'AVILA VIEIRA	11/01/1980	Deferido
28	14767	CINARA RO- CHA SANTOS	19/03/1978	Deferido
29	11311	CIRLEIA JULIANA INACIO	08/07/1980	Deferido
30	15566	CLAUDINEIA PEDRO	22/12/1987	Deferido

31	17255	CONCEÇA MARIA DA COSTA NETA DOS SANTOS	08/01/1965	Deferido
32	12280	CRISTIANE MENDES DA SILVA	24/12/1987	Deferido
33	8980	CRISTIANE ROSA DA COSTA	01/10/1979	Deferido
34	14855	DAIANE DE JESUS	15/02/1986	Deferido
35	10850	DAIANE SAR- MENTO	05/09/1976	Deferido
36	11664	DAIANE SIQUEIRA FERREIRA	03/03/1989	Deferido
37	14204	DALVA MARIA FLORES	08/06/1958	Deferido
38	18784	DANUBIA BORBA PIOLLA SEARA	07/09/1984	Deferido
39	17867	DENICE SILVA ROSA FERREIRA	28/10/1978	Deferido
40	17010	DENISE RE- GINA COSTA DA SLVA	01/10/1966	Deferido
41	14133	DINACIR KOSCIANSKI DOS SANTOS	05/09/1977	Deferido
42	17040	EDIANE CLAUDINO	29/01/1980	Deferido
43	19153	EDIMARI SCHAUFFERT	02/12/1965	Deferido
44	19112	EDNALVA SIL- VA FRANÇA	18/01/1977	Deferido
45	18753	ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA COSTA	10/04/1979	Deferido
46	14703	ELIANE DA SILVA UES- LER	02/01/1974	Deferido
47	15989	ELIANE GON- ÇALVES	15/08/1989	Deferido
48	15291	ELIANE HASSE BUCH- HOLZ	12/01/1966	Deferido
49	9120	ELIANE MARISA MO- NERETTO	28/06/1977	Deferido
50	14827	ELIDIANE TAMAGNO	13/04/1985	Deferido
51	8749	ELISANDRA PINHEIRO VARGAS	06/03/1982	Deferido
52	15534	ELISANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA WEIMER	10/02/1977	Deferido
53	16589	ELIZABETE ALVES DA SILVA	02/07/1984	Deferido

54	14113	ELIZABETE KLIMKE DO NASCIMENTO	24/01/1963	Deferido
55	11441	ELIZIANE CRISTINA DE OLIVEIRA	25/10/1990	Deferido
56	14117	ERIKA MICHELLE GRANJA BARRETO	17/01/1985	Deferido
57	9844	FABIANA VENTURI	26/03/1981	Deferido
58	9895	FABRICIA INOCÊNCIO	04/12/1983	Deferido
59	14613	FERNANDA ADRIANO	04/05/1979	Deferido
60	9176	FERNANDA GALVEZ NOCETTI COUTO	13/09/1986	Deferido
61	17844	FERNANDA MEDEIROS	29/12/1981	Deferido
62	15692	FLAVIA MARQUES DA SILVA	21/01/1977	Deferido
63	13979	FRANCIELE CANDIDO	30/05/1986	Deferido
64	9393	FRANCISLAINE CRISTINA DA SILVA	07/02/1976	Deferido
65	12817	GABRIELA ANA DOMINGOS	20/09/1986	Deferido
66	9923	GABRIELA DOS SANTOS DE SOUZA	13/10/1991	Deferido
67	16877	GABRIELA REINERT	13/09/1984	Deferido
68	17528	GEISA CARLA RODRIGUES DOS SANTOS	15/02/1985	Deferido
69	14006	GISELE DA SILVA COUTO	08/04/1981	Deferido
70	16927	GISELE PRESTES DE SENA	13/04/1981	Deferido
71	14189	GRACIÉERICA APARECIDA ROSA GAUTO	19/07/1987	Deferido
72	9302	GRAZIELA DA SILVA PEREIRA	06/10/1981	Deferido
73	18377	HELOISA DEMÉTRIO	25/10/1985	Deferido
74	11960	HELOISA GRAF LE-NOIR	03/05/1985	Deferido
75	17263	HELOISA ROBERTA GOEDERT ROVETTO	31/10/1985	Deferido
76	17217	IARA MARIA DA ANUNCIAÇÃO CERQUEIRA	28/10/1964	Deferido
77	9323	ISABEL BAUMRUCKER	13/06/1985	Deferido

78	18980	JACILENE BARROS WILDE	25/11/1971	Deferido
79	10157	JANAINA BEATRIS ROCHA DA LUZ	05/01/1973	Deferido
80	9664	JANISLEY MARIA DA CUNHA	09/08/1993	Deferido
81	19451	JENNIFER ROHDE	10/05/2014	Deferido
82	8937	JESSICA MANOELA PORTO	08/02/1991	Deferido
83	15553	JOSIANE DE OLIVEIRA GONÇALVES	22/09/1979	Deferido
84	13390	JOSIANE DOS SANTOS VICTOR	06/06/1978	Deferido
85	9738	JOSIANE PEZENTI ALBUQUERQUE	21/05/1984	Deferido
86	10967	JOSILENE LOURENÇO	22/06/1981	Deferido
87	8916	JOSIMERE DE BORBA	07/07/1982	Deferido
88	19199	JUCELAINE DE FATIMA GROSS TQUES	01/12/1975	Deferido
89	14210	JULIANA GARCIA MASCARENHAS	25/03/1983	Deferido
90	13615	JULIANA HOFFMANN KRIEGER	16/11/1986	Deferido
91	8999	JULIANA MELLIES BRAATZ	28/12/1983	Deferido
92	8931	JURACI MARIA ANTONIETTI	15/04/1954	Deferido
93	12024	LAIS BRAZ DA SILVA	23/12/1986	Deferido
94	14586	LEDINÉIA CORREIA BURCKHART	08/09/1978	Deferido
95	12632	LEONELA DE SOUZA NASCIMENTO	16/09/1983	Deferido
96	12754	LIDIANE SANTOS ISENSEE	01/01/1988	Deferido
97	15129	LILIAN GOMES RIBEIRO	05/07/1982	Deferido
98	17865	LUCIANA FAGUNES DO NASCIMENTO	08/09/1980	Deferido
99	12060	LUCIANA HELENA CRISPIM DA SILVA	21/12/1972	Deferido
100	15980	LUCIANA MARGI DA SILVA	14/09/1980	Deferido

101	14549	LUCIANE GILDA DOS SANTOS	21/11/1989	Deferido
102	18268	LUCILENE BATISTA DE MELO	14/09/1983	Deferido
103	11861	LUCIMARA DOS SANTOS	11/09/1983	Deferido
104	12526	LUCIMARA PEREIRA MANCIO ROSA	29/12/1974	Deferido
105	11083	LUIZA BERNADETE LEAL	07/10/1969	Deferido
106	18790	MAIARA FERNANDES CANDIDA-TO DESEJA CONCORRER A VAGA DE DEFICIENTE FÍSICO	25/10/1989	Deferido
107	19395	MARÍLIA ROSA MUSSO	13/01/1962	Deferido
108	17213	MARCIA DA SILVA	14/09/1979	Deferido
109	19983	MARCIA DOS SANTOS	04/06/1973	Deferido
110	12892	MARIA APARECIDA SILVA VIANNA	01/12/1945	Deferido
111	17866	MARIA DOLORES RODRIGUES DA SILVA	04/09/1970	Deferido
112	17145	MARIA ELI LOURENÇO	20/04/1974	Deferido
113	13382	MARIA IZABEL EMILIO REBELLO	27/04/1966	Deferido
114	9651	MARIA LIDIA PEREIRA PROVESI	20/08/1958	Deferido
115	12965	MARIÂNGELA PEDROZO DE OLIVEIRA	30/07/1982	Deferido
116	9288	MARISA MARLENE MAFRA	24/06/1966	Deferido
117	11587	MARISTELA CAMILO DA SILVA	30/01/1985	Deferido
118	8966	MARISTELA COELHO GALVEZ	23/09/1964	Deferido
119	10572	MARLI D DE ARAUJO MARTINS	03/06/1972	Deferido
120	9930	MARLI DE SOUZA	06/08/1978	Deferido
121	14451	MARLUCE CAMILA OURIQUES AMARO	26/06/1989	Deferido

122	20061	MÁRCIA DE CRISTO LEITE	19/10/1974	Deferido
123	14436	MELIZA DE AGUIAR DE JESUS	21/06/1973	Deferido
124	15586	MILENA COUTO VIEIRA	20/12/1980	Deferido
125	12318	MONICA FERREIRA	26/06/1978	Deferido
126	9848	NAIARA REIS	28/02/1986	Deferido
127	10102	NAZARETH BODART DOS SANTOS COUTO	10/06/1968	Deferido
128	9282	NELCI MARIA VIEIRA ALBINO	15/06/1968	Deferido
129	8812	PAMELLA CRISTINA RIBEIRO	24/12/1984	Deferido
130	14167	PAULA CRISTINA GONÇALVES	05/11/1983	Deferido
131	18090	PAULA DA COSTA SANTOS	13/09/1983	Deferido
132	15186	PAULA PRICILA DA SILVA KORB	14/02/1987	Deferido
133	11794	RENATA GONÇALVES	16/02/1982	Deferido
134	12422	RENATA LUIZ	14/04/1972	Deferido
135	14438	RENATALÚ MAFRA MIANES	22/02/1976	Deferido
136	10957	ROSA BARBOSA	28/02/1970	Deferido
137	11820	ROSANGELA NATALINA CURSEL OURIQUES	21/12/1977	Deferido
138	11895	ROSAURA DE ABREU GAUTERIO	26/10/1980	Deferido
139	16405	ROSÂNGELA APARECIDA ROTERS	24/01/1966	Deferido
140	18909	ROSEMERIE FARIAS DA SILVA	24/09/1979	Deferido
141	12768	ROSLEINE BURCKHART ANGIOLETTI	03/02/1980	Deferido
142	17800	RUTHE SILVA DOS ANJOS	17/01/1957	Deferido
143	16239	SAIONARA DA SILVA EMILIO	30/10/1985	Deferido
144	10523	SANDRA APARECIDA BECHER	31/01/1974	Deferido
145	18111	SANDRA BARILLI CIPRIANO	18/02/1980	Deferido



146	10559	SÍLVIA LETÍ- CIA FARIAS GRUMICHÉ	25/11/1972	Deferido
147	16536	SHEILA MARISTELA INÁCIO	02/05/1972	Deferido
148	15913	SHIRLEI FRANCISCO LISBOA	22/08/1985	Deferido
149	17821	SILVANA DA SILVA CAMARGO DE SOUZA	29/11/1975	Deferido
150	18918	SILVIA NASCIMENTO LIBORIO	31/08/1986	Deferido
151	18324	SIMONE AL- VES TEODO- RO COELHO	30/07/1977	Deferido
152	12689	SOLANGE GORETI DA SILVA DOS SANTOS	23/10/1979	Deferido
153	8964	SONIA REGINA RODRIGUES BOTELHO	15/01/1971	Deferido
154	12558	SUÉLLI DREWS	10/09/1990	Deferido
155	12385	SUSANADES- PESELL@ GMAIL.COM	09/01/1978	Deferido
156	9032	SUZANA JOSÉ DA SILVA	12/09/1979	Deferido
157	18692	TANELISE VIGARANI PRUST	06/02/1975	Deferido
158	17035	TANIA REGI- NA GALVES PINTO	16/09/1962	Deferido
159	10199	TATIANE DA ROSA MIRANDA	05/01/1984	Deferido
160	13936	TÂNIA APARECIDA ALEXANDRE	21/11/1985	Deferido
161	15025	TÂNIA MARIA MARINI SBALCHIERO	13/01/1963	Deferido
162	19746	TEREZA JAZINSKI	28/04/1964	Deferido
163	18150	VÂNIA GISE- LE CORRÊA	30/10/1982	Deferido
164	9224	VERA LUCIA DA SILVA DOS SANTOS	01/12/1969	Deferido
165	17706	VISÂNGELA SAGÁS	18/03/1984	Deferido
166	11855	VIVIANE BATHEKE INOCÊNCIO	05/02/1977	Deferido
167	10950	VIVIANE CORREA FRANCO	26/05/1979	Deferido

168	14474	VIVIANE DOS SANTOS SIMÃO	15/09/1981	Deferido
169	11423	ZORAIDE WALDETE DA SILVA	09/04/1979	Deferido

Professor de Ensino Religioso (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Professor de Ensino Religioso (10h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Professor de Ensino Religioso (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nasci- mento	Situação
1	17386	ADILSON VALDEMAR ROSA	17/01/1965	Deferido
2	19540	MARIO CE- SAR ALVES	21/10/1979	Deferido
3	14996	RODRIGO HOGENDO- ORN HAI- MANN, OFS	06/09/1977	Deferido

Professor de Ensino Religioso (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nasci- mento	Situação
1	15720	ALEX JORGE DE OLIVEIRA LIMA	18/09/1986	Deferido
2	8809	GILMARA ROCHA	03/10/1973	Deferido
3	18711	MARCIA SACAVEM	27/07/1964	Deferido
4	14148	NATHALIA WOLFF VIEIRA	30/01/1991	Deferido

Professor de Geografia (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Professor de Geografia (10h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.



## Professor de Geografia (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16854	ADRIANA DA SILVA DOS SANTOS	28/10/1983	Deferido
2	9710	ALESSANDRA BRANDL MUNIZ DO AMARAL	06/10/1977	Deferido
3	16187	IANDRA BORGES	24/04/1984	Deferido
4	10260	IRACEMA FARIA	02/12/1966	Deferido
5	19972	JONATHAN MATTOS	26/03/1986	Deferido
6	11153	LUIZ FERNANDO SOARES	19/11/1977	Deferido
7	8909	NAYARA CAROLINE LEACHENSKI	16/09/1991	Deferido
8	20125	VÂNIA DE SOUSA GONÇALVES	21/02/1978	Deferido

## Professor de Geografia (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19092	DIEGO AUGUSTO PAULO	15/10/1982	Deferido
2	18094	ELKE MARIA KELLERMANN	29/02/1960	Deferido
3	14082	ERALDO LOPES CARNEIRO	21/01/1962	Deferido
4	20063	WILSON DE OLIVEIRA NETO	28/12/1984	Deferido

## Professor de História (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	14777	MIRELA CRISTINA LEITE	25/01/1991	Deferido
2	11035	RENATA MADUREIRA PAVAN	05/06/1993	Deferido

## Professor de História (10h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9178	GABRIELA DIAS BLANCO	29/11/1987	Deferido

2	10882	PAULO ROBERTO VALADARES	23/09/1961	Deferido
---	-------	-------------------------	------------	----------

## Professor de História (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18848	AMILTON HENTCHEN	28/02/1964	Deferido
2	16363	BENTA CRISTINA SOUZA	28/10/1986	Deferido
3	14095	CÍNTIA SOARES	26/05/1987	Deferido
4	10625	CLÉO JUVENAL GONÇALVES	29/09/1982	Deferido
5	16626	DAIANA APARECIDA FONTANA CECATTO	05/10/1985	Deferido
6	18084	DOUGLAS DOS SANTOS	04/03/1990	Deferido
7	18895	ELISEU GOMES ISRAEL	29/06/1984	Deferido
8	9200	ELIZABETH LOISE E MASTELLA	04/03/1962	Deferido
9	9345	EVANDRO ROBSON SCHAEFER	10/02/1987	Deferido
10	9682	JOSÉ AFONSO DE VARGAS	24/08/1974	Deferido
11	19879	MARIA LEOPOLDINA INOCENCIO CAMARGO DA SILVA TOLEDO CRUZ	13/02/1981	Deferido
12	17767	MARJHORYE LUCINGER RUIZ	01/04/1980	Deferido
13	14403	MÁRCIO ROBERTO DE OLIVEIRA	26/10/1980	Deferido
14	10412	PATRICIA COELHO MARTINS PEREIRA	08/09/1964	Deferido
15	10165	PAULO ROBERTO KUSTER	27/07/1987	Deferido
16	11273	RODRIGO LIMA MOTHE	27/08/1986	Deferido
17	11505	SAMARA DANTAS TRIQUEIRO DE OLIVEIRA	20/04/1983	Deferido
18	9009	SAMARA MAELI DA SILVA ELEUTÉRIO	22/06/1993	Deferido
19	10348	VANESSA DE OLIVEIRA TEIXEIRA DA CRUZ	16/04/1990	Deferido

20	19690	WALDEMIR KOHLER	02/07/1962	Deferido
21	19875	WLADEMIR VIEIRA	10/02/1979	Deferido

**Professor de História (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18071	ANGÉLICA SILVA FORTUNATO	15/12/1970	Deferido
2	12179	DANIELE MIRANDA RODRIGUES	25/03/1979	Deferido
3	15292	DÉBORA DOS ANJOS SANTOS	09/01/1992	Deferido
4	10320	IVANILDO QUADROS	05/04/1975	Deferido
5	11210	JEFERSON WILLIAM MUELLER	04/06/1978	Deferido
6	18528	JOÉLIA DA COSTA SILVA	14/09/1992	Deferido
7	19031	JORGE BARGORDAKIS JUNIOR	07/12/1967	Deferido
8	17969	KARLA CRISTIANE DA SILVA	25/08/1987	Deferido
9	14233	MARIA EMÍLIA DA SILVA	03/02/1957	Deferido
10	13834	MATHEUS FRANCISCO DA SILVA	16/02/1995	Deferido
11	13659	SURAIA APARECIDA DE SOUZA	01/04/1959	Deferido
12	18331	TATIANA NERI SIMOES	07/01/1980	Deferido
13	16371	TATIANA DA SILVA RODRIGUES	13/08/1973	Deferido
14	18121	THYRCIANE FEITOSA DE SANTANA	09/05/1989	Deferido
15	18027	WALMOR PEDRO ANTONIO DE AZEVEDO	21/07/1993	Deferido

**Professor de Inglês (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16654	MARIA BENTA EMÍLIO	12/06/1965	Deferido

**Professor de Inglês (10h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)**

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

**Professor de Inglês (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10599	ADRIANA ERBS	09/08/1982	Deferido
2	9052	CELINO DA SILVA SANTOS	06/11/1982	Deferido
3	16592	EDIMÉIA APARECIDA SACHETTI	24/10/1963	Deferido
4	18727	ELISANGE-LA SILVA LINALDI	27/10/1982	Deferido
5	10104	GISELE DE FATIMA BALDO BISPO	16/05/1982	Deferido
6	20105	JOICE DAIANA POMPEU SILVA	25/11/1992	Deferido
7	19850	LETICIA GUTTERRES PORTALET	02/10/1972	Deferido
8	10968	MIRELLA SHELLIGAN MAIA RIBEIRO	16/02/1978	Deferido
9	20102	RONALDO RYAN VASCONCELOS LIMA	28/05/1990	Deferido
10	8716	SUZAN CRISTINA LEAL	19/04/1989	Deferido

**Professor de inglês (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19147	RENE FANTIN ARNOLDO	11/04/1986	Deferido

**Professor de Língua Portuguesa (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10055	ADEMARI VIEIRA	02/06/1985	Deferido
2	15358	BRUNA ALEXANDRA FRANZEN	06/01/1989	Deferido

**Professor de Língua Portuguesa (10h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)**

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Professor de Língua Portuguesa (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17191	ANA ALICE TEIXEIRA	22/07/1977	Deferido
2	15973	ANDRÉA DE CÁSSIA SILVEIRA DE OLIVEIRA	01/02/1980	Deferido
3	9535	CARLOS ALBERTO MEDEIROS	15/06/1970	Deferido
4	14445	CAROLINE CABRAL FERREIRA	09/04/1983	Deferido
5	11819	CRISTIANE DA CONCEIÇÃO CERQUEIRA	28/12/1979	Deferido
6	19413	DAILON SOARES RODRIGUES	07/12/1978	Deferido
7	20148	EDSON FABRICIO DE SOUZA	18/06/1985	Deferido
8	10235	EVERTON DE OLIVEIRA LEAL	02/06/1978	Deferido
9	10238	GABRIELLE GUEDES DELLAMEA	27/06/1982	Deferido
10	16863	GISELE ONOFRE VIEIRA	06/08/1978	Deferido
11	13211	JEANE CAROLIUNE THEISS	25/03/1983	Deferido
12	19158	JULIO CESAR MORAES	15/02/1967	Deferido
13	11996	JUSSARA RISSATTO	31/03/1966	Deferido
14	17933	LILIAN MARIA DA SILVA SANTOS	12/12/1975	Deferido
15	11724	LUCIENE EVANGELISTA DOS SANTOS SILVA	13/01/1968	Deferido
16	11834	MARGARETE ELSA GROSS REINKE	04/02/1951	Deferido
17	17908	MICHEL OLIVEIRA DE SOUZA	12/08/1983	Deferido
18	9064	NADIR BETT JANUARIO	29/06/1978	Deferido
19	18706	NÁDA NICE DA LUZ	30/04/1965	Deferido
20	12756	VANESSA CRISTINA TAVARES LOPES VIEIRA	06/04/1981	Deferido

## Professor de Língua portuguesa (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11823	ALINE NUNES DA SILVA MICOSKI	05/02/1978	Deferido
2	18083	DAVID ALEXANDRE FARIAS	10/02/1979	Deferido
3	9966	LUCIANA MABA DA SILVA	31/01/1977	Deferido
4	11522	1. TATIANE ROBERTA VIEIRA CORRÊA	12/04/1981	Deferido
5	14941	2. WILSON ROBERTO NATIVIDADE COSTA	25/08/1977	Deferido

## Professor de Matemática (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Professor de Matemática (10h) Não habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17874	ANDRÉA SOUZA PAES	02/02/1975	Deferido
2	20053	CARLOS FRANCISCO MATTANA	02/01/1962	Deferido

## Professor de Matemática (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17149	ANTONIO EDUARDO PINHEIRO	27/09/1981	Deferido
2	9704	ANTONIO LUIS MUNIZ DO AMARAL	21/05/1971	Deferido
3	16024	CARLOS ALBERTO DIAS CAMARGO	05/05/1975	Deferido
4	14736	CÉLIA REGINA DE ANDRADE PEREIRA	13/08/1952	Deferido
5	19518	CLAUDIOMIRO MACIEL DE OLIVEIRA	22/12/1976	Deferido
6	19186	CLEBER BRUNNER	02/04/1985	Deferido
7	9435	CRISTIANE MARILENA DA SILVA	11/06/1980	Deferido

8	18097	JONAS WAL-TRIK	08/10/1985	Deferido
9	15922	JOSELITO LINHARES	14/09/1969	Deferido
10	19493	JOSENE PATRICIA CHEGATTI (acesso fácil)	26/06/1975	Deferido
11	19533	LÍGIA MARA EVARISTO	04/07/1964	Deferido
12	13300	MAURICIO VALPIR DA SILVA	13/09/1970	Deferido
13	13401	MÁRCIA VALÉRIA GUEDES LEI RODRIGUES	12/10/1969	Deferido
14	10099	MÁRIO JOSE PIRATH	02/03/1958	Deferido

Professor de Matemática (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16389	ANDERSON DE SOUZA	08/02/1988	Deferido
2	19057	ARMANDO CARMO DA SILVA JÚNIOR	06/04/2062	Deferido
3	19778	BIANCA CRISTINA BONELLI	11/10/1984	Deferido
4	12409	CRISTIANO EDUARDO MACHADO	02/09/1979	Deferido
5	13078	EMERSON JOSÉ DA SILVA	31/10/1989	Deferido
6	12344	FERNANDO RODRIGUES ORLOSKI	08/12/1990	Deferido
7	19887	JOAO BATISTA DA SILVA	24/10/1973	Deferido
8	12439	JOSÉ ELIAS DE JESUS	18/12/1960	Deferido
9	18675	MAURICIO MENDES DA SILVA	07/11/1987	Deferido
10	19908	MILTON VALENTIM DOS SANTOS JUNIOR	14/10/1981	Deferido
11	14012	RAFAEL NOLASCO SGNAOLIN	01/04/1992	Deferido
12	11775	ROGÉRIO TAIZO DE MELO	17/12/1978	Deferido

Professor de Séries Iniciais (20h) Magistério Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	8947	ALESSANDRA ALVES CASERES DA SILVA	26/03/1981	Deferido
2	9580	ANA ROSELI LUDVICHAK DE SOUZA	30/08/1961	Deferido
3	18392	ANDRÉA EVELISE CERRI	10/12/1985	Deferido
4	16053	ANGELA RIBEIRO MACHADO LOPES	11/02/1980	Deferido
5	13978	ARIANE SOARES ALVES	04/07/1985	Deferido
6	13156	CLÁUDIA RUTH DA SILVA	22/08/1988	Deferido
7	8733	DÂMARIS CORRÊA	02/02/1971	Deferido
8	13605	FRANCIELE CRISTINA SCHMITT	29/05/1987	Deferido
9	11173	JOSIANE RITA CELISTA	29/11/1990	Deferido
10	16038	KATIANE MARIA GARCIA	26/08/1973	Deferido
11	9041	LUANA CRISTINA FONSECA	04/03/1983	Deferido
12	10667	MARIA APARECIDA INACIO	06/11/1970	Deferido
13	17218	MARILENE CLAUDINO	03/05/1979	Deferido
14	13756	PRISCILA ALVES	31/07/1982	Deferido
15	11474	REGIANE MARINA DE MATTOS	24/09/1976	Deferido
16	18475	ROSIMEIRE-MORINIGO	13/07/1979	Deferido
17	11122	SILENE BARBOSA LEITE VIEIRA	11/04/1975	Deferido
18	16130	SUELI MARIA TRIMMER SILVA DA CUNHA	30/07/1963	Deferido
19	11217	TEREZA DOS SANTOS INACIO	19/09/1965	Deferido

## Professor de Séries Iniciais (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10103	CAROLINE MENDES BORTOLATO	11/01/1990	Deferido
2	13628	DAIANE PATRICIA PEREIRA	05/05/1994	Deferido
3	12528	FABIA SIMONE DE AGUIAR	24/12/1974	Deferido
4	18890	GIOVANA LUCIA MONTREZOL VIEIRA PEREIRA	04/05/1965	Deferido
5	14319	GISELLY TABORDA LIMA QUADROS	01/09/1981	Deferido
6	12951	JESSYK DA CUNHA	23/10/1991	Deferido
7	9913	JOELMA ROMAO	09/03/1986	Deferido
8	19259	JOSETE BEZERRA DE MELO SILVA	28/04/1969	Deferido
9	11536	KATIA CILENE KLOPPPEL MIRANDA	29/06/1969	Deferido
10	19323	LAIS DA SILVA	05/03/1988	Deferido
11	10113	LETÍCIA RANGUET NASCIMENTO	03/05/1990	Deferido
12	13178	LUCILÉA MARIA BENTO MIGUEL	03/10/1984	Deferido
13	14015	MARIA APARECIDA VIEIRA BORTOLATO	27/05/1969	Deferido
14	13755	MARIA ELENA GUBERTT	06/08/1966	Deferido
15	15734	PATRICIA DE SOUZA	23/05/1987	Deferido
16	14046	ROBERTA DOS SANTOS DE LIMA	25/01/1981	Deferido
17	10360	TATIANY REGINA FABENI	06/02/1989	Deferido
18	14016	VALCILENE CRISTIANE BORTOLATO	09/08/1988	Deferido

## Professor de Séries Iniciais (20h) Superior Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17662	ADELINA DIAS PEREIRA	11/08/1966	Deferido
2	12148	ADRIANA PRESTES FURTADO	20/07/1976	Deferido
3	11972	ALINE LUISA SOUZA GONZALES	02/04/1980	Deferido
4	17268	AMANDA FELÍCIO DOS SANTOS	27/12/1974	Deferido
5	15364	ANA CAROLINE RAUE	20/05/1992	Deferido
6	16707	ANA MARIA ANGIOLETTI	26/07/1962	Deferido
7	19843	ANDRÉA PETRY	29/11/1976	Deferido
8	9417	ANDRÉIA RODRIGUES DOS SANTOS BATISTA	30/09/1985	Deferido
9	11341	ANDREA RODRIGUES	24/05/1977	Deferido
10	15648	ANDREIA GERALDO	09/04/1980	Deferido
11	12306	ANTONIA EDINICE RODRIGUES DE ARAUJO	13/06/1976	Deferido
12	15084	CARINA KRUGER PENZ	04/11/1993	Deferido
13	9611	CARLA DA SILVA EMILIO	07/11/1979	Deferido
14	9674	CARMEN CLEDI SCHWERTZ ALVES	21/10/2062	Deferido
15	12478	CHARLENE OLIVEIRA BRÁZ	25/07/1981	Deferido
16	9351	CHARLES ALBERTO PASSOS	03/10/1971	Deferido
17	13233	CHRISTIANE DA SILVA DE SOUZA	19/04/1974	Deferido
18	10668	CINTIA RENATA CABRAL	23/02/1984	Deferido
19	16869	CLAUDEMIRA NOVAIS ALVES	27/01/1979	Deferido
20	19215	CLAUDETE APARECIDA DA SILVA LOURENÇO	12/12/1966	Deferido
21	10705	CLAUDIANE PIERRE	26/09/1971	Deferido
22	15642	CRISTIANA DE SOUZA D'OLIVEIRA	06/06/1976	Deferido

23	10666	CRISTIANE SEVERINO	05/11/1972	Deferido
24	18698	CRISTIANI MARIA AMORIM	21/08/1974	Deferido
25	11014	CRISTINA PAULO MONTEIRO	15/10/1973	Deferido
26	15276	CRISTINA RUTE MOLINARI ROCHA	31/01/1964	Deferido
27	14070	DAMARIS BEUTER DO PRADO	31/05/1978	Deferido
28	10170	DANIELA BARON KOLHER	02/12/1979	Deferido
29	19400	DANIELA CRISTINA MICHELI	01/01/1981	Deferido
30	11980	DANIELA GONÇALVES	03/06/1986	Deferido
31	11731	DANIELA RAMOS URBANETTI	30/06/1978	Deferido
32	14739	DANIELE CAROLINA DE OLIVEIRA ROSA	19/05/1980	Deferido
33	19681	DENIELLE PATRICIO DOS ANJOS	19/09/1986	Deferido
34	9373	EDILENE IRIS CALDEIRA LOURENÇO	14/01/1984	Deferido
35	12792	ELAINE CRISTINA DA TRINDADE	31/05/1989	Deferido
36	19645	ELAINE REGINA BAPTISTA CACCIA	05/11/1977	Deferido
37	16932	ELEINE LÉA BAADER	04/05/1075	Deferido
38	11795	ELIANA CRISTINA GAMA DA SILVA	03/05/1971	Deferido
39	8986	ELIANE DE FATIMA RAMOS	09/11/1978	Deferido
40	11106	ELIETE AMARO	13/09/1972	Deferido
41	9360	EMERSON LUIZ NASS	22/03/1964	Deferido
42	17066	EVA APARECIDA FERNANDES ARAÚJO	20/03/1986	Deferido
43	15066	FABIANA DE QUEIROZ BORGES RODRIGUES	14/12/1977	Deferido
44	11236	FABIANA REGINA DE SOUZA SANTOS	13/04/1969	Deferido
45	16900	FABIANE DALLAGO	06/11/1979	Deferido

46	18136	FERNANDA SILVIA DOS SANTOS	06/08/1990	Deferido
47	8894	FLAVIA KARINE FEITOSA DE SOUSA	03/01/1974	Deferido
48	17625	FLÁVIA RODRIGUES FERREIRA	28/02/1988	Deferido
49	17554	FRANCIANE CONCEIÇÃO ROSA DE ALMEIDA	27/11/1987	Deferido
50	8774	FRANCIELLI DE LIMA	14/01/1985	Deferido
51	15810	GARDENIA DE FATIMA ALVES ROSA MATIAS	18/05/1959	Deferido
52	15845	GRAZIELA DA SILVA FLORES	09/05/1981	Deferido
53	18927	GRAZIELE LOURENÇO FERREIRA	13/05/1986	Deferido
54	8892	JANAINA FORLIM DE SOUZA	20/09/1981	Deferido
55	9586	JANAINA MANISCALCO FELÍCIO DE SOUZA	14/07/1975	Deferido
56	9637	JANINI LAURECI ALBANO FRANCISCO	30/09/1981	Deferido
57	12714	JEAN CARLOS RIBEIRO	06/05/1971	Deferido
58	8739	JOCIMARA PEREIRA MEZZON	24/09/1970	Deferido
59	9404	JONATA JOSUÉ SCHULZE	13/11/1987	Deferido
60	13939	JONIA GUIMARÃES VIEIRA	19/07/1979	Deferido
61	15005	JOSEMARY LUCY POFFO RONCAGLIO	24/02/1967	Deferido
62	9497	JUCELEI PEDROZO DOS SANTOS DE SIQUEIRA	07/11/1985	Deferido
63	16008	JUCELIA PEREIRA	14/10/1987	Deferido
64	11112	JUCINEIA MARTINS NAZARIO	05/08/1978	Deferido
65	9543	JUSCELINO OLIVEIRA	17/05/1961	Deferido
66	13443	JUSSARA MARIA THEISS	28/07/1986	Deferido
67	16645	KARIN MARCELLOS PEREIRA	23/10/1956	Deferido



68	19739	KATIA DA SILVA FI-GUEIREDO	02/01/1964	Deferido
69	19507	KEITY LIMA PALOMBO	20/03/1989	Deferido
70	11697	LETICIA CASSIMIRO DA SILVA CARDOSO	24/01/1987	Deferido
71	13598	LILIANNE RIBEIRO BURLIER DA SILVEIRA	20/09/1982	Deferido
72	18514	LORENI TERESINHA DE LIMA	17/06/1973	Deferido
73	8899	LUANA LAIS DA COSTA CAMPOS	22/05/1991	Deferido
74	12801	LUCIANA TRAMONTIN NOLLI	20/08/1978	Deferido
75	11056	LUCILE PATRICIA FONSECA	16/06/1978	Deferido
76	19921	LUIZA RAMOS DE LIMA COUTO	06/01/1969	Deferido
77	16638	MAIARA CRISTINA SAGAS DALL AGNOL	10/11/1985	Deferido
78	14723	MARCIA D OLIVEIRA STEFFEN	15/01/1974	Deferido
79	14005	MARCIA RODRIGUES CARDOSO	14/10/1971	Deferido
80	9853	MARIA APARECIDA DA SILVA	29/05/1968	Deferido
81	9705	MARIA APARECIDA SERAFIM	11/08/1966	Deferido
82	14186	MARIA DE FATIMA DE SOUZA	26/10/1967	Deferido
83	17562	MARIA FÁTIMA DA SILVA RIBEIRO	13/10/1961	Deferido
84	12684	MARIA JOSÉ DEBARBA	04/02/1958	Deferido
85	12279	MARIA VERONICA DE OLIVEIRA FUJIWARA	04/03/1960	Deferido
86	11969	MARIÂNGELA COGO SILVA	09/12/1972	Deferido
87	10926	MARILENE BATTISTI	08/11/1964	Deferido
88	14166	MARILUCIA DA LUZ TORMEN CRIVETTO	09/09/1970	Deferido
89	12799	MARISE LINDOMAR COUTO	29/08/1974	Deferido

90	14337	MARLI REGINA PACHECO FAUSTO	29/02/1968	Deferido
91	18886	MÁRCIA BARABARA SCHIZZI RIBEIRO DE DEUS	15/04/1982	Deferido
92	11784	MELISSA PONTES REBÊLO	25/06/1978	Deferido
93	11949	MICHELLI CRISTINA PEREIRA	20/07/1982	Deferido
94	18291	MIRIAM VIEIRA	26/01/1987	Deferido
95	19856	NÁIRA ROSANA GOMES LIMA	11/12/1980	Deferido
96	11075	NEUSA LUZIA DA ROCHA COSTA	05/10/1952	Deferido
97	10378	NEUZA MARIA DE SOUZA	09/01/1962	Deferido
98	19110	NEUZA MARIA DOS REIS	04/08/1968	Deferido
99	16771	PATRICIA BITTENCOURT	13/09/1981	Deferido
100	10852	PATRICIA HERING DOS SANTOS	01/09/1977	Deferido
101	15144	PATRICIA PEDROSO DA SILVA LIMA	24/06/1992	Deferido
102	16634	RAQUEL PALOMA DA SILVA	20/11/1976	Deferido
103	12033	RAQUEL WOSNIAK NAUMANN	07/07/1989	Deferido
104	10862	REGIANE FERNANDA CALDONHO	22/04/1978	Deferido
105	8796	REGINA MARIA DA SILVA	08/03/1961	Deferido
106	16648	RITA DE CASSIA DA CUNHA BITTENCOURT	10/09/1975	Deferido
107	14494	RITA ROSE KORMANN	01/10/1956	Deferido
108	11239	ROBERTA APARECIDA NADALINI AGUIAR	21/08/1980	Deferido
109	19595	ROSANGELA CHIMKA	09/07/1976	Deferido
110	11090	ROSANGELA MARIA SENFF WILLE	21/11/1969	Deferido
111	12807	ROSELI CUNHA	24/10/2014	Deferido



112	16118	ROSENITE MARTINS	17/07/1964	Deferido
113	16602	SABRINA MARCELINO DIAS DA SILVA	01/01/1989	Deferido
114	14087	SAMIA HASSAN RESLAN	22/01/1979	Deferido
115	15146	SARA BOGUCHESKI DE MORAES	15/03/1974	Deferido
116	19698	SARA JANE ULLIRSCH DE OLIVEIRA	05/08/1990	Deferido
117	9803	SHIRLEY SCHNEIDER SCHREIBER DA COSTA	29/01/1984	Deferido
118	16644	SILVANA LETICIA DUMKE	24/06/1982	Deferido
119	19543	SIMONE CARRÃO ESTRELA	21/01/1986	Deferido
120	9057	SIMONE FELICIO REGIS	14/07/1984	Deferido
121	9688	SIMONI BRUNNER	07/09/1985	Deferido
122	16973	SOILA CRISTINA DICKMANN DE OLIVEIRA OLIVEIRA	21/04/1971	Deferido
123	10108	SUZELE BENTA DO NASCIMENTO	06/03/1985	Deferido
124	15512	TAMARA APARECIDA DOS SANTOS	10/05/1986	Deferido
125	14606	TEREZINHA DE JESUS VALENTIM DE OLIVEIRA	05/04/1969	Deferido
126	18520	VALÉRIA RIBEIRO BROSLAVETZ	07/02/1989	Deferido
127	9712	VALDELÍRIA MIOTTO	28/12/1973	Deferido
128	14091	VALDILEA SANTOS COIMBRA	07/09/1976	Deferido
129	9776	VANDERLÉIA MEDEIROS GELSLEICHTER	17/12/1977	Deferido
130	19703	VANI FRANCISCA INÁCIO	23/06/1959	Deferido
131	9445	WILLIANS CORRÊA	05/12/1989	Deferido

Professor Sala de Recursos Multifuncionais (20h a 40h) - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10256	ALESSANDRA VIEIRA	11/10/1971	Deferido
2	11310	ANA LUCIA FREIBERGER	08/06/1989	Deferido
3	14584	FABIO ALVES	26/02/1983	Deferido
4	13948	FÁBIO DE ARAÚJO PEREIRA	11/06/1983	Deferido
5	19596	FLORACI BUSS	11/09/1966	Deferido
6	19659	ILCA SCHLINDWEIN	14/04/1967	Deferido
7	19571	LUIZIANE VENTURINI GONÇALVES	23/02/1978	Deferido
8	13685	MARIA CRISTINA SANTOS ALVES	13/10/1954	Deferido
9	10381	MARILIA MARIA DE SOUZA	13/10/1964	Deferido
10	16852	MONICA SOARES BASCHTA	00/00/0000	Deferido
11	18888	NORA NEY NOEMIA TERAGI	05/01/1956	Deferido
12	8908	ROSALINA FERNANDES DOS SANTOS	25/12/1966	Deferido
13	10374	ROSE LEDI GOETZ GOETZ	11/01/1961	Deferido

#### Psicólogo - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16418	ADRIANA ANTUNES DA SILVA	01/07/1972	Deferido
2	11719	ANA PAULA BATISTA CASSOL	20/10/1978	Deferido
3	19945	ANGELITA ALVES DA SILVA	08/03/1959	Deferido
4	18916	ARIELA SERAFIM DA SILVA	26/10/1986	Deferido
5	12551	BIANCA REGINA FORNARI	23/03/1967	Deferido
6	10117	DÉBORA SOLOGO ARALDI	24/02/1987	Deferido
7	19670	ELLEN CRISTINE MERKEL	11/06/1980	Deferido
8	18474	FERNANDA MARTINS DEQUI	29/04/1979	Deferido
9	19141	GISELE BEGE	04/05/1982	Deferido

10	20037	GRACE MEDEIROS GAMA SANTOS	15/09/1966	Deferido
11	18707	GRASIANI OLIVEIRA	21/12/1982	Deferido
12	15854	GUILHERME CORREA	06/07/1978	Deferido
13	10804	HELOISA FRENSCH FAUSTINO NASCIMENTO	20/09/1983	Deferido
14	14679	JAQUELINE ROCHA	14/12/1990	Deferido
15	17661	JÉSSICA GRACHTEN FRAGA	08/04/1989	Deferido
16	20014	KAROLINE BRAUN	18/10/1978	Deferido
17	17427	MARCOS SCHIAVAN	24/01/1979	Deferido
18	17402	MARILENE DA SOLIDADE PEREIRA DA SILVA	26/08/1969	Deferido
19	20154	MARILSA REMEDI RIBEIRO	21/03/1973	Deferido
20	17999	PATRICIA PINTO WICK-BOLDT	26/02/1990	Deferido
21	17399	PAULO ROBERTO WO-VST LEITE	09/02/1969	Deferido
22	17387	RAISSA FERNANDA COLARES DE NÓVOA	15/11/1991	Deferido
23	16787	ROBERTA FELTRIM STEL	30/03/1982	Deferido
24	12540	ROBERTO LEON REICH NETO	09/03/1984	Deferido
25	14010	ROSANGELA NOVAES BATISTA PRADA	27/10/1966	Deferido
26	13344	TAINÁ HOFFMEISTER CUSINATO	16/08/1990	Deferido
27	20163	THAMARA GARCIA DEL MIR	18/10/1978	Deferido
28	17214	THAYNARA LECH WENDT	03/04/1991	Deferido
29	13084	VANESSA CASAGRANDE	05/11/1992	Deferido
30	11977	VANESSA CELINA ALVES DA SILVA	14/02/1984	Deferido
31	19753	VICTÓRIA GARCIA FREITAS	03/10/1991	Deferido
32	12534	WALEXANDRA LEONOR PRANGE	23/05/1992	Deferido

33	19265	WEULER SILVA ZUKOWSKI	10/01/1987	Deferido
----	-------	-----------------------	------------	----------

## Recepcionista - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17428	ALESSANDRA MIKOSZ	13/08/1973	Deferido
2	19157	ANA CAROLINA DA SILVA DO NASCIMENTO	29/09/1990	Deferido
3	12211	CRISTINA APARECIDA AMARAL	15/12/1965	Deferido
4	12910	DANIELA ESPERANDIO LUDOVINO	18/08/1994	Deferido
5	19609	ESTER PEREIRA DOS SANTOS	09/02/1993	Deferido
6	12183	GEINE PAULA DE OLIVEIRA	26/02/1995	Deferido
7	11920	JOSIANE CONSTANTE	05/01/1985	Deferido
8	16093	LUCIMAR SILVERA BRITO	30/11/1977	Deferido
9	13430	MATHEUS ALBERTO DE SOUZA	05/02/1996	Deferido
10	17916	PRISCILA APARECIDA LISBOA	10/05/1993	Deferido
11	18352	RAFAELA MACHADO ROSA	20/02/1991	Deferido
12	9449	ZANDRIA CARLA NEGREIROS DA SILVA STRUTZ	16/05/1978	Deferido

## Técnico em Enfermagem - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16522	ANA MARTA SANTOS OLIVEIRA	29/08/1976	Deferido
2	17987	ANGÉLICA NECKEL DE OLIVEIRA	11/09/1991	Deferido
3	16909	CHARLES DOUGLAS CANTANHEDE CABRAL	07/10/1976	Deferido
4	17814	DELZIA ANNA BISI PINTO	26/07/1981	Deferido
5	13970	DIONE FATIMA DE SOUZA	15/06/1967	Deferido

6	17891	ELENICE LEITE DE LIMA	27/09/1979	Deferido
7	18780	ELIZETE MARIA DE SOUZA MACHADO	25/04/1981	Deferido
8	13169	FABIANA CRISTINA DE OLIVEIRA MARCAL	15/02/1979	Deferido
9	19467	INELVIA NONATO DA SILVA	18/03/1980	Deferido
10	20026	IRACEMA SERAFIM BERETTA	27/12/1965	Deferido
11	14508	JEANE CRISTINA RAMOS DE CAMPOS	29/10/1975	Deferido
12	20301	JOSIANI APARECIDA BUENO	21/02/1983	Deferido
13	19923	KARIM MORAES DA CRUZ CORREA	17/11/1979	Deferido
14	13333	LUCIANE APARECIDA MIRANDA	17/12/1982	Deferido
15	10447	MIRIÃ ANACLETO	27/11/1996	Deferido
16	15249	PETRONA OZUNA DOS SANTOS	29/06/1969	Deferido
17	15493	PRISCILA ALVES DA SILVA TEIXEIRA	14/08/1978	Deferido
18	19256	PRISCILA ROBERTA SANTOS	03/07/1983	Deferido
19	9627	RAQUEL VICENTE	02/07/1974	Deferido
20	14820	RICARDO BEZERRA DE OLIVEIRA	07/03/1980	Deferido
21	17320	ROSA BELO CARDOSO DE ALMEIDA	19/10/1980	Deferido
22	18573	ROSÂNGELA TEREZINHA DE OLIVEIRA MÓR CHAVES	27/12/1958	Deferido
23	15416	ROSILENE PEREIRA	22/06/1976	Deferido
24	12819	SIMONE CONTEZINI	28/04/1981	Deferido
25	20176	SOLANGE REGINA NUNES GOMES	05/02/1965	Deferido
26	13352	TIAGO JOSÉ FURONI	28/02/1985	Deferido
27	14765	VALERIA BUENO	10/09/1981	Deferido
28	9316	VERA LUCIA PEREIRA NEVES TURELLA	11/03/1969	Deferido

29	19452	ZORAYA DOS SANTOS	22/06/1970	Deferido
----	-------	-------------------	------------	----------

## Técnico em Enfermagem ESF - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	13365	ANGELA MARIA SIMAO BORGES	10/07/1959	Deferido
2	8932	DEBORA VANESSA BARBOSA DE MORAES	21/11/1978	Deferido
3	17367	LILIAN KELLI HELT	04/06/1987	Deferido
4	16901	LUCILENE PROVEZI VIEIRA	27/12/1965	Deferido
5	13318	MANUELLE HERMANN	25/03/1979	Deferido
6	15376	MARISETE DE AMARAL BASTOS	31/07/1976	Deferido
7	12053	PHAMELA LEIRIA HERNANDORENA	24/09/1988	Deferido
8	15669	ROSANE APARECIDA BARBOSA	26/11/1968	Deferido

## Técnico em Enfermagem SAMU - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16094	ANA CAROLINA DE CASTRO SIMÕES	02/01/1988	Deferido
2	13099	ANDRÉ LUIZ MACHADO	31/08/1987	Deferido
3	12877	ANGELITA IZIDORO JACINTHO	18/02/1970	Deferido
4	10697	ANGELO MARCIO RAMOS	13/07/1982	Deferido
5	16344	ERIKA PATRICIA SILVA	14/10/1978	Deferido
6	20314	HELIO ROQUE SOBRINHO	02/07/1980	Deferido
7	20101	IZABEL BRUSTOLIN GEISEL	13/06/1967	Deferido
8	10333	JANAINA ANDRIETTI PINTO	08/01/1978	Deferido
9	19586	JULIANO BRONDANI BUSATTO	23/08/1984	Deferido
10	12191	MARENIE PEREIRA	09/08/1987	Deferido

11	17404	MARILENE BENTO PIS-SETA	21/01/1969	Deferido
12	13686	THIAGO VILCINSKAS	10/05/2014	Deferido

## Técnico em Radiologia - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17809	ADENIRDE ALVES DE BARROS	03/06/1973	Deferido
2	11380	ANA PAULA GRANEMANN	14/09/1982	Deferido
3	11717	ANDIARA CAROLINA NUNES SOARES	13/08/1990	Deferido
4	14363	ANDREA VICENTE	09/04/1971	Deferido
5	15257	ANGELA MARIA VELASQUES EMMERENCIANO	14/12/1971	Deferido
6	9747	BIANCA SABRINA DE OLIVEIRA	26/02/1993	Deferido
7	19693	CAIO EDUARDO DUTRA DE MOURA	14/09/1971	Deferido
8	20171	CAROLINE CAMILLO NURNBERG	14/05/1992	Deferido
9	20022	CÁSSIO CARRANÇA BUENO	05/11/1987	Deferido
10	13254	CHIRLENE MARIA TOMAZ	30/04/1982	Deferido
11	13231	CLEIDE LABOR	07/04/1974	Deferido
12	9761	CRISTINA MARIA HAUSER MAFRA	26/04/1977	Deferido
13	13113	DANIELE ARIANE DE SOUZA	02/09/1987	Deferido
14	17216	DANIELE GOMES INÁCIO	08/03/1990	Deferido
15	9003	DIUVANA SANTOS SILVA	14/05/1986	Deferido
16	20268	ELIZA MAURINA COELHO	01/07/1984	Deferido
17	20124	FLAVIA MONTEIRO PRATA	30/05/1984	Deferido
18	16109	FRANCIELLE CARINE CAMPOS	07/05/1989	Deferido

19	8744	FRANCIELLE VICENTE ROSA	17/05/1987	Deferido
20	10749	GERLAN BERNARDI	26/07/1989	Deferido
21	11445	GERSON DE FRANÇA CARDOSO	22/12/1978	Deferido
22	18674	GILMAR CRUZ MACHADO	05/02/1985	Deferido
23	11983	GLEICK HENRIQUE BILSE SILVA	25/12/1986	Deferido
24	17763	ISABEL CRISTINA SANTOS	02/09/1978	Deferido
25	18915	IVANA SOILA VITORINO	03/07/1988	Deferido
26	19444	JÉSSICA DOS SANTOS EBLE	05/03/1991	Deferido
27	16508	JEFFERSON MARCELO RIBEIRO	17/04/1981	Deferido
28	18127	JOACIRA DE FATIMA DA COSTA ENNES	24/06/1978	Deferido
29	19902	KATIANE LINHARES VELASQUES	20/03/1987	Deferido
30	19519	LEANDRO CAVALCANTE LIMA	04/04/1986	Deferido
31	18846	LEDA MARIA SILVA	06/05/1977	Deferido
32	10761	LETICIA DA SILVA BRAGA	25/02/1978	Deferido
33	9474	LILIAN REBELO	10/10/1985	Deferido
34	13061	LISANDRA NAIARA DE SOUZA PEREIRA BORGES	08/08/1986	Deferido
35	19552	LORIANE EVELYN NASCIMENTO BLANCO SANTANA	14/10/1987	Deferido
36	9209	LUZIA DOS SANTOS MACHADO	13/12/1981	Deferido
37	14466	MALU TEIXEIRA MARCELO	21/09/1995	Deferido
38	19868	MARAISA CRISTINA POSTAL	13/06/1989	Deferido
39	13535	MARCELE CRISTINA DE ARAUJO	24/11/1983	Deferido
40	12953	MARCELO BARLETE	19/07/1986	Deferido
41	13793	MARCIO JOSÉ FRANÇA	06/08/1980	Deferido

42	11785	MARGARETE TERESINHA FERRANTI	05/03/1978	Deferido
43	17806	MARIA ENILDA DE MORAES	20/06/1982	Deferido
44	10992	MARIA SOLANGE SANTANA	28/05/1964	Deferido
45	19084	MARIANA FARINA	31/05/1989	Deferido
46	11548	MARILENE PIRES DOS SANTOS	18/01/1976	Deferido
47	18140	MARIO SERAFIM JUNIOR	08/09/1984	Deferido
48	11672	MICHELLE SANDINI	23/02/1977	Deferido
49	13933	NARA ROSE DA SILVA	09/10/1972	Deferido
50	19011	PATRICIA QUEIROZ RODRIGUES	08/12/1979	Deferido
51	20223	PATRICIA JUNGBLUTH THOMPSON FLORES	07/07/1982	Deferido
52	20080	PÂMELA DOS REIS SOARES	23/12/1993	Deferido
53	12174	PRISCILA DE LIMA CESÁRIO PEREIRA	05/11/1991	Deferido
54	19789	PRISCILA RIBEIRO DOS SANTOS	27/11/1983	Deferido
55	11841	RAFAEL COSTA SILVA	27/05/1990	Deferido
56	9932	RAFAEL MATTOS CORREIA	17/02/1982	Deferido
57	19710	RAFAELA NASCIMENTO DE SOUZA	28/01/1985	Deferido
58	12309	RAQUEL APARECIDA CASAGRAN-DA	09/07/1991	Deferido
59	15940	REGIANE RIGHETTO CABRAL	08/05/1981	Deferido
60	12272	REGINALDO ADENOR ELIAS	13/01/1987	Deferido
61	10670	ROBSON SALVADOR	21/05/1989	Deferido
62	11404	RODRIGO SALVADOR	19/08/1990	Deferido
63	19874	RODRIGO SOUZA ARAUJO	17/04/1979	Deferido
64	11574	ROSECLEIDE PEREIRA DA SILVA	21/02/1991	Deferido
65	9185	ROSILENE FERNANDES	04/10/1981	Deferido

66	18852	SÉRGIO DALVIM DE SOUZA	09/11/1967	Deferido
67	14867	SHEILA ELISA DA CRUZ	03/01/1989	Deferido
68	13252	SILVANA JÚLIA BENTO DA ROSA	23/11/1985	Deferido
69	11403	SILVIO JOSE DE SOUZA	01/11/1973	Deferido
70	19516	SIMONE CRISTINA VICENTE	24/04/1975	Deferido
71	19927	SIMONE KARINA MORAES DA CRUZ	21/01/1975	Deferido
72	10160	SOLANGE ADRIANO	20/07/1988	Deferido
73	14358	SOLANGE FRIGO ORSI POLIDORO	25/09/1973	Deferido
74	19405	TARCÍSIO JOÃO CABRAL	14/07/1970	Deferido
75	13483	TASSIANA ALESSANDRA LANGER	20/04/1990	Deferido
76	19183	THAYANARA SOSA	23/10/1991	Deferido
77	9695	THIAGO GARRIDO PEREIRA DA SILVA	11/11/1984	Deferido
78	11803	TIAGO ANDREI DE SOUZA	03/10/1988	Deferido
79	18147	VANESSA SIMONETTO	24/04/1986	Deferido
80	14159	VILMA PITTA PEREIRA	28/06/1970	Deferido
81	14084	VIVIANI DOS SANTOS BRENNER	07/03/1987	Deferido

## Técnico em Saúde Bucal - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12706	ALESSANDRA PEREIRA JENSEN	26/09/1974	Deferido
2	19616	ALINE MENDES DA SILVA	08/08/1983	Deferido
3	19714	ELIZABETE MARLENE PATRICIO NEUKOM	24/02/1980	Deferido
4	11430	MORGANA PEREIRA	10/06/1975	Deferido
5	17341	SILVANA NASCIMENTO DIAS	03/03/1979	Deferido

6	17280	SIMONE NASCIMENTO DIAS DA COSTA	25/05/1976	Deferido
7	11437	SUELLEN BARBOSA	17/10/1991	Deferido

## Veterinário - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9144	ANDRÉ LUIZ FRARE	18/05/1980	Deferido
2	10916	DANIELLA CAROLINE GAYA BALDANÇA	06/04/1990	Deferido
3	19781	DOUGLAS HIDEKI TANAKA	06/02/1984	Deferido
4	10018	FERNANDA EUCLYDES TAVARES	12/12/1989	Deferido
5	12511	GISÉLICA DE CÁSSIA GUERINI PADOVAN	11/01/1985	Deferido
6	13355	HANNAH LIA ETTIENE PERUCH LEMOS DOS SANTOS	01/02/1988	Deferido
7	10631	ISADORA RIBEIRO KANDER	11/04/1987	Deferido
8	8834	JÚLIO CÉSAR GOMES CALDEIRA	06/02/1985	Deferido
9	9338	KÁTIA NAOMI MINAKI	20/09/1985	Deferido
10	14155	NATHALIA ANDERSON CALOMENO	02/11/1990	Deferido
11	16593	PAULO HENRIQUE HINDELMANN	17/05/1991	Deferido
12	20164	RUDIARD NARDELLI	18/02/1984	Deferido
13	19138	TATIANE CALEFFO	15/09/1986	Deferido
14	16594	TAYNA PIRES DOBNER	09/03/1991	Deferido
15	19315	THAYRINE MINUZZI	12/03/1991	Deferido

## Vigia - Alfabetizado

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11100	ARY JOSÉ DOS SANTOS	16/02/1962	Deferido
2	12603	ADALBERTO JORGE NASCIMENTO FILHO	06/02/1967	Deferido
3	19257	ADEMAR LUEBKE	21/07/1958	Deferido
4	19255	ADILSON LUEBKE	09/08/1982	Deferido
5	17142	ADMILSON BATISTA	25/10/1971	Deferido
6	14775	ANDRE XAVIER	28/11/1986	Deferido
7	19720	ANTONIO GERNECIO DIAS DA SILVA	09/11/1976	Deferido
8	11019	ARI F.PRESTES	14/07/1962	Deferido
9	9249	BENTO JOSE DOS SANTOS	11/02/1978	Deferido
10	15851	CASTURINA APARECIDA PAULISTA	28/07/1960	Deferido
11	20160	CELSO LEANDRO	01/06/2063	Deferido
12	18266	CLAIR ANTÔNIO LEANDRO	21/10/1970	Deferido
13	11282	DIOMAR LUIZ CORREA	11/10/1966	Deferido
14	19262	EDIVALDO PEDRO JOVENTINO	05/04/1953	Deferido
15	18362	EDU CIRINO INACIO	03/12/1954	Deferido
16	12947	ELIAS MIGUEL G ALBINO	01/10/1977	Deferido
17	9289	FILOMENA SHLEICHER	06/07/1969	Deferido
18	14433	GERALDO JORGE DA CRUZ	21/04/1954	Deferido
19	13943	GILMAR CHAGAS DE CHAGAS	30/06/1975	Deferido
20	17995	IRANI DOS SANTOS	25/07/1969	Deferido
21	13321	JAIR ANTONIO QUEIROZ JUNIOS	27/01/1994	Deferido
22	19981	JESSICA ALICE FORTUNA	02/02/1993	Deferido
23	15696	JOAO DE SOUZA BUENO	03/10/1964	Deferido
24	17179	JOCELAINE ALVES DE SOUZA	10/03/1986	Deferido



25	12993	JOSÉ PICOTI DA SILVA JUNIOR	06/11/1994	Deferido
26	19964	JOYCE APARECIDA PEREIRA	11/09/1983	Deferido
27	8706	JUSSARA MARIA GUI- MARÃES DA SILVA	10/04/1957	Deferido
28	9422	KELEN CRISTINA DE LIMA ROSA	18/01/1979	Deferido
29	17190	LAERCIO SOUZA	01/07/1969	Deferido
30	9226	LILIANE ANTUNES DA SILVA	27/07/1988	Deferido
31	12605	LORETE FER- NANDES	16/08/1955	Deferido
32	10825	LUCAS MAR- TINS ROLIM	24/09/1975	Deferido
33	10440	LUCIANA GALVAO	16/09/1981	Deferido
34	10842	LUIZ GONZA- GA LUZ	21/06/1958	Deferido
35	8953	MARCELO RODRIGUES DOS SANTOS	06/06/1981	Deferido
36	12212	MARCIA GOMES BAL- TAZAR	03/05/1971	Deferido
37	14510	MARI LUCIA DA SILVA	28/03/1977	Deferido
38	16774	MARIA LUIZA RODRIGUES DO AMARAL	11/09/1971	Deferido
39	10521	MARIA ZENILDA DE OLIVEIRA	17/11/1965	Deferido
40	16068	MARIO LUIZ DA ROSA	08/08/0193	Deferido
41	10192	NERI PE- REIRA DE CAMPOS	01/11/1972	Deferido
42	18953	OSMAR SEIBT	08/05/1984	Deferido
43	10562	OSNI FLORENCIO ROSA	28/09/1949	Deferido
44	11241	PAMELA STEFANY MOREIRA OSORIO	06/08/1994	Deferido
45	15861	PATRCIA LUCIANA CARNEIRO	24/12/1975	Deferido
46	11539	PAULIMA DE OLIVEIRA	16/06/1994	Deferido
47	15857	PEDRO ANTONIO GOFFI	27/11/1956	Deferido
48	13268	SIDNÉIA DOS SANTOS XAVIER	24/08/1982	Deferido
49	19442	SONIA DE- CKER	14/11/1962	Deferido

50	17023	VALDIR JOSÉ DA SILVA	04/04/1974	Deferido
51	11455	VILMAR ROGERIO DA TRINDADE	25/10/1967	Deferido

ANEXO II  
ATO 006/iobv/005/14/PS

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS DO EDITAL Nº 005/2014 DO PROCES-  
SO SELETIVO  
NÃO PROCESSADAS POR AUSENCIA DE PAGAMENTO DA TAXA DE  
INSCRIÇÃO

8696
8703
8707
8722
8726
8728
8732
8734
8752
8770
8771
8788
8790
8795
8804
8808
8822
8824
8837
8840
8843
8844
8847
8849
8855
8856
8857
8860
8868
8871
8872
8873
8875
8881
8884
8887
8889
8890
8895
8896
8897



8902
8904
8907
8910
8914
8918
8922
8923
8924
8926
8933
8950
8951
8952
8955
8968
8978
8979
8982
8993
9006
9007
9008
9010
9012
9013
9014
9021
9023
9025
9034
9055
9056
9066
9067
9075
9079
9080
9082
9092
9093
9103
9114
9117
9126
9132
9133
9149
9151
9154
9171
9181
9203

9210
9217
9222
9236
9238
9240
9245
9256
9271
9292
9303
9307
9328
9344
9354
9355
9356
9359
9364
9365
9368
9382
9383
9394
9395
9408
9409
9414
9427
9431
9439
9443
9466
9468
9481
9482
9484
9499
9510
9519
9520
9549
9550
9556
9583
9590
9591
9612
9623
9641
9673
9691
9692

9696
9709
9717
9730
9735
9736
9756
9800
9802
9818
9824
9837
9839
9840
9847
9872
9873
9892
9929
9933
9951
9968
9978
9979
9984
9989
9999
10003
10008
10010
10021
10025
10030
10031
10038
10040
10045
10048
10052
10069
10088
10110
10134
10142
10143
10152
10156
10166
10185
10205
10209
10228
10239

10243
10272
10274
10281
10313
10329
10346
10354
10367
10368
10383
10389
10419
10444
10445
10451
10458
10478
10481
10483
10494
10500
10503
10506
10510
10520
10548
10571
10607
10612
10614
10616
10627
10648
10672
10682
10684
10692
10693
10694
10698
10711
10714
10722
10726
10732
10737
10747
10755
10770
10788
10791
10821

10824
10835
10836
10847
10864
10870
10871
10883
10919
10921
10922
10923
10931
10955
10956
10959
10961
10970
10979
10980
10985
10989
11004
11009
11010
11033
11036
11048
11063
11065
11079
11081
11093
11109
11114
11120
11161
11168
11185
11186
11188
11204
11211
11219
11223
11228
11243
11249
11259
11283
11292
11309
11333

11343
11346
11355
11360
11371
11386
11390
11392
11398
11402
11407
11414
11419
11426
11483
11485
11489
11491
11509
11513
11525
11544
11577
11585
11593
11594
11596
11601
11603
11619
11621
11631
11670
11674
11683
11692
11696
11698
11705
11709
11710
11723
11725
11726
11727
11737
11754
11758
11764
11781
11796
11817
11822

11831
11832
11843
11866
11884
11891
11918
11931
11934
11937
11940
11941
11954
11957
11961
11964
11971
11973
11978
11985
11991
11994
12019
12025
12027
12032
12048
12093
12099
12101
12103
12110
12123
12133
12134
12135
12145
12154
12162
12178
12203
12220
12228
12252
12256
12257
12259
12282
12291
12292
12295
12302
12304

12320
12328
12356
12432
12449
12451
12472
12475
12516
12535
12550
12559
12572
12582
12592
12625
12631
12638
12656
12661
12668
12680
12686
12701
12715
12737
12741
12770
12775
12776
12777
12788
12811
12845
12849
12850
12861
12864
12875
12890
12894
12900
12913
12916
12917
12925
12933
12976
12979
12987
13006
13008
13021

13026
13028
13031
13032
13033
13044
13047
13054
13062
13089
13103
13110
13112
13122
13128
13129
13139
13140
13145
13157
13160
13162
13172
13179
13180
13192
13237
13240
13244
13274
13280
13296
13298
13309
13329
13330
13340
13343
13347
13386
13388
13394
13399
13404
13406
13407
13416
13436
13448
13460
13468
13471
13494

13497
13501
13502
13506
13518
13530
13534
13547
13559
13562
13568
13573
13589
13592
13599
13608
13619
13621
13638
13666
13667
13673
13678
13682
13697
13750
13774
13789
13790
13795
13805
13810
13811
13815
13818
13819
13821
13824
13838
13842
13848
13852
13853
13857
13858
13860
13881
13953
13974
13986
14014
14022
14027

14028
14035
14037
14040
14042
14059
14064
14066
14076
14078
14100
14101
14114
14131
14145
14165
14175
14177
14181
14195
14225
14242
14290
14291
14293
14300
14340
14342
14361
14366
14410
14414
14424
14463
14467
14500
14506
14517
14522
14525
14556
14567
14575
14609
14622
14648
14671
14675
14681
14685
14686
14688
14692

14720
14757
14763
14769
14783
14825
14829
14831
14845
14850
14856
14887
14895
14938
14969
14981
14989
14993
15031
15032
15081
15095
15097
15101
15133
15135
15142
15143
15155
15172
15179
15185
15188
15199
15200
15214
15218
15223
15226
15299
15310
15319
15325
15354
15375
15389
15390
15465
15492
15494
15495
15506
15508

15513
15523
15524
15532
15583
15584
15589
15591
15599
15603
15609
15610
15658
15673
15688
15716
15719
15743
15751
15778
15783
15804
15819
15866
15875
15877
15882
15888
15897
15918
15962
15964
15993
16029
16054
16061
16102
16107
16114
16140
16152
16257
16287
16293
16297
16307
16366
16370
16375
16430
16436
16439
16448

16471
16473
16489
16515
16528
16529
16545
16549
16575
16590
16591
16606
16614
16624
16630
16632
16643
16657
16670
16674
16696
16719
16759
16762
16780
16781
16790
16795
16821
16835
16844
16845
16847
16864
16879
16894
16897
16906
16913
16925
16934
16959
16964
16972
16974
16978
16990
17008
17048
17058
17070
17105
17107



17108
17113
17132
17154
17167
17196
17204
17205
17207
17245
17252
17270
17271
17274
17275
17299
17304
17345
17347
17360
17365
17406
17408
17446
17447
17450
17454
17465
17481
17515
17559
17622
17657
17666
17672
17673
17692
17698
17712
17731
17762
17766
17791
17807
17828
17855
17869
17883
17885
17912
17952
17954
17973

18024
18060
18062
18091
18137
18146
18168
18170
18174
18214
18314
18316
18353
18409
18441
18477
18505
18527
18548
18563
18569
18571
18572
18588
18609
18620
18623
18628
18633
18640
18649
18654
18657
18661
18666
18667
18669
18670
18682
18696
18709
18719
18748
18749
18752
18812
18818
18831
18837
18851
18856
18861
18875

18878
18901
18914
18934
18941
18943
18947
18967
18977
18989
19007
19025
19026
19030
19043
19044
19076
19086
19091
19113
19125
19130
19143
19160
19189
19193
19194
19267
19284
19327
19330
19338
19348
19352
19375
19378
19412
19431
19446
19456
19473
19477
19479
19491
19515
19528
19531
19532
19535
19545
19546
19605
19612

19634
19667
19680
19691
19719
19727
19744
19791
19799
19800
19816
19820
19830
19836
19840
19882
19901
19929
19947
19955
19966
19967
19975
19984
19998
20013
20029
20039
20042
20045
20048
20055
20095
20103
20106
20113
20115
20145
20151
20152
20159
20187
20197
20199
20203
20212
20219
20220
20224
20252
20254
20256
20257

20262
20263
20275
20277
20304
20307
20320
20321
20323
20324
20328
20331

### LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS EDITAL 01/2014

ATO 006/iobv/005/14/PS

DIVULGA LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS DO EDITAL Nº 005/2014 DO PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto o Barriga Verde e a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo Seletivo, tornam público o que segue:

1.Ficam DEFERIDAS as inscrições constantes do anexo I deste edital, sendo indeferidas àquelas conforme situação apontada.

2.Ficam INDEFERIDAS as inscrições constantes do anexo II deste edital, não processadas por falta de pagamento da taxa de inscrição.

3.Os recursos contra o indeferimento da inscrição poderão ser interpostos nos dias 30 e 31 de outubro de 2014, nos termos do edital.

Navegantes, 29 de outubro de 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

ANEXO I  
ATO 006/iobv/005/14/PS

DIVULGA LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS DO EDITAL Nº 005/2014 DO PROCESSO SELETIVO

Agente Comunitário de Saúde ESF - Ensino Médio-

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17091	ADRIANA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS	11/12/1984	Deferido
2	19572	ALBERTO VIEIRA RODRIGUES	19/10/1956	Deferido
3	10000	ANA MARIA BETTONI QUEIROZ	14/09/1987	Deferido
4	17078	ANA MARIA DEMANTOVA	03/05/1955	Deferido

5	10966	ANDREIA DO CARMO BORGES DOLESKI	08/10/1971	Deferido
6	19304	ANDREIA FELISBINO GENEROSO	08/03/1991	Deferido
7	10689	ANILDO ALADIR SCHAEFFER GONÇALVES	01/05/1979	Deferido
8	9110	CAMILA COUCEIRO PAGANI	06/02/1997	Deferido
9	13917	CARINA DA SILVA PEZATTI	03/05/1989	Deferido
10	13034	CARLOS ALBERTO MOURA SANTOS	17/04/1959	Deferido
11	14279	CLAUDIA DANI NATALINO SANTANA	13/03/1976	Deferido
12	19253	CRISTIANE BASTOS DE ALMEIDA	30/01/1974	Deferido
13	11748	DAIANE MAZILDA ANACLETO NASCIMENTO	12/04/1988	Deferido
14	14729	DIANA MARQUES KEMPNER PEREIRA	20/12/1989	Deferido
15	19228	EDINETE DE BRITO BARBOSA	17/04/1990	Deferido
16	9648	ELAINE GONÇALVES MACIEL	15/03/1985	Deferido
17	13376	ELISETTE BARBOSA DE SOUZA	16/07/1980	Deferido
18	19738	ELISETTE DUARTE BOMFIM	08/08/1975	Deferido
19	12196	ERNILZA DOS SANTOS LESSA	26/10/1967	Deferido
20	17400	FLÁVIA OLIVEIRA RICARDO	13/02/1979	Deferido
21	8851	FRANCIELE DA LUZ	18/05/1995	Deferido
22	13734	FRANCIELI ALINE SETTI	30/05/1987	Deferido
23	17390	HELANI RICARDO DE SOUZA	20/12/1973	Deferido
24	8806	HELOÍSA DE SOUZA GARCIA	29/10/1958	Deferido
25	18701	IEDA MARI-LIA NAVARRO COELHO	29/04/2004	Deferido

26	12070	JACQUELINE BARBOSA DA SILVA	25/02/1970	Deferido
27	16291	JOCELEIA TERESINHA MENSCH	01/04/1980	Deferido
28	12289	KÁTIA MARTINS FERREIRA	30/09/1981	Deferido
29	17890	KELLINGER DA SILVA	29/04/1975	Deferido
30	11201	KELLY SILVA DA ROSA	11/02/1987	Deferido
31	19913	LENI SILVA DESTRO	21/09/1956	Deferido
32	14552	LIDIANE CELINI DE AVIZ SCHONE	29/07/1990	Deferido
33	16986	LIDIANE CRISTINE CAMILO	18/12/1985	Deferido
34	12981	LORENI DE FATIMA CARDOSO	18/01/1970	Deferido
35	17112	LUCIANA MARQUES	06/11/1980	Deferido
36	18986	LUIZ HENRIQUE REUTER VIEIRA	23/06/1971	Deferido
37	17166	MANOEL FRANCISCO RODRIGUES	27/08/1959	Deferido
38	19683	MARCIA REGINA ARDIGO	22/02/1969	Deferido
39	18689	MARCOS FABRICIO ROSSETTI BITTENCOURT	31/10/1988	Deferido
40	9096	MARIA APARECIDA CHAVES BADARO	06/02/1974	Deferido
41	8800	MARIA JÚLIA PLOTTEGHER	29/08/1955	Deferido
42	18593	MARINA MAAS	21/11/1979	Deferido
43	14682	MAYRA NATALE SANTOS RODRIGUES	09/07/1990	Deferido
44	20239	MICHELLE DE KASSIA BERNARDINO	12/11/1984	Deferido
45	15195	MIRIAM DIAS DOS SANTOS MARIA	31/03/1967	Deferido
46	18219	MIRIAM LEAL	05/08/1986	Deferido
47	11448	REGIANE INES BRAZ	10/04/1991	Deferido
48	14071	RITA DE CÁSSIA DELTETO LIMA	12/08/1976	Deferido
49	14271	ROGERIO SANT ANA	30/07/1966	Deferido

50	13916	RONALDO LUIS OLEGARIO	02/04/1965	Deferido
51	13214	ROSANE APARECIDA LAMEGA	15/09/1964	Deferido
52	15225	ROSANGELA APARECIDA TERRA MOTA	20/12/1961	Deferido
53	16537	ROSILETE DOZOL	13/07/1978	Deferido
54	12692	TATIANE GESSI CAVALLHEIRO	26/10/1983	Deferido
55	16975	TATIANE RASSWEILER	11/10/1988	Deferido
56	10004	TATIANI MEDEIROS	06/10/1978	Deferido
57	8783	TEREZA SCHROEDER	02/01/1955	Deferido
58	17409	THAÍS RICARDO DE SOUZA	02/10/1991	Deferido
59	19097	THALES LUIZ COSTA	15/08/1984	Deferido
60	19344	VALDECIR PIVATO CERQUEIRA	08/06/1957	Deferido
61	17054	VERIDIANA LUVIELMO DA CRUZ	10/03/1989	Deferido
62	20226	WULY VIEIRA MARTINS	25/02/1993	Deferido
63	17293	YARA DE FIGUEIREDO	02/12/1962	Deferido

## Agente de Combate às Endemias - Ensino Médio

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11226	JOSE MARCELO SILVA DE OLIVEIRA	29/05/1976	Deferido

## Agente de Educação (20h) - Ensino Médio

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11689	ALBERTINA KUNTZ VIEIRA DA SILVA	14/03/1974	Deferido
2	10808	ANA PAULA DE OLIVEIRA	16/11/1983	Deferido
3	10790	ANDREIA DA SILVA OLIMPIO	08/03/1988	Deferido
4	12336	ANGELA BRANGRATES	28/02/1992	Deferido
5	9522	ANGELA ROVER LEAL	26/04/1976	Deferido
6	18983	ARIANA DA SILVA MARTINS	21/10/1983	Deferido

7	11318	ÉDINA DE MIRANDA	15/11/1984	Deferido
8	16497	BRUNA LEAL	13/01/1997	Deferido
9	9765	CARLA CHRISTIANE PEREIRA DA SILVA	02/09/1984	Deferido
10	14986	CAROLINA BASCHTA	07/09/1988	Deferido
11	12424	CAROLINE SOUZA SANTOS	08/12/1986	Deferido
12	13014	CELIA MARIA DE LEMOS	05/03/1966	Deferido
13	10177	CHRISTIANE DOS SANTOS	22/08/1979	Deferido
14	12825	CHRISTIANE GAMBIN	24/04/1995	Deferido
15	19916	CLAUDETE ALVES BARBOSA MAFRA	15/03/1973	Deferido
16	16646	CLAUDIA FERREIRA DE SOUSA	26/03/1972	Deferido
17	19224	CRISTIANE IRENE FRANCISCO	14/11/1979	Deferido
18	18225	DANIELA CORRÊA DA SILVA MELLO	04/12/1977	Deferido
19	18036	DANIELE DA SILVA CARDOSO FLORES	13/09/1993	Deferido
20	10704	DÉBORA SCHUELTER	28/06/1994	Deferido
21	16672	DENISE APARECIDA NASCIMENTO	29/04/1974	Deferido
22	16466	DEVANIR MARIA ZAMARIOLA	21/10/1954	Deferido
23	13844	ELAINE ANCINI DOS SANTOS	12/11/1985	Deferido
24	20200	ELAINE CRISTINA VASTTRES	05/01/1986	Deferido
25	18724	ELIANE BORBOUTO	01/06/1966	Deferido
26	17229	ELISANDRA PAULINA	28/11/1989	Deferido
27	12406	EVA MARIA ALVES SILVA	14/09/1971	Deferido
28	13312	GABRIELA AUACHE CORTES PEREIRA	06/09/1990	Deferido
29	19409	GENILDA NEPOMUCENO PEREIRA	15/05/1982	Deferido
30	14097	GIANINE LÍGIA BITTENCOURT	20/12/1957	Deferido

31	19497	GILMARA FATIMA DOS SANTOS	10/10/1977	Deferido
32	12335	GISELY CUSTODIO DOS SANTOS	26/10/1985	Deferido
33	13314	IANAIANA MARQUES DE LIMA	21/12/1992	Deferido
34	9901	IVANI DE BORBA	10/03/1952	Deferido
35	17309	IVONETE IRACEMA DA SILVA	04/10/1982	Deferido
36	10063	IZABEL CRISTINA DO NASCIMENTO MARTINI	22/02/1987	Deferido
37	13159	JANAINA MUNIZ	24/07/1982	Deferido
38	18304	JANE APARECIDA MARQUES DOS SANTOS	30/11/1973	Deferido
39	11750	JAQUELINE RITA CELISTAS	29/11/1990	Deferido
40	15266	JAQUELINE SUZANA DE SOUZA	13/05/1972	Deferido
41	10538	JEANNINE FERREIRA BOING DA SILVA	29/10/1992	Deferido
42	20031	JOAO PEDRO LEMOS BUCHALLA	19/08/1996	Deferido
43	11851	JOSÉ MIRALDO DOS SANTOS JUNIOR	14/05/1986	Deferido
44	16330	JOSIANE APARECIDA GUIDI MAGAROTTO	29/07/1980	Deferido
45	15369	JOSIANE DA CUNHA MARTINS FELICIO	08/04/1982	Deferido
46	10701	KARIN CRISTINE WSTERKAMP DE CARVALHO SALVINI	04/07/1978	Deferido
47	13454	LEANDRA REGEANE RIBEIRO SOUTO	18/11/1978	Deferido
48	18542	LETICIA ALVES JURADO	04/05/1973	Deferido
49	19687	LIDIANE BILK	30/10/1989	Deferido
50	18414	LUCIANA DESCHAMPS	17/03/1971	Deferido
51	13519	LUIZ GUSTAVO SAES AGULHARI	16/07/1995	Deferido
52	20067	MAINGRA REGINA FAUSTO	23/12/1988	Deferido

53	18662	MARGIT APARECIDA DA SILVA	12/06/1960	Deferido
54	14176	MARIA CECILIA PIOLLA SEARA	17/05/1960	Deferido
55	11899	MARIA DOLORES EHLERS	21/06/1960	Deferido
56	9142	MARIA GISELI DA SILVEIRA	06/02/1988	Deferido
57	15008	MARIA GORETTI DUPLAA SOARES	15/10/1965	Deferido
58	19234	MARICELIA DIAS GUIMARAES VIEIRA	12/08/1970	Deferido
59	16459	MARILEI APARECIDA GOMES RIBEIRO	24/06/1978	Deferido
60	9532	MARILIN MOREIRA	23/08/1976	Deferido
61	12141	MIRIAN MARIA GESSER DE MATTOS	06/07/1983	Deferido
62	10532	NELZI NELI INACIO BITTENCOURT	20/08/1981	Deferido
63	16866	NORAIDES JUSTINO DE FREITAS	02/09/1957	Deferido
64	19895	PATRICIA HINSCHING ALVES BARBOSA	18/04/1969	Deferido
65	17098	PATRICIA RODRIGUES TAVARES	28/01/1977	Deferido
66	14157	RAFAELA KERTICHKA PEREIRA	04/07/1987	Deferido
67	19598	ROSANGELA OLIVEIRA DOS SANTOS CARREIRA	13/03/1964	Deferido
68	9335	ROSELI CORRÊA DE ALMEIDA	26/08/1964	Deferido
69	16770	ROSEMARI APARECIDA RAMOS NASCIMENTO	03/09/1962	Deferido
70	15286	ROZELITA DOS SANTOS	07/07/1988	Deferido
71	15016	SANDRA LUZIA BARBOSA DE OLIVEIRA	01/12/1973	Deferido
72	9834	SILVANIA NARCIZA SAGAS MARTINS	05/10/1973	Deferido
73	10664	SIMONE RUBIA CABRAL FREITAS	09/09/1970	Deferido

74	19235	SONIA MARIA DA SILVA	13/04/1980	Deferido
75	9774	SUELEN CAMACHO	10/03/1991	Deferido
76	20099	SUELI DA APARECIDA SOUZA	28/07/1965	Deferido
77	20322	TATIANA DANTAS LOUREIRO	23/08/1983	Deferido
78	9387	TATIANA RIBEIRO VILELA CAMARGO	10/04/1973	Deferido
79	14256	VANIA MARIA DE ALMEIDA	10/09/1957	Deferido
80	16588	VIVIANE ALVES FERNANDES PEREIRA DE OLIVEIRA	13/06/1988	Deferido
81	16260	ZENILDA CANDIDO	21/09/1958	Deferido
82	17233	ZILDA GAYA DA SILVA	20/10/1961	Deferido

## Agente de Educação (30h) - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18683	ADRIANI MEDEIROS DA SILVA MANGRICH	11/03/1976	Deferido
2	10077	ANDRÉ FELIPE VIEIRA	27/12/1985	Deferido
3	9259	ANDRESSA MARIA DE SANTI PAHISSA	29/05/1995	Deferido
4	13551	ANDRIA FRÖMMING	30/09/1982	Deferido
5	9436	BIANCA PATRICIO	16/06/1991	Deferido
6	8775	CLEUZA APARECIDA GOMES	18/01/1981	Deferido
7	16299	DEISI APARECIDA AMARO	12/01/1989	Deferido
8	13557	DOLISETE RAIMUNDO	02/08/1971	Deferido
9	20116	DRIELI CRISTINA LEBKUCHEN FERRAZ	03/05/1990	Deferido
10	10067	ELAINE PEREIRA	06/12/1981	Deferido
11	12426	ELEN CRISTINA CRIZ DE JESUS	16/10/1987	Deferido
12	8961	FRANCIELI EMER LOCOTTI	10/08/1987	Deferido

13	9616	FRANCIELI EMILIO DE SOUZA	28/09/1988	Deferido
14	11067	FRANCINE KREUSCH	07/01/1986	Deferido
15	17787	GABRIEL MATEUS BENTO MIGUEL	30/03/1995	Deferido
16	11267	GISELI DO NASCIMENTO	31/05/1994	Deferido
17	10593	GLAIS DOS SANTOS	28/06/1991	Deferido
18	19657	IZETE ZIMERMANN PORFÍRIO	07/03/1964	Deferido
19	16728	JANAÍNA CAMPOS DA LUZ HENRIQUE	17/03/1983	Deferido
20	12369	JANETE MENEZES DO AMARAL	27/04/1970	Deferido
21	19768	JESSICA HELOISE DA SILVA CORDEIRO	30/12/1989	Deferido
22	15555	JOSIANE ALVES DE MIRANDA	10/11/1979	Deferido
23	19272	KAREN SUZANE RODRIGUES JERONIMO	10/11/1992	Deferido
24	16298	LORHAN MICHEL PÊGO LOPES	27/12/1994	Deferido
25	16912	LUCIEIDE CONCARI	04/02/1996	Deferido
26	18394	MAIARA CRISTINA VIEIRA	17/12/1990	Deferido
27	18321	MANUELA RIBEIRO SABADINI DE MORAIS	23/07/1983	Deferido
28	15068	MARCIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	08/03/1979	Deferido
29	19750	MARIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA	05/11/1961	Deferido
30	9450	MARLENE RIBEIRO PEDROSO	14/09/1970	Deferido
31	14054	ODILENE DE AUGUSTINHO	15/12/1978	Deferido
32	13941	PATRICIA BONIFACIO NHEDEBASKI	11/10/1978	Deferido
33	16393	PRISCILA FLORES DA LUZ	12/08/1986	Deferido
34	17227	PRISCILA LEMOS	11/08/1988	Deferido

35	15114	RAPHAELA NOÊMIA DUTRA	26/08/1989	Deferido
36	10135	RAQUEL DIO-MAR ALVES	15/06/1981	Deferido
37	20285	REGINA FERNANDES DE OLIVEIRA	20/11/1962	Deferido
38	17847	ROSEANE DE SOUZA	13/03/1977	Deferido
39	17663	SABRINA DA SILVA MAN-GRICH	06/06/1995	Deferido
40	17732	SELMA REGINA RODRIGUES	17/12/1993	Deferido
41	16295	SIMONE DO ROCIO CARVALHO	27/06/2014	Deferido
42	11850	TABITA RIBEIRO DA SILVA PINTO	28/09/1989	Deferido

## Agente de Educação (40h) - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17158	ALESSANDRO LUIS GAIK	29/09/1988	Deferido
2	10514	ALONY DE OLIVEIRA	02/04/1988	Deferido
3	9428	ANA CAROLINA ROSA	19/08/1994	Deferido
4	19664	ANA FLÁVIA ZIMERMANN PORFÍRIO	12/07/1996	Deferido
5	17436	ANA PAULA FERREIRA DOS SANTOS	08/07/1991	Deferido
6	9715	ANDRÉ FELIPE DA COSTA	09/12/1993	Deferido
7	19630	ANDRÉ SANTANA ALMEIDA DO CARMO	20/12/1981	Deferido
8	9246	ANDREA RAMOS	12/09/1969	Deferido
9	11580	ANNA LUCIA DA SILVA PEREIRA	05/01/1970	Deferido
10	18320	ARIANA ZIMERMANN RÉGIS PRO-PODOSKI	07/11/1983	Deferido
11	20064	BÁRBARA CARMINE GALVEZ DIAS	11/03/1984	Deferido
12	12992	BIANCA FERREIRA DA SILVA	13/09/1994	Deferido
13	9325	BRENDA CAROLINE GODOY SCHON	02/01/1993	Deferido



14	11741	BRUNA EDUARDA NAGEL	15/11/1992	Deferido
15	9817	CARLOS SILVANO DE OLIVEIRA	05/12/1983	Deferido
16	12733	CARMEN NELSI WILBERT	16/02/1978	Deferido
17	9457	CLAUDINE TOLENTINO DE SOUZA	11/10/1989	Deferido
18	16700	CLEDINEI APARECIDA FERREIRA	26/12/1974	Deferido
19	9375	CRISTIANE DE BORBA	29/12/1963	Deferido
20	18954	CRISTIANE ZIMMERMANN	27/03/1968	Deferido
21	19306	EDILENE NEUSA DE SOUZA	15/06/1991	Deferido
22	14836	EDNILÇA PAULO DA SILVA VICENTE	02/02/1970	Deferido
23	20155	ELENI LUZIA AUGUSTO MACIEL	05/12/1956	Deferido
24	19217	ELISANGELA JACOB	18/05/1976	Deferido
25	19058	ERIMAR FRANCISCO	19/12/1960	Deferido
26	18115	FERNANDA CRISTINA MACHADO GOMES	24/01/1993	Deferido
27	17007	FRANCIELLE GONÇALVES MATOS BISPO	18/07/1990	Deferido
28	17090	FRANCISCA JOELMA RIBEIRO TEIXEIRA	05/08/1970	Deferido
29	16541	FRANCISCA SORAIA BRUNO DOS SANTOS SOUSA	25/04/1987	Deferido
30	17126	HELEN CRISTINA DE SOUZA	25/08/1991	Deferido
31	16480	INES PIRES DOS SANTOS	25/04/1983	Deferido
32	9758	IRACI DE OLIVEIRA PILAR	17/11/1968	Deferido
33	9446	JEFERSON ANDRE PEREIRA	19/03/1987	Deferido
34	9035	JESSICA MORGANA CRISPIM	26/11/1988	Deferido
35	9881	JUCELY MARTINS	09/07/1991	Deferido

36	10085	JULIANA ARDIGO GAIDARJI	28/01/1986	Deferido
37	20201	KATHERINE NOGUEIRA MACHADO	23/11/1990	Deferido
38	12329	KETLIN SCHMITT	08/12/1994	Deferido
39	11379	LAIS PEREIRA DA SILVA	25/01/1994	Deferido
40	15151	LAIZ CRISTINA BEBER	09/06/1993	Deferido
41	19107	LIDIANE SOUZA DA SILVA	12/11/1987	Deferido
42	9810	LINDAMAR DOS SANTOS RODRIGUES	01/02/1967	Deferido
43	17421	LUCIELE SERAFIM PEDROSO	28/01/1997	Deferido
44	9969	MAIARA CRISTINA PACHECO	16/08/1989	Deferido
45	16706	MAIK ANACLETO LUCREZIA	28/12/1992	Deferido
46	13245	MANOEL DE LIMA E SILVA	25/12/1951	Deferido
47	13445	MARCOS DIAS MENEZES	05/12/1993	Deferido
48	11629	MARILIA LIRA DE SOUZA	08/05/1994	Deferido
49	16741	MILENA DE PONTES FREITAS	09/05/1988	Deferido
50	14799	MIRIAM VIEIRA	24/03/1980	Deferido
51	17151	MIRIAN BALOK SANT'ANNA	03/01/1972	Deferido
52	9719	MIRIAN RODRIGUES	27/05/1982	Deferido
53	11052	OTAVIO CHAVES NETO	23/01/1993	Deferido
54	17422	PRISCILA MELCHERT VIEIRA	25/02/1982	Deferido
55	19231	REGIANE GONÇALVES	22/11/1983	Deferido
56	18607	ROBERTA SUAVI	17/12/1995	Deferido
57	12014	ROSA MARIA DA SILVA	22/01/1967	Deferido
58	11914	SAMARA REGINA DE MELLO	11/12/1990	Deferido
59	12598	SOLANGE APARECIDA CAETANO	14/08/1987	Deferido
60	12740	SORAIA CRISTINA DOS SANTOS	31/12/2067	Deferido

61	9030	STEPHANIE DE SOUZA	15/01/1996	Indeferido item 4.14.8.
62	9033	TAISE DE AUGUSTINHO	08/05/1995	Deferido
63	20270	TAMAR VICENTE ALVES DE MORAES	15/04/1988	Deferido
64	17250	TAMARA LUZ DOMINGOS	11/07/1993	Deferido
65	16278	TÂNIA LILIANE PEREIRA	31/01/1982	Deferido
66	14142	TÂNIA MARA FRANCEZ	26/09/1969	Deferido
67	10515	VANESSA CARDOZO OURIQUES	18/12/1983	Deferido
68	15242	VILMA ARAUJO PORTO SCHAEFER	01/04/1949	Deferido
69	18373	WAGNER ALMEIDA ROSA	29/05/1955	Deferido
70	12972	ZULMIRA GOMES	03/07/1979	Deferido

## Agente de Serviços de Serviços Gerais-Educação - Alfabetizado

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11919	ALESSANDRA DE CARVALHO SILVA	10/03/1992	Deferido
2	12225	ALINE SILVERIO DOS SANTOS	12/05/1989	Deferido
3	19666	ANA AMÉLIA DE SOUZA PINHEIRO	10/02/1980	Deferido
4	13354	ANA PAULA DA SILVA	11/03/1994	Deferido
5	12926	ANA PAULA FREITAS DA SILVEIRA	12/06/1986	Deferido
6	17248	ANASTACIA BERNADETE HERMES ARAGAO	14/10/1969	Deferido
7	15317	ANDRÉA SILENE DOS PASSOS BITTENCOURT	29/06/1973	Deferido
8	11011	ANDREIA PRESTES	24/01/1991	Deferido
9	10361	ANDRESA CRUZ DE OLIVEIRA	03/03/1981	Deferido
10	13543	ANGELA MARIA DA SILVA LOPES	20/08/1985	Deferido
11	11628	ANGELICA DA SILVA	16/08/1990	Deferido
12	9547	ANGELINA CAROLINA CARVALHO	15/05/1994	Deferido

13	13086	ANGELITA GOMES SCHNEIDER CAVALHEIRO	17/07/1981	Deferido
14	12020	ARIADNE SILVA VIEIRA	21/09/1988	Deferido
15	17125	BARBARA CRISTINA BELLA CRUZ	27/07/1985	Deferido
16	11383	BIANCA CRISTINA BITTENCOURT	03/08/1993	Deferido
17	11829	BRENDON SATURNINO	20/07/1993	Deferido
18	19029	BRUNA TAUBE VICENTE	08/11/1996	Deferido
19	9965	CATIA CELESTE JULIO MARTINS	05/03/1971	Deferido
20	15315	CATIA MAGALI DOS PASSOS	04/02/1969	Deferido
21	11669	CLAUDETE CÉLIA NASCIMENTO	15/06/1967	Deferido
22	17737	CLAUDIA APARECIDA REIS MAIXIMIANO	31/05/1981	Deferido
23	14925	CLAUDINEA SCHLEMPER	27/01/1978	Deferido
24	10718	CLENIR GUIMARAES DA SILVA	30/11/1976	Deferido
25	19399	CLEODIR TURELLA	18/04/2065	Deferido
26	11566	CLEUSA ALVES DA SILVA	09/07/1954	Deferido
27	11988	CLEUSA DA SILVA DE JESUS	07/02/1982	Deferido
28	13066	DAIANA PORTELLA DE LIMA	10/02/1986	Deferido
29	14375	DÚNIA FERNANDA ANTUNES	15/06/1981	Deferido
30	11740	DENISE SOUZA DE JESUS	31/12/1989	Deferido
31	11655	DOLORES RUTTMANN	09/12/1962	Deferido
32	12963	DORACI FRANCISCO DA SILVA	10/01/1937	Deferido
33	11604	ECLAIR CORDEIRO	20/01/1981	Deferido
34	12287	EDERSON RAMBO	08/07/1985	Deferido
35	9487	EDICLEIA VEIGA DA SILVA	04/03/1989	Deferido
36	18566	ELIANA DA SILVA FEITOSA	08/04/1978	Deferido

37	10366	ELIANA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	20/07/1973	Deferido
38	13081	ELIZANGE-LA MARIA DA SILVA RIBEIRO	01/10/1984	Deferido
39	11644	ELOA DUTRA DA SILVA KOZAREVICK	17/07/1965	Deferido
40	11358	ELZA BIA-NEKIE SKRU-CHINSKI	15/03/1955	Deferido
41	11339	ENI EDINA DE SILVA	23/04/2014	Deferido
42	12852	ERECINA ALVES DA SILVA	15/12/1987	Deferido
43	16454	EULICE ULLIRSCH	02/08/1960	Deferido
44	19495	EVA DE FATIMA DOS SANTOS	07/05/1964	Deferido
45	9063	EVELIN APARECIDA CARDONIS MÜLLER	12/06/1996	Deferido
46	9997	FABIA INO-CENCIO	09/01/1986	Deferido
47	16463	FERNANDA CRISTINA RONCALIO	19/08/1991	Deferido
48	13361	FERNANDA DE SOUSA BELO	18/12/1972	Deferido
49	12156	FRANCIELE CORREIA DE MELO	29/12/1986	Deferido
50	12742	FRANCIELI DE SOUZA GABRIEL	10/02/1983	Deferido
51	19957	FRANCINAL-VA BRANDÃO RODRIGUES	24/04/1971	Deferido
52	16479	GLEICE DOS SANTOS	28/03/1996	Deferido
53	20006	IGNEZ MASS	20/07/1958	Deferido
54	15014	IRENE MARIA FRANCISCO SILVESTRE	13/08/1963	Deferido
55	9228	IVONE MARIA PAULINO DE MELLO	03/03/1975	Deferido
56	9967	IVONE SCHWAM-BACH	15/08/1972	Deferido
57	13655	IZALDA MARIA DA SILVA	21/09/1956	Deferido
58	11730	JACKELINE LISBOA DA LUZ	06/08/1988	Deferido
59	10470	JAQUELINE DE ALMEIDA FIAO	04/08/1980	Deferido

60	18473	JESSICA AP LEITE	10/08/1992	Deferido
61	11541	JORGEANE WOSNIAK	08/12/1983	Deferido
62	19105	JOSÉ CARLOS BARBOZA	11/02/1967	Deferido
63	10058	JOSIANE DA SILVA	28/02/1989	Deferido
64	20038	JUCELAINE GAUDENCIO DA LUZ	05/12/1978	Deferido
65	14395	JULIANA REGINA CORREA	02/04/1989	Deferido
66	16241	KAROLINA LUIZA COR-DEIRO DOS SANTOS	31/12/1990	Deferido
67	11439	KELL ELIANE EMIDIO COR-REA SOUZA	16/10/1981	Deferido
68	11610	KELLI CRISTINA CORREA	29/03/1977	Deferido
69	19167	KELLI SUELLEN DE SOUZA	05/05/1983	Deferido
70	18020	KELLY FERREIRA LAUREANO	05/07/1991	Deferido
71	18347	KELY CRIS-TINA LOPES ARAUJO	14/05/1985	Deferido
72	19279	LAIDE ESPE-RANDIO	12/04/1975	Deferido
73	18645	LAYS DE OLI-VEIRA REIS	18/03/1987	Deferido
74	17759	LEONOR SANTANA ROMAO	14/06/1965	Deferido
75	14638	LUCIANA DA ROSA BRANCO	18/07/1980	Deferido
76	16786	LUCIENE LOPES BARROSO DE OLIVEIRA	11/08/1986	Deferido
77	11862	LUIZA HELE-NA BUENO DE SOUZA	21/11/1988	Deferido
78	10071	LUZIANE ALVES DA SILVA	29/05/1974	Deferido
79	12281	MARCIA APARECIDA MARTINS NEVES	07/01/1981	Deferido
80	12956	MARCIA CRISTINA DOS PASSOS	23/05/1984	Deferido
81	12180	MARCIA PIRES DOS SANTOS	17/05/1978	Deferido
82	17180	MARCIANI DOS SANTOS	07/03/1979	Deferido

83	9212	MARIA APARECIDA ESPINDOLA	23/08/1961	Deferido
84	17682	MARIA APARECIDA FERREIRA DE SOUZA	20/06/1967	Deferido
85	10353	MARIA APARECIDA MACHADO	04/12/1952	Deferido
86	8815	MARIA APARECIDA SCHNEIDER	09/02/1963	Deferido
87	12000	MARIA DA GLORIA PEREIRA MAASS	15/08/1975	Deferido
88	20051	MARIA DA GRAÇA DE SOUZA	07/09/1965	Deferido
89	11152	MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS CANDIDATO DESEJA CONCORRER A VAGA DE DEFICIENTE FÍSICO	26/03/1980	Deferido
90	12501	MARIA DO ESPIRITO SANTO SILVA TELES	06/01/1967	Deferido
91	9020	MARIA HELENA RAMOS BARREIRO	18/03/1968	Deferido
92	12763	MARIA ISOLETE DECKER	10/04/1964	Deferido
93	12736	MARIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA	07/12/1974	Deferido
94	9552	MARICÉLIA SOUZA	02/11/1972	Deferido
95	14123	MARILDA DE LIMA	12/11/1988	Deferido
96	13358	MARILENE DOS SANTOS ZANATO	20/10/1971	Deferido
97	13037	MARINES DE JESUS	29/07/1975	Deferido
98	16391	MARISANGELA APARECIDA GODINHO	15/04/1980	Indeferido item 4.14.8
99	18919	MARLENE PEREIRA DOS SANTOS	17/11/1952	Deferido
100	12881	MARLETE FRANCISCO ALEXANDRE DOS SANTOS	05/09/1964	Deferido
101	11903	MICHELLE DEMANTOVA WENDHAUNSE	25/04/1989	Deferido
102	10899	NOEMI DE OLIVEIRA TIBIRIÇA	02/08/1981	Deferido

103	11281	NOEMI MOREIRA DOS SANTOS CASEMIRO	29/01/1979	Deferido
104	19003	PATRICIA REINERT	09/02/1979	Deferido
105	14488	PATRICIA ZILDA DOS SANTOS	29/03/1976	Deferido
106	15090	REGIANE CORDEIRO CARDOS	23/11/1975	Deferido
107	17120	RITA DE CÁSSIA SANTANA	18/10/1985	Deferido
108	14728	ROSANE DOS PASSOS	08/01/1979	Deferido
109	14872	ROSANGELA ALVEZ DE QUEIROZ MAFRA	06/12/1980	Deferido
110	13017	ROSANGELA APARECIDA AIROSO	20/01/1983	Deferido
111	10413	ROSANI BEATRIZ ZIMERMANN	07/03/1967	Deferido
112	19339	ROSELANE ADRIANA MIGUEL	31/07/1988	Deferido
113	14906	ROSELI MATIAS WEISS	29/01/1959	Deferido
114	19960	ROSEMARY DOS SANTOS FERREIRA	15/12/1970	Deferido
115	11452	ROSEMERE GUILHERME DE LIMA	29/07/1967	Deferido
116	9759	ROZANGELA APARECIDA NHAIA	16/03/1964	Deferido
117	11028	SANDRACI SOUZA DA SILVA	10/05/1971	Deferido
118	9507	SELMA IZOLINA PINTO	09/09/1956	Deferido
119	13131	SILEIDE NASCIMENTO DE FREITAS SILVA	04/01/1979	Deferido
120	17363	SIRLEI DE SOUSA NASCIMENTO DIAS	06/05/1956	Deferido
121	11801	SONIA DE MELO	18/06/1962	Deferido
122	15938	SONIA ODETE RODRIGUES	13/05/1969	Deferido
123	13056	SUELY MARTIAS DOS SANTOS	03/02/1988	Deferido
124	14459	SUZANA RODRIGUES SILVA DOS SANTOS	02/01/1985	Deferido
125	15344	TATIANE DA SILVA	08/12/1982	Deferido

126	11646	TEREZA DE LIMA	20/08/1975	Deferido
127	17628	TEREZA RODRIGUES DE OLIVEIRA	21/05/1949	Deferido
128	11641	TEREZINHA APARECIDA DE LIMA	07/06/1980	Deferido
129	15867	TEREZINHA LOPES DE SOUZA DOS SANTOS	23/01/1971	Deferido
130	9254	TEREZINHA MARQUEZ PONTIOLI	23/01/1969	Deferido
131	17502	THAUANA MARINA CORDOVA	04/01/1988	Deferido
132	19169	THIANE PAULA DA SILVA	28/03/1986	Deferido
133	9684	VALESKA PRESTES FORTES	15/08/1994	Deferido
134	10317	VALLERIA DA SILVA	15/09/1973	Deferido
135	15910	VANESSA FRANCISCO RAMOS DE OLIVEIRA	16/06/1980	Deferido
136	10488	VANESSA MARTINS NEVES	11/04/1983	Deferido
137	16830	VERA LUCIA LIMA	05/03/1976	Deferido
138	13876	ZELI DA SILVA	15/06/1966	Deferido

#### Agente de Serviços de Serviços Gerais-Saúde - Alfabetizado

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9653	ALDA INACIO DA SILVA	18/03/1961	Deferido
2	17684	ANA PULA KNAK	28/04/1988	Deferido
3	10112	ANGELA MARIA JASPER	15/06/1957	Deferido
4	13553	BRENDA CAROLINA BALLELO	23/09/1994	Deferido
5	16065	CERLI AP DOS SANTOS PADILHA DE GOES	02/02/1970	Deferido
6	19918	DIOLENE MEDEIROS VALIN	23/01/1970	Deferido
7	19046	GISLAINE JO-SIANE BENTO	21/09/1984	Deferido
8	14146	ILZA SILVA SOUZA	18/04/1975	Deferido
9	19280	LAURA WIL-LER	28/09/1959	Deferido

10	16392	LYNCON JAMES BUCHER RODRIGUES	28/06/1984	Deferido
11	12779	MARCIA REGINA SANTANA DE SOUZA	21/03/1978	Deferido
12	15675	MARIA NEUSA BROMBIL VENANCIO	07/09/1963	Deferido
13	19336	MARILENE COLOMBO	14/11/1964	Deferido
14	14732	MARINA PEREIRA DA ROCHA	21/03/1969	Deferido
15	14911	PATRIA DA SILVA CARVALHO	09/10/1991	Deferido
16	17136	SUELI DA APARECIDA SANTOS BATISTA	26/04/1970	Deferido
17	8886	VIVIANE REITER	16/01/1987	Deferido

#### Agente de Serviços Gerais-Obras - Alfabetizado

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16808	ALTAIR MIRANDA	30/04/1977	Deferido
2	11473	PAULO CARVALHO SILVA	12/06/1984	Deferido
3	17129	ROSA PIRES SANT'ANA	10/08/1966	Deferido
4	12460	VANTUIR ANTONIO DE JESUS	08/07/1982	Deferido

#### Arte-Educador Dança de Salão (20h) - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19585	BIANCA ALCANTARA BALDO	02/04/1983	Deferido

## Arte-Educador de Artes Plásticas - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	14421	MARIA SELMA XAVIER DE SA	21/09/1961	Deferido
2	17281	ROSIANE DOMICIANO SERAFIM	28/09/1966	Deferido

## Arte-Educador de Balé - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10324	BERENICE VALENÇA VIANNA	16/01/1966	Deferido

## Arte-Educador de Canto - Ensino Médio

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Arte-Educador de Circo - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19573	EVANDRO LUÍS IGNÁCIO JUNIOR	02/04/1992	Deferido

## Arte-Educador de Dança de Rua (20h) - Ensino Médio

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Arte-Educador de Dança de Rua (40h) - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12941	FRANCIELLY BERLIM DE SIQUEIRA	07/08/1993	Deferido

## Arte-Educador de Dança de Salão (40h) - Ensino Médio

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Arte-Educador de Instrumento de Sopros - Ensino Médio

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Arte-Educador de Teatro - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	14178	CLEITON ROBERTO DOS SANTOS	01/02/1997	Deferido
2	18873	FELIPE LUCIANO LAURÊNCIO DE SOUZA	08/08/1988	Deferido
3	14172	RAFAELA CATARINA KINAS	19/06/1990	Deferido
4	17202	SANDRA PANTANO TOMAZ	03/07/1959	Deferido

## Arte-Educador de Violão - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16407	ANTONIO CARLOS ULLER	29/12/1969	Deferido
2	12167	ANTONIO MAURO FEREIRA	27/11/1960	Deferido
3	19762	BRUNO FLORIANO ROMAO	28/06/1991	Deferido
4	19712	CARLOS FABRICIO ALVES NEUKOM	07/09/1980	Deferido
5	14854	GIANDER DA SILVA MARIN	12/12/1986	Deferido
6	17236	LEONARDO PEDRO DA SILVA KLEIS	07/01/1991	Deferido
7	10762	MAURI SANTANA	02/12/1955	Deferido
8	18647	PAULO RENATO CRISPIM	16/12/1980	Deferido

## Assistente Social - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	8746	ADRIANE NASCIMENTO MENDONÇA	23/10/1987	Deferido
2	14979	BIANCA GONÇALVES SANTOS	31/01/1980	Deferido
3	19942	CIBELE FIAMONCINI DEMETRIO	15/01/1977	Deferido
4	15263	DENISE DELLER	21/03/1988	Deferido
5	13871	FERNANDA REGINA RIFFEL	09/08/1991	Deferido



6	17645	FLAVIA MABEL DA ROSA	19/06/1979	Deferido
7	9600	FRANCIELI CASAGRANDE COMELLI	03/10/1991	Deferido
8	15569	GISELE NAGEL	18/06/1981	Deferido
9	10184	IVANIR ZEFERINO DOS SANTOS	28/06/1972	Deferido
10	19471	JOSEMARA DO AMARAL	08/06/1984	Deferido
11	15976	KARIN SCHWENGBER	18/07/1983	Deferido
12	10613	KELLY PEREIRA DA CUNHA	06/03/1976	Deferido
13	12105	KELY MUELLER	27/06/1990	Deferido
14	20019	KENIA APARECIDA DE BARROS DIAS	01/02/1979	Deferido
15	16219	LAYS DE ARAÚJO	09/02/1988	Deferido
16	18144	LIAMARA POLETTI	07/07/1986	Deferido
17	10022	LOURDES PINHEIRO DO CARMO	25/08/1976	Deferido
18	19227	LUCIMARA POLETTI	27/07/1988	Deferido
19	16516	MARIA BERNADETE CANUTO	03/09/1966	Deferido
20	10873	MARIA ZENEDE SANTOS SALAZAR	31/12/1965	Deferido
21	15288	MARIANA DOS SANTOS	16/04/1980	Deferido
22	12077	MARINÊS SEGAT TAUBE	25/05/1967	Deferido
23	8858	PATRICIA RODRIGUES MARTINS ROSA	17/01/1979	Deferido
24	12065	PAULA DA SILVA FLORES	27/11/1990	Deferido
25	19048	ROSANGELA VOLKMER	19/09/1957	Deferido
26	13997	SAMANTA BOTELHO KONS	18/02/1992	Deferido
27	19368	SUZAN ANTUNES	19/11/1979	Deferido
28	9044	VINICIUS RENAN DOS SANTOS C	24/10/1991	Deferido
29	16513	ZÉLIA MARQUES ANTUNES	05/05/1957	Deferido

## Auxiliar de Consultório Dentário ESF - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17746	ADRIELI GIRALDI	19/02/1994	Deferido
2	13569	ARIELE JAINAINA DOS SANTOS	24/11/1996	Deferido
3	18776	DAIANA CARVALHO DA SILVA GONÇALVES	23/08/1987	Deferido
4	19015	FABIANE PIERRE DOS PASSOS	09/11/1970	Deferido
5	13281	KELLY CRISTINA DE AUGUSTINHO DE BANDEIRA	29/06/1987	Deferido
6	17934	MARIANA CARLA FIGLESKI DE AGUIAR	15/05/1997	Deferido
7	16596	SOLANGE BUENO PEREIRA DOS SANTOS	20/06/1978	Deferido
8	19554	THAYSE CRISTINA POLEZZA	21/12/1995	Deferido

## Enfermeiro - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16908	CINTIA MARIA ZERGER	28/09/1983	Deferido
2	15140	CINTIA SAN MARTINS ALMEIDA	24/01/1984	Deferido
3	17880	CRISTIANE DE CARVALHO	21/03/1982	Deferido
4	9074	DILCINARA MARQUES DOS SANTOS	03/10/1980	Deferido
5	14199	ELAINE MÁRCIA CORDEIRO	20/07/1983	Deferido
6	17635	ELIEZER FRANCISCO DA SILVA	04/12/1969	Deferido
7	16530	FLAVIO ANTONIO PEREIRA	07/03/1973	Deferido
8	15041	FLAVIO APARECIDO SARTORI	01/07/1976	Deferido
9	12663	GRAZIELLI STAMATO DOS SANTOS	26/05/1980	Deferido



10	9026	HENDY RUTH VAZ GERALDO DUARTE	06/07/1984	Deferido
11	20293	JESSICA DAYANE ROCHA DE ALMEIDA	31/01/1988	Deferido
12	19620	LENILDA RAMOS TELES	04/10/1978	Deferido
13	9421	MAICON FLORES JAQUES	06/10/1983	Deferido
14	15370	MONICA TEREZINHA ASSUMPCÃO DE CARVALHO	08/03/1966	Deferido
15	19188	PAULO SERGIO SCU-DLAREK	30/07/1974	Deferido
16	10180	SANDRA TEREZINHA VIZZOTTO	24/04/1980	Deferido
17	12623	TIAGO DOS SANTOS	14/06/1984	Deferido

## Enfermeiro ESF - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19355	ANDRÉ ALEXEY POLIDORO	30/07/1987	Deferido
2	14653	ANDRESA VAZ PACHECO	07/09/1986	Deferido
3	11376	CARLA JULIANA MAFRA	14/09/1981	Deferido
4	9827	CLAUDINEIA DO ROCIO DA SILVA DE LIMA	29/03/1975	Deferido
5	18777	DENISE DE TOLEDO SANTOS ABREU	08/08/1982	Deferido
6	16474	GISELE CORDOVA NUNES	01/06/1980	Deferido
7	11176	GISELI CRISTINA ZANDONADI	10/02/1987	Deferido
8	12618	IVANIA SALETE SPRICIGO CEGALA	13/03/1977	Deferido
9	16122	JULIANA CHAVES COSTA	31/03/1988	Deferido
10	9027	MICHAEL LIMA	19/07/1985	Deferido
11	11409	MONICA HELEN BARACY GAUTO	20/03/1986	Deferido
12	20150	NILTON MACHADO DA SILVA	24/01/1969	Deferido

13	14834	PAULO NADER	15/02/1982	Deferido
14	11649	PRISCILA BARBOSA RIGAUD NEVES	20/11/1986	Deferido
15	9244	RAFAELLA REBELLO	21/11/1986	Deferido
16	14730	SANDRA MARIA RODRIGUES	30/04/1980	Deferido
17	9975	SILVANA ADRIANO FRANCEZ	12/01/1972	Deferido
18	18251	SIMEY HALLIS DA COSTA MONTEIRO	16/02/1990	Deferido

## Farmacêutico - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18085	AMANDA JACOBI TRIERWEILER	20/06/1993	Deferido
2	14835	BRUNA LAHUD	04/07/1992	Deferido
3	15212	BRUNO ALVES DE ALMEIDA	11/07/1988	Deferido
4	19754	DANIELA CARPEGGIANI CAETANO	17/05/1978	Deferido
5	11906	DOUGLAS GOELZER	20/03/1981	Deferido
6	14003	ECLEZIO FRANKENBERGER	01/05/1979	Deferido
7	17315	GUIVEN DOBIS BERNARDE	18/09/1977	Deferido
8	19051	JOYCE MARIA FAMELLI FONSECA	20/12/1985	Deferido
9	19867	KAMILA DE OLIVEIRA MATOS	25/02/1986	Deferido
10	9670	LETÍCIA FLAUSINO	24/11/1993	Deferido
11	14200	LOIRI CORREA	08/05/1966	Deferido
12	9053	MARIELLEN ARAUDI	20/11/1986	Deferido
13	12949	PATRICIA MURANAKA	03/07/1980	Deferido
14	18066	PRICILA CENTOFANTE BETIOLO	10/10/1986	Deferido
15	19883	PRISCILLA YUMI GONÇALVES IDO SILVA	06/08/1981	Deferido

16	12964	SANDRA SAYURI MURANAKA	01/10/1976	Deferido
17	19876	THAYARA TANDELLO TEIXEIRA PORTELLA	25/10/1983	Deferido
18	9418	VALESKA DIAS BIAGIOLLI MORETTE	08/02/1985	Deferido

## Fisioterapeuta - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12499	ADRIANA DO NASCIMENTO POSSOBON	17/05/1981	Deferido
2	19705	ALINE DA SILVA ROMANO CIPRIANO	11/08/1979	Deferido
3	9502	ALINI CRISTINE LEMOS FORMENTO	19/07/1987	Deferido
4	9702	BIBIANA MELHER PEREIRA	14/03/1990	Deferido
5	8981	CAMILA KIRCH	08/01/1983	Deferido
6	11676	CAROLINE MERKLE FERREIRA	02/06/1993	Deferido
7	14722	CLAUDIA REGINARAMOS	20/12/1973	Deferido
8	13769	CLAUDIA RIBEIRO BARRETO	19/10/1993	Deferido
9	17738	CRISTOFFER BARROS RUBIO	16/01/1983	Deferido
10	14816	DAIANE CRISTINE LEVANDOSKI	08/04/1992	Deferido
11	19208	FERNANDA APARECIDA DA SILVA	10/01/1982	Deferido
12	9177	GISELE KERBER LAUTERT	23/08/1991	Deferido
13	9029	HAÍSSA AGUIAR MENDES	12/09/1992	Deferido
14	19071	JÉSSICA DE AGUIAR MENEZES	04/03/1992	Deferido
15	11410	MARCELO BRUNO WANDERLEY DE SOUZA	12/04/1989	Deferido
16	15470	MARINA STENGER	15/09/1988	Deferido
17	15104	MAYANE DOS SANTOS AMORIM	10/01/1993	Deferido

18	17651	MORGANA AMANDA VEQUI	11/09/1990	Deferido
19	13529	NATHALIA CRISTINA PROHMANN	03/09/1990	Deferido
20	12586	RAFAELLA CAROLINE GAYA BALDANÇA	06/04/1990	Deferido
21	16798	ROBSON RODRIGO DIAS	09/11/1978	Deferido
22	14498	RULIANE DA SILVA TRENTO	29/10/1985	Deferido
23	13234	SUZANA DE OLIVEIRA	21/05/1989	Deferido
24	18329	TATIANE COFFI DA COSTA	19/08/1977	Deferido
25	18625	VICTOR DA SILVA ALVES	02/04/1993	Deferido
26	9729	VILMA DE FATIMA MEIRELES	01/01/1983	Deferido

## Fonoaudiólogo - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16940	ANA CLARISSE WASCHBURGER	16/01/1974	Deferido
2	19903	CHARLLE DE MORAIS CRUZ	26/03/1986	Deferido
3	13004	FERNANDA BERTAN	01/09/1989	Deferido
4	12828	GIOVANA CECILIA CORDEIRO	12/06/1983	Deferido
5	17164	JOSE DONIZETI TOMAZ	16/07/1959	Deferido
6	16320	ROSIMEIRE DE MORAIS PEREIRA	11/03/1973	Deferido
7	8946	SIMONE VELAME DA SILVA	20/08/1982	Deferido

## Instrutor de Artes Aplicadas - Ensino Fundamental Completo

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18857	PRISCILA DE LOURDES FERREIRA DOS SANTOS	15/05/1972	Deferido

**Instrutor de Corte de Cabelo - Ensino Fundamental Completo**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9134	JULIANA CRISTIANA PINHEIRO	15/10/1982	Deferido
2	12098	RAQUEL AMARAL	27/06/1978	Deferido
3	9971	ROSILEIA LIMA MOURA	14/02/1971	Deferido

**Instrutor de Corte e Costura - Ensino Fundamental Completo**

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

**Instrutor de Crochê e Tricô - Ensino Fundamental Completo**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19357	LENIR DE JESUS DOS SANTOS	01/10/1971	Deferido

**Instrutor de Informática (20h) - Ensino Fundamental Completo**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11671	AMÉRICO EDÉZIO DE SOUZA JR.	07/06/1992	Deferido
2	20057	CLAYTON MOURA BELO	23/04/1965	Deferido
3	9909	DANIELA ANTONIO PEREIRA	29/01/1974	Deferido
4	16232	EDGAR FIDGLESKI	05/12/1980	Deferido
5	20060	KATIANE BATISTA DA SILVA KATAOKA	26/08/1980	Deferido
6	12973	LEOMAR JOSÉ DA SILVA	04/05/1993	Deferido
7	9230	MARLON AUGUSTO LAZZAROTTI	04/08/1983	Deferido

**Instrutor de Informática (40h) - Ensino Fundamental Completo**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	15267	ANDERSON DO ROSÁRIO	03/01/1980	Deferido
2	16296	ANDRESSA APARECIDA DE OLIVEIRA	28/06/1996	Deferido
3	14077	DANIELA VIEIRA BRUM	13/01/1988	Deferido
4	9087	GERUSA LUIZ	02/09/1982	Deferido

5	14553	ISACK WELINGTON SILVA DOS SANTOS	17/03/1995	Deferido
6	19252	KELEN CRISTINA SILVA DOS SANTOS	16/09/1996	Deferido
7	20004	LEANDRO RIBEIRO DE ABREU	04/11/1986	Deferido
8	19134	LEONARDO SIQUEIRA	09/06/1994	Deferido
9	20100	MARLA SOUZA CARVALHO	07/09/1984	Deferido
10	16627	RAFAEL CECATTO	17/11/1987	Deferido
11	18808	ROBERTO MACHADO	17/08/1987	Deferido
12	15664	ROBSON ALVES DE LIMA	21/08/1973	Deferido
13	20248	RODRIGO BOHR	10/10/1996	Deferido
14	18261	ROGER DOUGLAS MENDONÇA	04/02/1987	Deferido
15	19679	SAMUEL BRANCO LINHARES	30/01/1975	Deferido
16	16527	SUÉLEN MONSINI DE OLIVEIRA	31/07/1985	Deferido

**Instrutor de Manicure - Ensino Fundamental Completo**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16154	FABIANA SOARES	15/08/1983	Deferido
2	14707	MARIA RAIMUNDA DA SILVA PAIXAO	04/07/1961	Deferido

**Instrutor de Patchwork - Ensino Fundamental Completo**

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

**Instrutor de Pintura em MDF - Ensino Fundamental Completo**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16862	AVELITA MULLER CAMPESTRINI	18/07/1967	Deferido
2	9495	TICIANE LOEFF	01/10/1991	Deferido

## Instrutor de Pintura em Tecido - Ensino Fundamental Completo

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12813	ABIGAIL DA CONCEIÇÃO FERREIRA	28/11/1965	Deferido
2	13299	MARIA APARECIDA LEMOS	07/10/1957	Deferido

## Instrutor de Pintura em Tela Óleo - Ensino Fundamental Completo

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Intérprete de Libras (20h) - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17585	CAMILA FRANCISCO	24/05/1987	Deferido
2	12293	CRISTIANE VICENTE	09/07/1975	Deferido
3	16919	MARINALVA CLEUSA DA SILVA MACHADO	30/08/1970	Deferido
4	17296	SONIA QUINONES ABASTO	21/02/1965	Deferido

## Intérprete de Libras (40h) - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18358	LIGIANE DE OLIVEIRA SILVA DE OLIVEIRA	03/09/1988	Deferido

## Leiturista - DAE - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	15575	ALAN ROBERTO NEGRÃO	19/10/1988	Deferido
2	15799	ALYSSON DOUGLAS FERNANDES	28/09/1992	Deferido
3	13981	AMILTON WANDERLEY DOS SANTOS	11/04/1982	Deferido
4	8737	ANA PAULA RAMALHO SABALLA	14/06/1988	Deferido
5	19946	ANDRE FORNARA WALTER	19/12/1983	Deferido
6	16364	APOLO MARQUES DE AMORIM	13/01/1975	Deferido

7	17526	ARIADNE MENDES DE MIRANDA	04/12/1989	Deferido
8	16929	BERNARDO MARUCCO SILVA	09/11/1995	Deferido
9	19018	CLAUDIO ROBERTO GAIO	18/01/1963	Deferido
10	16333	CLEBERTON LUIS MORGANTI DO NASCIMENTO	19/07/1975	Deferido
11	16723	DELEY EDNE-SIO OURIQUES	16/11/1982	Deferido
12	15098	DENIS AUGUSTO SCHWAEMMLE LUCHTENBERG	24/02/1983	Deferido
13	13927	DILCEU CAMPOS DA ROSA	01/09/1977	Deferido
14	11797	DIOGO JAN- DIR WANGER	21/01/1986	Deferido
15	11608	DOMINGOS CARLOS NETO	27/03/1963	Deferido
16	20255	ELEN DOS SANTOS PAIXÃO	24/08/1987	Deferido
17	11745	ELTON PAULI NASCIMENTO	06/05/1994	Deferido
18	15690	EMERSON LUIZ NARDES	24/08/1973	Deferido
19	19374	ERIK WILLIAN DO NASCIMENTO YAGI	30/01/1983	Deferido
20	16470	EZEQUIEL ALVES DA ROCHA	25/06/1987	Deferido
21	19934	FABIANA APARECIDA DA SILVA	01/12/1986	Deferido
22	18258	FÁBIO EDUARDO WISINTAINER	24/10/1970	Deferido
23	19557	FRANCISCO ARAUJO DA SILVA NETO	20/05/1994	Deferido
24	18771	GISELE CRISTINA SANTIAGO	03/05/1984	Deferido
25	14487	GLAUCIA MELCHIORETTO KRAISCH AVANSINI	10/12/1971	Deferido
26	17096	GUSTAVO NICHETTI CAVALET	27/03/1990	Deferido
27	14550	ILDSON DA A NUNCIACÃO CERQUEIRA	11/01/1990	Deferido
28	9528	ISIANE ROSA	23/08/1985	Deferido

29	9447	JEFERSON GABRIEL ANDRE	14/11/1985	Deferido
30	15461	JEFFERSON SILVA WILK	26/08/1986	Deferido
31	16746	JESSÉ DA SILVA TEIXEIRA	21/11/1981	Deferido
32	13882	JESSÉ VALMOR MARIANO	04/12/1980	Deferido
33	16481	JOÃO CARLOS DE SOUZA CACILHA	17/12/1990	Deferido
34	12407	JOEL LENO MYSZKA	01/10/1987	Deferido
35	9998	JOELMA ANDERCIA PATRICIO	20/10/1974	Deferido
36	18499	JONAS JOSE DE ALMEIDA	06/06/1990	Deferido
37	16472	JULIETE BRITO SANTOS	08/03/1990	Deferido
38	17230	LÁZARO DE OLIVEIRA SILVA	14/12/1991	Deferido
39	11446	LETICIA SILVA CONCEIÇÃO	26/08/1994	Deferido
40	12840	MARCELO ANDERSON DE CASTRO PAIVA	12/08/1982	Deferido
41	19426	MARCELO STAROSKY	24/01/1982	Deferido
42	17597	MARLETE MARIA ALEXANDRE	01/03/1959	Deferido
43	13260	MATHEUS ESTEVÃO DE SOUZA	12/07/1994	Deferido
44	11227	MATHEUS LUIZ BAMBINETTI	16/07/1996	Deferido
45	11605	PABLO DARLÃ MARQUES	15/10/1988	Deferido
46	16661	PAULO CÉZAR GOMES DA CRUZ	01/02/1967	Deferido
47	19104	PAULO ROBERTO PEREIRA	22/09/1960	Deferido
48	16755	PEDRO PAULO DA COSTA	28/06/1959	Deferido
49	18202	REGIANE GISELE DA SILVA	27/02/1982	Deferido
50	9698	RICARDO DE BARROS PEREIRA	30/07/1971	Deferido
51	17680	ROSIMERI SILVA MARIA	22/08/1982	Deferido

52	14833	RUBERVAL FREIRE NEGREIROS JUNIOR	18/04/1972	Deferido
53	9504	SAYMONN CRISTIANN PACHECO	30/06/1985	Deferido
54	17011	SERVULO DA CUNHA	22/11/1963	Deferido
55	9024	THIAGO DUARTE	01/12/1984	Deferido
56	17405	THIAGO LOURENÇO SENA	25/03/1984	Deferido
57	13597	TULIO RAFAEL FARIAS	17/05/1988	Deferido
58	19420	WILSON THIAGO DE SOUZA'	03/12/1988	Deferido

## Médico Anestesista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19073	GISANA MARIA DA SILVA WIETHORN RODRIGUES	18/04/1981	Deferido

## Médico Auditor - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11328	ANDRÉ BATISTA RIBEIRO	07/12/1988	Deferido

## Médico Cardiologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19211	LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS JUNIOR	14/10/1982	Deferido

## Médico Cirurgião Geral (10h) - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	20306	RAFAEL MAY COPPI	08/01/1985	Deferido

## Médico Cirurgião Geral (20h) - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Médico Clínico Geral - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16883	CAMILA GINDRI DE CARVALHO	22/09/1989	Deferido
2	10687	GERUSA COELHO VAZ MURER	20/08/1985	Deferido
3	10757	LUIZ GUSTAVO TEIXEIRA PINTO	15/05/1974	Deferido
4	20139	MARIANE REGINA DA SILVA ROCHA	02/06/1985	Deferido
5	14379	VANIA SANCHEZ PRETTE GODO	22/11/1978	Deferido

## Médico Endocrinologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19928	ROSANGELA BOGO GALINDO	26/02/1977	Deferido

## Médico ESF - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19075	ANDRÉ ALEXEY POLIDORO	30/07/1987	Indeferido item 4.14.8
2	12382	ANELISE PERONDI	20/08/1987	Deferido
3	19499	JAIME RIBEIRO FREITAS	01/02/1990	Deferido
4	19439	MOACIR BARBOSA NETO	04/11/1978	Deferido
5	13913	ROMULO CAVALCANTE SERPA	17/10/1985	Deferido

## Médico Ginecologista - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Médico Oftalmologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11962	FLAVIA NAGEL DA SILVA	02/05/1984	Deferido
2	19641	NATACHA CAVASINI HOFFMEISTER	18/10/1985	Deferido

3	12441	PATRICIA MARCELA MESQUINI	20/02/1984	Deferido
---	-------	---------------------------	------------	----------

## Médico Ortopedista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	13724	FERNANDO KROBEL FILHO	31/08/1982	Deferido
2	11325	JULIANO PACHECO CAMILOTTI	01/02/1977	Deferido

## Médico Otorrinolaringologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11753	ALICE ANDRADE TAKEUTI	09/05/1986	Deferido
2	12816	IZABELA RODRIGUES ÁVILA	22/12/1983	Deferido
3	14031	LYS MARIA ALLENSTEIN GONDIM	05/02/1977	Deferido
4	16595	RENATO TADAO ISHIE	16/10/1983	Deferido

## Médico Pediatra - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19628	ELISA SCHENKEL	17/03/1973	Deferido
2	19498	GASTÃO DIAS JÚNIOR	12/06/1968	Deferido

## Médico Proctologista - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Médico Psiquiatra (20h) - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	14081	TATIANE ABREU DALL'AGNOL	30/05/1986	Deferido

## Médico Psiquiatra (40h) - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.



## Médico Radiologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	13221	JULIETA ELOISE PAMPLONA SCHRAMM	14/08/1982	Deferido
2	11494	RAFAEL OKU FERNANDES	05/03/1983	Deferido
3	13781	THIAGO CASAGRANDE DO CANTO	03/10/1984	Deferido

## Médico Reumatologista - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Médico Urologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	13126	FABIO SANT ANNA DE MORAES	05/03/1979	Deferido

## Médico Vascular (10h) - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11904	EDUARDO ZEILMANN	07/11/1979	Deferido

## Médico Vascular (20h) - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Monitor de Educação Infantil - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9192	ADALGISA VERENA PARANAGUA	26/06/1982	Deferido
2	9665	ADILIA ANTUNES HILDEFONSO	09/11/1968	Deferido
3	18468	ADRI MARIA BORBA	09/06/1990	Deferido
4	10632	ADRIANA CONRADO	13/04/1989	Deferido
5	12759	ADRIANE DE SOUZA	06/11/1993	Deferido
6	20020	ADRIELLI APARECIDA NUNES SOUZA	27/06/1993	Deferido
7	11870	ALAIDE DE SOUZA VIEIRA	12/09/1980	Deferido
8	19316	ALBA SUSANA CARDOSO DA SILVEIRA	14/11/1992	Deferido

9	19496	ALESSANDRA GERALDO	24/12/1974	Deferido
10	14234	ALEXANDRA DA SILVA BATISTA VENANCIO	22/06/1989	Deferido
11	9434	ALICE RISTOW ROZA	03/02/1995	Deferido
12	8939	AMANDA CAROLINA DOS SANTOS MENDES	15/05/1996	Deferido
13	17242	AMANDA DA SILVA	09/11/1995	Deferido
14	10285	AMANDA NAYRA PEREIRA DA CRUZ	13/07/1992	Deferido
15	12001	AMANDA RISSATTO GERON	28/07/1995	Deferido
16	9672	AMANDA VITÓRIA DA COSTA	24/12/1995	Deferido
17	15460	ANA CAMILO GALIETA	10/11/1976	Deferido
18	9599	ANA CAROLINE COUTO MAES	26/03/1993	Deferido
19	11825	ANA CAROLINE OURIQUES	20/09/1995	Deferido
20	11224	ANA CÉLIA MOURA	28/05/1980	Deferido
21	13893	ANA CLAUDIA SILVA DOS SANTOS	08/12/1980	Deferido
22	9102	ANA CRISTINA BARBOSA GUERRA	23/12/1973	Deferido
23	19864	ANA CRISTINA DOS SANTOS	28/07/1979	Deferido
24	19563	ANA FLAVIA DE JESUS	05/09/1995	Deferido
25	19457	ANA LUIZA DE SOUZA	06/03/1992	Deferido
26	9004	ANA PAULA BARCELLO	15/03/1996	Deferido
27	18033	ANA PAULA BERKENBROCK	23/10/1994	Deferido
28	12622	ANA PAULA CORDEIRO HINCKEL	09/08/1993	Deferido
29	16432	ANA PAULA FAGUNDES MENDES	06/09/1986	Deferido
30	16361	ANA PAULA FELICIO	07/01/1987	Deferido
31	12739	ANA PAULA KALENIK	31/12/1984	Deferido
32	14045	ANA PAULA MILITÃO	05/01/1992	Deferido
33	16490	ANA PAULA RANGUETTI	27/06/1997	Deferido
34	9805	ANA PAULA SCHMITT	08/08/1981	Deferido
35	10415	ANÉZIA SOLANGE DIAS	25/03/1962	Deferido
36	13459	ANDEIA NOGUEIRA DA SILVA DE FRANÇA	26/11/1979	Deferido
37	19371	ANDRÉA ALTINI	15/02/1983	Deferido



38	11777	ANDREA ROBERTA RUPP MIRANDA	29/10/1983	Deferido
39	15407	ANDREIA MATIAS DA SILVA WILK	21/12/1982	Deferido
40	10498	ANDREIA PEREIRA ANDRADE	10/12/1988	Deferido
41	16851	ANDRESSA ALVES DA SILVA	31/10/1994	Deferido
42	12729	ANDRESSA BAGNARA	21/11/1993	Deferido
43	14585	ANE CAROLINE DOS PASSOS	15/07/1995	Deferido
44	9220	ANE KAROLINE PORTELLA	08/12/1988	Deferido
45	17593	ANGÉLICA DE LIMA	21/09/1988	Deferido
46	8797	ANGELA APARECIDA CELESTINO	13/10/1979	Deferido
47	9544	ANGELA MARIA ANACLETO	10/05/1980	Deferido
48	16457	ANGELA MARIA ANACLETO	29/04/1996	Deferido
49	9235	ANGELICA SUELY ANDRE	23/06/1992	Deferido
50	12496	ANGELINA DE FA'TIMA GOBI	05/07/1965	Deferido
51	11561	ANIELEN GARCIA	11/06/1990	Deferido
52	17480	ANNA CLAUDIA GAYA COSTA	10/05/1983	Deferido
53	19801	ARIANA DA SILVA	24/08/1983	Deferido
54	15277	ARILSON PEREIRA	21/04/1961	Deferido
55	19001	AYNIRÁ RAFAELA DE MATOS	24/10/1995	Deferido
56	12932	BEATRIZ DE ALMEIDA MARCOS	15/02/1992	Deferido
57	11344	BRUNA APARECIDA LOPES DOS SANTOS	21/11/1995	Deferido
58	17946	BRUNA CAROLINE PEREIRA	13/05/1990	Deferido
59	11872	BRUNA DE OLIVEIRA	21/03/1994	Deferido
60	13385	BRUNA DOS SANTOS BRASIANI	07/09/1996	Deferido
61	11408	BRUNA MONIQUE GONÇALVES BITTENCOURT	24/12/1994	Deferido
62	9138	BRUNA REGINA PEREIRA	17/02/1995	Deferido
63	17917	CAMILA DA COSTA ANTUNES	08/03/1997	Deferido
64	8853	CARINE BORECK	26/06/1990	Deferido
65	17822	CARLA PATRICIA PEIXOTO GOETSCH	08/07/1975	Deferido
66	13726	CARLA SARAIVA DA SILVA	19/08/1983	Deferido
67	14934	CARMEN MAYARA ROSA	07/01/1996	Deferido

68	12363	CAROLINA MABA DA SILVA	14/04/1995	Deferido
69	11780	CAROLINA PAMPLONA MACIEL	03/07/1981	Deferido
70	17482	CAROLINE SILVA DA SILVEIRA	12/03/1996	Deferido
71	19480	CAROLINE SILVEIRA	18/07/1995	Deferido
72	14758	CARULINI ALEXANDRINA	30/05/1992	Deferido
73	15637	CATIA REGINA FROTTINI DA SILVA	19/10/1979	Deferido
74	11680	CATIANE ALVES	25/04/1978	Deferido
75	18336	CATILÇA CRISTINA BORGES	28/10/1985	Deferido
76	17836	CÉLIA TERESA DOS SANTOS	30/04/1962	Deferido
77	15419	CHARLENE FÁTIMA DA SIVA	16/04/1982	Deferido
78	19312	CHRISTIANE EUFRAZIO	11/08/1974	Deferido
79	15386	CINARA APARECIDA JUSTINO	16/01/1985	Deferido
80	9196	CLAUDIA DE AZEVEDO VELHO DE SOUZA	21/04/1982	Deferido
81	19602	CLAUDIA SILVA DOS SANTOS	30/03/1979	Deferido
82	14056	CLAUDINEIA KUSTER DE SOUZA	20/12/1985	Deferido
83	15539	CLÁUDIA MARIA CIPRIANO	30/10/1973	Deferido
84	9160	CRISLAINE ESPINDOLA	14/03/1994	Deferido
85	17648	CRISTIANA APARECIDA TEIXEIRA	26/04/1989	Deferido
86	11291	CRISTIANE APARECIDA DE SOUZA	13/12/1985	Deferido
87	16965	CRISTIANE ESPINDOLA	16/08/1990	Deferido
88	12682	CRISTIANE FERREIRA BRITES	14/08/1992	Deferido
89	15334	DAIANA CRISTINA GONÇALVES SILVEIRA	28/02/1989	Deferido
90	10880	DAIANE CAROLINE SCHREINER	28/09/1988	Deferido
91	9871	DAIANE CRISTINA DE ASSIS	28/02/1988	Deferido
92	17510	DAIANE DA ROSA LOPES	08/03/1990	Deferido
93	10125	DAIANE STEPHANI PASSOS DA LUZ	07/09/1995	Deferido
94	10468	DAMARIS ALVES BARROS	19/08/1996	Deferido
95	11015	DANIELA CRISTINA URBANO MOURA	15/12/1982	Deferido
96	9045	DANIELA DE ALMEIDA	12/02/1979	Deferido

97	11816	DANIELA FABRICIO	16/12/1992	Deferido
98	11418	DANIELE LARREA DA COSTA	28/03/1982	Deferido
99	16501	DANIELLA DONCA	23/09/1992	Deferido
100	15496	DANIELLI BONIN	30/04/1986	Deferido
101	16346	DANUBIA CLEMENTINO	01/05/1981	Deferido
102	13242	DARA HALINE DOS SANTOS	23/12/1995	Deferido
103	13955	DAYANE SHAINÉ BORBA	30/09/1990	Deferido
104	10799	DAYANI ASSOLARI SALDANHA XAVIER	29/10/1987	Deferido
105	15758	DÉBORA CRISTINA DE ALMEIDA SANTOS	24/07/1995	Deferido
106	9511	DENISE CRISTINA BRITO DAS MERCÊS	18/03/1991	Deferido
107	18700	DIEINI SIQUEIRA	16/07/1994	Deferido
108	14129	DORENILCE TAVARES COSTA REIS	28/03/1987	Deferido
109	9531	DULIANE DO CARMO	11/12/1989	Deferido
110	15030	EDELIR PEREIRA DE LIMA	24/01/1990	Deferido
111	17976	EDICLEIA RIBEIRO	20/11/1991	Deferido
112	13320	EDICLEIA-MARGARETE MENDONÇA NASCIMENTO	21/06/1972	Deferido
113	15360	EDNA CRISTINA TURRA	07/12/1989	Deferido
114	15228	EDNA DA SILVA CHAGAS	01/10/1959	Deferido
115	20215	EDUARDO AUGUSTO FERNANDES	16/10/1994	Deferido
116	12107	EDVANIA PEREIRA DOS SANTOS	13/04/1986	Deferido
117	19848	ELAINE CRISTINA PEREIRA	25/02/1985	Deferido
118	8880	ELAINE SANTOS DA CRUZ SILVA	04/02/1982	Deferido
119	9278	ELICA DA SILVA	05/04/1990	Deferido
120	13846	ELIDIANE HELIA ALBANO	01/12/1991	Deferido
121	16548	ELIETE SANTOS ROSA	29/09/1991	Deferido
122	9882	ELISANDRA FRANCISCO PEREIRA	16/10/1982	Deferido
123	12122	ELISANDRA JACINTA MARCHIORO LEITAO	28/03/1981	Deferido
124	18257	ELISANDRA MACHADO DE BORBA COSTA	09/09/1980	Deferido

125	10573	ELIZANDRA EGER XAVIER COSTA	28/09/1981	Deferido
126	16563	ELLEN MICHELY LEME	11/10/1996	Deferido
127	14495	ELOIR TEREZINHA DA SILVA TRENTTO	29/10/1965	Deferido
128	9826	ERICA HELENA DE SOUZA	04/06/1989	Deferido
129	19301	EWELIN DA SILVA LEAL	11/08/1994	Deferido
130	11195	FABIANA ALVES	15/04/1984	Deferido
131	11923	FABIANA DE CARVALHO SILVA	28/03/1994	Deferido
132	8751	FABIANNE PAULINO DE OLIVEIRA	24/10/1980	Deferido
133	13744	FERNANDA CAROLINI DA SILVA	17/03/1993	Deferido
134	11299	FERNANDA EGUILHOR RODRIGUES DE MIRANDA	15/06/1984	Deferido
135	11868	FERNANDA LEMES BRITES	01/01/1989	Deferido
136	11520	FLAVIA ANDRADE DOS SANTOS	08/02/1993	Deferido
137	13189	FLAVIA RUIZ DE OLIVEIRA VIEIRA	12/01/1976	Deferido
138	17749	FRANCIANE APARECIDA CELISTA	24/04/1994	Deferido
139	11768	FRANCIELI RODRIGUES	14/08/1994	Deferido
140	16237	FRANCIELLE APARECIDA MANOEL	19/02/1989	Deferido
141	17122	FRANCIELLE IGNACIO DE OLIVEIRA	19/06/1994	Deferido
142	12267	FRANCINE SIMAS	05/03/1995	Deferido
143	9353	FRANCISCA ELISANDRA DOS SANTOS SOUSA SILVA	05/08/1982	Deferido
144	18046	FRANCISCA NAZARÉ COSTA SILVA	12/10/1992	Deferido
145	12895	GABRIELA BASTISTA MACHADO	18/02/1989	Deferido
146	9284	GABRIELA DUARTE DA SILVA	17/05/1997	Deferido
147	11808	GABRIELA RODRIGUES MAFRA	15/05/1997	Deferido
148	12417	GEISE DE OLIVEIRA	27/01/1994	Deferido
149	12857	GEISER DOS SANTOS NEVES	17/08/1984	Deferido
150	16860	GERUSA AMABILLY VIEIRA CAMILO	01/06/1996	Deferido

151	12092	GERUSA TATIANE CRISPIM	06/09/1980	Deferido
152	8791	GERUZA DARCI FRANCISCO	13/01/1990	Deferido
153	15870	GEZELAINE GOMES	03/12/1985	Deferido
154	10023	GISELE CRISTINA LOURENÇO DO NASCIMENTO	25/04/1983	Deferido
155	17373	GISELE JORGE	05/02/1982	Deferido
156	20258	GISELI JOANA MÜLLER CAMPOS	06/05/1986	Deferido
157	14356	GISLAINE FERNANDA ANTUNES	09/10/1989	Deferido
158	12847	GLAUCIA ELAINE AGUSTINHO	13/08/1974	Deferido
159	8827	GLEICIANI D'AVILA MACHADO	16/01/1990	Deferido
160	19561	GRACIELLE DE SOUZA VIDAL	21/03/1984	Deferido
161	8925	GRASIELE GOMES SANTIAGO	03/03/1986	Deferido
162	10403	GREICI KELLY INTHURN	06/01/1993	Deferido
163	13980	HEIDIANE RIBEIRO DA COSTA	16/09/1990	Deferido
164	17016	HENDY JACKELINE SILVA INDALENCIO	10/03/1995	Deferido
165	9094	HINDIANARA MENDES	16/04/1989	Deferido
166	19322	ILIANE RICARDI	06/01/1975	Deferido
167	11716	INGRID GOMES BARBOZA	03/01/1997	Deferido
168	9022	INGRID NUNES VENÂNCIO	30/05/1996	Deferido
169	19931	IOLANDA FRANCIELE BOGES	03/03/1991	Deferido
170	10655	ISABEL CRISTINA DA ROCHA	06/01/1979	Deferido
171	9188	IVANA APARECIDA HARBS	18/06/1991	Deferido
172	14407	IVONE SOMARIVA	13/05/1981	Deferido
173	13071	IVONETE PORTELLA DE LIMA	12/01/1979	Deferido
174	19308	IZETE CARDOSO DA SILVEIRA	26/03/1975	Deferido
175	18307	JÁINE MARQUES DOS SANTOS	19/04/1994	Deferido
176	10287	JACIANE BARROS OLIVEIRA	04/05/1995	Deferido
177	11627	JACQUELINE SILVA BARBOSA	19/11/1994	Deferido
178	13020	JAINA ELLEN LUZ	03/09/1993	Deferido
179	17005	JAIR LUCAS MARIANO JÚNIOR	21/10/1994	Deferido
180	15944	JANAINA ALICE BORGES DA SILVA	25/12/1995	Deferido

181	9515	JANAINA CORREA	06/09/1985	Deferido
182	12980	JANAINA ROCHA	10/12/1988	Deferido
183	8865	JAQUELINE BONNETTE ROSA	15/11/1992	Deferido
184	10709	JAQUELINE TEREZINHA HARTUNG	06/07/1988	Deferido
185	11558	JÉSSICA DOS SANTOS	22/04/1994	Deferido
186	11970	JÉSSICA JAKUES	14/02/1995	Deferido
187	16441	JÉSSICA NASCIMENTO	23/04/1991	Deferido
188	17964	JÉSSICA PARANAGUÁ	07/12/1990	Deferido
189	18659	JÉSSICA PATRICIO	13/05/1991	Deferido
190	19114	JEANICE JUCELANDIA LAURINDO	18/09/1992	Deferido
191	8782	JENAINA BARBOZA DA SILVA VIANNA	24/02/1992	Deferido
192	12694	JESSICA CAETANO ANTONIO	05/04/1991	Deferido
193	17721	JESSICA CARDOSO	08/01/1992	Deferido
194	11623	JESSICA CAROLINE KRUCHINSKI RIBEIRO	29/11/1996	Deferido
195	9290	JESSIKA MAYRA DRANKA	01/02/1991	Deferido
196	17251	JESSIKA SAMARA DA SILVA MACIEL	02/03/1992	Deferido
197	10785	JHULY GONÇALVES DE OLIVERIA	08/01/1994	Deferido
198	19579	JOANA D'ARC DA COSTA	01/05/1975	Deferido
199	18969	JOICE CRISTINE EMILIO	28/03/1992	Deferido
200	10124	JORDANIA LEITE MORAIS	12/04/1986	Deferido
201	10887	JOSCEMERI BATISTA DE LIMA GRUTTNER	30/01/1984	Deferido
202	13456	JOSIANE LEAL COUTO	25/11/1978	Deferido
203	12052	JOSIANE ROMANI	16/09/1986	Deferido
204	17915	JOSINETE BUENO DE ALMEIDA	13/05/1971	Deferido
205	16089	JUCEMARA LINHARES DE FRANÇA	19/06/1991	Deferido
206	12088	JUCIANE ISABEL DE SOUZA	16/06/2010	Deferido
207	13489	JUCIMARA MAIL INOCÊNCIO BONDAVALLI	18/11/1982	Deferido
208	10556	JULIANA BURLAN DA SILVA	13/05/1994	Deferido
209	14385	JULIANA CUSTODIO DA SILVA	18/08/1985	Deferido

210	11213	JULIANA DA COSTA SILVA	12/12/1994	Deferido
211	18278	JULIANA DA LUZ	15/08/1986	Deferido
212	9326	JULIANA DEL MORO GARCIA	26/07/1995	Deferido
213	12082	JULIANA DOS SANTOS	04/08/1984	Deferido
214	9542	JULIANA FRANCISCO SPENGLER DA ROCHA	02/10/1977	Deferido
215	14251	JULIANA NASCIMENTO	23/04/1991	Deferido
216	10754	JULIANA PATRÍCIA DELFINO	09/10/2019	Deferido
217	18997	JULIANA PEREIRA DO NASCIMENTO	29/05/1993	Deferido
218	17012	JULIANA REIS GONZAGA	29/12/1983	Deferido
219	9559	JULIANA STANCK PEREIRA	14/05/1985	Deferido
220	9707	JULIANE DE SOUZA	04/08/1985	Deferido
221	9479	JULIANE ROMAO	13/01/1990	Deferido
222	14859	JULIANE TELLES DE BASTIANO	31/03/1990	Deferido
223	10262	JUREIDE PADILHA VOGEL	21/08/1969	Deferido
224	8976	KAMILA SATIRO DA SILVA	13/05/1996	Deferido
225	11805	KARINA CRUZ	18/12/1986	Deferido
226	8973	KARINA SATIRO DA SIVA	12/09/1990	Deferido
227	15260	KATIA LUCIANE MORAES COELHO	03/05/1987	Deferido
228	10944	KEITIELE CORREA DA SILVA	08/02/1995	Deferido
229	10109	KELLI FERNANDA BAUER	19/07/1996	Deferido
230	19948	KETLEN FERNANDA BOFFAMAM	31/07/1995	Deferido
231	17949	KEYLA SILVA-NO MEMORIA SOUTO	30/03/1997	Deferido
232	8943	LAÍS SCARLET COELHO GALVEZ	08/11/1991	Deferido
233	12641	LAISE CAMILA PEREIRA DE SOUSA	25/01/1988	Deferido
234	11121	LARISSA CRISTINI DA SILVA	31/01/1992	Deferido
235	12833	LARISSA TAYNA FRITZKE	01/03/1996	Deferido
236	15475	LAURA PAULA MONICA	25/08/1991	Deferido
237	18309	LAURORA DALBERTI DE JESUS	19/02/1958	Deferido
238	16911	LÉIA SILVA DE OLIVEIRA GREGORIO	13/10/1979	Deferido
239	8900	LEIDIANE DE LUCA	11/12/1990	Deferido

240	13096	LELAYNE DA ROCHA	29/04/1992	Deferido
241	11718	LEONARDO JOSÉ PEREIRA FERREIRA	15/04/1987	Deferido
242	15034	LEONILDE SANTOS LIMA SOARES	19/09/1970	Deferido
243	8988	LETÍCIA DE PAULA ALMEIDA ROSA	22/08/1990	Deferido
244	19293	LETICIA MICHEL LUZZI	08/07/1996	Deferido
245	12327	LETICIA ROSENBROCK	09/02/1990	Deferido
246	11429	LIDIANE HENRIQUE DE ARAÚJO	12/09/1981	Deferido
247	17041	LILIANE NAIMITI FERREIRA DE DEUS	15/09/1987	Deferido
248	15105	LILIANE SILVEIRA DA SILVA	24/04/1982	Deferido
249	19379	LIODETE DA ROSA	24/06/1968	Deferido
250	13855	LUANA CRISTINA DE JESUS	28/09/1982	Deferido
251	14882	LUCIANA ANACLETO CLAUDINO	16/04/1981	Deferido
252	17654	LUCIANA SANTANA DOS SANTOS	17/11/1971	Deferido
253	12589	LUCIANA SILVA ALVES	05/04/1982	Deferido
254	17074	LUCIANE CORDEIRO DE LIMA SILVA	14/09/1973	Deferido
255	12074	LUCINÉIA MOURÃO TAVARES DE OLIVEIRA	31/12/1982	Deferido
256	15560	LUDMILA MATOS VIEIRA DA SILVA	08/05/1994	Deferido
257	14577	LUIZ FELIPE FURTADO	26/10/1991	Deferido
258	9546	LUZIA CAROLINE LUÇOLLI	25/01/1995	Deferido
259	19956	MAIARA ANJO	29/06/1995	Deferido
260	13466	MAISA ANTONIO FAUSTINO	21/06/1989	Deferido
261	9471	MANOELLY CRISTINA LEITE COUTO	17/06/1996	Deferido
262	11810	MARÍLIA MARTINS FABRICIO	09/05/1988	Deferido
263	13487	MARCELE CRISTINE DA SILVA	11/08/1985	Deferido
264	10179	MARCIA DA SILVA PECHARKA	21/01/1985	Deferido
265	18465	MARCIA MARCELINO VENTURA	05/06/1974	Deferido
266	10983	MARCIA MARIA MAESTRO	15/04/1974	Deferido
267	16547	MARCIA REGINA LUCIANO SEVERINO	07/12/1969	Deferido
268	15815	MARCILENE ZARDO	09/04/1980	Deferido

269	9405	MARESSA NAARA FAUSTINO	11/09/1996	Deferido
270	12271	MARI LISE DE SOUZA SETTER	17/05/1966	Deferido
271	19295	MARIA APARECIDA DOS SANTOS PEREIRA	05/01/1969	Deferido
272	14480	MARIA AUXILIA-DORA COSTA SANTOS DE FREITAS	09/11/1964	Deferido
273	12673	MARIA DE FATIMA GERALDINO	14/05/1961	Deferido
274	13409	MARIA DE JESUS DA SILVA ME-NEZES	09/05/1974	Deferido
275	19640	MARIA DE LOURDES DE LIRA SANTANA	25/12/1980	Deferido
276	11997	MARIA DE LURDES PEREIRA DE LIMA	15/01/1982	Deferido
277	12666	MARIA INEZ SOARES TOLEDO	20/12/1969	Deferido
278	14049	MARIA IVANI REIS	08/11/1959	Deferido
279	17197	MARIA JULIANA BAGUES	11/07/1989	Deferido
280	9493	MARIA NILZIDETH DA SILVA SANTOS	05/08/1980	Deferido
281	15488	MARIA RONALDA PARANAGUÁ DOS SANTOS	23/05/1965	Deferido
282	13623	MARIA SORAIA DA SILVA	09/07/1974	Deferido
283	19163	MARIA TEREZINHA FELICIO	09/01/1988	Deferido
284	20222	MARIA VALCIRA VIEIRA	20/01/1956	Deferido
285	17318	MARIELE ALVES DE MIRANDA	23/01/1994	Deferido
286	19212	MARILENE MORAES	09/06/1970	Deferido
287	18605	MARILENE NORONHA MEDEIROS	30/04/1976	Deferido
288	10270	MARILUCIA ANACLETO	22/06/1988	Deferido
289	15830	MARILUCIA BAZOTTI	05/07/1973	Deferido
290	16284	MARISADESOUSA	24/06/1990	Deferido
291	19387	MARISANGELA APARECIDA GODINHO	15/04/1980	Deferido
292	9891	MARISE MOSER	23/11/1978	Deferido
293	14039	MARLEI BEATRIZ WOLFART	05/04/1995	Deferido
294	10097	MARLI APARECIDA SOARES	11/12/1967	Deferido
295	12087	MARLUCE SILVA DE JESUS	24/01/1992	Deferido
296	14598	MAYARA PEDROZO	15/12/1995	Deferido

297	9751	MAYELY GUZATTI PARIZOTTO	05/07/1995	Deferido
298	18946	MAYRA CRISTINA GARCIA COSTA	03/02/1986	Deferido
299	18975	MÁRCIA PEREIRA BASIL	10/06/1979	Deferido
300	13193	MERIELI DA COSTA	23/05/1984	Deferido
301	18759	MERILY JENNIFER DA SILVA	11/12/1996	Deferido
302	13843	MERLEI MARA RIPARI DE MEDEIROS	13/01/1973	Deferido
303	8941	MICAELA MARIANA DIAZ	23/11/1992	Deferido
304	18543	MICHELE DIAS DA SILVA	17/05/1996	Deferido
305	10036	MICHELE REGIANE AMARO	21/02/1997	Deferido
306	14080	MICHEL ADRIANE RAUE VEREDIANO	19/03/1984	Deferido
307	13150	MIKAELE KARINACHA RECH	04/07/1996	Deferido
308	11799	MORLOWE CRUZ	14/08/1990	Deferido
309	8930	NADIMAR KRENKEL	20/08/1988	Deferido
310	13477	NAIARA KRENKEL	29/05/1995	Deferido
311	12943	NAIR MARIA MANCE	07/07/1970	Deferido
312	12268	NATALI COSTA DE SOUZA	25/04/1986	Deferido
313	19784	NATHÁLIA MARQUES DA SILVA	21/12/1995	Deferido
314	12879	NAYARA DOS SANTOS	02/12/1990	Deferido
315	15773	NAYARA TEIXEIRA	06/04/1997	Deferido
316	12367	NELSI MIRANDA DETTONI	08/01/1959	Deferido
317	12358	NICOLY IANKA MOREIRA	18/02/1996	Deferido
318	13633	NILZA CUSTODIO MACIEL	20/09/1968	Deferido
319	19034	ODAIZA KEILA TEIXEIRA	05/05/1987	Deferido
320	20024	PALOMA CRISTIANE DA SILVA	07/07/1988	Deferido
321	13602	PALOMA DE ANDRADE	20/09/1994	Deferido
322	20168	PALOMA REGIANE CUNHA	29/10/1994	Deferido
323	19307	PAMELA PRISCILA PEREIRA DA SILVA	12/05/1988	Deferido
324	17082	PAMELA TERESINHA DA SILVA	27/03/1992	Deferido
325	17305	PATRICIA ALVES FABRIS	15/12/1984	Deferido
326	12687	PATRICIA DAMASCENO NUNES	11/03/1986	Deferido



327	20158	PATRICIA APARECIDA DE SOUZA	18/10/1977	Deferido
328	17922	PATRICIA BAJADARES DA SILVA	06/07/1978	Deferido
329	8903	PATRICIA FRANCISCO	26/03/1980	Deferido
330	19952	PATRICIA SIMONE SIEWERT	23/01/1975	Deferido
331	10855	PAULA CALIAN DOS SANTOS	24/03/1993	Deferido
332	16685	PAULA ROBERTA DE AGUIAR	06/01/1996	Deferido
333	9274	PÂMELA CRISTINA INÁCIO	27/11/1993	Deferido
334	11069	PERSIA LUIZA FEIRREIRA	15/04/1975	Deferido
335	19886	PRISCILA ELISA MAFRA CARDOSO	07/03/1985	Deferido
336	11007	PRISCILA ODETE DA SILVA	16/04/1994	Deferido
337	9594	PRISCILA SILVA SOUZA DO VALE	05/07/1982	Deferido
338	15520	PRISCILLA ALVES FABRIS	15/12/1984	Deferido
339	16057	QUEZIA ARCELINO VALENTIM SILVA	21/09/1996	Deferido
340	19807	RAFAEL GOMES FERREIRA	17/04/1990	Deferido
341	9571	RAFAELA ALINE CRUZ DE SOUZA	12/11/1989	Deferido
342	9625	RAFAELA INTHURN	02/12/1988	Deferido
343	9656	RAQUEL ROSI JOENCK DA CUNHA	14/12/1986	Deferido
344	10549	RAQUEL SILVA VIEIRA	19/05/1988	Deferido
345	9388	REGIANE MOREIRA DA SILVA	05/11/1983	Deferido
346	18894	ROBERTA ALINE DA LUZ PATRICIO	02/08/1988	Deferido
347	16856	ROBERTA CRISTINA SOARES	13/09/1988	Deferido
348	17817	ROGERIA ZANOTTO DE OLIVEIRA	22/05/1983	Deferido
349	10084	ROSA MARIA DE FATIMA BATISTA GOMES ADRIANO	11/09/1978	Deferido
350	17209	ROSA PRICILA BAGUES	11/09/1982	Deferido
351	11916	ROSANA DE JESUS	20/08/1994	Deferido
352	10429	ROSANGELA ANDRADE DE ARAUJO	04/11/1964	Deferido
353	10120	ROSANGELA DA PENHA LUCAS MORAIS	27/06/1975	Deferido
354	16449	ROSANGELA DE CARVALHO	30/09/1976	Deferido

355	17476	ROSANGELA FERREIRA RODRIGUES	30/09/1973	Deferido
356	10131	ROSANGELA LEITE MORAIS	10/12/1977	Deferido
357	19700	ROSANGELA RAMOS CORREIA	25/10/1963	Deferido
358	9084	ROSEANI FÁTIMA REREIRA	27/12/1991	Deferido
359	11998	ROSELAINE SAUSEN LENZ	08/02/1986	Deferido
360	12040	ROSELI DA ROSA	22/02/1974	Deferido
361	15915	ROSELI DIAS BOENO	07/09/1985	Deferido
362	17362	ROSENI DE ANDRADE SIQUEIRA MATUZAKI	02/04/1984	Deferido
363	10267	ROSIMERI TAVARES	02/09/1974	Deferido
364	19846	ROZIANE CASIA FERREIRA	26/02/1995	Deferido
365	18235	RUTE CORDEIRO	21/04/1962	Deferido
366	12795	SABRINA ADAMI	22/10/1990	Deferido
367	15381	SAMANTA DO NASCIMENTO TORRES STRAPASSON	12/03/1979	Deferido
368	10144	SAMANTHA FRANCÊZ FRANCISCO	01/07/1996	Deferido
369	19383	SAMANTHA MARCELINO	16/09/1975	Deferido
370	14945	SAMARA MALENA DOS PASSOS	06/09/1993	Deferido
371	17798	SAMIRA VALTER	09/01/1980	Deferido
372	11616	SANDRA ROSALINA ANDRE	07/02/1996	Deferido
373	13705	SANDY SUELEN REGIS DA SILVA	08/12/1989	Deferido
374	17148	SARA PEREIRA LEITE DOS SANTOS	11/12/1977	Deferido
375	10674	SARA THAIS MARCONDES DE RAMOS	04/11/1991	Deferido
376	19458	SARAH CRISTINA BITTENCOURT	27/02/1993	Deferido
377	8842	SCARLETT KAUANA GALIETA CABRAL	15/12/1994	Deferido
378	15283	SELMA MARIA RODRIGUES SILVA DOS SANTOS	24/02/1968	Deferido
379	12083	SHAIENE KELLY DO AMARAL DA SILVA	21/02/1997	Deferido
380	15287	SHANNA FRANCESCA BORGES	25/01/1988	Deferido
381	12346	SHIRLENE DE OLIVEIRA SILVA	03/01/1986	Deferido
382	17330	SILVANA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES	15/09/1971	Deferido

383	19376	SILVANA CASARIN MACHADO	06/03/1990	Deferido
384	10442	SIMONE CARDOSO ESTEVES	03/01/1985	Deferido
385	14409	SIRLENE FRANCISCO VIEIRA	19/08/1970	Deferido
386	9184	SOLANGE APARECIDA CANOFRE	29/12/1981	Deferido
387	15001	SOLANGE RISTOW SIDOR	08/08/1983	Deferido
388	15076	STEFANI LARISSA DE SOUZA	17/12/1995	Deferido
389	12591	STEPHANIE DE SOUZA	15/01/1996	Deferido
390	9838	SUILAN SANTOS DE LIMA	07/08/1981	Deferido
391	8919	SUZAN KE-TLEN PR-ZYBYCHEWSKI	01/02/1994	Deferido
392	12028	TABATA LEONTIANA DE OLIVEIRA	24/08/1988	Deferido
393	14369	TACIARA WIERSBITSKI DE ALMEIDA ROSANELLI	18/06/1978	Deferido
394	17403	TAIANA JORGE	20/06/1990	Deferido
395	14321	TAISE PEREIRA	23/11/1991	Deferido
396	15526	TALITHA MICHELY SAMENEZES DOS ANJOS	11/06/1985	Deferido
397	8996	TAMIRES BARBALHO OLIVEIRA	14/05/1995	Deferido
398	12455	TAMIRES COELHO DE SOUZA	03/01/1988	Deferido
399	12479	TATIANA WANDERHERZ VIEIRA	25/12/1979	Deferido
400	18978	TATIANE CARLA PEREIRA	11/09/1984	Deferido
401	14277	TATIANE CARNEIRO CHZUCHMAN	08/03/1989	Deferido
402	12765	TATIANE FERREIRA ANACLETO	15/01/1986	Deferido
403	19164	TATIANE SILVIA BORGES DA COSTA	22/04/1979	Deferido
404	14106	TÂNIA WENDHAUSEN RAMOS DA SILVA	29/12/1952	Deferido
405	9601	TERESA DE AMORIM DE SOUZA	11/05/1963	Deferido
406	16316	TERESINHA MITIKO TAKAKI	27/08/1961	Deferido
407	17655	THAIS CRISTINA DA CONCEIÇÃO	29/05/1996	Deferido
408	9164	THAISA DE OLIVEIRA	11/09/1995	Deferido
409	20156	THATIANE AZILIERO	13/06/1997	Deferido

410	20062	VALDIRENE APARECIDA GONÇALVES	24/12/1969	Deferido
411	12097	VALQUIRIA B DE MELO AGUIAR	26/04/1978	Deferido
412	10783	VANESSA CARDOSO AMARAL	11/06/1990	Deferido
413	18504	VANESSA DA SILVA GODINHO	20/11/1987	Deferido
414	18273	VANESSA FARIAS BATISTA DE OLIVEIRA	24/08/1989	Deferido
415	14023	VANESSA FRANCINE COSTA PRESTES	24/10/1986	Deferido
416	13043	VANI BOASKEVIS	18/08/1983	Deferido
417	8940	VANILCE DOS SANTOS DE ALMEIDA HOLEK	19/05/1986	Deferido
418	12977	VÁLERY LEI RODRIGUES	21/12/1996	Deferido
419	9503	VERGINIA APARECIDA JARSKI ANTUNES	11/02/1968	Deferido
420	15463	VILMARA ALVELINA DE SOUZA	26/12/1983	Deferido
421	14768	VIVIANE BENTA DA CRUZ	05/12/1984	Deferido
422	10786	VIVIANE COLLA	16/03/1979	Deferido
423	10115	VIVIANE SCHAEFER	14/02/1994	Deferido

## Motorista Socorrista SAMU - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	14532	ANDERSON DE SOUZA	10/03/1983	Deferido
2	14442	ANTONIO MARCELO LOPES	05/07/1972	Deferido
3	15790	CLAUDEMIR ANTONIO DA SILVA	02/03/1984	Deferido
4	11053	CLAUDIO CANABARRO JUNIOR	17/06/1973	Deferido
5	9205	DANIEL MESSIAS	29/07/1976	Deferido
6	12503	EDNEI ALEXANDRE BORBA	18/07/1975	Deferido
7	13606	EDUARDO FARIAS	06/08/1966	Deferido
8	11791	GUILHERME SALVI DE OLIVEIRA IENSEN	24/09/1993	Deferido
9	9357	MARCELO DE CARVALHO ARANTES	30/10/1981	Deferido



10	11765	MARCOS AURELIO MARTINS	10/06/1975	Deferido
11	15149	RAFAEL MAR-CHAND	24/05/1979	Deferido
12	17289	REINALDO PFLEGER JUNIOR	26/04/1990	Deferido
13	13423	RUBENS MARTINS	12/08/1968	Deferido
14	11767	SANDY EVERS	06/11/1991	Deferido
15	18364	SUZANI MARA BOET-GER	08/01/1970	Deferido

## Nutricionista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11779	ANDRESSA LORENZONI FRIZZO	06/06/1990	Deferido
2	15905	BRUNA TAU-FENBACH	24/12/1988	Deferido
3	12326	CAMILA CRISTINA BIANCHI	04/11/1991	Deferido
4	14150	CINTIA JOSEANE MORETTI	10/08/1987	Deferido
5	18589	DANIELLA SCHMIT	02/01/1993	Deferido
6	16988	DÉBORA DOS SANTOS	31/07/1989	Deferido
7	18079	FABRINA CENTOFANTE BETIOLO	31/08/1989	Deferido
8	12531	FERNANDA ABRAVANEL	13/06/1992	Deferido
9	8949	FRANCIANE DA SILVA	08/12/1989	Deferido
10	9320	HENRIQUE PERSCH RIBEIRO	13/05/1991	Deferido
11	9902	JOSEANE COLZANI	04/12/1988	Deferido
12	18207	JULIA GRA-ZIELA BIT-TENCOURT LEDRA	16/07/1984	Deferido
13	12985	LIGIA LUANA MAFRA	15/05/1984	Deferido
14	14968	LUCIANI TIBOLLA	20/03/1982	Deferido
15	8832	MARCELO BAUER CARLINI	28/05/1986	Deferido
16	12322	MAURA BAGNOLIN FARIAS	19/09/1986	Deferido
17	12938	MERI LISABETH PRUST	29/07/1989	Deferido

18	10299	PAULA MANOELA NIENKÖET-TER DA SILVA	31/05/1990	Deferido
19	13077	SABRINA MEGUMI NASSUNO	29/12/1982	Deferido
20	13748	SCHEILA DAYANE SCH-NEIDER	05/01/1987	Deferido
21	10292	SUSANE FANTON	10/01/1991	Deferido
22	9841	THAIS DE BORBA	16/02/1987	Deferido

## Odontólogo de Pacientes com Necessidades Especiais - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	20202	SONIA YAEMI OZAWA ESPAÑA	14/01/1963	Deferido

## Odontólogo Endodontista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	13812	ANNA CAROLINA ZAUITH DE PAULI	21/09/1991	Deferido
2	11893	BRIANNE CAROLINA MEDEIROS	10/04/1987	Deferido

## Odontólogo ESF - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12305	AGEU RAUPP JUNIOR	23/05/1987	Deferido
2	19197	ALEX MAN-FREDINI	11/03/1983	Deferido
3	17348	ALINE CAR-NEIRO LEÃO QUINTELLA	22/01/1976	Deferido
4	15939	ANA CAROLINE SANCHES GARCIA KALLAS	20/10/1987	Deferido
5	18558	ANA PAULA PEREIRA DA SILVA	11/07/1989	Deferido
6	18292	ANGELICA CARDOSO COSTA	30/10/1989	Deferido
7	9147	CHRIS- TOPHER BERWIG	06/10/1987	Deferido

8	17445	CLÓVIS JOSÉ DE OLIVEIRA JUNIOR	04/03/1991	Deferido
9	18742	DANIEL HI-DEKI TANAKA	18/09/1971	Deferido
10	13804	DANILO HI-DEO YETIKA	26/01/1980	Deferido
11	18835	DIOGO ALEN-CAR CE	14/09/1986	Deferido
12	13236	ELCIO DE OLIVEIRA	22/05/1982	Deferido
13	12655	ELISA DE OLIVEIRA SCHMELING	01/09/1989	Deferido
14	17092	EVERTHON TAVARES VERONESE	23/05/1987	Deferido
15	15516	EWANDRO CARLOS BERRETTA FILHO	21/12/1990	Deferido
16	19871	FLAVIA CARVALHO GONÇALVES	17/11/1989	Deferido
17	17188	FRANCIA-NE LORETI MARTINS DE PAULA SANTOS LIMA (amamentação)	14/05/1980	Deferido
18	9711	INGRID TROSDOFF AKIYAMA CAMARGO	03/01/1983	Deferido
19	18677	JOSÉ LOPES AUGUSTO	20/07/1958	Deferido
20	9018	JULIA SANTI SILVANO	21/10/1982	Deferido
21	16938	LUANA BEATRIZ SCHOLZ	12/10/1992	Deferido
22	11498	MARCELA SOUZA LIMA	15/08/1990	Deferido
23	17139	MARIA CRISTINA DE MORAES BALBAS	24/06/1991	Deferido
24	18095	MARIANA MORENA ARGUS CASAS ALDANA	04/01/1984	Deferido
25	17374	MARIO DALLA VECCHIA SPESSATTO	07/04/1990	Deferido
26	13351	MOISÉS ACÁCIO DE PAULA MELLO	19/04/1985	Deferido
27	20002	MURILLO BARRETO CARDOSO	31/05/1991	Deferido
28	15279	PATRÍCIA GUESSER CORRÊA RAITZ	02/04/1988	Deferido

29	19137	ROBERTA VEDANA ERCKMANN	22/07/1989	Deferido
30	18845	ROGÉRIO GERHARDT	02/05/1979	Deferido
31	10766	STÉFANO LUIZ PIETRO-BON GREGIO	28/02/1988	Deferido
32	19792	TIAGO MUCELIN	27/10/1985	Deferido
33	17982	VAGNER ALEIKSEIVZ BERNARDINO	10/09/1986	Deferido
34	17350	VANESSA ESCOBAR COPETI	04/05/1994	Deferido

## Odontólogo Periodontista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	20021	CINTIA ZONTA WENCESLAU DA SILVA	11/01/0973	Deferido
2	18638	SARAH REICHMANN SASSI GUTIERREZ	04/10/1978	Deferido

## Odontólogo Traumatologista Bucomaxilofacial - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17396	JEAN FRANCISCO KIPPER	13/02/1989	Deferido
2	17786	LEONARDO YOSHIURA SOARES	15/10/1982	Deferido

## Professor de Artes (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	8898	CRISTINA MARIA ROSA	21/01/1979	Deferido

## Professor de Artes (10h) não-habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18885	SANDRA HELENA JACÓ	22/09/1965	Deferido

## Professor de Artes (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18005	CLEUSA MENDES	04/06/1969	Deferido
2	15021	ELIANE SANTOS DE OLIVEIRA	17/02/1963	Deferido
3	19296	MÁRCIA DENYSE MACÊDO DA SILVA	20/11/1971	Deferido
4	9518	PATRICIA ONDINA COELHO	19/07/1977	Deferido
5	11573	ROSEMERI LIMA PALOMBO	24/12/1968	Deferido
6	18642	SIMONE ZUCHELLI JAGUSZESKI	09/09/1986	Deferido

## Professor de Artes (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	15996	JANAIA GACRCIA SCHULZ	21/08/1989	Deferido
2	12974	JOSIANI HEUSI VOGEL	10/02/1981	Deferido
3	16314	JULIANA FERNANDES JACINTO	17/11/1987	Deferido
4	15307	LUCAS MATHEUS VICENTE	04/01/1996	Deferido
5	19858	SILVANA DE SOUSA	23/08/1975	Deferido
6	14075	SIMONI VALERIA ROMAO	22/01/1989	Deferido

## Professor de Ciências (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18879	LETICIA TERAGI	27/05/1985	Deferido
2	19521	MICHELE SALETE PALHANO HUNDENSKI	22/07/1983	Deferido

## Professor de Ciências (10h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Professor de Ciências (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16202	ALINE ELISA FRANCISCA BIANCO	31/01/1986	Deferido
2	19178	ANA CAROLINA ALBINO	25/03/1989	Deferido
3	10901	ANDREIA DA SILVA ALVES RENAUD	14/11/1984	Deferido
4	14735	CRISTIANE PEREIRA DE ARAUJO VELEDA	15/10/1985	Deferido
5	9893	DAIANE RAMOS CAPPUA LUGO PEREIRA	11/10/1981	Deferido
6	11319	DJAIANE ARAUJO RODRIGUES	14/07/1987	Deferido
7	14055	HILAIRE MOURA RODRIGUES MARTINS	13/03/1986	Deferido
8	8831	LISIANE ALVES GUADAIM RIBEIRO	18/11/1985	Deferido
9	16382	MARCIANA AGUERO SANTANA	10/02/1969	Deferido
10	10392	MATHEUS CAMARGO MARTINS	10/11/1981	Deferido
11	9403	PALOMA REGINA DE OLIVEIRA PATT	06/10/1988	Deferido
12	12466	PAULINE LUZIA ZASTROW REINERT FONTENELE	12/08/1989	Deferido
13	17951	ROBERSON CARLOS KOLLN	15/07/1992	Deferido
14	18114	ROSLI RITA FINGER MICHEL	13/03/1966	Deferido
15	8945	SHEILA BEATRIZ DE OLIVEIRA BISSOLI	19/09/1985	Deferido
16	15269	SIMONE BOASTIK	10/11/1987	Deferido
17	18893	TATHIANA CRISTINE PEREIRA	24/08/1983	Deferido

## Professor de Ciências (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9633	ALINE CHIA-RELLI CRIS-TOFOLINI	28/04/1990	Deferido
2	16235	BRIGITE HEMMER	24/02/1971	Deferido
3	11037	GISELE ANGIOLETTI KANGERSKI	16/01/1981	Deferido
4	19537	JANAINA CARDOSO BIANCHI	18/12/1986	Deferido
5	15497	JOAO PAULO VERÇOSA CAMARA CANTO	28/10/1983	Deferido

## Professor de Educação Física (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17335	ANDELON OLIVEIRA DOS SANTOS	12/06/1977	Deferido
2	17397	FERNANDA MICHAELI DE SOUZA	25/01/1988	Deferido

## Professor de Educação Física (10h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19047	KARIN CRISTINA DA SILVA	25/08/1987	Deferido
2	13900	LILIAN MAURICIO SCHWERTZ	17/02/1993	Deferido
3	16958	MARLUCI CARDOZO	16/06/1989	Deferido
4	17356	MATHEUS ROBERTO DOS SANTOS DA ROSA	06/01/1993	Deferido
5	8906	PAMELA YURIE YAMAWAKI	09/11/1986	Deferido

## Professor de Educação Física (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9195	ALESSANDRO ROBERTO FERNANDES	11/09/1973	Deferido
2	19423	ANDRÉ LUIZ DA LUZ	04/11/1977	Deferido
3	11654	ANDRE RIBAS BORELLA	21/10/1982	Deferido
4	19821	ANDRIUS INÁCIO	26/07/1981	Deferido
5	13588	BIANCA KAROLINE LOPES GOOSSEN	31/03/1992	Deferido
6	12783	BRUNA DE SOUZA	23/12/1990	Deferido
7	11378	CLAUDIO HENRIQUE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA	13/07/1989	Deferido
8	16362	DELCIDIO PEREIRA DE ALMEIDA NETO	25/04/1993	Deferido
9	9105	EVERTON KEMPNER	21/05/1993	Deferido
10	10399	FERNANDA PEREIRA	03/06/1985	Deferido
11	15971	GERMOCI VAILATTE DE OLIVEIRA	30/08/1983	Deferido
12	12198	GILBERTO DA ROSA JUNIOR	26/08/1994	Deferido
13	17725	JOAO LUIZ ABEN ATHAR DE ALENCAR JUNIOR	20/02/1982	Deferido
14	13960	JOAQUIM EDUARDO DE OLIVEIRA	17/02/1994	Deferido
15	13372	JOCIMARA MACHADO	03/07/1994	Deferido
16	8861	JULIANA LUCINÉIA ANDRÉ DE SOUZA	30/07/1979	Deferido
17	19917	LORENDI DE MELLO	26/05/1980	Deferido
18	19898	LUCAS VINICIUS REIS DA SILVA	03/06/1991	Deferido
19	18240	LUIZ OTAVIO CORREIA	29/07/1968	Deferido
20	9530	MARIA VERÔNICA DA SILVA CHAGAS	15/02/1989	Deferido
21	15054	MICHELE SANTOS RIBEIRO	29/11/1987	Deferido

22	19027	PAULA RUBIA GAYA	28/12/1983	Deferido
23	18757	RAFAEL MARTINS	08/05/1991	Deferido
24	19937	RAQUEL ALMEIDA ROCHA	17/07/1979	Deferido
25	8761	RICARDO FELIPE BEBER	27/05/1986	Deferido
26	11296	ROSANGELA CARLA PAULINI	02/04/1990	Deferido
27	19798	SILVANDRO LUIS DE ASSIS	23/08/1986	Deferido

**Professor de Educação Física (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16611	ADRIANA ROBERTA PALMEIRA	27/09/1985	Deferido
2	18738	ALESSANDRO GUERRA D AVILA	10/05/1973	Deferido
3	9608	ALESSANDRO MAFRA	18/03/1993	Deferido
4	18892	ALEXSANDRO DE NOVAIS	06/08/1983	Deferido
5	9462	CARINA K. FOS SANTOS	10/06/1982	Deferido
6	9115	CINTIA CARDOSO	03/03/1987	Deferido
7	18406	CLARICE DE ALMEIDA CASTRO	05/06/1984	Deferido
8	15177	DANIELE SOARES MENDONÇA MARQUES	27/06/1986	Deferido
9	15216	EDUARDO BORGES DA CUNHA	27/10/1984	Deferido
10	9031	FRANCIELI CAROLINE CABRAL	29/01/1991	Deferido
11	16377	GABRIELA CRISTINA PALMEIRA	14/06/1988	Deferido
12	16453	GILZA MENDES PASSOS	23/06/1981	Deferido
13	12046	GUILHERME AUGUSTO DE SOUZA	12/03/1991	Deferido
14	10118	JANDERSON NAHRING	17/05/1986	Deferido
15	20234	JULIANA HARUMI NAKUI	09/06/1982	Deferido
16	18332	LETICIA MARIA NARDI	11/01/1982	Deferido
17	16534	MARCELO DE BORBA PAULO	27/06/1968	Deferido

18	17581	MARICLEIDE DOS SANTOS LAURINDO	06/02/1980	Deferido
19	10116	MARINE ROGERIA DOS PASSOS REISER	05/10/1982	Deferido
20	18740	MICHELE PARIZOTTO D AVILA	01/10/1984	Deferido
21	17118	OBERDAN EUGENIO SATURNINO	22/12/1966	Deferido
22	20182	PAULO HENRIQUE DE AZEVEDO	03/02/1983	Deferido
23	16889	RODRIGO DALTON FRUTUOSO	05/06/1987	Deferido
24	9525	SIRLEY CRISTINE MEDEIROS	02/12/1985	Deferido
25	8997	VALMIR LEONARDO DA SILVA	01/03/1977	Deferido

**Professor de Educação Infantil (20h) Magistério Habilitado - Ensino Superior (professores)**

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	15818	ANDREA ISABEL STEKLAIN MARQUES DOS SANTOS	16/10/1976	Deferido
2	19024	CINTIA CRISTIANE NUNES DA COSTA	07/11/1975	Deferido
3	9640	ELIANE DO-RACI REIS	16/04/1975	Deferido
4	12044	FERNANDA DA ROSA LAGUNA	25/05/1990	Deferido
5	17260	GISLEINE MACHADO	30/05/1994	Deferido
6	15828	GLEISIANE DO SOCORRO SALES ROMAO DOS SANTOS	13/05/1979	Deferido
7	10245	KEILA PATRICIA RODRIGUES	08/02/1985	Deferido
8	8985	KELLY LUCIA DE LIMA CABRAL	09/10/1978	Deferido
9	18252	LEONILDA DE SOUZA	11/12/1974	Deferido
10	18730	LUCIA FOLMER	17/04/1980	Deferido

11	20093	MARGARETE BORCHARTT DE LIMA FERROVICZ	29/10/1969	Deferido
12	10557	MARIA LUCIA DOS SANTOS LIMA	14/12/1980	Deferido
13	14984	MARIANA MAZILDA ANACLETO DA GRAÇA	14/09/1982	Deferido
14	17649	MIRIAM DA SILVA VIEIRA	26/04/1965	Deferido
15	19706	RENATA CARINE PICKERT DOS SANTOS DA SILVA	05/01/1975	Deferido
16	18882	SELONI APARECIDA RAMOS	02/03/1968	Deferido
17	15306	SUSANA REIS GOMES DA ROCHA	12/01/1987	Deferido
18	15697	TALIEN ELI-NE STOFELLI STACHUK	25/09/1991	Deferido
19	19447	THAIS SANTOS SCHUMANN	18/03/1988	Deferido
20	14680	ZAIRA IRIAS DA SILVA	31/12/1986	Deferido

Professor de Educação Infantil (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11165	ANA CAROLINA DA SILVA	03/05/1984	Deferido
2	14539	CLAUDIA MARIA SATO DELGADO	17/07/1973	Deferido
3	13307	CLAUDIA TAIARA PEREIRA GOMES	07/07/1990	Deferido
4	15544	CRISTIANE DA SILVA FERREIRA	30/12/1978	Deferido
5	11479	CRISTIANE MERI FELICIO	22/05/1973	Deferido
6	18789	DAGMAR MARIA GONZAGA KALBUSCH	01/10/1984	Deferido
7	18399	DILZA DE FÁTIMA NODA SERRANO	18/03/1969	Deferido
8	14302	ESTER ROSELAINE CORREA DE LIMA	31/12/1982	Deferido

9	12837	EVELYN ALVES CUSTÓDIO DO NASCIMENTO	10/01/1993	Deferido
10	14079	FERNANDA CORRÊA CARNEIRO	18/11/1996	Deferido
11	9416	FRANCIELLE RUANY BETTONI INÁCIO	11/05/1988	Deferido
12	19523	INDIANARA MENDES CARDOSO	05/07/1992	Deferido
13	9341	JENIFFER PEREIRA	08/06/1994	Deferido
14	20088	JENNIFER LUARA ROCHA	17/03/1990	Deferido
15	12758	JOSIANE MAIA	24/05/1983	Deferido
16	16572	JOSIANE ONOFRE	24/03/1987	Deferido
17	15004	JOSIANI FELÍCIO PEREIRA	08/11/1978	Deferido
18	10748	KARIN ANDRESSA STEIN	16/01/1987	Deferido
19	18910	LEADAR LENZI CRISTOFOLINI	19/06/1966	Deferido
20	19796	LUANA ALICIANE FELISKY	17/05/1988	Deferido
21	11066	LUANA LACERDA	15/04/1991	Deferido
22	18051	LUCIANA MENDES FURTADO	27/02/1990	Deferido
23	14477	MARIA ELISANDRA VIEIRA	25/09/1986	Deferido
24	17173	MARISTELA VIEIRA	26/12/1975	Deferido
25	8957	MICHELI PEREIRA SPIESS	11/09/1996	Deferido
26	11944	NOEMI COLLA REIS	08/10/1984	Deferido
27	13420	RENATA RICOBOM PIVATTO	01/07/1979	Deferido
28	10912	ROSANE BODANESE	02/07/1976	Deferido
29	20273	ROSIMERI MARIA SANTIAGO FACO	01/05/1969	Deferido
30	17470	SANDRA DE MELLO DE LIMA	26/01/1984	Deferido
31	11178	SANDRA REGINA CAETANO NEVES	26/05/1985	Deferido
32	14296	SÉFORA DE FÁTIMA MAFRA	13/05/1976	Deferido



33	16597	SCHEYLA CRISTINA ROMÃO	23/05/1979	Deferido
34	19391	SILAMARA DIAS	01/08/1981	Deferido
35	10375	SYLVANA ELIZABETH BECKER	19/05/1985	Deferido
36	16714	THAIS COSTA DE MAGALHÃES	10/05/1984	Deferido
37	15761	VALÉRIA DA ROSA CRIZEL	30/10/1984	Deferido
38	15519	VANESSA PRESTES DOS SANTOS	05/09/1983	Deferido
39	17935	VÂNIA CRISTINA RAMOS	22/01/1985	Deferido

Professor de Educação Infantil (20h) Superior Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9920	ADAINA TAMIRES PACHECO	24/11/1987	Deferido
2	15178	ADLINE DA SILVA RÉBIS	17/02/1985	Deferido
3	12836	ADRIANA CRISTINI DE SOUZA	23/12/1983	Deferido
4	13184	ADRIANA NASCIMENTO DOS SANTOS DE SOUZA	19/11/1972	Deferido
5	16141	ALESSANDRA CORREA	19/07/1978	Deferido
6	15914	ALESSANDRA DA SILVA	14/08/1980	Deferido
7	11901	ALEXANDRA DARCI FRANCISCO	26/09/1980	Deferido
8	10223	ALEXANDRIANA ALVES DE OLIVEIRA	24/11/1977	Deferido
9	17168	ALICE DA SILVA	10/10/1985	Deferido
10	15110	ALINE ELZA ALBINO	11/11/1988	Deferido
11	15615	ALINI FERNANDES DA SILVA MASSACOTI	02/06/1982	Deferido
12	19890	ALZENIRA GERALDO DA SILVA	27/12/1973	Deferido
13	9402	ANA CANDIDA NOCETTI CASTRO RODRIGUES	13/09/1980	Deferido
14	18690	ANA DEISE LOPES	16/02/1976	Deferido

15	12010	ANA PAULA DA SILVA FERRI	06/03/1986	Deferido
16	10972	ANA PAULA JORGE BERNARDES	11/04/1975	Deferido
17	10656	ANALU COSTA MAFRA	19/09/1985	Deferido
18	13209	ANDRIELI GRITTENS	21/11/1990	Deferido
19	8708	ANGELA RAMOS LIMA	26/05/1976	Deferido
20	13213	ARIANE CAROLINA DA CRUZ	17/07/1981	Deferido
21	10463	ARLETE TEREZINHA AZILIERO FERREIRA	07/08/1969	Deferido
22	14579	BÁRBARA SOCORRO GUIMARÃES TOMÉ	10/01/1985	Deferido
23	11497	BEATRIZ APARECIDA DE SOUZA	01/08/1985	Deferido
24	11911	BIANCA RODRIGUES DOS SANTOS	21/09/1980	Deferido
25	14105	BRUNA KOSAKOSKI	01/08/1991	Deferido
26	16476	CAROLINE CHAGAS SANTOS	20/07/1989	Deferido
27	8927	CIBELE D'AVILA VIEIRA	11/01/1980	Deferido
28	14767	CINARA ROCHA SANTOS	19/03/1978	Deferido
29	11311	CIRLEIA JULIANA INACIO	08/07/1980	Deferido
30	15566	CLAUDINEIA PEDRO	22/12/1987	Deferido
31	17255	CONCEÇA MARIA DA COSTA NETA DOS SANTOS	08/01/1965	Deferido
32	12280	CRISTIANE MENDES DA SILVA	24/12/1987	Deferido
33	8980	CRISTIANE ROSA DA COSTA	01/10/1979	Deferido
34	14855	DAIANE DE JESUS	15/02/1986	Deferido
35	10850	DAIANE SARMENTO	05/09/1976	Deferido
36	11664	DAIANE SIQUEIRA FERREIRA	03/03/1989	Deferido
37	14204	DALVA MARIA FLORES	08/06/1958	Deferido
38	18784	DANUBIA BORBA PIOLLA SEARA	07/09/1984	Deferido



39	17867	DENICE SILVA ROSA FERREIRA	28/10/1978	Deferido
40	17010	DENISE REGINA COSTA DA SILVA	01/10/1966	Deferido
41	14133	DINACIR KOSCIANSKI DOS SANTOS	05/09/1977	Deferido
42	17040	EDIANE CLAUDINO	29/01/1980	Deferido
43	19153	EDIMARI SCHAUFFERT	02/12/1965	Deferido
44	19112	EDNALVA SILVA FRANÇA	18/01/1977	Deferido
45	18753	ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA COSTA	10/04/1979	Deferido
46	14703	ELIANE DA SILVA UESLER	02/01/1974	Deferido
47	15989	ELIANE GONÇALVES	15/08/1989	Deferido
48	15291	ELIANE HASSE BUCHHOLZ	12/01/1966	Deferido
49	9120	ELIANE MARISA MONERETTO	28/06/1977	Deferido
50	14827	ELIDIANE TAMAGNO	13/04/1985	Deferido
51	8749	ELISANDRA PINHEIRO VARGAS	06/03/1982	Deferido
52	15534	ELISANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA WEIMER	10/02/1977	Deferido
53	16589	ELIZABETE ALVES DA SILVA	02/07/1984	Deferido
54	14113	ELIZABETE KLIMKE DO NASCIMENTO	24/01/1963	Deferido
55	11441	ELIZIANE CRISTINA DE OLIVEIRA	25/10/1990	Deferido
56	14117	ERIKA MICHELLE GRANJA BARRETO	17/01/1985	Deferido
57	9844	FABIANA VENTURI	26/03/1981	Deferido
58	9895	FABRICIA INOCÊNCIO	04/12/1983	Deferido
59	14613	FERNANDA ADRIANO	04/05/1979	Deferido
60	9176	FERNANDA GALVEZ NOCETTI COUTO	13/09/1986	Deferido
61	17844	FERNANDA MEDEIROS	29/12/1981	Deferido
62	15692	FLAVIA MARQUES DA SILVA	21/01/1977	Deferido

63	13979	FRANCIELE CANDIDO	30/05/1986	Deferido
64	9393	FRANCISLAINE CRISTINA DA SILVA	07/02/1976	Deferido
65	12817	GABRIELA ANA DOMINGOS	20/09/1986	Deferido
66	9923	GABRIELA DOS SANTOS DE SOUZA	13/10/1991	Deferido
67	16877	GABRIELA REINERT	13/09/1984	Deferido
68	17528	GEISA CARLA RODRIGUES DOS SANTOS	15/02/1985	Deferido
69	14006	GISELE DA SILVA COUTO	08/04/1981	Deferido
70	16927	GISELE PRESTES DE SENA	13/04/1981	Deferido
71	14189	GRACIÉLICA APARECIDA ROSA GAUTO	19/07/1987	Deferido
72	9302	GRAZIELA DA SILVA PEREIRA	06/10/1981	Deferido
73	18377	HELOISA DEMÉTRIO	25/10/1985	Deferido
74	11960	HELOISA GRAF LE-NOIR	03/05/1985	Deferido
75	17263	HELOISA ROBERTA GOEDERT ROVETTO	31/10/1985	Deferido
76	17217	IARA MARIA DA ANUNCIAÇÃO CERQUEIRA	28/10/1964	Deferido
77	9323	ISABEL BAUMRUCKER	13/06/1985	Deferido
78	18980	JACILENE BARROS WILDE	25/11/1971	Deferido
79	10157	JANAINA BEATRIS ROCHA DA LUZ	05/01/1973	Deferido
80	9664	JANISLEY MARIA DA CUNHA	09/08/1993	Deferido
81	19451	JENNIFER ROHDE	10/05/2014	Deferido
82	8937	JESSICA MANOELA PORTO	08/02/1991	Deferido
83	15553	JOSIANE DE OLIVEIRA GONÇALVES	22/09/1979	Deferido
84	13390	JOSIANE DOS SANTOS VICTOR	06/06/1978	Deferido
85	9738	JOSIANE PEZENTI ALBUQUERQUE	21/05/1984	Deferido

86	10967	JOSILENE LOURENÇO	22/06/1981	Deferido
87	8916	JOSIMERE DE BORBA	07/07/1982	Deferido
88	19199	JUCELAINE DE FATIMA GROSS TAQUES	01/12/1975	Deferido
89	14210	JULIANA GARCIA MASCARENHAS	25/03/1983	Deferido
90	13615	JULIANA HOFFMANN KRIEGER	16/11/1986	Deferido
91	8999	JULIANA MELLIES BRAATZ	28/12/1983	Deferido
92	8931	JURACI MARIA ANTONIETTI	15/04/1954	Deferido
93	12024	LAIS BRAZ DA SILVA	23/12/1986	Deferido
94	14586	LEDINÉIA CORREIA BURCKHART	08/09/1978	Deferido
95	12632	LEONELA DE SOUZA NASCIMENTO	16/09/1983	Deferido
96	12754	LIDIANE SANTOS ISENSEE	01/01/1988	Deferido
97	15129	LILIAN GOMES RIBEIRO	05/07/1982	Deferido
98	17865	LUCIANA FAGUNES DO NASCIMENTO	08/09/1980	Deferido
99	12060	LUCIANA HELENA CRISPIM DA SILVA	21/12/1972	Deferido
100	15980	LUCIANA MARGI DA SILVA	14/09/1980	Deferido
101	14549	LUCIANE GILDA DOS SANTOS	21/11/1989	Deferido
102	18268	LUCILENE BATISTA DE MELO	14/09/1983	Deferido
103	11861	LUCIMARA DOS SANTOS	11/09/1983	Deferido
104	12526	LUCIMARA PEREIRA MANCIO ROSA	29/12/1974	Deferido
105	11083	LUIZA BERNADETE LEAL	07/10/1969	Deferido
106	18790	MAIARA FERNANDES CANDIDATO DESEJA CONCORRER A VAGA DE DEFICIENTE FÍSICO	25/10/1989	Deferido

107	19395	MARÍLIA ROSA MUSSO	13/01/1962	Deferido
108	17213	MARCIA DA SILVA	14/09/1979	Deferido
109	19983	MARCIA DOS SANTOS	04/06/1973	Deferido
110	12892	MARIA APARECIDA SILVA VIANNA	01/12/1945	Deferido
111	17866	MARIA DOLORES RODRIGUES DA SILVA	04/09/1970	Deferido
112	17145	MARIA ELI LOURENÇO	20/04/1974	Deferido
113	13382	MARIA IZABEL EMILIO REBELLO	27/04/1966	Deferido
114	9651	MARIA LIDIA PEREIRA PROVESI	20/08/1958	Deferido
115	12965	MARIÂNGELA PEDROZO DE OLIVEIRA	30/07/1982	Deferido
116	9288	MARISA MARLENE MAFRA	24/06/1966	Deferido
117	11587	MARISTELA CAMILO DA SILVA	30/01/1985	Deferido
118	8966	MARISTELA COELHO GALVEZ	23/09/1964	Deferido
119	10572	MARLI D DE ARAUJO MARTINS	03/06/1972	Deferido
120	9930	MARLI DE SOUZA	06/08/1978	Deferido
121	14451	MARLUCE CAMILA OURIQUES AMARO	26/06/1989	Deferido
122	20061	MÁRCIA DE CRISTO LEITE	19/10/1974	Deferido
123	14436	MELIZA DE AGUIAR DE JESUS	21/06/1973	Deferido
124	15586	MILENA COUTO VIEIRA	20/12/1980	Deferido
125	12318	MONICA FERREIRA	26/06/1978	Deferido
126	9848	NAIARA REIS	28/02/1986	Deferido
127	10102	NAZARETH BODART DOS SANTOS COUTO	10/06/1968	Deferido
128	9282	NELCI MARIA VIEIRA ALBINO	15/06/1968	Deferido
129	8812	PAMELLA CRISTINA RIBEIRO	24/12/1984	Deferido
130	14167	PAULA CRISTINA GONÇALVES	05/11/1983	Deferido

131	18090	PAULA DA COSTA SANTOS	13/09/1983	Deferido
132	15186	PAULA PRICILA DA SILVA KORB	14/02/1987	Deferido
133	11794	RENATA GONÇALVES	16/02/1982	Deferido
134	12422	RENATA LUIZ	14/04/1972	Deferido
135	14438	RENATALÚ MAFRA MIANES	22/02/1976	Deferido
136	10957	ROSA BARBOSA	28/02/1970	Deferido
137	11820	ROSANGELA NATALINA CURSEL OURIQUES	21/12/1977	Deferido
138	11895	ROSAURA DE ABREU GAUTERIO	26/10/1980	Deferido
139	16405	ROSÂNGELA APARECIDA ROTERS	24/01/1966	Deferido
140	18909	ROSEMERE FARIAS DA SILVA	24/09/1979	Deferido
141	12768	ROSLEINE BURCKHART ANGIOLETTI	03/02/1980	Deferido
142	17800	RUTHE SILVA DOS ANJOS	17/01/1957	Deferido
143	16239	SAIONARA DA SILVA EMILIO	30/10/1985	Deferido
144	10523	SANDRA APARECIDA BECHER	31/01/1974	Deferido
145	18111	SANDRA BARILLI CIPRIANO	18/02/1980	Deferido
146	10559	SÍLVIA LETÍCIA FARIAS GRUMICHÉ	25/11/1972	Deferido
147	16536	SHEILA MARISTELA INÁCIO	02/05/1972	Deferido
148	15913	SHIRLEI FRANCISCO LISBOA	22/08/1985	Deferido
149	17821	SILVANA DA SILVA CAMARGO DE SOUZA	29/11/1975	Deferido
150	18918	SILVIA NASCIMENTO LIBORIO	31/08/1986	Deferido
151	18324	SIMONE ALVES TEODORO COELHO	30/07/1977	Deferido
152	12689	SOLANGE GORETI DA SILVA DOS SANTOS	23/10/1979	Deferido

153	8964	SONIA REGINA RODRIGUES BOTELHO	15/01/1971	Deferido
154	12558	SUÉLLI DREWS	10/09/1990	Deferido
155	12385	SUSANADES-PESELL@GMAIL.COM	09/01/1978	Deferido
156	9032	SUZANA JOSÉ DA SILVA	12/09/1979	Deferido
157	18692	TANELISE VIGARANI PRUST	06/02/1975	Deferido
158	17035	TANIA REGINA GALVES PINTO	16/09/1962	Deferido
159	10199	TATIANE DA ROSA MIRANDA	05/01/1984	Deferido
160	13936	TÂNIA APARECIDA ALEXANDRE	21/11/1985	Deferido
161	15025	TÂNIA MARIA MARINI SBALCHIERO	13/01/1963	Deferido
162	19746	TEREZA JAZINSKI	28/04/1964	Deferido
163	18150	VÂNIA GISELE CORRÊA	30/10/1982	Deferido
164	9224	VERA LUCIA DA SILVA DOS SANTOS	01/12/1969	Deferido
165	17706	VISÂNGELA SAGÁS	18/03/1984	Deferido
166	11855	VIVIANE BATHEKE INOCÊNCIO	05/02/1977	Deferido
167	10950	VIVIANE CORREA FRANCO	26/05/1979	Deferido
168	14474	VIVIANE DOS SANTOS SIMÃO	15/09/1981	Deferido
169	11423	ZORAIDE WALDETE DA SILVA	09/04/1979	Deferido

Professor de Ensino Religioso (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Professor de Ensino Religioso (10h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Professor de Ensino Religioso (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17386	ADILSON VALDEMAR ROSA	17/01/1965	Deferido
2	19540	MARIO CESAR ALVES	21/10/1979	Deferido
3	14996	RODRIGO HOGENDO-ORN HAIMANN, OFS	06/09/1977	Deferido

## Professor de Ensino Religioso (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	15720	ALEX JORGE DE OLIVEIRA LIMA	18/09/1986	Deferido
2	8809	GILMARA ROCHA	03/10/1973	Deferido
3	18711	MARCIA SCAVEM	27/07/1964	Deferido
4	14148	NATHALIA WOLFF VIEIRA	30/01/1991	Deferido

## Professor de Geografia (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Professor de Geografia (10h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Professor de Geografia (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16854	ADRIANA DA SILVA DOS SANTOS	28/10/1983	Deferido
2	9710	ALESSANDRA BRANDL MUNIZ DO AMARAL	06/10/1977	Deferido
3	16187	IANDRA BORGES	24/04/1984	Deferido
4	10260	IRACEMA FARIA	02/12/1966	Deferido
5	19972	JONATHAN MATTOS	26/03/1986	Deferido

6	11153	LUIZ FERNANDO SOARES	19/11/1977	Deferido
7	8909	NAYARA CAROLINE LEACHENSKI	16/09/1991	Deferido
8	20125	VÂNIA DE SOUSA GONÇALVES	21/02/1978	Deferido

## Professor de Geografia (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19092	DIEGO AUGUSTO PAULO	15/10/1982	Deferido
2	18094	ELKE MARIA KELLERMANN	29/02/1960	Deferido
3	14082	ERALDO LOPES CARNEIRO	21/01/1962	Deferido
4	20063	WILSON DE OLIVEIRA NETO	28/12/1984	Deferido

## Professor de História (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	14777	MIRELA CRISTINA LEITE	25/01/1991	Deferido
2	11035	RENATA MADUREIRA PAVAN	05/06/1993	Deferido

## Professor de História (10h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9178	GABRIELA DIAS BLANCO	29/11/1987	Deferido
2	10882	PAULO ROBERTO VALADARES	23/09/1961	Deferido

## Professor de História (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18848	AMILTON HENTCHEN	28/02/1964	Deferido
2	16363	BENTA CRISTINA SOUZA	28/10/1986	Deferido

3	14095	CÍNTIA SOARES	26/05/1987	Deferido
4	10625	CLÉO JUVENAL GONÇALVES	29/09/1982	Deferido
5	16626	DAIANA APARECIDA FONTANA CECATTO	05/10/1985	Deferido
6	18084	DOUGLAS DOS SANTOS	04/03/1990	Deferido
7	18895	ELISEU GOMES ISRAEL	29/06/1984	Deferido
8	9200	ELIZABETH LOISE E MASTELLA	04/03/1962	Deferido
9	9345	EVANDRO ROBSON SCHAEFER	10/02/1987	Deferido
10	9682	JOSÉ AFONSO DE VARGAS	24/08/1974	Deferido
11	19879	MARIA LEOPOLDINA INOCENCIO CAMARGO DA SILVA TOLEDO CRUZ	13/02/1981	Deferido
12	17767	MARJHORYE LUCINGER RUIZ	01/04/1980	Deferido
13	14403	MÁRCIO ROBERTO DE OLIVEIRA	26/10/1980	Deferido
14	10412	PATRICIA COELHO MARTINS PEREIRA	08/09/1964	Deferido
15	10165	PAULO ROBERTO KUSTER	27/07/1987	Deferido
16	11273	RODRIGO LIMA MOTHE	27/08/1986	Deferido
17	11505	SAMARA DANTAS TRI-GUEIRO DE OLIVEIRA	20/04/1983	Deferido
18	9009	SAMARA MAELI DA SILVA ELEUTÉRIO	22/06/1993	Deferido
19	10348	VANESSA DE OLIVEIRA TEIXEIRA DA CRUZ	16/04/1990	Deferido
20	19690	WALDEMIR KOHLER	02/07/1962	Deferido
21	19875	WLADEMIR VIEIRA	10/02/1979	Deferido

### Professor de História (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18071	ANGÉLICA SILVA FORTUNATO	15/12/1970	Deferido
2	12179	DANIELE MIRANDA RODRIGUES	25/03/1979	Deferido
3	15292	DÉBORA DOS ANJOS SANTOS	09/01/1992	Deferido
4	10320	IVANILDO QUADROS	05/04/1975	Deferido
5	11210	JEFERSON WILLIAM MUELLER	04/06/1978	Deferido
6	18528	JOÉLIA DA COSTA SILVA	14/09/1992	Deferido
7	19031	JORGE BARGORDAKIS JUNIOR	07/12/1967	Deferido
8	17969	KARLA CRISTIANE DA SILVA	25/08/1987	Deferido
9	14233	MARIA EMILIA DA SILVA	03/02/1957	Deferido
10	13834	MATHEUS FRANCISCO DA SILVA	16/02/1995	Deferido
11	13659	SURAIA APARECIDA DE SOUZA	01/04/1959	Deferido
12	18331	TATIANA NERI SIMOES	07/01/1980	Deferido
13	16371	TATIANA DA SILVA RODRIGUES	13/08/1973	Deferido
14	18121	THYRCIANE FEITOSA DE SANTANA	09/05/1989	Deferido
15	18027	WALMOR PEDRO ANTONIO DE AZEVEDO	21/07/1993	Deferido

### Professor de Inglês (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16654	MARIA BENTA EMÍLIO	12/06/1965	Deferido

### Professor de Inglês (10h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Professor de Inglês (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10599	ADRIANA ERBS	09/08/1982	Deferido
2	9052	CELINO DA SILVA SANTOS	06/11/1982	Deferido
3	16592	EDIMÉIA APARECIDA SACHETTI	24/10/1963	Deferido
4	18727	ELISANGELA SILVA LINALDI	27/10/1982	Deferido
5	10104	GISELE DE FATIMA BALDO BISPO	16/05/1982	Deferido
6	20105	JOICE DAIANA POMPEU SILVA	25/11/1992	Deferido
7	19850	LETICIA GUTTERRES PORTALET	02/10/1972	Deferido
8	10968	MIRELLA SHELLIGAN MAIA RIBEIRO	16/02/1978	Deferido
9	20102	RONALDO RYAN VASCONCELOS LIMA	28/05/1990	Deferido
10	8716	SUZAN CRISTINA LEAL	19/04/1989	Deferido

## Professor de inglês (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19147	RENE FANTIN ARNOLDO	11/04/1986	Deferido

## Professor de Língua Portuguesa (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10055	ADEMARI VIEIRA	02/06/1985	Deferido
2	15358	BRUNA ALEXANDRA FRANZEN	06/01/1989	Deferido

## Professor de Língua Portuguesa (10h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Professor de Língua Portuguesa (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17191	ANA ALICE TEIXEIRA	22/07/1977	Deferido
2	15973	ANDRÉA DE CÁSSIA SILVEIRA DE OLIVEIRA	01/02/1980	Deferido
3	9535	CARLOS ALBERTO MEDEIROS	15/06/1970	Deferido
4	14445	CAROLINE CABRAL FERREIRA	09/04/1983	Deferido
5	11819	CRISTIANE DA CONCEIÇÃO CERQUEIRA	28/12/1979	Deferido
6	19413	DAILON SOARES RODRIGUES	07/12/1978	Deferido
7	20148	EDSON FABRICIO DE SOUZA	18/06/1985	Deferido
8	10235	EVERTON DE OLIVEIRA LEAL	02/06/1978	Deferido
9	10238	GABRIELLE GUEDES DELLAMEA	27/06/1982	Deferido
10	16863	GISELE ONOFRE VIEIRA	06/08/1978	Deferido
11	13211	JEANE CAROLIUNE THEISS	25/03/1983	Deferido
12	19158	JULIO CESAR MORAES	15/02/1967	Deferido
13	11996	JUSSARA RISSATTO	31/03/1966	Deferido
14	17933	LILIAN MARIA DA SILVA SANTOS	12/12/1975	Deferido
15	11724	LUCIENE EVANGELISTA DOS SANTOS SILVA	13/01/1968	Deferido
16	11834	MARGARETE ELSA GROSS REINKE	04/02/1951	Deferido
17	17908	MICHELI OLIVEIRA DE SOUZA	12/08/1983	Deferido
18	9064	NADIR BETT JANUARIO	29/06/1978	Deferido
19	18706	NÁDA NICE DA LUZ	30/04/1965	Deferido
20	12756	VANESSA CRISTINA TAVARES LOPES VIEIRA	06/04/1981	Deferido



## Professor de Língua portuguesa (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11823	ALINE NUNES DA SILVA MICOSKI	05/02/1978	Deferido
2	18083	DAVID ALEXANDRE FARIAS	10/02/1979	Deferido
3	9966	LUCIANA MABA DA SILVA	31/01/1977	Deferido
4	11522	1. TATIANE ROBERTA VIEIRA CORRÊA	12/04/1981	Deferido
5	14941	2. WILSON ROBERTO NATIVIDADE COSTA	25/08/1977	Deferido

## Professor de Matemática (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

## Professor de Matemática (10h) Não habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17874	ANDRÉA SOUZA PAES	02/02/1975	Deferido
2	20053	CARLOS FRANCISCO MATTANA	02/01/1962	Deferido

## Professor de Matemática (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17149	ANTONIO EDUARDO PINHEIRO	27/09/1981	Deferido
2	9704	ANTONIO LUIS MUNIZ DO AMARAL	21/05/1971	Deferido
3	16024	CARLOS ALBERTO DIAS CAMARGO	05/05/1975	Deferido
4	14736	CÉLIA REGINA DE ANDRADE PEREIRA	13/08/1952	Deferido
5	19518	CLAUDIOMIRO MACIEL DE OLIVEIRA	22/12/1976	Deferido

6	19186	CLEBER BRUNNER	02/04/1985	Deferido
7	9435	CRISTIANE MARILENA DA SILVA	11/06/1980	Deferido
8	18097	JONAS WALTRIK	08/10/1985	Deferido
9	15922	JOSELITO LINHARES	14/09/1969	Deferido
10	19493	JOSENE PATRICIA CHEGATTI (acesso fácil)	26/06/1975	Deferido
11	19533	LÍGIA MARA EVARISTO	04/07/1964	Deferido
12	13300	MAURICIO VALPIR DA SILVA	13/09/1970	Deferido
13	13401	MÁRCIA VALÉRIA GUEDES LEI RODRIGUES	12/10/1969	Deferido
14	10099	MÁRIO JOSE PIRATH	02/03/1958	Deferido

## Professor de Matemática (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16389	ANDERSON DE SOUZA	08/02/1988	Deferido
2	19057	ARMANDO CARMO DA SILVA JÚNIOR	06/04/2062	Deferido
3	19778	BIANCA CRISTINA BONELLI	11/10/1984	Deferido
4	12409	CRISTIANO EDUARDO MACHADO	02/09/1979	Deferido
5	13078	EMERSON JOSÉ DA SILVA	31/10/1989	Deferido
6	12344	FERNANDO RODRIGUES ORLOSKI	08/12/1990	Deferido
7	19887	JOAO BATISTA DA SILVA	24/10/1973	Deferido
8	12439	JOSÉ ELIAS DE JESUS	18/12/1960	Deferido
9	18675	MAURICIO MENDES DA SILVA	07/11/1987	Deferido
10	19908	MILTON VALENTIM DOS SANTOS JUNIOR	14/10/1981	Deferido
11	14012	RAFAEL NOLASCO SGNAOLIN	01/04/1992	Deferido
12	11775	ROGÉRIO TAIZO DE MELO	17/12/1978	Deferido



## Professor de Séries Iniciais (20h) Magistério Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	8947	ALESSANDRA ALVES CASERES DA SILVA	26/03/1981	Deferido
2	9580	ANA ROSELI LUDVICHAK DE SOUZA	30/08/1961	Deferido
3	18392	ANDRÉA EVELISE CERRI	10/12/1985	Deferido
4	16053	ANGELA RIBEIRO MACHADO LOPES	11/02/1980	Deferido
5	13978	ARIANE SOARES ALVES	04/07/1985	Deferido
6	13156	CLÁUDIA RUTH DA SILVA	22/08/1988	Deferido
7	8733	DÂMARIS CORRÊA	02/02/1971	Deferido
8	13605	FRANCIELE CRISTINA SCHMITT	29/05/1987	Deferido
9	11173	JOSIANE RITA CELISTA	29/11/1990	Deferido
10	16038	KATIANE MARIA GARCIA	26/08/1973	Deferido
11	9041	LUANA CRISTINA FONSECA	04/03/1983	Deferido
12	10667	MARIA APARECIDA INACIO	06/11/1970	Deferido
13	17218	MARILENE CLAUDINO	03/05/1979	Deferido
14	13756	PRISCILA ALVES	31/07/1982	Deferido
15	11474	REGIANE MARINA DE MATTOS	24/09/1976	Deferido
16	18475	ROSIMEIRE-MORINIGO	13/07/1979	Deferido
17	11122	SILENE BARBOSA LEITE VIEIRA	11/04/1975	Deferido
18	16130	SUELI MARIA TRIMMER SILVA DA CUNHA	30/07/1963	Deferido
19	11217	TEREZA DOS SANTOS INACIO	19/09/1965	Deferido

## Professor de Séries Iniciais (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10103	CAROLINE MENDES BORTOLATO	11/01/1990	Deferido
2	13628	DAIANE PATRICIA PEREIRA	05/05/1994	Deferido
3	12528	FABIA SIMONE DE AGUIAR	24/12/1974	Deferido
4	18890	GIOVANA LUCIA MONTREZOL VIEIRA PEREIRA	04/05/1965	Deferido
5	14319	GISELLY TABORDA LIMA QUADROS	01/09/1981	Deferido
6	12951	JESSYK DA CUNHA	23/10/1991	Deferido
7	9913	JOELMA ROMAO	09/03/1986	Deferido
8	19259	JOSETE BEZERRA DE MELO SILVA	28/04/1969	Deferido
9	11536	KATIA CILENE KLOPPLE MIRANDA	29/06/1969	Deferido
10	19323	LAIS DA SILVA	05/03/1988	Deferido
11	10113	LETÍCIA RANGUET NASCIMENTO	03/05/1990	Deferido
12	13178	LUCILÉA MARIA BENTO MIGUEL	03/10/1984	Deferido
13	14015	MARIA APARECIDA VIEIRA BORTOLATO	27/05/1969	Deferido
14	13755	MARIA ELENA GUBERTT	06/08/1966	Deferido
15	15734	PATRICIA DE SOUZA	23/05/1987	Deferido
16	14046	ROBERTA DOS SANTOS DE LIMA	25/01/1981	Deferido
17	10360	TATIANY REGINA FABENI	06/02/1989	Deferido
18	14016	VALCILENE CRISTIANE BORTOLATO	09/08/1988	Deferido

## Professor de Séries Iniciais (20h) Superior Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17662	ADELINA DIAS PEREIRA	11/08/1966	Deferido
2	12148	ADRIANA PRESTES FURTADO	20/07/1976	Deferido
3	11972	ALINE LUISA SOUZA GONZALES	02/04/1980	Deferido
4	17268	AMANDA FELÍCIO DOS SANTOS	27/12/1974	Deferido
5	15364	ANA CAROLINE RAUE	20/05/1992	Deferido
6	16707	ANA MARIA ANGIOLETTI	26/07/1962	Deferido
7	19843	ANDRÉA PETRY	29/11/1976	Deferido
8	9417	ANDRÉIA RODRIGUES DOS SANTOS BATISTA	30/09/1985	Deferido
9	11341	ANDREA RODRIGUES	24/05/1977	Deferido
10	15648	ANDREIA GERALDO	09/04/1980	Deferido
11	12306	ANTONIA EDINICE RODRIGUES DE ARAUJO	13/06/1976	Deferido
12	15084	CARINA KRUGER PENZ	04/11/1993	Deferido
13	9611	CARLA DA SILVA EMILIO	07/11/1979	Deferido
14	9674	CARMEN CLEDI SCHWERTZ ALVES	21/10/2062	Deferido
15	12478	CHARLENE OLIVEIRA BRÁZ	25/07/1981	Deferido
16	9351	CHARLES ALBERTO PASSOS	03/10/1971	Deferido
17	13233	CHRISTIANE DA SILVA DE SOUZA	19/04/1974	Deferido
18	10668	CINTIA RE-NATA CABRAL	23/02/1984	Deferido
19	16869	CLAUDEMIRA NOVAIS ALVES	27/01/1979	Deferido
20	19215	CLAUDETE APARECIDA DA SILVA LOURENÇO	12/12/1966	Deferido
21	10705	CLAUDIANE PIERRE	26/09/1971	Deferido
22	15642	CRISTIANA DE SOUZA D'OLIVEIRA	06/06/1976	Deferido

23	10666	CRISTIANE SEVERINO	05/11/1972	Deferido
24	18698	CRISTIANI MARIA AMORIM	21/08/1974	Deferido
25	11014	CRISTINA PAULO MONTEIRO	15/10/1973	Deferido
26	15276	CRISTINA RUTE MOLINARI ROCHA	31/01/1964	Deferido
27	14070	DAMARIS BEUTER DO PRADO	31/05/1978	Deferido
28	10170	DANIELA BARON KOLHER	02/12/1979	Deferido
29	19400	DANIELA CRISTINA MICHELI	01/01/1981	Deferido
30	11980	DANIELA GONÇALVES	03/06/1986	Deferido
31	11731	DANIELA RAMOS URBANETTI	30/06/1978	Deferido
32	14739	DANIELE CAROLINA DE OLIVEIRA ROSA	19/05/1980	Deferido
33	19681	DENIELLE PATRICIO DOS ANJOS	19/09/1986	Deferido
34	9373	EDILENE IRIS CALDEIRA LOURENÇO	14/01/1984	Deferido
35	12792	ELAINE CRISTINA DA TRINDADE	31/05/1989	Deferido
36	19645	ELAINE REGINA BAPTISTA CACCIA	05/11/1977	Deferido
37	16932	ELEINE LÉA BAADER	04/05/1075	Deferido
38	11795	ELIANA CRISTINA GAMA DA SILVA	03/05/1971	Deferido
39	8986	ELIANE DE FATIMA RAMOS	09/11/1978	Deferido
40	11106	ELIETE AMARO	13/09/1972	Deferido
41	9360	EMERSON LUIZ NASS	22/03/1964	Deferido
42	17066	EVA APA-RECIDA FERNANDES ARAÚJO	20/03/1986	Deferido
43	15066	FABIANA DE QUEIROZ BORGES RODRIGUES	14/12/1977	Deferido
44	11236	FABIANA REGINA DE SOUZA SANTOS	13/04/1969	Deferido
45	16900	FABIANE DALLAGO	06/11/1979	Deferido

46	18136	FERNANDA SILVA DOS SANTOS	06/08/1990	Deferido
47	8894	FLAVIA KARINE FEITOSA DE SOUSA	03/01/1974	Deferido
48	17625	FLÁVIA RODRIGUES FERREIRA	28/02/1988	Deferido
49	17554	FRANCIANE CONCEIÇÃO ROSA DE ALMEIDA	27/11/1987	Deferido
50	8774	FRANCIELLI DE LIMA	14/01/1985	Deferido
51	15810	GARDENIA DE FATIMA ALVES ROSA MATIAS	18/05/1959	Deferido
52	15845	GRAZIELA DA SILVA FLORES	09/05/1981	Deferido
53	18927	GRAZIELE LOURENÇO FERREIRA	13/05/1986	Deferido
54	8892	JANAINA FORLIM DE SOUZA	20/09/1981	Deferido
55	9586	JANAINA MANISCALCO FELÍCIO DE SOUZA	14/07/1975	Deferido
56	9637	JANINI LAURECI ALBANO FRANCISCO	30/09/1981	Deferido
57	12714	JEAN CARLOS RIBEIRO	06/05/1971	Deferido
58	8739	JOCIMARA PEREIRA MEZZON	24/09/1970	Deferido
59	9404	JONATA JOSUÉ SCHULZE	13/11/1987	Deferido
60	13939	JONIA GUIMARÃES VIEIRA	19/07/1979	Deferido
61	15005	JOSEMERY LUCY POFFO RONCAGLIO	24/02/1967	Deferido
62	9497	JUCELEI PEDROZO DOS SANTOS DE SIQUEIRA	07/11/1985	Deferido
63	16008	JUCELIA PEREIRA	14/10/1987	Deferido
64	11112	JUCINEIA MARTINS NAZARIO	05/08/1978	Deferido
65	9543	JUSCELINO OLIVEIRA	17/05/1961	Deferido
66	13443	JUSSARA MARIA THEISS	28/07/1986	Deferido
67	16645	KARIN MARCELLOS PEREIRA	23/10/1956	Deferido

68	19739	KATIA DA SILVA FIGUEIREDO	02/01/1964	Deferido
69	19507	KEITY LIMA PALOMBO	20/03/1989	Deferido
70	11697	LETICIA CASSIMIRO DA SILVA CARDOSO	24/01/1987	Deferido
71	13598	LILIANNE RIBEIRO BURLIER DA SILVEIRA	20/09/1982	Deferido
72	18514	LORENI TERESINHA DE LIMA	17/06/1973	Deferido
73	8899	LUANA LAIS DA COSTA CAMPOS	22/05/1991	Deferido
74	12801	LUCIANA TRAMONTIN NOLLI	20/08/1978	Deferido
75	11056	LUCILE PATRICIA FONSECA	16/06/1978	Deferido
76	19921	LUIZA RAMOS DE LIMA COUTO	06/01/1969	Deferido
77	16638	MAIARA CRISTINA SAGAS DALL AGNOL	10/11/1985	Deferido
78	14723	MARCIA D OLIVEIRA STEFFEN	15/01/1974	Deferido
79	14005	MARCIA RODRIGUES CARDOSO	14/10/1971	Deferido
80	9853	MARIA APARECIDA DA SILVA	29/05/1968	Deferido
81	9705	MARIA APARECIDA SERAFIM	11/08/1966	Deferido
82	14186	MARIA DE FATIMA DE SOUZA	26/10/1967	Deferido
83	17562	MARIA FÁTIMA DA SILVA RIBEIRO	13/10/1961	Deferido
84	12684	MARIA JOSÉ DEBARBA	04/02/1958	Deferido
85	12279	MARIA VERONICA DE OLIVEIRA FUJIWARA	04/03/1960	Deferido
86	11969	MARIÂNGELA COGO SILVA	09/12/1972	Deferido
87	10926	MARILENE BATTISTI	08/11/1964	Deferido
88	14166	MARILUCIA DA LUZ TORMEN CRIVELETTI	09/09/1970	Deferido
89	12799	MARISE LINDOMAR COUTO	29/08/1974	Deferido

90	14337	MARLI REGINA PACHECO FAUSTO	29/02/1968	Deferido
91	18886	MÁRCIA BARABARA SCHIZZI RIBEIRO DE DEUS	15/04/1982	Deferido
92	11784	MELISSA PONTES REBÊLO	25/06/1978	Deferido
93	11949	MICHELLI CRISTINA PEREIRA	20/07/1982	Deferido
94	18291	MIRIAM VIEIRA	26/01/1987	Deferido
95	19856	NÁIRA ROSANA GOMES LIMA	11/12/1980	Deferido
96	11075	NEUSA LUZIA DA ROCHA COSTA	05/10/1952	Deferido
97	10378	NEUZA MARIA DE SOUZA	09/01/1962	Deferido
98	19110	NEUZA MARIA DOS REIS	04/08/1968	Deferido
99	16771	PATRICIA BITTENCOURT	13/09/1981	Deferido
100	10852	PATRICIA HERING DOS SANTOS	01/09/1977	Deferido
101	15144	PATRICIA PEDROSO DA SILVA LIMA	24/06/1992	Deferido
102	16634	RAQUEL PALOMA DA SILVA	20/11/1976	Deferido
103	12033	RAQUEL WOSNIAK NAUMANN	07/07/1989	Deferido
104	10862	REGIANE FERNANDA CALDONHO	22/04/1978	Deferido
105	8796	REGINA MARIA DA SILVA	08/03/1961	Deferido
106	16648	RITA DE CASSIA DA CUNHA BITTENCOURT	10/09/1975	Deferido
107	14494	RITA ROSE KORMANN	01/10/1956	Deferido
108	11239	ROBERTA APARECIDA NADALINI AGUIAR	21/08/1980	Deferido
109	19595	ROSANGELA CHIMKA	09/07/1976	Deferido
110	11090	ROSANGELA MARIA SENFF WILLE	21/11/1969	Deferido
111	12807	ROSELI CUNHA	24/10/2014	Deferido

112	16118	ROSENITE MARTINS	17/07/1964	Deferido
113	16602	SABRINA MARCELINO DIAS DA SILVA	01/01/1989	Deferido
114	14087	SAMIA HASSAN RESLAN	22/01/1979	Deferido
115	15146	SARA BOGUCHESKI DE MORAES	15/03/1974	Deferido
116	19698	SARA JANE ULLIRSCH DE OLIVEIRA	05/08/1990	Deferido
117	9803	SHIRLEY SCHNEIDER SCHREIBER DA COSTA	29/01/1984	Deferido
118	16644	SILVANA LETICIA DUMKE	24/06/1982	Deferido
119	19543	SIMONE CARRÃO ESTRELA	21/01/1986	Deferido
120	9057	SIMONE FELICIO REGIS	14/07/1984	Deferido
121	9688	SIMONI BRUNNER	07/09/1985	Deferido
122	16973	SOILA CRISTINA DICKMANN DE OLIVEIRA OLIVEIRA	21/04/1971	Deferido
123	10108	SUZELE BENTA DO NASCIMENTO	06/03/1985	Deferido
124	15512	TAMARA APARECIDA DOS SANTOS	10/05/1986	Deferido
125	14606	TEREZINHA DE JESUS VALENTIM DE OLIVEIRA	05/04/1969	Deferido
126	18520	VALÉRIA RIBEIRO BROSLAVETZ	07/02/1989	Deferido
127	9712	VADELIRIA MIOTTO	28/12/1973	Deferido
128	14091	VALDILEA SANTOS COIMBRA	07/09/1976	Deferido
129	9776	VANDERLÉIA MEDEIROS GELSLEICHTER	17/12/1977	Deferido
130	19703	VANI FRANCISCA INÁCIO	23/06/1959	Deferido
131	9445	WILLIAMS CORRÊA	05/12/1989	Deferido

## Professor Sala de Recursos Multifuncionais (20h a 40h) - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10256	ALESSANDRA VIEIRA	11/10/1971	Deferido
2	11310	ANA LUCIA FREIBERGER	08/06/1989	Deferido
3	14584	FABIO ALVES	26/02/1983	Deferido
4	13948	FÁBIO DE ARAÚJO PEREIRA	11/06/1983	Deferido
5	19596	FLORACI BUSS	11/09/1966	Deferido
6	19659	ILCA SCHLINDWEIN	14/04/1967	Deferido
7	19571	LUÍZIANE VENTURINI GONÇALVES	23/02/1978	Deferido
8	13685	MARIA CRISTINA SANTOS ALVES	13/10/1954	Deferido
9	10381	MARILIA MARIA DE SOUZA	13/10/1964	Deferido
10	16852	MONICA SOARES BASCHTA	00/00/0000	Deferido
11	18888	NORA NEY NOEMIA TERAGI	05/01/1956	Deferido
12	8908	ROSALINA FERNANDES DOS SANTOS	25/12/1966	Deferido
13	10374	ROSE LEDI GOETZ GOETZ	11/01/1961	Deferido

## Psicólogo - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16418	ADRIANA ANTUNES DA SILVA	01/07/1972	Deferido
2	11719	ANA PAULA BATISTA CASSOL	20/10/1978	Deferido
3	19945	ANGELITA ALVES DA SILVA	08/03/1959	Deferido
4	18916	ARIELA SERAFIM DA SILVA	26/10/1986	Deferido
5	12551	BIANCA REGINA FORNARI	23/03/1967	Deferido
6	10117	DÉBORA SOLOGO ARALDI	24/02/1987	Deferido
7	19670	ELLEN CRISTINE MERKEL	11/06/1980	Deferido

8	18474	FERNANDA MARTINS DEQUI	29/04/1979	Deferido
9	19141	GISELE BEGE	04/05/1982	Deferido
10	20037	GRACE MEDEIROS GAMA SANTOS	15/09/1966	Deferido
11	18707	GRASIANI OLIVEIRA	21/12/1982	Deferido
12	15854	GUILHERME CORREA	06/07/1978	Deferido
13	10804	HELOISA FRENSCH FAUSTINO NASCIMENTO	20/09/1983	Deferido
14	14679	JAQUELINE ROCHA	14/12/1990	Deferido
15	17661	JÉSSICA GRACHTEN FRAGA	08/04/1989	Deferido
16	20014	KAROLINE BRAUN	18/10/1978	Deferido
17	17427	MARCOS SCHIAVAN	24/01/1979	Deferido
18	17402	MARILENE DA SOLIDADE PEREIRA DA SILVA	26/08/1969	Deferido
19	20154	MARILSA REMEDI RIBEIRO	21/03/1973	Deferido
20	17999	PATRICIA PINTO WICK-BOLDT	26/02/1990	Deferido
21	17399	PAULO ROBERTO WO-VST LEITE	09/02/1969	Deferido
22	17387	RAISSA FERNANDA COLARES DE NÓVOA	15/11/1991	Deferido
23	16787	ROBERTA FELTRIM STEL	30/03/1982	Deferido
24	12540	ROBERTO LEON REICH NETO	09/03/1984	Deferido
25	14010	ROSANGELA NOVAES BATISTA PRADA	27/10/1966	Deferido
26	13344	TAINÁ HOFFMEISTER CUSINATO	16/08/1990	Deferido
27	20163	THAMARA GARCIA DEL MIR	18/10/1978	Deferido
28	17214	THAYNARA LECH WENDT	03/04/1991	Deferido
29	13084	VANESSA CASAGRANDE	05/11/1992	Deferido
30	11977	VANESSA CELINA ALVES DA SILVA	14/02/1984	Deferido

31	19753	VICTÓRIA GARCIA FREITAS	03/10/1991	Deferido
32	12534	WALEXANDRA LEONOR PRANGE	23/05/1992	Deferido
33	19265	WEULER SILVA ZUKOWSKI	10/01/1987	Deferido

## Recepcionista - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17428	ALESSANDRA MIKOSZ	13/08/1973	Deferido
2	19157	ANA CAROLINA DA SILVA DO NASCIMENTO	29/09/1990	Deferido
3	12211	CRISTINA APARECIDA AMARAL	15/12/1965	Deferido
4	12910	DANIELA ESPERANDIO LUDOVINO	18/08/1994	Deferido
5	19609	ESTER PEREIRA DOS SANTOS	09/02/1993	Deferido
6	12183	GEINE PAULA DE OLIVEIRA	26/02/1995	Deferido
7	11920	JOSIANE CONSTANTE	05/01/1985	Deferido
8	16093	LUCIMAR SILVERA BRITO	30/11/1977	Deferido
9	13430	MATHEUS ALBERTO DE SOUZA	05/02/1996	Deferido
10	17916	PRISCILA APARECIDA LISBOA	10/05/1993	Deferido
11	18352	RAFAELA MACHADO ROSA	20/02/1991	Deferido
12	9449	ZANDRIA CARLA NEGREIROS DA SILVA STRUTZ	16/05/1978	Deferido

## Técnico em Enfermagem - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16522	ANA MARTA SANTOS OLIVEIRA	29/08/1976	Deferido
2	17987	ANGÉLICA NECKEL DE OLIVEIRA	11/09/1991	Deferido

3	16909	CHARLES DOUGLAS CANTANHEDE CABRAL	07/10/1976	Deferido
4	17814	DELZIA ANNA BISI PINTO	26/07/1981	Deferido
5	13970	DIONE FATIMA DE SOUZA	15/06/1967	Deferido
6	17891	ELENICE LEITE DE LIMA	27/09/1979	Deferido
7	18780	ELIZETE MARIA DE SOUZA MACHADO	25/04/1981	Deferido
8	13169	FABIANA CRISTINA DE OLIVEIRA MARCAL	15/02/1979	Deferido
9	19467	INELVIA NONATO DA SILVA	18/03/1980	Deferido
10	20026	IRACEMA SERAFIM BERETTA	27/12/1965	Deferido
11	14508	JEANE CRISTINA RAMOS DE CAMPOS	29/10/1975	Deferido
12	20301	JOSIANI APARECIDA BUENO	21/02/1983	Deferido
13	19923	KARIM MORAES DA CRUZ CORREA	17/11/1979	Deferido
14	13333	LUCIANE APARECIDA MIRANDA	17/12/1982	Deferido
15	10447	MIRIÃ ANACLETO	27/11/1996	Deferido
16	15249	PETRONA OZUNA DOS SANTOS	29/06/1969	Deferido
17	15493	PRISCILA ALVES DA SILVA TEIXEIRA	14/08/1978	Deferido
18	19256	PRISCILA ROBERTA SANTOS	03/07/1983	Deferido
19	9627	RAQUEL VICENTE	02/07/1974	Deferido
20	14820	RICARDO BEZERRA DE OLIVEIRA	07/03/1980	Deferido
21	17320	ROSA BELO CARDOSO DE ALMEIDA	19/10/1980	Deferido
22	18573	ROSÂNGELA TEREZINHA DE OLIVEIRA MÔR CHAVES	27/12/1958	Deferido
23	15416	ROSILENE PEREIRA	22/06/1976	Deferido
24	12819	SIMONE CONTEZINI	28/04/1981	Deferido



25	20176	SOLANGE RE-GINA NUNES GOMES	05/02/1965	Deferido
26	13352	TIAGO JOSÉ FURONI	28/02/1985	Deferido
27	14765	VALERIA BUENO	10/09/1981	Deferido
28	9316	VERA LUCIA PEREIRA NEVES TURELLA	11/03/1969	Deferido
29	19452	ZORAYA DOS SANTOS	22/06/1970	Deferido

## Técnico em Enfermagem ESF - Ensino Médio

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	13365	ANGELA MARIA SIMAO BORGES	10/07/1959	Deferido
2	8932	DEBORA VANESSA BARBOSA DE MORAES	21/11/1978	Deferido
3	17367	LILIAN KELLI HELT	04/06/1987	Deferido
4	16901	LUCILENE PROVEZI VIEIRA	27/12/1965	Deferido
5	13318	MANUELLE HERMANN	25/03/1979	Deferido
6	15376	MARISETE DE AMARAL BASTOS	31/07/1976	Deferido
7	12053	PHAMELA LEIRIA HERNANDORENA	24/09/1988	Deferido
8	15669	ROSANE APARECIDA BARBOSA	26/11/1968	Deferido

## Técnico em Enfermagem SAMU - Ensino Médio

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16094	ANA CAROLINA DE CASTRO SIMÕES	02/01/1988	Deferido
2	13099	ANDRÉ LUIZ MACHADO	31/08/1987	Deferido
3	12877	ANGELITA IZIDORO JACINTHO	18/02/1970	Deferido
4	10697	ANGELO MARCIO RAMOS	13/07/1982	Deferido
5	16344	ERIKA PATRICIA SILVA	14/10/1978	Deferido
6	20314	HELIO ROQUE SOBRINHO	02/07/1980	Deferido

7	20101	IZABEL BRUSTOLIN GEISEL	13/06/1967	Deferido
8	10333	JANAINA ANDRIETTI PINTO	08/01/1978	Deferido
9	19586	JULIANO BRONDANI BUSATTO	23/08/1984	Deferido
10	12191	MARENIE PEREIRA	09/08/1987	Deferido
11	17404	MARILENE BENTO PISSETA	21/01/1969	Deferido
12	13686	THIAGO VILCINSKAS	10/05/2014	Deferido

## Técnico em Radiologia - Ensino Médio

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17809	ADENIRDE ALVES DE BARROS	03/06/1973	Deferido
2	11380	ANA PAULA GRANEMANN	14/09/1982	Deferido
3	11717	ANDIARA CAROLINA NUNES SOARES	13/08/1990	Deferido
4	14363	ANDREA VICENTE	09/04/1971	Deferido
5	15257	ANGELA MARIA VELASQUES EMMERENCIANO	14/12/1971	Deferido
6	9747	BIANCA SABRINA DE OLIVEIRA	26/02/1993	Deferido
7	19693	CAIO EDUARDO DUTRA DE MOURA	14/09/1971	Deferido
8	20171	CAROLINE CAMILLO NURNBERG	14/05/1992	Deferido
9	20022	CÁSSIO CARRANÇA BUENO	05/11/1987	Deferido
10	13254	CHIRLENE MARIA TOMAZ	30/04/1982	Deferido
11	13231	CLEIDE LABOR	07/04/1974	Deferido
12	9761	CRISTINA MARIA HAUSER MAFRA	26/04/1977	Deferido
13	13113	DANIELE ARIANE DE SOUZA	02/09/1987	Deferido
14	17216	DANIELE GOMES INÁCIO	08/03/1990	Deferido
15	9003	DIUVANA SANTOS SILVA	14/05/1986	Deferido



16	20268	ELIZA MAURINA COELHO	01/07/1984	Deferido
17	20124	FLAVIA MONTEIRO PRATA	30/05/1984	Deferido
18	16109	FRANCIELLE CARINE CAMPOS	07/05/1989	Deferido
19	8744	FRANCIELLE VICENTE ROSA	17/05/1987	Deferido
20	10749	GERLAN BERNARDI	26/07/1989	Deferido
21	11445	GERSON DE FRANÇA CARDOSO	22/12/1978	Deferido
22	18674	GILMAR CRUZ MACHADO	05/02/1985	Deferido
23	11983	GLEICK HENRIQUE BILSE SILVA	25/12/1986	Deferido
24	17763	ISABEL CRISTINA SANTOS	02/09/1978	Deferido
25	18915	IVANA SOILA VITORINO	03/07/1988	Deferido
26	19444	JÉSSICA DOS SANTOS EBLE	05/03/1991	Deferido
27	16508	JEFFERSON MARCELO RIBEIRO	17/04/1981	Deferido
28	18127	JOACIRA DE FATIMA DA COSTA ENNES	24/06/1978	Deferido
29	19902	KATIANE LINHARES VELASQUES	20/03/1987	Deferido
30	19519	LEANDRO CAVALCANTE LIMA	04/04/1986	Deferido
31	18846	LEDA MARIA SILVA	06/05/1977	Deferido
32	10761	LETICIA DA SILVA BRAGA	25/02/1978	Deferido
33	9474	LILIAN REBELO	10/10/1985	Deferido
34	13061	LISANDRA NAIARA DE SOUZA PEREIRA BORGES	08/08/1986	Deferido
35	19552	LORIANE EVELYN NASCIMENTO BLANCO SANTANA	14/10/1987	Deferido
36	9209	LUZIA DOS SANTOS MACHADO	13/12/1981	Deferido
37	14466	MALU TEIXEIRA MARCELO	21/09/1995	Deferido

38	19868	MARAISA CRISTINA POSTAL	13/06/1989	Deferido
39	13535	MARCELE CRISTINA DE ARAUJO	24/11/1983	Deferido
40	12953	MARCELO BARLETE	19/07/1986	Deferido
41	13793	MARCIO JOSÉ FRANÇA	06/08/1980	Deferido
42	11785	MARGARETE TERESINHA FERRANTI	05/03/1978	Deferido
43	17806	MARIA ENILDA DE MORAES	20/06/1982	Deferido
44	10992	MARIA SOLANGE SANTANA	28/05/1964	Deferido
45	19084	MARIANA FARINA	31/05/1989	Deferido
46	11548	MARILENE PIRES DOS SANTOS	18/01/1976	Deferido
47	18140	MARIO SERAFIM JUNIOR	08/09/1984	Deferido
48	11672	MICHELLE SANDINI	23/02/1977	Deferido
49	13933	NARA ROSE DA SILVA	09/10/1972	Deferido
50	19011	PATRÍCIA QUEIROZ RODRIGUES	08/12/1979	Deferido
51	20223	PATRICIA JUNGBLUTH THOMPSON FLORES	07/07/1982	Deferido
52	20080	PÂMELA DOS REIS SOARES	23/12/1993	Deferido
53	12174	PRISCILA DE LIMA CESÁRIO PEREIRA	05/11/1991	Deferido
54	19789	PRISCILA RIBEIRO DOS SANTOS	27/11/1983	Deferido
55	11841	RAFAEL COSTA SILVA	27/05/1990	Deferido
56	9932	RAFAEL MATTOS CORREIA	17/02/1982	Deferido
57	19710	RAFAELA NASCIMENTO DE SOUZA	28/01/1985	Deferido
58	12309	RAQUEL APARECIDA CASAGRAN-DA	09/07/1991	Deferido
59	15940	REGIANE RIGHETTO CABRAL	08/05/1981	Deferido
60	12272	REGINALDO ADENOR ELIAS	13/01/1987	Deferido
61	10670	ROBSON SALVADOR	21/05/1989	Deferido
62	11404	RODRIGO SALVADOR	19/08/1990	Deferido

63	19874	RODRIGO SOUZA ARAUJO	17/04/1979	Deferido
64	11574	ROSECLEIDE PEREIRA DA SILVA	21/02/1991	Deferido
65	9185	ROSILENE FERNANDES	04/10/1981	Deferido
66	18852	SÉRGIO DALVIM DE SOUZA	09/11/1967	Deferido
67	14867	SHEILA ELISA DA CRUZ	03/01/1989	Deferido
68	13252	SILVANA JÚLIA BENTO DA ROSA	23/11/1985	Deferido
69	11403	SILVIO JOSE DE SOUZA	01/11/1973	Deferido
70	19516	SIMONE CRISTINA VICENTE	24/04/1975	Deferido
71	19927	SIMONE KARINA MORAES DA CRUZ	21/01/1975	Deferido
72	10160	SOLANGE ADRIANO	20/07/1988	Deferido
73	14358	SOLANGE FRIGO ORSI POLIDORO	25/09/1973	Deferido
74	19405	TARCÍSIO JOÃO CABRAL	14/07/1970	Deferido
75	13483	TASSIANA ALESSANDRA LANGER	20/04/1990	Deferido
76	19183	THAYANARA SOSA	23/10/1991	Deferido
77	9695	THIAGO GARRIDO PEREIRA DA SILVA	11/11/1984	Deferido
78	11803	TIAGO ANDREI DE SOUZA	03/10/1988	Deferido
79	18147	VANESSA SIMONETTO	24/04/1986	Deferido
80	14159	VILMA PITTA PEREIRA	28/06/1970	Deferido
81	14084	VIVIANI DOS SANTOS BRENNER	07/03/1987	Deferido

## Técnico em Saúde Bucal - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12706	ALESSANDRA PEREIRA JENSEN	26/09/1974	Deferido
2	19616	ALINE MENDES DA SILVA	08/08/1983	Deferido

3	19714	ELIZABETE MARLENE PATRICIO NEUKOM	24/02/1980	Deferido
4	11430	MORGANA PEREIRA	10/06/1975	Deferido
5	17341	SILVANA NASCIMENTO DIAS	03/03/1979	Deferido
6	17280	SIMONE NASCIMEN-TO DIAS DA COSTA	25/05/1976	Deferido
7	11437	SUELLEN BARBOSA	17/10/1991	Deferido

## Veterinário - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9144	ANDRÉ LUIZ FRARE	18/05/1980	Deferido
2	10916	DANIELLA CAROLINE GAYA BAL-DANÇA	06/04/1990	Deferido
3	19781	DOUGLAS HIDEKI TANAKA	06/02/1984	Deferido
4	10018	FERNANDA EUCLYDES TAVARES	12/12/1989	Deferido
5	12511	GISÉLICA DE CÁSSIA GUERINI PADOVAN	11/01/1985	Deferido
6	13355	HANNAH LIA ETTIENE PE-RUCH LEMOS DOS SANTOS	01/02/1988	Deferido
7	10631	ISADORA RIBEIRO KANDER	11/04/1987	Deferido
8	8834	JÚLIO CÉSAR GOMES CAL-DEIRA	06/02/1985	Deferido
9	9338	KÁTIA NAOMI MINAKI	20/09/1985	Deferido
10	14155	NATHALIA ANDERSON CALOMENO	02/11/1990	Deferido
11	16593	PAULO HENRIQUE HINDELMANN	17/05/1991	Deferido
12	20164	RUDIARD NARDELLI	18/02/1984	Deferido
13	19138	TATIANE CALEFFO	15/09/1986	Deferido
14	16594	TAYNA PIRES DOBNER	09/03/1991	Deferido
15	19315	THAYRINE MINUZZI	12/03/1991	Deferido

## Vigia - Alfabetizado

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11100	ARY JOSÉ DOS SANTOS	16/02/1962	Deferido
2	12603	ADALBERTO JORGE NASCIMENTO FILHO	06/02/1967	Deferido
3	19257	ADEMAR LUEBKE	21/07/1958	Deferido
4	19255	ADILSON LUEBKE	09/08/1982	Deferido
5	17142	ADMILSON BATISTA	25/10/1971	Deferido
6	14775	ANDRE XAVIER	28/11/1986	Deferido
7	19720	ANTONIO GERNECIO DIAS DA SILVA	09/11/1976	Deferido
8	11019	ARI F.PRESTES	14/07/1962	Deferido
9	9249	BENTO JOSE DOS SANTOS	11/02/1978	Deferido
10	15851	CASTURINA APARECIDA PAULISTA	28/07/1960	Deferido
11	20160	CELSO LEANDRO	01/06/2063	Deferido
12	18266	CLAIR ANTÔNIO LEANDRO	21/10/1970	Deferido
13	11282	DIOMAR LUIZ CORREA	11/10/1966	Deferido
14	19262	EDIVALDO PEDRO JOVENTINO	05/04/1953	Deferido
15	18362	EDU CIRINO INACIO	03/12/1954	Deferido
16	12947	ELIAS MIGUEL G ALBINO	01/10/1977	Deferido
17	9289	FILOMENA SHLEICHER	06/07/1969	Deferido
18	14433	GERALDO JORGE DA CRUZ	21/04/1954	Deferido
19	13943	GILMAR CHAGAS DE CHAGAS	30/06/1975	Deferido
20	17995	IRANI DOS SANTOS	25/07/1969	Deferido
21	13321	JAIR ANTONIO QUEIROZ JUNIOS	27/01/1994	Deferido
22	19981	JESSICA ALICE FORTUNA	02/02/1993	Deferido
23	15696	JOAO DE SOUZA BUENO	03/10/1964	Deferido
24	17179	JOCELAINE ALVES DE SOUZA	10/03/1986	Deferido

25	12993	JOSÉ PICOTI DA SILVA JUNIOR	06/11/1994	Deferido
26	19964	JOYCE APARECIDA PEREIRA	11/09/1983	Deferido
27	8706	JUSSARA MARIA GUIMARÃES DA SILVA	10/04/1957	Deferido
28	9422	KELEN CRISTINA DE LIMA ROSA	18/01/1979	Deferido
29	17190	LAERCIO SOUZA	01/07/1969	Deferido
30	9226	LILIANE ANTUNES DA SILVA	27/07/1988	Deferido
31	12605	LORETE FERNANDES	16/08/1955	Deferido
32	10825	LUCAS MARTINS ROLIM	24/09/1975	Deferido
33	10440	LUCIANA GALVAO	16/09/1981	Deferido
34	10842	LUIZ GONZAGA LUZ	21/06/1958	Deferido
35	8953	MARCELO RODRIGUES DOS SANTOS	06/06/1981	Deferido
36	12212	MARCIA GOMES BALTAZAR	03/05/1971	Deferido
37	14510	MARI LUCIA DA SILVA	28/03/1977	Deferido
38	16774	MARIA LUIZA RODRIGUES DO AMARAL	11/09/1971	Deferido
39	10521	MARIA ZENILDA DE OLIVEIRA	17/11/1965	Deferido
40	16068	MARIO LUIZ DA ROSA	08/08/0193	Deferido
41	10192	NERI PEREIRA DE CAMPOS	01/11/1972	Deferido
42	18953	OSMAR SEIBT	08/05/1984	Deferido
43	10562	OSNI FLORENCIO ROSA	28/09/1949	Deferido
44	11241	PAMELA STEFANY MOREIRA OSORIO	06/08/1994	Deferido
45	15861	PATRCIA LUCIANA CARNEIRO	24/12/1975	Deferido
46	11539	PAULIMA DE OLIVEIRA	16/06/1994	Deferido
47	15857	PEDRO ANTONIO GOFFI	27/11/1956	Deferido
48	13268	SIDNÉIA DOS SANTOS XAVIER	24/08/1982	Deferido
49	19442	SONIA DECKER	14/11/1962	Deferido

50	17023	VALDIR JOSÉ DA SILVA	04/04/1974	Deferido
51	11455	VILMAR ROGERIO DA TRINDADE	25/10/1967	Deferido

ANEXO II  
ATO 006/iobv/005/14/PS

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS DO EDITAL Nº 005/2014 DO PROCES-  
SO SELETIVO  
NÃO PROCESSADAS POR AUSENCIA DE PAGAMENTO DA TAXA DE  
INSCRIÇÃO

8696
8703
8707
8722
8726
8728
8732
8734
8752
8770
8771
8788
8790
8795
8804
8808
8822
8824
8837
8840
8843
8844
8847
8849
8855
8856
8857
8860
8868
8871
8872
8873
8875
8881
8884
8887
8889
8890
8895
8896
8897

8902
8904
8907
8910
8914
8918
8922
8923
8924
8926
8933
8950
8951
8952
8955
8968
8978
8979
8982
8993
9006
9007
9008
9010
9012
9013
9014
9021
9023
9025
9034
9055
9056
9066
9067
9075
9079
9080
9082
9092
9093
9103
9114
9117
9126
9132
9133
9149
9151
9154
9171
9181
9203

9210
9217
9222
9236
9238
9240
9245
9256
9271
9292
9303
9307
9328
9344
9354
9355
9356
9359
9364
9365
9368
9382
9383
9394
9395
9408
9409
9414
9427
9431
9439
9443
9466
9468
9481
9482
9484
9499
9510
9519
9520
9549
9550
9556
9583
9590
9591
9612
9623
9641
9673
9691
9692

9696
9709
9717
9730
9735
9736
9756
9800
9802
9818
9824
9837
9839
9840
9847
9872
9873
9892
9929
9933
9951
9968
9978
9979
9984
9989
9999
10003
10008
10010
10021
10025
10030
10031
10038
10040
10045
10048
10052
10069
10088
10110
10134
10142
10143
10152
10156
10166
10185
10205
10209
10228
10239

10243
10272
10274
10281
10313
10329
10346
10354
10367
10368
10383
10389
10419
10444
10445
10451
10458
10478
10481
10483
10494
10500
10503
10506
10510
10520
10548
10571
10607
10612
10614
10616
10627
10648
10672
10682
10684
10692
10693
10694
10698
10711
10714
10722
10726
10732
10737
10747
10755
10770
10788
10791
10821

10824
10835
10836
10847
10864
10870
10871
10883
10919
10921
10922
10923
10931
10955
10956
10959
10961
10970
10979
10980
10985
10989
11004
11009
11010
11033
11036
11048
11063
11065
11079
11081
11093
11109
11114
11120
11161
11168
11185
11186
11188
11204
11211
11219
11223
11228
11243
11249
11259
11283
11292
11309
11333

11343
11346
11355
11360
11371
11386
11390
11392
11398
11402
11407
11414
11419
11426
11483
11485
11489
11491
11509
11513
11525
11544
11577
11585
11593
11594
11596
11601
11603
11619
11621
11631
11670
11674
11683
11692
11696
11698
11705
11709
11710
11723
11725
11726
11727
11737
11754
11758
11764
11781
11796
11817
11822

11831
11832
11843
11866
11884
11891
11918
11931
11934
11937
11940
11941
11954
11957
11961
11964
11971
11973
11978
11985
11991
11994
12019
12025
12027
12032
12048
12093
12099
12101
12103
12110
12123
12133
12134
12135
12145
12154
12162
12178
12203
12220
12228
12252
12256
12257
12259
12282
12291
12292
12295
12302
12304



12320
12328
12356
12432
12449
12451
12472
12475
12516
12535
12550
12559
12572
12582
12592
12625
12631
12638
12656
12661
12668
12680
12686
12701
12715
12737
12741
12770
12775
12776
12777
12788
12811
12845
12849
12850
12861
12864
12875
12890
12894
12900
12913
12916
12917
12925
12933
12976
12979
12987
13006
13008
13021

13026
13028
13031
13032
13033
13044
13047
13054
13062
13089
13103
13110
13112
13122
13128
13129
13139
13140
13145
13157
13160
13162
13172
13179
13180
13192
13237
13240
13244
13274
13280
13296
13298
13309
13329
13330
13340
13343
13347
13386
13388
13394
13399
13404
13406
13407
13416
13436
13448
13460
13468
13471
13494

13497
13501
13502
13506
13518
13530
13534
13547
13559
13562
13568
13573
13589
13592
13599
13608
13619
13621
13638
13666
13667
13673
13678
13682
13697
13750
13774
13789
13790
13795
13805
13810
13811
13815
13818
13819
13821
13824
13838
13842
13848
13852
13853
13857
13858
13860
13881
13953
13974
13986
14014
14022
14027

14028
14035
14037
14040
14042
14059
14064
14066
14076
14078
14100
14101
14114
14131
14145
14165
14175
14177
14181
14195
14225
14242
14290
14291
14293
14300
14340
14342
14361
14366
14410
14414
14424
14463
14467
14500
14506
14517
14522
14525
14556
14567
14575
14609
14622
14648
14671
14675
14681
14685
14686
14688
14692

14720
14757
14763
14769
14783
14825
14829
14831
14845
14850
14856
14887
14895
14938
14969
14981
14989
14993
15031
15032
15081
15095
15097
15101
15133
15135
15142
15143
15155
15172
15179
15185
15188
15199
15200
15214
15218
15223
15226
15299
15310
15319
15325
15354
15375
15389
15390
15465
15492
15494
15495
15506
15508

15513
15523
15524
15532
15583
15584
15589
15591
15599
15603
15609
15610
15658
15673
15688
15716
15719
15743
15751
15778
15783
15804
15819
15866
15875
15877
15882
15888
15897
15918
15962
15964
15993
16029
16054
16061
16102
16107
16114
16140
16152
16257
16287
16293
16297
16307
16366
16370
16375
16430
16436
16439
16448

16471
16473
16489
16515
16528
16529
16545
16549
16575
16590
16591
16606
16614
16624
16630
16632
16643
16657
16670
16674
16696
16719
16759
16762
16780
16781
16790
16795
16821
16835
16844
16845
16847
16864
16879
16894
16897
16906
16913
16925
16934
16959
16964
16972
16974
16978
16990
17008
17048
17058
17070
17105
17107

17108
17113
17132
17154
17167
17196
17204
17205
17207
17245
17252
17270
17271
17274
17275
17299
17304
17345
17347
17360
17365
17406
17408
17446
17447
17450
17454
17465
17481
17515
17559
17622
17657
17666
17672
17673
17692
17698
17712
17731
17762
17766
17791
17807
17828
17855
17869
17883
17885
17912
17952
17954
17973

18024
18060
18062
18091
18137
18146
18168
18170
18174
18214
18314
18316
18353
18409
18441
18477
18505
18527
18548
18563
18569
18571
18572
18588
18609
18620
18623
18628
18633
18640
18649
18654
18657
18661
18666
18667
18669
18670
18682
18696
18709
18719
18748
18749
18752
18812
18818
18831
18837
18851
18856
18861
18875

18878
18901
18914
18934
18941
18943
18947
18967
18977
18989
19007
19025
19026
19030
19043
19044
19076
19086
19091
19113
19125
19130
19143
19160
19189
19193
19194
19267
19284
19327
19330
19338
19348
19352
19375
19378
19412
19431
19446
19456
19473
19477
19479
19491
19515
19528
19531
19532
19535
19545
19546
19605
19612

19634
19667
19680
19691
19719
19727
19744
19791
19799
19800
19816
19820
19830
19836
19840
19882
19901
19929
19947
19955
19966
19967
19975
19984
19998
20013
20029
20039
20042
20045
20048
20055
20095
20103
20106
20113
20115
20145
20151
20152
20159
20187
20197
20199
20203
20212
20219
20220
20224
20252
20254
20256
20257

20262
20263
20275
20277
20304
20307
20320
20321
20323
20324
20328
20331

**RESOLUÇÃO 07 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES

COMUSA

RESOLUÇÃO N º 07/2014

O Conselho Municipal de Saúde de Navegantes, no uso de suas atribuições, com base nas competências instituídas pela Lei Municipal nº 937 de 19 de dezembro de 1991, em sua Reunião Ordinária realizada em 30 de setembro de 2014,

**APROVA**

Que o Poder Executivo Municipal, através dos meios de comunicação impressos, informe, mensalmente, a relação de remédios fornecidos gratuitamente pelo Programa "Farmácia Popular", do Governo Federal, e informe quais são as farmácias do municípios que estão inseridas no Programa, bem como o rol de medicamentos os quais possuem 90% de desconto.

Navegantes, 1º de outubro de 2014.

Francisco Eduardo Johannsen

PRESIDENTE DO COMUSA - NAVEGANTES

**RESOLUÇÃO 08 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES

COMUSA

RESOLUÇÃO N º 08/2014

O Conselho Municipal de Saúde de Navegantes, no uso de suas atribuições, com base nas competências instituídas pela Lei Municipal nº 937 de 19 de dezembro de 1991, em sua Reunião Extraordinária realizada em 14 de outubro de 2014,

**APROVA**

A edição da Instrução Normativa 001/2014, por parte da Secretaria Municipal da Saúde, a qual normatiza o fluxo de serviços da Assistência Farmacêutica da Secretaria da Saúde.

Navegantes, 15 de outubro de 2014.

Francisco Eduardo Johannsen

PRESIDENTE DO COMUSA - NAVEGANTES

**DISPENSA DE LICITAÇÃO FMC08/2014.**

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMC Nº 008/2014.

PROCESSO: DL08/2014.

Órgão: FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA) PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO 2º FESTIVAL LITERÁRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: Associação Recreativa e Cultural Bloco Carnavalesco Estrelinha do Mar.

CNPJ: 07.787.194/0001-66.

VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 29 de outubro de 2014.

**Nova Trento****PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2014 – TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 110/2014 - Tomada de Preços nº 013/2014

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de Material Pedagógico e de Escritório para utilização da Secretaria Municipal de Educação e Esportes durante o ano de 2015, de acordo com as exigências constantes do anexo I desta Tomada de Preços.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 18/11/2014 até as 09:00 horas. Abertura: 18/11/2014 as 09:00 horas.

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48)3267.3213 e (48) 3267.3211 - site: [www.nova-trento.sc.gov.br](http://www.nova-trento.sc.gov.br); [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2014 - Registro de Preços 039

Objeto: Registro de Preços para a aquisição parcelada de MATERIAL DE LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E GÁS DE COZINHA, para o Fundo Municipal de Saúde - Postos de Saúde, para o ano de 2015, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 14/11/2014 até as 09:30 horas. Abertura: 14/11/2014 - 09:30 horas.

Outras Informações: Fone(s): 48.32673211 - 48.32673213 ou através do e-mail: [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br) - Site: [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 111/2014 - Pregão Presencial Nº 065/2014 - SRP 038

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para contratação de serviços técnicos de calceteiro, para execução de reparos no calçamento (paralelepípedos, lajotas e meio-fio) e construção de elevadas, nas vias públicas do Município de Nova Trento, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 12/11/2014 às 09:00 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126,



Centro, Fone: 48.3267.3211 / 3267.3213 - e-mail: [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br) - site: [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 113/2014 - Pregão Presencial Nº 067/2014 - SRP 040

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de Laudos Radiológicos (Raio X), destinados ao Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, situado à Rua Floriano Peixoto nº 151, Município de Nova Trento/SC, conforme especificações constantes no Anexo I.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 17/11/2014 às 14:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267.3211 / 3267.3213 - e-mail: [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br) - site: [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

## **CONTRATO Nº 119/2014**

CONTRATO Nº 119/2014

Origem: Processo Licitatório Nº 114/2014. Modalidade: Dispensa de Licitação nº 013/2014. Homologação: 24/10/2014. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: Instituto O Barriga Verde, pessoa jurídica de direito privado, com endereço à Rua Tiradentes, 555, centro, Taio, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 08.072.361/0001-55 neste ato representada por seu (sua) representante ou Responsável Legal, Senhora Elizene Cássia Capistrano Salvador. Objeto do Contrato: contratação de instituição brasileira de pesquisa e ensino para planejamento, elaboração, aplicação, correção, julgamento de concurso público para provimento de cargos do quadro de servidores do magistério municipal. O valor total é de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Prazo de execução: 120 (cento e vinte) dias.

Nova Trento, 24 de outubro de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

## **EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014**

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Edital de Concurso Público 001/2014

O município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Concurso Público para provimento de vagas do quadro único de pessoal da administração direta do município de Nova Trento, com inscrições abertas no período de 03/11/2014 a 02/12/2014 e provas previstas para o dia 14/12/2014, para os cargos de nível superior: Professor III-Educação Infantil: Creche e Pré-Escola; Professor III-Ensino

Fundamental Anos Iniciais; Professor III-Matemática; Professor III-Ciências; Professor III-História, Professor III-Geografia; Professor III-Português; Professor III-Artes; Professor III-Inglês; Professor III-Educação Física; Professor III- Ensino Religioso; Administrador Escolar; Supervisor Escolar e Coordenador Escolar nível III. Maiores informações constam do inteiro teor deste edital que encontra-se publicado no mural oficial e site [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br), da Prefeitura e no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br)

Nova Trento, 31 de Outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini  
PREFEITO

## **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2014 - PROCESSO Nº 107/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2014

PROCESSO Nº 107/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2014

Aos trinta (30) dias do mês de outubro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços, na Ata de Julgamento de Preços, homologada em 30/10/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: Registro de Preços para a aquisição parcelada de PAVER de concreto prensado intertravado, 35 MPa, para utilização no município de Nova Trento, para atender as necessidades da Secretaria de Obras, conforme características, especificações e quantidades constantes deste edital, tipo menor preço por item.

A Licitante registrada para os materiais cotados é:

ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA (CNPJ Nº 80.738.016/0001-35)

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Aquisição de PAVER de concreto prensado, intertravado, 8cm, 35 MPa, dimensões 8x10x20cm, cor cinza.	m2	1.500	32,90	49.350,00
2	Aquisição de PAVER de concreto prensado, intertravado, 6cm, 35 MPa, dimensões 6x10x20cm, cor cinza.	m2	1.000	26,40	26.400,00
3	Aquisição de PAVER de concreto prensado, intertravado, 8cm, 35 MPa, dimensões 8x10x20cm, cor vermelho.	m2	500	35,90	17.950,00

4	Aquisição de PAVER de concreto prensado, intertravado, 6cm, 35 MPa, dimensões 6x10x20cm, cor vermelho.	m2	500	33,90	16.950,00
5	Piso Tátil - para orientação de pessoas com deficiência visual, dimensões 20x20cm - reto.	m2	500	42,40	21.200,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 131.850,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento, 30 de outubro de 2014.  
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI  
Pregoeiro

## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### EXTRATO TA 001 AO CA 058/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO TERMO ADITIVO

Aditivo Nº ..... : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 058/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: VISOLI CONSTRUTORA LTDA-EPP  
Valor ..... : 74.138,99 (setenta e quatro mil cento e trinta e oito reais e noventa e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 29/10/2014 Término: 30/01/2015  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2014  
Recursos ..... : Dotação: 1.001.4.4.90.00.00.00.00 (22) Saldo: 74.300,69  
Objeto ..... : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração quantitativa e qualitativa para substituição das sapatas de fundações bem como das vigas baldrame e estacamento das fundações da Quadra Coberta Poliesportiva com Vestiários, considerando que a existente encontra-se com falhas graves e com possibilidade de ir a colapso, conforme Laudo Técnico Pericial e planilha orçamentária em anexo.

Novo Horizonte/SC, 29 de Outubro de 2014

**Paial****PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO 10/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dados do Processo Licitatório: Processo de 051/2014 - Dispensa de Licitação 10/2014

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte dos alunos do curso do Pronatec e do Projeto "Rio Limpo" da Escola de Educação Básica Francisco Maciel Bageston de Paial/SC para Foz do Iguaçu - PR. em conformidade com o art. 24, II da Lei 8.666/93.

Contrato nº 67/2014

Contratado: TRANSPORTES JUCAR LTDA-EPP

CNPJ: 00.453.913/0001-63

Data do Contrato: 29/10/2014

Valor do Contrato: R\$7.900,00

Informações complementares: Dispensa de Licitação Lei 8.666 Artigo 24 - Inciso II

Município de Paial - SC em 29 de outubro de 2014

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

**Palhoça****PREFEITURA****RESULTADO TP 190-2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

COMUNICADO

TOMADA DE PREÇOS Nº 190/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados que no dia 16/10/2014 não houve empresa interessada para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 190/2014, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para construção de calçada e quadra poliesportiva coberta com vestiário na Escola Adriana Weingartner, localizada no Bairro Caminho Novo - Palhoça/SC, sendo julgado DESERTO.

Palhoça, 27 de outubro de 2014.

COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

**TOMADA DE PREÇOS 209-2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº209/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº209/2014, no dia 19 de novembro de 2014, às 14h-00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezi-nha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº209/2014 tem como objeto a contratação de empresa especializada para ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS para o município de Palhoça - SC (LOTE 01) E contratação de empresa especializada em PROJETO DE SANEAMENTO BÁSICO (abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais) para elaboração do Plano Municipal de saneamento básico do município de Palhoça - (LOTE 02) de acordo com as especificações contidas nos anexos. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net).

Palhoça 30 de outubro de 2014.

COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 198/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 198/2014

O Município de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 198/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de materiais de expediente, para Secretaria Municipal de Educação.

**CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

AQUINPEL SUPRIM. P/ESCRIT., INFORM. E PAPELARIA LTDA, venceu os lotes 5, 11, 15, 22 e 24, totalizando a importância de R\$ 130.725,00 (cento e trinta mil, setecentos e vinte e cinco reais);

DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP, venceu os lotes 4,18 e 23, totalizando a importância de R\$ 12.250,00 (doze mil, duzentos e cinquenta reais);

JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME, venceu os lotes 2, 13, 14, 16, 17, totalizando a importância de R\$ 9.710,50 (nove mil, setecentos e dez reais e cinquenta centavos);

ELMO PAPELARIA LTDA, venceu os lotes 7, 8, 10 e 19, totalizando a importância de R\$ 6.477,75 (seis mil, quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e cinco centavos);

HP & E - MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME, venceu os lotes 3 e 20, totalizando a importância de R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais);

LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME, venceu os lotes 01, 06, 09, 12 e 21, totalizando a importância de R\$ 41.620,00 (quatrocentos e um mil, seiscentos e vinte reais).

Palhoça, 30 de outubro de 2014.  
Shirley Regina De Farias  
Pregoeira - Portaria 2365/2014

**RESOLUÇÃO Nº 067 CMAS**

RESOLUÇÃO Nº. 067/2014

Dispõe sobre o Plano de Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião extraordinária realizada no dia 29 de outubro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da Terceira Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a política de assistência social em âmbito municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o Plano de Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes;

Art. 2º Fica sob responsabilidade da Diretoria da Proteção Social Especial de Alta Complexidade a alteração do plano garantindo ampliação da participação do Conselho Municipal de Assistência Social no monitoramento e fiscalização do referido plano;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 29 de outubro de 2014.

RAFAEL ARNS STOBBE

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

## Palmitos

### PREFEITURA

#### 5º TA 148/2011

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

5º Termo Aditivo ao Contrato: nº 148/2011. Objeto: FICA ADITADO DE COMUM ACORDO, A CLAUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA. Contratada: MATEUS A. ROMANI ME. Vigência: 30/11/2014.

Palmitos 28/05/2014.  
Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito.

#### 6º TA 148/2011

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

6º Termo Aditivo ao Contrato: nº 148/2011. Objeto: SUPRIMIR/ADITAR. Valor Final da Obra R\$: 503.495,49. Contratada: MATEUS A. ROMANI ME.

Palmitos 28/10/2014.  
Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito.

## Papanduva

### PREFEITURA

#### LEI N. 2031, DE 29.10.2014 - AUTORIZA O MUNICÍPIO FIRMAR CONVÊNIO COM O INSTITUTO VIDA

LEI Nº 2031, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, POR MEIO DA SECRETARIA DE SAÚDE, A FIRMAR CONVÊNIO COM O INSTITUTO VIDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS USUÁRIOS DO SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, EM CARÁTER COMPLEMENTAR.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele, sanciona a seguinte

Lei

Art. 1º. Fica o Município de Papanduva, por meio da Secretaria de Saúde, autorizado a firmar convênio com o INSTITUTO VIDA, entidade filantrópica e de assistência social sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 13.617.301/0001-00, objetivando a prestação de serviços, em caráter complementar, aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, especificamente para a prestação de serviços médicos, 24 horas/dia, no Pronto Atendimento junto ao Hospital e Maternidade São Sebastião, podendo os serviços ser ampliados mediante a celebração de termo aditivo.

Art. 2º. O Município de Papanduva repassará ao conveniado a quantia mensal de R\$ 93.600,00 (noventa e três mil e seiscentos reais) em doze parcelas fixas como recurso pré-fixado, de acordo com a produção ambulatorial devidamente comprovada, dentro dos cronogramas estabelecidos pelo Ministério da Saúde/DATAUS e Secretaria Municipal de Saúde, valorada pela tabela unificada do SUS.

Art. 3º. Os termos do convênio constam de minuta anexa, parte integrante da presente Lei.

Art. 4º. Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica autorizado o Município a rescindir o Convênio existente com a Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião, na data da assinatura do Convênio de que trata esta lei.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica prevista na Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 29 de outubro de 2014.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

CONVÊNIO Nº 005, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PAPANDUVA E O INSTITUTO VIDA, PARA MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE TODAS AS ATIVIDADES E SERVIÇOS DE PRONTO SOCORRO.

Pelo presente instrumento, de um lado MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, com sede na Rua Sérgio Glevinski, neste ato representada pelo Prefeito Dario Schicovski, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG. nº 9ªR.607166/SSP/SC., e CPF/MF nº248.839.219-72, residente e domiciliado nesta cidade, daqui



por diante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião, através do seu presidente e, de outro lado, INSTITUTO VIDA, entidade filantrópica e de assistência social sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 13.617.301/0001-00, com sede na cidade de Timbó, na Rua Germano Brandes Senior, n.º 690, CEP 89120-000, no Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Diretor, Sr. Richard da Silva Choseki, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o n.º 893.805.259-15, residente e domiciliado à Rua Amazonas, n.º 560, sala 02, bairro Garcia, Município de Blumenau Santa Catarina, CEP 89021-000, nos termos de seus estatutos sociais, daqui por diante denominada INSTITUTO, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os artigos 196 e ss, e demais disposições regulamentares aplicáveis à espécie, e

CONSIDERANDO que a execução do serviço de pronto socorro para atendimento de situações de Urgência e Emergência constitui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) atividade de média complexidade, cuja execução pelo Município é optativa, e não impositiva;

CONSIDERANDO que a administração municipal, para atendimento da saúde pública, pode firmar convênios com entidades prestadoras de serviços privados de saúde, cabendo-lhes nestas hipóteses o controle e a avaliação de sua execução, conforme estabelece o art. 18, X, da Lei n.º 8.080/1990;

CONSIDERANDO que a municipalidade possui interesse de congregar as atividades relacionadas ao sistema de saúde, em especial o serviço de pronto socorro ao serviço de internação, prezando assim por melhores condições, principalmente quanto a custos, pagamentos, execução de atividades e atendimento à população; CONSIDERANDO que o INSTITUTO possui mão de obra qualificada, estando tecnicamente apto a assumir de forma integral e exclusiva as atividades e serviços de pronto socorro do MUNICÍPIO, Tem entre si, justo e acordado, o presente CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PRONTO ATENDIMENTO, na forma e nas condições estabelecidas na Lei Municipal nº 2031, de 29 de outubro de 2014, e nas cláusulas seguintes

#### DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Convênio tem por objeto a prestação de serviços médicos, por equipe médica própria do INSTITUTO, seja do seu quadro social, seja preposto, contratado ou associado, em plantão de 24 (vinte e quatro) horas, de forma ininterrupta, durante todos os dias do mês, inclusive sábado, domingos e feriados, na(s) unidade(s) de PRONTO ATENDIMENTO do MUNICÍPIO, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, nos moldes e competências estabelecidas no presente instrumento.

§ 1.º - Para a prestação dos serviços médicos, estabelecem as partes as seguintes regras:

I - O INSTITUTO prestará os serviços objeto do presente Convênio de maneira adequada e criteriosa, segundo as técnicas médicas, usualmente aceitas e recomendadas, adotando as cautelas de segurança necessárias, observadas as escalas de sobreaviso, protocolos e prescrições médicas padronizadas;

II - O INSTITUTO atenderá todos os pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS com os quais o MUNICÍPIO se relacionar. O INSTITUTO também prestará os serviços aos pacientes encaminhados pelos bombeiros, outros serviços de urgências ou emergências da região, prefeituras de outros municípios, hospitais da região, particulares, dentre outros, garantindo sempre um atendimento médico completo e igualitário respeitado as necessidades individuais de cada paciente;

III - O INSTITUTO manterá, às suas expensas, mediante admissão no quadro social, através de regime autônomo ou relação de emprego, atendidos, neste último caso, os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, profissionais em número suficiente para suprir o atendimento dos pacientes, contratando, se for o caso,

novos profissionais, visando manter o padrão e a excelência do atendimento, sem qualquer ônus ao MUNICÍPIO;

IV - O INSTITUTO determinará, dentre os profissionais do seu quadro funcional, uma chefia que fará o controle médico direto de todo o serviço prestado, ou seja, treinamento, produção de protocolos e aprovação da listagem de equipamentos e medicamentos;

V- O INSTITUTO pagará os honorários dos médicos, os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e tributários dos funcionários que eventualmente contratar, bem como os encargos relativos à sua condição de pessoa jurídica;

§ 2.º - Sem prejuízo do acompanhante da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo MUNICÍPIO sobre a execução do objeto deste Convênio e o MUNICÍPIO reconhecer a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional dos gestores do SUS, decorrente da Lei n.º 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde), fica certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo específico, ou notificação dirigida ao INSTITUTO.

CLÁUSULA SEGUNDA - Para o cumprimento do objeto deste Convênio, o INSTITUTO se obriga a oferecer aos pacientes do SUS os recursos necessários ao seu atendimento, representado por 01 (um) médico em regime de plantão presencial, de 24 (vinte e quatro) horas, durante todos os dias do mês, inclusive sábados, domingos e feriados.

#### DA VIGÊNCIA E DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Convênio terá vigência de um ano a contar de sua assinatura, podendo ser alterado ou prorrogado, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes e através de Termo Aditivo, cujos valores nas possíveis renovações, serão corrigidos pelo INPC.

CLÁUSULA QUARTA - A rescisão obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 a 80 II da Lei Federal n.º 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 8.883/94, respeitado o Art. 116 da Lei Federal n.º 8.666/93.

§ 1º - Em caso de rescisão, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se, neste prazo, o INSTITUTO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa poderá ser duplicada.

§ 2º- Poderá o INSTITUTO rescindir o presente Convênio no caso de descumprimento, pelo MUNICÍPIO, de suas obrigações aqui previstas, em especial, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos. Caberá ao INSTITUTO notificar o MUNICÍPIO, formalizando a rescisão e motivando-a devidamente, informando do fim da prestação dos serviços contratados no prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da notificação.

#### DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA QUINTA - Pelos serviços objeto do presente convênio, o MUNICÍPIO disponibilizará mensalmente ao INSTITUTO, até 05(cinco) dias anteriores à prestação dos serviços conveniados, o valor de R\$ 93.600,00 (noventa e três mil e seiscentos reais)

§ 1.º - O referido repasse compreende o adimplemento de toda a execução do objeto e demais obrigações, atribuições, responsabilidades, custos e ônus diretos e indiretos constantes no presente instrumento.

§ 2.º - Os repasses serão efetuados pelo MUNICÍPIO ao INSTITUTO através de depósito junto à instituição bancária a ser indicada.

§ 3.º - O INSTITUTO obriga-se a fornecer mensalmente prestação de contas dos recursos repassado, que deverá conter:

- a) Balancete da prestação de contas - Anexo TC-28;
- b) Declaração de recebimento e aplicação das subvenções sociais;
- c) Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais), com o devido recebimento dos serviços prestados, e que

esta de acordo com as especificações;  
d) Cópia do cheque utilizado para pagamento;  
e) Extratos bancários da conta especial, com a movimentação completa do período;  
f) Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso.  
§ 4.º As despesas oriundas do presente Convênio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:  
05.13 - Fundo Municipal de Saúde  
4.016 - Manutenção do Pronto Atendimento  
3.3.50.00.00 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

#### DAS OBRIGAÇÕES DO INSTITUTO

CLÁUSULA SEXTA - Além de outras obrigações contidas no presente instrumento, obriga-se ainda o INSTITUTO:

- I - adequar-se aos programas de melhoria, qualidade e acreditação, implantados ou a serem implantados pelo MUNICÍPIO;
- II - levar ao imediato conhecimento da autoridade sanitária municipal, através do seu Departamento de Vigilância à Saúde, os casos confirmados ou suspeitos de doenças de notificação compulsória, elencadas no artigo 1º, da Portaria nº 1.100/96, do Ministério da Saúde, que deve ser do conhecimento de todos os profissionais, atendendo, ainda, as demais disposições legais pertinentes à matéria, inclusive de âmbito municipal;
- III - zelar e conservar, em perfeitas condições de uso, as dependências, equipamentos, mobiliários, eletrodomésticos e materiais colocados à sua disposição, responsabilizando-se por eventuais faltas ou danos provocados pelo mau uso ou descuido no manuseio, a ser apurado mediante sindicância;
- IV - executar os serviços de maneira ética e criteriosa, segundo as técnicas médicas usualmente aceitas e recomendadas, e com as cautelas de segurança necessárias;
- V - adequar-se às políticas administrativas elaboradas pelo MUNICÍPIO, sem que isto venha caracterizar qualquer tipo de subordinação;
- VI - exigir o uso de EPI's de seus empregados e prepostos;
- VII - sempre que se utilizar da estrutura do MUNICÍPIO, observar as normas deste último, inclusive escalas de sobreaviso, protocolos e prescrições médicas padronizadas.
- XI - quitar os honorários médicos aos profissionais que compõem seu corpo clínico, comprovando mensalmente os pagamentos, bem como o recolhimento de todas as incidências fiscais, tributárias e previdenciárias;
- XII - proceder à avaliação, indicação, planejamento, execução e acompanhamento dos procedimentos médicos no âmbito das unidades sob sua responsabilidade;
- XIII - proporcionar qualificação técnica a toda equipe profissional das unidades sob sua responsabilidade através de cursos de capacitação e atualização de acordo com bibliografia adequada;
- XIV - colaborar no levantamento e acompanhamento dos índices de qualidade da Unidade de Emergências;
- XV - manter a titulação necessária para o credenciamento da unidade junto ao Ministério da Saúde, desde que cumprido o presente contrato;
- XVI - realizar o recrutamento de profissionais médicos com qualificação técnica de alto padrão em todas as especialidades previstas anteriormente para prestarem serviços junto às unidades descritas na Cláusula Primeira, responsabilizando-se sob todos os aspectos legais relativos a essas contratações;
- XVII - cumprir as normas sanitárias, legais e fiscais dos órgãos de controle;
- XIX - organizar as modalidades de referência e contra referência com outros serviços médicos da região;
- XX - cumprir e fazer cumprir todas as resoluções, portarias, normas técnicas de demais determinações oriundas do CREMESC e do CFM;
- XXI - aplicar o recurso recebido em 30 (trinta) dias e providenciar prestação de contas de cada parcela recebida dentro de um prazo

- de 10 (dez) dias a contar do prazo de aplicação;
- XXII - movimentar os recursos financeiros em conta individualizada e vinculada, por cheques nominais e individualizados por credor;
- XXIII - devolver os recursos não utilizados para conta do MUNICÍPIO;
- XXIV - fornecer médicos habilitados e capacitados ao atendimento de urgência e emergência.
- § 1º. É vedada a cobrança por serviços de assistência médica, hospitalar e outros complementares do atendimento devido ao paciente. O INSTITUTO responsabilizar-se-á por cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste Convênio.
- § 2º. No atendimento da assistência médica para crianças, adolescentes e idosa é assegurada a presença de acompanhante.
- § 3º. É de responsabilidade exclusiva e integral do INSTITUTO a utilização de pessoal para execução do objeto deste Convênio, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício; Tais ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o MUNICÍPIO ou para o Ministério da Saúde.

#### DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA SÉTIMA - Além de outras obrigações contidas no presente instrumento, obriga-se ainda o MUNICÍPIO:

- I - Fornecer ao INSTITUTO as diretrizes dos serviços a serem executados no âmbito da Unidade de PRONTO ATENDIMENTO, diretrizes estas em consonância com serviços similares atualmente realizadas no território nacional e fundamentadas nas normas de saúde vigentes;
- II - Determinar a todos os demais setores do MUNICÍPIO que prestem o máximo de colaboração ao INSTITUTO, quando na execução de suas tarefas, seja no que tange ao fornecimento de informações e documentos, seja no que diz respeito ao cumprimento de instruções e determinações do INSTITUTO e que se relacionem com seus trabalhos, como também no livre trânsito do pessoal do INSTITUTO em toda e qualquer dependência do MUNICÍPIO relacionada aos serviços objeto do presente convênio;
- III - Executar, com a maior brevidade possível, a realização dos exames e procedimentos, tanto diagnósticos quanto terapêuticos, encaminhados pelos médicos do INSTITUTO a outras especialidades médicas ou serviços do MUNICÍPIO;
- IV - Fornecer os materiais, medicamentos e serviços de apoio necessários às necessidades do serviço e em quantidade suficiente.

#### DAS OBRIGAÇÕES DO INTERVENIENTE

CLÁUSULA OITAVA - Obriga-se a Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião, conforme Contrato de Comodato:

- I - Fornecer espaço físico e instalações necessárias ao desenvolvimento dos serviços objeto do presente convênio;
- II - Manter a higiene das áreas destinadas ao funcionamento do serviço.

#### DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

CLÁUSULA NONA - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste Convênio pelos órgãos competentes do SUS não excluem nem reduz a responsabilidade do INSTITUTO nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos e demais legislações existentes, de que trata o Art. 116, da Lei Federal nº 8.666/93. O INSTITUTO será exclusivamente responsável pela reparação de danos decorrente de ato ilícito culposo ou doloso praticado pelos profissionais médicos a si vinculados na consecução das atividades objeto do presente convênio.

#### DAS PENALIDADES



CLÁUSULA DÉCIMA - A inobservância, pelo INSTITUTO de cláusula ou obrigação constante deste Convênio ou de dever originados de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o MUNICÍPIO, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, e suas alterações, combinado com o disposto no artigo 7º, § 2.º, da Portaria do Ministério da Saúde n.º 1286/93, quais sejam:

- a) advertência;
  - b) multa;
  - c) suspensão temporária das internações e/ou atendimentos ambulatoriais;
  - d) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar ou conveniar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
  - e) declaração de inidoneidade para licitar, contratar ou conveniar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida desde que ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes após decorrido o prazo da sanção mencionada no item "c" desta cláusula.
- § 1º. A imposição das penalidades previstas nesta Cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu e dela será notificada o INSTITUTO.
- § 2º. As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea "b".
- § 3º. Da aplicação das penalidades o INSTITUTO terá o prazo de 05 (cinco) dias para interpor recurso dirigido ao Diretor Municipal de Saúde.

§ 4º. O valor da multa que vier a ser aplicada, será comunicado ao INSTITUTO e o respectivo montante será descontado dos repasses devidos pela Diretoria/Fundo Municipal de Saúde ao INSTITUTO, garantindo a este pleno direito de defesa em processo regular.

§ 5º. A multa será de aplicação diária, enquanto perdurarem os motivos que lhe deram causa, no valor de R\$ 3.120,00 (três mil cento e vinte reais) por dia.

§ 6º. A imposição de qualquer das sanções estipuladas, nesta cláusula, não ilidirá o direito do MUNICÍPIO indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal, e/ou ética do autor do fato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- O não cumprimento pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE da obrigação de repassar os recursos correspondentes aos valores constantes deste Convênio não desobriga o MUNICÍPIO de pagar os serviços ora contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A execução do presente Convênio será avaliada pelos órgãos competentes do SUS e pelo Conselho Municipal de Saúde, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Convênio, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O INSTITUTO facilitará ao MUNICÍPIO, através de seus órgãos competentes e/ou Conselho Municipal de Saúde, o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos esclarecimentos que lhe forem solicitados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Os direitos provenientes deste Convênio não poderão ser cedidos a terceiros, salvo autorização expressa da outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Eventual tolerância, por qualquer dos convenientes, ao descumprimento de cláusulas do presente instrumento não implicará em precedente, novação ou modificação

de quaisquer das disposições deste Convênio, as quais permanecerão íntegras e em pleno vigor.

#### DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - As partes elegem o Foro da Comarca de Papanduva, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que se apresente, para dirimir questões oriundas do presente Convênio não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Município de Papanduva, 29 de outubro de 2014.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

Richard da Silva Choseki  
Diretor do Instituto Vida

Izeo Pitt

Presidente da Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião

Testemunhas:

Fábio José Padilha  
CEP: 030.911.539-67

Estela Mari Ferens  
CPF: 861.450.109-91

#### LEI N. 2032, DE 29.10.2014 - LDO 2015

LEI Nº 2032, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,  
Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono a seguinte

#### LEI

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O orçamento do Município de Papanduva /SC para o exercício financeiro de 2015 será elaborado de acordo com as diretrizes orçamentárias estabelecidas nesta lei, conforme a Constituição Federal em seu art. 165 § 2º, na Lei Federal 4.320 de 17/03/64, na Lei Complementar 101 de 04/05/00 e Lei Orgânica Municipal Artº 93 compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração pública do Município de Papanduva extraída/contemplada no Plano Plurianual para 2014/2017;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre a dívida pública Municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

#### I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADM. PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios 2015, 2016 e 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Demonstrativo I desta lei,

instruído com as memória e metodologias de cálculo, e que conterá ainda:

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2013;

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

Demonstrativo VII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Demonstrativo VIII- Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; e

Demonstrativo IX - Demonstrativo dos Riscos Fiscais.

Demonstrativo X - Das Prioridades e Metas.

## II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2015

Art. 3º. As prioridades e metas Fiscais da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, são aquelas definidas e demonstradas nos DEMONSTRATIVO X, de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo Municipal poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no DEMONSTRATIVO X, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita prevista, de formas a preservar a suficiência de caixa.

## III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por objeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, subfunção e programa às quais se vinculam.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária em conformidade com a portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, que atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata o inciso I, do § 1º do Art. 2º e § 2º do Art. 8º, ambos da Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964, por função, subfunção, programa, projetos ou atividades e a Receita por rubrica na forma dos seguintes Adendos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I da Lei 4320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei 4320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

IV - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

V - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e por Projetos e Atividades (Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções e Subfunções conforme o vínculo com os recursos (Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções (Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade, segundo cada unidade orçamentária (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por categoria dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no Art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

X - Demonstrativo da evolução da Despesa realizada por modalidade dos últimos três exercícios, da fixada para o exercício corrente e da projeção para o exercício seguinte;

Art. 6º. O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação e a fonte de recursos; poderá o executivo enviar o orçamento por centro de custo.

Art. 7º. O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Papanduva e dos Fundos Especiais abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde;
- Fundo Municipal de Assistência Social;
- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Fundo Rotativo Habitacional.

Art. 8º. A Lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 9º. O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo Municipal encaminhará ao Poder Legislativo Municipal e a respectiva Lei será constituída de:

I - texto de lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - adendos conforme § 3º do Art. 3º desta lei.

## IV - DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES;

Art. 10. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da

Lei Orçamentária de 2015 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 11. O Poder Legislativo Municipal terá como limites das despesas correntes e de capital o disposto no art. 29-A-CF (E.C. nº. 25).

Art. 12. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, alocação dos recursos na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 13. A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

Art. 14. As receitas e as despesas serão estimadas tomando por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização da economia editados pelo Governo Federal, conforme dispõe as Metas Fiscais.

§ 1º- Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;

III - a expansão do número de contribuintes;

IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º- As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º- Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do Município.

§ 4º- Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa.

Art. 15. Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 16. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativos e Executivos, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário para as seguintes despesas baixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução de 20% (vinte por cento) dos gastos com combustível para a frota de veículos das secretarias;

IV - redução dos investimentos programados.

Art. 17. Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com ações que não sejam de competência exclusiva do Município.

Art. 18. É vedada a inclusão na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto do público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação.

Art. 19. Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária.

Parágrafo único. Cada projeto de Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

Art. 20. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário financeiro num exercício financeiro não pode exceder ao percentual de 0,18% da Receita Corrente Líquida apurada até mês imediatamente anterior.

Art. 21. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo IX desta Lei.

§ 1º- Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, contingenciamento de despesas do excesso de arrecadação do exercício, de 2015 e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º- Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 22. O orçamento para o exercício de 2015, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 2,2% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Demonstrativo IX desta lei.

Parágrafo único. Para efeito desta lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipais não orçados ou orçados a menor.

Art. 23. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 24. Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;

II - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações da Prefeitura e da Câmara;

III - o Poder Executivo emitirá ao final de cada semestre, Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais;

IV - os Planos, LDO, Orçamentos, Prestação de Contas, Parecer do TCE serão amplamente divulgados e ficarão à disposição da comunidade.

Art. 25. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, salvo por força de cláusulas de convênio.

Parágrafo único. Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

Art. 26. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2015, são constantes do demonstrativo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 27. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo e de cooperação técnica.

Art. 28. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 29. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 30. A previsão das Receitas e a fixação das Despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 31. Na execução da Lei Orçamentária para 2015, o Executivo Municipal está autorizado nos termos do art. 7 da Lei Federal nº 4320/64, a abrir crédito adicionais suplementares até o limite previsto na proposta Orçamentária da Receita Prevista, para cada orçamento de das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos desde que não comprometidas. Conforme do Art. 43º, § 1º da Lei 4.320/64:

I - O Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, observada a fontes de recursos e suas vinculações; e  
II - Os provenientes de excesso de arrecadação ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício e a fonte de recursos e suas vinculações.

Art. 32. Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no Plano Plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do Demonstrativo das Metas e Prioridades das Despesas por Programa.

Art. 33. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2015, por autoridades locais, e comprovantes de regularidade de sua diretoria.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2015, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento ou despesas correntes quando contrato prever a aplicação dos recursos para estas finalidades.

Art. 35. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 36. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. O montante da dívida pública contratada para o exercício de 2015 não excederá o limite de 16% da Receita Corrente Líquida.

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS DE PESSOAL;

Art. 37. O Executivo Municipal poderá conceder qualquer vantagem ou aumento de remuneração ou proposta a criação de cargos ou alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal pelos órgãos da administração Municipal, mediante a existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e dos acréscimos dela decorrentes, observados os limites e as regras da Lei Complementar 101/2000.

Art. 38. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual o limite 54% e 6% da Receita Corrente Líquida respectivamente.

Art. 39. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal artigos 19 e 20.

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 41. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem a substituição de servidores públicos serão contabilizados como "outras despesas de Pessoal.", sub-elemento do elemento de despesa 3.1.90.34 - outras despesas de pessoal decorrente de contratação terceirizada.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes da estrutura organizacional e que não envolva a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 42. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 43. O Executivo Municipal autorizado em Lei poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 44. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos o valor for inferior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) não será encaminhada para cobrança judicial, serão canceladas, mediante autorização Legislativa, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 45. A Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.



Art. 46. A concessão de subsídios, isenção e anistias, remissões, alterações de alíquotas, redução da base de cálculo, concessão de crédito presumido de qualquer tributo, devem ser concedidas por lei específica, nos termos do § 6º do Art. 150 da Constituição Federal, observadas ainda, as exigências do Art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

#### VIII- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47. Ao projeto de lei orçamentária não poderão ser apresentadas emendas quando:

I - anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

a) Recursos vinculados;

b) Recursos próprios de entidades da administração indireta, exceto quando remanejados para a própria entidade;

c) Contrapartida obrigatória de Convênios firmados com o Estado e a União.

II - Anulem despesas relativas à:

a) Dotações para pessoal e encargos sociais;

b) Serviço da dívida;

c) Limite mínimo de Reserva de Contingência.

III - incluam ações com a mesma finalidade em mais de um órgão ou no mesmo programa, ressalvados os casos daquelas com objetivos complementares e interdependentes.

Parágrafo único. As emendas ao projeto de lei orçamentária não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com as disposições desta lei e do Plano Plurianual.

Art. 48. O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 49. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com diárias, material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição das cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º- Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste Art., o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º- O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 50. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2015, cronograma anual de desembolso mensal observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 51. São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A Contabilidade registrará os atos e fatos relativos

à gestão orçamentária financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste Artigo.

Art. 52. O Poder Executivo poderá desde que autorizado, firmar convênio com outras esferas de Governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, transporte, obras, habitação, urbanismo, saneamento, agricultura, turismo, desenvolvimento econômico, segurança pública, assistência, e previdência.

Art. 53. Fica, também, o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios, termos de cooperação e outros ajustes com Entidades do Governo Federal, do Governo Estadual e outros Municípios, de qualquer dos Poderes, mediante seus respectivos representantes legais, para a realização de obras, serviços e cessão de servidores municipais para terem exercício nesses órgãos, sempre que presente o interesse público, com remuneração do órgão ou da origem, conforme ajustado.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à cessão de servidores municipais para o Poder Judiciário, Delegacia de Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar ou Voluntários, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião e CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina.

Art. 54. O montante da despesa não deverá ser superior à receita.

Art. 55. O Município aplicará mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o Art. 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e pré-escolar (educação infantil) e, 15% (quinze por cento) em ações de saúde, nos termos do art. 7º inciso III da Emenda Constitucional nº. 29/2000.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da valorização do magistério obedecerá ao disposto na Lei Federal nº. 11.494 de 20 de junho de 2007 em seus art. 22.

Art. 56. A Estrutura do Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por decreto, acrescida dos fundos especiais criados por Lei, que recebam recursos do Tesouro Municipal e transferências intergovernamentais.

Art. 57. O Chefe do Poder Executivo Municipal de Papanduva enviará à Câmara Municipal, até 31 de Outubro de 2014 a proposta orçamentária para o exercício de 2015.

§ 1º- Se o projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015 fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Proposta Orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 2º- Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2014 o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 58. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Papanduva, 29 de outubro de 2014.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 031/14 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014

Portaria Nº 031/14 de 28 de outubro de 2014

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADA SOB O Nº. 181, AO SENHOR LUIZ EDUARDO SALIBA.”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 2º, Inciso IV, da Resolução nº. 001/2008, de 27 de junho de 2008, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida gratificação de (15%), por grau de instrução, a nível de pós - graduação ao Servidor Público da Câmara Municipal de Papanduva, matriculado sob o nº. 181, o Senhor LUIZ EDUARDO SALIBA, conforme Artigo 2º, Inciso IV, da Resolução nº. 001/2008, de 27 de junho de 2008, de acordo com a comprovação descrita abaixo:

Certificado de conclusão do curso de Pós - Graduação em DIREITO PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO APLICADO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 28 de outubro de 2014.

JACINTA MIKALOVICZ  
Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA  
Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI  
1ª Secretária

VALDECIR VANESKI  
2º Secretário

## Passo de Torres

### PREFEITURA

#### LEI Nº 963/2014

LEI Nº 963, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES A REALIZAR CONTRATO DE PERMUTA DE MATERIAIS COM O MUNICÍPIO DE MAMPITUBA/RS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º Fica o Município de Passo de Torres autorizado a realizar contrato de permuta de materiais, com o Município de Mampituba no Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.501/0001-060.

Parágrafo Único: O objeto da permuta é a troca de areia por seixo rolado (cascalho) e será destinado a atender os serviços públicos do Município, que envolvam obras e serviços próprios de infraestrutura.

Art. 2º O prazo da permuta será de 1 (um) ano, sendo possível sua prorrogação por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 meses.

Art. 3º A despesa decorrente desta Lei será atendida por dotação orçamentária própria.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 30 de outubro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria municipal de Administração e Finanças, em 30 de outubro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

#### LEI Nº 962/2014

LEI Nº 962, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO MORADIA AOS PROFISSIONAIS MÉDICOS DISPONIBILIZADO AO MUNICÍPIO ATRAVÉS DO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL E DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (MAIS MÉDICOS BRASIL - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio alimentação no importe de R\$ 700,00 (setecentos reais), bem como auxílio moradia no importe de R\$ 900,00 (novecentos reais), aos Profissionais Médicos disponibilizado a esse Município, através do PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL E DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (MAIS MÉDICOS BRASIL - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL).

Parágrafo único. A concessão do auxílio referido no caput do artigo 1º, visa atender ao compromisso firmado no TERMO DE ADESÃO efetuado entre o Município e o Ministério da Saúde.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições contidas nas Leis nºs 898 de 23 de outubro de 2013 e 932 de 28 de Maio de 2014.

Passo de Torres, 22 de outubro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria municipal de Administração e Finanças, em 22 de outubro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretária Municipal de Administração e Finanças

## **LEI Nº 961/2014**

LEI Nº 961, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO DE REPASSE DE RECURSOS PARA A ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio de repasse de recursos financeiros para a ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.900.930/0001-00, com sede na Rua Júlio de Souza, nº 261, Bairro Polícia Rodoviária, no Município de Araranguá/SC.

§ 1º - Os recursos a serem transferidos para a Associação serão no valor de R\$ 23.460,00 (vinte e três mil, quatrocentos e sessenta reais), divididos em 3 (três) parcelas iguais e mensais de R\$ 7.820,00 (sete mil, oitocentos e vinte reais) e serão aplicados em melhorias das instalações físicas e manutenção da entidade.

§ 20 - A Associação prestará contas ao Município, até o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento das parcelas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 22 de outubro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria municipal de Administração e Finanças, em 22 de outubro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretária Municipal de Administração e Finanças



**LEI Nº 960/2014**

LEI Nº 960, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

**"REGULAMENTA A ATIVIDADE DE VEÍCULO DE SOM DE PUBLICIDADE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".**

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º Fica o Poder Executivo, autorizado a regular atividade de serviço de veículo de som de publicidade no Município de Passo de Torres.

Art. 2º Os veículos usados na propaganda sonora deverão portar uma faixa de identificação bem visível constando, o nome da empresa de som, o CNPJ, o numero da Certidão emitida pela SEMMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente) e o Alvará de Funcionamento atualizado expedido pela Prefeitura Municipal de Passo de Torres.

§ 1º O horário de funcionamento deverá ser das 9 às 12 horas e das 14 às 19 horas, de segunda-feira a sábado, sendo que a permissão para a publicidade em carro de som aos domingos deverá ser autorizada pela municipalidade.

§ 2º No período de verão, nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, o horário vespertino poderá ser estendido até às 20 horas.

§ 3º Fica proibido aos veículos rodar a publicidade nas áreas, no mínimo 50m (cinquenta metros), próximas a postos de saúde, repartições do poder judiciário, repartições públicas, creches e escolas (durante o cumprimento do ano letivo), empresas de radiodifusão, estúdios de gravação e outros locais que mereçam silêncio.

Art. 3º A intensidade do som deverá ser medida por decibelímetro, e na falta deste equipamento, caberá ao profissional adequar seu volume de som de forma audível, que não agrida ao público ouvinte e não ultrapasse os limites já estabelecidos em lei.

Art. 4º As empresas que anunciarem seus produtos ou serviço em carros próprios ou que não tenham sua sede em Passo de Torres, deverão também, obedecer aos preceitos do Art. 2º da presente Lei.

Art. 5º A fiscalização será exercida pela SEMMA (Secretaria de Meio Ambiente Passo de Torres) que deverá tirar o veículo de circulação, em caso de descumprimento desta Lei e lavar auto de infração em conformidade com a LEI Nº 896, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições contidas na Lei nº 953 de 03 de Setembro de 2014.

Passo de Torres, 22 de outubro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria municipal de Administração e Finanças, em 22 de outubro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério  
Secretária Municipal de Administração e Finanças**LEI Nº 959/2014**

LEI Nº 959, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

**"ALTERA O ANEXO III DA LEI Nº 760 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".**

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º Fica alterado anexo III, que passa a vigorar conforme anexo I desta lei.

Art 2º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Passo de Torres, 22 de outubro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria municipal de Administração e Finanças, em 22 de outubro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério  
Secretária Municipal de Administração e Finanças**ANEXO I****GRUPO I - Atividade de Nível Superior - ANS**

PADRÃO	A	B	C	D	E
X	R\$ 2.360,48	R\$ 2.502,11	R\$ 2.652,24	R\$ 2.2811,38	R\$ 2.980,06

**GRUPO II - Atividades Operacionais e de Administração Geral - AOAG**

PADRÃO	A	B	C	D	E
VI	R\$ 1.341,57	R\$ 1.422,07	R\$ 1.507,39	R\$ 1.597,83	R\$ 1.693,70
VIII	R\$ 1.911,90	R\$ 2.026,62	R\$ 2.148,21	R\$ 2.277,11	R\$ 2.413,73

**GRUPO III - Atividades em Serviços Auxiliares - ASA**

PADRÃO	A	B	C	D	E
I	R\$ 900,00	R\$ 954,00	R\$ 1.011,24	R\$ 1.071,91	R\$ 1.136,23
III	R\$ 1.100,00	R\$ 1.166,00	R\$ 1.235,96	R\$ 1.310,12	R\$ 1.388,72

**EDITAL SIMPLIFICADO Nº 004/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
Nº 004/2014

1 - Objetivo: Contratação de pessoal por tempo determinado, a fim de atuar como, Braçal, na Secretaria Municipal de Obras Transportes e Serviços Urbanos, do Município de Passo de Torres.

2 - Amparo Legal: Leis Municipais nº 513 de 25 de agosto de 2005, 737 de 29 de abril de 2011 e 952/2014.

3 - Inscrições: 05 à 06 de novembro de 2014.

4 - Outras informações: Edital Completo afixado no mural interno

da Prefeitura Municipal, Sítio à Rua Beira Rio, 20 - Centro - Passo de Torres.

Passo de Torres - SC 30 de outubro de 2014.

Comissão Provisória do Processo Seletivo Simplificado

Evando Peres Cardoso

danha da Silva

Membro

Geanine Bianca Sal-

Presidente

Dani Nasser de Oliveira

Membro

**Paulo Lopes**

**PREFEITURA**

**AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº. 002/2014**

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº. 002/2014

Município de Paulo Lopes Torna Público que Realizará Licitação, na Modalidade CONCORRÊNCIA, Objetivando a contratação de até 02 (duas) empresas para prestação de serviços funerários, condicionada a outorga onerosa, ou seja, MELHOR TÉCNICA E MAIOR OFERTA DE PREÇO, nos termos do inciso VI, do art. 15 da lei federal nº. 8.987/95. Os envelopes nº 01, nº 02 e nº 03 deverão ser entregues até às 08:55 horas do dia 17 de dezembro de 2014, na Seção de Protocolo da Prefeitura de Paulo Lopes, sítio a Rua José Pereira da Silva, s/n, Centro, Paulo Lopes/SC, onde serão protocolados. A sessão se dará a partir das 09h00min do dia 17/12/2014, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, no horário das 07h00min às 13h00min.

Paulo Lopes, 31 de outubro de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

# Penha

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2111

DECRETO Nº 2111/2014

DEFINE CRITÉRIOS PARA COBRANÇA DO ISSQN (IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA), SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BANANA BOAT, CAMPING, ESTACIONAMENTO E PROPAGANDA SONORA NA TEMPORADA DE VERÃO 2014/2015. ESTIPULA VALORES REFERENTES A TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO E TAXA DE UTILIZAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO A SER APLICADA AO COMERCIO EVENTUAL E AOS AMBULANTES NO DECORRER DA TEMPORADA DE VERÃO 2014/15.

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, "j", da Lei Orgânica Municipal, O Prefeito Municipal aprovou e sancionou o seguinte decreto:

Art. 1º - Fica estipulado, com base na Lei Complementar nº 013/09, estimativa de base de cálculo para cobrança do ISSQN na prestação de serviços de Banana Boat, Camping, Estacionamento e Propaganda Sonora.

Art. 2º - A cobrança de ISSQN terá por base para a aplicação da alíquota de 5%, em conformidade com o artigo 283 da Lei Complementar 013/2009.

Art. 3º - Ficam estipulados os seguintes valores a serem cobrados, conforme Art. 1º e 2º, e devida atividade, a seguinte base de cálculo:

I - Banana Boat (unidade) ..... R\$ 5.500,00 (mês)

II - Camping (unidade) ..... R\$ 3.800,00 (mês)

III - Estacionamento (unidade) ..... R\$ 3.800,00 (mês)

IV - Propaganda Sonora (unidade) ..... R\$ 3.500,00 (mês)

Art. 4º - Fica Regulamentada a cobrança da Taxa de Licença para Funcionamento e Taxa de Utilização de Logradouro Público para o comércio eventual e comércio ambulante durante a Temporada de Verão 2014/15, em conformidade com a Lei Complementar 13/09, aplicada à TABELA DE VALORES AOS AMBULANTES E EVENTUAIS NA TEMPORADA DE VERA0 2014/15, ANEXO I.

Art. 5º - Ficam proibidas a exploração comercial das atividades de Jet-Ski e Disco "boat" em todas as praias do Município de Penha, Estado de Santa Catarina.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. E CUMPRA-SE

Penha, 29 de outubro de 2014.  
Evandro Eredos dos Navegantes  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino  
Secretário da Administração

### ANEXO I

TABELA DE VALORES A SER APLICADO AOS AMBULANTES E EVENTUAIS NA TEMPORADA 2014/2015, CONFORME O ARTIGO 344 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 013/2009, E DECRETO 2111/2014:

OBJETO	TLL AMBULANTE	ISS ESTIMADO	TOTAL
CAIAQUE (unidade) - (1.1=A)	1,2 UFM	-	1,2 UFM
BANANA BOAT (1.1=B)	11,31 UFM	2,60 UFM x 3 meses = 7,81	19,12 UFM
Tenda cadeira de praia guarda sol (1.1=C)	1,2 UFM	-	1,20 UFM
Ambulante 1.1= "D" e "E"	3,2 UFM	-	3,20 UFM
Diversos (eventual Fixo) (1.1=F)	11,31 UFM	-	11,31 UFM
Alimentos c/ auxilio de caixa térmica (1.2= A)	1,2 UFM	-	1,2 UFM
Alimentos c/ auxilio de Carrinho (1.2= B)	3,2 UFM	-	3,2 UFM
Coquetel e água de coco com auxilio de carrinho (1.2= C)	3,2 UFM	-	3,2 UFM
Picolé e Sorvete c/ auxilio de Carrinho (Empresa Jurídica) (1.2=D)	2,00 UFM	-	2,00 UFM
Redes, Chapéus, cangas, similares (1.2= E)	1,2 UFM	-	1,2 UFM
Outros, Similares (1.2= F)	1,20 UFM	-	1,20 UFM
Estacionamento (1.3=A)	7,41 UFM	5,47 UFM	12,88 UFM
Camping (1.3=B)	7,41 UFM	3,28 UFM	10,69 UFM
Propaganda Sonora (1.3=C)	5 UFM	A ser apurado	5 UFM
Escola de Surf / Atividade de Esporte e Recreação (1.3="D" e "E")	7,41 UFM	A ser apurado	7,41 UFM
Outras, Similares e Congêneres (1.3=F)	7,41 UFM	A ser apurado	7,41 UFM

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

RAFAEL CELESTINO  
Secretário de Administração

### EDITAL Nº 01/2014 - SEPLAN

EDITAL Nº.01 /2014 - SEPLAN

DISCIPLINA O COMÉRCIO AMBULANTE E EVENTUAL NAS PRAIAS DO MUNICÍPIO - TEMPORADA DE VERÃO 2014/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA (SC), através da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, sito à Avenida Antonio Joaquim Tavares, nº 169 - Centro - faz saber a quem possa interessar que estará recebendo inscrições para a prática do Comércio Ambulante e Eventual, nas modalidades que constam do Objeto deste

Edital, para a Temporada de Verão de 2014/2015.

## 1 - OBJETO

### 1.1 - Comércio eventual - Ponto Semi-Fixo:

- a) Caiaques;
- b) Banana "boat";
- c) Tenda: Cadeira de praia e guarda-sol;
- d) Tenda: milho verde, coco verde, caldo de cana, suco de frutas naturais, água, refrigerante e cerveja em lata, salgadinhos, e outros quando autorizados pela Secretaria do Planejamento;
- e) Churros;
- f) Diversos: Panificadoras, Bares, Restaurantes, Assadão, Verdureiras, Frutas, Mudanças de Plantas, Artesanatos, Móveis; Calçados, Marisco, Feiras de vestuário e calçados; e outros, quando autorizados pela Secretaria de Planejamento.

### 1.2 - Comércio ambulante:

- a) Caixa térmica - carrinho para venda de: água, refrigerante e cerveja em lata;
- b) Carrinho: coquetel e água de coco;
- c) Carrinho: picolé e sorvetes (Empresas Jurídicas fabricantes ou seu representante direto).
- d) Redes, chapéus, cangas e similares;
- e) Outros, autorizados pela Secretaria do Planejamento.

### 1.3 - Serviços Eventuais:

- a) Estacionamento
- b) "camping"
- c) Propaganda Sonora
- d) Escola de "Surf"
- e) Atividades de esporte e recreação
- f) Outros, autorizados pela Secretaria do Planejamento.

## 2 - CONDIÇÕES GERAIS

2.1 - Para os efeitos deste Edital, os terrenos de Marinha e seus acréscidos, bem como outras áreas pertencentes à União, Estado e Município serão considerados como área pública, exceto, quando legalmente ocupadas por particulares.

2.2 - As praias e número de vagas para o exercício do comércio ambulante são os constantes dos anexos I e II, deste Edital e os locais definidos pela Secretaria Municipal Planejamento.

2.3 - Em relação às atividades previstas no item 1.2, "c", do Objeto, poderão participar apenas pessoas jurídicas, fabricantes ou seus representantes legais, que efetivamente exercerão a atividade pretendida.

2.4 - É permitida uma só inscrição por pessoa ou cônjuge.

2.5 - Todo aquele que for classificado deverá apresentar atestado de saúde para ter o alvará de licença liberado pela Secretaria do Planejamento, exceto para as atividades descritas no item 1.1, alíneas "a", "b" e "c", e no item 1.2, alínea "d", do objeto;

2.6 - A inscrição e o alvará são pessoais e intransferíveis.

2.7 - As tendas e outros utensílios obedecerão aos padrões definidos no Código Municipal de Posturas. A ausência de disposição será disciplinada pela Secretaria do Planejamento.

## 3 - PRAZO

3.1 - O prazo de duração das autorizações emitidas para os proponentes classificados segundo os critérios do presente Edital será de 120 (cento e vinte) dias.

3.2 - O período oficial da temporada de verão, para os efeitos da autorização de que trata o inciso anterior, é de 122 (cento e vinte e dois) dias, iniciando-se em 06 de dezembro de 2014, com término em 06 de abril de 2015.

## 4 - DA INSCRIÇÃO

4.1 - Os interessados deverão ingressar com Pedido de Inscrição, no período de 03 de novembro a 14 de novembro de 2014, das 8:00h às 12:00 e das 13:30 às 17:30h, protocolado na Secretaria do Planejamento, sito à Avenida Antonio Joaquim Tavares, nº 169, Centro, munidos de cópia de toda a documentação exigida para a

atividade pretendida, prevista no objeto do presente Edital.

## 5 - DA DOCUMENTAÇÃO

### 5.1. Para o objeto 1.1, alíneas "a", "b" e "c":

#### a) De apresentação obrigatória

- 1) Cópia do CPF, RG, Título de Eleitor e 2 (duas) fotos 3 x 4;
- 2) Comprovante de residência (talão de água, luz ou telefone ou contrato de locação);
- 3) Termo de responsabilidade da Marinha (específico para as atividades "Banana boat");
- 4) Seguro obrigatório de danos pessoais (específico para as atividades "Caiaque" e "Banana boat");
- 5) Documentação da lancha e do motor (específico para as atividades "Banana boat");
- 6) Habilitação do condutor e tripulação (específico para as atividades "Banana boat");
- 7) Documentação do barco de apoio (específico para as atividades "Banana boat");
- 8) Liberação do Corpo de Bombeiros Militar, exceto para atividade "c";
- 9) Termo de Responsabilidade da instalação de raia e bóia sinalizadora conforme normas estabelecidas pela Marinha do Brasil;
- 10) Certidão negativa de débitos municipais junto à Prefeitura Municipal de Penha.

#### b) De apresentação Opcional:

- 1) Certificado de participação em cursos de atendimento ao público e relações humanas;
- 2) Cópia do(s) alvará(s) de ano(s) anterior(es), que consta a atividade licenciada e local.

### 5.2 Para o objeto 1.1, alíneas "d", "e" e "f":

#### a) De apresentação obrigatória:

- 1) Cópia do CPF, RG, Título de Eleitor e 2 (duas) fotos 3 x 4;
- 2) Comprovante de residência (talão de água, luz ou telefone ou contrato de locação);
- 3) Alvará Sanitário;
- 4) Liberação do Corpo de Bombeiros Militar (específico para alínea "f" quando exercida a atividade em estabelecimento comercial e industrial);
- 5) Certidão negativa de débitos municipais junto à Prefeitura Municipal de Penha.

#### b) De apresentação opcional:

- 1) Certificado de participação em cursos de atendimento ao público e relações humanas;
- 2) Cópia do(s) alvará(s) de ano(s) anterior(es), que consta a atividade licenciada e local.

### 5.3 Para o objeto 1.2 - alíneas "a", "b", "c", "d" e "e":

#### a) De apresentação obrigatória:

- 1) Cópia do CPF, RG e 2 (duas) fotos 3 x 4;
- 2) Comprovante de residência (talão de água, luz ou telefone ou contrato de locação);
- 3) Alvará Sanitário (exceto para atividade "d" e "e");
- 4) Certidão negativa de débitos municipais junto à Prefeitura Municipal de Penha.

#### b) De apresentação Opcional:

- 1) Certificado de participação em cursos de atendimento ao público e relações humanas;
- 2) Cópia do(s) alvará(s) de ano(s) anterior(es), que consta a atividade licenciada e local.

### 5.4 Para o objeto 1.3, alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f":

#### a) De apresentação obrigatória:

- 1) Cópia do CPF, RG e 2 (duas) fotos 3 x 4;
- 2) Comprovante de residência (talão de água, luz ou telefone ou contrato de locação);
- 3) Alvará Sanitário (exceto para atividade descrita na alínea "c");
- 4) Certidão negativa de débitos municipais junto à Prefeitura Municipal de Penha;
- 5) Contrato, recibo, ou escritura do terreno (específico para a

atividade de estacionamento e "camping");

6) Liberação do Corpo de Bombeiros Militar, exceto para a atividade descrita na alínea "c";

7) Termo de Responsabilidade sobre os veículos dos clientes (específico para as atividades de estacionamento e "camping").

b) De apresentação Opcional:

1) Certificado de participação em cursos de atendimento ao público e relações humanas;

2) Cópia do(s) alvará(s) de ano(s) anterior(es), que consta a atividade licenciada e local.

#### 6 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO.

6.1 - A comissão julgadora compete a análise e julgamento dos processos, eliminando os que não atendem as disposições do presente Edital.

6.2 - A comissão julgadora analisará e atribuirá pontuação através das informações e documentos apresentados no processo de inscrição.

6.3 - Estarão classificados os proponentes inscritos que obtiverem a maior pontuação até o preenchimento das vagas previstas nos anexos I e II, exceto para o objeto 1.2, cujo controle das vagas fica a cargo da Secretaria de Planejamento.

6.4 - No caso de empate, será classificado aquele que alcançar maior pontuação nos seguintes itens, isolada ou conjuntamente:

a) tempo de trabalho em temporadas anteriores, no Município de Penha;

b) certificado de participação em curso de atendimento ao público;

c) certificado de participação em curso de relações humanas; e

d) certificado de participação em curso de manipulação de alimentos.

6.4.a. Persistindo o empate será classificado o candidato de maior idade.

6.5 - Para pontuação serão extraídas as informações contidas na documentação dos seguintes itens:

6.5.1 - Cópia do(s) alvará(s) de temporadas anteriores para a mesma atividade, (por temporada) (0,5) Pontos

6.5.2 - Cópia do(s) alvará(s) de temporadas anteriores para atividade diferente (por temporada) (0,25) Ponto

6.5.3 - Cópia de Certificado de Curso de Qualidade no Atendimento ao Público e Turismo, (por certificado) (1,0 ) Ponto.

6.5.4 - Cópia do Certificado de Curso de Manipulação de Alimentos (1,0 ) Ponto.

6.5.5 - Residente fora do Município de Penha (1,0) Ponto.

6.5.6 - Residente no Município de Penha (5,0) Pontos

6.5.7 - Infrações cometidas em temporadas anteriores (mercadorias apreendidas, autos de infração) (-1,0 ) Um ponto negativo

6.5.8 - Pais que tenham filhos deficientes físicos sob sua guarda (1,0) Ponto

6.6 - A listagem dos classificados será divulgada no dia 02 de dezembro de 2014, a partir das 08:00h, no Mural da Secretaria de Planejamento.

6.7 - A classificação dos participantes inscritos para as atividades do item 1.1, alíneas "a", "b" e "c", por praia, será realizada de acordo com a pontuação apurada no forma do item 6.6, e será divulgada no dia 02 de dezembro de 2014.

6.8 - Na hipótese do não preenchimento do número de vagas estabelecidas neste Edital pelos candidatos inscritos, as vagas excedentes serão disponibilizadas para novos candidatos que atenderem os requisitos do item 5, pela ordem de inscrição.

6.9 - Para os itens 6.5.1 e 6.5.2, só será atribuída pontuação para os alvarás às temporadas 2011/2012, 2012/2013 e 2013/2014.

#### 7 - DOS RECURSOS

7.1. - As pessoas que não concordarem com sua pontuação após a divulgação da listagem poderão solicitar a revisão do processo de julgamento, no prazo máximo de 3 (três) dias, após a divulgação, junto ao Protocolo Geral da Prefeitura (Secretaria da Fazenda).

#### 8 - OBRIGAÇÕES DOS PROPONENTES VENCEDORES

8.1 - Manter a área em torno de seu ponto de venda em permanente estado de asseio e limpeza, utilizando cesto de lixo coberto e sacos padrão para armazenagem de detritos, e após o expediente transportar até os locais indicados pela Secretaria do Planejamento.

8.2 - É obrigatória a utilização uniforme conforme exigência da Vigilância Sanitária.

8.3 - É obrigatória a exposição permanente do crachá de identificação da liberação para funcionamento da atividade, em modelo oficial disponibilizado pela Secretaria do Planejamento.

8.4 - Os carrinhos e instalações devem respeitar rigorosamente as normas de segurança, os períodos de funcionamento pré-determinados, e adequarem-se ao modelo padronizado fornecido pelo Município.

8.5 - É proibido alterar o local de instalação do equipamento.

8.6 - É proibido depositar caixas ou objetos na área externa da tenda.

8.7 - É obrigatória a remoção dos carrinhos e tendas ao término do trabalho diário.

8.8 - Somente poderá operar a pessoa física classificada, sendo vedada a locação, sub - locação ou venda do ponto ou da licença.

8.9 - É proibido depositar quaisquer produtos diretamente sobre o solo (utilizar suporte com mínimo 30 cm de altura).

8.10 - A ocorrência de infração sanitária grave ou gravíssima acarretará na perda imediata da autorização de venda. A venda de produtos não autorizados será considerada infração sanitária gravíssima.

8.11 - Somente será permitida a utilização de utensílios (copos, pratos e congêneres) de material descartável.

8.12 - Os alimentos deverão estar protegidos contra poeira, areia e vetores (insetos).

8.13 - Deverá haver disponibilidade de água potável em quantidade suficiente, sendo admitido o uso de bombonas com torneiras e recipiente para coletar a água utilizada.

8.14 - O atestado de saúde deverá estar à disposição da Vigilância Sanitária, no local de funcionamento.

#### 9 - DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. - O comércio de característica sazonal, decorrente da adjudicação dos proponentes vendedores, ficará sujeito à Fiscalização Federal, Estadual e Municipal.

9.2.- Os manipuladores de alimentos deverão atender às normas da Vigilância Sanitária e dos Órgãos da Saúde Federal, Estadual e Municipal.

9.3 - As autorizações e alvarás, decorrentes do presente processo não poderão ser transferidos a terceiros e devem ser apresentados à Fiscalização Municipal sempre que solicitado.

9.4 - A Prefeitura Municipal de Penha reserva-se o direito de anular ou revogar o presente processo, no todo ou em parte, nos casos previstos em Lei ou conveniência administrativa, técnica ou financeira, sem que por isso, caiba aos participantes direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

9.5 - Aplicam-se ao presente processo toda a legislação vigente à matéria.

9.6 - Somente poderá iniciar a atividade, o interessado classificado que tiver em seu poder o devido alvará de licença e ter recolhido à Fazenda Municipal as taxas referentes ao Comércio Ambulante e de Licença de Utilização de Logradouro Público; e, quando for o caso, o imposto sobre serviços de qualquer natureza -ISS, previstas na Lei Complementar Municipal nº. 013/2009 (Código Tributário Municipal).

9.7 - Caso o participante classificado não retire o alvará até o dia 20 de dezembro de 2013, o mesmo será automaticamente desclassificado.

9.8- Todos os adjudicatários que ferirem o presente Edital ou as Normas de Posturas Municipais, além de terem imediatamente cassadas as suas licenças não poderão participar de novas convocações com a mesma finalidade.

9.9 - Após processo de inscrição protocolado não será mais



permitida entrega de documentos.

9.10 - Não será permitida a ligação de energia elétrica e água nas tendas.

Este Edital estará à disposição dos interessados na sede da Secretaria do Planejamento, no período de 06 de novembro a 02 de dezembro de 2014.

Penha, 29 de outubro de 2014.  
Evandro Eredos dos Navegantes  
Prefeitura Municipal de Penha

### EDITAL Nº 01/2014 - SEPLAN ANEXOS

EDITAL Nº. 01/2014 - SEPLAN

#### ANEXO I

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS PARA O COMÉRCIO AMBULANTE NAS PRAIAS - TEMPORADA DE VERÃO 2014-2015.

LOCAL	OBJETO/ATIVIDADE							
	1.2 "a, b"	1.2 "c, d,"	1.1 "a"	1.1 "b"	1.1 "c"	1.1 "d"	1.1 "e"	1.1 "f"
Praia Alegre	LIVRE	LIVRE	2	1	2	3	3	3
Praia da Saudade	LIVRE	LIVRE	-	-	2	2	2	2
Praia do Quilombo	-	LIVRE	-	-	1	2	2	2
Praia de Armação	LIVRE	LIVRE	2	2	2	4	4	3
Praia do Trapiche	-	LIVRE	2	-	1	5	4	2
Praia Grande	LIVRE	LIVRE	-	-	1	3	3	2
Praia Vermelha	LIVRE	LIVRE	-	-	1	2	2	1
Praia de São Miguel	-	LIVRE	2	1	1	3	3	2

Penha, 29 de outubro de 2014.  
Evandro Eredos dos Navegantes  
Secretário Municipal do Planejamento

EDITAL Nº01/2014 - SEPLAN

#### ANEXO II

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS SEMI-FIXOS PARA O COMÉRCIO AMBULANTE E EVENTUAL NAS PRAIAS, POR LOCAL DE ATIVIDADE - TEMPORADA DE VERÃO 2014-2015.

LOCAL	ATIVIDADES	PONTO
Praia Alegre	1.1 "a"	Próximo à Marina Próximo Barraca de Praia
	1.1 "b"	Início e Final da Praia
	1.1 "c"	Próximo ao início e meio da Praia
	1.1 "d"	06 Pontos
	1.1 "e"	01 Ponto
	1.1 "f"	Quando autorizados pela Secretaria de Planejamento
Praia da Saudade	1.1 "c", "d", 1.1 "e" e 1.1 "f"	No meio da Praia Na Bacia da Vovó
Praia do Quilombo	1.1 "c", "d" e 1.1 "f"	Começo da Praia Fim da Praia
Praia da Armação	1.1 "a"	Próximo à Rua Mauro Shneider Próximo à Rua Alfredo Brunet
	1.1 "a", "b" e "c"	Próximo à Rua Abílio de Souza Próximo à Rua Itajai
	1.1 "d", "e"	Rua Espírito Santo Rua Antônio J. Tavares Rua Mauro Shneider Fortaleza
	1.1 "f"	Próximo à Pedrinha Rua Antônio B. de Souza Rua Mauro Shneider
Praia do Trapiche	1.1 "a"	Frente ao Chuveiro Frente ao Hotel Costamar
	1.1 "c"	Frente ao Hotel Costamar Frente ao Camping
	1.1 "d"	06 pontos
	1.1 "e"	Próximo ao Chuveiro
	1.1 "f"	Quando autorizados pela Secretaria de Planejamento
Praia Grande	1.1 "c", "d", "f"	Pedra do Meio Próximo ao Restaurante do Elio
	1.1 "e"	Próximo ao Residencial Samburá Próximo Salva Vidas Poá
Praia São Miguel	1.1 "a", "f"	Rua Arno Beker Meia Praia
	1.1 "b",	A ser definido pela Marinha
	1.1 "b" e "c"	Rua Arno Beker Próximo Pescador Final da Praia

Penha, 29 de outubro 2014.  
Evandro Eredos dos Navegantes  
Secretário Municipal de Planejamento

## EDITAL Nº. 01/2014 - SEPLAN

## ANEXO III

## Tabela de Códigos:

1.1	- Comércio eventual – Ponto Semi-Fixo:
"a"	Caiaques
"b"	Banana boat
"c"	Tenda: Cadeira de praia e guarda-sol
"d"	Tenda: milho verde, coco verde, caldo de cana, suco de frutas naturais, água, refrigerante e cerveja em lata, salgadinhos, e outros quando autorizados pela Secretaria do Planejamento;
"e"	Churros
"f"	Diversos: Panificadoras, Bares, Restaurantes, Assadão, Verdureiras, Frutas, Mudanças de Plantas, Artesanatos, Móveis; Calçados, Marisco, Feiras de vestuário e calçados; e outros, quando autorizados pela Secretaria de Planejamento.

1.2	- Comércio Ambulante:
"a"	Caixa térmica – carrinho para venda de: água, refrigerante e cerveja em lata.
"b"	Carrinho: coquetel e água de coco.
"c"	Carrinho: picolé e sorvetes (Empresa Jurídica fabricante ou seu representante direto).
"d"	Redes, chapéus, cangas e similares.
"e"	Outros, autorizados pela Secretaria do Planejamento.

Penha, 29 de outubro 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Secretário Municipal de Planejamento

**PORTARIA Nº 254**

PORTARIA Nº254/2014

Institui Comissão Especial para o julgamento e classificação dos candidatos à vaga de comércio ambulante e eventual no Município de Penha, durante a temporada de verão 2014 - 2015.

O Prefeito Municipal de Penha no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto no Edital Nº 01/2014-SEPLAN, que disciplina o Comércio Ambulante do Município durante a Temporada de Verão 2014-2015,

## RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída Comissão Especial destinada a analisar, julgar e classificar os candidatos à vaga de ponto para explorar atividade ambulante ou eventual nas praias do Município, durante a temporada de verão 2014/2015, na forma do Edital nº 01/2014-SEPLAN.

Art. 2º A Comissão Especial do Comércio Ambulante, instituída na forma do art. 1º é composta dos seguintes integrantes:

I - Alessandro Rubens da Silva (Secretaria de Planejamento);

II - George da Silva Alves (Secretaria da Fazenda);

III - Arão João da Silva (Secretaria da Saúde - Vigilância Sanitária)

IV - Valdir José Mafra Júnior (Secretaria de Turismo) e

V - Wagner Borges Figueredo (Procuradoria Geral do Município).

Parágrafo único - A Comissão Especial será presidida pelo representante da Secretaria do Planejamento (inciso I).

Art. 3º À Comissão Especial do Comércio Ambulante, dentre outras atribuições inerentes à função, compete:

I - receber e autuar os processos e analisar a documentação apresentada para a inscrição, eliminando os candidatos que não atendem às disposições do Edital;

II - atribuir pontuação através das informações e documentos apresentados no processo de inscrição;

III - classificar os candidatos inscritos pela ordem da pontuação

alcançada, até o preenchimento das vagas previstas nos anexos I e II, do Edital;

IV - autorizar, o funcionamento das atividades descritas no objeto 1.2, do Edital, cujo controle de vagas está a cargo da Secretaria de Planejamento;

V - emitir os alvarás de licença que serão assinados por autoridade administrativa competente, para o funcionamento do Comércio Ambulante na temporada 2014/2015, aos candidatos classificados na forma do Edital;

VI - receber, analisar e instruir os recursos interpostos contra o resultado da classificação, subsidiando o Secretário de Planejamento com os elementos necessários para o Julgamento da lide;

VII - Outras atribuições inerentes à função, necessárias ao bom desempenho do serviço.

Art. 4º O funcionamento da Comissão dar-se-á conforme diretrizes estabelecidas em comum acordo e reportadas pela sua presidência a todos os membros.

Art. 5º A Comissão elaborará e, por sua presidência, encaminhará, no primeiro dia útil após o julgamento, relatório detalhado do resultado do julgamento, ao Secretário de Planejamento o qual providenciará respectiva e imediata homologação do resultado, para as providências previstas no Edital.

Art. 6º As Secretarias da Fazenda, da Saúde, do Turismo e a Procuradoria Geral do Município, prestarão o apoio necessário ao regular desenvolvimento das atividades da Comissão Especial de Julgamento do Comércio Ambulante instituída por esta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Penha, 29 de outubro de 2014

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO

Secretário da Administração

**PORTARIA Nº 256**

PORTARIA Nº 256/2014

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

## RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR: por mais 30 (trinta) dias, a contar de 03 de outubro de 2014, o prazo para a Conclusão do Processo Administrativo, instaurado pela Portaria nº225/2014.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 30 de outubro de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO

Secretário da Administração



# Pomerode

## SAMAE - POMERODE

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 17/2014



#### SAMAE POMERODE

Compras

Termo de Homologação

Termo Homologação

Pág 1 / 2

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Pregão Para Compras e Serviços: 17/2014 Processo Administrativo: 19/2014

Ao Sr(a). MARCIO SCHEIDEMANTEL tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 48/2013.

#### Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 17/2014, o(s) participante(s):

56162 - TORNEARIA NICOLETTO LTDA EPP						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇOS DE TORNO, SOLDA, SERRALHERIA E MANUTENÇÃO TÉCNICA EM GERAL CONFORME TERMO DE REFERENCIA	HORAS		1.500	R\$39,00	R\$58.500,00

Total do Fornecedor: R\$58.500,00

435368 - HS AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	REBOBINAMENTO DE MOTOR ELÉTRICO WEG 3/4 CV 220 VOLT 2 POLOS	SERVIÇO		10	R\$97,92	R\$979,20
2	REBOBINAMENTO DE MOTOR ELÉTRICO WEG 3 CV 220/380 VOLT 2 POLOS	SERVIÇO		10	R\$146,32	R\$1.463,20
3	REBOBINAMENTO DE MOTOR ELÉTRICO WEG 4 CV 220 VOLT 2 POLOS	SERVIÇO		10	R\$172,80	R\$1.728,00
4	REBOBINAMENTO DE MOTOR ELÉTRICO WEG 5CV 380 VOLT 2 POLOS	SERVIÇO		10	R\$178,56	R\$1.785,60
5	REBOBINAMENTO DE MOTOR ELÉTRICO WEG 7.5 CV 380 VOLT 2 POLOS	SERVIÇO		10	R\$236,16	R\$2.361,60
6	REBOBINAMENTO DE MOTOR ELÉTRICO WEG 10 CV 380 VOLT 2 POLOS	SERVIÇO		10	R\$345,60	R\$3.456,00
7	REBOBINAMENTO DE MOTOR ELÉTRICO WEG 15 CV 380 VOLT 2 POLOS	SERVIÇO		10	R\$403,20	R\$4.032,00
14	REBOBINAMENTO DE MOTOR ELÉTRICO WEG 50 CV 440 VOLT 2 POLOS	SERVIÇO		10	R\$1.353,60	R\$13.536,00
9	REBOBINAMENTO DE MOTOR ELÉTRICO BUFALLO 50 CV 440 VOLT 2 POLOS	SERVIÇO		10	R\$1.450,00	R\$14.500,00
10	REBOBINAMENTO DE MOTOR ELÉTRICO BUFALLO 75 CV 440 VOLT 2 POLOS	SERVIÇO		10	R\$2.198,80	R\$21.988,00
11	REBOBINAMENTO DE MOTOR ELÉTRICO SUBMERSÍVEL SCHNEIDER 1/2 CV COM ÓLEO 220 VOLT 2 POLOS	SERVIÇO		10	R\$182,80	R\$1.828,00
12	REBOBINAMENTO DE MOTOR ELÉTRICO SUBMERSÍVEL 5CV COM ÓLEO 220/380 VOLT 2 POLOS	SERVIÇO		10	R\$282,24	R\$2.822,40
13	REBOBINAMENTO DE MOTOR ELÉTRICO SUBMERSÍVEL 10 CV COM ÓLEO 380 VOLT 2 POLOS	SERVIÇO		10	R\$460,80	R\$4.608,00
8	REBOBINAMENTO DE MOTOR ELÉTRICO WEG 25 CV 380 VOLT 2 POLOS	SERVIÇO		10	R\$691,20	R\$6.912,00
1	SERVIÇOS DE CONserto E MANUTENÇÃO DE BOMBAS, TIPO SUBMERSÍVEIS, CENTRÍFUGAS, CENTRÍFUGAS MULTIESTAGIO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO AO EDITAL.	HORAS		2.000	R\$29,00	R\$58.000,00

Total do Fornecedor: R\$140.000,00



**SAMAE POMERODE**  
Compras  
Termo de Homologação  
Termo Homologação

Pág 2 / 2

---

---

Total da Homologação:

R\$198.500,00

POMERODE , 22 de outubro de 2014.

---

MARCIO SCHEIDEMANTEL  
Presidente do SAMAE

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 18/2014**

**SAMAE POMERODE**  
Compras  
Termo de Homologação  
Termo Homologação

Pág 1 / 1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
**Pregão Para Compras e Serviços: 18/2014**  
**Processo Administrativo: 20/2014**

Ao Sr(a). MARCIO SCHEIDEMANTEL Presidente do SAMAE tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 48/2013.

**Homologo**

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto do Pregão nº. 18/2014, o(s) participante(s):

64815 - JORNAL DE POMERODE EDITORA LTDA EPP						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PUBLICAÇÃO SEMANAL DE PEÇAS PUBLICITÁRIAS DE CAMPANHAS DE INTERESSE DA AUTARQUIA EM PRETO E BRANCO.	CENTIMETRO QUADRADO		22.000	R\$0,86	R\$18.920,00
Total do Fornecedor:						R\$18.920,00
336505 - TESTO EDITORA E EVENTOS LTDA ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	PUBLICAÇÃO SEMANAL DE PEÇAS PUBLICITÁRIAS DE CAMPANHAS DE INTERESSE DA AUTARQUIA EM IMPRESSÃO COLORIDA.	CENTIMETRO QUADRADO		20.000	R\$1,84	R\$36.800,00
Total do Fornecedor:						R\$36.800,00
Total da Homologação:						R\$55.720,00

POMERODE 30 de outubro de 2014.

\_\_\_\_\_  
MARCIO SCHEIDEMANTEL  
Presidente do SAMAE

**DECRETO Nº 2112**

DECRETO Nº 2112/2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE REDUÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, NO VALOR DE R\$-20.000,00 (VINTE MIL REAIS), E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$-20.000,00 (vinte mil reais), autorizado pela Lei Municipal nº 2.658 de 19 de novembro de 2013, por conta da redução parcial de dotação orçamentária, destinado a reforçar a seguinte dotação:

Órgão: 15 - Secretaria de Planejamento

Unidade Orçamentária: 07 - Departamento de Trânsito

Programa de Trabalho: 06.181.0016

Atividade: 2.086- Funcionamento e manutenção do Convênio SSP?SC - Polícia Militar

Fonte de Recursos: 0.0.0054 - Recursos Multa de Transito

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0000/169 - Aplicações diretas ...  
..... R\$ 20.000,00

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento do presente Decreto de abertura de crédito suplementar correrá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão: 15 - Secretaria de Planejamento

Unidade Orçamentária: 07 - Departamento de Trânsito

Programa de Trabalho: 06.181.0016

Atividade: 2.086- Funcionamento e manutenção do Convênio SSP?SC - Polícia Militar

Fonte de Recursos: 0.0.0054 - Recursos Multa de Transito

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000/168 - Aplicações diretas ...  
..... R\$ 20.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada suas disposições em contrário.

Penha, 30 de outubro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino

Secretário da Administração

**CÂMARA MUNICIPAL****ATA DA SESSÃO DE DEMONSTRAÇÃO DE FUNCIONALIDADE DO OBJETO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2014**

ATA DA 2ª SESSÃO DE DEMONSTRAÇÃO DE FUNCIONALIDADE DO OBJETO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2014

Nos dias trinta de outubro de dois mil e quatorze, a partir das 09:00 horas, reuniram-se na Câmara de Vereadores de Penha, na Sala das Comissões, sito à Avenida Antônio Joaquim Tavares, 101, Centro, a Pregoeira Zaira Cristina da Silva Hanemann, e Equipe de Apoio formada por Ivana da Costa e Tatiane da Silva Willem, designadas pela Portaria Nº 11/2014, o Assessor Jurídico Wlamir Mendonça Ferreira da Silva, a Contadora Dayse Cristiane de Souza Germano, e o Sr. Wilker Boeira da Rosa representando a empresa Digital Tecnologia contratada para acompanhamento técnico da demonstração de funcionalidade do objeto do Pregão Presencial Nº 03/2014, Processo Licitatório Nº 04/2014. Ato contínuo registra-se o comparecimento da Empresa Betha Sistemas LTDA CNPJ 004568650001-67 tendo como representante o Sr. Mauricio Jose Alves para realização da demonstração de funcionalidade do software. Encerrada a demonstração de funcionalidade do software, a Pregoeira e Equipe de Apoio constataram o completo atendimento dos requisitos constantes do edital, ratificado pelo parecer emitido pela Empresa Digital Tecnologia. Diante do exposto, convoca desde logo as proponentes classificadas para reabertura da sessão do Processo Licitatório 04/2014, Pregao Presencial 03/2014, a ser realizada no dia 31 de outubro de 2014 às 09:00. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a referente demonstração, cuja ata vai assinada pela Pregoeira e membros da Equipe de Apoio.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2014.

# Peritiba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 74/2014 – PP 40/2014

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 74/2014 - Pregão Presencial 40/2014, julgamento Menor Preço por Item.

Objeto: Aquisição de material escolar para o ano letivo de 2015.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 14/11/2014.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 14/11/2014.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Município de Peritiba - SC em 30 de outubro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### PORTARIA 78/2014

PORTARIA Nº 078/2014 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014  
INSTITUI COMISSÃO DESTINADA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DO(S) RESPONSÁVEL (IS) PELO DESCUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO CONSTANTE NA LEI 1.272/1995, POSTERIORMENTE REVOGADA PELA LEI 2.212/2010.

O Presidente do SAMAE — Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

01- Considerando o recebimento do memorando 251/2014 do Gabinete do Prefeito Municipal de Pomerode (SC),

02- Considerando que o referido memorando aponta descumprimento de lei municipal, por parte de servidores desta autarquia:

Determino:

a) A imediata abertura/instauração de processo de sindicância administrativa, objetivando a apuração do (s) responsável (is) pelo descumprimento da determinação constante na Lei nº 1.272/1995, posteriormente revogada pela Lei 2.212/2010,

b) Para tanto, designo o servidor Adilson Reiter e a servidora Eliane Zilz, que deverão apontar o (s) responsável (is) pelo descumprimento da Lei acima citada, e/ou na impossibilidade, esclarecer os procedimentos adotados no descumprimento do referido diploma legal.

Pomerode (SC), 30 de outubro de 2014.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

# Porto Belo

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2014  
CONTRATO Nº 024/2014 - PMPB

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para execução de pavimentação com paver e drenagem pluvial da Rua Adilson Carlos da Silva localizada no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital Tomada de Preço 004/2014 - PMPB.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
CONTRATADA: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA  
VALOR GLOBAL: R\$ 292.485,29 (duzentos e noventa e dois mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e vinte e nove centavos).

PRAZO: 90 (noventa) dias  
DATA DA ASSINATURA: 28/10/2014

Porto Belo, 28 de Outubro de 2014.  
Chirley Laurencio  
Secretaria de Administração

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2014  
CONTRATO Nº 018/2014 - PMPB

OBJETO: a contratação de empresa para execução de pavimentação e urbanização de passeios da Rua Mário Manoel da Silva localizada no Bairro Vila Nova, Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital Tomada de Preço 002/2014 - PMPB.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
CONTRATADA: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA  
VALOR GLOBAL: R\$ 117.754,63 (cento e dezessete mil setecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e três centavos).

PRAZO: 60 (sessenta) dias  
DATA DA ASSINATURA: 15/09/2014

Porto Belo, 15 de Setembro de 2014.  
Chirley Laurencio  
Secretaria de Administração

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2014

CONTRATO Nº 019/2014 - PMPB

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para execução de pavimentação e urbanização de passeios da Rua Carioca localizada no Bairro Centro, Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital Tomada de Preço 003/2014 - PMPB.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
CONTRATADA: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA  
VALOR GLOBAL: R\$ 137.999,86 (cento e trinta e sete mil

novecientos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos).

PRAZO: 90 (noventa) dias  
DATA DA ASSINATURA: 15/09/2014

Porto Belo, 15 de Setembro de 2014.  
Chirley Laurencio  
Secretaria de Administração

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2014

CONTRATO Nº 020/2014 - PMPB

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos para a manutenção e modernização do sistema de iluminação pública do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital Concorrência Pública 003/2014 - PMPB.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
CONTRATADA: QUARK ENGENHARIA LTDA ME  
VALOR GLOBAL: R\$ 92.376,00 (noventa e dois mil trezentos e setenta e seis reais).

PRAZO: 12 (doze) meses  
DATA DA ASSINATURA: 15/09/2014

Porto Belo, 15 de Setembro de 2014.  
Chirley Laurencio  
Secretaria de Administração

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2014

CONTRATO Nº 023/2014 - PMPB

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para locação de caminhão compactador com capacidade para 15m<sup>3</sup>, com elevador hidráulico de container para atender as necessidades do Município de Porto Belo, nos termos da Dispensa de Licitação 010/2014 - PMPB.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
CONTRATADA: VERDE - ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA  
VALOR GLOBAL: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

PRAZO: 03 (três) meses  
DATA DA ASSINATURA: 25/09/2014

Porto Belo, 25 de Setembro de 2014.  
Chirley Laurencio  
Secretaria de Administração

**LEI MUNICIPAL Nº 2.211, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.211, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.  
ALTERA ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.589, DE 08 DE ABRIL DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica alterado o Artigo 1º da Lei Municipal nº 1.589, de 08 de abril de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Município de Porto Belo autorizado a receber em doação a área de terras de 8.000,00 m², situada no Loteamento Gian e Giovani, com as seguintes medidas e confrontações:

107,93 metros de frente que faz ao Sul com área remanescente;  
53,62 metros ao fundo que faz ao Norte com área verde do Loteamento Gian e Giovani;

100,00 metros na lateral Oeste que faz com a rua projetada;  
Ao Leste, em duas linhas, a primeira linha medindo 104,84; a segunda deflete a direita e segue medindo 4,23 metros, ambas as linhas confrontando com área verde do loteamento Gian e Giovani.”  
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 29 dias do mês de outubro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

**LEI MUNICIPAL Nº 2.210, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.210, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.  
DENOMINA A PRAÇA PÚBLICA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada “Praça Gentil Joaquim Mendes Filho” a área pública localizada na Rua Francisco Severiano dos Santos, esquina com a Rua Manoel Machado

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 29 dias do mês de outubro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

**Rio do Sul****PREFEITURA****PORTARIA Nº. 1.124**

PORTARIA Nº. 1.124/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art.1º Designar, no período de 28/10/2014 a 26/12/2014, de acordo com Art. 46 e 47 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora municipal BRUNA LIVRAMENTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, atualmente desenvolvendo as atribuições da função comissionada de Chefe da Divisão de Orçamento da Secretaria Municipal da Fazenda, para exercer as atribuições do cargo de Diretor do Departamento Contábil da Secretaria Municipal da Fazenda, durante o impedimento da titular por motivo de Licença Especial à Gestante. Com opção pelo vencimento do cargo comissionado de Diretor do Departamento Contábil da Secretaria Municipal da Fazenda, fundamentado no Art. 57 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Jhc

**PORTARIA Nº. 1.125**

PORTARIA Nº 1.125/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar interinamente, a servidora PATRICIA NICOLLADELLI GILI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para exercer as funções do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda, devido o impedimento da titular, Bruna Livramento, por motivo de designação para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento Contábil da Secretaria Municipal de Fazenda, no período de 28/10/2014 a 26/12/2014, nos termos dos Art. 46 e 47 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010. Com opção pelo vencimento do cargo comissionado de Chefe da Divisão de Orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda, fundamentado no Art. 57 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal



GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Jhc

**DECRETO Nº 4375, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4375, de 21 de outubro de 2014.

"EXONERA E NOMEIA THOMAS HENRY GRANDBERG".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010.

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 30/09/2014, o servidor THOMAS HENRY GRANDBERG, do cargo em comissão de Assessor do Plano Diretor da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente e nomeado para, a partir de 01/10/2014, exercer as atribuições do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Urbanismo da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

21 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 4376, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4376, de 21 de outubro de 2014.

"EXONERA E NOMEIA CARLOS EDUARDO PLENS".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010.

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 30/09/2014, o servidor CARLOS EDUARDO PLENS, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Urbanismo da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente e nomeado para, a partir de 01/10/2014, exercer as atribuições do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Projetos da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

21 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 1.128/RH**

PORTARIA Nº. 1.128/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 30/09/2014, o servidor ANDRE GUSTAVO WORMSBECHER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Desenhista (40h), do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Projetos da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente.

Art. 2º Nomear o servidor ANDRE GUSTAVO WORMSBECHER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Desenhista (40h) para, a partir de 01/10/2014, exercer as atribuições do cargo de Assessor de Geoprocessamento da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, optando pelo vencimento do cargo comissionado, com fundamento no Art. 57 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11 e 13 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Jhc

**PORTARIA Nº 1.129/RH**

PORTARIA Nº 1.129/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora LUCIANI SOUZA LOPES, matrícula nº 2730801, ocupante do cargo de provimento efetivo Arquiteto, para a partir de 01/10/2014, exercer as atribuições da função comissionada de Assessor do Plano Diretor da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, com opção pelo vencimento do cargo de provimento efetivo.

Art. 2º. Conceder o percentual de 20% (vinte por cento) de gratificação incidente sobre o valor da remuneração do cargo de Assessor do Plano Diretor da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, com fundamento no Art. 57 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, em face de a servidora optar pela remuneração do cargo efetivo de Arquiteto.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Jhc

**INSTRUÇÃO NORMATIVA 03/2014****INSTRUÇÃO NORMATIVA 03/2014**

Dispõe sobre a perturbação do sossego e emissão da Certidão de Conformidade Sonora, no município de Rio do Sul.

O Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente do município de Rio do Sul, considerando a Lei Complementar 163/2006, esclarece:

Art. 1º É proibido perturbar o sossego e o bem-estar público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma ou que contrariem os níveis máximos de intensidade fixados por esta Lei Complementar.

§1º - As vibrações serão consideradas prejudiciais quando ocasionarem ou puderem ocasionar danos materiais, à saúde e ao bem-estar público.

§2º - Para os efeitos desta Instrução Normativa, consideram-se aplicáveis as seguintes definições:

I - Som: é toda e qualquer vibração acústica capaz de provocar sensações auditivas.

II - Poluição Sonora: toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem-estar da coletividade ou transgrida as disposições fixadas na Lei Complementar 163/2006.

III - Ruído: qualquer som que cause ou tenda causar perturbações ao sossego público ou produzir efeitos psicológicos e ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais.

IV - Ruído Impulsivo: som de curta duração, com início abrupto e parada rápida, caracterizado por um pico de pressão de duração menor que um segundo.

V - Ruído Contínuo: aquele com flutuação de nível de pressão acústica tão pequena que podem ser desprezadas dentro do período de observação.

VI - Ruído Intermitente: aquele cujo nível de pressão acústica cai abruptamente ao nível do ambiente várias vezes durante o período de observação, desde que o tempo em que o nível se mantém constante diferente daquele do ambiente seja de ordem de grandeza de um segundo ou mais.

VII - Ruído de Fundo: todo e qualquer som que seja emitido durante o período de medições, que não aquele objeto das medições.

VIII - Distúrbio Sonoro e Distúrbio por Vibrações: significa qualquer ruído ou vibração que:

a) ponha em perigo ou prejudique a saúde, o sossego e o bem-estar público;

b) cause danos de qualquer natureza às propriedades públicas ou privadas;

c) possa ser considerado incômodo e/ou

d) ultrapasse os níveis fixados pela Lei Complementar 163/2006.

IX - Nível Equivalente (LEQ): o nível médio de energia do ruído encontrado integrando-se os níveis individuais de energia ao longo de determinado período de tempo e dividindo-se pelo período, medido em dB-A.

X - Decibel (dB): unidade de intensidade física relativa do som.

XI - Níveis De Som dB (A): intensidade do som, medido na curva de ponderação "A", definido na norma NBR 10.151 - ABNT.

XII - Zona Sensível a Ruído ou Zona de Silêncio: é aquela que, para atingir seus propósitos, necessita que lhe seja assegurado um silêncio excepcional. Define-se como zona de silêncio

a faixa determinada pelo raio de 200,00m (duzentos metros) de distância de hospitais, maternidades, asilos de idosos, escolas, bibliotecas públicas, postos de saúde ou similares.

XIII - Limite Real da Propriedade: aquele representado por um plano imaginário que separa a propriedade real de uma pessoa física ou jurídica de outra.

XIV - Serviço de Construção Civil: qualquer operação de montagem, construção, demolição, remoção, reparo ou alteração substancial de uma edificação ou de uma estrutura ou de um terreno.

XV - Centrais De Serviços: canteiros de manutenção e/ou produção de peças e insumos para atendimento de diversas obras de

construção civil.

XVI - Vibração: movimento oscilatório, transmitido pelo solo ou uma estrutura qualquer.

§3º - Para fins de aplicação desta Instrução Normativa ficam definidos os seguintes horários:

Diurno: compreendido entre às 7h e 19h;

Vespertino: compreendido entre às 19h e 22h;

Noturno: compreendido entre às 22h e 7h.

Art. 2º Os níveis de intensidade de sons ou ruídos fixados por esta Instrução Normativa, bem como o nível equivalente e o método utilizado para a medição e avaliação, obedecerão as recomendações das normas NBR 10.151 e NBR 10.152, ou às que lhes sucederem, bem como os limites estabelecidos na Lei Complementar 163/2006, considerando-se sempre a mais restritiva.

§1º - As medições deverão ser realizadas nos dias e horários de eventos, devidamente comprovados.

§2º - O horário para realização das medições deverá ser considerado dentro do intervalo médio do evento, levando-se em consideração o horário de maior concentração de público.

§3º - Não serão aceitos laudos emitidos com medições realizadas fora do horário de maior concentração de público e/ou em dias onde não for comprovada a realização de evento.

Art. 3º A emissora de ruídos em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, prestação de serviços, inclusive de propagandas, sejam políticas, religiosas, sociais e recreativas, obedecerá aos padrões e critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa e na Lei Complementar 163/2006.

§1º - O nível de som da fonte poluidora, medidos a 5,00m (cinco metros) de qualquer divisa do imóvel, ou medido dentro dos limites reais da propriedade onde se dá o suposto incômodo, não poderá exceder os níveis fixados na Lei Complementar 163/2006.

§2º - Quando a fonte poluidora e a propriedade onde se dá o suposto incômodo estiverem localizadas em diferentes zonas de uso e ocupação, serão considerados os limites estabelecidos para a zona em que se localiza a propriedade onde se dá o suposto incômodo.

§3º - Quando a propriedade onde se dá o suposto incômodo estiver situada dentro de um raio de 500,00m (quinhentos metros) de escola, creche, biblioteca pública, centro de pesquisas, asilo de idosos, hospital, maternidade, ambulatório, casa de saúde ou similar com leitos para internamento, deverão ser atendidos os limites estabelecidos para a subzona RE (Residencial Exclusivo), independentemente da efetiva zona de uso e deverá ser observada a faixa de 200,00m (duzentos metros) de distância, definida como zona de silêncio.

Parágrafo Único - Nenhuma fonte de emissão sonora em logradouros públicos poderá ultrapassar o nível máximo de 85 dB (oitenta e cinco decibéis) na curva "C" do medidor de intensidade de som, a distância de 7,00m (sete metros) da origem do estampido ao ar livre, observadas as disposições de determinações policiais e regulamentares a respeito.

Art. 4º Só será permitida a utilização de alarmes sonoros de segurança em veículos ou edificações que apresentarem dispositivo de controle que limite o tempo de duração do sinal sonoro em no máximo 15 (quinze) minutos.

Art. 5º Não se compreende nas proibições dos artigos anteriores ruídos e sons produzidos:

I) por aparelhos sonorizadores, carros de som e similares usados nas propagandas eleitoral e política e nas manifestações coletivas desde que não ultrapassem a 65 dB (sessenta e cinco decibéis) e ocorram somente nos períodos diurno.

II) por sinos de igrejas ou templos religiosos, desde que sirvam exclusivamente para indicar as horas ou anunciar a realização de atos ou cultos religiosos;

III) por fanfarras ou bandas de músicas em procissão, cortejos ou desfiles cívicos;

IV) por sirenes ou aparelhos de sinalização sonora utilizados por ambulâncias, carros de bombeiros ou viaturas policiais;

V) por explosivos utilizados no arrebetamento de pedreiras, rochas ou nas demolições, desde que detonados no período diurno e previamente autorizados pelo órgão público, não sendo permitido nos feriados ou finais de semana;

VI) por alarme sonoro de segurança, residencial ou veicular, desde que o sinal sonoro não se prolongue por tempo superior à 15 (quinze) minutos;

VII) por templos de qualquer culto, desde que não ultrapassem os limites de 65 dB (A) nos períodos diurno e vespertino.

Art. 6º Por ocasião das comemorações do Ano Novo são toleradas, excepcionalmente, aquelas manifestações tradicionais normalmente proibidas pela Lei Complementar 163/2006.

Art. 7º O nível de som provocado por máquinas e aparelhos utilizados nos serviços de construção civil, devidamente licenciados, deverá atender aos limites máximos estabelecidos na Lei Complementar 163/2006.

Parágrafo único - Excetuam-se destas restrições as obras e os serviços urgentes e inadiáveis decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, acidentes graves ou perigo iminente à segurança e ao bem-estar da comunidade, bem como o restabelecimento de serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica, telefone, água, esgoto e sistema viário.

Art. 8º Os estabelecimentos ou instalações potencialmente causadoras de poluição sonora deverão requerer à Secretaria Municipal da Fazenda - Departamento de Fiscalização, Certidão de Conformidade Sonora, sendo os requerimentos instruídos com os documentos legalmente exigidos, acrescidos das seguintes informações:

I - Tipo(s) de atividade(s) do estabelecimento e os equipamentos sonoros utilizados;

II - Zona e categoria de uso do local;

III - Horário de funcionamento do estabelecimento;

IV - Capacidade ou lotação máxima do estabelecimento;

V - Níveis máximos de ruídos permitidos;

VI - Laudo técnico comprobatório de tratamento acústico, assinado por técnico especializado e devidamente acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou documento de responsabilidade técnica equivalente;

VII - Descrição dos procedimentos recomendados pelo laudo técnico para o perfeito desempenho da proteção acústica do local;

VIII - Declaração do responsável legal pelo estabelecimento quanto às condições compatíveis com a legislação.

Parágrafo Único - A certidão a que se refere o "caput" deste artigo, será expedida de acordo com o modelo anexo e deverá ser afixada na entrada principal do estabelecimento, em local visível ao público.

Art. 9º O prazo de validade da certidão de tratamento acústico será de 1 (um) ano, expirando nos seguintes casos:

I - mudança de usos dos estabelecimentos que se enquadrem nos termos do artigo anterior;

II - mudança da razão social;

III - alterações físicas do imóvel, tais como reformas, ampliações ou qualquer alteração na aparelhagem sonora utilizada e/ou na

proteção acústica instalada;

IV - qualquer alteração que implique modificação nos termos contidos na certidão;

V - qualquer irregularidade no laudo técnico ou falsas informações contidas no mesmo.

§1º - Os casos previstos nos incisos deste artigo provocarão a expedição de uma nova certidão e deverão ser previamente comunicados ao órgão competente, que providenciará vistoria técnica.

§2º - A renovação da certidão será aprovada pelo órgão competente após apresentação de Laudo Acústico, atestando-se sua conformidade com a legislação vigente.

§3º - O pedido de renovação da certidão deverá ser requerido três meses antes do seu vencimento, não se admitindo o funcionamento através de prazos ou prorrogações.

Art. 10 Os fiscais, no exercício da ação fiscalizadora, terão a entrada franqueada nas dependências que abriguem fontes localizadas de poluição sonora ou a se instalem no Município, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário.

Parágrafo Único - Nos casos de embargo à ação fiscalizadora, os técnicos ou fiscais do Poder Público poderão solicitar auxílio às autoridades policiais para a execução da medida ordenada.

Art. 11 A pessoa física ou jurídica que infringir qualquer dispositivo desta Instrução Normativa, seus regulamentos e demais normas dela decorrentes, fica sujeita às seguintes penalidades, independentemente da obrigação de cessar a transgressão e de outras sanções da União ou do Estado, cíveis ou penais:

I - Notificação por escrito;

II - Multa simples ou diária;

III - Embargo da obra;

IV - Interdição parcial ou total do estabelecimento ou atividades;

V - Cassação imediata do alvará de licenciamento do estabelecimento;

VI - Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município;

VII - Paralisação da atividade poluidora.

Art. 12 Para efeito das aplicações das penalidades, as infrações aos dispositivos desta Instrução Normativa serão classificadas como leves, graves ou gravíssimas, conforme tabela abaixo, e assim definidas:

I - Leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes;

II - Graves, aquelas em que forem verificadas circunstâncias agravantes;

III - Gravíssima, aquelas em que seja verificada a existência de três ou mais circunstâncias agravantes ou a reincidência.

CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÕES
LEVE	Atividade geradora de ruído desenvolvida até 10 dB acima do limite estabelecido
GRAVE	Atividade geradora de ruído desenvolvida de 10 dB a 30 dB acima do limite estabelecido
GRAVÍSSIMA	Atividade geradora de ruído desenvolvida com mais de 30 dB acima do limite estabelecido

Art. 13 A pena de multa consiste no pagamento do valor correspondente aos valores fixados na Lei Complementar 163/2006 e Lei Complementar 110/2003.

Parágrafo único - No caso de infração continuada caracterizada

pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, a penalidade de multa poderá ser aplicada diariamente até cessar a infração.

Art. 14 Na aplicação das normas estabelecidas por esta Instrução Normativa, compete à:

1- Fiscalização de Posturas:

I - Exercer o poder de controle e fiscalização das fontes de poluição sonora;

II - Aplicar sanções e interdições, parciais ou integrais, previstas na legislação vigente.

2- Comissão Permanente do Plano Diretor:

I - Analisar os laudos acústicos e demais documentos apresentados;

II - Exigir adequações das atividades e/ou edificações, definindo o prazo entre 90 e 180 dias, conforme a complexidade exigida.

Parágrafo Único - Existindo legislação federal e estadual sobre os níveis de ruídos admissíveis será aplicada a mais restritiva.

Art. 15 Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de outubro de 2014.

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 358/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 358/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CASSIO MORAES DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 977.293.530-91 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua São Joaquim, Fr ao nº 606, Bairro Laranjeiras - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Farmacêutico, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria de Saúde - NASF, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.402,03 (três mil, quatrocentos e dois reais e três centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/11/2014 e encerrando-se em 02/12/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de agosto de 2014.

GIVANILDO SILVA	CASSIO MORAES DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 009/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 009/2014

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010 e alterações posteriores, Lei Complementar 208/2010 e alterações posteriores, Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO pelo presente Edital, as normas para realização do PROCESSO SELETIVO, destinado ao preenchimento de vagas para as funções de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino e Motorista de Caminhão, em caráter temporário:

### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente Processo Seletivo será realizado pela Comissão Especial instituída por meio do Decreto n. 4339, de 08 de outubro de 2014.

1.2 Qualquer candidato poderá impugnar o Edital, em petição escrita e fundamentada, devidamente protocolada no Departamento de Protocolo da Secretaria Municipal da Fazenda de Rio do Sul, dirigida ao Presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados do primeiro dia útil após a publicação do mesmo.

1.3 O Edital e todos os demais atos relativos ao presente processo seletivo serão publicados nos seguintes endereços eletrônicos: [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh) e/ou [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

1.4 É responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento dos atos e decisões publicados via on-line, nos sites supracitados.

1.5 A aprovação do candidato neste processo seletivo, no que excede ao número de vagas previsto neste edital, não gera direito



à contratação. As convocações serão realizadas de acordo com a necessidade do município e disponibilidade orçamentária.

1.6 O prazo de validade deste Processo Seletivo será de um ano, contado a partir da data de publicação do Decreto de homologação do Resultado Final, podendo, a critério da administração, ser prorrogado uma única vez, por igual período.

## 2. DO OBJETO

2.1 O presente Processo Seletivo tem por objeto o recrutamento, a seleção e a contratação em caráter temporário, de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino e Motorista de Caminhão.

## 3. DOS REQUISITOS PARA A FUNÇÃO

3.1 Para o exercício da função, o candidato deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- Quitação com as obrigações militar e eleitoral;
- Aptidão física e mental para o exercício das atribuições a que concorre;
- Habilitação para a função (conforme item 4 deste edital);
- Não possuir acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública, conforme prevê a Constituição Federal;
- Não haver sofrido as penalidades previstas no Art. 173, conforme dispõe o Art. 176 e Parágrafo Único, da Lei nº 207/2010 e suas alterações posteriores;
- Não estar em licença, ainda que não remunerada, de cargo, função ou emprego público que exerça na administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste edital.

3.2 No ato da inscrição não será solicitado comprovantes das exigências contidas nos subitens anteriores. No entanto, o candidato que não as satisfaça no ato da contratação, mesmo tendo sido aprovado, será automaticamente eliminado deste Processo Seletivo.

## 4. DA FUNÇÃO, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO, SALÁRIO BASE E ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO

4.1 A função, a quantidade de vagas, a carga horária semanal, a habilitação e o salário base são os estabelecidos no quadro abaixo:

FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REQUISITOS NECES-SÁRIOS A SEREM COM-PROVADOS NO ATO DA CONTRATAÇÃO	SALÁRIO BASE
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	07	40h	Alfabetizado	R\$ 756,00*
Motorista de Caminhão	01	40h	Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação Categoria "D"	R\$ 1.512,01*

\* Mais Auxílio Alimentação no valor de R\$ 9,83 por dia trabalhado

4.2 As vagas oferecidas neste edital estão em conformidade com o item V, do Art. 2º, da Lei nº 3.796 de 26/06/2002 e suas alterações posteriores.

4.3 As ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES são constantes do ANEXO II, deste edital.

## 5. DAS INSCRIÇÕES

### 5.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1.1 As inscrições serão efetuadas exclusivamente na forma descrita neste edital, da qual o candidato deverá tomar conhecimento e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

5.1.2 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital e nas decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

5.1.3 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional, extemporânea ou fora dos procedimentos dispostos neste edital.

5.1.4 As informações constantes do formulário eletrônico de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se o Município de Rio do Sul de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informação incorreta, endereço inexato ou incompleto.

5.1.5 O município de Rio do Sul não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.1.6 Não se exigirá do candidato cópia de documentos que comprovem as informações prestadas no formulário de inscrição, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados informados. O município de Rio do Sul dispõe do direito de excluir do processo seletivo aquele que não preencher a solicitação de forma completa e/ou correta, bem como, fornecer dados inverídicos.

5.1.7 É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição.

5.1.8 É de responsabilidade do candidato a atualização do endereço/telefone/e-mail (s) constante(s) da inscrição. Sua eventual alteração deve ser comunicada por carta encaminhada ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

5.1.9 O descumprimento das instruções para inscrição implicará na sua não efetivação.

### 5.2 DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

5.2.1 As inscrições estarão abertas no período de 03/11/2014 até 14/11/2014.

5.2.2 Será admitida inscrição somente via Internet, por meio do endereço eletrônico <http://www.riodosul.sc.gov.br/rh>, solicitada no período entre 8h do dia 03/11/2014 e 11h30min do dia 14/11/2014, observado o horário oficial de Brasília/DF.

5.2.3 Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- Acessar via Internet o endereço eletrônico: [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh)
- Clicar em "Formas de Contratação / Processos Seletivos / Edital de Processo Seletivo nº 009/2014";
- Ler o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos e exigências nele contidos;
- Clicar em "Clique aqui para inscrever-se agora";
- Preencher integralmente o Formulário de Inscrição;
- Conferir atentamente os dados informados;
- Clicar no quadrinho da Declaração;
- Clicar em "Enviar Inscrição";
- Clicar em "Imprima sua inscrição aqui".

5.2.4 O candidato que não tiver acesso à Internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá ao seu dispor terminal com Internet e pessoal para ajudar na inscrição, no período de inscrições, nos dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7h30min às 11h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito à Praça 25 de julho nº 01, Centro, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

5.2.5 Serão tornadas sem efeito as solicitações de inscrição efetuadas após a data e horário estabelecidos neste Edital.

5.2.6 Havendo mais de um número de inscrição para o mesmo candidato, será considerada válida apenas a inscrição de número

maior.

### 5.3 DA ASSINATURA NO FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

5.3.1 O candidato, ao clicar em "Declaro", após o preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição, está confirmando que LEU, ACEITA e CONCORDA com as normas do Edital e com as decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial do Processo Seletivo, nos casos omissos e não previstos. Declara, ainda, preencher todos os requisitos mínimos exigidos para a contratação, conforme disposto no item 3 deste Edital.

### 5.4 DO INDEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO

5.4.1 Será indeferida a inscrição:

- a) Efetuada fora dos prazos, horários e procedimentos fixados neste Edital;
- b) Que não preencher todas as condições previstas neste edital.

### 5.5 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.5.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh), a partir do dia 17/11/2014, as inscrições deferidas e indeferidas.

5.5.2 O candidato que tiver qualquer discordância referente a inscrição indeferida poderá interpor recurso, nos termos do item 14 deste edital.

5.5.3 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: <http://www.riodosul.sc.gov.br/rh>, a partir do dia 20/11/2014, as inscrições homologadas.

### 6. DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

6.1 Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo, devendo assinalar sua condição no item específico do Formulário de Inscrição.

6.2 Será reservada vaga para candidato com deficiência, para a função cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que seja portador, na proporção de um para cada vinte candidatos, equivalente a 5% das vagas a serem ofertadas, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações.

6.3 Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas no Art. 4º, do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações.

6.4 O candidato com deficiência ou seu representante legal (portando procuração com assinatura reconhecida em cartório) deverá entregar no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho n. 01, Centro, Rio do Sul - SC, no horário das 7h30min às 11h30min, nos dias úteis do período previsto para inscrição, cópia do comprovante de inscrição e laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, a provável causa da deficiência e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício da função para qual se inscreveu, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

6.5 No ato de entrega da documentação, o candidato receberá um comprovante de recebimento dos documentos entregues.

6.6 O candidato inscrito para a vaga reservada a pessoa com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto no item 6 deste edital, terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de deficiência.

6.7 O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere aos critérios de classificação.

6.8 Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas para pessoa com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados neste Processo Seletivo.

6.9 O candidato com deficiência submeter-se-á, quando convocado, à avaliação do Médico Perito do Município de Rio do Sul,

conforme Decreto Federal nº 3.298/99 e alterações, que terá a decisão terminativa sobre:

- a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e
- b) o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício da função.

6.10 Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

6.11 O laudo médico apresentado pelo candidato terá validade somente para este Processo Seletivo e não será devolvido.

### 7. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

7.1 O Processo Seletivo, objeto deste Edital, compreenderá exame de habilidades e de conhecimentos aferidos da seguinte maneira:

- Primeira Etapa: Prova de Títulos, de caráter classificatório.
- Segunda Etapa: Prova Prática, de caráter classificatório e eliminatório (SOMENTE PARA CANDIDATOS A FUNÇÃO DE MOTORISTA DE CAMINHÃO).

7.2 A nota final dos candidatos será obtida por meio da soma dos pontos de cada processo de avaliação.

### 8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1 Em caso de empate, será utilizado como critério de desempate:

- 8.1.1 Para os candidatos com 60 (sessenta) anos ou mais, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento:

- 1º) Maior idade;
- 2º) Maior tempo de experiência;
- 3º) Maior número de horas de curso;
- 4º) Maior número de dependentes.

8.1.2 Para os demais candidatos:

- 1º) Maior tempo de experiência;
- 2º) Maior número de horas de curso;
- 3º) Maior idade;
- 4º) Maior número de dependentes.

8.2 Persistindo o empate, em ambas as situações acima, proceder-se-á sorteio público, em sessão com data, horário e local a ser divulgados com 2 (dois) dias de antecedência, no endereço eletrônico: [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh)

8.3 Para o desempate, serão considerados os títulos já analisados e tornados válidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

8.4 Para comprovação da idade e número de dependentes, será considerada a informação contida no formulário eletrônico de inscrição, sendo de responsabilidade do candidato a informação dos dados. O município de Rio do Sul dispõe do direito de excluir do processo seletivo aquele que fornecer dados inverídicos.

### 9. DA PROVA DE TÍTULOS

#### 9.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1.1 A Prova de Títulos, de caráter classificatório e não eliminatório, tem por objetivo avaliar os conhecimentos adquiridos por meio da conclusão de cursos de formação e de aperfeiçoamento e de experiências profissionais estreitamente relacionados com a função a ser exercida pelo candidato.

9.1.2 Para participar da Prova de Títulos o candidato ou seu representante legal (mediante procuração assinada em cartório) deverá entregar a documentação no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho n. 01, Centro, Rio do Sul - SC.

9.1.3 Os documentos deverão ser entregues, nos dias úteis do período previsto para inscrição, no horário das 7h30min às 11h30min, juntamente com a Tabela de Títulos constante do Anexo IV deste edital.

9.1.4 A entrega do título não gera direito garantido a pontuação. O mesmo será objeto de análise pela Comissão Especial do Processo Seletivo, seguindo-se os critérios dispostos neste edital, para posterior validação ou não.

9.1.5 É responsabilidade do candidato ou de seu representante

legal a entrega dos documentos para a Prova de Títulos conforme as normas previstas neste Edital.

## 9.2 DOS TÍTULOS

9.2.1 Será considerado como título:

a) Original e fotocópia do Diploma de Conclusão de Ensino Médio ou Ensino Fundamental, emitida por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC.

b) Original e fotocópia de Certidão ou Declaração de conclusão de cursos (palestras, seminários, congressos, workshop, etc.) de aperfeiçoamento/capacitação, emitidos por Instituição de Ensino credenciada, realizados nos últimos cinco anos, com carga horária mínima de 8h.

c) Original e fotocópia de Certidão/Declaração circunstanciada de tempo de serviço na função para a qual se inscreveu, expedida pelo órgão ou empresa competente de atuação (devendo obrigatoriamente constar dia, mês e ano do período de atuação) ou da Carteira de Trabalho e Previdência Social, onde conste a data de entrada e saída, a página com foto e qualificação civil. Caso o contrato ainda esteja em aberto, somente será considerado como título a Certidão/Declaração circunstanciada expedida pelo órgão de atuação. No caso de profissionais autônomos, declaração por ele firmada, (devendo obrigatoriamente constar dia, mês e ano do período de atuação) com firma reconhecida, acompanhada de documento particular e/ou público que demonstre o período trabalhado.

9.2.1.1 Os títulos obtidos no exterior deverão estar acompanhados de tradução pública juramentada e obedecer à legislação aplicável a espécie.

9.2.1.2 Os documentos entregues deverão ser paginados e conter numeração condizente com a tabela de títulos.

9.2.1.3 O candidato declara, para fins de direito, que é titular dos documentos protocolados emitidos com grafia diferente do nome que consta no formulário de inscrição e que apresentará se solicitada, a retificação de registro civil, sentença judicial ou outro documento legalmente emitido que fundamente a alteração ou divergência existente. A não comprovação implicará na cancelamento da inscrição e exclusão automática do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções legais.

9.2.1.4 Somente serão avaliados os documentos apresentados em papel com timbre do órgão emissor e respectivos registros e se deles constarem todos os dados necessários à identificação das instituições e dos órgãos expedidores e à perfeita avaliação do documento.

9.2.1.5 Será atribuída pontuação 0 (zero) ao candidato que não efetuar a entrega do título no prazo estabelecido e/ou enviá-los de forma não compatível com este Edital.

9.2.1.6 Os comprovantes dos títulos não serão devolvidos ao candidato nem serão fornecidas cópias desses títulos. Por esse motivo, não devem ser entregues ou encaminhados documentos originais.

9.2.1.7 Não serão aceitos títulos encaminhados por qualquer outro meio, inclusive via correio, a não ser o descrito neste edital.

9.2.1.8 Concluído o prazo estabelecido para entrega dos títulos, não serão aceitos acréscimos de outros documentos. Por ocasião de recurso, poderão ser encaminhados somente documentos que sirvam para esclarecer dados de documentos apresentados ou encaminhados no período determinado para a entrega dos títulos.

9.2.1.9 Não serão pontuados:

a) Títulos não entregues no prazo e local determinados;

b) Títulos não relacionados na Tabela de Títulos constante do Anexo IV deste edital;

c) Títulos borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível;

d) Títulos referentes a períodos de estágio ou trabalhos voluntários;

e) Títulos com períodos de experiência paralelos ou concomitantes (considera-se somente um dos períodos);

f) Títulos referentes a disciplinas integrantes de cursos de formação, como comprovante de horas de aperfeiçoamento/capacitação;

g) Títulos que não estejam em conformidade com as normas previstas neste edital.

9.2.1.10 O Prazo de Recurso para esta fase se dará conforme item 14 deste edital.

## 9.3 DA PONTUAÇÃO

9.3.1 A avaliação dos referidos títulos obedecerá aos seguintes critérios de Pontuação:

9.3.1.1 Para a função de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino:

a) Ensino Médio: 3,0 pontos;

b) Ensino Fundamental: 2,0 pontos;

c) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária de até 40 horas: 1,0 ponto;

d) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária acima de 40 até 80 horas: 1,5 ponto;

e) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária acima de 80 horas: 2,0 pontos;

f) Experiência Profissional acima de 06 meses até 3 anos: 1,0 ponto;

g) Experiência Profissional acima de 03 anos até 5 anos: 2,0 pontos;

h) Experiência Profissional superior a 5 anos: 3,0 pontos.

9.3.1.2 Para a função de Motorista de Caminhão:

a) Ensino Médio: 3,0 pontos;

b) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária de até 40 horas: 1,0 ponto;

c) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária acima de 40 até 80 horas: 1,5 ponto;

d) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária acima de 80 horas: 2,0 pontos;

e) Experiência Profissional acima de 06 meses até 3 anos: 1,0 ponto;

f) Experiência Profissional acima de 03 anos até 5 anos: 2,0 pontos;

g) Experiência Profissional superior a 5 anos: 3,0 pontos.

9.3.2 O candidato poderá alcançar, no somatório total, o máximo de 8 pontos.

9.3.3 Caso o candidato apresente mais de um título referente a formação, será considerado apenas a de maior pontuação.

9.3.4 A pontuação aferida aos cursos de aperfeiçoamento refere-se ao somatório total da carga horária dos cursos apresentados pelo candidato.

9.3.5 A pontuação aferida a experiência profissional refere-se ao somatório total do período de experiência, na função à que concorre, não sendo considerado para o somatório, períodos inferiores a 06 meses em cada contrato de trabalho.

## 10. DA PROVA PRÁTICA

10.1 A Prova Prática (de caráter eliminatório e classificatório), visa aferir a experiência, a adequação de atitudes, a postura e as habilidades do candidato no desempenho das suas atividades e será realizada, com data, horário e local a serem divulgados através de edital publicado no site do Município de Rio do Sul no dia 17 de novembro de 2014, juntamente com as Inscrições Homologadas.

10.2 A Prova Prática será aplicada somente para os candidatos a função de Motorista de Caminhão.

10.3 O candidato deverá comparecer no local da Prova Prática munido de documento de identidade.

10.4 Para submeter-se à Prova Prática os candidatos deverão apresentar, antes do início da prova, os documentos que comprovam os requisitos necessários para o exercício da função, conforme dispõe o item 4 deste edital.

10.5 O não comparecimento à Prova Prática caracterizará desistência e resultará na eliminação do candidato deste Processo Seletivo.

10.6 Não será aplicada prova fora do dia, horário e local designados por este Edital.

10.7 Ao concluir sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação sem comunicar-se com os demais



candidatos.

10.8 No desenvolvimento da Prova Prática, cada candidato será avaliado por comissão designada por Decreto, através de itens constantes em uma ficha de avaliação elaborada para esta finalidade, cuja pontuação máxima será de 10 pontos.

10.9 O candidato inicia a Prova Prática com 10,0 pontos, sendo-lhe subtraído o somatório dos pontos perdidos relativos às faltas cometidas durante a realização da prova. Será desclassificado o candidato que obtiver pontuação inferior a 5,0 pontos na Prova Prática.

10.10 Caso o candidato venha a cometer qualquer ato ou realizar qualquer operação que coloque em risco a segurança do avaliado, avaliador e/ou equipamento, a prova será interrompida, sendo o candidato desclassificado.

10.11 Concluída a prova, o candidato assinará termo de realização da prova prática que atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias, do que não poderá arguir posteriormente.

## 11. DO RESULTADO DA PROVA PRÁTICA

11.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh), no dia 28 de novembro de 2014, o Resultado da Prova Prática.

11.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao Resultado da Prova Prática, poderá interpor recurso nos termos do item 14 deste edital.

## 12. DO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO

12.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh), a partir do dia 04 de dezembro de 2014, o Resultado Final Provisório do Processo Seletivo.

12.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao Resultado Final, poderá interpor recurso nos termos do item 14 deste edital.

## 13. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

13.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh), a partir do dia 11 de dezembro de 2014, o Decreto que homologa o Resultado Final deste Processo Seletivo.

## 14. DOS RECURSOS

14.1 Será admitido recurso do Indeferimento de Inscrição, do Resultado da Prova de Títulos, do Resultado da Prova Prática e do Resultado Final Provisório, que deverão ser interpostos, desde que devidamente fundamentados, de acordo com o cronograma do quadro abaixo:

ATO/EVENTO	PRAZO RECURSAL
Inscrições Indeferidas	Até às 13 horas do segundo dia útil subsequente à publicação das Inscrições Indeferidas.
Resultado da Prova de Títulos	Até às 13 horas do segundo dia útil subsequente à publicação das Inscrições Indeferidas.
Resultado da Prova Prática	Até às 13 horas do segundo dia útil subsequente à publicação das Inscrições Indeferidas.
Resultado Final Provisório	Até às 13 horas do terceiro dia útil subsequente à publicação do Resultado Final Provisório.

14.2 Para interposição do recurso o candidato deverá encaminhar via e-mail, o requerimento disposto no Anexo III deste edital, para o seguinte endereço: [adm.rh02@riodosul.sc.gov.br](mailto:adm.rh02@riodosul.sc.gov.br)

14.3 Somente será aceito recurso efetuado via e-mail, até a data e horário dispostos no item 14 deste edital.

14.4 Não será aceito recurso encaminhado pessoalmente, via postal, via fax, ou ainda, fora do prazo.

14.5 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

14.6 Todos os recursos regulares serão analisados e, caso providos, serão efetuadas as alterações, podendo neste caso, haver alteração da pontuação e/ou classificação do candidato.

14.7 O município de Rio do Sul não se responsabilizará por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

14.8 Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente no endereço: <http://www.riodosul.sc.gov.br/rh>

14.9 A decisão exarada nos recursos é irrecorrível na esfera administrativa.

14.10 A Comissão Especial de Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão recursos ou revisões adicionais.

## 15. DA CONVOCAÇÃO

15.1 O candidato aprovado dentro do número de vagas previsto neste edital, será convocado após a homologação do Processo Seletivo - seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação, por meio da publicação do Termo de Convocação no Portal do Servidor Público do Município de Rio do Sul ([www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br)) e/ou Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)).

15.2 É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das convocações efetuadas pelos sites acima citados.

15.3 O Departamento de Recursos Humanos poderá, eventualmente, entrar em contato com o candidato convocado por meio do número de telefone, endereço e/ou e-mail informados no formulário de inscrição, portanto, é de inteira responsabilidade do candidato a atualização de seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC, quando houver alteração dos dados informados no formulário de inscrição, nos termos do item 5.1.8 deste edital.

15.4 Ao ser convocado, o candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis (contados da data de publicação do termo de convocação), munido de documento de identidade, para dar início ao processo de contratação.

15.5 O candidato que deixar de comparecer no prazo previsto no item anterior, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte da listagem de classificação.

15.6 Ao candidato que não tiver interesse na vaga ofertada, não será apresentada outra, sendo neste caso, eliminado do processo seletivo.

## 16. DA CONTRATAÇÃO

16.1 A contratação, objeto deste processo seletivo, tem caráter emergencial, devendo ocorrer imediatamente após a convocação, sendo o contrato inicial efetuado pelo período de trinta dias, podendo ser prorrogado à Critério da Administração.


16.2 O candidato contratado estará em permanente avaliação. Caso seu desempenho não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido antes do término previsto, nos termos da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações posteriores.

16.3 Previamente a contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados os seguintes documentos:

Fotocópia legível:

- CPF
- Registro de Identidade
- Carteira de reservista (se homem)
- Comprovante Inscrição PIS/PASEP
- Certidão nascimento ou casamento
- Certidão nascimento filhos (menores de 21 anos)
- Título eleitoral e certidão de quitação com as obrigações

**INSTRUÇÃO NORMATIVA - UNIFICAÇÃO DOS PROTOCOLOS - IN - 02/14**

	<b>UNIFICAÇÃO DOS PROTOCOLOS</b>	<b>IN-02/14</b>
---	----------------------------------	-----------------

DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO DOS PROTOCOLOS DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO - LOTEAMENTO OU CONDOMÍNIO DE TERRENOS; LOTEAMENTO COM FINS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS; CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES OU MISTOS; CONDOMÍNIOS COMERCIAIS HORIZONTAIS E VERTICAIS; ATIVIDADES DE HOTELARIA, ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS, E COMPLEXOS TURÍSTICOS E DE LAZER, INCLUSIVE PARQUES TEMÁTICOS.

1. Objetivo:

- 1.1. Fixar a unificação dos protocolos na fase de apresentação dos documentos, planos, programas e projetos ambientais e urbanísticos para a construção, instalação, ampliação, e funcionamento, conforme a Resolução CONSEMA nº 14/2012, de empreendimentos passíveis de licenciamento, listados nesta Instrução Normativa.

2. Para efeitos desta IN, entende-se por:

- 2.1. **Licenciamento Ambiental:** Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades que utilizam recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possa causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (Resolução CONAMA nº. 237/97).
- 2.2. **Licença Ambiental:** Ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental (Resolução CONAMA nº. 237/97).

2.3. **Empreendimentos Passíveis de Licenciamento Ambiental:** Pessoas físicas ou jurídicas e as entidades das administrações públicas federal, estaduais e municipais, cujas atividades utilizem recursos primários ou secundários e possam ser causadoras efetivas ou potenciais de poluição ou de degradação ambiental, e constante da Listagem de Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental (Resolução CONSEMA nº 14/2012).

2.4. **Autorização de Corte (AuC):** Documento expedido pelo órgão competente que autoriza o início da retirada de vegetação no empreendimento a ser licenciado, e especifica o volume máximo por espécie permitido para exploração, com validade de 3 (três) meses.

### 3. Etapas do Procedimento

3.1. O procedimento de licenciamento obedece às seguintes etapas:

3.1.1. Requerimento da licença pelo empreendedor, acompanhado de todos os documentos, projetos urbanísticos, plantas e estudos ambientais exigidos, dando-se a devida publicidade.

3.1.2. Análise dos documentos, projetos e estudos apresentados, por todos os departamento conforme previsto na LC 163/2006, seguindo como trâmite o Anexo I desta Instrução Normativa.

3.1.3. Realização de vistorias técnicas.

3.1.4. Solicitação de esclarecimentos e complementações pela Prefeitura de Rio do Sul, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios.

3.1.5. Deferimento ou indeferimento do pedido de licença e alvará, dando-se a devida publicidade quando do seu deferimento.

### 4. Instruções Gerais

4.1. Quando houver necessidade de supressão de vegetação, nos empreendimentos presentes nesta Instrução, o empreendedor deve requerer a Autorização de

Corte (AuC) de Vegetação na fase de Licença Ambiental Prévia, apresentando o inventário florestal, o levantamento fitossociológico e ainda o inventário faunístico, os quais são avaliados pelo Departamento de Meio Ambiente, juntamente com os demais estudos necessários para fins de obtenção da Licença Ambiental Prévia. A Autorização de Corte de Vegetação somente será expedida juntamente com a Licença Ambiental de Instalação nos termos da Resolução CONSEMA nº. 01/06, art. 7º.

- 4.2. O Alvará de Construção, as Licenças Ambientais e a Autorização de Corte de Vegetação só serão emitidos após análise dos projetos e estudos por todos os departamentos envolvidos da Prefeitura de Rio do Sul, listados no Anexo I desta Instrução Normativa, e somente serão emitidos de forma conjunta após a aprovação de todos os projetos, estudos e documentos.
- 4.3. O projeto, depois de aprovado, não poderá ser alterado sem que as modificações propostas sejam apresentadas e devidamente aprovadas pela Prefeitura de Rio do Sul.
- 4.4. Os projetos arquitetônicos, urbanísticos e complementares deverão atender as especificações da Lei Complementar nº 163/2006, nos artigos que referem-se a esta Instrução Normativa.
- 4.5. A Prefeitura de Rio do Sul coloca-se ao dispor dos interessados para dirimir possíveis dúvidas decorrentes desta instrução normativa.

5. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura de Rio do Sul, 29 de outubro de 2014.

**CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO**

Secretário de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

## ANEXO I



**PUBLICAÇÃO DE EDITAIS POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. ÓRGÃO AUTUADOR 8043, DO Nº1983/2014 AO Nº1990/2014. ÓRGÃO AUTUADOR 8796/RADAR, Nº84/2014 ATÉ O Nº87/2014.**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 796 84/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEX9707	8796005005	7463/0	20/08/2014	218 * II
AFC4769	8796005256	7455/0	27/08/2014	218 * I
AHD7910	8796004833	7455/0	18/08/2014	218 * I
AHQ3711	8796004918	7455/0	22/08/2014	218 * I
BBD5550	8796005128	7463/0	26/08/2014	218 * II
CDQ8952	8796005206	7455/0	27/08/2014	218 * I
CRC3964	8796004601	7455/0	14/08/2014	218 * I
DIT3921	8796004895	7455/0	20/08/2014	218 * I
DRQ3333	8796005070	7455/0	26/08/2014	218 * I
LWR7138	8796005119	7455/0	26/08/2014	218 * I
LYU4441	8796005110	7455/0	26/08/2014	218 * I
LYX5717	8796005098	7455/0	26/08/2014	218 * I
LZD4650	8796005050	7471/0	26/08/2014	218 * III
MAI1796	8796004986	7463/0	20/08/2014	218 * II
MAT1824	8796004984	7463/0	20/08/2014	218 * II
MAX3772	8796004949	7463/0	01/09/2014	218 * II
MBN2540	8796005102	7455/0	26/08/2014	218 * I
MBR4526	8796005200	7463/0	27/08/2014	218 * II
MCB0574	8796005107	7455/0	26/08/2014	218 * I
MCN2724	8796004912	7455/0	22/08/2014	218 * I
MDH2911	8796004954	7455/0	01/09/2014	218 * I
MDY7542	8796004932	7455/0	22/08/2014	218 * I
MEC5575	8796005012	7455/0	20/08/2014	218 * I
MEC6608	8796005004	7455/0	20/08/2014	218 * I
MEW2356	8796005134	7455/0	27/08/2014	218 * I
MFK4657	8796005191	7455/0	27/08/2014	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFL9291	8796005235	7455/0	27/08/2014	218 * I
MFP6788	8796005021	7455/0	20/08/2014	218 * I
MGI0051	8796005203	7455/0	27/08/2014	218 * I
MGI4969	8796004668	7455/0	18/08/2014	218 * I
MGJ6254	8796005141	7455/0	27/08/2014	218 * I
MGV3492	8796005112	7455/0	26/08/2014	218 * I
MHT5791	8796005230	7455/0	27/08/2014	218 * I
MHW0916	8796004960	7455/0	01/09/2014	218 * I
MIB8155	8796004917	7455/0	22/08/2014	218 * I
MIF1140	8796005142	7455/0	27/08/2014	218 * I
MJU5930	8796004706	7455/0	18/08/2014	218 * I
MKB0075	8796005078	7455/0	26/08/2014	218 * I
MKO9547	8796004658	7455/0	18/08/2014	218 * I
MKS2879	8796005117	7455/0	26/08/2014	218 * I
MKT0638	8796004994	7455/0	20/08/2014	218 * I
MKW6565	8796004988	7455/0	20/08/2014	218 * I
MLX5173	8796005149	7455/0	27/08/2014	218 * I
QHD9575	8796005106	7455/0	26/08/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 796 85/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMB7994	8796004178	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
CNW7858	8796003620	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
KYB2932	8796003518	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWX6551	8796003386	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBH1902	8796003678	7463/0	15/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDI4164	8796003934	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDO7824	8796003705	7455/0	15/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDT3443	8796003434	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHE3204	8796003850	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MII0604	8796003593	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ9339	8796003754	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJA4142	8796003444	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKB6241	8796002774	7463/0	14/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKX7085	8796002855	7463/0	10/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLP7186	8796003409	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 043 1983/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJJ8386	55288886D	6912/0	19/09/2014	232
DFM4115	54694284E	7340/0	05/09/2014	252 * IV
DJF2133	54697103E	7340/0	17/09/2014	252 * IV
DKP6055	54696562E	6599/2	31/08/2014	230 * V
DKP6055	54696563E	6670/0	31/08/2014	230 * XIII
IMH3475	54697101E	6599/2	17/09/2014	230 * V
LXR1540	55291392D	5010/0	19/09/2014	162 * I
LXR1540	55291393D	5118/0	19/09/2014	164 c/c 162 * I
MBF2805	54693957E	6599/2	15/09/2014	230 * V
MBO1942	54693496E	6599/2	11/09/2014	230 * V
MBO1942	54694289E	5169/1	11/09/2014	165
MBO1942	54694290E	5029/2	11/09/2014	162 * II
MCL0572	54693717E	5045/0	12/09/2014	162 * V
MEE2981	54695970E	5045/0	17/09/2014	162 * V
MEE2981	54697020E	6599/2	17/09/2014	230 * V
MHI6566	54697102E	6912/0	17/09/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2014

DANIEL GARCIA  
DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 043 1984/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CHS7650	55291684D	5452/1	01/09/2014	181 * VIII
DFM4115	54694283E	5185/1	05/09/2014	167
DFY6112	54696877E	5541/5	08/09/2014	181 * XVII
DJF2133	54697104E	7366/2	17/09/2014	252 * VI
DVJ5741	55292109D	5541/4	13/09/2014	181 * XVII
IGX7920	55292005D	6050/2	11/09/2014	208
LXP5683	55291396D	5541/1	19/09/2014	181 * XVII
LZA4103	55292313D	5568/0	29/09/2014	181 * XIX
MAE1007	55291964D	5460/0	15/09/2014	181 * IX
MBZ1022	55291922D	7030/2	03/09/2014	244 * I
MBZ1022	55291923D	5835/0	03/09/2014	195
MBZ1022	55291924D	5720/0	03/09/2014	186 * I
MCK9026	54696839E	5541/1	09/09/2014	181 * XVII
MCL3384	54696493E	5550/0	08/09/2014	181 * XVIII
MDG1483	54696992E	6050/1	09/09/2014	208
MEI1818	55288738D	5452/3	18/09/2014	181 * VIII
MES4591	54696555E	7030/2	27/08/2014	244 * I
MFP9195	55291395D	5541/1	19/09/2014	181 * XVII
MGL5543	55291399D	5541/4	03/10/2014	181 * XVII
MHI3050	55288942D	5541/4	28/08/2014	181 * XVII
MJC8013	55292215D	5541/1	29/09/2014	181 * XVII
MJE1576	55292312D	7366/2	25/09/2014	252 * VI
MJJ1102	54696938E	5541/6	09/09/2014	181 * XVII
MJO1949	54693069E	5215/2	19/09/2014	170
MKM0972	55288885D	5568/0	16/09/2014	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1985/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFO6475	55288938D	5274/1	20/08/2014	R\$ 191,53	175
CPM8914	54695916E	5169/1	12/07/2014	R\$ 1.915,38	165
EGF6699	55496581E	6920/0	29/05/2014	R\$ 127,69	233
HIU6109	55290184D	6610/2	12/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
IED1536	54696186E	6610/2	22/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LXB0118	54694968E	5010/0	25/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXB9024	54693692E	6599/2	04/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXK7702	55496585E	6920/0	30/05/2014	R\$ 127,69	233
LYQ4585	54694261E	6912/0	21/07/2014	R\$ 53,20	232
LZR8272	54694253E	5045/0	20/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
LZS6672	55288606D	5010/0	21/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZS6672	55288607D	6599/2	21/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZS6672	55288608D	5118/0	21/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAX3243	54696724E	5010/0	31/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAX3243	54696725E	6653/2	31/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MBG6784	55288611D	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBZ4203	54696104E	5169/1	11/08/2014	R\$ 1.915,38	165
MBZ4203	54696105E	5010/0	11/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBZ4203	54696106E	5061/0	11/08/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDS8339	55496565E	6920/0	23/05/2014	R\$ 127,69	233
MDZ7726	55291591D	5010/0	21/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDZ7726	55291592D	5118/0	21/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIL6672	54695480E	6599/2	22/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKD2761	55288849D	6599/2	17/07/2014	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2014

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1986/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEE9405	54696316E	5185/1	10/07/2014	R\$ 127,69	167
AEE9405	55289195D	5185/1	11/07/2014	R\$ 127,69	167
AEE9405	55289196D	5835/0	11/07/2014	R\$ 127,69	195
BWL9014	55290417D	5568/0	28/05/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
CJI5738	55290418D	5568/0	28/05/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
DID1223	55290196D	5452/6	13/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
EAN2111	54696476E	5185/1	11/07/2014	R\$ 127,69	167
IRG7511	54696336E	5185/1	15/07/2014	R\$ 127,69	167
JCT0908	55288915D	5541/1	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZS1084	54696263E	6050/1	19/07/2014	R\$ 191,53	208
MBG6784	55288612D	5193/0	24/06/2014	R\$ 191,53	168
MBR4563	55291538D	5401/0	27/07/2014	R\$ 127,69	181 * III
MCF7502	55291450D	5568/0	05/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MCW3055	55288659D	5541/4	20/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDL5009	55290998D	5967/0	12/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
MEH7903	54696701E	5703/0	04/07/2014	R\$ 85,12	185 * I
MEX3374	55288755D	5541/1	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFH4384	55291777D	7366/2	19/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGD6626	55290428D	5541/4	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG2692	54696761E	5185/1	16/07/2014	R\$ 127,69	167
MIK2218	54696195E	6050/1	14/07/2014	R\$ 191,53	208
MJG6250	54696388E	5541/5	30/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKL2629	55290430D	5550/0	09/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKM2177	54696197E	6050/1	14/07/2014	R\$ 191,53	208
MKU1805	54696983E	5541/6	15/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLM3399	55290174D	5568/0	24/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX

1 / 2



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMH0520	55288656D	5541/4	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 043 1987/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BHL4638	55292258D	6912/0	01/10/2014	232
IJJ2197	55893246B	6912/0	05/10/2014	232
IJJ2197	55893247B	5010/0	05/10/2014	162 * I
LXQ0881	55292301D	6599/2	03/09/2014	230 * V
LYF5528	55292252D	6599/2	13/09/2014	230 * V
LZA1788	55291710D	6599/2	06/09/2014	230 * V
LZA1788	55291711D	5045/0	06/09/2014	162 * V
MAO4457	54697119E	6599/2	09/10/2014	230 * V
MBA9779	54696585E	6653/2	19/09/2014	230 * XI
MBA9779	55893243B	6653/2	02/10/2014	230 * XI
MBA9779	55893244B	6912/0	02/10/2014	232
MBJ9377	54697108E	6912/0	02/10/2014	232
MBJ9377	54697109E	5029/2	02/10/2014	162 * II
MBJ9377	54697110E	5126/2	02/10/2014	164 c/c 162 * II
MBU5668	54696556E	6610/2	29/08/2014	230 * VII
MBU5668	54696557E	6670/0	29/08/2014	230 * XIII
MCJ2463	55291725D	6637/2	03/10/2014	230 * IX
MED5783	54693719E	6599/2	16/09/2014	230 * V
MED5783	54696522E	5045/0	16/09/2014	162 * V
MES9132	54696558E	6599/2	31/08/2014	230 * V
MES9132	54696559E	6610/2	31/08/2014	230 * VII
MFA0965	54697028E	5169/1	27/09/2014	165
MJJ8136	54697058E	5169/1	04/10/2014	165
MKK3975	54693439E	6912/0	16/09/2014	232
MKM8121	54696566E	6912/0	04/09/2014	232
MKR3009	54693032E	6548/0	03/10/2014	229

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 29 DE OUTUBRO DE 2014

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 043 1988/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAM5838	54697055E	5185/1	03/10/2014	167
AKW3639	54694288E	7366/2	09/09/2014	252 * VI
APG6779	55291970D	5541/7	23/09/2014	181 * XVII
CWX7411	55292261D	5541/1	08/10/2014	181 * XVII
DXV8474	54696516E	5550/0	08/09/2014	181 * XVIII
EFY7223	55288673D	5835/0	08/10/2014	195
EFY7223	55288675D	5819/1	08/10/2014	193
ETS5404	54693715E	5550/0	08/09/2014	181 * XVIII
GZD3972	55292124D	5819/2	24/09/2014	193
LXC1511	55292256D	5541/1	23/09/2014	181 * XVII
LYD1661	54694293E	6050/1	13/09/2014	208
LYU5147	55291824D	5541/2	01/09/2014	181 * XVII
LYY6125	55291844D	5541/2	01/09/2014	181 * XVII
LZA9785	55292207D	5541/1	25/09/2014	181 * XVII
MBA9779	55893242B	7056/1	02/10/2014	244 * III
MCJ2463	55291724D	7030/2	03/10/2014	244 * I
MCM4508	54696099E	5525/0	01/10/2014	181 * XV
MDS9678	55291722D	5185/2	03/10/2014	167
MEI1978	54696100E	5525/0	01/10/2014	181 * XV
MEM1187	54694189E	5541/1	08/09/2014	181 * XVII
MEW3204	54696881E	5541/5	01/10/2014	181 * XVII
MEW3204	55292010D	5541/5	08/10/2014	181 * XVII
MEZ3605	55291850D	5541/2	01/09/2014	181 * XVII
MFL9868	55291967D	5550/0	23/09/2014	181 * XVIII
MGA0107	54693437E	5835/0	09/09/2014	195
MJD7281	54696995E	5185/1	12/09/2014	167

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJJ8136	54697057E	6050/1	04/10/2014	208
MKF4911	55292229D	5541/1	08/10/2014	181 * XVII
MKQ3667	55290085D	5568/0	25/09/2014	181 * XIX
MKR3009	54693031E	5185/1	03/10/2014	167
MLB5416	54696880E	5541/6	01/10/2014	181 * XVII
MLJ5513	54696943E	5541/4	24/09/2014	181 * XVII
QHB1004	55290080D	5509/0	10/09/2014	181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 29 DE OUTUBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1989/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADO3241	54693232E	6599/2	25/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
CAM6196	54695511E	6912/0	23/07/2014	R\$ 53,20	232
CKN6264	55291514D	6599/2	18/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
CMM4228	55290112D	6599/2	21/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
JPC2545	54695706E	6599/2	05/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYJ5772	55291521D	6599/2	19/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYW8387	54695505E	5045/0	04/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
LZP0323	55288860D	5169/1	06/07/2014	R\$ 1.915,38	165
LZR9429	54695488E	5010/0	25/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZR9429	54695489E	5118/0	25/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZR9429	54695490E	6599/2	25/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZS1084	55288827D	6599/2	11/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBT8027	54694660E	5045/0	04/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBY2428	54696067E	6602/0	10/08/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MCJ3016	54695459E	5010/0	14/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCJ3016	54695461E	6610/2	14/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MCJ3016	55291369D	5010/0	23/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCJ3016	55291370D	5118/0	23/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCJ3016	55291596D	6610/2	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MDR3677	55496573E	6920/0	27/05/2014	R\$ 127,69	233
MEK1301	54693621E	5010/0	22/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEK1301	54693622E	5118/0	22/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEK1301	54693623E	6599/2	22/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFZ5718	55288917D	6408/0	16/07/2014	R\$ 85,12	221
MFZ5718	55288918D	6912/0	16/07/2014	R\$ 53,20	232
MGP6473	55280347D	6599/2	19/07/2014	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHD6392	55288831D	6599/2	11/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHQ1042	55290164D	6599/2	08/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIB6829	55291526D	6599/2	19/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIC4142	55291282D	6599/2	19/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJQ2825	54693539E	5045/0	01/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MJQ2825	54693540E	5142/0	01/07/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MLM5963	54695808E	5045/0	04/08/2014	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 29 DE OUTUBRO DE 2014

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1990/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABG8008	55291952D	5509/0	04/08/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
AFP2322	54696956E	7366/2	16/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
AIA6596	55288818D	5452/1	07/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
AMU4637	55291643D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CMH9099	55291642D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CVA1849	54696318E	7366/2	10/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
DIN7225	55291610D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DKX3500	55291632D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DRD8031	55291648D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DZE0228	54696443E	5541/4	07/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KWT0652	55280348D	5452/6	31/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
LWV5625	55288987D	5509/0	09/08/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
LXU6403	55290425D	5568/0	05/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
LXY4028	55291560D	5185/1	15/07/2014	R\$ 127,69	167
LYA3102	55289487D	5541/6	08/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYB3491	54696805E	5185/1	11/07/2014	R\$ 127,69	167
LZC4776	55291636D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZQ3736	54696454E	5185/1	08/07/2014	R\$ 127,69	167
MAT4135	55288585D	5541/1	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBB6995	55288963D	5541/1	25/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBD0005	55288981D	5509/0	09/08/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MBF6344	55289473D	5568/0	13/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MBR4563	55291677D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCA1286	55288568D	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCO4771	54696464E	5207/0	04/07/2014	R\$ 53,20	169
MCX8904	55287948D	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDH0307	54696393E	5541/4	05/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDW9129	55289794D	6050/1	31/07/2014	R\$ 191,53	208
MEA1569	54694489E	6050/1	09/06/2014	R\$ 191,53	208
MEU5413	54696444E	5541/4	07/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEX5574	55288969D	5541/4	30/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFE1727	55291908D	5460/0	04/08/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MFQ9325	55291909D	5541/1	04/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGH3096	55291806D	6033/0	25/07/2014	R\$ 191,53	206 * V
MGL3536	55288716D	5509/0	09/08/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MHJ5870	55288573D	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM0923	54696967E	5541/6	07/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHT0703	55288932D	5550/0	28/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHY3406	54694970E	7366/2	04/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIL5413	55291291D	5541/6	17/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIP6046	55291656D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIP6046	55291657D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJR4977	55289793D	5460/0	30/07/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MKQ9463	55288572D	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKR0195	55291653D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLK1411	55288571D	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMF0243	54696442E	5541/5	07/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
NAK4353	55291856D	5541/1	04/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
OXK0945	54696931E	5380/0	26/08/2014	R\$ 85,12	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 29 DE OUTUBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 796 86/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFL0665	8796005448	7455/0	19/09/2014	218 * I
AQD4208	8796005227	7455/0	27/08/2014	218 * I
BFE8443	8796005333	7455/0	15/09/2014	218 * I
CIO5765	8796005049	7463/0	26/08/2014	218 * II
CYY8016	8796005205	7455/0	27/08/2014	218 * I
DET3249	8796005434	7471/0	19/09/2014	218 * III
DZH1662	8796005462	7455/0	19/09/2014	218 * I
HAO2932	8796005129	7463/0	27/08/2014	218 * II
LNS3857	8796005447	7455/0	19/09/2014	218 * I
LWZ6016	8796005326	7455/0	15/09/2014	218 * I
LXX6125	8796005395	7463/0	19/09/2014	218 * II
LYL2333	8796005370	7463/0	18/09/2014	218 * II
LYL4123	8796005271	7463/0	22/09/2014	218 * II
LYN2889	8796005442	7455/0	19/09/2014	218 * I
LYR4280	8796005261	7455/0	22/09/2014	218 * I
LYR7205	8796005267	7455/0	22/09/2014	218 * I
LYW2296	8796005381	7455/0	18/09/2014	218 * I
LZI8889	8796005367	7455/0	18/09/2014	218 * I
LZT1249	8796005351	7463/0	18/09/2014	218 * II
MAI8761	8796005493	7455/0	19/09/2014	218 * I
MAL0668	8796005362	7455/0	18/09/2014	218 * I
MAL0668	8796005446	7455/0	19/09/2014	218 * I
MBE0590	8796005081	7455/0	26/08/2014	218 * I
MBH2694	8796005454	7463/0	19/09/2014	218 * II
MBJ7933	8796005044	7455/0	26/08/2014	218 * I
MBK5151	8796005483	7463/0	19/09/2014	218 * II

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBW5636	8796005432	7455/0	19/09/2014	218 * I
MCH2770	8796005392	7455/0	19/09/2014	218 * I
MCI3440	8796005461	7455/0	19/09/2014	218 * I
MCJ4214	8796005478	7463/0	19/09/2014	218 * II
MCO6558	8796005439	7455/0	19/09/2014	218 * I
MCW5875	8796005270	7455/0	22/09/2014	218 * I
MCZ3930	8796005318	7455/0	15/09/2014	218 * I
MEP1257	8796005125	7463/0	26/08/2014	218 * II
MFD3403	8796005466	7463/0	19/09/2014	218 * II
MFK3666	8796005011	7463/0	20/08/2014	218 * II
MGL0404	8796005123	7463/0	26/08/2014	218 * II
MGN3983	8796005140	7455/0	27/08/2014	218 * I
MHG1744	8796005455	7455/0	19/09/2014	218 * I
MHG6918	8796005171	7455/0	27/08/2014	218 * I
MHN5085	8796005037	7455/0	26/08/2014	218 * I
MIA4764	8796005265	7463/0	22/09/2014	218 * II
MIF4599	8796005041	7463/0	26/08/2014	218 * II
MJC9889	8796005426	7455/0	19/09/2014	218 * I
MJO5567	8796005377	7455/0	18/09/2014	218 * I
MJV9784	8796005385	7455/0	18/09/2014	218 * I
MJX7232	8796005354	7455/0	18/09/2014	218 * I
MKE7451	8796005036	7455/0	26/08/2014	218 * I
MKE8652	8796005306	7463/0	15/09/2014	218 * II
MKO4136	8796005396	7455/0	19/09/2014	218 * I
MKS7396	8796005157	7455/0	27/08/2014	218 * I
MKZ4734	8796005244	7455/0	27/08/2014	218 * I
MLK3726	8796005147	7455/0	27/08/2014	218 * I
MLU8593	8796005111	7455/0	26/08/2014	218 * I
MLX6603	8796005357	7455/0	18/09/2014	218 * I
MYA1461	8796005445	7463/0	19/09/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 29 DE OUTUBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 796 87/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKV2354	8796003862	7463/0	18/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
BBB7773	8796003836	7463/0	18/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
LQE8152	8796003882	7463/0	18/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYS9802	8796004201	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCG7192	8796002908	7463/0	10/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDJ5419	8796003927	7463/0	18/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDZ5882	8796003879	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEI6188	8796003864	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEP0481	8796003854	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEV7054	8796002829	7455/0	10/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFY2006	8796002910	7455/0	10/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHO3311	8796004459	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIK5301	8796002689	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIM1566	8796003908	7463/0	18/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIV9831	8796003884	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKF0813	8796003938	7463/0	18/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKG4399	8796003837	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKW1964	8796003891	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLA2969	8796002857	7455/0	10/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMD7070	8796003141	7455/0	20/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMK1529	8796003892	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MQH0026	8796003937	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 29 DE OUTUBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



eleitorais

- h) Comprovante dos requisitos exigidos para a função
- i) Endereço completo, telefone e e-mail para contato
- j) Declaração Acúmulo Cargo (fornecida pelo RH)
- l) Declaração Dependentes Imposto de Renda (fornecida pelo Dep. RH)
- m) Declaração Dependentes Salário Família (fornecida pelo Dep. RH)
- n) Nº de conta Bradesco (autorização para abertura fornecida pelo RH)
- o) Carteira comprovando grupo sanguíneo (se tiver)
- p) Atestado Médico Admissional (previamente agendado pelo RH)
- q) Outros documentos que lhe forem solicitados no ato da convocação.

## 17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 As contratações relativas a este processo seletivo serão efetuadas com base na Lei nº 3.796/02, sendo assegurado aos contratados os direitos estabelecidos no Art. 11 da lei supra citada.

17.2 A contribuição previdenciária dos contratados por este processo seletivo, será vinculada ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

17.3 Eventuais alterações na legislação municipal, relativas a normas inerentes aos Servidores Públicos Municipais, com reflexo nas contratações de caráter temporário de excepcional interesse público, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência.

17.4 Os anexos I, II, III e IV são partes integrantes deste edital.

17.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

17.6 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul (SC), 24 de outubro de 2014.

REGINA FERREIRA GARCIA	GIVANILDO SILVA
Secretária Municipal de Educação	Secretário Municipal de Administração
GARIBALDI ANTONIO AYROSO	
Prefeito Municipal	

## ANEXO I DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

PERÍODO INSCRIÇÃO	03/11 até 14/11/2014
PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS	A partir de 17/11/2014
RECURSO INSCRIÇÕES INDEFERIDAS	Até 13h do dia 19/11/2014
PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS	A partir de 20/11/2014
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA DE TÍTULOS	A partir de 21/11/2014
RECURSO DO RESULTADO DA PROVA DE TÍTULOS	Até 13h do dia 25/11/2014
DATA PREVISTA PARA A PROVA PRÁTICA	24/11/2014 a 27/11/2014
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA PRÁTICA	A partir de 28/11/2014
RECURSO DO RESULTADO DA PROVA PRÁTICA	Até 13h do dia 02/12/2014
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	A partir de 04/12/2014
RECURSO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	Até 13h do dia 09/12/2014
PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL HOMOLOGADO	A partir de 11/12/2014

## ANEXO II DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO

### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO

Descrição Sumária:

Realizar atividades de limpeza interna e externa, cozinha, lavação, passagem de roupas e outros. Solicitar e manter os insumos necessários para a execução dos serviços. Utilizar equipamentos de segurança adequadamente.

Principais Atribuições:

Realizar organização e limpeza das repartições públicas nas áreas internas e externas, mantendo as condições de asseio e higiene, assim como realizar limpeza de materiais, equipamentos, brinquedos, entre outros. Recolher o lixo e encaminhar para local apropriado. Realizar as atividades de cozinha como: fazer café e sucos e preparar lanches, efetuando a revalidação da carteira de saúde anualmente. Auxiliar no preparo de alimentos, efetuar distribuição de merenda escolar, lavar as louças, e limpeza em geral. Lavar e passar as roupas dos consultórios médicos, odontológicos, serviço de urgência, e outros (lençóis, toalhas, campos de pequenas cirurgias, etc.). Manter fora do alcance de crianças produtos químicos e utensílios que coloquem em risco a vida das mesmas. Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, bem como utilizar vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho. Executar serviços de varrição e limpeza geral nas unidades de conservação e em logradouros públicos. Garantir a continuidade do processo de higienização e manutenção do ambiente e instalações, através do pedido, recepção, conferência, controle e distribuição do material de consumo, limpeza e outros, bem como através do seu correto uso e conservação. Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo.

### MOTORISTA DE CAMINHÃO

Descrição Sumária:

Dirigir e manobrar veículos e transportar pessoas, materiais e equipamentos, documentos e outros. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos e dispositivos especiais. Observar as regras do Código de Trânsito Brasileiro.

Principais Atribuições:

Dirigir veículos e utilitários, transportando pessoas, materiais e outros, conforme solicitação, zelando pela segurança, obedecendo aos itinerários pré-estabelecidos, cumprindo as normas do Código de Trânsito Brasileiro. Zelar pelo bom andamento da viagem, adotando medidas cabíveis na prevenção ou solução de qualquer incidente para garantia e segurança dos passageiros, transeuntes e de outros veículos. Vistoriar o veículo e realizar pequenos reparos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, de água e óleo, testando o freio, a parte elétrica, detectando problemas mecânicos, identificando sinais sonoros, luminosos ou visuais, checando indicações dos instrumentos do painel, solicitando manutenção quando necessário, entre outros, visando contribuir na conservação e segurança do veículo. Preencher relatórios de utilização do veículo com dados relativos a quilometragem, horário de saída, chegada e demais ocorrências durante a realização do trabalho. Auxiliar no embarque e/ou desembarque de passageiros, manuseando instrumentos e equipamentos, quando necessário, bem como abastecer o veículo com mercadorias e/ou outros materiais. Evitar acidentes, controlando e auxiliando na carga e descarga de mercadorias, orientando o seu acondicionamento no veículo, bem como garantir a correta entrega de mercadorias, verificando a localização dos depósitos e estabelecimentos onde se processarão carga e descarga e conferindo as mesmas com documentos de recebimento ou entrega. Cumprir escala de trabalho. Efetuar a prestação de contas das despesas efetuadas com o veículo. Auxiliar o médico ou enfermagem em emergências na ambulância/serviço de urgência e emergência. Dirigir e conservar as ambulâncias da frota da Administração Pública, conduzindo-os e operando-os em programas determinados de acordo com as normas de trânsito e segurança no trabalho e as instruções

recebidas para efetuar o transporte de pacientes e resgate de pessoas nas rodovias, vias e logradouros públicos, bem como em prédios públicos e privados. Providenciar reposição de materiais médico-hospitalares utilizados na ambulância conforme solicitado. Controlar o consumo de combustível e lubrificante, efetuando reabastecimento e lubrificação de veículos, máquinas e equipamentos, bem como prazos ou quilometragem para revisões. Manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito. Zelar pela documentação própria e do veículo. Cumprir as norma do poder executivo municipal que digam respeito a utilização do veículo, relativamente deveres e obrigações, bem como as demais instruções que regulam o assunto. Responsabilizar-se pelas despesas provenientes de multas ou danos causados aos veículos do poder executivo municipal e de terceiros por eventuais acidentes, desde que seja declarado culpado (a). Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões. Zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda bem como pelo bem-estar de seu ambiente de trabalho. Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo.

### ANEXO III

#### MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO

AO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Presidente Comissão Especial do Processo Seletivo):

Processo Seletivo nº 009/2014 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Número de Inscrição: \_\_\_\_\_

Motivo do recurso:

Fundamentação e argumentação lógica:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

Assinatura: \_\_\_\_\_

### ANEXO IV

#### TABELA TÍTULOS PROCESSO SELETIVO Nº 009/2014

Nome: _____				
Função: _____				
Número Título	Tipo Título (certificado, declaração, carteira trabalho...)	Data do Título	Instituição promotora curso/ Órgão atuação	Confirmação recebimento título

Declaro que entreguei na data de \_\_\_\_\_, os títulos acima especificados, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão Especial de Processo Seletivo, bem como de que não serão aceitos títulos em outra data que não a do ato de inscrição.

Assinatura Candidato

Assinatura e carimbo recebedor dos títulos

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### LEI Nº 962, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

LEI Nº 962, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

INSTITUI O COMTUR - CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E O FUMTUR - FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

#### DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 1º Fica reestruturado o Conselho Municipal de Turismo de Santa Rosa do Sul-COMTUR como órgão colegiado vinculado ao Departamento Municipal de Turismo, destinado promover e incentivar as ações de Turismo no Município de Santa Rosa do Sul.

Art. 2º O Conselho será integrado por pessoas de ilibada conduta social, reconhecido espírito público e interesse no turismo, designado por ato do Prefeito Municipal, com a seguinte estrutura:

I - o Presidente de Honra serão Chefe do Executivo;

II - o Presidente do Conselho será indicado pelo Plenário do Conselho, através de Lista Tríplice para escolha do Prefeito Municipal, com mandato de 02 (dois) anos, admitindo ser reconduzido por mais uma eleição.

Art. 3º Esta Lei reestrutura o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR que tem por objetivo auxiliar na orientação, promoção e gerência do desenvolvimento do turismo e nas políticas públicas voltadas ao setor no Município de Santa Rosa do Sul.

Art. 4º O COMTUR é órgão consultivo e de assessoramento à Administração Pública e aos órgãos de representatividade afins ao segmento turístico.

Art. 5º Ao COMTUR, ressalvadas as competências dos demais órgãos públicos e conselhos municipais, cabem as seguintes atribuições:

I - emitir parecer, quando solicitado sobre os processos, projetos ou planos de desenvolvimento de turismo elaborados por entes públicos e/ou privados;

II-organizar e promover amplos debates sobre a profissionalização do turismo e a sua relevância como fonte de divisas para todo o Município;

III - elaborar o seu Regimento Interno;

IV - auxiliar na coordenação para incentivo e promoção do turismo no Município, melhorando e ampliando a infraestrutura turística e qualificando os atrativos turísticos;

V - contribuir para a promoção de campanhas de conscientização da comunidade voltadas à atividade turística;

VI - desenvolver programas e projetos de interesse turístico, visando incrementar o fluxo de turistas ao Município, respeitada sua

capacidade receptiva, assim como seus patrimônios ambiental e cultural;

VII - estudar e propor medidas de difusão e fomento ao turismo no Município, em colaboração com os órgãos e entidades especializadas;

VIII - colaborar na elaboração e divulgação de calendário de eventos do Município.

## CAPÍTULO II DA ESTRUTURA

Art. 6º O Conselho Municipal de Turismo de Santa Rosa do Sul - COMTUR compor-se-á de membros representativos da comunidade, com vínculo e interesse no desenvolvimento turístico do Município.

Art. 7º O Conselho Municipal de Turismo de Santa Rosa do Sul - COMTUR será formado pelos membros que seguem para o desenvolvimento do Turismo.

### I - Membros do Poder Público:

\*05 (cinco) representantes da Administração Pública Municipal sendo:

- 01 representante do Departamento de Turismo;
- 01 representante do Departamento de Cultura;
- 01 representante do Departamento de Educação;
- 01 representante da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio;
- 01 representante da Secretaria de Administração e Finanças.

### II - Da Sociedade Civil:

- 01 (um) representante do Setor de Gastronomia;
- 01 (um) representante do Artesanato;
- 01 (um) representante das forças auxiliares;
- 01 (um) representante dos Sindicatos e Representações de Classe;
- 01 (um) representante das Entidades e Clubes Sociais do Município;
- 01 (um) representante da CDL-Câmara de Dirigentes Lojistas de Santa Rosa do Sul;
- 01 (um) representante do Instituto Federal Catarinense - IFC;
- 01 (um) representante da Epagri.

§1º Todos os Conselheiros Titulares do COMTUR terão suplentes que deverão pertencer ao mesmo órgão público, sociedade civil ou segmento da iniciativa privada e que substituirão aqueles em suas ausências ou impedimentos.

§2º Os membros titulares e suplentes do Conselho relacionados no item I, serão indicados pelo Prefeito Municipal.

§3º Os membros titulares e suplentes do Conselho relacionados no item II, serão indicados pela instituição da qual fazem parte, que indicarão também os suplentes que deverão pertencer ao mesmo órgão que os titulares.

Art. 8º Os Conselheiros não receberão remuneração pelos serviços prestados e terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, com indicação das entidades ou setores que representem.

§1º A coordenação do COMTUR será exercida por 02 (dois) coordenadores, sendo um deles advindo do Poder Público, o qual deverá ser titular do Departamento Municipal de Turismo, e outro da iniciativa privada, ambos auxiliados por 01 (um) Secretário Executivo e 01 (um) Secretário Adjunto, sendo 01 (um) representante do Poder Público e outro das entidades privadas.

§2º A escolha do Coordenador advindo da iniciativa privada e do Secretário e Secretário Adjunto será realizada na 1ª (primeira) reunião ordinária da gestão, através de candidaturas e votação aberta. O 1º (primeiro) exerce a função de coordenador do grupo e o Secretário terá seu encargo as funções executivas do Conselho.

§3º A Coordenação poderá ser exercida em conjunto, ou de acordo com a Plenária, que poderá ser de 01 (um) ano para cada entidade e membro da coordenação, devendo a documentação emitida pelo Conselho conter a assinatura dos 02 (dois).

## CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS E DA PERDA DO MANDATO

Art. 9º Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Turismo:

I - representar o Conselho em toda e qualquer circunstância;

II - organizar a ordem do dia das reuniões ordinárias e solicitar ao Secretário que envie a pauta aos membros, no prazo mínimo de 03 (três) dias de antecedência;

III - convocar as reuniões extraordinárias, dando ciência a seus membros com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, por contato telefônico, por correspondência oficial, correio eletrônico ou pessoalmente;

IV - coordenar as atividades do Conselho;

V - cumprir as determinações do Regimento Interno;

VI - propor ao Conselho as reformas do Regimento Interno;

VII - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho;

VIII - responsabilizar-se pela publicação do balanço com os atos do Conselho e dos recursos utilizados;

IX - adotar as providências necessárias ao acompanhamento, pelo Conselho, da execução dos projetos e propostas de interesse turístico do Município;

X - convidar pessoas de áreas de interesse turístico para participar das reuniões, com direito a voz e não a voto, com o objetivo de colaborar com o Conselho;

XI - garantir ampla publicidade aos atos do Conselho, fortalecendo-o como fórum democrático e com o devido controle social;

XII - determinar a verificação de presença de seus membros, através das atas redigidas pelo Secretário;

XIII - conduzir a plenária para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;

XIV - colocar matéria em discussão e votação em não havendo consenso;

XV - decidir sobre questões de ordem ou submetê-las à consideração dos membros do Conselho, quando omissos o Regimento;

XVI - propor normas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;

XVII - mandar anotar os precedentes regimentais, para solução de casos análogos;

XVIII - estabelecer relação para o estudo preliminar dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;

XIX - conferir os livros e documentos destinados aos serviços do Conselho e seu expediente;

XX - encaminhar o destino do expediente lido nas sessões;

XXI - agir em nome do Conselho, ou delegar representação aos membros, para manter os contatos com as autoridades e órgãos afins;

XXII - propor para o plenário, formação para discussão e análise de câmaras técnicas específicas e temporárias, em virtude da complexidade do tema, ou do tempo requerido para a análise da proposta, de forma que a pauta do Conselho não fique obstruída; e

XXIII - após análise e parecer da câmara técnica que deve ter no mínimo 04 (quatro) membros e no máximo 06 (seis) membros, garantida a paridade, fazer retornar ao plenário para decisão sobre o encaminhamento sempre que necessário.

Parágrafo Único. Compete ao Vice-Presidente do COMTUR: substituir, auxiliar e representar o Presidente, quando necessário.

Art. 10 Compete ao Secretário e ao Secretário Adjunto:

I - assessorar a coordenação na elaboração das pautas das reuniões e nas matérias técnicas;

II - secretariar as reuniões do Conselho e das Câmaras Técnicas;

III - redigir as atas das reuniões que serão aprovadas na reunião seguinte;

IV - receber todo o expediente endereçado ao Conselho, registrar e tomar as providências necessárias;

V - responsabilizar-se pelos livros, atas e outros documentos do Conselho.

Parágrafo Único. Ao Secretário Adjunto compete colaborar com o Secretário Executivo, substituindo-o na ausência ou impedimento.

#### CAPÍTULO IV DOS PROCEDIMENTOS E DAS REUNIÕES DO CONSELHO

Art. 11 O Conselho Municipal de Turismo de Santa Rosa do Sul - COMTUR reunir-se-á ordinariamente pelo menos 01 (uma) vez a cada dois meses, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou mediante solicitação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros titulares.

Art. 12 As reuniões serão conduzidas pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente, conforme decidirem entre si, e na ausência de ambos pelo Secretário Executivo ou pelo Secretário Adjunto.

Parágrafo Único. As decisões do Conselho serão tomadas pelos presentes na reunião, que tenha quórum mínimo de maioria absoluta, entendida como 50% (cinquenta) por cento, acrescido do 1º(primeiro) número inteiro na 1ª(primeira) convocação dos membros do COMTUR 15 (quinze) minutos, após não havendo quórum, será decidido por maioria simples.

Art. 13 O COMTUR considerar-se-á constituído, quando empossado os seus membros, que deverão permanecer no cargo até última sessão do "ano par"devendo a reunião de escolha dos conselheiros ser realizada no mesmo dia. O Presidente do Conselho formará a Comissão responsável que participará da indicação dos membros da Sociedade Civil.

#### CAPÍTULO V

##### DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 14 Fica instituído o Fundo Municipal de Turismo -FUMTUR, instrumento de captação e aplicação de recursos, com a finalidade de proporcionar apoio e suporte financeiro às ações municipais nas áreas de responsabilidade do Departamento Municipal de Turismo.

Parágrafo Único. O FUMTUR deverá ser regulamentado através de Decreto Municipal.

Art. 15 A Secretaria Municipal de Turismo, em conjunto com o Conselho Municipal de Turismo -COMTUR, adotarão ações comuns no sentido de:

I - definir mecanismos próprios de gerenciamento, registro e controle do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR;

II - aplicar os parâmetros da Administração Financeira Pública na execução do Fundo, nos termos da legislação vigente;

#### CAPÍTULO VI

##### DA CONSTITUIÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO FUMTUR

Art. 16 O Fundo Municipal de Turismo -FUMTUR, poderá receber recursos orçamentários destinados pelo Município, pelo Estado e pela União, além de:

I - receitas provenientes de cessão de espaços públicos municipais, para eventos de cunho turístico e de negócios;

II - rendas provenientes da cobrança de ingressos e receitas, promovidas por ações dos gestores do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR;

III - poderá receber dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento do Município, créditos especiais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

IV - doações de pessoas físicas e jurídicas, de organismos governamentais e não governamentais, nacionais ou estrangeiras, legados subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

V - contribuições de qualquer natureza, destinadas ao fomento de atividades relacionadas ao turismo, sejam públicas ou privadas;

VI - recursos provenientes de convênios destinados ao fomento de atividades relacionadas ao turismo, celebrado com o Município;

VII - produtos de operações de créditos, realizadas pelo Município, observadas a legislação pertinente e destinadas a este fim específico;

VIII - rendas provenientes da aplicação financeira de seus recursos disponíveis, no mercado de capitais;

IX - outras rendas eventuais.

Parágrafo Único. Os recursos descritos neste artigo serão depositados em conta especial a ser aberta e mantida em Instituição Financeira Oficial, sob a denominação de "Fundo Municipal de Turismo -FUMTUR."

Art. 17 As receitas do Fundo Municipal de Turismo -FUMTUR, deverão ser processadas de acordo com a Legislação vigente, sendo utilizadas em programas e projetos exclusivamente voltadas ao turismo, a ser desenvolvidas pelo Departamento Municipal de Turismo e o Conselho Municipal de Turismo -COMTUR.



**CAPÍTULO VII**  
**DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR**

Art. 18 Os recursos do Fundo Municipal de Turismo -FUMTUR serão exclusivamente aplicados em:

I - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas, de direito público privado, para execução de programas, projetos específicos do setor de Turismo;

II - aquisição de material permanente, de consumo, e de outros insumos necessários ao desenvolvimento de programas e projetos diretamente ligados ao turismo;

III - financiar total ou parcialmente, programas e projetos de turismo, através de convênios;

IV - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de turismo;

V - aplicação de recursos em quaisquer projetos turísticos e de eventos de iniciativa do Departamento Municipal de Turismo e do Conselho Municipal de Turismo de Santa Rosa do Sul-COMTUR, que desenvolvam a atividade turística, no Município de Santa Rosa do Sul.

Parágrafo Único. A aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Turismo -FUMTUR, para quaisquer finalidades, fica condicionada ao comprovado atendimento do disposto no artigo 14 desta Lei.

Art. 19 Obedecida à Legislação em vigor, quando não estiverem sendo utilizados nas finalidades estabelecidas nesta Lei, os recursos do Fundo Municipal de Turismo -FUMTUR deverão ser aplicados no mercado de capitais, cujos resultados a ele reverterão.

Art. 20 Na aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Turismo -FUMTUR, observará:

I - as especificações definidas em orçamento próprio;

II - os planos de aplicação e respectivos demonstrativos de recursos, por origem, observada a Legislação orçamentária.

Parágrafo Único. O orçamento e os planos de aplicação do Fundo Municipal de Turismo -FUMTUR, observarão rigorosamente as diretrizes traçadas pelo Departamento Municipal de Turismo.

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 21 O Executivo Municipal regulamentará, através de Decreto, a presente Lei, caso necessário, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de publicação desta Lei.

Art. 22 Deverá o Conselho realizar anualmente, ou a qualquer tempo por solicitação do Poder Executivo ou de outros órgãos da sociedade, a prestação de contas do Fundo Municipal de Turismo -FUMTUR, criado por esta Lei, após efetuar a publicação da mesma e ainda:

I - auxiliar na promoção de campanhas positivas ao setor local, integrando os diversos setores da cidade para incentivar na população, a cultura para o turismo;

II - auxiliar na captação de recursos de outros órgãos e esferas administrativas para o setor;

III - zelar e propor a elaboração de legislação que propicie o

incremento da atividade turística no Município.

Art. 23 A 1ª(primeira) gestão deverá em até 90 (noventa) dias elaborar o seu Regimento Interno.

Art. 24 As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 25 Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis nº 361, de 10 de dezembro de 1997, nº 402, de 05 de outubro de 1999 e nº 487, de 12 de março de 2002.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de outubro de 2014.  
Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 058, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 058, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

NOMEIA GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 324 de 15/10/96,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Servidora Maria Conceição da Rosa Emerim, Secretaria de Saúde do Bem Estar Social, para Gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de outubro de 2014.  
Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Wilfried Hemmer  
Secretário da Administração e Finanças

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### LEI Nº 1226 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

LEI Nº 1226 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso X, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. O Orçamento do Município de Santa Terezinha do Progresso, para o exercício de 2015, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais;
- II - as prioridades e metas da administração municipal;
- III - a estrutura do orçamento;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução do orçamento do Município e suas alterações;
- V - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII - as disposições gerais.

#### I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública consolidada para os exercícios de 2015 a 2017, de que trata o Art. 4º, da Lei Complementar n. 101/2000, estão identificadas nos Anexos I, II e III desta Lei.

Art. 3º. A partir do exercício de 2005, deverá o Poder Executivo efetuar, conforme previsto no Art. 63 da Lei Complementar n. 101/2000, o desdobramento das metas fiscais em metas quadrimestrais, sua demonstração e avaliação do seu cumprimento em audiência pública.

#### II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 4º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas nos Anexos V - Planejamento orçamentário - LDO e o Resumo Metas das Ações desta Lei.

§ 1º. Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2015 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Anexo V desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 5º. Integrarão a lei orçamentária de 2015 e a sua execução os projetos em andamento e as despesas de conservação do patrimônio público municipal.

#### III - DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Art. 6º. O Orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá

os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos, e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura, sendo que os Fundos Municipais integrarão o Orçamento Geral do Município, como Unidade Orçamentária na Secretaria a qual está vinculado, excetuando-se o Fundo Municipal de Saúde, como Unidade Gestora, podendo ocorrer o mesmo com o Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 7º. A Lei Orçamentária evidenciará a Receita por rubrica e a Despesa de cada Unidade Gestora, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas pela função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN N. 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN N. 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN N. 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN N. 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN N. 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VII da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN N. 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo VIII da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN N. 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Adendo IX da Portaria SOF/SEPLAN N. 8/85);

IX - Detalhamento do Programa de Trabalho;

X - Sumário Geral da Receita por Fontes e das Despesas por Funções do Governo;

XI - Tabela da Evolução da Receita;

XII - Tabela da Evolução da Despesa;

XII - Quadro do Detalhamento da Despesa - QDD.

§ 1º. Os fundos municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaques as receitas e despesas a eles vinculadas, em unidades orçamentárias na Secretaria a qual estiverem vinculados, fazendo parte da Contabilidade Geral do Município, exceto o Fundo Municipal de Saúde, como Unidade Gestora Independente, a exceção pode ser estendida para o Fundo Municipal de Assistência Social.

§ 2º. Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender as Portarias n. 42/1999 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial n. 163, de 04 de maio de 2001, bem como alterações posteriores.

#### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 8º. O Orçamento para o exercício de 2015 e a sua execução, obedecerá entre outros, aos princípios da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação de recursos, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e os Fundos Municipais (Art. 1º, § 1º e Art. 4º, I, "a" da LRF).

Art. 9º. O estudo para a definição do Orçamento da Receita para

2015, excluídas as previsões de convênios e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anteriores (Art. 12 da LRF).

Art. 10º. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, o Poder Legislativo e o Poder Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo: (Art. 9º da LRF)

- I - redução dos investimentos programados com recursos próprios;
- II - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- III - eliminação de despesas com horas extras;
- IV - redução de 20% dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

Art. 11. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles que não foram apurados até a elaboração da Lei Orçamentária, aqueles oriundos de situações de desapropriações de relevante interesse público e aqueles oriundos de situações de emergência e calamidade pública.

§ 1º. Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 12. O orçamento para o exercício de 2015 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Art. 13. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 14. O Executivo Municipal deverá elaborar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 15. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único da LRF).

§ 1º. Os recursos vinculados, oriundos de transferências voluntárias e operações de crédito serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, respeitando-se sempre a fonte de recursos a qual esta vinculada, conforme artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º. Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

Art. 16. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2015, são as constantes do Anexo VII desta lei e serão

consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 17. As transferências de recursos do Tesouro Municipal somente poderão ser concedidas a entidades sem fins lucrativos, com lei específica e de conformidade com o Artigo 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo sempre comprovado ou justificado o interesse público.

Art. 18. Para efeito do disposto no Artigo 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda o valor para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 19. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito (Art. 45 da LRF).

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público poderão ser demonstrados na Lei Orçamentária, para fins de justificar a não inclusão de outros programas.

Art. 20. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária (Art. 62 da LRF).

Art. 21. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 22. A Lei Orçamentária para 2015 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar, dentro de cada projeto ou atividade, o saldo das dotações das modalidades de aplicação que o compõem.

Art. 23. Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo I desta lei e alterações posteriores.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24. Obedecidos aos limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2015, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 25. As operações de crédito dependerão de autorização em lei específica.

Art. 26. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 27. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 169, § 1º, II da CF).

§ 1º. Os recursos para as despesas decorrentes deste ato deverão



estar previstos no orçamento ou em créditos adicionais;

§ 2º. As despesas referentes a contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, cujo quadro de cargos e salários contempla vaga específica, serão contabilizados em outras despesas de pessoal e serão computadas para o cálculo da despesa total com pessoal.

Art. 28. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 22, § único, V da LRF).

Art. 29. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 19 e 20 da LRF):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 30. A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 31. O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao legislativo, até 30 dias antes do encerramento do atual exercício, o projeto de lei dispondo sobre mudanças no Código Tributário.

Parágrafo único. Não se inclui neste caso, alterações sobre a planta de valores imobiliários, base do IPTU e ITBI.

Art. 32. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 33. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 14, § 3º da LRF).

Art. 34. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35. O Executivo Municipal enviará até o dia 31/10/2014, a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2014.

§ 1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º. Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2014, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais imprevistos.

Art. 36. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 37. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração das fontes de recursos por ato próprio.

Art. 38. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 39. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus reais e legais efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 23 de Outubro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA  
Diretora de Recursos Humanos.  
Matricula nº 1268/8

### LEI Nº 1227 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

LEI Nº 1227 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.003000				
140	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
208	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no

valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), a seguir especificados:

04.00 Secretaria da Educação				
04.01 Depto de Educação				
123630018.2.019000 Apoio ao ensino médio				
429	0100	3.3.50.00.00.0000	Aplicações Diretas	12.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 29 de Outubro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

Diretora de Recursos Humanos.

Matricula nº 1268/8

### LEI Nº 1228 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

LEI Nº 1228 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente, da Câmara Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente, da Câmara Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 395,00 (trezentos e noventa e cinco reais).

01.00 Câmara Municipal de Vereadores				
01.01 Câmara Municipal de Vereadores				
010310001.2.001000 Manutenção das atividades do Poder Legislativo				
0100	3.3.93.00.00.0000	Aplicações Diretas		395,00

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, orçamento vigente, da Câmara Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, até o valor de R\$ 395,00 (trezentos e noventa e cinco reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

01.00 Câmara Municipal de Vereadores				
01.01 Câmara Municipal de Vereadores				
010310001.2.001000 Manutenção das atividades do Poder Legislativo				
29	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	395,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 29 de Outubro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

Diretora de Recursos Humanos.

Matricula nº 1268/8

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL 71/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 97/2014.
Edital: PREGÃO Nº. 71/2014.
Tipo: Unitário.
Objeto: Prestação de serviço de capacitação de professores da rede municipal de ensino do município de Santiago do Sul, a ser realizada nos dias 18 a 22 de dezembro de 2014, tendo como local a Escola Municipal Pequeno Cidadão.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 12 de novembro de 2014.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 12 de novembro de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 28 de outubro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL 72/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 98/2014.
Edital: PREGÃO Nº. 72/2014.
Tipo: Unitário.
Objeto: Aquisição de tubos de concreto para utilizar na manutenção das estradas vicinais do interior do Município, utilizado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.
Entrega dos Envelopes: 10:00 horas do dia 12 de novembro de 2014.
Abertura dos Envelopes: 10:00 horas do dia 12 de novembro de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 29 de outubro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### REVOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº 299/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL  
REVOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 299/2014

O Município de São Bento do Sul, através do Secretário Municipal de Administração, amparado pela conveniência e o interesse da Administração Pública e de acordo com caput do art. 49 da Lei 8.666/93, resolve REVOGAR PREGÃO PARA FORNECIMENTO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA INSTALAÇÃO NA SEDE DO CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO. Vem através deste comunicar que, devido a inconsistência de informações no edital e para sanar os problemas nele existentes, revoga-se o processo licitatório Pregão Presencial 299/2014 à vistas de publicação de novo processo licitatório.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2014.  
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração

### SUSPENSÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 288/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL  
SUSPENSÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 288/2014

O Município de São Bento do Sul, através do Secretário Municipal de Administração, em cumprimento de decisão judicial exarada no Mandado de Segurança nº 0302014-70.2014.8.24.0058, resolve SUSPENDER LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 288/2014 destinada a: OUTORGA DE PERMISSÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS, MEDIANTE COBRANÇA DE TARIFAS, OS QUAIS COMPREENDERÃO OBRIGATORIAMENTE: I) A VENDA DE ATAÚDES (URNAS); II) TRANSPORTE DE CADÁVERES; III) HIGIENIZAÇÃO DO CORPO; IV) SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DO CADÁVER PARA O VELÓRIO; V) FORNECIMENTO DE, NO MÍNIMO, 4 VELAS POR FUNERAL; VI) ORNAMENTAÇÃO DA URNA COM FLOR NATURAL DA ÉPOCA OU FLOR ARTIFICIAL, A CRITÉRIO DO USUÁRIO; VII) VÉU PARA COBRIR O CORPO; VIII) EDREDON (OU SIMILAR) NA URNA; IX) EMPRÉSTIMO. Até nova decisão judicial.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2014.  
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração

### PORTARIAS/SEMED Nº 1134 A 1145/2014

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 1134, de 27 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio. Eliane Weiss Sass. Secretária de Escola.

Portaria/SEMED nº 1135, de 27 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio. Cleonice de Fátima de Oliveira de Lima. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1136, de 27 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio. Antonio Fagundes. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1137, de 27 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio. Luciana Regina Pesati. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1138, de 27 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio. Maria Adriana Farias da Cruz Narlock. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1139, de 27 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio. Janete Souza da Silva. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1140, de 27 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio. Ivonete Lehnert Fagundes. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1141, de 27 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio. Maria Aparecida Grober da Rosa. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1142, de 27 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio. Clarecilda Bolgenhagen Aze Lara. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1143, de 27 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio. Daniele Maria Wedderhoff. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1144, de 27 de outubro de 2014. Concede Gozo de Férias. Jacirlene Dalprá. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1145, de 27 de outubro de 2014. Concede Redução de Carga Horária. Jair Spezzia. Professor Anos Finais.

ALCIONE TERESINHA HINKE  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## IPRESBS

### PORTARIA IPRESBS Nº 388/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 388/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº298/2014, à servidora ANE ALINE CORDEIRO ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/10/2014, em virtude de Licença Maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21/10/2014.

São Bento do Sul, 30/10/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

### PORTARIA IPRESBS Nº 389/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 389/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº274/2014, à servidora SAMARA DE SIQUEIRA MAROS ocupante do cargo de provimento efetivo de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 20/10/2014, em virtude de Licença Maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20/10/2014.

São Bento do Sul, 30/10/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA IPRESBS Nº 390/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 390/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/11/2014 a 27/02/2015, concedido a servidora ROSALINDA CUSTÓDIO RAIS ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 313/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/11/2014.

São Bento do Sul, 30/10/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA IPRESBS Nº 391/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 391/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 07/11/2014 a 21/11/2014, a servidora ELIANE MARIA MUNCINELLI DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 23/10/2014 a 06/11/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07/11/2014.

São Bento do Sul, 30/10/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA IPRESBS Nº 392/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 392/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 16/10/2014 a 12/12/2014, concedido a servidora IVONE PIRES ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 284/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/10/2014.

São Bento do Sul, 30/10/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA IPRESBS Nº 393/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 393/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/11/2014 a 10/03/2015, concedido a servidora RUTE LIPRERI DA ROSA ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 261/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/11/2014.

São Bento do Sul, 30/10/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA IPRESBS Nº 394/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 394/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 22/10/2014 a 31/10/2014, a servidora CRISTINA MIEKO AKAMATSU, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de



afastamento, referente ao período 07/10/2014 a 21/10/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/10/2014.

São Bento do Sul, 30/10/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 395/2014**  
PORTARIA IPRESBS Nº. 395/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/11/2014 a 28/11/2014, concedido a servidora ELIANE APARECIDA DA ROCHA ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 363/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/11/2014.

São Bento do Sul, 30/10/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 396/2014**  
PORTARIA IPRESBS Nº 396/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 07/11/2014 a 21/11/2014, ao servidor JURACI CLAUDIO ROSSETO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 23/10/2014 a 06/11/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07/11/2014.

São Bento do Sul, 30/10/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL**

**EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 003 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.**

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 003 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.  
"Fica modificado o Art. 45 da Lei Orgânica Municipal."

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, CÉSAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY, Presidente, promulgo a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º. Fica modificado o Artigo 45, passando a ter a seguinte redação:

Art. 45. O mandato do Prefeito é de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleito para um único período subsequente, com início em 1º de janeiro do ano seguinte a sua eleição, nos termos da Constituição Federal."

Art. 2º. Esta Emenda à Lei Orgânica Municipal entrará em vigor, na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de Outubro de 2014.  
CÉSAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY  
Presidente

# São Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DA LIC N.92/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Adm. Nº.92/2014  
Edital:PREGÃO PRESENCIAL N.92/2014.  
Tipo : Menor preço

Objeto:GENEROS ALIMENTICIOS - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR  
Entrega dos Envelopes:08:00 horas -dia 13 de novembro de 2014.  
Abertura dos Envelopes:08:00 horas- dia 13 de novembro de 2014.  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325.3000

SAO CARLOS, 29 de outubro de 2014  
CLEOMAR WEBER KUHN  
Prefeito Municipal

### AVISO LIC N.93/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Adm. Nº.93/2014  
Edital:PREGÃO PRESENCIAL N.93/2014.  
Tipo : Menor preço

Objeto:MATERIAL DE LIMPEZA P/ESCOLAS E CRECHES  
Entrega dos Envelopes:08:00 horas -dia 14 de novembro de 2014.  
Abertura dos Envelopes:08:00 horas- dia 14 de novembro de 2014.  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325.3000

SAO CARLOS, 29 de outubro de 2014  
CLEOMAR WEBER KUHN  
Prefeito Municipal

### TERMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.86/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO	
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
T Compo Nº.:	86/2014
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	RENIR PAULO MANFRIN ME
Objeto.....:	TROFEUS E MEDALHAS P/PREMIAÇÕES ESPORTIVAS
Valor.....:	R\$23.093.90(Vinte e três mil noventa e três reais e noventa centvos)
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 90/2014

Vigência.....:	12 meses
SAO CARLOS,29 de outubro de 2014	
CLEOMAR WEBER KUHN	
PREFEITO MUNICIPAL	

### EXTRATO TERMO N.87/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO	
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
T Compo Nº.:	87/2014
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	MONUMENTAL IND COM DE TROFEUS LTDA
Objeto.....:	TROFEUS E MEDALHAS P/PREMIAÇÕES ESPORTIVAS
Valor.....:	R\$20.620.60(vinte mil seiscentos e vinte reais e sessenta centavos)
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 90/2014
Vigência.....:	12 meses
SAO CARLOS,29 de outubro de 2014	
CLEOMAR WEBER KUHN	
PREFEITO MUNICIPAL	

### RESUMO CONT N.35/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	.35 /2014
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CPNET COM E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA
Objeto.....:	Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos e serviços para a implantação, gestão e manutenção da rede para acessibilidade à INTERNET "link dedicado" e TELEFONIA IP, a ser implantado em 25 pontos e/ou localidades do município de São Carlos -SC.
Valor.....:	R\$79.520,00(setenta e nove mil quinhentos e vinte reais)
Vigência.....:	12 meses
Licitação.....:	70/2014
SAO CARLOS, 01 de setembro de 2014.	
CELOMAR WEBER KUHN	
PREFEITO MUNICIPAL	

**RESUMO CONT N.36/2014**

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	36/2014
Contratante.:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENV DE INF EST
Objeto.....:	AQUISIÇÃO DE MASSA ASFALTICA –MANUT CONVENIO -2014TR003107
Valor.....:	R\$199.999,50)
Licitação.....:	84/2014
SAO CARLOS, 26 DE SETEMBRO DE 2014.	
CLEOMAR WEBER KUHN	
PREFEITO MUNICIPAL	

**RESUMO CONTRATO N.37/2014**

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº:	037/2014
Contratante.:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada.:	MAISATIVO INTERMEDIACÃO DE ATIVOS LTDA
Objeto.....:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS
Valor.....:	10%(Dez por Cento) do lote arrematado.
Vigência.....:	31.12.2014
Licitação.....:	075/2014
SAO CARLOS, 30 de setembro de 2014	
CLEOMAR WEBER KUHN	
PREFEITO MUNICIPAL	

**RESUMO CONT 38/2014**

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	38/2014
Contratante.:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENV DE INF EST
Objeto.....:	AQUISIÇÃO DE MASSA ASFALTICA –MANUT CONVENIO -2014003848-PT-0000013806
Valor.....:	R\$149.987,99(cento e quarenta e nove mil novecentos e oitenta e sete reais e noventa e nove centavos)
Licitação.....:	91/2014
SAO CARLOS, 30 de outubro de 2014.	
CLEOMAR WEBER KUHN	
PREFEITO MUNICIPAL	



# São Domingos

## PREFEITURA

### POR 1674 DE 16 10 14 LOTA E CONCEDE INSALUBRIDADE MARIA DE FÁTIMA ROMAN

PORTARIA Nº 1674, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre lotação e concessão de adicional de insalubridade a servidora pública municipal.

#### RESOLVE:

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 045 de 06 de novembro de 2012, Lei Complementar nº 042 de 04 de abril de 2012 atualizada e pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007;

- Considerando o requerimento protocolado sob o nº 2130/2014;
- Considerando o disposto no Código 5.22 do Anexo I do Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho para os servidores públicos municipais de São Domingos;
- Considerando os princípios da legalidade e dos atos públicos da administração;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica lotada na Secretaria Municipal de Saúde a servidora pública municipal Maria de Fátima Roman, ocupante do Cargo Público de Auxiliar de Serviços Gerais a partir desta data.

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, na ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o menor vencimento do município, a servidora pública municipal Maria de Fátima Roman, ocupante do cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de outubro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

### POR 1676 DE 16 10 14 LICENÇA SAUDE GIOVANE LEOPOLDO BUSATO

PORTARIA Nº 1676, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal.

O Prefeito Municipal em exercício de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 100 e 299 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12 atualizado; e:  
\* Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal Giovane Leopoldo Busato, ocupante do cargo de Técnico Agrícola, a partir do dia 16 de outubro de 2014, até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de outubro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretário de Administração e Fazenda

### POR 1677 DE 27 10 14 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS SOELI ANGELICA

PORTARIA Nº 1677, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede férias a servidoras públicas municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e:

- Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidoras públicas municipais, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO/EMPREGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Angelica Girardi	Assessor de Secretaria	04/09/13-14	30	27/10/14 a 25/11/14
Soeli Anjos Pase	Técnico em Enfermagem	20/05/12-13	30	15/11/14 a 14/12/14

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de outubro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### DEC 1747 DE 28 10 14 TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 1721 DE 30 09 14 DE 2014, O QUAL ADMITIU ARIELI ZANARDI

DECRETO Nº 1747, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

Torna sem efeito o Decreto nº 1721, de 30 de setembro de 2014, o qual admitiu a empregada pública aprovada em Processo Seletivo Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/08 atualizada, Lei Complementar nº 042 de 04/04/12, atualizada, Lei Complementar n. 0045, de 06 de novembro de 2012, com base no Edital do Processo Seletivo Público n. 006/2013, no qual homologou o resultado final do Processo n. 001/2013; e:

- Considerando que a empregada pública admitida pelo Decreto nº 1721, de 30 de setembro de 2014, apresentou pedido de

desistência conforme protocolo nº 2223/2014, de 24/10/2014;  
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 1721, de 30 de setembro de 2014, que admitiu Arieli Zanardi, para exercer o emprego de Odontólogo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 28 de outubro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **DEC 1746 DE 27 10 14 TORNA SEM EFEITO NOMEAÇÃO ELVIR PERUZZO**

DECRETO Nº 1746, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

Torna sem efeito o Decreto nº 1741, de 16 de outubro de 2014, o qual nomeou servidor aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/08 atualizada, Lei Complementar nº 042 de 04/04/12, atualizada, Lei Complementar n. 0045, de 06 de novembro de 2012, com base no Edital de Concurso n. 007/2013, no qual homologou o resultado final do Concurso Público n. 001/2013; e:

- Considerando que o servidor nomeado pelo Decreto nº 1741, de 16 de outubro de 2014, apresentou pedido de reclassificação conforme protocolo nº 2190/2014, de 24/10/2014;

- Considerando que caso o candidato não deseje assumir a vaga a que foi nomeado de imediato, poderá solicitar para passar para o final da lista dos aprovados, conforme o disposto no item 10.5 do Edital de Concurso Público n. 001/2013;

- Considerando que no ato da posse o candidato preenchia os requisitos exigidos para assumir o cargo;

- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 1741, de 16 de outubro de 2014, que nomeou Elvir Peruzzo, para exercer o cargo de Operador de Máquinas, ficando o candidato reclassificado para o final da lista dos aprovados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de outubro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **DEC 1750 29 10 14 ADMITE ODONTOLOGA ANA CRISTINA LATREILLE**

DECRETO Nº 1750, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Admite empregada pública aprovada em Processo Seletivo Público.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90, atualizada; pelas Leis Complementares Municipais nº 0017, de 21/12/07, atualizada; e nº 0018, de 28/01/08, atualizada, e pela Lei Complementar Municipal n. 0045, de 06 de novembro de 2012, e;

- Considerando o Edital do Processo Seletivo Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

- Considerando o Edital de Processo Seletivo Público nº 006/2013, de 29 de novembro de 2013, que homologa o resultado final do Processo Seletivo Público;

- Considerando a necessidade de cumprir com as normas do Programa Estratégia de Saúde da Família (ESF), que demanda de profissionais odontólogos, para a sua execução neste município de São Domingos (SC), o que motiva a contratação de servidores;

- Considerando a necessidade da realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da saúde pública do município;

- Considerando o princípio da legalidade e do interesse público dos atos da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida para o Serviço Público Municipal a Senhora Ana Cristina Latreille, para exercer o emprego público de Odontólogo, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

§ 1º Este emprego será regido pelo Regime Jurídico Celetista, enquadrado no Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/43 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), previsto no artigo 201 da Constituição Federal e incluído no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), previsto no artigo 7º, inciso III, da Constituição Federal.

§ 2º O empregado integrará o Quadro Anexo VI - Empregos Públicos - Grupo 3 - Atividades de Nível Superior (ANS), Código 91.23, com 40 (quarenta) horas semanais, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 29 de outubro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 292-2014 PONTO FACULTATIVO**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 292, DE 27.10.2014

“DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal.

Considerando que no dia 28 de outubro comemora-se o Dia do Funcionário Público;

Considerando que não haverá nenhum prejuízo ao interesse público;

Considerando o Decreto nº 1744, de 23 de outubro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica facultado o ponto dos servidores públicos da Câmara Municipal de Vereadores, no dia 31 de outubro de 2014 (sexta-feira), durante todo o período de expediente.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de outubro de 2014.

JOSÉ ALTAIR MARQUES

Presidente

Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado em data supra.

FLAVIO TRICHES

1º Secretário

### PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 118/2014

No dia 30 de outubro de 2014, às 09:00 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para dar continuidade a Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE 118/2014, Modalidade Tomada de Preços PREFE n. 012/2014 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL DIOGO RIBEIRO, OBJETO DO TERMO DE COMPROMISSO N. 1013893-38/2013/MTUR/CAIXA, conforme designado em decisão proferida pela Comissão de Licitações. A participante foi comunicada, porém, não se fez presente. Passou-se à abertura dos envelopes n. 02 - Proposta de Preços da empresa Visoli Construtora Ltda, CNPJ n. 02.131.315/0001-01. A licitante apresentou o valor global de R\$ 283.000,00 (duzentos e oitenta e três mil reais). A proposta da licitante foi declarada válida por cumprir com todos os requisitos do edital, bem como com o contido no artigo 3º do Decreto n. 7.983, de 08/04/2013, e artigo 102, § 7º, da Lei 12.708, de 17/08/2012. Assim sendo, a proponente Visoli Construtora Ltda, CNPJ n. 02.131.315/0001-01 foi declarada VENCEDORA do presente certame. A participante receberá, via e-mail, cópia da presente ata, ficando ciente de que se declara aberto o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei n. 8.666/93. Decorrido o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, o presente processo será remetido, na íntegra, ao Departamento Jurídico para análise e Parecer Final, e, posteriormente, à Autoridade Competente para deliberação. Nada mais.

### DEC 1749 DE 29 10 2014 EXCESSO EDUCAÇÃO

DECRETO Nº 1749, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.729, de 04/12/13;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, pelo excesso de arrecadação, no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) no Orçamento da entidade Prefeitura, na seguintes modalidades de aplicação e fonte de recurso:

#### 04.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

##### 12.368.1005.2.042 – Manutenção das Atividades da Educação Básica

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	29	01.019	32.000,00
33900000	Aplicações Diretas	30	01.022	103.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte 0.1.019 - FUNDEB e 0.1.022 - Transf. Recursos Transporte Escolar Estado.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 29 de outubro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

# São João do Sul

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 136 DE 06 DE SETEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 136 DE 06 DE SETEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para CLEITON COELHO GARCIA, ocupante do cargo de Professor, a contar de 06/09/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 06 de setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 137 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 137 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Férias para o Servidor ADERBAL CLEZAR SELAU ocupante do cargo de Motorista I, no período de 08/09/2014 a 07/10/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
08 de setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 138 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 138 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para CRISTIANA HOFFMANN SELAU CANDIDO, ocupante do cargo de Professora, a contar de 10/09/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 10 de setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 139 DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 139 DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para SUZANA MACHADO SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, a contar de 17/09/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 17 de setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DO MÊS DE SETEMBRO DE 2014**

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DO MÊS DE SETEMBRO DE 2014

CONTRATO Nº 184/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: VILMA DO NASCIMENTO CEHELLA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Ensino no CEI. Professor João Vitorino Lopes da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/09/2014 a 09/09/2014

VALOR MENSAL: R\$: 1.273,57



FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 01 de setembro de 2014.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria no primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

CONTRATO Nº 185/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: MAICON ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Motorista II da Secretaria Municipal de Saúde, deste Município, com carga horária de 40h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 08/09/2014 a 30/12/2014  
VALOR MENSAL: R\$: 905,09  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 08 de setembro de 2014.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretário Municipal de Administração.

CONTRATO Nº 186/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: MARIA APARECIDA SABINO SCUSSEL  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Ensino no CEI. Paraíso da Criança da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 09/09/2014 a 15 /12/2014  
VALOR MENSAL: R\$: 849,04  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 09 de setembro de 2014.

CONTRATO Nº 187/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: LISIANE DO SOUZA PEREIRA  
OBJETO: Prestação de serviços na função Professora no CEJA Vereadora Rita Quadros da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 10h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 09/09/2014 a 15/12/2014  
VALOR MENSAL: R\$: 458,48  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 09 de setembro de 2014  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretário Municipal de Administração.

CONTRATO Nº 188/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: BRUNA BOFF MESQUITA  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Consultório Dentário no ESF de Vila Santa Catarina da Secretaria Municipal de Saúde, deste Município, com carga horária de 40h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 11/09/2014 a 30/12/2014  
VALOR MENSAL: R\$: 733,29  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 11 de setembro de 2014.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretário Municipal de Administração.

CONTRATO Nº 189/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: SIMONE DE MATOS COSTA  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora na EEB. Vila Velha II da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 40h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 19/09/2014 a 15/12/2014  
VALOR MENSAL: R\$: 1.467,17  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 19 de setembro de 2014.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretário Municipal de Administração.

CONTRATO Nº 190/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: TIAGO LUMMERTZ JOSEFINO  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Operador de Equipamentos da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, deste Município, com carga horária de 40h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 22/09/2014 a 30/12//2014  
VALOR MENSAL: R\$: 986,63  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 22 de agosto de 2014.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretário Municipal de Administração.

CONTRATO Nº 191/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: GREICE VEFAGO NUNES  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora na EEB. Vila Velha II e no CEI Professor João Vitorino Lopes da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de

40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 30/09/2014 a 30/10/2014

VALOR MENSAL: R\$: 1.467,17

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 30 de setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretário Municipal de Administração.

## São José

### PREFEITURA

#### PORTARIA Nº 023/20014 - SSDST

PORTARIA Nº 23/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 032, de 13 de abril de 2009, Lei 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei nº 4.144/2004 de 22/04/2004;

RESOLVE,

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO SERVIÇO, o servidor Guarda Municipal HIPÓLYTO PERES RIBEIRO, Matr. 15.735, tendo em vista que sua licença expirou em 03/09/2013 e, até o momento não se apresentou para o serviço.

O presente ato se faz necessário em razão do interessado encontrar-se em local incerto e não sabido, depois de envidados todos os esforços no sentido de localizá-lo para que retornasse as suas atividades.

Tendo em vista ainda, que as atribuições da Guarda Municipal tomaram um volume considerável, em razão da entrada em vigor do Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei nº 13.022/2014) e, que no momento estamos com o quadro de pessoal reduzido, sua presença tornou-se imprescindível, razão pela qual, solicita-se seu retorno às funções, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação, a contar desta publicação; sendo que depois do referido prazo tomar-se-ão as medidas legais pertinentes.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues

Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

#### RESOLUÇÃO GGG Nº 01/2014

Resolução GGG nº 01/2014

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO REAJUSTE AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, CONFORME ARTIGOS 40, XI e 55, III, AMBOS DA LEI nº 8.666/1993, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Grupo Gestor de Governo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do art. 2º do Decreto Municipal nº 113, de 14 de janeiro de 2013;

CONSIDERANDO o que determinam os Prejulgados nº 2.049 e 1.984 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o teor do acórdão nº 1.828 do Tribunal de Contas da União;

CONSIDERANDO o teor do acórdão nº 479 do Tribunal de Contas da União; e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação e unidade administrativa na análise e concessão do direito a reajuste do valor contratado.

RESOLVE:

Art. 1º Os contratos administrativos que não contiverem cláusula expressa que preveja o reajustamento dos preços contratados na forma dos artigos 40, XI e 55, III, ambos da Lei nº 8.666/1993, não terão direito a esse reajuste.

§ 1º- Fica vedada, a partir da publicação desta resolução, a inclusão, por meio de termo aditivo, de cláusula de reajuste em qualquer contrato administrativo.

§ 2º- Os contratos administrativos que tiveram, até a data de publicação desta resolução, concessão de reajuste por meio de termos aditivos posteriores, manterão hígido o direito ao reajustamento posteriormente previsto, sendo vedada qualquer alteração na forma de concessão desse direito.

§ 3º- O contrato administrativo celebrado antes da vigência desta Resolução que contenha expressa cláusula de reajuste, mas não indique nesta a forma de concessão do direito, como a indicação do índice oficial a ser utilizado, será corrigido pelo termo aditivo imediatamente subsequente à publicação desta resolução, fazendo constar em seu corpo o índice oficial indicado pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º A concessão do reajuste nos contratos administrativos regidos por cláusula expressa dar-se-á por pedido formulado pelo contratado e ratificado pelo gestor administrativo do contrato, mediante instrução de regular processo administrativo, conforme Decreto Municipal nº 743/2013.

§ 1º- Passado o período aquisitivo de concessão do reajuste, que será sempre de 12 (doze) meses a contar da apresentação da proposta de preços no processo licitatório, o contratado terá o prazo de 12 (doze) meses para fazer o requerimento, sob pena de preclusão lógica do direito referente àquele período aquisitivo.

§ 2º- Se durante o período de requerimento ao reajuste, conforme § 1º supra, sobrevier novo termo aditivo ao contrato administrativo - nova pactuação - sem que haja previsão do reajuste ou mesmo ressalva a pedido futuro, decretar-se-á a preclusão lógica do direito ao período aquisitivo imediatamente anterior ao último termo aditivo celebrado, passando a valer qualquer direito de reajuste somente para o saldo contratual remanescente à última repactuação.

Art. 3º No processo administrativo de concessão de reajuste, o gestor administrativo do contrato deverá apresentar planilha detalhada, contendo o extrato do cálculo aritmético que comprove a regularidade do reajuste concedido, bem como a indicação do índice oficial utilizado.

§ 1º- A Secretaria Municipal de Finanças deverá se manifestar sobre o cálculo apresentado pelo gestor administrativo do contrato antes da elaboração da minuta de termo aditivo de concessão do reajuste.

§ 2º- Na hipótese de que trata o § 3º do artigo 1º desta Resolução, em que a cláusula de reajuste não indica o índice oficial a ser utilizado, o pedido, antes da elaboração dos cálculos, deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Finanças para que indique qual o índice oficial que se aplica àquele caso concreto.

§ 3º- Quando o pedido referir-se exclusivamente à concessão de reajuste, este deve seguir o rito do apostilamento, o qual será submetido à análise do Grupo Gestor de Governo e formalizado conforme modelo constante no anexo único a esta Resolução.

Art. 4º Quando houver necessidade de acréscimo e supressão nos contratos administrativos num mesmo momento, estes se darão separadamente, sendo vedada a compensação de um com o outro.

Art. 5º Todo acréscimo ou supressão realizado nos contratos administrativos deverá respeitar o limite imposto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, sendo que referido limite deve ser verificado tanto no valor total contratado como separadamente em cada item, não podendo haver acréscimo individual acima do limite legal.

Art. 6º Determina-se a todas as Secretarias Municipais que faça constar, a partir da publicação desta resolução, cláusula com previsão de reajuste e indicação do índice a ser utilizado em todos os contratos administrativos celebrados pelo Município de São José/SC, cujo prazo de vigência e/ou execução seja de 12 (doze) meses ou superior.

Art. 7º Nos processos que tenham por objeto prorrogação de prazo em contratos de obras, bem assim nos contratos por escopo, a Secretaria gestora do contrato deverá se manifestar quanto ao motivo da prorrogação do prazo, expressando se a não conclusão no prazo foi decorrente, ainda que parcialmente, de ação da empresa contratada.

Art. 8º Nos processos que tenham por objeto a celebração de termo aditivo, seja de prazo ou valor, a Secretaria Gestora do contrato deverá observar o artigo 13 do Decreto nº 743/2013, bem como apresentar o cronograma físico-financeiro atualizado da obra/serviço com o percentual de execução realizado.

Art. 9º Quando da instrução de termo aditivo que tenha por objeto a prorrogação de prazo de contratos de serviços continuados, bem assim de locação de imóveis ou de equipamentos, ou ainda de utilização de programas de informática, a secretaria gestora do contrato deverá negociar a manutenção dos valores tal como licitados, por meio de renúncia pela contratada de eventual reajuste, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração.

Parágrafo único. A negociação de que trata o caput deste artigo deve ser precedida de levantamento de preços no mercado, a fim de verificar, inclusive, a conveniência e oportunidade em deflagrar novo procedimento licitatório.

Art. 10 Ao deflagrar procedimento licitatório para realização de obras ou serviços específicos, a Secretaria demandante deverá estipular o tempo de execução adequado, considerando complexidade do objeto, local e período de execução, assim como as condições climáticas, de forma a evitar necessidade posterior de prorrogação do prazo original.

Art. 11 Ficam convalidados todos os atos de concessão de reajuste até o momento concedidos.

Art. 12 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2014.

GUARANY PACHECO Secretário de Governo	FRANCISCO DE ASSIS MEDEIROS Secretário da Receita
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO Secretário de Administração	ANTÔNIO CARLOS VIEIRA Secretário de Finanças

CLÓVIS RENATO SQUIO  
Procurador Geral do Município

Anexo único  
(modelo)

xxxxxx TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº xx/201x

Contratante: Secretaria Municipal de xxx

Contratada: xxx

Objeto: xxxxxxxx

O preço mensal do Contrato xx/201x fica reajustado para R\$ x.xxx (por extenso), a partir de 0x/0x/201x, perfazendo um total anual de R\$ x.xxx (por extenso), conforme a Cláusula xxxx do referido Instrumento e em decorrência do requerimento de reajuste da contratada e da deliberação do Grupo Gestor de Governo, à fls. xx dos autos do processo administrativo nº. xxxxx/201x, nos termos da justificativa, cálculo e demais documentos juntados aos autos. O registro deste reajuste por apostila está respaldado nas disposições do § 8º do art. 65 da Lei nº. 8.666/1993.

São José (SC), xxxx de xxxxxx de 201x.

XXXXXXX

Secretário Municipal de XXXXX



**DECRETO Nº 3351/2014**

DECRETO Nº 3351/2014

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 3327/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 3327 de 28 de outubro de 2014, que exonerou REGINALDO NILTON AMANDIO do cargo de Chefe de Transporte de Pacientes - CCM - 3 com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3349/2014**

DECRETO Nº 3349/2014

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 3326/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 3326 de 28 de outubro de 2014, que exonerou RENISE NARA MARMENTINI do cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3350/2014**

DECRETO Nº 3350/2014

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 3329/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 3329 de 28 de outubro de 2014, que nomeou REGINALDO NILTON AMANDIO para o cargo em comissão de Assessor III Administrativo - CCM 4, com lotação na Secretaria da Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3348/2014**

DECRETO Nº 3247/2014

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 3328/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 3328 de 28 de outubro de 2014, que nomeou RENISE NARA MARMENTINI para exercer o cargo de Chefe de Transporte de Pacientes - CCM - 3, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3347/2014**

DECRETO Nº 3347/2014

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal e o Art. 2º da Lei 5.955 de 07 de maio de 2010 alterada pelo Art. 3º da Lei 5.388 de 30 de abril de 2014, e

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 028/2014/FUNDESJ;

DECRETA:

Art.1º- Fica admitido, o servidor contratado por processo seletivo, exercente de função de Professor visitante:

	Servidor	Função	Secretaria	Carga Horária Contratação
I	Altino José Martins Filho	Professor Visitante – Curso de Pós-Graduação em Docência na Educação Infantil – Área Educação (Disciplina: Currículo, Propostas Pedagógicas e Planejamentos para a Educação Infantil) – 1º colocado.	Fundação Educacional de São José	30 horas, sendo: 15 horas em novembro/2014 e 15 horas em dezembro/14.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 21 de novembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3332/2014**

DECRETO Nº 3332/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. FABIANA CRISTINA KRETZER para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica Veterinária, com a carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3337/2014**

DECRETO Nº 3337/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital nº 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. NATHÁLIA BUNN CHAVES para ocupar o cargo de provimento efetivo de FONOAUDIÓLOGO, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 28 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3338/2014**

DECRETO Nº 3338/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital nº 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. DAIANY FÉLER para ocupar o cargo de provimento efetivo de FONOAUDIÓLOGO, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 28 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3341/2014**

DECRETO Nº 3341/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. CLAUDIA REGINA CLASEN para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Combate às Endemias, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3339/2014**

DECRETO Nº 3339/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. FERNANDO SOUZA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Combate às Endemias, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3336/2014**

DECRETO Nº 3336/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital nº 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. TATIANE DOS SANTOS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Monitor, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 28 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3340/2014**

DECRETO Nº 3340/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital nº 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. YURI TONELLO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Biólogo, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 28 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3335/2014**

DECRETO Nº 3335/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. JULIANO DA COSTA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Combate às Endemias, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3345/2014**

DECRETO Nº 3345/2014

CESSA EFEITOS DO DECRETO 2530/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Cessa efeitos do decreto 2530/2014, de 11 de abril de 2014, que concede a ALFREDO LOHN BRAUN, matrícula nº 26.274, a função gratificada de Coordenador de Setor, nível FG-CO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 3346/2014**

DECRETO Nº 3346/2014

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder à servidora, ROSILENI ROSSINI, matrícula nº 13.880-0, a função gratificada de Coordenador de Setor, nível FG-CO.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**CONVÊNIO Nº 002/2014-00**

Extrato do CONVÊNIO Nº 002/2014-00

PARTES: Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Comunicação e a Prefeitura Municipal de São José/SC. OBJETO: O presente convênio tem por objeto ceder o uso do Cadastro de Veículos de comunicação, instituído pelo Decreto nº 876, de 30 de novembro de 2007, à Prefeitura. VIGÊNCIA: O presente Convênio tem vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura. LOCAL E DATA: Florianópolis, 20 de janeiro de 2014. SIGNATÁRIOS: José Natal Pereira pelo Município de São José e Cássio de Quadros pelo Estado de Santa Catarina.

**DECRETO Nº 3343/2014**

DECRETO Nº 3343/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor GUILHERME ANTONIO PACHECO do cargo de Assessor III Administrativo - CCM 4 com lotação na Secretaria da Segurança, Defesa Social e Trânsito.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 111/2014/SF**

PORTARIA Nº 111/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 33 e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Fundação Municipal Educacional de São José, a seguir especificada:

21.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL

21.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL

21.01.12.364.0103.2.462 - Funcionamento e Manutenção da FUNDESJ

41 - 4.4.90.52.00.00.0040 - Equipamentos e Material Permanente, Recursos Diretamente Arrecadados ..... R\$ 100.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 100.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 100.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), da dotação consignada no Orçamento da Fundação Municipal Educacional de São José, a seguir especificada:

21.01.12.364.0103.2.462 - Funcionamento e Manutenção da FUNDESJ

31 - 3.3.90.39.00.00.0040 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Recursos Diretamente Arrecadados ..... R\$ 100.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 100.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 100.000,00

Total da Anulação ..... R\$ 100.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de outubro de 2014.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

**PORTARIA Nº 112/2014/SF**

PORTARIA Nº 112/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 23 e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 851.000,00 (oitocentos e cinquenta e um mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2031 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

238 - 3.3.90.34.00.00.0081 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de

Contratos de Terceirização,

Recursos Ordinários - Educação ..... R\$ 650.000,00

234 - 3.3.90.30.00.00.0081 - Material de Consumo,

Recursos Ordinários - Educação ..... R\$ 200.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 850.000,00

08.01.12.361.0103.2.029 - Manutenção do Conselho Municipal de Educação

200 - 3.3.90.39.00.00.0081 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Ordinários - Educação ..... R\$ 1.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 1.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 851.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 851.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 851.000,00 (oitocentos e cinquenta e um mil reais) nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2031 -Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental  
 241 - 3.3.90.39.00.00.0081 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,  
 Recursos Ordinários - Educação ..... R\$ 498.503,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 498.503,00

08.01.12.365.0103.2.050 - Vale Transporte - Ensino Infantil,  
 315 - 3.3.90.39.00.00.0081 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,  
 Recursos Ordinários - Educação ..... R\$ 152.497,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 152.497,00

08.01.12.365.0103.1.046 - Implantação, Ampliação, Reforma e Equipamentos para Centros de Educação Infantil  
 182 - 4.4.90.52.00.00.0081 - Equipamentos e Material Permanente,  
 Recursos Ordinários - Educação ..... R\$ 200.000,00  
 Total deste Projeto ..... R\$ 200.000,00  
 Total do Órgão ..... R\$ 851.000,00  
 Total da Anulação ..... R\$ 851.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de outubro de 2014.  
**ANTÔNIO CARLOS VIEIRA**  
 Secretário de Finanças

#### **DECRETO Nº 3344/2014**

DECRETO Nº 3344/2014  
 NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado MARIO AUGUSTO GOSMANN para o cargo em comissão de Assessor III Administrativo - CCM 4, com lotação na Secretaria da Segurança, Defesa Social e Trânsito, nos termos da Lei Complementar N.º 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2014.  
**ADELIANA DAL PONT**  
 Prefeita Municipal

### **AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV**

#### **DECRETO 3203/2014**

DECRETO Nº 3203/2014  
 CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 18920/2014 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal c/c Art. 2º da EC nº 70/2012,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por invalidez, para o servidor SADILSON NELINO DOS SANTOS, matrícula 5191, ocupante do cargo de agente operacional, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de: horas normais, quinquênio e insalubridade, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de setembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de setembro de 2014.

**ADELIANA DAL PONT**  
 Prefeita Municipal

**CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO**  
 Presidente da São José Previdência

#### **DECRETO 3167/2014**

DECRETO Nº 3167/2014  
 CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 18792/2014 e com base no artigo 40, § I, inciso II, da Constituição Federal;

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria compulsória, para a servidora BEATRIZ SAMUEL GEWEHR, matrícula 21687, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais a 49% (quarenta e nove por cento), calculados com base na média dos 80% (oitenta por cento) melhores salários de contribuição, não tendo direito à paridade, o benefício será revisto na mesma proporção e na mesma data do Regime Geral da Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de setembro de 2014.  
**ADELIANA DAL PONT**  
 Prefeita Municipal

**CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO**  
 Presidente da São José Previdência



**DECRETO 3166/2014**

DECRETO Nº 3166/2014

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 16421/2014 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal c/c Art. 2º da EC nº 70/2012,

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por invalidez, para a servidora MARIA WARMLING, matrícula 2895, ocupante do cargo de orientadora educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais a 63,65% (sessenta e três vírgula sessenta e cinco por cento), calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de: horas normais, quinquênio, adicional de pós-graduação e gratificação de função especializada, conforme determina a Lei nº 5183/2012, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10 de setembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

**DECRETO 2962/2014**

DECRETO Nº2962/2014

CONCEDE PENSÃO POR MORTE NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 1295/2014 e com base no artigo 40, §7º, II, da Constituição Federal,

**DECRETA:**

Art. 1º - Conceder Pensão por Morte a Sra. MARIA DE LOURDES SCHLEMPER, viúva do servidor Sr. Rogério Zulmiro Schmitz, matrícula 74, falecido em 21/07/2014, no valor correspondente a totalidade dos proventos do ex-servidor, sendo 100% (cem por cento) de pensão, a contar de 21/07/2014, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Próprio de Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de julho de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

**CÂMARA MUNICIPAL****PREGÃO PRESENCIAL Nº: 007/2014**

AVISO DE NOVA DATA DE REABERTURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 007/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 30/2014

OBJETO: A licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS OUT SOURCING DE IMPRESSÃO E FOTOCÓPIAS, ATRAVÉS DE EQUIPAMENTOS IMPRESSORAS P&B e COLORIDAS A LASER E MULTIFUNCIONAIS P&B A LASER E IMPRESSORA DE ETIQUETAS, NOVOS DE PRIMEIRO USO, COM DESCRIÇÃO TÉCNICA DETALHADA NO ANEXO I DESTA EDITAL, INCLUSIVE COM FORNECIMENTO TOTAL DE SUPRIMENTOS, INCLUSIVE PAPEL A4, NA MODALIDADE DE ATENDIMENTO "ON SITE" E INSTALAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, conforme discriminado no anexo I.

Concluída a análise da Impugnação, pelo deferimento parcial, a Câmara Municipal de São José torna público aos interessados, em especial, ao Impugnante e as empresas que retiraram o instrumento convocatório, da REABERTURA do Pregão Presencial n.º 007/2014.

O edital com as alterações e adequações realizadas está disponível para acesso no Portal Eletrônico da Câmara Municipal de São José, e/ou fotocópia obtida na Diretoria de Administração.

Reabre-se o presente edital com data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 13/11/2014 às 8h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 13/11/2014 às 09h00min.

Maiores informações: Diretoria de Administração da Câmara de Vereadores das 13h00min às 19h00min. Fone: (48) 3029-1321.

São José, 31 outubro de 2014.

VALMOR JOSÉ HEBERLE

DIRETOR ADMINISTRATIVO

**DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO PR 07**

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 007/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 30/2014

OBJETO: A licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS OUT SOURCING DE IMPRESSÃO E FOTOCÓPIAS, COM ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS IMPRESSORAS P&B e COLORIDAS A LASER E MULTIFUNCIONAIS P&B A LASER E IMPRESSORA DE ETIQUETAS, NOVOS DE PRIMEIRO USO, COM DESCRIÇÃO TÉCNICA DETALHADA NO ANEXO I DESTA EDITAL, INCLUSIVE COM FORNECIMENTO TOTAL DE SUPRIMENTOS, INCLUSIVE PAPEL A4, NA MODALIDADE DE ATENDIMENTO "ON SITE" E INSTALAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, conforme discriminado no anexo I.

Após análise da Impugnação DECIDE O PREGOEIRO:

Conhecer a Impugnação ao Pregão Presencial n.º 007/2014, pois tempestiva, para no mérito conferir deferimento parcial, decidindo:

a) Alterar a fixação dos equipamentos, ante a inviabilidade da gestão administrativa, quando da execução do contrato, no modelo inicial, que prevê um número mínimo ou máximo de equipamentos,

para constar a quantidade fixa de equipamentos, em atendimento ao interesse público,

b) Informar ao Impugnante do seu equívoco na afirmação de que a exigência prevista inicialmente no item 3.20 não foi suprimida;

c) Manter as especificações genéricas e necessárias a execução dos serviços, e a obtenção do produto final que são as cópias e impressões para a CMSJ, em conformidade com o art. 3º da Lei de Licitações n.º 8.666/1993;

d) Manter a discriminação do objeto, em suma maioria, vez que está sucinta e clara, nos termos do art. 40, I da Lei de Licitações n.º 8.666/1993, conforme se verifica no teor do item 1 e subitens do Edital, sendo que as peculiaridades e especificações estão definidas no Termo de Referência, anexo do edital, instrumento específico na modalidade Pregão, em conformidade com a Lei n.º 10.520/2002;

e) Conceder vistas e entrega de fotocópia do estudo técnico que baseou o Processo Administrativo n.º 030/2014 do Pregão Presencial n.º 007/2014, o qual está disponível junto a Diretoria de Administração, conforme permissão dos artigos 10 e 11 da Lei de Transparência n.º 12.527/2011, bem como confirmar que as informações sobre a quantidade de material consumida no período do ano de 2013, estão descritas no próprio estudo técnico.

A íntegra das razões e fundamentos está disponível ao Impugnante e aos interessados na Diretoria de Administração junto ao Processo do Pregão Presencial n.º 007/2014.

O edital com as alterações e adequações estará disponível para acesso no portal eletrônica da CMSJ ou fotocópia obtida na Diretoria de Administração.

São José, 30 de outubro de 2014.  
VALMOR JOSÉ HEBERLE  
PREGOEIRO

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 215/2014, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 215/2014, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

Origem: Processo Licitatório nº 047/2014, Modalidade Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 001/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: FOCO PROPAGANDA LTDA EPP, CNPJ nº 01.191.137/0001-33.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

Valor: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 4.794, de 28 de janeiro de 2014, que poderá ocorrer em até 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Rubrica orçamentária: a) D - 14/2014 - 06.01.04.122.4503.2.00 6.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento; b) D - 02/2014 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção das atividades do Instituto Cultural de São Lourenço; c) D - 02/2014 - 18.01.27.812.4517.2.035.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção das atividades do Comitê Desportivo Municipal; e d) D - 10/2014 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública.

Data de Assinatura: 24/10/2014.

Vigência: de 24/10/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Osmar Wilhner - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 213/2014, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 213/2014, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

Origem: Decreto Municipal nº 4.967, de 21 de outubro de 2014, de acordo com a Lei 8.666 de 1993, subsidiariamente pelo disposto no Código Civil.

Locador: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Locatário: Gledson Storti, CPF nº 060.896.389-51.

Objeto: LOCAÇÃO DO RESTAURANTE, COPA, COZINHA E CHURRASQUEIRA DA ARENA DE EVENTOS ALBANO LUIZ MENEGATTI, situada na rua Via Parque, s/n, Bairro Cruzeiro, em de São Lourenço do Oeste - SC, para a realização de evento a ser promovido no dia 25 de outubro de 2014, pelo Locatário.

Valor: R\$ 715,50 (setecentos e quinze reais e cinquenta centavos), o que corresponde a 7,95 UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Pagamento: em parcela única, por meio de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, com vencimento em 24 de outubro de 2014.

Data de Assinatura: 22/10/2014.

Vigência: Durante o dia 25 de outubro de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Locador



e Gledson Storti - pela Locatário.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 214/2014, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 214/2014, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Origem: Art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA - EPP, CNPJ nº 05.982.200/0001-00.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO AOS PROGRAMAS DE COMPUTADORES "WINRURAL", TENDO EM CONTA O REFERIDO SOFTWARE SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO AGRÍCOLA MUNICIPAL, PARA FINS DE CONTROLE DE CONTATO DE ARRENDAMENTOS, CADASTROS DE PROPRIEDADES RURAIS E EMISSÃO DE BLOCO DE NOTAS.

Valor: R\$ 338,19 (trezentos e trinta e oito reais e dezenove centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 4.058,28 (quatro mil, cinquenta e oito reais e vinte e oito centavos) até 31 de dezembro de 2015.

Pagamento: Serão realizados em até 30 (trinta) dias, de acordo com a ordem cronológica disposta em decreto a ser expedido para o exercício de 2015, acompanhada da respectiva Nota Fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Data de Assinatura: 23/10/2014

Vigência: de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Mauri César Dengo - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 063/2014, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014 - FMS.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 063/2014, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014 - FMS.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 011/2013, Modalidade Convite p/ Compras e Serviços nº 001/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA, CNPJ nº 02.792.912/0001-79.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 012/2013, de 1º/03/2013, até a data de 31/12/2015, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: R\$ 2.123,06 (dois mil, cento e vinte e três reais e seis centavos), totalizando o valor de R\$ 25.476,72 (vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e seis reais e setenta e dois centavos) até 31 de dezembro de 2015.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2015.

Data de Assinatura: 27/10/2014.

Vigência: de 31/12/2014 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Francisco Antonio Abatti - pela Contratada.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 001, DE 13/01/2014.**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 001, DE 13/01/2014.

Origem: Convênio nº 001, de 13 de janeiro de 2014, de acordo com a Lei Municipal nº 1.905, de 19 de dezembro de 2010.

Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Conveniada: Associação de Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE, CNPJ nº 01.034.439/0001-06.

Objeto: Alteração da cláusula segunda, no que concerne ao valor, passando a constar que o Conveniente repassará à Conveniada o valor de R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais) mensais, no período de 1º de novembro a 31 de dezembro de 2014, a título de contribuição para a manutenção das atividades gerais da Associação, sendo que a variação do valor das parcelas a serem pagas (referente às competências de novembro e dezembro de 2014) representa o montante total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), ou seja, perfaz o percentual de 3,11% do valor total do Convênio firmado. Assim, o valor das parcelas restantes perfaz o montante de R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais), considerando o restante do exercício de 2014, majorando o valor total anual ajustado de R\$ 160.600,00 (cento e sessenta mil e seiscentos reais), para R\$ 165.600,00 (cento e sessenta e cinco mil e seiscentos reais).

Valor: O presente termo aditivo representa uma majoração, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no total das parcelas restantes, alterando o valor total do convênio para R\$ 165.600,00 (cento e sessenta e cinco mil e seiscentos reais), referente ao ano de 2014. Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Convênio correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data da assinatura: 24/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso, Prefeito Municipal - pelo Conveniente e Neri Pedersseti, Vice Presidente - pela Conveniada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2014, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014 - CDM.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2014, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014 - CDM.

Origem: Processo Licitatório nº 001/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 001/2014.

Contratante: Comitê Desportivo Municipal de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.026/0001-33.

Contratada: TRANSLOVERA TRANSPORTE E TURISMO LTDA. EPP, CNPJ nº 80.445.505/0001-07.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE TERRESTRE PARA OS ATLETAS DO CDM - COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL, EM PARTICIPAÇÃO NAS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FESPORTE - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE, FCFS - FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO, E DEMAIS COMPETIÇÕES DE NÍVEL LOCAL, REGIONAL, ESTADUAL E NACIONAL.

Valor: R\$ 9.750,00 (nove mil, setecentos e cinquenta reais).

Dotação Orçamentária: 18.01.27.812.4517.2.035.3.3.90.00.00.00.00 (2/2014).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de assinatura: 29/10/2014.

Vigência: de 29/10/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Adirlei Carlos Santian (Gerente Executivo) - pelo contratante e Celso Pedro Lovera - pela contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2014, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014 - FMS.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2014, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014 - FMS.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 041/2013, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, CNPJ nº 72.332.778/0001-09.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 002/2014, de 31/01/2014, até a data de 31/12/2015, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: R\$ 5.112,00 (cinco mil, cento e doze reais), correspondente a 6 m³ (seis metros cúbicos), o que totalizará o valor de R\$ 61.344,00 (sessenta e um mil, trezentos e quarenta e quatro reais) até a data de 31 de dezembro de 2015.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2015.

Data de Assinatura: 29/10/2014.

Vigência: de 31/12/2014 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Juleide Inês D'Agostini - pela Contratada.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 378, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 378, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 800519108, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Solange Franzosi, CPF nº 009.064.999-09.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5702R4R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9783, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 378 de 02/10/2014.

Data da assinatura: 02/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Solange Franzosi - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**DECRETO Nº 4.972, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.972, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013 e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 43, § 1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.13.392.4511.1.026			Aplicação	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024	217		Direta	R\$ 10.200,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013 e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 43, § 1º, inciso II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de outubro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 4.973, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.973, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.13.392.4511.1.026			Aplicação	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	84		Direta	R\$ 7.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.13.392.4511.1.026			Aplicação	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	83		Direta	R\$ 7.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de outubro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 151/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2014

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Aquisição de uniformes destinados ao 12º Batalhão do Corpo de Bombeiros conforme Lei n.º 6.434 de 26 de dezembro de 2010, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 14 de novembro de 2014.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 29 de outubro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

# Schroeder

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO Nº. 014/2014-CMS

RESOLUÇÃO Nº. 014/2014-CMS

REGULAMENTAÇÃO DAS FORMAS E CRITÉRIOS DE AUXÍLIO DE MATERIAL AMBULATORIAL

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 29 de outubro de 2014 RESOLVE REGULAMENTAR formas e critério de auxílios especificados na Lei nº. 2.039/2014, que acrescenta o inciso X ao artigo 1º. da Lei nº.1.699/2008, com recursos do Fundo Municipal de Saúde, ficando assim regulamentado:

Art. 1º. Autoriza o Município de Schroeder a conceder material ambulatorial de consumo, mediante prescrição médica.

Parágrafo Único: Este auxílio deverá seguir as seguintes formas e critérios:

a) Este auxílio de material ambulatorial (tabela abaixo) é válido para os munícipes de Schroeder devidamente cadastrados no Sistema Municipal de Saúde.

Atadura de Crepom tamanho 4cm
Atadura de Crepom tamanho 6cm
Atadura de Crepom tamanho 8cm
Atadura de Crepom tamanho 10cm
Atadura de Crepom tamanho 12cm
Atadura de Crepom tamanho 15cm
Atadura de Crepom tamanho 20cm
Compressa de Gase Estéril tamanho 7,5cm X 7,5cm
Compressa de Campo Operatório tamanho 23cm X 25cm
Compressa de Campo Operatório tamanho 45cm X 50cm
Seringa 20ml
Seringa para utilização em sonda enteral capacidade 60ml
Sonda uretral descartável número 6
Sonda uretral descartável número 8
Sonda uretral descartável número 10
Sonda uretral descartável número 12
Sonda uretral descartável número 14
Sonda uretral descartável número 16
Soro fisiológico frasco com 100ml
Soro fisiológico frasco com 250ml
Soro fisiológico frasco com 500ml
Soro fisiológico frasco com 1000ml

b) O munícipe que necessitar de material ambulatorial por um período maior que 30 dias, precisará ter prescrição médica, agendar horário com a Assistente Social da Secretaria Municipal de Saúde que realizará estudo sócio econômico e receberá Autorização de Liberação de Material Ambulatorial, se a renda familiar per capita não ultrapassar a um ponto três (1,3) salário mínimo mensal vigente. Tendo em mãos a autorização expedida pela Assistente Social, o requerente deverá se dirigir à Unidade de Saúde mais próxima de sua residência/área de abrangência, onde o seu caso será avaliado por um profissional da área da enfermagem, o qual

especificará quais materiais serão necessários, por quanto tempo e qual quantidade deverá ser fornecida para utilização em domicílio. O profissional deverá entregar ao requerente o receituário com as especificações acima. No caso de pacientes acamados ou incapazes de se dirigirem à Unidade de Saúde, a avaliação poderá ser realizada em Visita Domiciliar, previamente agendada com a Equipe de Saúde da Família. Caso em que este auxílio se dará por um período superior a 6 meses, deverá renovar a prescrição médica de 6 em 6 meses e, se o auxílio for necessário por um período superior a 1 ano, deverá realizar novo estudo sócio econômico. Para quem fizer uso de material ambulatorial de forma contínua, deverá retirar os mesmos a cada 30 dias (mensalmente).

c) Para quem necessitar de material ambulatorial por um período inferior a 30 dias, precisará apenas passar por um profissional da enfermagem, que avaliará a quantidade de material necessário e, entregará ao requerente o receituário com as especificações para poder fazer a retirada dos mesmos.

d) O fornecimento dos materiais de que se trata este artigo ocorrerá somente na Unidade Central de Saúde, localizada à rua Paulo Jahn, 147, no horário das 07h:30min às 12h:00min e das 13h:00min às 16h:30min, sempre mediante apresentação do receituário de avaliação do profissional de enfermagem. Caberá à Secretaria Municipal de Saúde não fornecer os materiais ao requerente que não tiver o receituário de avaliação em mãos. A Secretaria Municipal de Saúde se resguarda o prazo de até 30 dias para fornecimento dos materiais que não dispuser em estoque.

Assim, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC, 29 de outubro de 2014.

Valmor Heins Stricker

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

### I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2014-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

### I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2014-FMS

PROCESSO Nº. 24/2014-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data referente ao Edital de Pregão Presencial nº. 24/2014-FMS, visando a contratação de empresa especializada para Curso de Reanimação Cardiopulmonar e Desfibrilador para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.2 Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento,



deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 17 de novembro de 2014.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.  
Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.
- c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h.
- d) Abertura do processo: às 14h15min.

3.1.3 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 17 de novembro de 2014 às 14h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

Schroeder, 30 de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 240/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 240/2014-PMS  
Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 93/2014-PMS  
Processo nº. 202/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BRITAGEM TRÊS RIOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 08.649.579/0001-20, estabelecida na Rua Prefeito Jose Bauer, nº 2445, fundos, Três Rio do Sul, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.254-100.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
04	Pó de Brita	300	Cúbico	43,80	13.140,00
TOTAL R\$					13.140,00

Valor do contrato: R\$ 13.140,00 (treze mil cento e quarenta reais)  
Data da Assinatura: 30/10/2014 - Vigência: 30/10/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 241/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 241/2014-PMS  
Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 93/2014-PMS  
Processo nº. 202/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.734.219/0001-02, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 5.588, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Areia fina reboco branca	200	Cúbico	42,84	8.568,00
03	Brita número 01	300	Cúbico	44,00	13.200,00
TOTAL R\$					21.768,00

Valor do contrato: R\$ 21.768,00 (vinte e um mil setecentos e oitenta reais)

Data da Assinatura: 30/10/2014 - Vigência: 30/10/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 242/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 242/2014-PMS  
Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 93/2014-PMS  
Processo nº. 202/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PARISI TRANSPORTES DE TERRAPLANAGEM LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 80.443.427/0001-01, estabelecida na

Rua Germano Wagner 184, Bairro Centenário, Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-800.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Areia fina reboco normal	200	Cúbico	40,00	8.000,00
TOTAL R\$					8.000,00

Valor do contrato: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

Data da Assinatura: 30/10/2014 - Vigência: 30/10/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3.130/2014 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 3.130/2014 de 28 de outubro de 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 227.622,77 (duzentos e vinte e sete mil seiscentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.04 - UNIDADE DO FUNDEB  
05.04.12.361.3009.2.364 - Manutenção Ensino Fundamental FUNDEB  
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 213.731,92  
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Auxílio-Alimentação R\$ 6.364,00

05.04.12.365.3009.2.365 - Manutenção Educ Infantil FUNDEB  
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Auxílio-Alimentação R\$ 1.872,88

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
06.01 - UNIDADES DE OBRAS  
06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos  
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio-Alimentação R\$ 3.983,17

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.01 - UNID DE AGRICULTURA

07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura  
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio-Alimentação R\$ 1.670,80

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação - Recurso: 00.01.0000 R\$ 5.653,97

Subtrair excesso de arrecadação - Recurso: 00.01.0019 R\$ 221.968,80

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 28 de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### DECRETO Nº 3.131/2014 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 3.131/2014 de 28 de outubro de 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.02.08.243.3012.2.333 - Manutenção do Conselho Tutelar  
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio-Alimentação R\$ 3.300,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.02.08.243.3012.2.333 - Manutenção do Conselho Tutelar  
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Patronais R\$ 1.650,00  
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.650,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 28 de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

## **DECRETO Nº 3.132/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 3.132/2014, de 30 de outubro de 2014.  
AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

Oswaldo Jurck, Prefeito Municipal em exercício de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a informação repassada pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, por meio de ofício nº 159/2014 - SMSAS, datado de 02 de outubro de 2014, para a contratação de 01 (um) profissional Técnico em Enfermagem;

Considerando que a vaga para a qual é em substituição a profissional Janete Pereira que esta em afastamento médico desde o mês de setembro de 2014.

Considerando que a referida Secretaria já realizou processo seletivo para permitir a contratação em caráter temporário ACTs, para suprir possíveis demandas nas áreas da Saúde e Assistência Social;

Considerando que a lista de classificados para o determinado cargo já foi exaurida com a assinatura e entrega do termo de desistência da última classificada no referido processo seletivo em 26/09/2014;

Considerando que os profissionais da Saúde do Município são indispensáveis para os bons andamentos dos trabalhos e o atendimento aos munícipes conforme legislação específica.

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável;

### **DECRETA:**

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um (a)) profissional Técnico (a) em Enfermagem para atuar no ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da efetiva contratação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 30 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

## **EDITAL Nº 002/2014 - CMDCA**

EDITAL Nº 002/2014

EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS PARA FINANCIAMENTO NO ANO DE 2015

### **1 - INFORMAÇÕES GERAIS**

1.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme preconizado na Lei 1.628 de 11/12/2007 divulga processo de seleção de projetos voltados à área da infância e adolescência para organizações governamentais e não governamentais registradas no CMDCA.

1.2. O projeto aprovado será firmado mediante Convênio para entidades Não-Governamentais, auxílio ou subvenção com recursos do FIA, devendo a entidade proponente apresentar projeto e plano de trabalho, expondo como a organização atuará, conforme o presente edital.

1.3. Para Programas e Serviços Governamentais, a entidade proponente deverá apresentar termo de referência que contemple também os itens exigidos no documento modelo "cartilha de projetos".

1.4. Fazem parte deste edital:

- a) Anexo I - Formato do projeto
- b) Anexo II - Documentos exigidos para assinatura do convênio/subvenção
- c) Anexo III - Plano de Trabalho
- d) Anexo IV - Termo de Referência (para entidades governamentais)
- e) Anexo V - Resolução 001/2014 do CMDCA

1.4.1. Não poderão participar:

- a) Entidades governamentais e não-governamentais que não estejam devidamente registradas no CMDCA
- b) Entidades com registro vencido no CMDCA.
- c) Proponentes que estiverem com pendências relativas à prestação de contas ou com contas reprovadas em quaisquer convênios firmados anteriormente com o CMDCA/FIA;
- d) Entidades públicas ou privadas cujo objeto social não se relacione às características do programa ou que não disponham de condições técnicas para executar o convênio;
- e) Pessoas físicas ou entidades privadas com fins lucrativos;

1.4.2. As entidades privadas sem fins lucrativos que tenham, em suas relações anteriores com o município, incorrido em pelo menos uma das seguintes condutas:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria;
- c) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
- d) ocorrência de dano ao Erário, ou;
- e) prática de outros atos ilícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria.

### **2 - OBJETIVO**

2.1. Selecionar projetos de cunho social, inovadores para a entidade e para a comunidade, com o objetivo de incentivar, apoiar, promover, atender, valorizar e dar visibilidade a práticas das entidades governamentais e não governamentais registradas no CMDCA e que contribuam para a promoção, garantia, defesa, atendimento de crianças e adolescentes.

### **3- DO RECURSO FINANCEIRO**

3.1. O CMDCA destinará a quantia de R\$ 60.000,00 (sessenta mil



reais), assim divididos:

- R\$ 40.000,00 (vinte mil reais) para projetos de entidades não-governamentais;
- R\$ 20.000,00 (dez mil reais) para projetos de entidades governamentais;

3.2. Os projetos serão financiados de acordo com a disponibilidade de recursos na conta do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do CMDCA 2015.

3.3. As entidades poderão apresentar mais de um projeto.

3.4. Havendo recursos no FIA, outros projetos poderão ser financiados, obedecendo ao critério de prioridade estabelecido pelo CMDCA.

#### 4. DAS DIRETRIZES

4.1. O projeto deve contemplar, cumulativamente ou não, aspectos que envolvam necessariamente ações relacionadas a uma das seguintes diretrizes de políticas públicas do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 2011 - 2020 do CONANDA:

Diretriz 01 - Promoção da cultura do respeito e da proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, das instituições, e da sociedade. (Ações sócio-educativas para garantia de direitos e defesa da criança e do adolescente).

Diretriz 02 - Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades, com promoção da equidade e afirmação da diversidade. (Enfrentamento às violências na promoção da saúde física e mental, combate e prevenção a drogadição).

Diretriz 03 - Proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados. (Projetos inovadores no acolhimento institucional e de medidas sócio-educativas e de fortalecimento das relações familiares e comunitárias).

Diretriz 04 - Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a expressão livre de crianças e adolescentes sobre os assuntos a eles relacionados e sua participação organizada, considerando sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. (Fomento e apoio ao protagonismo juvenil e inclusão social).

Parágrafo único: Serão considerados territórios preferenciais para ação dos projetos propostos, as áreas consideradas de risco a infância e de alta vulnerabilidade social:

4.2. Todos os projetos devem estar direcionados para o município de Schroeder.

4.3. Não serão financiados projetos de políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo próprio e ainda; pagamento de funcionários e equipamentos para o setor administrativo da entidade bem como aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e adolescência, de acordo com o Art. 16, parágrafo único, da Resolução 137/2010 do Conanda. E ainda, não serão financiados projetos com prazo de execução superior a 36 meses.

4.4 Em cumprimento às determinações e aos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), relativamente às transferências de recursos, não serão cobertas despesas tais como:

- a) pessoal permanente da convenente;
- b) taxa de administração, de gerência ou similar;

- c) gastos exclusivamente de responsabilidade da convenente;
- d) alimentação, exceto quando absolutamente necessário;
- e) transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;
- f) pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
- g) pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado ou com órgãos ou entidades de direito público;
- h) pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
- i) remuneração, por serviços prestados, aos dirigentes ou servidores/empregados da convenente;
- j) estagiários, se constatada a contratação como mão-de-obra indireta que não guarde estrita vinculação com o projeto;
- k) bolsas de qualquer natureza visando ao custeio de mestrado, doutorado, estudo, pesquisa ou equivalentes;
- l) obrigações trabalhistas e previdenciárias de responsabilidade de contratantes de serviços de terceiros e
- m) outras despesas não autorizadas pela legislação.

#### 5- TERMO DE COMPROMISSO

5.1. A entidade proponente, aceita as condições estabelecidas por este Edital e responsabiliza-se por todas as informações contidas na sua proposta e no seu cadastramento, comprometendo-se a comprovar a veracidade destas quando for solicitada.

5.2. A Contemplada firmará termo de compromisso de divulgação da parceria entre o programa governamental e o CMDCA/FIA e/ou entre a entidade não-governamental e o CMDCA/FIA, por meio de declaração. Devendo ainda:

5.2.1. Confeccionar e afixar, em local visível na entidade, placa no modelo fornecido pelo Conselho Municipal, indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA.

5.2.2. Incluir a logomarca do CMDCA e FIA em todos os materiais de divulgação do projeto, sejam físicos e eletrônicos. Deverá entregar/enviar exemplar deste material ao CMDCA como comprovação do atendimento a esta cláusula.

5.2.3. Em qualquer evento relativo ao Projeto deverá divulgar amplamente que o projeto foi contemplado com recursos do FIA. E o CMDCA deverá ser oficiado e atualizado a respeito para que possa enviar representante afim de acompanhar o andamento do projeto.

5.2.4. Os equipamentos, figurinos, uniformes, materiais impressos adquiridos com recursos do FIA, devem ter a logomarca do CMDCA Schroeder impressa e/ou adesivada.

5.3. Todos os projetos devem prever sua continuidade após o encerramento do convênio com o CMDCA e indicar possíveis fontes de recursos para este fim. Portanto, sustentabilidade é imprescindível para aprovação do projeto.

5.4. A não observância destas condições implica em cancelamento automático da proposta e na exclusão do proponente de qualquer solicitação futura, estando também sujeita às penalidades previstas em lei.

#### 6- REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

6.1. A qualquer tempo o presente Edital poderá ser revogado ou

anulado, por motivo de interesse público, no todo ou em parte, sem que isso implique o direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

## 7- REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

7.1. Poderão participar desta seleção de projetos sociais as instituições registradas no CMDCA que atendam aos seguintes requisitos:  
I) Estar em dia com o registro no CMDCA Schroeder.

## 8-INSCRIÇÃO

8.1. As entidades interessadas em participar do processo de seleção deverão protocolar por ofício seus projetos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), no Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS - sito à Rua Blumenau, 123 - Centro - Schroeder/SC, no horário das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, no período de 13 de novembro a 27 de novembro de 2014, devendo atender:

I. A descrição do projeto (no Anexo I) deverá ser entregue em cópia FÍSICA devidamente identificada, encadernada e assinada pelo responsável legal pelo programa governamental ou entidade não governamental e em mídia eletrônica (CD, DVD, pen drive - em extensão ".doc" / ".odt" / ".pdf"). A ausência da mídia eletrônica inabilita o projeto.

II. Os documentos deverão ser protocolados em envelope fechado identificado conforme modelo abaixo:

EDITAL 002/2014/CMDCA

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

COMISSÃO ESPECIAL DO CMDCA

PROPONENTE: " \_\_\_\_\_ "

Nome do Projeto: " \_\_\_\_\_ "

III. Os projetos que preveem aquisição de bens materiais, mão de obra, transportes (equipamentos de informática, eletrônicos, eletrodomésticos, eletro portáteis, instrumentos musicais, entre outros), deverão apresentar, no mínimo 3 (três) orçamentos com as mesmas especificações, exceto no caso em que houver apenas um fornecedor ou fabricante. Neste caso a entidade deverá apresentar justificativa.

8.2. No ato da inscrição, não será necessário anexar os documentos discriminados no Anexo II - "Documentos exigidos para assinatura do convênio/subvenção". Estes serão recebidos pelo setor de Assistência Social de 21 a 30 de janeiro de 2015 e depois de encaminhado ao setor Jurídico da Prefeitura para análise.

§1º. Os projetos que não apresentarem rigorosamente os documentos válidos, solicitados no anexo II e IV serão inabilitados.

§2. Para celebração do convênio as documentações exigidas deverão estar em período de vigência.

8.3 Para as entidades governamentais, no ato da inscrição, não será necessário anexar o Termo de Referência estabelecido no Anexo IV, mas, é preciso prever custos de publicação da licitação, caso contrário estes serão arcados pela Secretaria/Fundação proponente. O termo de referência será protocolado no setor de Assistência Social, de 21 a 30 de janeiro de 2015.

§1º. Os projetos que não apresentarem rigorosamente os documentos válidos, elencados no anexo V serão inabilitados.

8.4. Não haverá cobrança de taxa de inscrição e não serão aceitas

inscrições via fax ou por correio.

8.5. Em caso de necessidade de diligências, quando as inscrições suscitarem dúvidas ou contiverem informações incompletas, os interessados terão prazo de quarenta e oito horas para o envio das respostas necessárias ao esclarecimento de dúvidas ou complementação de informações, sob pena de desclassificação automática.

8.6. Os critérios a serem considerados na elaboração dos projetos constam do Anexo V denominado como "Resolução 001/2014 do CMDCA". E ainda estará disponível em meio digital para os interessados, a "Cartilha: Orientações para elaboração de projetos para o FIA", na página Da Prefeitura de Schroeder no link Governo e CMDCA/FIA, <http://www.schroeder.sc.gov.br/>.

8.7. Com a inscrição do projeto, a entidade autoriza desde já, sem quaisquer ônus, a utilização do nome, imagem e voz dos dirigentes e demais profissionais envolvidos com a prática, bem como o projeto no todo ou em parte, seja para fins de pesquisa ou divulgação em qualquer meio de comunicação, por prazo indeterminado.

## 9 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO

9.1. A Comissão Especial do CMDCA analisará o atendimento dos critérios de elegibilidade das proponentes e o enquadramento dos projetos nas normas deste Edital. A seleção será desenvolvida nas seguintes etapas:

I. Habilitação com abertura das propostas e seleção dos projetos entre os dias 28 de novembro a 08 de dezembro de 2014, de modo a verificar os requisitos deste edital.

II. Visitas de campo, caso necessário, que ratificarão as informações prestadas e coletarão dados adicionais, se for o caso até 08 de dezembro de 2014.

III. Os projetos habilitados passarão por deliberação em reunião plenária do CMDCA, até 09 de dezembro de 2014, de forma a garantir a adequação dos projetos inscritos aos objetivos deste Edital;

9.2. Em havendo projeto de alguma entidade que constitui o Conselho, o representante desta ficará impedido de avaliar e de votar sobre o seu projeto.

9.3. As entidades cujos projetos sejam aprovados serão oficializadas, por e-mail, pelo CMDCA e terão prazo de 21 a 30 de janeiro de 2015 para protocolar todos os documentos necessários, em única juntada de documentos e/ou os Termos de Referência no setor de Assistência Social.

9.3.1. Todos os documentos deverão estar organizados de acordo e na sequência indicada na relação de documental. A falta de qualquer documento implica em não aceite do protocolo de entrega pelo Setor de Assistência Social.

9.3.2. É facultado ao setor de Assistência Social proceder agendamento para atendimento e recebimento dos documentos para convênios.

9.4. Após receber os documentos referentes aos projetos aprovados pelo CMDCA, o setor de Assistência Social procederá a tramitação burocrática do termo de convênio/subvenção ou licitação.

9.5. É de inteira responsabilidade das entidades proponentes o cumprimento dos prazos estabelecidos neste edital, sob pena de não recebimento dos projetos e/ou não encaminhamento para convênio.

9.6. Os critérios de avaliação são:

I. Cumprimento dos objetivos - adequação ao tema/diretriz; qualidade técnica do Projeto, metodologia aplicada, clareza, pertinência e exequibilidade dos objetivos, atividades e resultados esperados; quantidade de atendimentos.

II. Atendimento a área de vulnerabilidade social, conforme item 4 parágrafo único.

III. Impacto social da iniciativa (benefícios gerados com a implantação do projeto, a contribuição para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido, e a participação da comunidade.

IV. Sustentabilidade do projeto, ou seja, a continuidade após convênio.

9.7. O critério de desempate serão os elencados no item acima na ordem em que se encontram.

## 10 - ROTEIRO OBRIGATÓRIO DO PROJETO:

10.1. O projeto deve ser apresentado no modelo fornecido no modelo: Orientações para elaboração de projetos para o FIA.

## 11 - DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

11.1. O resultado da seleção estará disponível na página Da Prefeitura de Schroeder no link Governo e CMDCA/FIA, <http://www.schroeder.sc.gov.br/> e no mural do setor de Assistência Social, após aprovação em reunião plenária do CMDCA.

11.2. A entidade também será notificada por e-mail, informado no projeto, sobre a aprovação de seu projeto.

11.3. Os projetos/instituições vencedoras receberão a importância a eles destinados de acordo com o cronograma de desembolso de cada um (plano de trabalho), ou seja, o desembolso poderá ser em parcelas.

11.4. Será realizada uma reunião de instrução sobre os procedimentos para a efetivação do convênio para as entidades que tiverem seus projetos aprovados através de ofício de convocação, até a data de 18 de dezembro de 2014. Conforme Resolução 001/2014.

11.4.1 O não comparecimento à reunião e a não apresentação da justificativa da ausência, por escrito ao Presidente do CMDCA, implica na desistência por parte da entidade ou programa em receber recursos para o financiamento do projeto através do FIA.

## 12 - DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA ASSINATURA DO CONVÊNIO/SUBVENÇÃO

12.1. A partir da divulgação da aprovação do projeto, impreterivelmente a entidade terá de 21 a 30 de janeiro de 2015, para protocolar a seguinte documentação por ofício, no Setor de Assistência Social sito a Rua Paulo Jahn, 245 - Bairro Centro - Schroeder/SC, no horário das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min:

I) Documentação completa discriminada no Anexo II, em uma via e atualizada.

II) Declarações estabelecidas no Anexo II, devidamente assinadas e em papel timbrado da instituição.

III) Uma cópia do projeto em sua versão final aprovada pelo CMDCA, em forma física e digital (na forma digital, o documento deverá estar em PDF, formato fechado contendo em todas as folhas as assinaturas dos responsáveis).

IV) Plano de Trabalho estabelecido no Anexo III, a ser entregue em uma via impressa assinado e digital no e-mail [cmdca@schroeder.sc.gov.br](mailto:cmdca@schroeder.sc.gov.br).

Obs.: O plano de trabalho é a transcrição do projeto aprovado,

não podendo ser alterado sem autorização expressa e formal do CMDCA.

12.2. As entidades que não cumprirem a entrega da documentação completa no prazo aqui estabelecido perderão automaticamente o direito de recebimento do recurso no ano calendário deste Edital, salvo justificativa fundamentada e aprovada em plenária, o Conselho Municipal poderá ter a liberalidade de aceitar, mas isto poderá implicar em novo prazo para repasse do recurso de acordo com cronograma dos setores de convênio/financeiro.

12.3. Se houver necessidade nova documentação poderá ser requerida a entidade.

## 13 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1. Os projetos/entidades selecionados devem prestar contas junto o setor de Assistência Social sito a Rua Paulo Jahn, 245 - Bairro Centro - Schroeder/SC, até trinta dias após a conclusão da liberação de cada parcela, sendo que o repasse de nova parcela estará condicionado a aprovação da penúltima parcela.

13.2. A prestação de contas será analisada pelo setor de Assistência Social e quando solicitado por esta, em conjunto com a Controladoria do Município e com CMDCA, que poderão sem aviso prévio, e a qualquer tempo fazer diligências ou solicitar informações para verificar a execução do projeto.

13.3. A prestação de contas será conforme Instrução Normativa n.º 014, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Lei Complementar 24/2003 e outras da Controladoria do Município.

13.3.1 Exemplo 1: Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item.

13.3.2. Exemplo 2: No caso de cursos e palestras deverá ser apresentado lista de presença dos participantes com número do RG ou CPF, fotos e/ ou vídeos do evento além de outros documentos comprobatórios que a entidade julgar pertinente apresentar para comprovar a realização do evento.

13.4. Ressalta-se que na conta bancária exclusiva não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto.

13.5. Quando solicitado pelo CMDCA às entidades conveniadas terão de elaborar e apresentar seus "cases" do projeto, com objetivo de prestar contas à comunidade, divulgar e captar recursos para o FIA de Schroeder e consequentemente para a Entidade. Por "case" do projeto, se entende dossiê com o registro audiovisual, fotográfico das seguintes situações como exemplo: testemunhos pessoais sobre a execução do projeto, amostras dos materiais gráficos usados, mídia (se aplicável), entre outros.

13.6. A execução do instrumento firmado será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, respondendo o conveniente pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do convênio.

13.7. Os processos, documentos ou informações referentes à execução de convênio não poderão ser sonegados aos servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno do Poder Executivo Municipal.

13.8. Desde já, as entidades beneficiadas concordam que todos os cidadãos e ou empresas interessadas, poderão acompanhar o desenvolvimento e execução dos projetos financiados com recursos

do FIA.

#### 14 - CRONOGRAMA/PRAZOS

##### 14.1. Etapas Prazo:

I Lançamento do Edital 31/10/2014

II Protocolo dos projetos no CMDCA de 13 a 27/11/2014

III Análise pela Comissão Especial até 08/12/2014

IV Aprovação pelo CMDCA até 09/12/2014

V Divulgação dos resultados/projetos escolhidos até 12/12/2014

VI Reunião de instrução para as entidades, até 18/12/2014

VII Entrega da documentação do convênio/subvenção de 21 até 30 de janeiro de 2015.

#### 15 - INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE SUCESSO DO PROJETO

15.1. A entidade deverá manter cadastro dos participantes do projeto e da lista de espera, contendo informações como nome, endereço, nome dos pais, telefones, e-mail, idade, sexo da criança ou do adolescente atendidos no projeto, notas escolares antes do início do projeto e no final do projeto. Estas informações deverão ser atualizadas e estar em planilha de Excel ou similar e enviadas ao CMDCA até a data de prestação de contas da última parcela do convênio. Pois serão utilizadas para verificar a viabilidade econômica do projeto.

15.1.2. Nos indicadores enviados devem estar contemplados os indicadores de resultados conforme descrito no projeto, pela entidade.

#### 16- INFORMAÇÕES ADICIONAIS

16.1. A liberação da primeira e/ou única parcela do recurso deverá acontecer, preferencialmente até o mês de abril de 2015.

16.2. O descumprimento de qualquer uma das regras que regulamentam o presente edital acarretará a desclassificação do candidato.

16.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo CMDCA, bem como as decisões sobre seleção dos projetos serão irreversíveis.

16.4. Não serão aceitos orçamentos de produtos ofertados em promoções. Porém, após assinatura de convênio não há objeção a compra de produtos em promoção desde que atenda as especificações do objeto aprovado pelo CMDCA.

16.5. Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste edital poderá ser obtido no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, sito à Rua Blumenau, 123 - Centro - Schroeder/SC, no horário das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, com Bruna, ou por telefone (47) 3374-6460.

Schroeder, 31 de outubro de 2014.

Orlando Tecilla	Osvaldo Jurck	Fabiane Heller
Secretário de Saúde e Assistência Social	Prefeito Municipal	Vice Presidente do CMDCA

#### ANEXO I FORMATO DO PROJETO

##### 1. METODOLOGIA DO PROJETO

Os projetos apresentados ao CMDCA para análise junto ao FIA devem seguir todas as orientações a seguir. Serão desclassificados os projetos que não cumprirem esta metodologia.

Redação: devem ser redigidos conforme normas da ABNT (espaçamento entre linhas 1,5 cm; fonte times new roman ou arial, altura da fonte 12, margem superior e esquerda 3 cm, margens direita e inferior 2,5 cm; alinhamento justificado, folha A4 impressa no formato "retrato").

##### 2. RESUMO DO PROJETO (SEGUIR MODELO ABAIXO)

Nome do Projeto	
Entidade	
Endereço	
Telefone	
Responsável/fone/e-mail (deve conter 2 pessoas)	Nome completo
Diretriz (Linha de ação do edital)	
Objetivo geral	
Objeto a ser financiado	
Público alvo/faixa etária	
Quantidade de atendimento no projeto	---crianças, ---adolescentes
Turno em que o projeto acontece	Manha --Tarde -- Noite
Dias de execução do projeto	2ª ; 3ª, 4ª, 5ª; 6ª; sábado, Domingo
Valor solicitado ao CMDCA	R\$
Valor Total do Projeto	R\$
Duração do projeto (nº de meses):	

Obs.: Este quadro deve ficar sozinho na folha de rosto.

##### 2.1 Dados Institucionais

PROPONENTE DO PROJETO (ENTIDADE)			
Nome:			
CNPJ nº:			
Registro no CMDCA nº:		Validade do Registro:	
Endereço:		Nº:	Comp.:
Bairro:	Cidade:	Estado:	CEP:
Telefone:	Fax:	E-mail:	
Site:			
Nome do responsável legal da entidade:			
Telefones:	Fax:	E-mail:	
Nome do responsável técnico do projeto:			
Telefone:	Fax:	E-mail:	

Deve conter o nome de duas pessoas responsáveis pelo projeto, pois na ausência de um é preciso que haja outra pessoa capaz de responder pelo andamento e monitoramento do projeto. E o telefone de contato e / ou e-mail.

##### 2.2. Identificação Da Entidade

A entidade diz quem é e o que faz. Descreve as suas atividades. É um breve histórico. Até 10 linhas.

##### 3. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O solicitante do recurso deve apresentar de uma forma clara, sucinta e objetiva o seu projeto para o financiador entendê-lo. O solicitante do recurso deve explicar e responder às questões: por que e para que executar o projeto? Deve descrever as demandas



verificadas no contexto que levaram à elaboração deste projeto. Mencione dados específicos para justificar tais demandas. Até 20 linhas.

### 3.1 Objeto a Ser Financiado

Descrição do que será o objeto do financiamento. Isso deve estar claro, objetivo e especificando o tipo ("atendimento", aquisição de equipamento) desde que esteja de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA.

Por exemplo: Objetivo e responde a pergunta para que? Capacitação de mães para serem formadoras educacionais do lar, aquisição de televisor 29" para atividades educativas.

### 4. PÚBLICO ALVO

Citar quem é o público-alvo, descrevendo as características que identifiquem o perfil dos destinatários das ações como: idade, fases da vida (criança e/ou adolescentes), famílias, profissionais envolvidos no atendimento, etc. Quantos pagam para frequentar a entidade.

4.1. Beneficiários Diretos (especificar):

4.2. Beneficiários Indiretos (especificar):

### 5 OBJETIVOS

#### 5.1 Geral

Qual o impacto, mudança de contexto, que este projeto visa causar?

#### 5.2 Específicos

Informe quais são as condições/situações que serão contempladas devido à realização das ações propostas neste projeto. Os objetivos específicos devem ser claros e mensuráveis. O que vai ser feito para atingir o objetivo geral.

### 6. METODOLOGIA

Descrever como as atividades serão realizadas na busca de se alcançar cada um dos objetivos e metas propostos (passo a passo, dias de funcionamento, conteúdos a serem trabalhados, etc.). É importante propor um cronograma das ações.

### 7. INDICADORES DE RESULTADOS

Para cada atividade principal, preencha a tabela abaixo informando quais são os indicadores que serão verificados para determinar o cumprimento dos objetivos específicos do projeto. Os indicadores são verificações, acontecimentos, ocorrências ou dados mensuráveis que comprovam que o projeto teve efeitos e causou mudanças no grupo beneficiário. Por exemplo: Para mostrar que houve fortalecimento comunitário, um indicador possível é o aumento do número de associados na Associação da comunidade. Todo indicador precisa ser mensurável.

7. SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO			
Resultado(s) esperados	Indicadores qualitativos	Indicadores quantitativos	Meios de Verificação
			1.
	2.	3.	4.
	5.	6.	7.
	8.	9.	10.
	11.	12.	

### 8. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Exemplo

Atividade	Período											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Reunião		x										
visita			x									
atendimento				x	x	x	x	x	x	x	x	x
Conclusão										x	x	x

### 9. EQUIPE TECNICA DA ENTIDADE

Apresentar a organização da entidade ou programa para desenvolver as atividades/ações do projeto (capacidade técnica de pessoal, adequação física, entre outras). Se os profissionais são contratados com registro ou voluntários e a carga horária de cada um. Descrever as funções desempenhadas por todos os profissionais e demais agentes do projeto.

Nome	Formação Profissional (cargo/função na entidade)	Função no projeto	Carga horária no projeto (mensal/semanal)	Vínculo (CLT, prestador serviços, voluntário, efetivo)

### 10. DESCRIÇÃO DA CONTRAPARTIDA

Descreva quais os recursos materiais, humanos e tecnológicos, espaço físico e parcerias com que a organização já conta e que serão utilizados na execução deste projeto.

Caso existir a contrapartida deve ser mencionado. Deve ser real e pode ser financeira ou não. Por exemplo: sala de aula para execução de curso.

### 11. PARCEIROS

Também deve mencionar outras parcerias estabelecidas para execução do projeto, fontes de apoio e de financiamento - caso existam, especificando as funções de cada uma.

Organização	Principais funções no projeto
Nome completo	Fornecimento de materiais didáticos para o projeto.
Nome completo	Espaço / Sala para aula técnica.

### 12. SUSTENTABILIDADE

Descreva os elementos abaixo e outros que favorecem a continuidade do projeto e de seus resultados em longo prazo.

#### 12.1 Financeiro

Presença de outras fontes de financiamento ou empreendimento de autofinanciamento. Devem constar os nomes.

#### 12.2 Técnico

Recursos humanos.

#### 12.3 Comunitário

Apropriação do projeto pela comunidade.

**13. COMUNICAÇÃO DO PROJETO**

Como a entidade solicitante de recursos irá divulgar suas ações aos parceiros, líderes, autoridades governamentais, público interno, sociedade em geral e formadores de opinião nos assuntos relacionados à criança e ao adolescente em Schroeder.

É obrigação da entidade divulgar o recebimento de recursos do FIA por meio de comunicação visual (placa, "banner") fornecido pelo CMDCA ou confeccionada pela entidade conforme modelo fornecido pelo CMDCA.

Por exemplo:

Tipo de Mídia	Quantidade
1. Folders, panfletos e outros impressos	XXXX
2. Mala direta	XXXX
3. Página na internet	XXXX

**14. PLANILHA DE ORÇAMENTO**

O orçamento deve ser apresentado em forma de planilha ou tabela e conter os itens que serão adquiridos e os respectivos preços, se possível com descrição de marcas pesquisadas.

Para cumprir as exigências legais, Lei 8.666 /93, é importante que seja apresentado, em anexo, orçamentos de três fornecedores e considerado a mediana dos preços, ou seja, desprezar o maior e o menor valor e considerar o preço médio.

O orçamento deve estar de acordo com o preço de mercado porque o CMDCA analisa os custos reais da solicitação e, valores subfaturados ou superfaturados podem fazer com que o projeto não seja aprovado.

Ex.1:

Objeto	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
Palestrante	30 h	50,00	1.500,00
Apostila	40 un	30,00	1.200,00
Total			2.700,00

Ex.2:

Objeto	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
TV 32"	1 un	599,00	599,00
DVD	1 un	200,00	200,00
Instalar equipamento multimídia e revisar instalação elétrica	10 h eletricitista	15,00	150,00
Fio 10mm	100 m	4,00	400,00
TOTAL R\$			1.349,00

**15. CRONOGRAMA FINANCEIRO**

Desenvolver quadro sintético e de fácil visualização das etapas do projeto; definir o calendário com margem de segurança, representando capacidade física, organizacional e financeira da entidade. Considerar período de férias em que não haverá atividade no projeto.

Exemplo:

NATU-REZA DA DESPESA	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	TOTAL 1o SEM
1. CUSTOS FIXOS							R\$
1.1 Aquisição de equipamentos (tv, dvd)		x					550,00
1.2 Palestrante		x	x				1.500,00
TOTAL GERAL R\$	550,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.050,00

**16. VALOR DO PROJETO**

Deve constar o valor solicitado ao CMDCA para execução do projeto.

OBS.: Se o valor total do projeto for superior ao solicitado ao CMDCA, deve ficar claro.

Ex:

Valor solicitado ao CMDCA: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)

Valor da contrapartida: R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais)

Valor total do projeto: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Schroeder, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do responsável / Cargo

**17 ANEXOS**

Os anexos podem ser: relação de crianças e adolescentes atendidas; projetos arquitetônicos, cópia dos orçamentos de fornecedores utilizados para elaborar o custo do projeto, fotos, etc...

Obs.: Exemplos foram citados de forma fictícia.

**ANEXO II**

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A ASSINATURA DO CONVÊNIO/SUBVENÇÃO

ENTIDADE: \_\_\_\_\_

UNIDADE INTERVENIENTE: \_\_\_\_\_

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CONVÊNIOS/SUBVENÇÕES**

1. Ofício de solicitação em papel timbrado da entidade, dirigida ao Prefeito e memorando do Secretário da área que concederá o benefício;

2. Plano de Trabalho preenchido, rubricado e assinado pela Entidade e pelo Secretário da unidade concedente;

3. Dotação orçamentária que fará face as despesas de forma detalhada;

4. CNPJ da entidade - original impresso (internet);

5. Cópia, autenticada em cartório, do Certificado de Inscrição no Conselho (CMAS/COMED/CMS/CMDCA);

6. Cópia, autenticada em cartório, do Atestado de Funcionamento emitido pelo (CMAS/COMED/CMS);

7. Cópia, autenticada em cartório, do Estatuto Social da entidade, e suas alterações, devidamente registrado em cartório;

8. Cópia, autenticada em cartório, do Balancete Financeiro do exercício anterior devidamente aprovado pelo Conselho Fiscal da Instituição;

9. Relatório de atividades a serem realizadas no período do convênio rubricado e assinado pela entidade;

10. Cópia da Lei de Utilidade Pública Municipal ou Certidão da Câmara de Vereadores que reconheça a utilidade pública;

11. Cópia, autenticada em cartório, da Ata de Posse da atual Diretoria da entidade;

12. Cópia, autenticada em cartório, do RG e do CPF do Presidente da Instituição e comprovante de residência;

13. Declaração de Funcionamento regular da entidade 1(um)ano, expedida pela entidade;

14. Declaração de Responsabilidade de recebimento, aplicação na forma do avençado e prestação de contas dos recursos públicos (modelo ANEXO I);

15. Declaração de Contrapartida (modelo ANEXO II);

16. Declaração de Adimplência (modelo de ANEXO III);

19. Declaração De Não Vínculo Ao Poder Público (modelo de ANEXO IV);

20. Declaração de compromisso com a divulgação da parceria entre entidade e CMDCA/FIA (modelo ANEXO V).

21. Comprovante de abertura de Conta Corrente (específica p/ Convênio/Subvenção).

22. No caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo, apresentar relação dos bens a serem adquiridos com quantidade, custo unitário e custo total. Apresentar 03 (três) orçamentos com carimbo c/CNPJ da empresa e assinatura.

**CERTIDÕES NEGATIVAS**

23. Certificado de Regularidade do FGTS - Atualizada e Vigente.

24. Certidão Negativa de Débitos do INSS - Vigente.

25. Certidão Negativa de Débito Municipal - Vigente.

26. Certidão de Regularidade da Secretaria da Receita Federal (SRF) e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGNF) - Vigente.

27. Certidão de Regularidade da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), que pode ser obtida via internet, através do endereço - Vigente.

28. Certidão Negativa de Débito de Prestação de Contas (Apresentar certidões de todas as Secretarias/Fundações/Autarquias municipais em que a Entidade receba recursos - Vigente.

29. Certidão Negativa de Débito Trabalhista - Vigente.

Informamos que no decorrer do processo de análise na minuta para lavratura do Convênio, O setor da Assistência Social e Convênios poderá solicitar mais documentos com o intuito de completar as informações dos documentos listados.

Recebido na Secretaria de Assistência Social em ...../ ...../ .....  
 Conferido em ...../ ...../ .....  
 por .....

#### ANEXO I DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Na qualidade de representante legal da .....  
 ..... estabelecida no endereço .....  
 ....., inscrita no CPNJ nº .....  
 ....., declaramos para os devidos fins que nos comprometemos a receber, aplicar e prestar contas dos recursos que nos forem concedidos pelo Governo Municipal, na forma de Convênio/Subvenção.  
 Para maior clareza, firmamos a presente declaração.  
 Local e data.  
 <Nome do(a) Responsável>  
 Cargo/ nome da Instituição

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA

#### (ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS)

Declaro que esta Instituição (nome) dispõe dos recursos financeiros (ou em bens e serviços economicamente mensuráveis), no valor de R\$ 00,00 (valor por extenso), necessários para compor a contrapartida ao repasse de recursos disponibilizados pela CONCEDENTE destinados a (descrever o objeto do convênio, o mesmo que se encontra no Projeto Técnico/Termo de Referência e no Plano de Trabalho).

Declaro ainda que, na hipótese de eventual necessidade de aporte adicional de recursos, esta Instituição se compromete com sua integralização, durante a vigência do Convênio que vier a ser celebrado.

Local e data.

<Nome do(a) Responsável>

Cargo/ nome da Instituição

#### ANEXO III DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA

Eu ..... presidente da instituição, inscrito no CPF nº ..... declaro, sob as penas do art. 299 do Código Penal, que esta instituição não se encontra em mora e nem em débito junto a órgão ou entidade da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

Por ser expressa da verdade, firma a presente declaração.

Local e data.

<Nome do(a) Responsável>

Cargo/ nome da Instituição

#### ANEXO IV DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO AO PODER PÚBLICO (ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS)

Declaro, para os devidos fins, que nenhum dos dirigentes desta Instituição é agente político de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Local e data.

<Nome do(a) Responsável>

Cargo/ nome da Instituição

#### ANEXO V DECLARAÇÃO

DECLARO estar ciente da obrigatoriedade da entidade não governamental e/ou programa governamental proponente do projeto "

de divulgar o apoio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), por meio de placa fixada na sede, veiculação em mídia impressa, digital, TV, apresentações, adesivos, etc., constando a parceria existente com este Conselho, conforme os modelos do CMDCA.

Sendo que a placa de repasse de recursos deve ter formato mínimo de 40 x 65cm, e a veiculação em mídia impressa, digital, TV, apresentações, entre outras ter o formato em tamanho de acordo com as demais logos publicadas.

Local e data.

<Nome do(a) Responsável>

Cargo/ nome da Instituição

(poderá constar mais de uma assinatura se for o caso).



# ANEXO III PLANO DE TRABALHO

## Plano de Trabalho / Atendimento 1/3

### 1 - Dados Cadastrais

Órgão Entidade Concedente Município de Schroeder/ FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				CNPJ 18.797.875.0001-21
Endereço Rua Paulo Jahn, 147				
Cidade Schroeder	UF SC	CEP 89275-000	DDD Tele- fone 47 3374- 6413	Esfera Adminis- trativa Municipal
Nome do Responsável Orlando Tecilla				CPF 311.753.179-34
Cédula de Identidade/ Órgão Expedidor 163299 / SSP/SC			Cargo/Função Secretário de Saúde e Assistência Social	

Órgão / Entidade Proponente Nome da Entidade				CNPJ
Endereço				
Cidade	UF SC	CEP	DDD / Telefone (047)	Entidade Filantró- pica Sem Fins Lucrativos
Conta corrente		Banco	Agência	Praça de Pagamen- to
Nome do Responsável				CPF
Cédula de Identidade / Órgão Expedidor				Função
Endereço e telefone residencial				CEP

### 2 - Descrição

Título:	Período de Execução	
Nome do Projeto	Início – AA	Término – 12 meses AA
Objeto: O presente Convênio tem por objeto auxílio financeiro do Município/FIA visando a manutenção do Projeto...		
Justificativa: No máximo 10 linhas		

\*AA Após assinatura

## Plano de Trabalho / Atendimento 2/3

### 3 - Metas

N.º	Descrição por tipo de atendimento	Qtde.
1		
	T OTAL	

### 4 - Cronograma de Execução

Etapa	Especifi- cação	Quant	1ª Parcela R\$	2ª a 11ª Parcela R\$	Total R\$	Início	Término
01		-	-				
	TOTAL						

### 5 - Plano de Aplicação (preenchimento pela Secretaria de Saúde e Assistência Social )

Natureza da Despesa		Concedente	Proponente	Valor Total
Código	Especificação	R\$	R\$	R\$
			0,00	
=> Total Geral			0,00	

## Plano de Trabalho/Atendimento 3/3

### 6 - Cronograma de Desembolso

#### Concedente

Meta	1o Mês	2o Mês	3o Mês	4o Mês	5o Mês	6o Mês
Meta	7o Mês	8o Mês	9o Mês	10o Mês	11o Mês	12o Mês

### 7 - Declaração

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto à Prefeitura Municipal de Schroeder, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste Plano de Trabalho/Atendimento.

PEDE DEFERIMENTO.

Local e data

Proponente:

xxxxxxxxx,  
Presidente da .

## 8 - Aprovado pelo Concedente

Local e data:	
Concedente:	
Osvaldo Jurck Tecilla Prefeito Municipal. Assistência Social.	Orlando Secretário de Saúde e

## ANEXO IV

## TERMO DE REFERÊNCIA PARA ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

## 1. OBJETO

Deverá ser redigido de forma sucinta, precisa, suficiente e clara do bem/serviço a ser adquirido/contratado. Quando forem vários itens, recomenda-se detalhar as especificações de cada item em uma página anexa.

## 2. JUSTIFICATIVA

Deverá expor as razões pelas quais a aquisição/contratação irá suprir as necessidades da unidade solicitante, pois os atos administrativos devem ser motivados, ante ao disposto no art. 50, § 1o, da Lei 9.784/99, que determina "A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato".

## 3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Deverá constar de forma clara, detalhada e precisa todos os elementos que constituem o objeto, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização. Importante salientar que o que se pretende é a aquisição do melhor produto com o menor custo, ou seja, o melhor custo benefício. Neste item, deverão estar expressos, por exemplo, a medida, a capacidade, a potência, o consumo, a composição, a resistência, a precisão, a quantidade, a qualidade, o modelo, a forma, a embalagem, os requisitos de garantia, os de segurança, os acessórios, enfim, as características que propiciem tanto a formulação de propostas de preços pelas empresas interessadas em participar do processo, como também o julgamento objetivo da melhor proposta. Normas técnicas como ABNT, INMETRO, dentre outras, assim como padrões de qualidade obrigatórios para o bem/serviço a ser comprado/contratado, deverão ser detalhados neste item, sendo necessário, no caso de normas técnicas, a identificação das mesmas. Caso haja necessidade de detalhamentos adicionais do objeto a ser contratado, documentos poderão ser anexados ao Termo de Referência (tabelas, fotos, catálogos, desenhos, projetos...). Especial atenção deverá ser dada quando da necessidade de agrupamento de itens em lotes, de acordo com a natureza do fornecimento.

## 4. PRAZO, LOCAL E FORMA DE ENTREGA E/OU EXECUÇÃO

**PRAZO:** Entende-se como prazo aquele em que se quer receber determinado material, equipamento e/ou início e conclusão/entrega de uma obra que pode ser de pequeno, médio ou grande porte. Nem sempre o prazo desejado é o prazo do fornecedor/empreiteiro, daí a necessidade de se estabelecer um prazo exequível, não convém trabalhar com a falsa impressão de um prazo de entrega que se sabe, diante mão, não vai ser cumprido. Vale lembrar também, que o(s) prazo(s) de entrega estabelecido(s) no TR, só passa(m) a correr após a contratação, ou em casos específicos, após a emissão do Empenho.

Especificar quantos dias o fornecedor/prestador de serviço terá

para cumprir a execução ou entrega do produto, informar nome completo, horário, endereço, telefone, setor da pessoa responsável pelo recebimento.

## 5. PRAZO e CONDIÇÕES DE GARANTIA

O setor responsável deverá informar o prazo da garantia do bem/serviço que será adquirido.

## 6. GESTOR DO CONTRATO

A execução contratual começa com a assinatura do termo de contrato. Neste momento, contratado e Administração Pública possuem direitos e deveres, descritos minuciosamente no documento firmado entre as partes. De acordo com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, os contratos devem ter sua execução acompanhada e fiscalizada (pelo setor solicitando/responsável).

## 7. PROJETO E PLANO DE TRABALHO

Deve apresentar cópia do Projeto e Plano de Trabalho, sendo estes, os mesmos apresentados ao CMDCA.

## 8. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS (CONTRATANTE E CONTRATADA)

Obrigações que a licitante vencedora do certame deve observar na execução do contrato, além das obrigações usuais que já são padrão no contrato. São obrigações específicas do bem/serviços a ser comprado/contratado.

## 9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Informar se há necessidade de apresentação documento demonstrativo de capacidade técnica, como por exemplo, atestado(s) de capacidade técnica para que o licitante comprove o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, prazos e/ou quantidades com o objeto a ser licitado.

Citar aqui comprovações técnicas que devem ser exigidas do fornecedor, visando garantir a satisfação da necessidade da aquisição (atestados, certidões, registros, garantias, inspeções, qualificações, etc.).

Os requisitos de qualificação técnica deverão respeitar os limites legais, havendo contrariedade às normas licitatórias, o requisito exigido será desconsiderado ou adaptado à Legislação, por isso é recomendável consulta prévia à Gerência da Unidade de Administração e Finanças para se evitar eventuais alterações.

## 10. ORÇAMENTO ESTIMADO

Item obrigatório. O orçamento deverá ser realizado através de consulta aos preços de mercado (pelo menos três fornecedores distintos), devendo também ter como parâmetro, sempre que possível, os valores fixados por órgão oficial competente, ou ainda os preços vigentes em outros órgãos, desde que em condições semelhantes.

Na Proposta de Preços deverá conter especificação detalhada dos materiais/serviços, rigorosamente de acordo com as exigências constantes deste Termo e seus Anexos, não se admitindo propostas alternativas. A proposta deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, indicar o nome ou razão social da proponente, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail), bem como os dados de seu representante. (conforme Solicitação de Orçamento padrão do Município de Schroeder).

## 11. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O TR deve contemplar de forma clara e objetiva, as condições de entrega, a forma de acondicionamento e transporte do objeto, a necessidade de montagem ou de instalação de determinados objetos, dentre outros aspectos relevantes imputados como condicionantes para recebimento e aceitação pela Unidade gestora do Objeto contratado.

## 11.1 - Em se tratando de obras e serviços:

a) Deverão os projetos serem aprovados pelos órgãos competentes

do Município e Estado, apresentar alvará de construção;  
 b) Deverá ser apresentado Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/RRT)  
 c) Apresentar Orçamento (Códigos de referencia SINAPI/SICRO, ou outra tabela referencial, ou composição de custo com ornamentação)  
 d)provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 dias da comunicação escrita do contratado;  
 e) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação (nunca superior a 90 dias), ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

11.2 - em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:  
 a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;  
 b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

11.3 - Segundo o art. 74, da Lei n.º 8.666/93, o recebimento provisório poderá ser dispensado (o recebimento será feito mediante simples recibo), nos seguintes casos:

I - gêneros perecíveis e alimentação preparada;

II - serviços profissionais;

III - obras e serviços de valor até o limite de convite para obras e serviços (R\$ 80 mil), desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Resultados esperados

Informar quais os resultados pretendidos com a aquisição do bem/produto ou do serviço para a

Administração, instruído, se for o caso, com memória e metodologia de cálculo.

## 12. ORIGEM DOS RECURSOS E CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

Constar que o pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal da parcela ou do total entregue ou executado, que deverá ser emitida:

Órgão Entidade Concedente FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				CNPJ 18.797.875.0001-21
Endereço: Rua Paulo Jahn, 147				
Cidade Schroeder	UF SC	CEP 89275-000	DDD Telefone 47 3374-6413	Esfera Administrativa Municipal

Constar que o pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento definitivo de cada parcela executada.

\* No caso de aquisição de materiais, especificar quais os documentos deverão ser apresentados para comprovar o atendimento das exigências contratuais para efetiva Liberação de Pagamento de Materiais.

\* No caso de obras e serviços, especificar quais os documentos deverão ser apresentados para comprovar o atendimento das exigências contratuais para efetiva Liberação de Pagamento de Obras e Serviços.

## 13. CONDIÇÕES GERAIS

Informações que visem elucidar eventuais dúvidas sobre qualquer um dos tópicos que compõe o TR.

## 14. AMOSTRAS / LAUDOS TÉCNICOS

Sempre que julgar necessária a solicitação de amostras e/ou Laudos Técnicos, Certificados Técnicos do produto, o autor do TR deverá especificar de forma clara e objetiva em qual das etapas

do processo estes itens serão apresentados, bem como quem será responsável pela recepção e análise dos mesmos.

## ANEXO V

### RESOLUÇÃO 001/2014 - CMDCA

#### RESOLUÇÃO 001/2014 - CMDCA

Estabelece critérios para a análise e aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA

O Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente do Município de Schroeder -CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei 1.628 de 11/12/2007, RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer critérios para análise e aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, conforme lei nº 3725 de 02/07/1998;

Art. 2º - A Comissão de Normas e Entidades analisará os projetos considerando os critérios a seguir:

#### 1. Da Documentação da Entidade e/ou Programa:

- A Entidade/Programa deve estar registrada no Conselho Municipal dos Direitos da
- Criança e do Adolescente - CMDCA, de acordo com os Art.90; Art. 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA Lei 8.069 de 13/7/90 e, a Resolução nº248/06 do CMDCA;
- A documentação da Entidade/Programa junto ao CMDCA deverá estar atualizada;

#### 2. Do Projeto:

- O objeto a ser financiado deve estar descrito de forma clara, coerente, objetiva, e estar em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA Lei 8.069 de 13/7/90, Artigos 87, 88, 90 e 92;
- É vedada a participação de projetos para manutenção de entidade;
- É vedada a apresentação de projetos que visem atender entidades e instituições particulares que não estejam registradas no CMDCA;

#### 3. Da análise dos projetos:

- O número de crianças e adolescentes atendidos direta e indiretamente;
- O objeto;
- Objetivos e aplicabilidade do projeto;
- Oferta de oportunidades de desenvolvimento para crianças e adolescentes;
- Ampliação da capacidade para convivência e participação na vida pública;
- Ampliação do conjunto de aptidões e habilidades;
- Garantia de acesso aos direitos sociais básicos.
- Duração do projeto;
- Resultados esperados: qualitativos e quantitativos;
- Sustentabilidade financeira e técnica do projeto.

#### 4. Da deliberação sobre os projetos:

- A comissão do FIA apresentará aos Conselheiros de Direito, todos os projetos analisados, com seus respectivos pareceres, para que, em reunião ordinária ou extraordinária, seja deliberada a aprovação ou não dos projetos;

#### 5. Da liberação de recursos:

- As Entidades e/ou Programas, que tiverem os seus projetos aprovados pelo Conselho serão informadas por ofício e convocadas para reunião de instrução sobre os procedimentos para a

efetivação do Convênio;

- O não comparecimento à reunião e a não apresentação da justificativa da ausência, por escrito ao Presidente do CMDCA, implica na desistência por parte da entidade ou programa em receber recursos para o financiamento do projeto através do FIA;

6. Das disposições gerais:

- O CMDCA poderá estabelecer parcerias e contatos com outras Entidades, Secretarias, Fundações e Institutos a nível Municipal, Estadual e Nacional para garantir a implantação e realização de projetos;

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Schroeder, 31 de outubro de 2014.

Fabiane Heller

Vice Presidente do CMDCA

ATA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL 93/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 68/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 68/2014		Data do Registro: 30/10/2014		Válido até: 30/10/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Educação, Cul							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Areia fina reboco branca	M3	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Areia Otília	0	42,8400	1
			PARISI TRANSPORTES DE TERRAPLENAGEM LTDA. (8849)		0	42,8500	2
			BRITAGEM TRÊS RIOS LTDA (12705)		0	43,2000	3
2	Areia fina reboco normal	M3	PARISI TRANSPORTES DE TERRAPLENAGEM LTDA. (8849)		0	40,0000	1
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Areia Otília	0	41,5000	2
			BRITAGEM TRÊS RIOS LTDA (12705)		0	42,0000	3
3	Brita número 01.	M3	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Infrasul	0	44,0000	1
			BRITAGEM TRÊS RIOS LTDA (12705)		0	44,2000	2
			PARISI TRANSPORTES DE TERRAPLENAGEM LTDA. (8849)		0	44,3000	3
4	Pó de Brita.	M3	BRITAGEM TRÊS RIOS LTDA (12705)		0	43,8000	1
			PARISI TRANSPORTES DE TERRAPLENAGEM LTDA. (8849)		0	43,9500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 68/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 68/2014		Data do Registro: 30/10/2014		Válido até: 30/10/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Educação, Cul							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Infrasul	0	44.2000	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 68/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 68/2014		Data do Registro: 30/10/2014		Válido até: 30/10/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Educação, Cul							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2014  
PROCESSO Nº 202/2014

- (8849) - PARISI TRANSPORTES DE TERRAPLENAGEM LTDA.
- (9073) - COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP
- (12705) - BRITAGEM TRÊS RIOS LTDA

Schroeder, 30 de Outubro de 2014.

**DISPENSA Nº 99/2014-PMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 99/2014 - DL</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>Processo Nr.: 227/2014</b> <b>Data: 30/10/2014</b>
Folha: 1/2	

<b>Fornecedor:</b> PÁRA-BRISAS JARAGUÁ LTDA <b>Endereço:</b> AV. PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, 2429 <b>Cidade:</b> Jaraguá do Sul - SC <b>CNPJ:</b> 00.468.495/0001-88	<b>Código:</b> 8013 <b>Inscrição Estadual:</b> 253.034.590
<b>Objeto da Compra:</b> Aquisição de para-brisa dianteiro para a viatura Renaul/Logan, placa MLP-9965 da Polícia Militar do Município de Schroeder/SC.	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Aquisição de para-brisa dianteiro para a viatura Renaul/Logan, placa MLP-9965 da Polícia Militar	UN	295,00	295,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Considerando, a necessidade desse produto para o bom desempenho da viatura da Polícia Militar é imprescindível este serviço de segurança pública na Município, e também tendo em vista o valor total da aquisição.

Schroeder, 30 de Outubro de 2014

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 99/2014 - DL**

Processo Nr.: 227/2014  
Data: 30/10/2014

Folha: 2/2

30/10/2014

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 30 de Outubro de 2014

---

**Valor da Despesa:** 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais)

---

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

---

# Serra Alta

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 103/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2014	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	103/2014
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada Objeto.....	PRÉ MOLDADOS MARAVILHA LTDA EPP. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o item nº 01 referente a Aquisição de tubos de concreto armado, para canalização de águas pluviais, reparo e manutenção de redes e acabamento nas ruas e calçadas do Município, entre outros serviços necessários em obras de infraestrutura, conforme a necessidade do Município, atendendo a demanda da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, conforme especificações dos itens constantes no Anexo D do Edital em comento; Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 061/2014, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Valor.....:	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo fornecimento dos produtos objetos licitados o valor total proposto de R\$ 3.580,00 (Três mil, quinhentos e oitenta reais).
Vigência....	30/10/2014 á 31/12/2014.
Dotação.....	Orçamento vigente: 08.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERV. URBANOS 08.01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES 2.110– Manutenção da Secretaria dos Transportes - 3.3.90.00 Despesa 61 – DR 0015
SERRA ALTA, 30 de outubro de 2014.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 104/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2014	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	104/2014
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada Objeto.....	BORILLE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA EPP. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 02 e 03 referente a Aquisição de tubos de concreto armado e meio fio, para canalização de águas pluviais, reparo e manutenção de redes e acabamento nas ruas e calçadas do Município, entre outros serviços necessários em obras de infraestrutura, conforme a necessidade do Município, atendendo a demanda da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, conforme especificações dos itens constantes no Anexo D do Edital em comento; Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 061/2014, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Valor.....:	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo fornecimento dos produtos objetos licitados o valor total proposto de R\$ 14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais).
Vigência....	30/10/2014 á 31/12/2014.
Dotação.....	Orçamento vigente: 08.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERV. URBANOS 08.01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES 2.110– Manutenção da Secretaria dos Transportes - 3.3.90.00 Despesa 61 – DR 0015
SERRA ALTA, 30 de outubro de 2014.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

### LEI COMPLEMENTAR Nº 019/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº. 019/2014 de 30 DE OUTUBRO DE 2014. "ALTERA OS ANEXOS I, III, IV, DA LEI COMPLEMENTAR 684/2005 e LEI COMPLEMENTAR 18 e APENAS NO QUE DIZ RESPEITO AO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E ALTERA O PLANO DE CARGOS DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI FEDERAL 12.994/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei orgânica Municipal,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam alterados os anexos I, III, IV da Lei Complementar nº. 684/2005 e Lei Complementar 14/2013, e Lei Complementar nº 18/2014, suas alterações posteriores, apenas no que diz respeito ao cargo de Agente Comunitário de Saúde Pública, passando o cargo, sua descrição e vencimento dos agentes comunitários de saúde pública, vigorar conforme anexos I, III e IV da presente Lei, conforme segue.

Art. 2º - Fica instituído o vencimento inicial de carreira, do cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF/PSF, no valor de R\$ 1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, em atendimento a Lei Federal 12.994/2014 de 17.06.2014.

Parágrafo primeiro. Fica incluído o anexo da Tabela de Isonomia de vencimentos do Quadro Permanente de Pessoal, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF/PSF, integrante desta Lei, sendo:

Grupo Categoria:

I- Serviços Gerais - SEG  
II- Agente Comunitária de Saúde ESF (PSF)  
III- Nível 11-A, Vagas 08  
IV- Carga horária: 40 horas semanais

Parágrafo segundo: Fica estabelecido que se acaso o aumento anual dos servidores públicos municipais seja menor que o aumento do piso salarial nacional dos agentes comunitários de saúde, o valor complementar deverá ser majorado mediante Decreto do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei ficarão a cargo das dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a partir de 17 de junho de 2014, de acordo com a Lei Federal 12.994 de 17 de janeiro de 2014.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta - SC, 30 de outubro de 2014.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrando e publicado conforme data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

**ANEXO I**  
**(ANEXO I da Lei Complementar 684/2005)**  
**QUADRO DE CARGOS PERMANENTES**

GRUPO	CÓD	CARGO	NÍVEL	Nº DE VAGAS
1- SERVIÇOS GERAIS (SEG)	01.01	Auxiliar de Serviços Gerais	11	22
	01.02	Agente Comunitário de Saúde	11- A	08
	01.03	Agente Educativo	11	06
	01.03	Auxiliar de manutenção e conservação	13	05
	01.04	Servente de Escola	11	08
2- SERVIÇOS AUXILIARES (SAL)	02.01	Assistente Administrativo	20	04
	02.02	Auxiliar de Saúde Bucal	20	02
	02.03	Bibliotecário	20	01
	02.04	Inseminador	20	02
	02.05	Auxiliar Administrativo	21	03
	02.06	Recepcionista	21	01
	02.07	Auxiliar de Enfermagem	22	05
	02.08	Agente administrativo	22	02
	02.09	Agente de serviços fazendários	22	01
	02.10	Agente de manutenção e conservação	22	01
3- SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)	03.01	Motorista	31	09
	03.02	Mecânico	32	01
	03.03	Fiscal de tributos e serviços municipais	32	02
	03.04	Operador de máquinas	32	10
	03.05	Pedreiro	38	01
	03.06	Fiscal Sanitário e Ambiental	32	01

4- TÉCNICO PROFISSIONAL (TEP)	04.01	Técnico em administração	41	01
	04.02	Técnico de contabilidade	41	02
	04.03	Técnico em atividades agropecuárias	41	03
	04.04	Técnico em Enfermagem	41	00
	04.05	Técnico em saúde Bucal	41	01
	04.06	Tesoureiro	41	01
	04.07	Técnico em informática	41	01
5- TÉCNICO CIENTÍFICO	05.01	Advogado (20 horas)	51	01
	05.02	Administrador	53	01
	05.03	Assistente Social	51	02
	05.04	Contador	53	02
	05.05	Engenheiro Agrônomo	53	02
	05.06	Enfermeiro	53	02
	05.07	Odontólogo (20 horas)	52	02
	05.08	Odontólogo	54	01
	05.09	Médico	56	02
	05.10	Tecnólogo em informática	61	02
	05.11	Engenheiro Civil (20 horas)	53 A	01
	05.12	Nutricionista (20 horas)	50	01
	05.13	Farmacêutico (20 horas)	50	02
	05.14	Fisioterapeuta (20 horas)	50	02
	05.15	Médico Veterinário (20 horas)	50	01
	05.16	Coordenador CRAS	51	01
	05.17	Controlador interno	52	01
	05.18	Psicólogo (20 horas)	50	02
6- MAGISTÉRIO (MAG)	06.01	Professor I (20 horas)	61	12

	06.02	Professor II (20 horas)	61	20
	06.03	Segundo Professor (20 horas)	61	04
	06.04	Professor III	62	15
	06.05	Professor de Artes	62	06
	06.06	Professor de Educação Física	62	06
	06.07	Orientador Educacional	62	01
	06.08	Coordenador educacional	63	01
	06.09	Auxiliar Administrativo Educacional	63	01

## ANEXO III

(ANEXO III da Lei Complementar 002/2007)

## TABELA DE VENCIMENTOS SERVIDORES EFETIVOS

NÚMERO E ESPECIALIZAÇÃO DO GRUPO	NÍVEL	VALOR (R\$)
GRUPO I SERVIÇOS GERAIS – SEG	11-A	1.014,00

## ANEXO IV

(ANEXO IV da Lei Complementar 684/2005)

## ESPECIFICAÇÃO DE GRUPOS E CARGOS DO QUADRO PERMANENTE

## 1.0 GRUPO 1 - SERVIÇOS GERAIS - SEG

## 1.1 NÍVEIS: 11, 11-A e 13.

## 1.2 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO GRUPO:

Os serviços deste grupo encarregam-se das atividades de vigilância, conservação, limpeza de edifícios, instalações e mobiliário, serviços de portaria, copa, cozinha, jardinagem, lubrificação, borracharia e lavagem de veículos e máquinas, além de outras atividades correlatas, de nível subalterno, de natureza operacional e de menor grau de complexidade.

## 1.3 DESCRIÇÃO DOS CARGOS:

## AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

- Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;
- Realizar o cuidado em saúde da população descrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;
- Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades



e protocolos da gestão local;

- Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;

- Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;

- Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;

- Responsabilizar-se pela população descrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;

- Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;

- Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;

- Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS;

- Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;

- Participar das atividades de educação permanente; e

- Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.

- Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população descrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;

- Trabalhar com a descrição de famílias em base geográfica definida, a microárea;

- Estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe;

- Cadastrar todas as pessoas de sua micro área e manter os cadastros atualizados;

- Orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;

- Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;

- Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe; e

- Cumprir com as atribuições atualmente definidas para os ACS em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue, conforme a Lei Federal nº 12.994/2014, de 17.06.2014.

Carga horária 40 horas, 08 vagas.

## Sombrio

### PREFEITURA

#### PORTARIA Nº. 143/2014

PORTARIA Nº 143 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal) e,

CONSIDERANDO o processo administrativo disciplinar instaurado através da Portaria nº 088, de 09 de julho de 2014, que apura responsabilidades do servidor Público Municipal, Sr. Marino da Silva.

#### RESOLVE:

Aplicar a pena de suspensão pelo prazo de 30 (trinta) dias do servidor Público Municipal Sr. Marino da Silva, nos termos do artigo 85, da Lei 1.414, de 20 de maio de 2003.

Em virtude do Servidor Sr. Marino da Silva estar gozando de Licença Prêmio de 01/10/2014 à 01/12/2014, concedida através da Portaria nº 135, de 01 de outubro de 2014, o mesmo irá começar a cumprir a pena imposta a partir do dia 02 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Município de Sombrio-SC, 29 de outubro de 2014.

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Timbé do Sul****PREFEITURA****DECRETO 179/2014**

DECRETO Nº. 179, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.  
INSERE DESPESA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR  
AO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL,  
POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.699 de 03 de dezembro de 2013;

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam inseridas na Unidade/Orçamentária e Projeto/Atividade abaixo identificada, a despesa e a fonte de recursos que passam a integrar o Orçamento do Município de Timbé do Sul com a seguinte estrutura orçamentária:

11-01 Secretaria de Assistência Social e Habitação

2.014 - Auxílios Eventuais à Pessoas Carentes

175 -3.3.90.00.00.00.00.00.01.0484

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento por conta do excesso de arrecadação na Fonte de Recurso 0484 - Benefícios Eventuais/Custeio-Estado, na Conta Corrente 6.312-6; Banco do Brasil, Agência 5.300-7, no valor de R\$ 2.417,36 (dois mil, quatrocentos e dezessete reais e trinta e seis centavos), na dotação abaixo:

11-01 Secretaria de Assistência Social e Habitação

2.014 - Auxílios Eventuais à Pessoas Carentes

175 -3.3.90.00.00.00.00.00.01.0484 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.417,36

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 24 de outubro de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI  
Secretário de Administração e Finanças

**Timbó****PREFEITURA****PORTARIA NºSEMFA-D0850 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.**

PORTARIA NºSEMFA-D0850 de 03 de Setembro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Sulinha Baumler Colombo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora SULINHA BAUMLER COLOMBO, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por Vinte e Três (23) dias, a contar de 04/09 a 26/09/2014, conforme Processo RH02-0330;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 20/08 à 03/09/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 04/09 à 26/09/2014 (23 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0851, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0851, de 08 de Setembro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Ivo José Mees.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor IVO JOSÉ MEES, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 04.09.2014 a 08.10.2014, por Trinta e cinco (35) dias, conforme Processo RH12-0124;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de

outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0852 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0852 de 08 de Setembro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Cristiane Hardt Strey.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora CRISTIANE HARDT STREY, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por Sessenta e um (61) dias, a contar de 20/08 a 19/10/2014, conforme Processo RH09-0127;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 30/06 à 04/07/2014 (05 dias) e 28/07 à 01/08/2014 (05 dias) e 13/08 à 15/08/2014 (03 dias) e 18/08 à 19/08/2014 (02 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 20/08 à 19/10/2014 (61 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0853, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0853, de 08 de Setembro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Andréa Fernandes Gramm.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ANDRÉA FERNANDES GRAMM, ocupante do cargo de Professor A, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 25.08.2014 a 09.09.2014, por Dezesesseis (16) dias, conforme Processo RH14-0149;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0854 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0854 de 10 de Setembro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Luciane Maria Vailatti.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora LUCIANE MARIA VAILATTI, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por trinta e cinco (35) dias, a contar de 27/08 a 30/09/2014, conforme Processo RH08-0382;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 04/08 à 18/08/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 27/08 à 30/09/2014 (35 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-D0855 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0855 de 10 de Setembro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Gildo de Borba.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor GILDO DE BORBA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional II, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, por quinze (15) dias, a contar de 10/09 a 24/09/2014, conforme Processo RH03-0115;

I - com remuneração equivalente à de contribuição a título de auxílio-doença, no período 10/09 à 24/09/2014 (15 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA Nº SEMFA-D0856, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº SEMFA-D0856, de 12 de Setembro de 2014.

Concede Licença Prêmio ao servidor Gerold Schlei.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo ao servidor GEROLD SCHLEI, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01.07.2009 a 30.06.2014, por trinta dias (15.09 à 14.10.2014), conforme Processo RH04-0247.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA Nº SEMFA-D0857, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº SEMFA-D0857, de 12 de Setembro de 2014.

Concede Licença Prêmio ao servidor Emídio Ribeiro.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo ao servidor EMÍDIO RIBEIRO, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional,

lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 22.07.2009 a 21.07.2014, por trinta dias (15.09 à 14.10.2014), conforme Processo RH04-0274.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0858 DE 15 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0858 de 15 de Setembro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Ruth Withoft Hodecker.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora RUTH WITHOFT HODECKER, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por Vinte e seis (26) dias, a contar de 11/09 a 06/10/2014, conforme Processo RH03-0117;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 21/08 à 04/09/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 11/09 à 06/10/2014 (26 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração



**PORTARIA NºSEMFA-D0859, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0859, de 15 de Setembro de 2014.  
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Neide Maria Pasquali Valcanaia.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora NEIDE MARIA PASQUALI VALCANAIA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 15.09.2014 a 30.09.2014, por Dezesesseis (16) dias, conforme Processo RH11-0264;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA Nº SEMFA-D0860, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº SEMFA-D0860, de 16 de Setembro de 2014.  
Concede Licença Prêmio à servidora Anderlise Regina Koglin Moser.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora ANDERLISE REGINA KOGLIN MOSER, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 16.09.2009 a 15.09.2014, por trinta dias (01.10 à 30.10.2014), conforme Processo RH09-0225.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA Nº SEMFA-D0861, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº SEMFA-D0861, de 16 de Setembro de 2014.  
Concede Licença Prêmio ao servidor Valmir Ribeiro.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo ao servidor VALMIR RIBEIRO, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01.07.2009 a 30.06.2014, por trinta dias (15.09 à 14.10.2014), conforme Processo RH04-0237.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0862 DE 17 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0862 de 17 de Setembro de 2014.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Meike Millbratz Giotti.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora MEIKE MILBRATZ GIOTTI, ocupante do cargo de Professor D, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por quarenta e oito (48) dias, a contar de 30/09 a 16/11/2014, conforme Processo RH04-0074;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 15/09 à 29/09/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 30/09 à 16/11/2014 (48 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0863, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0863, de 18 de Setembro de 2014.  
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Silvia de Souza.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora SILVIA DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 15.09.2014 à 24.09.2014, por Dez (10) dias, conforme Processo RH14-0159;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0864, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0864, de 19 de Setembro de 2014.  
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Lucia Marlene Simeoni Hoffmann.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora LUCIA MARLENE SIMEONI HOFFMANN, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 20.09.2014 à 29.10.2014, por quarenta (40) dias, conforme Processo RH11-0363;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA Nº SEMFA-D0865, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº SEMFA-D0865, de 19 de Setembro de 2014.  
Concede Licença Prêmio à servidora Magali de Fátima Mergen.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora MAGALI DE FÁTIMA MERGEN, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01.09.2006 a 31.08.2011, por trinta dias (03.11 à 02.12.2014), conforme Processo RH02-131.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA Nº SEMFA-D0866, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº SEMFA-D0866, de 19 de Setembro de 2014.  
Concede Licença Prêmio ao servidor João Alberto Mergen.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo ao servidor JOÃO ALBERTO MERGEN, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01.09.2006 a 31.08.2011, por trinta dias (03.11 à 02.12.2014), conforme Processo RH02-111.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA Nº SEMFA-D0867, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº SEMFA-D0867, de 22 de Setembro de 2014.  
Concede Licença Prêmio à servidora Fabiana Sasse Ludwig.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora **FABIANA SASSE LUDWIG**, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 02.02.2009 a 01.02.2014, por trinta dias (29.09 à 28.10.2014), conforme Processo RH09-0227.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0868, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0868, de 24 de Setembro de 2014.  
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Silvia de Souza.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora **SILVIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 25.09.2014 à 30.09.2014, por Seis (06) dias, conforme Processo RH14-0159;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0869, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0869, de 24 de Setembro de 2014.  
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marluce Francisca da Silva Arruda.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora **MARLUCE FRANCISCA DA SILVA ARRUDA**, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 25.09.2014 à 24.10.2014, por Trinta (30) dias, conforme Processo RH12-0050;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0870, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0870, de 26 de Setembro de 2014.  
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Sulinha Baumler Colombo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora **SULINHA BAUMLER COLOMBO**, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 27.09.2014 à 19.10.2014, por Vinte e três (23) dias, conforme Processo RH02-0330;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração



**PORTARIA NºSEMFA-D0871, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0871, de 29 de Setembro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Airton Dalpiaz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor AIRTON DALPIAZ, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar de 30.09.2014 à 29.10.2014, por Trinta (30) dias, conforme Processo RH11-0364;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0872 DE 29 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0872 de 29 de Setembro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Anna Maria Keutmann Teske.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ANNA MARIA KEUTMANN TESKE, ocupante do cargo de Professor D, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por Nove (09) dias, a contar de 27/09 a 05/10/2014, conforme Processo RH02-538;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 04/09 à 13/09/2014 (10 dias) e 22/09 à 26/09/2014 (05 dias) somando (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 27/09 à 05/10/2014 (09 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0873 DE 29 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0873 de 29 de Setembro de 2014.

Concede Abono de Permanência à servidora Claudete de Fátima Bauer.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 40 §19 da CF/88 c/c art. 2º, §5º, da EC 41/2003;

**RESOLVE:**

Art 1º Conceder Abono de Permanência à servidora Claudete de Fátima Bauer, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 15.09.2014, conforme Processo TIMBOPREV 038/14.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NO SEMFA-D0874, 29 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA No SEMFA-D0874, 29 de Setembro de 2014

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE**

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, às servidoras abaixo listadas, lotadas na Secretaria Municipal de Saúde, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Saúde				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Antonieta Carolina Ramos Andrade	Aux. Enfermagem	HUM (01)	15.09.2014	RH08-0368
Cristiane Zerna Trombelli Cristofolini	Dentista	Uma hora e Meia	29.08.2014	RH13-0218

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Setembro de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária da Fazenda e Administração

### PORTARIA NO SEMFA-D0875, 29 DE SETEMBRO DE 2014

PORTARIA No SEMFA-D0875, 29 de Setembro de 2014

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

#### RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria de Educação do Município de Timbó - SEMED, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ - SEMED				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Adriana Vicente	Educadora Infantil	HUM (01)	25.08.2014	RH12-0087
Anderlise Regina Koglin Moser	Educador Infantil	TRÊS (03)	20.08.2014	RH08-0201
Daiana Luiza da Silva Rahn	Aux. Recreação Infantil	DOIS (02)	20.08.2014	RH14-0155
Daiana Luiza da Silva Rahn	Aux. Recreação Infantil	HUM (01)	04.,09.2014	RH14-0155
Edla Janice Perini Nones	Professor	TRÊS (03)	08.09.2014	RH10-0052
Elise Helene de Souza	Educadora Infantil	SEIS (06)	26.08.2014	RH03-0260
Kelly Ketlin Klitzke	Aux. Operacional	HUM (01)	16.09.2014	RH14-0170
Leila Denise Wartha Nones	Professor	TRÊS (03)	17.09.2014	RH09-0249
Luciane Perin Fiamoncini	Educador Infantil	HUM (01)	02.09.2014	RH13-0083
Magrid Hoe Bertram	Aux. Recreação Infantil	HUM (01)	04.09.2014	RH14-0169
Maria de Lourdes Ochner Zink	Educadora Infantil	HUM (01)	26.08.2014	RH07-0334
Patricia Macedo	Educadora Infantil	HUM (01)	27.08.2014	RH14-0171
Rafaela Alessandra Schneider Hinsching	Professor	HUM (01)	21.08.2014	RH12-0094
Raquel Rufino	Aux. Recreação Infantil	DOIS (02)	21.08.2014	RH14-0162
Sandra Aparecida Ferrari	Professor	TRÊS (03)	20.08.2014	RH11-0377

Sandra Aparecida Ferrari	Professor	HUM (01)	04.09.2014	RH11-0377
Scharlene Larsen Kopsel	Aux. Recreação Infantil	HUM (01)	28.08.2014	RH13-0045
Vanessa Carla Cristofolini Raduenz	Professor	MEIO (1/2)	15.08.2014	RH10-0125
Zelinda Kinder	Auxiliar Operacional	HUM (01)	27.08.2014	RH14-0165

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Setembro de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária da Fazenda e Administração

### PORTARIA NO SEMFA-D0876, DE 29 DE SETEMBRO DE 2.014

PORTARIA No SEMFA-D0876, de 29 de Setembro de 2.014

Concede Promoção por Qualificação para servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadora Infantil.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, e nº 266, de 28 de abril de 2004, resolve:

#### RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO, às Servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadoras Infantis, lotadas na Secretaria Municipal de Educação - Educação Infantil, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Claudete da Silva Schmidt	C-29	C-30	28.08.2014	RH08-0345
Ela Konell	A-34	A-35	18.08.2014	RH03-0253
Elisete Bertoldi Campregher	B-32	B-33	01.08.2014	RH04-0289
Giuvana Salvador	B-19	B-20	01.08.2014	RH14-0167
Ingelore Andreatta	D-27	D-28	25.08.2014	RH08-0168
Josi Giovana Muller Rozza	D-32	D-33	26.08.2014	Rh05-0096
Marilene Lucineia Tomelin	D-30	D-31	21.08.2014	RH08-0034
Neila Aparecida Pinto	D-28	D-29	08.08.2014	RH08-0038
Rosita Roepke	D-22	D-23	14.08.2014	RH10-0160
Shandi Cristiane Indalêncio	D-21	D-22	01.08.2014	RH11-0279

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Setembro de 2.014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

### **PORTARIA NO SEMFA-D0877, DE 29 DE SETEMBRO DE 2.014**

PORTARIA No SEMFA-D0877, de 29 de Setembro de 2.014

Concede Promoção por Qualificação para Professor do Ensino Fundamental .

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, e nº 266, de 28 de abril de 2004, resolve:

#### **RESOLVE**

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO, à Servidora ocupante de cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - Ensino Fundamental, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Eliane Zerbin	D-16	D-17	22.08.2014	RH08-0346

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Setembro de 2.014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

### **PORTARIA NO SEMFA-D0878, DE 29 DE SETEMBRO DE 2.014**

PORTARIA No SEMFA-D0878, de 29 de Setembro de 2.014

Concede Promoção por Qualificação para servidores da Secretaria Municipal de Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98,

#### **RESOLVE**

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Carmen Maurita Dorigatti Marcelino	SP-30	SP-31	05.08.2014	RH10-0080
Lourdes Caldatto	SP-30	SP-31	07.08.2014	RH09-0217
Wera Kruger Nones	SP-35	SP-36	18.08.2014	RH02-577

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Setembro de 2.014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

### **PORTARIA NºSEMFA-D0879, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0879, de 29 de Setembro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Gildo de Borba.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor GILDO DE BORBA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional II, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a contar de 25.09.2014 a 23.10.2014, por vinte e nove (29) dias, conforme Processo RH03-0115;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### **PORTARIA Nº SEMFA-D0880, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº SEMFA-D0880, de 01 de Outubro de 2014

Declara estável no serviço público municipal as servidoras da Secretaria Municipal de Educação, por terem sido aprovadas no Estágio Probatório.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.25 da Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, arts. 29 e 32 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterados pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998 e Decreto

nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009,

# RESOLVE:

Art. 1º Declarar estável no serviço público municipal, diante da aprovação no Estágio Probatório e do efetivo cumprimento dos demais requisitos aplicáveis à espécie, inclusive os de ordem legal e constitucional, as seguintes servidoras:

Servidor (A)	Matrícula	CARGO	Portaria de Nomeação	Estável a contar de:
Gláucia Pupo Endo Prestes	16330.9	Professor C	1034, de 29/01/2010	29/01/2013
Patrícia Macedo	27411.9	Educadora Infantil	1280, de 26/04/2010	26/04/2013
Raquel Marisa Tomio Brassiani	30793.9	Educadora Infantil	1280, de 26/04/2010	26/04/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

## DECRETO Nº 3614, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3614, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Delega competência aos Secretários Municipais, Presidentes de Autarquias e Fundações e Procurador Geral para abertura de sindicância, processo administrativo e aplicação de penalidade.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II e VII c/c art. 70, inciso I, alíneas "f" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e

Considerando a necessidade de otimizar a execução das atividades afetas a apuração das condutas infracionais funcionais, zelando assim pela eficiência na condução dos atos inerentes ao ente público municipal;

Considerando que o Parágrafo Único do artigo 70 da Lei Orgânica Municipal, possibilita a delegação dos atos constantes do inciso II do referido artigo, onde está inserida a alínea "f" (abertura de sindicância e processos administrativos e aplicação de penalidade);

# DECRETA:

Art. 1º Fica delegada aos Secretários Municipais, Presidentes de Autarquias e Fundações e ao Procurador Geral a competência definida na alínea "f" do inciso II do art. 70 da Lei Orgânica Municipal, qual seja a abertura de sindicância, processos administrativos e aplicação de penalidade previstos na Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993 e alterações posteriores, aos servidores a eles subordinados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

## DECRETO Nº 3617, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3617, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Autoriza a venda de imóvel de propriedade do SAMAE ao Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI com a finalidade de ampliação do Aterro Sanitário.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXII, c/c art. 70, inciso I, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e de conformidade com a Lei Complementar 444, de 25 de abril de 2014,

# DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a transferência, mediante venda, dos imóveis de propriedade do SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, matriculados sob n. 21.758 e 21.759, ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, CNPJ n. 03.111.139/0001-09 para fins de ampliação do Aterro Sanitário.

Parágrafo Único. Os imóveis de que trata o caput deste artigo, possuem a seguinte identificação:

I - Terreno Rural, situado nos fundos do lado par da rua Tupiniquim, distando de um ponto localizado na intersecção da frente com o lado direito (ponto PP), 49,00 metros do alinhamento par da rua Tupiniquim e deste 950,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Araponguinhas, nesta cidade de Timbó, contendo a área de 133.525,33 m², edificado com uma casa de madeira, matriculado sob n. 21.758, livro n. 02, do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC.

II - Terreno Rural, parte do Lote n. 03, situado nos fundos da rua Tupiniquim, distando de um ponto localizado na intersecção da frente com o lado direito (ponto PP), 180,00 metros do alinhamento par da rua Tupiniquim, e deste 950,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Araponguinhas, nesta cidade de Timbó, contendo a área de 83.315,51 m² (oitenta e três mil, trezentos e quinze metros e cinquenta e um decímetros quadrados), sem edificações, matriculado sob n. 21.759, livro n. 02, do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC.

Art. 2º O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE fica autorizado a vender as áreas descritas no artigo 1º pela importância mínima de R\$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais), nos termos da avaliação emitida pelo Núcleo Setorial Imobiliária da ACIMVI.

Parágrafo Único. O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI compromete-se, como forma de quitação desta alienação, a pagar ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE a quantia ofertada em parcela única, mediante depósito em conta corrente de titularidade da Autarquia Municipal.

Art. 3º O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE compromete-se a transferir a propriedade dos bens imóveis objeto do presente negócio jurídico ao Consórcio Intermunicipal do Vale do Itajaí - CIMVI, através de escritura pública, dentro de um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a conclusão de todos os trâmites legais, cujas custas correrão exclusivamente por conta do adquirente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de setembro de 2014, 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC



**AVISO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONCORRÊNCIA Nº 114 2014 PMT**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

REFERENTE: EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 114/2014 - PMT

OBJETO: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra) dos serviços de pavimentação asfáltica, perfilagem em corredores de serviços, implantação de ciclovias e recuperação estrutural de revestimento asfáltico, em ruas do Município de Timbó, que compreende os projetos relacionados ao Convênio n.º 2550/2014, firmado com o estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Timbó, processo n.º SDR35 1572/2014, conforme especificações constantes dos anexos do edital.

A Prefeitura de Timbó, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público, para conhecimento dos licitantes, participantes da Concorrência nº 114/2014, que o processo encontra-se suspenso devido ao recurso administrativo interposto pela empresa:

- RENTAL SERVICE LTDA.

Ficam as empresas intimadas da interposição de recurso para, querendo apresentar contrarrazões, nos termos do art. 109, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação deste aviso no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), ou desistência do mesmo, viabilizando o julgamento do feito e a continuidade do certame.

O recurso será digitalizado e encaminhado para o e-mail das empresas participantes do certame e, estará disponível também, mediante requerimento junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Timbó/SC.

Timbó, 30 de outubro de 2014.

CARMELINDE BRANDT  
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Secretária

ALINE BURGER  
Membro

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 26 2014 SAMAE - CHORUME**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2014 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte e disposição final do chorume gerado no Aterro Sanitário de Timbó, pelo período de 30 dias úteis, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

EMPRESA FORNECEDORA: Preserve Ambiental Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 44.100,00 (quarenta e quatro mil e cem reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 30 (trinta) dias úteis a contar da data de assinatura

Timbó, 30/10/2014

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 131 2014 PMT- FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 131/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Fornecimento de alimentação tipo refeição livre aos servidores que trabalham em caráter excepcional, nos moldes autorizados pela lei municipal n.º 2. 445, de 18 de dezembro de 2009 e para os guarnições em serviços em atendimento às necessidades da Secretaria de Saúde, Fundo Municipal de Trânsito e Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiro e Polícia Militar. EMPRESA FORNECEDORA: Villa Gourmet Eventos Ltda EPP TOTAL ESTIMADO: R\$ 44.226,00 (quarenta e quatro mil duzentos e vinte e seis reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 29/10/2015

Timbó, 30/10/2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretária de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 303/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 303/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HRL7045	54582019A	04/02/2004	65990	230 * V	191.53
LWR5992	54580978A	08/02/2004	67260	230 * XVIII	127.69
LWY4819	54582206A	06/02/2004	65990	230 * V	191.53
LWY4819	54582206A	06/02/2004	69120	232	53.20
LWY4819	54582206A	06/02/2004	50100	162 * I	574.61
LYG7937	54582208A	06/02/2004	70300	244 * I	191.53
LYO7937	54582209A	06/02/2004	70480	244 * II	191.53
LZC8142	54579640A	04/02/2004	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 29 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 297/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 297/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAP9151	54581570A	07/12/2003	50450	162 * V	191.53
AGK9748	54582077A	11/12/2003	51850	167	127.69
AJS3482	54582139A	11/12/2003	61220	214 * I	191.53
LWR1711	54581692A	07/12/2003	65990	230 * V	191.53
LXZ2459	54582121A	07/12/2003	65990	230 * V	191.53
LYK8710	54582132A	11/12/2003	65990	230 * V	191.53
LYR4060	54582135A	11/12/2003	50450	162 * V	191.53
LZA5151	54582138A	11/12/2003	55680	181 * XIX	127.69
LZQ2539	54581687A	06/12/2003	65990	230 * V	191.53
MAO8997	54579890A	10/12/2003	65990	230 * V	191.53
MBT9208	54581688A	06/12/2003	67690	230 * XXII	85.12
MIS4420	54582130A	11/12/2003	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 29 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 299/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 299/2004**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFS6000	54581837A	22/12/2003	69200	233	127.69
CFH1707	54581829A	22/12/2003	69200	233	127.69
CZF0654	54579676A	29/12/2003	69200	233	127.69
KUO5136	54580975A	21/12/2003	50450	162 * V	191.53
LZF7806	54581831A	22/12/2003	69200	233	127.69
MAA2094	54582084A	20/12/2003	73660	252 * VI	85.12
MAC6461	54582152A	03/01/2004	65990	230 * V	191.53
MBH6731	54581826A	22/12/2003	69200	233	127.69



MBM5795	54582142A	19/12/2003	61220	214 * I	191.53
MBZ9468	54582087A	21/12/2003	70480	244 * II	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 29 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 298/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 298/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAE2396	54579895A	18/12/2003	51850	167	127.69
MAE2396	54579895A	18/12/2003	73660	252 * VI	85.12
MAY6367	54582151A	18/12/2003	67260	230 * XVIII	127.69
MAY6367	54582151A	18/12/2003	65560	230 * I	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 29 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 302/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 302/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAE3030	54581762A	05/01/2004	55680	181 * XIX	127.69
LWR0890	54581986A	22/01/2004	69200	233	127.69
LYM1704	54581989A	22/01/2004	69200	233	127.69
LYZ2291	54582094A	07/01/2004	54360	181 * VI	85.12
LZJ9197	54582018A	31/01/2004	51850	167	127.69
LZR6982	54579634A	13/01/2004	69200	233	127.69
MAI4927	54579633A	13/01/2004	69200	233	127.69
MGZ8888	54582155A	20/01/2004	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 29 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 300/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 300/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYK1420	54579680A	29/12/2003	69200	233	127.69
LZA2010	54579682A	29/12/2003	69200	233	127.69
LZI8164	54582096A	09/01/2004	55250	181 * XV	85.12
MAD7781	54582014A	10/01/2004	52740	175	191.53
MBC9311	54582012A	09/01/2004	70480	244 * II	191.53
MCJ9289	54582095A	07/01/2004	54360	181 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 29 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 324/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 324/2004**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAL5035	55887835A	09/07/2004	69200	233	127.69
AJU0241	54581598A	24/06/2004	69200	233	127.69
LYX4704	55887972A	24/06/2004	69200	233	127.69
MAB2600	55887980A	25/06/2004	69200	233	127.69
MCN6910	55887984A	25/06/2004	69200	233	127.69
MUE3113	55887973A	24/06/2004	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

TIMBO/SC, 29 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 301/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 301/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAF1136	54582201A	16/01/2004	51850	167	127.69
MCK1591	54582015A	15/01/2004	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 29 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

# Três Barras

## PREFEITURA

### PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº. 96/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

Procedimento Licitatório nº. 96/2014 - Edital nº. 66/2014.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 08 h e 30 min. do dia 12 de novembro de 2014, Propostas para "REGISTRO DE PREÇO DE BRINQUEDOS INFANTIS DIVERSOS, destinados a doação as crianças do município nas comemorações natalinas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 08 h e 30 min. do dia 12 de novembro de 2014.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 22 de outubro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS

PREGOEIRO

### PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº. 97/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

Procedimento Licitatório nº. 97/2014 - Edital nº. 67/2014.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 13 de novembro de 2014, Propostas para "AQUISIÇÃO DE PEDRAS TIPO ARDOSIA, destinados a execução de cabeceiras de duas pontes.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 09 de novembro de 2014.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 22 de outubro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS

PREGOEIRO

### DECRETO Nº 4.417 DE 29 DE AGOSTO DE 2014

DECRETO Nº 4.417 DE 29 DE AGOSTO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR

TOTAL DE

R\$ 857.356,07, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.105 de 20 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar de excesso de arrecadação por convênios ao orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais), como segue:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
01 – Fundo Municipal de Assistência Social			
008.244.0010.2016 – Assistência Comunitária			
3390.00.00	15204	Aplic. Diretas/ Transf. Est. FNAS-ACESSUAS	28.800,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso de arrecadação por convênios como segue:

-Convênio nº355F3411DE749AD218A31AD5ACOO7770), no valor de R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil oitocentos reais ) no vínculo 15204.

Art. 3º Abre crédito adicional suplementar por excesso e/ou provável excesso de arrecadação no orçamento da Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 355.000,00 (Trezentos e cinquenta e cinco mil reais), como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.0303.0009.2078 – MAC- Média e Alta Complexidade			
3390.00.00	16501	Aplic. Diretas/ Media Alta Complexibilidade - MAC	300.000,00

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.301.0009.2060 – Atenção Básica			
3390.00.00	16401	Aplic. Diretas/ Piso de Atenção Básica – PAB FIXO	55.000,00

Art. 4º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso, como segue:

-Conta Receita nº 417213300140100 - MÉDIA E ALTA COMPLEX. - MAC AMBUL/HOSPITAL, vínculo 16501, no valor de R\$ 300.000,00.  
-Conta Receita nº 417213300010000 - Piso de atenção Básica - PAB FIXO, vínculo 16401, no valor de R\$ 55.000,00.

Art. 5º - Abre crédito adicional suplementar por Excesso de Arrecadação ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 13.200,00 (Trinta e um mil reais), como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.301.0009.2019 – Vigilância em Saúde			
3449.00.00	16603	Aplic. Diretas/ Transf.Estado SI-PNI Vigilância e Saúde	13.200,00

Art. 6º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, no valor de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais), será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso, como segue:

-Conta receita nº 417229900010000 - Transf. Estado Piso Variável Vigil.SI-PNI, vínculo 16603, no valor de R\$ 13.200,00.

Art. 7º - Abre crédito adicional suplementar por Excesso de Arrecadação ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.301.0009.2060 – Atenção Básica			
3339.00.00	10200	Aplic. Diretas/ Rec. de Impostos e de Transf. Imp- Saúde	200.000,00

Art. 8º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso, como segue:

-Conta receita nº 417210102000000 - COTA PARTE FUNDO DE PART. DOS MUNICÍPIOS - FPM, vínculo 10200, no valor de R\$ 100.000,00.

-Conta receita nº 417220101000000 - COTA PARTE ICMS, vínculo 10200, no valor de R\$ 100.000,00.

Art. 7º - Abre crédito adicional suplementar por Excesso de Arrecadação ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 100.000,00 (Sem mil reais), como segue:

08 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – Fundo Municipal de Educação, Cultura e Esporte			
012.0361.0025.2041 – Manutenção Transporte Escolar			
3339.00.00	10200	Aplic. Diretas/ Transfer.Conv. Estado – Transp. Escolar	100.000,00

Art. 8º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, no valor de R\$100.000,00 (sem mil reais), será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso, como segue:

-Conta receita nº 417620200020000 - TRANSF. DO ESTADO PARA TRANSP. ESCOLAR, vínculo 12255, no valor de R\$ 100.000,00.

Art. 9º - Abre crédito adicional suplementar por anulação de dotações ao orçamento do Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto - SAMASA de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 44.510,01 (quarenta e quatro mil e quinhentos e dez reais e um centavo), como segue:

16 – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA			
01 – Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto – SAMASA			
017.0512.0036.2081 – Manutenção da Administração SAMASA			
3339.00.00	20000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordiná- rios - SAMASA	44.510,01

Art. 10º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, no valor de R\$ 44.510,01 (quarenta e quatro mil e quinhentos e dez reais e um centavo), será utilizado os recursos provenientes da seguinte anulação:

16 – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA			
01 – Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto – SAMASA			
017.0512.0036.2081 – Manutenção da Administração SAMASA			
3449.00.00	20000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordiná- rios - SAMASA	44.510,01

Art. 11º - Abre crédito adicional suplementar por Excesso de Arrecadação ao orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 100.000,00 (Sem mil reais), como segue:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS			
01 – Secretaria Municipal de Finanças			
028.0843.0004.2007 – Amortização da Dívida			
34690.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordina- rários	100.000,00

Art. 12º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, no valor de R\$100.000,00 (sem mil reais), será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso, como segue:

-Conta receita nº 417220101000000 - COTA PARTE ICMS, vínculo 10000, no valor de R\$ 100.000,00.

Art. 13º - Abre crédito adicional suplementar por anulação de dotações ao orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 21.846,06 (vinte e um mil e oitocentos e quarenta e seis reais e seis centavos), como segue:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS			
01 – Secretaria Municipal de Finanças			
028.0843.0004.2007 – Amortização da Dívida			
34690.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordina- rários	21.846,06

Art. 14º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, no valor de R\$ 21.846,06 (vinte e um mil e oitocentos e quarenta e seis reais e seis centavos), será utilizado os recursos provenientes da seguinte anulação:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS			
01 – Secretaria Municipal de Finanças			
028.0843.0004.2007 – Amortização da Dívida			
33290.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordina- rários	21.846,06

Art. 15º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.



Três Barras, 01 de setembro de 2014.  
ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **DECRETO Nº. 4.420 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 4.420 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.  
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO INTERSETORIAL RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO "PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO" DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS - SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

#### **DECRETA:**

Art. 1º.- Ficam nomeados os Membros da Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do "Plano de Atendimento Socioeducativo", do Município de Três Barras - SC.

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho Emprego e Renda.

- Silvano Silvero da Silva
- Valdolina de Jesus Schmidt Ferreira da Silva

Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

- Sueli Aracênio Madeira

Representante da Secretaria Municipal de Saúde

- Maria Lucia Strack

Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

- Marly Veiga
- Mona Uba Dequêch Denk

Representante do Conselho Tutelar

- Giceli Sudoski.

Art. 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC),  
em 30 de Setembro de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

-fls 02 - DECRETO - 4.420/2014-

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **DECRETO Nº 4.424 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.424 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

APROVA PLANTA DE UNIFICAÇÃO DE ÁREAS DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DE ATALIA GUINZANI GALVANI TOPOROSKY E ELIEZER TOPOROSKY, SITUADO NO BAIRRO VILA NOVA, TRÊS BARRAS - SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovada a planta de unificação de áreas dos imóveis de propriedade de Atalia Guinzani Galvani Toporosky e Eliezer Toporosky, localizada na Rua Otávio Tabalipa, Bairro Vila Nova, Três Barras - SC, devidamente registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob os nos 12.156 e 12.157 - livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel passa a ser de 1.200,00 m² (hum mil e duzentos metros quadrados), que apresenta as seguintes medidas e confrontações:

I - Lote nº 01 com 1.200,00 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Otávio Tabalipa se encontra; à Frente, com a Rua Otávio Tabalipa na extensão de 30,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 05 na extensão de 15,00 metros lineares e com o Lote nº 06 na extensão de 15,00 metros lineares, num total de 30 metros; ao Lado Direito, com a Rua João Batista Pacheco na extensão de 40,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 03 na extensão de 40,00 metros lineares.

Art. 2º. A presente unificação de área utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC),  
em 13 de outubro de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor



## Treze Tílias

### PREFEITURA

#### **AVISO DE LICITAÇÃO PP 72/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS  
Processo Licitatório nº 72/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de uma ensiladeira para atender a necessidade da Secretaria de Agricultura de Treze Tílias, conforme Anexo I.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 12/11/2014, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH  
Prefeito

## Tunápolis

### PREFEITURA

#### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 120/2014 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2014**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 120/2014  
Edital de Pregão Presencial nº 85/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo menor preço por item para entrega imediata que tem por objeto aquisição de cobertores a serem distribuídos gratuitamente as pessoas da 3ª idade do município, através da programação "Natal do Idoso", desenvolvido pelo Setor Social, de acordo com os itens, especificações, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório e da Lei autorizativa nº 930/2009 de 11 de março de 2009. Entrega dos envelopes até o dia 14 de novembro de 2014, às 14h45min. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

# Turvo

## PREFEITURA

### LEILAO PMT 81/2014

Aviso de Licitação nº 81/2014 - Processo de Licitação nº 81/2014

A Prefeitura Municipal de Turvo - SC, através de sua Leiloeira torna a publico que fará realizar processo licitatório Modalidade de Leilão Publico a quem se fizer interessado.

Objeto: Alienação Bens móveis Inservíveis a Administração Publica do Município de Turvo - SC.

Abertura da Sessão para entrega de documentos e em seguida abertura para lances: a partir das 09:00 horas do dia 13/11/2014. Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo - SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo - SC, 30 de outubro de 2014.

Bernardete Biz Souza

Leiloeira

### DECRETO 58/2014

DECRETO Nº 058/14, de 28 de Outubro de 2014.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.180/13 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2013. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 1.188.000,00 (um milhão cento e oitenta e oito mil reais), assim classificados:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0028.2.005 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0080.0 (0014) - Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

05.01 - SEC. DA IND. AGROIND. COM. TRAB. E DES. COMUNITARIO

22.661.0029.2.006 - MAN. E FUN. SEC. DE IND. AG. COM. TRAB. E DES.COM

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0080.0 (0027) - Aplicações Diretas ..... R\$ 33.000,00

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.0034.2.010 - MANUT. E FUNC. DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0019.0 (0051) - Aplicações Diretas ..... R\$ 400.000,00

12.365.0032.2.008 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS CRECHES

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.0 (0042) - Aplicações Diretas ..... R\$ 400.000,00

12.365.0033.2.009 - MANUT. E FUNCIONAMENTO DE PRÉ-ESCOLAR

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.0 (0046) - Aplicações Diretas ..... R\$ 60.000,00

13.392.0039.2.015 - MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0080.0 (0067) - Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

27.812.0037.2.013 - MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0080.0 (0061) - Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

09.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.601.0053.2.029 - MANUT. E FUNC. DA SEC. DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0080.0 (0111) - Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0080 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 328.000,00, e da conta da fonte 0019 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 400.000,00, e da conta da fonte 0018 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 460.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 28 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 348/2014

PORTARIA No 348/14, de 27 de Outubro de 2014.

NOMEIA LEILOEIRA

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação vigente,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear a Sra. BERNARDETE BIZ SOUZA, CPF nº 894.603.919-15, CI nº 2.399.793, Leiloeira Oficial do Município de Turvo e como membros o Sr. NESTOR RECO, CPF nº 477.669.809-91, CI nº 1.323.907 e a Sra. SOELI FATIMA FERNANDES, CPF nº 066.356.759-90, CI nº 4.209.669.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 280/13, de 15 de outubro de 2013.

Turvo (SC), 27 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO N. 080/2014

DECRETO N.º 080/2014, de 21 de outubro de 2014  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLE-  
MENTAR DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem  
Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o ar-  
tigo 4º da Lei Municipal n.º 974/2013 de 03 de dezembro de 2013:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento  
vigente do Município, no valor de R\$ 9.700,00 (nove mil e sete-  
centos reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

#### ÓRGÃO 01 - PODER LEGISLATIVO

UNIDADE 01.01 - CÂMARA DE VEREADORES

PROJETO/ATIVIDADE 2.001 - Manutenção da Câmara de Vere-  
adores

Elemento 449000.00.00.0000 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 9.700,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para fazer face à presente su-  
plementação, correrão à conta de anulação parcial da seguinte  
dotação orçamentária:

#### ÓRGÃO 01 - PODER LEGISLATIVO

UNIDADE 01.01 - CÂMARA DE VEREADORES

PROJETO/ATIVIDADE 2.001 - Manutenção da Câmara de Vere-  
adores

Elemento 319000.00.00.0000 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 9.700,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 21 de outubro de 2014.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 21/10/2014

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2014.

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCES-  
SO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2014.

Melania Aparecida Roman Meneghini, Prefeita Municipal de Var-  
gem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições  
legais, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº  
003/2014, TORNA PUBLICO o presente Edital que homologa o  
Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2014,  
conforme segue abaixo:

#### OPERADOR DE TRATOR AGRICOLA

Inscrição	Nome	Nota	Classificação
004	Agenoir da Silva Lemes	5,0	1º
002	Airton Luiz Santos	5,0	2º
001	Airton Fernandes de Abreu	5,0	3º
003	André Sanches	5,0	4º

Vargem Bonita, 30 de outubro de 2014.

Melania Aparecida Roman Meneghini

Prefeita Municipal

### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2014

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2014

#### OPERADOR DE TRATOR AGRICOLA

Inscrição	Nome
001/2014	Airton Fernandes de Abreu
002/2014	Airton Luiz Santos
003/2014	André Sanches
004/2014	Agenoir da Silva Lemes

Vargem Bonita, 27 de outubro de 2014.

Melania Aparecida Roman Meneghini

Prefeita Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### ADITIVO Nº 107/2014-FMAS

Aditivo nº: 107/2014-FMAS

Contrato/Ata nº: CT 230/2013

Licitação: TP 01/2013-FMAS

Contratada: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato com efeitos a partir de 09/10/2014 até 08/12/2014, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Planejamento.

Data: 08/10/2014

### ADITIVO Nº 108/2014-FMS

Aditivo nº 108/2014-FMS

Contrato/Ata nº: CT 233/2013

Licitação: PR 54/2013-FMS

Contratada: CLÍNICA CATARINENSE DE SAÚDE INTEGRADA SS LTDA - ME

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 15 de outubro de 2014 até 15 de outubro de 2015; e reajustar os valores constantes da Cláusula 2ª através do IGP-M (FGV) acumulado dos últimos doze meses no percentual de 3,5414200%, conforme item 2.2 do Contrato.

Data: 15/10/2014

Valor: R\$ 39.759,96

### ADITIVO Nº 109/2014-FMS

Aditivo nº 109/2014-FMS

Contrato/Ata nº: CT 239/2013

Licitação: TP 01/2013-FMS

Contratada: VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 31 de outubro de 2014 até 31 de outubro de 2015; e reajustar os valores constantes da Cláusula 2ª através do INPC-IBGE acumulado nos últimos 12 meses, em 6,5880900%, conforme Cláusula 4ª.

Data: 16/10/2014

Valor: R\$ 67.227,84

### ADITIVO Nº 110-2014-FMS

Aditivo nº 110-2014-FMS

Contrato/Ata nº: CT 233/2013

Licitação: PR 54/2013-FMS

Contratada: CLÍNICA MÉDICA GOMES E FONTINELE S/S

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 31 de outubro de 2014 até 31 de outubro de 2015; e reajustar os valores constantes da Cláusula 2ª através do IGP-M (FGV) acumulado dos últimos doze meses no percentual de 3,5414200%, conforme item 2.2 do Contrato.

Data: 16/10/2014

Valor: R\$ 457.238,52

### ADITIVO Nº 111/2014-PMV

Aditivo nº 111/2014-PMV

Contrato/Ata nº: CT 215/2013

Licitação: PR 111/2013

Contratada: ELIANE BOLZONI ME

Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro, reajustando o preço do quilômetro rodado do transporte escolar em 5,3264800%, através do IGPM acumulado dos últimos 12 meses da apresentação da proposta.

Data: 16/10/2014

Valor: R\$ 918,92

### ADITIVO Nº 112-2014-PMV

Aditivo nº 112-2014-PMV

Contrato/Ata nº: CT 191/2013

Licitação: PR 095/2013

Contratada: FURCKEL E MANENTI SERVIÇOS DE TRANSPORTES LTDA ME

Objeto: Aumento d a Km da Linha 21 em mais 23,8 km/dia devido à inclusão de alunos no segundo semestre de 2014, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Educação, parecer jurídico e despacho do Sr. Prefeito Municipal.

Data: 17/10/2014

Valor: R\$ 8.093,43

### ADITIVO Nº 113-2014-PMV

Aditivo nº 113-2014-PMV

Contrato/Ata nº: CT 193/2013

Licitação: PR 095/2013

Contratada: EXPRESSO PRIMAVERA LTDA

Objeto: Aumento d a Km da Linha 26 em mais 22,4 km/dia devido à inclusão de alunos no segundo semestre de 2014, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Educação, parecer jurídico e despacho do Sr. Prefeito Municipal.

Data: 17/10/2014

Valor: R\$ 7.617,35

### ADITIVO Nº 114-2014-PMV

Aditivo nº 114-2014-PMV

Contrato/Ata nº: CT 194/2013

Licitação: PR 095/2013

Contratada: M.V.M TRANSPORTES LTDA ME

Objeto: Aumento da km da Linha 10 em mais 18,8 km/dia devido à inclusão de alunos no segundo semestre de 2014, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Educação, parecer jurídico e despacho do Sr. Prefeito Municipal.

Data: 17/10/2014

Valor: R\$ 6.393,13

**ADITIVO Nº 115-2014-PMV**

Aditivo nº 115-2014-PMV

Contrato/Ata nº: CT 195/2013

Licitação: PR 095/2013

Contratada: MANENTI TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Aumento da km da Linha 11 em mais 19,0 km/dia devido à inclusão de alunos no segundo semestre de 2014, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Educação, parecer jurídico e despacho do Sr. Prefeito Municipal.

Data: 17/10/2014

Valor: R\$ 4.822,58

**PORTARIA Nº 1358/14**

PORTARIA nº 1.358/14

Interrompe gozo de licença para tratar de interesses particulares de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no §5º, do art. 194, da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 18245/2014,

**RESOLVE**

Art. 1º Interromper, por interesse público, o gozo da licença para tratar de interesses particulares, da servidora REGIANE LOUISE BEHER, concedida por meio da Portaria nº 0800/14.

Art. 2º Fica obrigada a servidora a apresentar-se para o exercício de suas funções, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco dias).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de outubro de 2014.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Poder Executivo

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 11.322/14**

DECRETO Nº 11.322/14, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.172/14.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 17951/2014,

**RESOLVE**

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.172/14, que nomeou TIAGO CASSOL, para exercer o emprego público de Odontólogo - ESF, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de outubro de 2014.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Poder Executivo

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 11.323/14**

DECRETO Nº 11.323/14, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Invalidez (acidentária), em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora MARIA MARGARETE RIBEIRO, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 041/2014,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aposentada por invalidez (acidentária), em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora MARIA MARGARETE RIBEIRO, inscrita no CPF nº 818.569.709-49, com RG 2.665.644 e no PIS/PASEP nº 124.17990.87-5, detentora da matrícula funcional nº 5122, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 2.090,24 (dois mil e noventa reais e vinte e quatro centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de outubro de 2014.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Poder Executivo

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de outubro de 2014.



VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 11.320/14**

DECRETO N.º 11.320/14, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Aprova Desmembramento e Remembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

JORGE ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA, Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 9.549/14, tendo por objeto pedido de desmembramento e remembramento de áreas, formulado por Tróia Consultoria Empresarial Ltda, SL de Costa, Savaris e Advogados Associados e Ilion Agropecuária Ltda;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais, conforme Parecer Técnico,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área com 236,54 m² (duzentos e trinta e seis metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), de propriedade de Tróia Consultoria Empresarial Ltda e SL de Costa, Savaris e Advogados Associados, constante da matrícula nº 22.928, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 850,00 m² (oitocentos e cinquenta metros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 9.549/14.

Art. 2º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área com 1.002,15 m² (um mil e dois metros e quinze decímetros quadrados), de propriedade de Tróia Consultoria Empresarial Ltda e Ilion Agropecuária Ltda, constante da matrícula nº 24.916, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 1.300,58 m² (um mil e trezentos metros e cinquenta e oito decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 9.549/14.

Art. 3º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área com 236,54 m² (duzentos e trinta e seis metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), área desmembrada no artigo 1º deste decreto, à propriedade de Tróia Consultoria Empresarial Ltda e Ilion Agropecuária Ltda, constante da matrícula nº 24.916 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, totalizando a área de 1.537,12 m² (um mil, quinhentos e trinta e sete metros e doze decímetros quadrados).

Art. 4º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando as disposições em contrário.

Videira, 21 de outubro de 2014.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0128/14**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0128/2014

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0706/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PATRÍCIA DA SILVA ANTONOVICZ

CPF: 009.707.769-00

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 14 de outubro de 2014.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0129/14**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0129/2014

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0335/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDREA JULIANA GOMES DE OLIVEIRA TITON

CPF: 018.416.369-24

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 13 de outubro de 2014.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0130/14**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0130/2014

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0282/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELISIA ILENE BECKEMBACK VARELLA

CPF: 712.948.309-10

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 31 de outubro de 2014.

**EXTRATO ADITIVO Nº 116/2014**

Aditivo nº: 116/2014

Contrato/Ata nº: Ata 182/2014

Licitação: PR 126/2014-PMV

Contratada: Valesan Materiais para Construção Ltda.

Objeto: Correção do número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do fornecedor, passando a constar o nº 80.940.679/0005-61.

Data: 28/10/2014

**EXTRATO CONTRATO Nº 202/2014**

Contrato nº: 202/2014

Data de Assinatura: 17.10.2014

Fornecedor....: Soutta Editora e Publicidade Ltda ME

Valor ..... : R\$ 7.200,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 139/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 17/10/2014 Término: 31/12/2014

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO, COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DA "MARATONA FOTOGRÁFICA VIDEIRA 70 ANOS", A SER REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2014, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA.



**EXTRATO CONTRATO Nº 203/2014**

Contrato nº: 203/2014  
Data de Assinatura: 17.10.2014  
Fornecedor....: Kikilo's Restaurante Ltda.  
Valor ..... : R\$ 2.550,00  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 141/2014-PMV  
Vigência ..... : Início: 17/10/2014 Término: 31/12/2014  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (ALMOÇO E JANTA), PARA O MÚSICO SUÍÇO NOAH ARNOLD, QUE ATUARÁ COMO PROFESSOR E INSTRUTOR DE MÚSICA NO NÚCLEO DE MÚSICA DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. CONFORME LEI 3.110/14.

**EXTRATO CONTRATO Nº 204/2014**

Contrato nº: 204/2014  
Data de Assinatura: 24.10.2014  
Fornecedor....: MEF Editora Ltda - ME.  
Valor ..... : R\$ 12.300,00  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação nº 10/2014-PMV  
Vigência ..... : Início: 24/10/2014 Término: 31/12/2014  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR PALESTRA COM A ESCRITORA MARY FRANÇA NO ENCONTRO DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS "A VOLTA AO MUNDO NOS PINGOS COLORIDOS DA LEITURA" PARA OS ALUNOS EM FASE DE ALFABETIZAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO CONTRATO Nº 205/2014**

Contrato nº: 205/2014  
Data de Assinatura: 28.10.2014  
Fornecedor....: Trader Brasil Soluções Empresariais Ltda.  
Valor ..... : R\$ 3.990,00  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação nº 06/2014-FMS  
Vigência ..... : Início: 28/10/2014 Término: 30/06/2015  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO ON-LINE DE AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, SERVIDORES QUE FORAM CONVOCADAS NO CONCURSO 01/2014 PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

**EXTRATO CONTRATO Nº 206/2014**

Contrato nº: 206/2014  
Data de Assinatura: 28.10.2014  
Fornecedor....: Mecânica Zago SB Ltda.  
Valor ..... : R\$ 8.180,00  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 57/2014-FMS  
Vigência ..... : Início: 29/10/2014 Término: 31/12/2014  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO DUCATO, PLACAS MHB 1569, FROTA 178 DA SECRETARIA DE SAÚDE.

**EXTRATO CONTRATO Nº 207/2014**

Contrato nº: 207/2014  
Data de Assinatura: 29.10.2014  
Fornecedor....: Roberto Tessaro & Cia Ltda  
Valor ..... : R\$ 1.062,78  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 21/2014-FMAS  
Vigência ..... : Início: 29/10/2014 Término: 31/12/2014  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NA CASA LAR MENINO JESUS E NA NOVA CASA LAR.

**EXTRATO CONTRATO Nº 208/2014**

Contrato nº: 208/2014  
Data de Assinatura: 29.10.2014  
Fornecedor....: Móveis Bom Preço Ltda - ME .  
Valor ..... : R\$ 11.235,00  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 21/2014-FMAS  
Vigência ..... : Início: 29/10/2014 Término: 31/12/2014  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NA CASA LAR MENINO JESUS E NA NOVA CASA LAR.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 187/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 187/2014  
Data de Assinatura: 17.10.2014  
Fornecedor....: Movesco Indústria e Comércio de Móveis escolares Ltda.  
Valor ..... : R\$ 210.000,00  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 80/2014-PMV  
Vigência ..... : Início: 17/10/2014 Término: 17/10/2015  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MÓVEIS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 188/2014  
Data de Assinatura: 17.10.2014  
Fornecedor....: Roberto Tessaro & Cia Ltda.  
Valor ..... : R\$ 43.262,10  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 80/2014-PMV  
Vigência ..... : Início: 17/10/2014 Término: 17/10/2015  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MÓVEIS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 189/2014  
Data de Assinatura: 17.10.2014  
Fornecedor....: Cequipel Indústria de Móveis e Com. de Equip. Gerais Ltda.  
Valor ..... : R\$ 138.000,00  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 80/2014-PMV  
Vigência ..... : Início: 17/10/2014 Término: 17/10/2015  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MÓVEIS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 190/2014  
Data de Assinatura: 17.10.2014  
Fornecedor....: N.G. Indústria e Comércio Ltda.  
Valor ..... : R\$ 848.500,00  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 80/2014-PMV  
Vigência ..... : Início: 17/10/2014 Término: 17/10/2015  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES

FUTURAS DE MÓVEIS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 191/2014  
Data de Assinatura: 17.10.2014  
Fornecedor....: VW Comércio Atacadista Ltda.  
Valor ..... : R\$ 90.658,00  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 80/2014-PMV  
Vigência ..... : Início: 17/10/2014 Término: 17/10/2015  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MÓVEIS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 192/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 192/2014  
Data de Assinatura: 17.10.2014  
Fornecedor....: Brinqmóveis Ltda - ME.  
Valor ..... : R\$ 39.600,00  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 80/2014-PMV  
Vigência ..... : Início: 17/10/2014 Término: 17/10/2015  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MÓVEIS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 193/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 193/2014  
Data de Assinatura: 17.10.2014  
Fornecedor....: L.A. Informática e Suprimentos para Escritório Ltda.  
Valor ..... : R\$ 57.824,00  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 80/2014-PMV  
Vigência ..... : Início: 17/10/2014 Término: 17/10/2015  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MÓVEIS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 194/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 194/2014  
Data de Assinatura: 17.10.2014  
Fornecedor....: Normélia Lottermann - EPP  
Valor ..... : R\$ 229.920,00  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 80/2014-PMV  
Vigência ..... : Início: 17/10/2014 Término: 17/10/2015  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MÓVEIS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 195/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 195/2014  
Data de Assinatura: 17.10.2014  
Fornecedor....: MM São José Ltda - ME.  
Valor ..... : R\$ 6.000,00  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 80/2014-PMV  
Vigência ..... : Início: 17/10/2014 Término: 17/10/2015  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MÓVEIS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 196/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 196/2014  
Data de Assinatura: 24.10.2014  
Fornecedor....: Gráfica América Ltda.  
Valor ..... : R\$ 9.265,60  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 114/2014-PMV  
Vigência ..... : Início: 24/10/2014 Término: 24/10/2015  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ARTESANATO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS, INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, ASSESSORIA JURÍDICA, GABINETE DO PREFEITO, FUNREBOM, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES)

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 197/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 197/2014  
Data de Assinatura: 24.10.2014  
Fornecedor....: Roberto Tessaro & Cia Ltda.  
Valor ..... : R\$ 63.531,32  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 114/2014-PMV  
Vigência ..... : Início: 24/10/2014 Término: 24/10/2015  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ARTESANATO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS, INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, ASSESSORIA JURÍDICA, GABINETE DO PREFEITO, FUNREBOM, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES)

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 198/2014  
Data de Assinatura: 24.10.2014  
Fornecedor....: Dipar Distribuidora de Papéis e Revistas Ltda.  
Valor ..... : R\$ 1.989,15  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 114/2014-PMV  
Vigência ..... : Início: 24/10/2014 Término: 24/10/2015  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ARTESANATO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR

MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS, INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, ASSESSORIA JURÍDICA, GABINETE DO PREFEITO, FUNREBOM, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES)

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 199/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 199/2014

Data de Assinatura: 24.10.2014

Fornecedor....: Escrimate Comércio e Serviços de Informática Ltda.

Valor ..... : R\$ 12.144,05

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 114/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 24/10/2014 Término: 24/10/2015

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ARTESANATO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS, INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, ASSESSORIA JURÍDICA, GABINETE DO PREFEITO, FUNREBOM, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES)

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 200/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 200/2014

Data de Assinatura: 24.10.2014

Fornecedor....: Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda - ME

Valor ..... : R\$ 13.771,89

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 114/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 24/10/2014 Término: 24/10/2015

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ARTESANATO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS, INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, ASSESSORIA JURÍDICA, GABINETE DO PREFEITO, FUNREBOM, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES)

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 201/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 201/2014

Data de Assinatura: 24.10.2014

Fornecedor....: Infotriz Comercial Ltda EPP

Valor ..... : R\$ 48.593,39

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 114/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 24/10/2014 Término: 24/10/2015

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ARTESANATO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS, INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, ASSESSORIA JURÍDICA, GABINETE DO PREFEITO, FUNREBOM, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE

ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES)

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 202/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 202/2014

Data de Assinatura: 24.10.2014

Fornecedor....: Dial Departamento EIRELI EPP

Valor ..... : R\$ 14.028,72

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 114/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 24/10/2014 Término: 24/10/2015

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ARTESANATO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS, INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, ASSESSORIA JURÍDICA, GABINETE DO PREFEITO, FUNREBOM, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES)

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 203/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 203/2014

Data de Assinatura: 24.10.2014

Fornecedor....: L.A. Informática para Escritório Ltda.

Valor ..... : R\$ 3.455,10

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 114/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 24/10/2014 Término: 24/10/2015

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ARTESANATO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS, INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, ASSESSORIA JURÍDICA, GABINETE DO PREFEITO, FUNREBOM, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 204/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 204/2014

Data de Assinatura: 24.10.2014

Fornecedor....: Comercial Atacadista Sol Mio Ltda.

Valor ..... : R\$ 19.580,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 114/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 24/10/2014 Término: 24/10/2015

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ARTESANATO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS, INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, ASSESSORIA JURÍDICA, GABINETE DO PREFEITO, FUNREBOM, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 205/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 205/2014  
Data de Assinatura: 30.10.2014  
Fornecedor.....: Mercado RZ Ltda  
Valor ..... : R\$ 89,20  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 135/2014-PMV  
Vigência ..... : Início: 30/10/2014 Término: 18/03/2015  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 206/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 206/2014  
Data de Assinatura: 30.10.2014  
Fornecedor.....: Dicor Distribuidora Ltda - ME.  
Valor ..... : R\$ 79.682,05  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 135/2014-PMV  
Vigência ..... : Início: 30/10/2014 Término: 18/03/2015  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

**HOMOLOGAÇÃO PR 80/2014-PMV**

O Município de Videira no mês 10/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014  
PROCESSO Nº 111/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 17/10/2014  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MÓVEIS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONTRATADO: MOVESCO IND.COM.DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil e reais)  
CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 43.262,10 (quarenta e três mil duzentos e sessenta e dois reais e dez centavos)  
CONTRATADO: CEQUIPEL INDÚSTRIA DE MÓVEIS E COM. DE EQUIP. GERA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais)  
CONTRATADO: N. G. INDÚSTRIA & COMÉRCIO LTDA.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 848.500,00 (oitocentos e quarenta e oito mil e quinhentos reais)  
CONTRATADO: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 90.658,00 (noventa mil seiscentos e cinquenta e oito reais)  
CONTRATADO: BRINQMOVEIS LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)  
CONTRATADO: L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 57.824,00 (cinquenta e sete mil oitocentos e vinte e quatro reais)  
CONTRATADO: NORMELIA LOTTERMANN - EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 229.920,00 (duzentos e vinte e nove mil novecentos e vinte reais)  
CONTRATADO: MM SAO JOSE LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

**HOMOLOGAÇÃO PR 103/2014-PMV**

O Município de Videira no mês 10/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2014  
PROCESSO Nº 137/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 01/10/2014  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE CO-TURNOS PARA A POLÍCIA MILITAR.  
CONTRATADO: MUGGUI UTILIDADES DOMESTICAS LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais)

**HOMOLOGAÇÃO PR 114/2014-PMV**

O Município de Videira no mês 10/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2014  
PROCESSO Nº 150/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 23/10/2014  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ARTESANATO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS, INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, ASSESSORIA JURÍDICA, GABINETE DO PREFEITO, FUNREBOM, POLICIA MILITAR E POLICIA MILITAR AMBIENTAL) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).  
CONTRATADO: GRAFICA AMÉRICA LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.265,60 (nove mil duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos)  
CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 63.531,32 (sessenta e três mil quinhentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos)  
CONTRATADO: DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E REVISTAS LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.989,15 (um mil novecentos e oitenta e nove reais e quinze centavos)  
CONTRATADO: ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI  
VALOR DA DESPESA: R\$ 12.144,05 (doze mil cento e quarenta e quatro reais e cinco centavos)  
CONTRATADO: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 13.771,89 (treze mil setecentos e setenta e um reais e oitenta e nove centavos)  
CONTRATADO: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 48.593,39 (quarenta e oito mil quinhentos e noventa e três reais e trinta e nove centavos)  
CONTRATADO: COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 19.580,00 (dezenove mil quinhentos e oitenta reais)  
CONTRATADO: DIAL DEPARTAMENTOS EIRELLI EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.028,72 (quatorze mil e vinte e oito reais e setenta e dois centavos)  
CONTRATADO: L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.455,10 (três mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos)



**HOMOLOGAÇÃO PR 125/2014-PMV**

O Município de Videira no mês 09/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2014

PROCESSO Nº 162/2014

HOMOLOGAÇÃO: 08/10/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO E COLOCAÇÃO DE JANELAS, PORTÃO, PORTA AUTOMÁTICA E PORTEIRO ELETRÔNICO, NAS DEPENDÊNCIAS DO QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR, NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

CONTRATADO: VIDRACARIA ESMERALDA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais)

CONTRATADO: MEGA OBRAS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais)

**HOMOLOGAÇÃO PR 126/2014-PMV**

O Município de Videira no mês 10/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2014

PROCESSO Nº 163/2014

HOMOLOGAÇÃO: 01/10/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (CAL, CIMENTO, TIJOLOS E AREIA) PARA USO DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS

CONTRATADO: GAZZI & CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.446,40 (quatro mil quatrocentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.175,00 (vinte mil cento e setenta e cinco reais)

CONTRATADO: VALESAN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (VIDEIRA)

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.392,50 (quinze mil trezentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos)

**HOMOLOGAÇÃO PR 132/2014-PMV**

O Município de Videira no mês 10/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2014

PROCESSO Nº 173/2014

HOMOLOGAÇÃO: 09/10/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (ALMOÇO E COFFEE BREAK) PARA REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DE 500 ALUNOS MULTIPLICADORES: PAPO SÉRIO, DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: EPAGRI-EMP.DE PESQUISA E EXT.RURAL SC S.A  
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.250,00 (quatorze mil duzentos e cinquenta reais)

**HOMOLOGAÇÃO PR 135/2014-PMV**

O Município de Videira no mês 10/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2014

PROCESSO Nº 178/2014

HOMOLOGAÇÃO: 29/10/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. CONTRATADO: MERCADO R.Z. LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 89,20 (oitenta e nove reais e vinte centavos)

CONTRATADO: DICOR DISTRIBUIDORA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 79.682,05 (setenta e nove mil seiscentos e oitenta e dois reais e cinco centavos)

**HOMOLOGAÇÃO PR 139/2014-PMV**

O Município de Videira no mês 10/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2014

PROCESSO Nº 186/2014

HOMOLOGAÇÃO: 17/10/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO, COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DA "MARATONA FOTOGRÁFICA VIDEIRA 70 ANOS", A SER REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2014, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA.

CONTRATADO: SOUTTA EDITORA E PUBLICIDADE LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)

**HOMOLOGAÇÃO PR 141/2014-PMV**

O Município de Videira no mês 10/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2014

PROCESSO Nº 189/2014

HOMOLOGAÇÃO: 17/10/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (ALMOÇO E JANTA), PARA O MÚSICO SUÍÇO NOAH ARNOLD, QUE ATUARÁ COMO PROFESSOR E INSTRUTOR DE MÚSICA NO NÚCLEO DE MÚSICA DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. CONFORME LEI 3.110/14.

CONTRATADO: KIKILO'S RESTAURANTE LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta reais)

**HOMOLOGAÇÃO TP 15/2014-PMV**

O Município de Videira no mês 10/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

TOMADA DE PREÇO Nº 15/2014

PROCESSO Nº 167/2014

HOMOLOGAÇÃO: 15/10/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO (TIPO GABIÃO), NA RUA AFONSO MARCHIORO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

CONTRATADO: PALAZZO CONSTRUTORA LTDA ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 159.236,50 (cento e cinquenta e nove mil duzentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos)

#### **HOMOLOGAÇÃO PE 01/2014-FMS**

O Município de Videira no mês 10/2014, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2014

PROCESSO Nº 61/2014

HOMOLOGAÇÃO: 13/10/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CADEIRINHAS PARA TRANSPORTAR CRIANÇAS EM TRATAMENTO DE SAÚDE, PARA USO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: LAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.776,96 (dois mil setecentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos)

#### **HOMOLOGAÇÃO PE 02/2014-FMS**

O Município de Videira no mês 10/2014, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2014

PROCESSO Nº 62/2014

HOMOLOGAÇÃO: 14/10/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRESERVATIVOS MASCULINOS PARA SEREM DISPONIBILIZADOS AOS MUNICÍPIOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais)

#### **HOMOLOGAÇÃO PR 52/2014-FMS**

O Município de Videira no mês 10/2014, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2014

PROCESSO Nº 64/2014

HOMOLOGAÇÃO: 08/10/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL IMPRESSO PARA SEREM UTILIZADOS NAS CAMPANHAS REALIZADAS PELA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: VIDEGRAF ARTES GRAFICAS LTDA.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 282,50 (duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: GRAFISIL GRAFICA LTDA-ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.978,00 (um mil novecentos e setenta e oito reais)

#### **HOMOLOGAÇÃO PR 53/2014-FMS**

O Município de Videira no mês 10/2014, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2014

PROCESSO Nº 65/2014

HOMOLOGAÇÃO: 10/10/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHO DE HEMATOLOGIA PARA SER UTILIZADO NA REALIZAÇÃO DE EXAMES NO LABORATÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: J.R. EHLKE & CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 63.645,00 (sessenta e três mil seiscentos e quarenta e cinco reais)

#### **HOMOLOGAÇÃO PR 57/2014-FMS**

O Município de Videira no mês 10/2014, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014

PROCESSO Nº 69/2014

HOMOLOGAÇÃO: 29/10/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO DUCATO, PLACAS MHB 1569, FROTA 178 DA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: MECÂNICA ZAGO SB LTDA-ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.180,00 (oito mil cento e oitenta reais)

#### **HOMOLOGAÇÃO PR 21/2014-FMAS**

O Município de Videira no mês 10/2014, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014

PROCESSO Nº 27/2014

HOMOLOGAÇÃO: 29/10/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NA CASA LAR MENINO JESUS E NA NOVA CASA LAR.

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.062,78 (um mil e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos)

CONTRATADO: MÓVEIS BOM PREÇO LTDA ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.235,00 (onze mil duzentos e trinta e cinco reais)

#### **ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2014-PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2014-PMV

ANULAÇÃO

O Vice Prefeito na Chefia do Executivo Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2014-PMV, a qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELAIS, DE EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO PARA SEREM INSTALADOS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, foi anulado. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9026.

Videira, 30 de Outubro de 2014.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice Prefeito na Chefia do Executivo Municipal



## Xavantina

### PREFEITURA

#### **CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2014 PMXV, MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2014 PMXV**

CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2014 PMXV, MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2014 PMXV

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro deste Município, através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO, que por meio deste CANCELA UNILATERALMENTE o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2014 PMXV, MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2014 PMXV, devido a Comunicação Interna n.º 01/2014, emitida pela Contadora do Município, que da conta de que, devem ser tomadas providências urgentes visando garantir o equilíbrio orçamentário e financeiro, a fim de resguardar os dispositivos constitucionais e legais, evitando assim possíveis recomendações de sanções por parte do Tribunal de Contas do Estado.

Xavantina/SC, em 30 de outubro de 2014.  
MAURO JUNES POLETO,  
Prefeito Municipal.

#### **CONTRATO Nº 111/2014 PMXV**

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: RETÍFICA MOCELLIN LTDA.

Número do Contrato: 111/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSERTAR TRATOR DE ESTEIRAS KOMATSU D41E-6, SÉRIE B21003, PERTENCENTE À FROTA DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES.

Data da Assinatura: 30/10/2014.

Vigência: 30/04/2015.

Valor do Contrato: R\$ 17.300,00 (dezessete mil e trezentos reais).

#### **PP 60/2014 PMXV**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2014 - PMXV

Objeto: Registro de Preços para a possível contratação de horas de máquina pesada, conforme especificações constantes no anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 12/11/2014.

Abertura: dia 12/11/2014, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 31 de outubro de 2014.  
JOSÉ DAL BOSCO,  
Prefeito Municipal em Exercício.

## Xaxim

### PREFEITURA

#### **ERRATA CONCORRENCIA 008**

ERRATA DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO N. 195/2014

CONCORRENCIA N. 008/2014

O MUNICÍPIO DE XAXIM - SC COMUNICA QUE:

Fica retificado o item 7.10.6 letra I do edital que tem por objeto a doação de três terrenos, autorizados pela lei municipal 4006, conforme segue:

Onde lê- se - Antes de 01 mês = 100,0 pontos

Leia- se - Até 60 dias = 100,0 pontos

As demais disposições permanecem inalteradas.

Xaxim - SC, 30 de outubro de 2014.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

#### **ERRATA DE CONCORRENCIA 007**

ERRATA DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO N. 194/2014

CONCORRENCIA N. 007/2014

O MUNICÍPIO DE XAXIM - SC COMUNICA QUE:

Fica retificado o item 7.10.6 letra I do edital que tem por objeto a doação de quatorze terrenos, autorizados pela lei municipal 4005, conforme segue:

Onde lê- se - Antes de 01 mês = 100,0 pontos

Leia- se - Até 60 dias = 100,0 pontos

As demais disposições permanecem inalteradas.

Xaxim - SC, 30 de outubro de 2014.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

## Consórcios

### CIGA

#### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 381/2014 - ADIEE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 381/2014

Contrato Administrativo Nº 381/2014

Termo Aditivo Nº 01, de 30 de outubro de 2014

CONTRATANTE: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

CONTRATADO: Associação Desportiva do Instituto Estadual de Educação

CNPJ: 82.835.778/0001-85

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Altera o valor relativo ao presente Contrato, sendo que o somatório da proposta enviada em 09 de outubro de 2014 estava incorreto:

VALOR: R\$ 3.770,00 (três mil e setecentos e setenta reais)

Florianópolis, 30 de outubro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

#### ATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 01/2014

ATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 01/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 21/2014

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria especializada na execução de Pesquisa do Clima Organizacional e na implantação de Mapeamento e Avaliação de Competências.

JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade de avaliação do clima organizacional no CIGA, incluindo a verificação do impacto do ambiente físico de trabalho, para analisar a satisfação e o comprometimento dos empregados públicos no desempenho de suas atividades, conforme projeto eleito como prioritário no Planejamento Organizacional do CIGA para 2014;

Considerando a necessidade de avaliação das competências técnicas e comportamentais dos empregados públicos a fim de verificar o desempenho dos mesmos, tendo em vista que tal avaliação vai ao encontro do estabelecido no art. 88 do Regimento Interno do CIGA, que trata da Avaliação Periódica de Desempenho, Considerando que atualmente o CIGA não dispõe de metodologia e ferramentas para avaliação de seus empregados públicos que permitam uma melhor identificação das suas competências técnicas e comportamentais, bem como dos cargos e de suas atribuições,

Considerando que a empresa Leme Consultoria em Gestão de RH Ltda. demonstrou a razoabilidade dos preços propostos para a execução dos serviços fornecidos, e que há participação do Sr. Rogério Leme, responsável técnico pelo projeto dos serviços contratados, uma vez que este confere o caráter singular à referida contratação, conforme Declaração de Autenticidade acerca de autoria de metodologias empregadas nos serviços a serem empregados ao CIGA,

Faz-se necessária a contratação da empresa Leme Consultoria em Gestão de RH Ltda., ante sua notória especialização que pode ser comprovada com base nos serviços prestados anteriormente a vários órgãos públicos e no reconhecimento do Sr. Rogério Leme, que é o consultor sênior que garante e assina a responsabilidade técnica dos projetos a serem realizados no CIGA.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso II, § 1º da Lei nº 8.666/93.  
CONTRATADO: Leme Consultoria em Gestão de RH Ltda. - EPP

CNPJ: 07.955.535/0001-65

VALOR: R\$ 13.950,00 (treze mil e novecentos e cinquenta reais), sendo R\$ 3.950,00 (três mil novecentos e cinquenta reais) referente à execução de Pesquisa do Clima Organizacional, e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) relativo à implantação de Mapeamento e Avaliação de Competências.

Florianópolis, 30 de outubro de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### CIMCATARINA

#### AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 0013/2014 - MATERIAL AMBULATORIAL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA O CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0013/2014, COMPLEMENTAR AO EDITAL Nº 0008/2014  
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, torna pública a realização de Chamamento Público solicitando o comparecimento de fabricantes e/ou fornecedores de Materiais Ambulatoriais, interessados em participar de futuras licitações a serem realizadas pelo Consórcio e Municípios consorciados, para que apresentem seus produtos em conformidade com as condições editalícias. Os fabricantes e/ou fornecedores interessados em obter o Atestado de Aprovação que poderá ser exigido nos certames licitatórios, deverão se dirigir a sede do consórcio, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, para solicitar a prévia aprovação do produto. Das marcas/produtos aprovadas será emitido pela comissão o Atestado de Aprovação, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM, bem como disponibilizado no site deste consórcio. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro. Fone (49) 3246 1206. Site: [www.cimcatarina.sc.gov.br](http://www.cimcatarina.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 30 de outubro de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

**CIMVI****CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 - COMUNICADO DE ALTERAÇÃO**

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 - COMUNICADO DE ALTERAÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI torna pública a necessidade de alteração parcial do cronograma previsto no Anexo III do Edital de Concurso Público nº 01/2014 em razão de problemas técnicos na identificação do pagamento do preço público relativo à inscrição dos candidatos.

Informações relativas ao Concurso serão prestadas no horário das 08:30 as 11:00 horas e das 14:00 as 16:30 horas, na sede administrativa do CIMVI, na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 459, 1º andar, sala "04", centro, esquina com a Rua Estados Unidos, na cidade de Timbó - SC, Fone (47) 3382-6811, e na sede da AMMVI, na Rua Alberto Stein, 466, Velha, Blumenau - SC, Fone (47) 3331-5800.

O novo cronograma será disponibilizado na home page do CIMVI ([www.cimvi.sc.gov.br](http://www.cimvi.sc.gov.br)) e da AMMVI ([www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)) e no site [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br), bem como publicado no DOM/SC, sem afetar a data de realização das provas.

Timbó, em 30 de Outubro de 2014.

Hartwig Persuhn  
Presidente do CIMVI

Valter Conrado Araujo  
Diretor Executivo do CIMVI

**CIS/AMARP****RESOLUÇÃO Nº. 11/2014-CPL**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP  
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.  
<http://www.amarp.org.br> [cis@amarp.org.br](mailto:cis@amarp.org.br)  
CNPJ 11.023.771/0001-10

Resolução nº. 11/2014-CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, Homologa o Credenciamento de Ortopedia São Lucas, CNPJ 78.511.748/0001-46, com endereço a Rua Lauro Muller nº 120, Centro, Videira - SC, em conformidade com o edital 01/2010 para Credenciamento de Serviços de Exames em:

DENSITOMETRIA ÓSSEA	CODIGO SUS	Valor CIS
DENSITOMETRIA ÓSSEA DE COLUNA	02.04.06.002-8	55,10
DENSITOMETRIA ÓSSEA DE FEMUR	9016198*	55,10

(\*) Código não existente tabela SUS, próprio CIS-AMARP

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC

Videira, 29 de outubro de 2014.

VERA MATHEUS DE CASTRO

Presidente Comissão Permanente de Licitação CIS-AMARP

**RESOLUÇÃO Nº. 43/2014**

Consórcio Intermunicipal de Saúde-CIS-AMARP  
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.  
<http://www.amarp.org.br> [cis@amarp.org.br](mailto:cis@amarp.org.br)

Resolução nº 43/2014

Euzebio Calisto Viecei, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Credenciado o Prestador de Serviços de Diagnóstico por exames, a seguir:

Ortopedia São Lucas, CNPJ 78.511.748/0001-46, com endereço a Rua Lauro Muller nº 120, Centro, Videira - SC, em conformidade com o edital 01/2010, Termo de Credenciamento 67/2014

DENSITOMETRIA ÓSSEA DE COLUNA	02.04.06.002-8	55,10
DENSITOMETRIA ÓSSEA DE FEMUR	9016198*	55,10

\*Código próprio CIS-AMARP

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC

Videira, 30 de outubro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Presidente CIS-AMARP

**CIS/AMMVI****CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 - COMUNICADO DE ALTERAÇÃO**

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 - COMUNICADO DE ALTERAÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI torna pública a necessidade de alteração parcial do cronograma previsto no Anexo III do Edital de Concurso Público nº 01/2014 em razão de problemas técnicos na identificação do pagamento do preço público relativo à inscrição dos candidatos.

Informações relativas ao Concurso serão prestadas no horário das 08:30 as 11:00 horas e das 14:00 as 16:30 horas, na sede administrativa do CISAMVI e da AMMVI, na Rua Alberto Stein, 466, Velha, Blumenau - SC, Fone (47) 3331-5800.

O novo cronograma será disponibilizado na home page do CISAMVI e da AMMVI ([www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)) e no site [www.nubes-concursos.com.br](http://www.nubes-concursos.com.br), bem como publicado no DOM/SC, sem afetar a data de realização das provas.

Blumenau, em 30 de outubro de 2014.

Hartwig Persuhn

Presidente do CISAMVI

Carlos Cesar da Silva

Diretor Executivo do CISAMVI